

1 2 9 0



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

José Péricles Pereira de Sousa

**“OCUPAR” A DEMOCRACIA:
UM CONCEITO ANTIGO – UMA POLÍTICA NOVA.
MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMOCRACIA
NO SÉCULO XXI**

**Tese no âmbito do Doutoramento em Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI,
orientada pela Professora Doutora Ana Raquel Borges Barros de Matos e
apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.**

Agosto de 2023

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
Centro de Estudos Sociais

“Ocupar” a Democracia: Um conceito antigo – uma política nova.

Movimentos Sociais e Democracia no Século XXI

José Péricles Pereira de Sousa

Tese no âmbito do Doutoramento em Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI,
orientada pela Professora Doutora Ana Raquel Borges Barros de Matos e apresentada
à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Agosto de 2023



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Dedicatória

O esforço de pensar sobre o mundo, em qualquer época, é influenciado por aquelas e por aqueles que vieram *antes de nós*.

Dedico estes anos de estudo a cinco pessoas que me ensinaram,
de maneiras totalmente distintas,
um bocado sobre o que é viver
e, no final, deixar algum exemplo aos que virão *depois de nós*.

Diana, minha avó materna, com seu trabalho incansável e
seu carinho sereno.

Raimundo, meu avô paterno, com sua infinita curiosidade e
suas promessas sempre cumpridas.

Graça, minha sogra, que se dedicava de corpo e alma
a tudo o que fazia.

Paulo Bonavides, meu Professor de Direito Constitucional, com sua imensa
trajetória de patrono da cidadania ativa.

David Graeber, Antropólogo e revolucionário contemporâneo, com sua energia
para mudar as coisas, pelos livros e pelas ruas.

As atitudes de vocês permanecem vivas.

Agradecimentos

Tanto se passou nestes anos. A intensidade de um trabalho doutoral é impressionante. Por isso será sempre coletivo. Eu devo esta Tese a muita gente.

À Aurora Sophia, pequeno encanto da minha vida. Que compreendeu, ao seu estilo leonino, o quanto eu precisava me ausentar das nossas brincadeiras, para ler e escrever.

Ao Afonso Bertrand, pequenino milagre de beleza. Chegou no finalzinho, mas contribuiu imensamente com o seu sorriso a iluminar o que eu gostaria de dizer.

À Herta Rani, meu grande amor. A asa da direita. Não consigo voar sem a sua força e o seu carinho. Uma companheira de todos os projetos, mas, especialmente, desta aventura – improjetável – que é viver.

À Fátima, minha mãe, pelo amor incondicional e pelo estímulo constante. Um exemplo de intelectual: sempre a se informar e a procurar contribuir com o mundo.

Ao Anchieta, meu pai, figura singular, que tanto atende ao conselho de Santo Ivo: é sincero, objetivo e lógico. Sua decisão de ser uma presença política neste mundo me despertou a filosofar e a fazer ciência com esse tempero.

À Letícia e ao Aristóteles, minha irmã e meu irmão, companhias de todas as horas. Apoio e afago constantes. Uma amizade que o Destino incentivou e nós pudemos nutrir.

Às minhas e aos meus sogros, cunhadas, cunhado, sobrinha, tias, tios, primas, primos, afilhada – núcleos familiares que, com ternura, lembravam o quanto a tarefa de concluir uma Tese é, antes de mais, um desdobramento da missão de fazer algo bom às futuras gerações.

Às amigas e aos amigos, de vários países, muitas e muitos ativistas de diferentes causas, profissionais dedicadas e dedicados, aquelas e aqueles *lendários* com quem falo todos os dias ou aquelas e aqueles com quem não pude manter contato frequente,

entretanto, muito me instigam a melhorar, em especial o Pedro Malveira, a Nathalie Nunes, o Fernando Perazzoli, a Ximena Ron e o Marcus Vinícius Porto.

Às amigas e aos amigos da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e do Supremo Tribunal Federal, que me inspiram com o trabalho íntegro e competente que desenvolvem, para além de terem debatido várias das noções destas páginas comigo, notadamente Priscilla Almeida, Claudio Seefelder, Adriana Rocha, Lana Borges, Manoel Tavares, Sara Mendes, Antilhon Saraiva, Nilton Leal, Vinícius Antunes, Sandra Miranda e William Ackerman.

À Ana Raquel, minha orientadora, pelo seu conhecimento, pela sua determinação, pela sua inspiração (mesmo quando ela própria não sabia o quanto me inspirava), mas, principalmente, pelas oceânica compreensão e atlântica paciência com as minhas falhas.

Às Professoras e aos Professores do Doutorado, gigantes da Sociologia e do Direito, na teoria e na prática. Às e aos colegas do curso (dessa viagem extraordinária!), cientistas de profunda sensibilidade, que me ensinaram a nunca desistir.

À Universidade de Coimbra, que deu concretude a utopias.

Às leitoras e aos leitores destas páginas: o autêntico motivo para que elas existam.

*E vós me dizeis, amigos, que de gostos e sabores não se discute?
Mas a vida inteira é uma discussão de gostos e sabores!
O gosto é, ao mesmo tempo, peso, balança e pesador;
e ai de todo vivente que quisesse viver sem discutir
de peso e balança e pesadores!*

Friedrich Nietzsche em *Assim falou Zaratustra*.

A história é a arte da emancipação.
Ela mostra que, a todo momento,
da forma que for possível inventá-la
e para cada um de nós,
outra história é sempre possível.

Patrick Boucheron em *Como se revoltar?*

Resumo

Em 2011, protestos – e até revoluções – se espalharam por mais de cem países. Ao lado da Primavera Árabe, de *Los Indignados* e das demonstrações antiausteridade na Europa e em Israel, o movimento *Occupy Wall Street* traduzia indignação, inquietude e vontade de transformar a realidade de gerações oprimidas por múltiplas crises (a democracia liberal representativa, a financeira, a económica, a social e a ambiental, na linha de frente). Naquele ano intenso, o *Occupy* recebeu bastante atenção dos *media*, em especial por ter escolhido uma morada simbólica: o *Zuccotti Park*, praça a algumas quadras da Bolsa de Valores de Nova Iorque, divisa do capitalismo financeiro e do poder das empresas convertido em influência nas eleições. Frente a um sistema que parecia “despejar” a maior parte da população, expulsa de qualquer benefício, a palavra-síntese do movimento era *ocupar*. Um desafio, portanto, de produzir a visibilidade de existências precárias e reconstruir o significado do *comum*, de estimular ativamente um outro espaço público, em que coubessem éticas e estéticas novas. O conjunto de “movimentos das praças”, como ficaram conhecidas aquelas revoltas de 2011, com *gestos* fortes, buscava, ainda, *fissurar* a compreensão rígida, formal e estática de democracia, que se tornara hegemónica no ocidente, a fim de revitalizar o conceito – oferecer complexidade, diversidade e, mesmo, figuratividade a noções como *poder*, *autoridade*, *governo*, *povo*, *soberania*, *legitimidade*, *representação* ou *cidadania*. Esta Tese procura perceber o potencial desses movimentos no trabalho de atualizar a ideia de democracia, a partir do exemplo do *Occupy*. O quanto essas articulações de cidadãos e de cidadãos a utilizar as tecnologias das *redes digitais* (para convocar manifestações, comunicar, financiar iniciativas, fomentar debates, *etc.*), combinada com presenças coletivas nas ruas, apontariam a direção, neste século XXI, de possibilidades emancipatórias ainda por cumprir, nomeadamente depois de governos à extrema direita do jogo político terem assumido protagonismo. Como a antiga (no sentido filológico, inclusive) noção de democracia seria capaz de se atualizar com a dinâmica de protestos como o *Occupy*? Como esses movimentos ciberativistas e transnacionais poderiam ser entendidos enquanto aparições difusas e embrionárias de um Poder Constituinte? A investigação delineia pistas traçadas por essas novas espécies de movimentos sociais, analisando suas experiências e seus vestígios sociológicos, com o objetivo de aferir transformações nos repertórios da ação coletiva, impactos na organização de redes de protestos, e, principalmente, lições que permitam à democracia permanecer contemporânea, tanto na condição de regime político, como de institucionalidade e, sobretudo, de ideal de convivência. Através da metodologia do estudo de caso e de técnicas de recolha e tratamento de dados, como a análise documental de informação específica (nomeadamente notícias de jornais) e a análise de reivindicações políticas, estas páginas buscam contribuir para a compreensão de uma nova conceção de democracia, no panorama teórico e na sensibilidade social.

Palavras-Chave: Movimentos sociais transnacionais. *Occupy Wall Street*. Estética do protesto. Poder Constituinte. Nova conceção de democracia.

Abstract

In 2011, protests – and even revolutions – spread to more than 100 countries. Alongside the Arab Spring, Los Indignados and the anti-austerity demonstrations in Europe and Israel, the Occupy Wall Street movement translated indignation, restlessness and desire to transform the reality of generations oppressed by multiple crises (liberal representative democracy, financial, economic, social and environmental, at the forefront). In that intense year, Occupy received a lot of media attention, especially because it chose a symbolic address: Zuccotti Park, a square a few blocks from the New York Stock Exchange, a symbol of financial capitalism and the power of companies converted into influence in elections. Faced with a system that seemed to “evict” most of the population, expelled from any benefit, the motto of the movement was occupy. A challenge, therefore, to produce the visibility of precarious existences and rebuild the meaning of the common, to actively stimulate another public space, in which new ethics and aesthetics would fit. The set of “square movements”, as those 2011 revolts became known, with strong gestures, also sought to crack the rigid, formal and static understanding of democracy, which had become hegemonic in the West, in order to revitalize the concept – offer complexity, diversity and even figurativeness to notions such as power, authority, government, people, sovereignty, legitimacy, representation or citizenship. This Thesis seeks to understand the potential of these movements in the work of updating the idea of democracy, based on the example of Occupy. To what extent these articulations of citizens using the technologies of digital networks (to call for demonstrations, communicate, finance initiatives, promote debates, , etc.), combined with collective presences on the streets, would point the direction, in this 21st century, of emancipatory possibilities still to be fulfilled, namely after governments to the extreme right of the political game have assumed protagonism. How would the old (in the philological sense, including) notion of democracy be able to update itself with the dynamics of protests like Occupy? How could these cyberactivist and transnational movements be understood as diffuse and embryonic apparitions of a Constituent Power? The investigation delineates tracks traced by these new kinds of social movements, analyzing their experiences and their sociological vestiges, with the objective of assessing transformations in the repertoires of collective action, impacts on the organization of protest networks, and, mainly, lessons that allow democracy to remain contemporary, both as a political regime, as an institution and, above all, as an ideal of coexistence. Through the case study methodology and data collection and processing techniques, such as documental analysis of specific information (namely newspaper news) and political claims analysis, these pages seek to contribute to the understanding of a new conception of democracy, in the theoretical panorama and in the social sensitivity.

Keywords: *Transnational social movements. Occupy Wall Street. Aesthetics of protest. Constituent Power. New conception of democracy.*

Listas de siglas, acrónimos e abreviaturas

BCE – Banco Central Europeu

BM – Banco Mundial

BP - *British Petroleum*

COI – Comitê Olímpico Internacional

CW – Consenso de Washington

DAN – *Direct Action Network*

EQx - *Elite Quality Index*

EUA – Estados Unidos da América

FIFA – Federação Internacional das Associações de Futebol

FMI – Fundo Monetário Internacional

FSM – Fórum Social Mundial

FVC – *Foundation for Value Criation*

ICANN - *Internet Corporation for Assigned Names and Numbers*

IMC – *Independent Media Center*

IWW – *Industrial Workers of the World*

NOW – *National Organization for Women*

NPS – *National Park Service*

NYT – *New York Times*

OEA – Organização dos Estados Americanos

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONG – Organização não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OWS – *Occupy Wall Street*

PCA – *Political Claims Analysis*

PDA – *Political Discourse Analysis*

PEA - *Protest Event Analysis*

SWAT – *Special Weapons and Tactics*

TV – televisão

UE – União Europeia

WSJ – *Wall Street Journal*

Listas de tabelas, quadros e gráficos

Gráfico 1 – “ <i>Inequality</i> ” in Google Trends, 2008-2023	p. 175
Gráfico 2 – “99%” in Google Trends, 2008-2023	p. 175
Gráfico 3 – “1%” in Google Trends, 2008-2023	p. 177
Gráfico 4 – “ <i>social and economic inequality</i> ” in Google Scholar, 2003-2023.....	p. 177
Gráfico 5 – <i>News about Occupy, LexisNexis, Lewis (2014)</i>	p. 231
Tabela 1 – <i>Detalhamento de dados do gráfico 4</i>	p. 178
Tabela 2 – <i>Pew Survey, aprovação Occupy</i>	p. 179
Tabela 3 – <i>Pew Survey, oposição Occupy</i>	p. 180
Tabela 4 – <i>Pew Survey, recorte partidário</i>	p. 181
Tabelas 5 e 6 – <i>Pew Survey, hard work e recorte partidário</i>	p. 182
Tabela 7 – palavras sob os códigos do lema “o quê”, MaxQDA	p. 241
Tabela 8 – palavras sob os códigos do lema “quando”, MaxQDA.....	p. 182
Tabela 9 – palavras sob os códigos do lema “o quê”, MaxQDA.....	p. 182
Tabela 10 – palavras sob os códigos do lema “o quê”, MaxQDA.....	p. 182
Tabela 11 – palavras sob os códigos do lema “o quê”, MaxQDA.....	p. 182
Tabela 12 – palavras sob os códigos do lema “o quê”, MaxQDA.....	p. 182
Quadro 1 – códigos do lema “o quê”, MaxQDA	p. 241
Quadro 2 – códigos do lema “quando”, MaxQDA	p. 241
Quadro 3 – códigos do lema “o quê”, MaxQDA.....	p. 241
Quadro 4 – códigos do lema “o quê”, MaxQDA.....	p. 241
Quadro 5 – códigos do lema “o quê”, MaxQDA.....	p. 241

Índice

Agradecimentos	4
Resumo	7
Abstract	8
Índice	11
Introdução	13
1 Performatividade de corpos a resistir	31
1.1 <i>Corporeidade: da metáfora ao repertório</i>	34
1.1.1 <i>Aparecer e ocupar definem o corpo</i>	38
1.1.2 <i>Quanto mais encorpado o repertório, melhor</i>	44
1.2 <i>Não há democracia sem pele em jogo</i>	49
1.2.1 <i>A democracia precisa dar corpo à ausência</i>	52
1.2.2 <i>A democracia pode se autocorriger com boas lembranças</i>	55
1.2.3 <i>O respeito pela democracia não acaba a festa</i>	66
2 Teatro da democracia (participativa)	71
2.1 <i>A criação é filha da crise</i>	76
2.1.1 <i>Criação coletiva de conceitos institucionais</i>	82
2.2 <i>É preciso atualizar o sistema</i>	87
2.2.1 <i>Chamar a coisa pelo nome</i>	88
2.2.2 <i>Democratizar as teorias e valorizar as práticas</i>	95
2.2.3 <i>Existe democracia efetivamente representativa?</i>	101
3 Protesto-espetáculo?	113
3.1 <i>Desenhado para afetar</i>	116
3.2 <i>Media e protesto: um relacionamento intrigante</i>	126
3.3 <i>Economia da atenção e democracia da tensão</i>	132
4 Presença que lança uma comunidade	155
4.1 <i>É preciso, antes de tudo, abrir espaço</i>	157
4.2 <i>A comunidade transtemporal</i>	160
4.3 <i>Depois de abrir espaço e projetar-se no tempo, o que ocupar?</i>	167
4.4 <i>Ocupar é pop!</i>	174

4.5 <i>O pop não poupa ninguém...</i>	189
5 Ocupar a mente: tudo é feito de escolhas	197
5.1 <i>Pressupostos de investigação</i>	200
5.1.1 <i>Por que o Occupy?</i>	207
5.1.2 <i>Para quê o Occupy?</i>	211
5.2 <i>Método e técnicas de recolha e tratamento de dados</i>	216
5.2.1 <i>Estudo de caso</i>	216
5.2.2 <i>Análise de imprensa (notícias de jornais)</i>	219
5.2.3 <i>Análise de reivindicações políticas</i>	225
6 Polinização: complexidade, movimentos sociais e democracia no século XXI	228
6.1 <i>O quê?</i>	233
6.2 <i>Quando?</i>	248
6.3 <i>Onde?</i>	257
6.4 <i>Como?</i>	266
6.5 <i>Por quê?</i>	272
6.6 <i>Quem?</i>	279
6.7 <i>Tendências gerais</i>	283
6.8 <i>Da polinização floresce a democracia</i>	287
7 Ocupar a Constituição?	
O significado possível de um Poder Constituinte difuso	289
7.1 <i>Se ainda existem oligarquias</i>	293
7.1.1 <i>Oligarquias enquanto arquirrivais da democracia</i>	298
7.1.2 <i>A “indignação global” de um “povo global”</i>	307
7.2 <i>O debate constitucional resiste</i>	313
7.2.1 <i>Uma transformação no constitucionalismo</i>	316
7.2.2 <i>Um constitucionalismo democrático em patamar mundial?</i>	319
7.2.3 <i>Novos temas do constitucionalismo e da democracia, influenciados por “protestos globais” no século XXI</i>	322
Palavras finais	331
Referências	340
Anexos	386



Occupy
Rising Appalachia
© 2012 Warner Chappell

*As Humanidades são agentes de complexificação do mundo.
Servem para um “riskful thinking”. Gerar problemas,
perguntas e complicações, mais do que respostas e soluções.*

Hans Ulrich Gumbrecht (2010)

Umás duzentas pessoas, não muito mais. À hora do almoço daquele sábado, 17 de setembro, as escadarias do *Federal Hall* lotavam¹. Ao pé da estátua de George Washington começava o roteiro de sempre: gritos, cânticos, cartazes, polícias ao redor. O sítio ficava a cinquenta metros da Bolsa de Valores de Nova Iorque. Em alguns minutos, até a SWAT apareceria².

A dúvida, no fim da tarde, era quanto a locais estratégicos para uma Assembleia-Geral. Nos meses anteriores, outras reuniões grandes foram organizadas³. Mas agora era diferente. Não seria um preparativo: havia chegado o dia.

¹ Situado em *Wall Street*, n. 26, fora morada do primeiro capitólio norte-americano e da composição inaugural da Suprema Corte. O *Federal Hall* testemunhou, ainda, a posse de George Washington, em 30 de abril de 1789, como Presidente dos EUA. Naquele mesmo ano, em 25 de setembro, fora palco da aprovação e da assinatura da *Bill of Rights* – as dez pioneiras emendas à Constituição dos EUA. Para mais, queira ver o sítio eletrônico do *National Park Service* (o Serviço Nacional de Parques e Museus dos EUA): <https://www.nps.gov/feh/index.htm>. Acesso: 22.10.2019.

² Sigla inglesa para *Special Weapons and Tactics*, time policial (de elite) equipado para situações delicadas.

³ Ver: GRAEBER, David. **Projeto Democracia. Uma ideia. Uma crise. Um movimento**. Lisboa: Editorial Presença, 2013. Também o jornal *The New York Times* destacou essa preparação anterior: “por meses, os

Naquele distrito financeiro de *Manhattan*, a *One Chase Plaza* e o *Bowling Green Park* pareciam as melhores opções. Entretanto, a segurança privada era forte na primeira e a polícia cercou a segunda, que era pública. Como alternativa, o *Zuccotti Park* apresentava estrutura adequada: 3.100 metros quadrados com árvores, assentos, boa iluminação e *plugs* para ligar computadores ou recarregar a bateria dos telemóveis. Além disso, a polícia não podia fechar o local, porque era um “espaço público de propriedade privada” (*privately owned public space*)⁴.

Toda a gente, então, caminhou quatro minutos a norte, até ao cruzamento da *Liberty Street* com a *Broadway*, onde ficava o *Zuccotti*. Finalizada a Assembleia-Geral, decidiu-se cumprir a *hashtag* que convocava aquela multidão (das redes sociais) às ruas: *#OccupyWallStreet* (“ocupar *Wall Street*”). Logo na primeira noite, mais da metade do pessoal ficou, dispendo barracas e sacos de dormir lado a lado, no meio da praça. Agora restava evidente que a coisa era literal.

Ocupar seria o verbo de uma ‘pequena grande’ ação. A aposta numa estratégia antiga (de exércitos a piquetes e greves, nos séculos anteriores), que, entretanto, poderia densificar aquela *presença coletiva*. Afinal de contas, se *ocupação* é o ato do corpo que toma o controlo e dramatiza determinado espaço (BENFORD, 1992), poucas coisas conseguem ser mais controversas que isso, politicamente. As dificuldades e as subtilezas dos conceitos de *ato*, *corpo*, *controlo*, *drama* e *espaço* entram em cena juntas na ocupação.

As quinhentas e tantas pessoas que continuavam firmes no propósito de dormir a madrugada do dia 18 de setembro no parque sabiam que o sítio ganhava múltiplos significados pelo simples facto de *tomarem a paisagem* (DARDEL, 2015, p. 33). Aquelas calçadas, ao serem preenchidas com outras figuras, diferentes dos engravatados habituais, conferiam novas interpretações ao bairro (HAMMOND, 2013). Pelo tempo que fosse, *Lower Manhattan* não seria apenas um ponto de encontro para ‘fazedores de

manifestantes planejaram descer Wall Street num sábado e ocupar algumas partes como expressão da sua raiva contra o sistema financeiro (...).” *In City Room, Blogging from the five boroughs, The New York Times*. **Wall Street protest begins, with demonstrators blocked**. Colin Moynihan. 17.9.2011, 16h26.

⁴ POPS, no acrónimo em inglês. Nova Iorque fora pioneira, entre as grandes cidades globais, em criar essa figura de Direito Administrativo. Ver, entre outros, KAYDEN, Jerold S. **Privately Owned Public Space: the New York City experience**. New York: Wiley, 2000.

dinheiro’, mas também para ‘fazedores de protesto’. A ocupação transformava o *local* em *lugar* (RELPH, 2008): de espaço padronizado, cinzento e de expectativas limitadas para circuito de reconhecimentos, experiências únicas e serendipidade, onde qualquer coisa interessante poderia ocorrer. Mas tudo aquilo era visto pelas corporações em volta e pela prefeitura como um problema à dinâmica de funcionamento da cidade⁵. Aqueles ‘tipos estranhos’, mais cedo ou mais tarde, teriam de sofrer *despejo* (DESMOND, 2016), especialmente num sentido político e económico. Afinal de contas, a expulsão da praça pública somente mimetizaria a exclusão e a precariedade que aquelas existências concretas já experimentavam em persistentes doses diárias (STANDING, 2013).

De qualquer forma, Nova Iorque é uma megalópole global e seus principais veículos de imprensa escrita – *New York Times* e *Wall Street Journal* – são os dois maiores jornais de todo o mundo⁶. Pequenos problemas não contam muito. Os filtros de visibilidade demandam um autêntico *acontecimento* (BADIOU, 2008). Um evento suficientemente interessante, com elevado ‘valor-notícia’ (WOLF, 1999). As primeiras informações sobre o protesto surgiram sem muito alarde, em *blogs*. Os jornais foram mornos: um grupo de jovens próximo à Bolsa de Valores em agitação contra o capitalismo; outra minúscula revolta contra o sistema financeiro; nada que *Manhattan* não tenha assistido nos últimos séculos.

O que vem na sequência, contudo, transforma o *Occupy Wall Street* num problema com a dimensão de Nova Iorque. A polícia necessita de reforços, logo nos primeiros dias, e prende sete pessoas⁷. Ao fim de uma semana, mais oitenta prisões. Nesta altura, vídeos circulam por toda a *internet*, expondo a truculência dos polícias e de seus *sprays* de pimenta nos olhos de duas manifestantes que somente fotografavam⁸. As convocações ao protesto viralizam, junto com imagens e mensagens contrárias à brutalidade estatal. As duzentas pessoas do dia 17 passam a dez mil no dia

⁵ The Wall Street Journal. **Wall Street Unoccupied. One by one, the self-regarding occupiers are being evicted.** 17.11.2011. Todas as traduções, nesta Tese, são de nossa autoria. Optamos por não incluir os textos originais, considerando a facilidade de acesso a eles na *internet*.

⁶ Em tiragem, em número de assinantes e em distribuição de conteúdo, por várias plataformas. Ver *Alliance for Audited Media (Circulation Analysis, 2022)*. Disponível em: auditedmedia.com/analysis-and-training/free-reports. Acesso: 1.4.2023.

⁷ Marcinek, Laura (19 September 2011). "Wall Street Areas Blocked as Police Arrest Seven in Protest". *Bloomberg Businessweek*. Archived from the original on 23 September 2011. Retrieved 19 September 2011.

⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=moD2JnGTT0A>. Acesso: 28/3/2015.

30 de setembro. Ninguém mais deixava aquele território. Manifestantes em turnos ininterruptos de revezamento, assim como forças de segurança e jornalistas.

Uma pausa nesse *flashback* e antes de contar o final da história – se é que tenha um final! – para expressar, de logo, que esta é uma investigação sobre o presente. Uma Tese que propõe releituras de alguns significados do *Occupy Wall Street (OWS)* como se fossem “mensagens numa garrafa” (BAUMAN, 2022): existiria algo que, viajando mais de dez anos nas ondas do tempo, estaria mais oportuno hoje do que esteve no calor do protesto? Algum legado do *OWS* poderia dinamizar as instituições políticas atuais? Alguma lição que aproveite à democracia representativa liberal teria deixado? Este é o desafio destas páginas, ao resgatar episódios centrais daquela mobilização.

Em 15 de outubro de 2011, do epicentro, em Nova Iorque, o protesto se espalha por *contágio* (CASTELLS, 2013) e cria um *enxame* (HAN, 2018b): mais de novecentas cidades, em oitenta e dois países, registam manifestações sob o título “*Occupy*”. Londres, Roma, Paris, Lisboa, Amsterdão, Ljubljana, Montreal, São Paulo, Johannesburg, Sydney, Tóquio, Hong Kong, Taipei e todas as maiores cidades do mundo, com a intensidade de tráfego de suas redes digitais, passavam a fazer parte de um *Occupy Movement* (HARVEY *et. al.*, 2012). A estrutura dos eventos era semelhante. Cada multidão planejou ocupar locais simbólicos, que traduzissem o entrelaçamento dos poderes econômicos e políticos ou que fossem palcos de lutas do passado. O lema era o mesmo: *We are the 99%* (*nós somos os 99%*). Referência incontornável de que “1%” (um por cento) da população detém mecanismos de acumular dinheiro, poder e influência, enquanto “99%” (noventa e nove por cento) pagam o preço dessa disparidade (STIGLITZ, 2013, p. 208), tornando impossível uma “democracia real” (CHOMSKY, 2013).

Os jornais, menos de um mês depois do “17-S” (sigla de alusão à data de início do *OWS*), chegavam a dizer que o episódio se mostrava um dos mais vibrantes da história do Estados Unidos da América (EUA). Já não conseguiam ficar indiferentes. O protesto se tornou marca política, *slogan* e assunto cotidiano (GITLIN, 2012). Toda a gente poderia concordar ou discordar, mas falar daquela *performance* (TILLY, 2008).

Quase sessenta dias do “17-S”, até 15 de novembro de 2011, quando a polícia varre cada centímetro do parque, por ordem do prefeito de Nova Iorque (influenciado

por outros incomodados com a situação que se arrastava e, principalmente, que se alastrava). Era tarde, porém. O magnetismo dos símbolos bem desenhados, dos cartazes inspirados e das frases de efeito do *Occupy* já havia se incorporado à cultura política, em especial a norte-americana (WALLERSTEIN, 2012; LEVITIN, 2021).

Uma estratégia típica de *soft power* (BALLERINI, 2017), afetando a estética (RANCIÈRE, 2009), as emoções (JASPER, 2016 e 2018), as paixões (ANSART, 2019) e a economia moral (RANDALL; CHARLESWORTH, 1999), justamente numa época de sociedades capitalistas aceleradas, cujos fluxos de pessoas, bens e imagens não permitem aos indivíduos muito mais que ‘reações’, breves instantes de atenção e de resposta a estímulos (SLOTERDIJK, 2008). Os dois meses ininterruptos de ocupação desativavam essa lógica de ‘reagir’, oferecendo tempo para elaboração de sentimentos e pensamentos.

Ocupar se tornou ‘a palavra de 2011’: a centenária *American Dialect Society*⁹ elegeu o verbo como o item mais importante do vocabulário de língua inglesa naquele ano. Ben Zimmer, um dos diretores da entidade, afirmou: “é uma palavra muito velha, mas, no curso de apenas poucos meses, tomou outra vida e moveu-se para novas e inesperadas direções, graças a um movimento nacional e global. O movimento, por si, foi empoderado pela palavra”¹⁰. Para a exata noção da importância do protesto, em terceiro lugar no concurso, ficou a expressão “99%” (*ninety-nine percent*).

Na escolha da *Personalidade do Ano* pela Revista *Time*, em 14 de dezembro de 2011, aparece uma figura de rosto e cabelos cobertos, deixando à mostra um olhar fixo e expressivo¹¹. *The Protester*, dizia a publicação. A pessoa do ano de 2011 era a – ou o – manifestante: assina a matéria de capa o escritor Kurt Andersen, indicando que, “em 2011, manifestantes não apenas expressaram suas queixas; mudaram o mundo”¹². E

⁹ <https://americandialect.org/occupy-is-the-2011-word-of-the-year>.

¹⁰ Tradução livre de: “It’s a very old word, but over the course of just a few months it took on another life and moved in new and unexpected directions, thanks to a national and global movement. The movement itself was powered by the word”. Cf. <https://americandialect.org/occupy-is-the-2011-word-of-the-year>.

¹¹ Conferir a imagem dessa capa nos Anexos.

¹² Tradução livre da parte final deste trecho maior: “no one could have known that when a Tunisian fruit vendor set himself on fire in a public square, it would incite protests that would topple dictators and start a global wave of dissent. In 2011, protesters didn’t just voice their complaints; they changed the world”. In Andersen, Kurt. *The Protester. Cover Story*. 14.12.2011. Disponível em: content.time.com/time/specials/packages/article/0,28804,2101745_2102132_2102373,00.html. Acesso: 22.2.2021.

completa Andersen: “protesto de rua massivo e eficaz foi um oxímoro global, até que – de repente, de forma chocante – começando exatamente um ano atrás, ele se tornou a imagem definidora de nossos tempos. E o manifestante, uma vez mais, tornou-se um fazedor de história”¹³. Como lembrou Manuel Castells (2013, p. 9), se o *Occupy* era “o evento do ano”, porque havia convertido “o lema dos 99%” num “tema regular da vida política do país”, a revista não podia escapar de seus efeitos, ao eleger a *Personalidade do Ano*.

É interessante notar, entretanto, que o ano de 2011 não se resumia ao *Occupy*. Na expressão de Slavoj Žižek (2012), foi “o ano em que a humanidade sonhou perigosamente”. Um período de revoluções na Tunísia e no Egito, de guerra civil na Líbia e na Síria, de grandes protestos na Argélia, no Bahrein, no Djibuti, no Iraque, na Jordânia, no Omã e no Iémen e de manifestações um pouco menores no Kuwait, no Líbano, na Mauritânia, no Marrocos, na Arábia Saudita, no Sudão e no Saara Ocidental – ditos, no seu conjunto, a *Primavera Árabe*.

Em Espanha, além de Madrid, Barcelona e Sevilha, outras 54 cidades¹⁴ se levantaram pela convocação de um protesto a 15 de maio de 2011. O manifesto, publicado nas redes virtuais, exigia *¡Democracia Real Ya!* e dera início ao acampamento *Los Indignados*.

No Chile, maio de 2011 testemunhava protestos massivos de estudantes contra o sistema privado de educação (baseado em *vouchers*) e em busca de escolas e universidades gratuitas e de qualidade.

¹³ Tradução livre de: “Massive and effective street protest was a global oxymoron until — suddenly, shockingly — starting exactly a year ago, it became the defining trope of our times. And the protester once again became a maker of history”. In Andersen, Kurt. **The Protester**. *Cover Story*. 14.12.2011. Disponível em content.time.com/time/specials/packages/article/0,28804,2101745_2102132_2102373,00. Acesso: 22.2.2021.

¹⁴ Por ordem alfabética: Albacete, Algeciras, Alicante, Almería, Arcos de la Frontera, Badajoz, Barcelona, Bilbao, Burgos, Cáceres, Cádiz, Castelló de la Plana, Ciudad Real, Córdoba, Cuenca, Ferrol, Figueres, Fuengirola, Granada, Guadalajara, Huelva, Jaén, Corunha, Lanzarote, La Palma, León, Las Palmas de Gran Canaria, Lérida, Logroño, Lugo, Madrid, Málaga, Menorca, Mérida, Murcia, Ourense, Oviedo, Palma de Mallorca, Pamplona, Plasencia, Ponferrada, Puertollano, Salamanca, San Sebastián, Santa Cruz de Tenerife, Santander, Santiago de Compostela, Sevilha, Soria, Tarragona, Toledo, Torrevieja, Ubrique, Valencia, Valladolid, Vigo, Vitoria e Zaragoza. Todas com registos de convocatórias. Disponível em: https://web.archive.org/web/20110618052911/http://democraciarealya.es/?page_id=580.

Na China, Beijing, Shanghai, Nanjing e outras cidades realizaram demonstrações “pró-democracia”, entre fevereiro e março de 2011. Ativistas de Hong Kong, depois de participarem dessas mobilizações, fomentaram o *Occupy Central*, em outubro de 2011.

Na Grécia, no Reino Unido, na Irlanda, em Itália, em Portugal, em Israel, entre vários países, aquele 2011 ficara marcado por protestos de larga escala contra a austeridade económica, imposta pelos respetivos governos em aliança com – ou sob a pressão de – atores supranacionais (o Banco Mundial, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional)¹⁵.

Fazendo curta uma longa história, o *Occupy* era, em boa verdade, um desdobramento. Ativistas experientes dos EUA constelaram forças com as organizações desses vários protestos estrangeiros (nomeadamente da *Primavera Árabe*, dos *Indignados* e do movimento antiausteridade do Reino Unido)¹⁶, através de seminários académicos, *workshops* e de reuniões informais, onde partilhavam técnicas de mobilização e de resistência (GRAEBER, 2013). Perceberam a *oportunidade política* (TILLY, 1978; McADAM, 1982; TARROW, 1994) de reunir demandas abrangentes num único guarda-chuva e tentar converter energias que circulavam nos bastidores numa disrupção que inundasse a cena pública norte-americana (KROLL, 2011, p. 17).

O anúncio da revista canadiana *Adbusters*¹⁷, que lança, ainda em 13 de julho, a convocação pública para a ocupação de *Wall Street*, não permite dúvida sobre essa

¹⁵ Em Portugal, o conjunto desses três atores internacionais ficara popularizado como *troika*, o termo russo [тройка] para trio ou trinca. Por isso, um dos coletivos que integra o movimento português foi apelidado de “*Que se lixe a Troika!*”. Ver mais no capítulo 6.

¹⁶ “Um grupo de artistas, ativistas, escritores, estudantes e organizadores reuniu-se no quarto andar da Rua Beaver, n. 16, um espaço de artistas próximo a *Wall Street*, para falar sobre transformar o mundo. Havia novaiorquinos na sala, mas também egípcios, espanhóis, japoneses e gregos. Alguns tomaram parte no levante da Primavera Árabe; outros se envolveram nos protestos que pegavam fogo por toda a Europa”. Tradução livre de: “a group of artists, activists, writers, students, and organizers gathered on the fourth floor of 16 Beaver Street, an artists’ space near Wall Street, to talk about changing the world. There were New Yorkers in the room, but also Egyptians, Spaniards, Japanese, Greeks. Some had played a part in the Arab Spring uprising; others had been involved in the protests catching fire across Europe”. In KROLL, Andy. *How Occupy Wall Street really got started*. In GELDER, Sarah Van. **This Changes Everything**. São Francisco: Berrett-Koehler Publishers, 2011, pp. 16-21. Cf., no mesmo sentido, GRAEBER, David. **Projeto Democracia. Uma ideia. Uma crise. Um movimento**. Lisboa: Editorial Presença, 2013.

¹⁷ O cartaz que primeiro convocou o movimento pode ser visto, com detalhe, no Anexo.

influência do exterior¹⁸. A publicação questiona: “*are you ready for a Tahrir moment?*”, conectando aquilo que poderia ocorrer nos EUA com a mobilização egípcia, que já era realidade (a praça *Tahrir*, no Cairo, tornava-se, na altura, símbolo da tentativa de um novo país). Os editores da revista, Micah White e Kalle Lasn, ativistas baseados em Vancouver, propuseram a data de 17 de setembro tomados por um senso de urgência, a fim de que a América do Norte tivesse sua mobilização, ainda em 2011, a fim não perder o *momentum* e reverberar tudo o que acontecia naquele intenso ano.

Pelos padrões da comunicação social estadunidense (SCHUDSON, 2007), era suposto que a imprensa corporativa redobrasse a atenção dada aos eventos internacionais, se algo similar ocorresse em solo nacional. De fato, a aposta resultou. O *Occupy* foi transmitido, em direto, por fotos, vídeos, textos e televisão, como um fenómeno tipicamente americano, em boa parte da cobertura jornalística, que, como o *Wall Street Journal*, quase não citava outros países. Mas, de outro lado, o protesto conseguiu, por manifestos, livros, publicações em redes sociais e, mesmo, jornais do porte de um *New York Times*, transparecer seu espírito cosmopolita, que galvanizava Cairo, Madrid e Atenas.

Naqueles meses, os EUA e o mundo inteiro testemunhavam a expressão de ideias e de formas de interferir na agenda política que pareciam distintas do repertório consolidado por protestos no século XX, como se improvisassem novas rotinas para comunicar reivindicações (TILLY, 2008, pp. 11-12). Nas palavras de Budd Hall (2012, p. 127), “o movimento *Occupy* chamou mais atenção para os *processos de aprendizagem*, para o *pensamento coletivo*, para a *escuta ativa* e para a *criação de novos espaços físicos*, intelectuais e políticos do que os movimentos que o precederam”¹⁹. Talvez se possa acrescentar, com Paolo Gerbaudo (2017, p. 1), que “movimento *Occupy*” é expressão que traduz um verdadeiro “movimento das praças” (*movement of the squares*), não somente o novaiorquino. Centenas de praças com horizontes parecidos de luta contra a

¹⁸ Dificilmente existiria o *Occupy* sem um grupo de ativistas e de organizadores com participações por levantes populares em todo o mundo, diz Andy Kroll (2011, p. 16).

¹⁹ Tradução livre da passagem: “the Occupy movement has drawn more attention to the processes of learning, to collective thinking, to active listening and to the creation of new physical, intellectual and political spaces than movements that have preceded it”. In HALL, Budd L. ‘A giant human hashtag’: *learning and the #Occupy Movement*. HALL, B. L.; CLOVER, D. E.; CROWTHER, J.; SCANDRETT, E. (eds.). **Learning and Education for a Better World: The Role of Social Movements**. Rotterdam: Sense Publishers, 2012, pp. 127–140.

extrema desigualdade econômica, as políticas de austeridade e a falta de democracia: três contextos distintos, que se manifestam em graus diferentes, de país a país, mas, conforme diziam os protestos, todos, de alguma forma, relacionados à ideologia e às práticas do “neoliberalismo” (GERBAUDO, 2017, p. 2).

Não soa exagero reunir tantos protestos, de centenas de lugares, como manifestações de um único – e mesmo – “movimento social”²⁰. O conceito de movimentos sociais enquanto “redes de interação informal entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações engajadas em um confronto político e/ou cultural tendo como base uma identidade coletiva compartilhada” (DIANI, 1992, p. 3) abraça, plenamente, o caráter reticular (COMBES, 1999, p. 107) ou tentacular (HARAWAY, 2016, p. 2) do “movimento das praças”.

Além disso, seria difícil perceber as causas desses ciclos de protestos simultâneos (TARROW, 2009) sem investigar coligações implícitas e explícitas entre eles, em especial a partir das lentes da economia política e da experiência democrática contemporâneas (FUCHS, 2014; BURAWOY, 2015; DELLA PORTA, 2017). Imaginar que mil e cinquenta acampamentos²¹, no intervalo de poucos meses, seriam meras coincidências ou mobilizações vincadamente separadas, organizadas apenas localmente e com motivações específicas de cada território, que, todavia, eclodiram na exata mesma época, é bem menos óbvio do que enxergar, de logo, o estabelecimento de uma rede densa entre eles.

A literatura científica aponta a escolha de causas transversais, em que coubessem opiniões variadas (TAYLOR e GESSEN, 2011), planejamentos meticulosos (GITLIN, 2012), lideranças abertas (MITCHELL, HARCOURT e TAUSSIG, 2013), engajamentos entre manifestantes experimentados e pessoas que nunca participaram de mobilizações (RAWLINGS, 2011), parcerias entre virtual e corporal (GELDER, 2011), meios próprios de divulgação dos eventos (CONSTANZA-CHOCK, 2015) e escolha apropriada do momento (GRAEBER, 2013), como fatores que ajudam a explicar o

²⁰ O lema de abertura do *website* <http://www.occupytogether.org/> era, precisamente, *We find commonality within our diversity* ou, em tradução livre, “nós achamos algo em comum dentro de nossa diversidade”.

²¹ Dados reunidos por <http://occupywallst.org/infotent/> e <http://directory.occupy.net/>.

relativo êxito do *Occupy* – e do “movimento das praças”, como um todo – em criar um debate público vigoroso sobre temas áridos, feito a distribuição de renda.

A tática escolhida também merece destaque. A exposição dos corpos, por longos intervalos, numa paisagem significativa da cidade: uma cena com alto potencial de fixação na memória e com singular atratividade. Isso porque o sentimento de empatia, para quem se compreende na classe trabalhadora, é quase automático ao assistir a pessoas dormindo nas ruas, lutando contra a precariedade e a insegurança da existência (STANDING, 2013) produzida pela simbiose entre mercado financeiro e política (BUTLER e ATHANASIOU, 2013). Essa conexão do teatro de rua e da adesão de quem vê compõe uma espécie de *fissura* no sistema (HOLLOWAY, 2013), constrói *zonas autônomas temporárias* (BEY, 2018), ou seja, enclaves que desmantelam a lógica, as normas, o tempo e a velocidade das sociedades capitalistas (VIRILIO, 2006), permitindo resultados surpreendentes, para além do velho incômodo às autoridades.

Tudo isso parece impressionante, mas é hora de perguntar o óbvio: afinal de contas, para onde foi toda a energia movimentada nessa época? A indagação devolve o texto e o pensamento ao presente e, de algum modo, prenuncia o que está por vir.

Embora recompensador lembrar de 2011 e das façanhas do *OWS* ou do “movimento das praças” – sobretudo para quem não pôde participar ou acompanhar, ao vivo – estas páginas servem menos para reviver histórias daqueles dias do que para buscar sobreviver aos dias atuais.

Esta Tese procura resgatar episódios e repensar aspetos da experiência do *OWS*, modelo do Norte Global para a ebulição de 2011, a fim de traçar uma linha do tempo: seria viável argumentar que esta década (de 2020 em diante) resulta de qualquer coisa que foi ensaiada na década anterior e, no entanto, se perdeu pelo caminho? As consequências, a longo prazo, de protestos e de movimentos sociais, como o *OWS*, podem servir de aprendizado a todo o sistema democrático?

Por óbvio, não se trata de alçar o *Occupy* à condição de ‘guia para o futuro’, ‘bússola para redirecionar a democracia’ nem nada do tipo. A referência ao movimento pretende, acima de qualquer coisa, mostrar o quanto é possível imaginar algo diferente daquilo que pesa como realidade (DESCOLA, 2016) – compreender que existiram e

sempre existirão outras formas de ser-no-mundo (LÉVINAS, 2011). E, no dicionário dessas alternativas, o *Occupy* é um exemplo curioso.

Há um razoável acervo de documentos sobre o *OWS*, entre fotos e matérias jornalísticas, dossiês policiais e *sites* da *internet*, tendo em vista seu volume e, logicamente, seu impacto, desde logo nos EUA. Publicações de institutos de pesquisa²², de universidades²³ e, mesmo, de instituições multilaterais surgiram sobre o debate que o protesto levantava²⁴: o quanto o sistema financeiro seria moldado a favor de uma *plutocracia* (uma abastada elite dirigente) em detrimento de quase toda a sociedade. Em uma palavra, o debate acerca da *desigualdade*, que, num primeiro olhar, é económica, e, no fim das contas, mina a própria crença política na democracia (HELD, 2006, p. 169), por retirar-lhe um dos pilares, qual seja, a ideia de que todas as vozes são ouvidas e têm importância equivalente (HABERMAS, 2003b, v. 1, p. 191).

Com a variedade de fontes que apresenta, o *OWS* não é uma escolha incomum enquanto objeto de debate. Ao contrário. É quase um tópico saturado. Não obstante, existem facetas do movimento – tanto sociológicas, quanto filosóficas, políticas e até jurídicas – que continuam em aberto. Ou, pelo menos, que não foram abordadas e reunidas num mesmo estudo, na intuição de que formassem um todo coerente.

Uma dessas facetas tem a ver, precisamente, com os efeitos a médio e a longo prazo de uma mobilização. Pode soar contraintuitivo, mas essa pergunta a respeito dos impactos permanentes do ativismo não é formulada com tanta frequência. Doug McAdam, Charles Tilly e Marco Giugni advertem que, embora a literatura sobre movimentos sociais tenha crescido exponencialmente, há certas áreas que continuam pouco estudadas. Uma dessas “áreas relativamente negligenciadas” é a dos *resultados e consequências* (*outcomes and consequences*) que as performances de contestação

²² O *Pew Research Center* produziu, ainda em 2011, um interessante questionário a respeito da visão do público estadunidense sobre o movimento. Disponível no *website* <https://www.pewresearch.org/politics/2011/12/15/section-2-occupy-wall-street-and-inequality/>.

²³ MILKMAN, Ruth, LUCE, Stephanie e LEWIS, Penny. **Changing the subject: a bottom-up account of Occupy Wall Street in New York City**. Murphy Institute, The City University of New York (CUNY), 2013. Disponível em <https://media.sps.cuny.edu/>.

²⁴ A *Foundation for Value Creation* (FVC), instituição que congrega Escolas de Negócios, Universidades e organismos sem fins lucrativos, por exemplo, criou o EQx (*Elite Quality Index*), um “índice” de economia política que mede a habilidade dos modelos de negócios das elites em cada país (por dados agregados) para criar valor, mais que extrair valor. Ver <https://elitequality.org/>.

pública apresentam “na rotina política, nos ambientes sociais, nos outros movimentos e protestos ou, mesmo, nos próprios participantes” (McADAM, TILLY, GIUGNI, 1999: xi).

Embora crucial, o estudo das consequências dos protestos, e particularmente das suas consequências a longo prazo, é um dos tópicos da literatura dos movimentos sociais que merece novas luzes (BERKOWITZ, 1974; GURR, 1980; McADAM, McCARTHY, ZALD, 1988; TARROW, 1993).

“A falta de trabalhos acadêmicos sobre o tema é ainda mais lamentável”, conclui Giugni (1999, p. xv), “se considerarmos que uma das *raisons d’être* dos movimentos sociais é trazer mudanças em alguns aspetos da sociedade, um objetivo fundamental de movimentos que muitas vezes é reconhecido, mas apenas raramente abordado”²⁵.

A proximidade do aniversário de 12 anos do *Occupy* é uma oportunidade para contribuir nesse campo de investigações; e isto, de pronto, seria digno de aprofundamento. Mas há um outro eixo de rotação.

Quando examinadas as primeiras evidências do que se poderia chamar “um legado do *OWS*”, torna-se imprescindível articular esses efeitos duradouros do movimento com a cena política contemporânea. Sob esse prisma, uma das questões intrigantes seria perceber aqueles movimentos de 2011, particularmente o *OWS*, como estopins de uma época desiludida com as instituições da democracia liberal (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018, p. 194).

Quais labirintos, no jogo político dos EUA, esconderiam uma linha pontilhada entre o *Occupy* e a eleição de Donald Trump; ou entre o *Occupy* e os fenômenos de popularidade Bernie Sanders, Elizabeth Warren e Alexandria Ocasio-Cortez; ou, ainda, entre o *Occupy* e a eleição de Joe Biden e Kamala Harris, com agenda “mais à esquerda que o habitual” para o Partido Democrata. Tudo isso é pouco examinado.

²⁵ Tradução livre de: *the lack of scholarly work on this topic is all the more unfortunate if we consider that one of the raisons d’être of social movements is to bring about changes in some aspects of society, a fundamental goal of movements which is often acknowledged but only rarely adressed explicitly.* In GIUGNI, Marco. *How Social Movements matter: past research, present problems, future developments. Introduction*, pp. xv. In McADAM, Doug, TILLY, Charles e GIUGNI, Marco. **How Social Movements matter**. 1ª ed. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

Interessa perceber, por exemplo, de que modo a força de um protesto horizontal e sem líder (ROSS, 2012) estaria correlacionada a um período de franco retorno do autoritarismo e do personalismo, enquanto ideias políticas credíveis, mas, de outro lado, compreender quais princípios aquelas performances de rua poderiam deixar como exemplos na remodelação de instituições multisseculares, feito as da política profissional (MANCINI, 2014).

Dessa maneira, o movimento funciona, aqui, como “caso de estudo”. Dada a sua projeção no ocidente, é retomado na condição de base a partir da qual se generalizam, pelo menos, três grandes hipóteses: i) as vivências daquele turbulento período de contestações políticas (2011-2015) jogam papel fundamental nas décadas posteriores, especialmente na teoria e na práxis democrática; ii) é preciso definir melhor (ou redefinir, até) alguns sentidos possíveis ao *OWS*, a fim de compreender a repercussão, a médio e a longo prazo, de um protesto, sobretudo um de grande escala; e, finalmente, iii) existem lições nascidas daqueles dias, na década passada – e, principalmente, a partir de um movimento como o *OWS* – que estão a ser desperdiçadas, em boa parte, pela democracia liberal, nestes momentos agudos por que passa.

Abaixo de cada uma dessas hipóteses, há um exercício de interpretação complexo. Antes de tudo, porque é difícil argumentar que circunstâncias daquele momento poderiam ser reconhecidas também na atualidade. É preciso respeitar o conjunto de atos e de fatos de uma determinada época, enquanto singularidade. Em outras palavras, ter certa reverência com a irrepetibilidade de cada instante. No entanto, é preciso examinar processos históricos e transformações sem o vício do *presentismo*, como alerta François Hartog (2019, p. 140): a prevalência do tempo que se vive – agora – não pode ser tanta que o passado e o futuro não importem. O presente não pode engolir todas as experiências nem todas as expectativas (HARTOG, 2019, p. 142-148).

Com algum equilíbrio entre esses dois extremos, pode-se ter em comum, no mínimo, três *crises* que influenciaram a década passada e permaneceram na nova década. Uma crise dos desenhos e dos mecanismos da democracia liberal representativa ocidental: que faz emergir insatisfações variadas, desde o Norte ao Sul Global, por

motivos distintos. Depois, uma crise do modelo de globalização, principalmente voltada aos rendimentos dos capitais financeiro e industrial: que revela sua natureza perversa na marginalização de franjas populacionais e de imensas regiões do mapa. E, por fim, uma crise do sistema capitalista, enquanto princípio organizativo das sociedades ocidentais, tendo em conta que, a cada ciclo de percalços económicos, novas ondas de pessoas são lançadas à pobreza, à miséria, à migração, à guerra ou ao desastre ambiental, isto é, a diversas espécies de riscos (de morte, inclusive).

Esses três panos de fundo críticos parecem variar apenas nas formas assumidas, outrora e agora. Mas há determinados elementos constantes. Se o *OWS* confrontava essas realidades e sinalizava alternativas, e esses cenários, em dez anos, não mudaram seus aspetos gerais, continua instrutiva uma avaliação das ideias centrais e das consequências (pretendidas ou nem tanto) daquele movimento (e daquele momento histórico, que lhe dava substância), a fim de buscar pistas que tenham valor no enfrentamento das mesmíssimas crises hoje.

É com essas premissas que a discussão, nos capítulos seguintes, procura mostrar o quanto o barulho e as imagens do *OWS* converteram-se em memórias, em adquiridos, em vocabulários ou, ainda, em influxos na paisagem eleitoral, em mudanças institucionais ou, no limite, em leituras distintas das ordens jurídicas ou económicas.

De qualquer sorte, fica a ressalva, desde logo, de que o discurso sobre alguns marcadores do protesto é sempre uma ficcionalização. Como adverte a Antropologia Política, discorrer sobre um movimento é um modo de romantizar sobre o que terá sido. Esse aviso é fundamental para que “sempre exista uma saída, uma via aberta, para as pessoas que estão sendo descritas” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 8). Basta que a descrição do que se passou seja “suficientemente boa”: não é necessário tentar entender cada detalhe, cada paradoxo, como se fosse viável esgotar, com a lupa, a essência dos sujeitos e das agências sob estudo. Haverá uma área de criatividade, uma zona cinzenta, de fronteiras indefinidas, que deixa o potencial do movimento ainda e sempre em aberto, a quem procurar-lhe novos sentidos.

Pois bem. A tentativa era a de um desenho simples. Quer dizer, simples no roteiro, porque, afinal, as tentativas de respostas para as perturbações da democracia desta segunda década do século XXI podem ser tudo, menos objetivas.

Cada capítulo é dividido em duas partes. No trecho inicial, a lembrança de uma cena do *Occupy* ajuda a sublinhar algo da definição daquele protesto. Uma característica, uma nota ou uma suposição daquilo que o movimento *é* ou *representa* (daquilo que o movimento *foi* ou *representou*). Para, na sequência, discutir se as categorias mobilizadas nessa descrição do protesto teriam alguma aplicabilidade no aqui e no agora das instituições democráticas – e de que maneira isso poderia se dar.

No primeiro capítulo, o *Occupy* é entendido como *uma performance*: corpos expostos ('em praça pública'), exibindo-se como subjetividades em ação, inclusive quando simplesmente paradas (a resistir). Depois, na segunda parte, relembra-se que a democracia não é mero substantivo, é verbo também, metaforicamente falando. Não é um regime dado, vindo de fora, pronto e acabado. É construído – e transformado – a cada experiência. Essa sua plasticidade e essa sua autocorreção, no entanto, dependem da performance de cada cidadã e de cada cidadão. Colocar a pele em jogo (*skin in the game*), arriscar-se, expor-se, são notas características da democracia, porque é um regime político bastante performático.

No segundo capítulo, o *OWS* é visto como *um exercício de democracia participativa*: um teatro de rua, uma antecipação (do que um dia podem ser as instituições políticas), um protótipo (de novos arranjos sociais, económicos e culturais). A outra parte do capítulo salienta a inviabilidade de o ocidente manter instituições dos séculos XVII, XVIII ou XIX, sem profundas modificações, que possam traduzir a revolução da participatividade, ocorrida em diferentes áreas da vida no século XXI, para o modo de funcionamento dos gabinetes eleitos.

No terceiro capítulo, o *Occupy* é tido como *um protesto-espetáculo*: uma manifestação projetada para drenar atenção, suspender a percepção, incluir a observadora ou o observador enquanto agentes, emancipar a espetadora ou o espectador. Para isso, *afeta*, isto é, mexe com os afetos, gerencia as paixões, mais que tudo as políticas. O segundo momento do capítulo afirma que a “atenção, neste século, é o novo petróleo”²⁶. Para romper com a máquina de *fake news*, tão bem montada em

²⁶ Adaptação de *The world's most valuable resource is no longer oil, but data*, artigo de Anna K. Sasaki, publicado em *The Economist*, aos 6 de maio de 2017, sobre a regulação dos gigantes da *internet*.

praticamente todos os países ocidentais, é preciso construir as estruturas adequadas para induzir um debate, uma reflexão, como fez, por dois meses, o OWS.

No quarto capítulo, o movimento *Occupy* é percebido como *uma presença coletiva que lança tendências*, visuais, vocabulários, repertórios, atitudes, rituais e modos organizativos. Em seguida, compreende-se que os movimentos sociais do século XXI precisam combater o sistema de iniquidades na mesma dimensão em que esse sistema se espalha. E essa raiz é, quase sempre, estética e cultural.

No quinto capítulo, o único que foge ao esquema, tem-se detalhamento da metodologia: os limites e as possibilidades da estratégia do *estudo de caso*, além da exposição de motivos para a escolha do *Occupy* como fenómeno, cujo contexto e cujas variáveis pudessem contribuir no debate sobre esta década da democracia liberal representativa e eventuais próximos passos. Na segunda parte do capítulo, uma análise do discurso e da narrativa estimulada pelo jornais *The New York Times* e *The Wall Street Journal* a respeito do movimento, desde 17 de setembro de 2011 até 17 de setembro de 2012. Portanto, dez anos de notícias sobre o *Occupy*, avaliados criticamente, a partir de noções da análise de conteúdo, como as consagradas por Laurence Bardin (2015).

No sexto capítulo, o OWS é tido como *uma força* – primeiramente nacional, depois transnacional – *que pauta a agenda pública*. Com sua crescente demonstração de vigor, o movimento começa a refazer os termos do debate público sobre economia política. Sob alguns prismas, o faz de modo efêmero, temporário; sob outros, de modo permanente, duradouro. Na segunda parte do capítulo, discute-se a possibilidade de resgatar a Teoria do Poder Constituinte, indicando esses protestos de dimensão ampliada como espécies de “poder constituinte difuso e transnacional”. Afinal de contas, as mesmas potências oligárquicas dos séculos XVIII e XIX, que deram urgência à teoria constituinte, continuam a atuar, sob novas roupagens (ou nem tão novas assim).

No sétimo e último capítulo, o *Occupy* é explicitado como *um método de polinização*: um movimento de tipo novo, mas já razoavelmente conhecido (noutras fórmulas e padrões, noutras épocas), cujo interesse principal está em levar a sua mensagem adiante, para o maior número de pessoas que possa ouvi-la. Como definiu David Graeber, “tal como o abolicionismo e o feminismo, trata-se de alterar as percepções morais das pessoas”. Não é o típico movimento que procura mudar uma lei,

que reivindica um aumento de salário ou que tenta indicar uma autoridade num comitê estatal. Aliás, pode fazer tudo isso junto, sem, no entanto, desnaturar-se. Afinal, é um protesto que, *prima facie*, envolve o simbólico, o imaginário. E, de modo subsidiário, como que em segundo plano, envolve aspetos concretos, palpáveis, do cotidiano.

Num segundo instante, o capítulo procura argumentar o quanto a escolha de temas abrangentes, de demandas complexas ou de táticas abertas não pode ser confundida com ‘não ter organização nenhuma’ ou, ainda pior, com ‘não lograr nenhum êxito’. Porque, em comparação, a democracia também é um regime político delicado, embaralhado, confuso, de muitas vozes, de muitas exigências sincrônicas e diacrônicas. Não obstante, é o regime dos aprendizados consistentes. A sua estabilidade é feita no gerúndio – não naquilo que é, nem naquilo que deve-ser, mas no dever-sendo. A democracia, tal o *OWS*, é uma mensagem de partilha de autoridade que é polinizada em diversas frentes, ao longo do tempo.

Por todas essas características, revistas com a serenidade que doze anos de distância dos eventos de 2011 podem conferir, é que se afirma o *Occupy Wall Street* como um protesto de significados ainda pouco explorados, tanto na literatura sociológica, filosófica e jurídica, quanto nas investigações de Ciência Política.

Na Sociologia, por exemplo, o ativismo de protestos anárquicos é pouco compreendido. A indiferença em relação às instituições políticas formais, elaborando uma política prefigurativa, bem poderia ser classificada de maneira distinta na literatura dos movimentos sociais. Um ativismo que não seria *outsider*, mas *beyonder*.

No Direito, o ativismo deste século pode ser compreendido como Poder Constituinte, porque busca, efetivamente, direcionar o debate, transformar a interpretação, trocar a norma ética e cultural.

Na Filosofia, é tempo de resgatar a Estética, enquanto vertente a considerar na discussão sobre protestos do século XXI. O teatro é a forma democrática por excelência – empatia e reflexão colocadas na área política – mas essa ponte entre arte, sensações, sentimentos, emoções e protestos ainda carece de novas categorias.

Na Ciência Política, resgatar a noção da política enquanto gerenciamento de conflitos, para perceber que existe política em tudo, porque, antes, há conflito em tudo.

Nesse sentido, a política é um meio e um fim, tanto quanto a arte ou a linguagem. Essas três forças são extremamente imbricadas nesses movimentos do século XXI: política, arte e linguagem, na condição de “mídias”, tornaram-se elementos fundantes do ativismo contemporâneo.

Existem, assim, camadas inteiras de sentido abaixo da superfície daquelas melodias, daquelas marchas, daqueles confrontos com a polícia e daqueles sacos de dormir apertados uns aos outros. O *Occupy*, ao declarar no meio da praça – no coração das finanças – que o povo importa e tem muito a dizer, criava uma estética (um gosto, um léxico, uma comunidade epistémica²⁷). Demandar um freio ao dinheiro e ao *lobby* das grandes corporações era apenas um de seus *gestos* (FLUSSER, 2014, p. 17). Nem de longe, essa reivindicação o esgota.

Com o exemplo do *OWS*, é possível dizer, hoje, que aqueles movimentos da década passada não quiseram destruir as instituições políticas, mas, sim, ressignificá-las. Não se tratava de destruir a praça, mas de ocupá-la. Manter o passeio, com uma nova engenharia, que coubesse a diversidade de existências dentro. As décadas seguintes precisam refletir melhor sobre as lições daquele instante, para reconstruir também seus espaços públicos.

²⁷ O uso do adjetivo “epistémica”, aqui, vai no sentido de uma comunidade de conhecimentos, informações e técnicas que possam render desdobramentos (LIPSCHUTZ e ROWE, 2005, p. 21), não confundir com “uma rede de profissionais e especialistas, que possam contribuir com a elaboração de políticas públicas” (HAAS, 1992, p. 3).

Capítulo 1. Performatividade de corpos a resistir



Quiet
Milck

© 2017 Atlantic Records

Em geral, a despossessão fala de como os corpos humanos se materializam e desmaterializam através de histórias de escravidão, colonização, apartheid, alienação capitalista, política de imigração e asilo, multiculturalismo liberal pós-colonial, gênero e normatividade sexual, governamentalidade securitária e, mesmo, por razões humanitárias.

Judith Butler e Athena Athanasiou (2013)

Sábado, 1 de outubro de 2011, 16h29. A manchete no *New York Times* revela tensão: “polícia prende mais de 700 manifestantes na Ponte do *Brooklyn*”²⁸. Vídeos, em direto, mostram palavras de ordem, gritos e detenções²⁹. Jesse A. Myerson³⁰, coordenador de comunicação do *Occupy Wall Street*, disse ao jornal que a polícia fazia a escolta dos manifestantes, em relativa tranquilidade, até certo ponto do caminho; mas que, de repente, as redes laranjas³¹ começaram a envolver centenas de pessoas, como se fosse uma armadilha.

²⁸ The New York Times. City Room. Blogging from the five boroughs. **Police arrest more than 700 protesters on Brooklyn Bridge**. Al Baker, Colin Moynihan e Sarah Maslin Nir. 1º.10.2011, às 16h29.

²⁹ Vídeos disponíveis no canal de *YouTube WeAreChange*: <https://www.youtube.com/watch?v=yULSI-31Pt0>.

³⁰ Myerson, em 2017, fundou o *Hoosier Action*, instituição de empoderamento popular do sudeste do Estado de Indiana. *Hoosier* é uma designação comum, nos EUA, às pessoas nascidas em Indiana. Os escritos de Jesse Myerson, atualmente, aparecem nas revistas *Rolling Stone* e *The Nation* ou nos jornais *Washington Post* e *The Intercept*.

³¹ As forças policiais de diversos países utilizam redes plásticas flexíveis, como pequenas cercas, de cor laranja fluorescente, que servem para separar áreas ou limitar a passagem de pessoas. Cerquites parecidas são utilizadas na construção civil.

Paul J. Browne³², porta-voz do Departamento de Polícia de Nova Iorque, afirmou ter havido a determinação aos manifestantes de uso das passarelas (destinadas a peões), no entanto, desceram e bloquearam a estrada no sentido *Manhattan-Brooklyn*, a impedir o tráfego de veículos – por isso tantas prisões.

No dia seguinte, 680 (seiscentas e oitenta) pessoas foram liberadas, mas a responder acusações por conduta desordeira e, de logo, uma intimação para audiência no Tribunal Criminal da Cidade de Nova Iorque³³.

Essa marcha assinalou o dia com o maior número de detenções simultâneas no OWS. As cenas de rudez e a armadilha policial numa ponte evocavam à memória, ainda que as circunstâncias fossem bastante distintas, o *Domingo Sangrento de Selma (Selma's Bloody Sunday)*³⁴. A polícia estadual do Alabama encurralou, em 7 de março de 1965, cerca de 600 (seiscentos) manifestantes do *Movimento pelos Direitos Civis*³⁵, na Ponte Edmund Pettus, na cidade de Selma. Protestavam, nessa marcha a Montgomery (capital do Estado), pelo direito constitucional de votar. Quarenta e seis anos depois, com outro pano de fundo, o *Occupy* insistia no significado de votar, quando grandes corporações determinam os programas eleitorais e os projetos de cada governo (WOLIN, 2010).

Não importa tanto se 1965, 2011 ou 2023: um corpo em protesto é sempre extravasamento, um ser para além do silêncio e da passividade, logo, “potencialmente indócil”, “merecedor de castigo e de disciplina” (FOUCAULT, 2000, pp. 163-164). Uma interpretação severa das leis pode levar centenas de pessoas à prisão apenas por colocarem seus corpos num sítio ‘inadequado’, numa hora ‘inapropriada’. O episódio da

³² Paul J. Browne, figura proeminente dos bastidores da maior Polícia dos EUA (a de Nova Iorque), por muitos anos Comissário para Relações Públicas daquele Departamento, deixou a corporação em 19 de agosto de 2013, assumindo a Vice-Presidência de Relações Públicas da Universidade de Notre Dame. Notícia do *New York Times*, de 18 de julho de 2013, por David Goodman. Disponível: <https://www.nytimes.com/2013/07/19/nyregion/police-depts-chief-spokesman-to-step-down.html>.

³³ Ver notícia da BBC de 2 de outubro de 2011: <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-15143509>.

³⁴ Cf. PRATT, Robert A. **Selma's Bloody Sunday. Protest, voting rights, and the struggle for racial equality**. Baltimore: John Hopkins University Press, 2017.

³⁵ Movimento social formado a partir de várias campanhas (majoritariamente não-violentas), entre 1954 e 1968, para que fosse abolida, nos EUA, a segregação racial por lei, a discriminação e a privação de direitos à população afro-americana. Ver, entre outros, RANSBY, Barbara. **Ella Baker and the Black Freedom Movement: a radical democratic vision**. Chapel Hill: UNC Press, 2003. GARROW, David J. **Bearing the cross: Martin Luther King Jr. and the Southern Christian Leadership Conference**. New York: William Morrow & Company, 2004. HALEY, Alex; X, Malcom. **The autobiography of Malcom X**. London: Penguin Books, 2007.

marcha entre o parque *Zuccotti* e a ponte do *Brooklyn* é revelador, sob esse aspecto. Se deitados, sentados ou de pé, na praça, os corpos já estavam sob vigilância (24 horas por dia, 7 dias na semana), quando postos em movimento sincronizado, tornaram-se alvos de intensa repressão.

Essa efeméride do *Occupy* destaca a primeira parte de uma definição possível àquele protesto: a ideia de que, antes de tudo, o *OWS* era uma *performance corporal*. A maneira escolhida pela organização dos eventos implicava muitos corpos. Ainda que a confrontação digital fosse importante ao movimento, como aquela praticada, em aliança, pelo coletivo hacktivista *Anonymous*³⁶, diferentes existências concretamente situadas teriam de se *expor* com o protesto – tanto no sentido de se *mostrar*, quanto no sentido de se *pôr em risco* (BUTLER, 2018).

Nas próximas linhas, essa noção de *performance corporal* é desdobrada nas ações do *Occupy*, para, na sequência, notar-se que qualquer protesto, numa interpretação abrangente, poderia ser enxergado como uma dinâmica que lança o corpo para expressar um ideal ou uma reivindicação. É através da performance que significados, identidades e valores alternativos são produzidos, encorpados e incorporados (*embodied*) e publicamente comunicados pelos movimentos (JURIS, 2015, p. 227).

Por fim, constatada essa valência do corpo enquanto elemento central da manifestação, prolonga-se o argumento à própria forma democrática, observando que, historicamente, a democracia se construiu e se manteve como regime político de *exposição*, de visibilizar e responsabilizar quem argumenta na esfera pública (HABERMAS, 2003). Portanto, elementos performativos e atributos do corpo que fala tiveram – e têm – muita ênfase na democracia. Participar e protestar encontram a ponte no corpo.

Nesse sentido, possivelmente esteja a passar da hora de tornar o significado dessa *exposição* mais grave, para que tanto reivindicações quanto maneiras

³⁶ Ver, entre outras, COLEMAN, Gabriella. **Hacker, Hoaxer, Whistleblower, Spy: The Many Faces of Anonymous**. London and New York: Verso Books, 2015 ou OLSON, Parmy. **We Are Anonymous: Inside the Hacker World of LulzSec, Anonymous, and the Global Cyber Insurgency**. Boston: Little, Brown and Company, 2012.

institucionais de proteger o sistema, nomeadamente em face de investidas antidemocráticas, possam *ganhar corpo* e, com isso, aprofundar e sofisticar a compreensão de que esse regime político é, tipicamente, aquele dos corpos em dissenso (ROSANVALLON, 2010; RANCIÈRE, 2010). A *antifragilidade* (TALEB, 2017) da democracia tem a ver com o seu potencial de institucionalizar a divergência, de processualizar o relacionamento de polos opostos, agonísticos, sem necessariamente conciliá-los (MOUFFE, 1996).

1.1 Corporeidade: da metáfora ao repertório.

A literatura científica que pode ser considerada *mainstream* no campo dos movimentos sociais tem investigado o modo como as ações coletivas buscam se apropriar da historicidade (TOURAINÉ, 2011), as oportunidades ou os processos políticos que contribuem na aparição de protestos (TILLY, 1978; McADAM, 1982), a mobilização de recursos necessários (ZALD e McCARTHY, 1987), as redes de relações e o capital social articulado nos movimentos (DIANI, 1997; DIANI e McADAM, 2003), o modo como se organizam e se profissionalizam (DAVIS, McADAM, SCOTT e ZALD, 2005), a maneira como utilizam técnicas disruptivas para desafiar e contender com o sistema político (TARROW e TILLY, 2015), *etc.*

Essas preferências de estudos, bem ao estilo da Modernidade, decantam sobre bases, mais ou menos, universalistas (HALL, 1996). Uma elaboração de ferramentas teóricas que, de tão amplas, serviriam às diversas realidades enxergadas no mundo ocidental – quando não se pretendam, de logo, globais (HABERMAS, 2012).

Outros fluxos analíticos, entretanto, têm forçado mudanças nesses paradigmas (GOODWIN, JASPER e POLLETTA, 2001). Oriundos de experiências dos movimentos *queer*, feminista, LGBTQIA+³⁷, afroamericano ou, ainda, de lutas de pessoas com deficiência, de manifestações antiglobalização e antiausteridade, de reivindicações de imigrantes e de povos originários e de levantes do precariado, surgiram estudos sensíveis à importância dos códigos culturais e das identidades (MELUCCI, 1996), da

³⁷ Abreviatura de: lésbicas, *gays*, bissexuais, transgêneros, *queer*, intersexuais, assexuais, pansexuais, não-binária e mais.

estética (RANCIÈRE, 2009), dos afetos (SAFATLE, 2015a), das emoções (JASPER, 2018), das paixões (ANSART, 2019), e, enfim, do corpo (SUTTON, 2007).

A dimensão da *presença*, nesses movimentos, é absolutamente essencial (PHILLIPS, 1998), desvela sentidos e intensifica seu impacto (GUMBRECHT, 2010, p. 13). O *fazer-se presente*, ali, não é contar como número ou estatística: é dar mostra da própria existência, revelando dignidade, exigindo respeito, declarando capacidade, denunciando preconceito, criando possibilidades (BURSTEIN e LINTON, 2002). É *aparecer* e não meramente comparecer. Porque os corpos femininos, negros, indígenas, estrangeiros, precarizados, *etc.*, com o só fato de sua exposição em praça pública já contrastam situações de ausência, invisibilidade ou irrelevância ativamente produzidas pela estrutura das sociedades (ocidentais e não apenas), a entrelaçar, no cotidiano, patriarcado, racismo, colonialismo, capacitismo e capitalismo (ADICHIE, 2015; ALEXANDER, 2020; MBEMBE, 2018; WONG, 2020; HARVEY, 2013). Os corpos experimentam tudo isto em ‘interseccionalidade’ (DAVIS, 2016).

“Não é o consenso que faz surgir o corpo social, mas a materialidade do poder se exercendo sobre o próprio corpo dos indivíduos” (FOUCAULT, 2011, p. 146): é contra essa áspera constatação que aqueles movimentos de identidades dissonantes – em relação ao homem cisgênero, heterossexual, branco, empregado, escolarizado, classe média, proprietário, cidadão nacional e de ‘boa família’ – *põem seus corpos*. No sentido peculiar em que o engajado ativismo argentino divulga o *poner el cuerpo* (SUTTON, 2007), como despertar para a opressão e resistir, *assumindo os riscos na própria pele*, porque, afinal de contas, ‘não fazer nada’ também é atitude arriscada para esses ‘corpos divergentes’.

Essa noção de *poner el cuerpo*, aliás, sobrepõe “risco” (“*put the body on the line*”) e “dedicação” (“*give the body*”): relembra que, “na atividade política, não basta falar, pensar ou desejar”, mas é preciso “estar realmente presente e envolvida/o”, ter impulso e compromisso. É necessário “*encorpar a ação*” (SUTTON, 2010, p. 161).

Se é óbvio, de alguma maneira, esse papel dos corpos como ferramentas e veículos da ação política, podendo-se sugerir, “em última análise”, que “política social, sistemas econômicos, ideologias culturais e resistência política são questões carnis” (SUTTON, 2010, p. 162) ou que as crises dessas facetas da realidade reapareçam na

condição de “corpos em crise” (*ibidem*), é estranho observar que, por séculos, as ciências sociais – e, desde logo, o Direito, a Sociologia e a Ciência Política – tenham escrito sobre o corpo muito mais como metáfora do que como objetividade.

Os saberes e as práticas, na linha do tempo europeia, interessaram-se relativamente pouco pela factualidade orgânica e sociocultural do corpo (RUBERG, 2019), enquanto arranjo da subjetividade, expressão da linguagem e organizador da identidade (individual ou coletiva). O corpo era apresentado como criatura religiosa, anatomia, portador de doenças, canal da sexualidade, plataforma da beleza e da feiura (ECO [org.], 2010 e 2014). Desde Grécia e Roma (na Antiguidade Clássica), a passar pelo Medieval (marcado pelo pensamento cristão) e a alcançar a Modernidade (designadamente iluminista), a figura do corpo serviu de analogia para conjuntos de normas (*Corpus Iuris Civilis*³⁸), para entidades ou autoridades públicas (corpos do rei ou corpos governativos³⁹) ou, ainda, para coletividades (corpos sociais ou corpos revolucionários⁴⁰). Conceitualmente, serviu para indicar uma “forma de unidade que, por si mesma, não precisa ser interrogada” (MATHIOT, 1993, p. 36), isto é, uma substância una e irreduzível, uma autorreferência (como nos corpos matemáticos, de Aristóteles⁴¹).

Em comparação com esses significados, pode-se dizer que raros foram os instantes em que o corpo foi compreendido, efetivamente, na sua inteireza biológica, psíquica, afetiva, simbólica (FOSTER, 2011). Estudado na aspereza e na leveza de *corpo humano*: complexo, singular, vulnerável, flexível, pensante e pensado. E, naquilo que mais interessa aqui, corpo produzido pelo – e produtor do – social (BUTLER, 2018).

³⁸ Ao assumir o trono romano-bizantino, em 527 d.C., uma das providências iniciais de Justiniano I foi determinar que se produzisse uma compilação das leis civis, que fora apelidada, no latim, *Corpus Iuris Civilis*.

³⁹ Cf. KANTOROWICZ, Ernst H. **Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁴⁰ Thomas Hobbes, por exemplo, divide em três “corpos” sua tentativa de sistematizar o conhecimento da época e de explicitar seu próprio pensamento no livro nos seus *Elementos de Filosofia* (1642-1658). Os “corpos materiais” (*De corpore*), primeira parte da obra, a respeito dos princípios físicos do movimento; os “corpos humanos” (*De homine*), descrevendo princípios psicológicos e antropológicos do movimento humano (comportamento); e, finalmente, como que numa ordem de complexidade, Hobbes trata dos “corpos sociais e políticos” (*De cive*), a evidenciar leis que regem – ou poderiam reger – o movimento das coletividades humanas. Ver HOBBS, Thomas. **Elementos de Filosofia**. Coleção Fundamentos da Filosofia. 1ª ed. São Paulo: Ícone Editora, 2017.

⁴¹ Cf. Aristóteles. **Metafísica**. 2ª ed. São Paulo: Edipro, 2012. Em especial, o segundo capítulo da obra.

Por diferentes razões, inclusive médico-científicas ou espirituais, mas, sobretudo, políticas e económicas (CRARY, 2016), os séculos XIX e XX passaram a experimentos, reflexões e observações maiores a respeito da influência da corporalidade na génese e na interação de grupos sociais, no estabelecimento e no cumprimento de normas ou na maneira de discutir, de aplicar e de contestar decisões coletivas. O século XX, em particular, reprimiu o corpo de modos inimagináveis, desde a psiquiatria, aos hospitais, presídios, moralismos radicais, regimes autoritários, guerras e campos de concentração (ARENDETT, 2009).

Os híbridos de machismo, fascismo social e neoliberalismo (SANTOS, 2002, p. 33-41) infundiram – ora gradual, ora subitamente – “disciplinamentos nos corpos” (FOUCAULT, 2000). Limitações implícitas e explícitas para crenças, costumes e comportamentos, na tentativa de provocar indiferença política, inconsciência económica e incoerência intelectual, que fragmentassem a vitalidade dos corpos divergentes do ‘padrão’, submetendo seus potenciais ao âmbito, em tese mais restrito, da vida particular (ARENDETT, 2010).

Ao longo de várias décadas, os movimentos sociais de subjetividades dissonantes (como o feminista, o negro e o indígena) se valeram do corpo de maneiras que pudessem expor e liberar seus potenciais: contribuíram para que o século XXI fosse um período em que a dança, o teatro, o cinema, a fotografia, a televisão, a informação e, mesmo, os costumes e a política fossem, de modo geral, menos autoritários que no século anterior. Ainda assim, estas primeiras décadas têm revelado intensa manipulação do corpo, através da Biotecnologia, da Medicina, da Farmácia e da Cosmética (ROUCHOU, VELLOSO e OLIVEIRA [eds.], 2009).

As lutas por redistribuição (FRASER, 2002) e por reconhecimento (HONNETH, 2009) ou, ainda, a “pulsão plebeia” (BRAGA, 2015) daqueles protestos dos corpos não-alinhados inscreveram, definitivamente, a corporalidade em discussões que, cinquenta anos antes, seriam impensáveis. Novas formas de tocar, de abordar, de sentir, de reproduzir, de vestir (ou de despir), de ferir, de curar, de valorizar esse “objeto-fonte” (ROUCHOU, VELLOSO e OLIVEIRA [eds.], 2009). Novas maneiras de compreender a historicidade, a sociabilidade, a expressividade, a integridade, a sensibilidade, a reflexividade, a interioridade e a exterioridade do corpo.

Toda essa viragem, no entanto, nunca precisou fazer o corpo desaparecer enquanto metáfora. O *Occupy Wall Street*, de forma explícita, desde o pequeno grupo de ativistas que organizava suas reuniões de planejamento, adotou conexões com aqueles movimentos (GRAEBER, 2013). Em discurso de 26 de abril de 2012, David Graeber (2013, p. 15), um dos intelectuais com papel mais destacado na organização do movimento, refere que as raízes do *Occupy* se encontram no anarquismo, no feminismo, no Movimento pelos Direitos Civis, no Movimento de Justiça Global (*Global Justice Movement*, que marcou o final da década de 1990) e, muito lá atrás, nos princípios da Revolução Americana, em especial a luta pela Declaração de Direitos como parte do texto definitivo da Constituição.

Das raízes profundas do *Occupy* com aqueles movimentos que deram concretude e que sofisticaram a representação do corpo, vale mencionar o quanto o protesto de *Wall Street* pôde alcançar a raiz metáforica do conceito de corpo.

1.1.1 Aparecer e ocupar definem o corpo

Apesar de bastante carregada de sentidos, desde a Física, a Medicina, até à Filosofia, à Cosmética e à Ciência Política (MATHIOT, 1993), a palavra ‘corpo’ traduz, naquilo que é elementar, *tudo o que ocupa lugar no espaço e no tempo*. Um ser – sujeito ou objeto, cartesianamente falando – que exhibe alguma consistência, alguma densidade, a ponto de exercer o controlo sobre determinado espaço. O famoso teorema “dois corpos não ocupam o mesmo lugar, ao mesmo tempo” é, no fundo, uma derivação lógica dessa ‘inteireza’, que é característica do corpo.

Ser (ter)⁴² um corpo é, então, *ocupar*. Um corpo é algo – matéria, massa, assunto – que se estende num terreno único, só seu. Não há dúvida de que a ocupação de um território (físico e/ou simbólico) é o grande elemento constitutivo do *OWS*.

⁴² Cosmovisões de povos originários, por exemplo, de maneira completamente distinta da tradição ocidental, costumam utilizar a oração “ser um corpo”, em vez de “ter um corpo”. Quando se diz “eu tenho um braço”, “eu tenho uma perna”, soa como se um centro do ‘eu’, unidade de comando (cérebro, mente, alma *etc.*), dissesse que possui (tal uma propriedade) aquele membro, ao jeito de um órgão de execução de ordens. Na sensibilidade indígena, ao contrário, o braço e a perna também *são* o ‘eu’, também têm necessidades, não apenas cumprem ordens. Cf. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A Fabricação do corpo na sociedade xinguana*. In OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (org.). **Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil**. São Paulo: Marco Zero/Rio de Janeiro: UFRJ, 1987, pp. 31-41.

Há, entretanto, outro ângulo interessante no qual o *Occupy* toca, metaforicamente, o conceito de corpo. Desde o indo-europeu “kwrep”, o sânscrito “krp” ou o latim “corpus”, o corpo também significa uma “estrutura de aparecimento” (PEIRCE, 2010). Naquelas línguas antigas, corpo é saliência: uma manifestação coerente das inúmeras transformações de elementos, dos infinitos processamentos de materiais e das imensas produções de energias que se desenvolvem em seu interior (mas não são [totalmente] vistas). O corpo é que exterioriza tudo isso como se fosse uma unidade simples.

Além do que, a ideia de corpo era associada à de um veículo ou um portador de mensagens, de necessidades, de desejos. Uma plataforma de expressão ‘daquilo que vem da divindade’, do ‘espírito’, ‘da ancestralidade’, ‘da genética’, ‘da razão’, etc. Tanto que a palavra inglesa *body* provém da anglo-saxã *Bodig* e das alemãs *Botah* (antes do século XII) e *Bottich* (do século XIII em diante), que querem dizer cuba, vaso ou recipiente (MOTA, 2006, p. 113). Mas o corpo não é um recipiente qualquer. Não é um intermediário ou um *medium* (um meio) apenas. O corpo, ao dar passagem a uma quantidade exponencial de informações, participa ativamente da comunicação (MOTA, 2006, p. 116).

O corpo constrói, inclusive a partir de suas limitações e flexibilidades, parcela das mensagens transmitidas e, simultaneamente, com elas se (re)constrói. Há uma *incorporação* no ato de reter e de deixar fluir informações (KATZ, 1994): o corpo recolhe e devolve muito do ambiente ao redor, para formar seu interior e, por efeito, transformar seu exterior.

Ser (ter) um corpo é, nesse sentido, *aparecer*. Um corpo é algo que comunica, que serve como intermédio e que se revela numa expressão só sua. Não há dúvida de que a manifestação de um *gesto* (físico e/ou simbólico) é outro grande elemento constitutivo do OWS.

Sob esse ponto de vista, o ato de estar na rua, ainda mais por cinquenta e poucos dias e num ponto nevrálgico da cidade, representava, conjuntamente, ‘aparecer’ e ‘ocupar’ (‘ser’ e ‘estar’) – as mesmas ideias que, há milênios, relacionam-se à categoria do corpo, enquanto realidade biológica (concreta) e numérica (ideal).

O OWS, na atmosfera de crises múltiplas que estremecia o ano de 2011, se colocou como o corpo que faltava. ‘Apareceu’ e ‘ocupou’ com uma performance sedutora e subversiva (ROUCHOU, VELLOSO e OLIVEIRA [eds.], 2009) dos ideais norte-americanos. Ousou decifrar a fagulha que, em especial frente às crises econômica e financeira, poderia trazer unidade numa política tão estilhaçada (INNERARITY, 2010): tentou alcançar, ainda que temporariamente, um lugar de concordância apesar da pulverização de discursos e da fragmentação de interesses. Assim como o corpo, por fora, é coerência, por maior que sejam as agitações internas. O *Occupy* deu corpo a um novo diálogo sobre economia política, sobre privilégios, sobre a legitimidade de um contrato social às avessas, com a riqueza fluindo de quem tem menos para quem tem mais (concentração em vez de redistribuição).

E, com essa nostalgia do ‘uno’ – por breves segundos que fosse – numa sociedade continuamente desunida (INNERARITY, 2010), decantou a metáfora do corpo em três signos: 99%. O protesto se (auto)declarava um anseio de “toda a população” (GITLIN, 2012). Noventa e nove por cento das pessoas que experimentavam o mesmo drama, de sobreviver a um sistema socioeconômico desenhado para explorar o trabalho, retribuindo pouco e sufocando de dívidas (GRAEBER, 2012).

Os ‘Manifestos’ lançados pelo protesto, as páginas de *internet* editadas pela organização, as publicações de livros e revistas, a realização de filmes e documentários, tudo buscava passar a mensagem de que o OWS se percebia como o *corpo* – a massa que ocupa, que aparece, que processa transformações em seu interior e que comunica ao ambiente – da sociedade americana no exercício de expor sua indignação.

Mas aqui começam problemas fundamentais de ontologia política, que, no fim, revelam limites à metáfora do corpo. De fato, o modo como se articulou o protesto fez com que a imprensa não tivesse uma personagem única para chamar de ‘liderança’, não obtivesse uma foto posada, não pudesse marcar uma entrevista exclusiva nem houvesse um furo de reportagem sobre um escândalo do passado de alguém que participava das manifestações. Não havia o corpo do líder, somente o corpo da multidão.

Da maneira como Castells (2013, p. 9) coloca: os movimentos eram *espontâneos*. O sujeito do protesto era coletivo. Essa é uma frase que, por mais simples que pareça (à primeira vista), impõe três desafios complexos à reflexão.

O primeiro, não abstrativizar demasiado o sujeito da política. Não tornar invisíveis as pessoas que traçam as estratégias dos protestos e atuam, no terreno. Mesmo porque uma das razões de protestar é expor o corpo, o ponto de vista, as circunstâncias. Tudo que, ordinariamente, as estatísticas económico-financeiras atuais apagam, como se cada pessoa valesse enquanto número.

O segundo desafio terá a ver com o significado ontológico dessa *primeira pessoal do plural* na política. A perplexidade da fórmula *We, The People* adotada pela Constituição dos EUA e seus dois elementos (*nós* e *povo*), cuja explicitação, por si, já formaria um compêndio de Filosofia Política.

Esse *nós* pode ser o resultado da soma entre um *eu* e um *outro* – a revelar a alteridade inerente de qualquer reunião de objetivos. A revelar, nas palavras de Daniel Innerarity (2016, p. 91), a negociação de uma “inidentidade”, uma heterogeneidade incontornável que precisa de um mito fundador de sua unidade. Ou esse *nós* pode ser, ainda, o reconhecimento de uma “ipseidade”, como diz Hans Lindahl (2012, p. 16), o reconhecimento de um *caráter próprio* a um coletivo. O todo seria, mesmo, afinal, maior que cada uma das partes, nessa geometria política. Por mais problemática que essa noção seja no Ocidente⁴³, esse *nós* poderia revelar a capacidade de existir uma “atividade intencional compartilhada” (LINDAHL, 2012, p. 16). Um corpo formado de uma pluralidade de individualidades.

Por sua vez, esse *povo* – *The People* – é aquele ser inefável da Sociologia, da Ciência Política e do Direito Constitucional. Uma representação do indescritível instante – e sujeito – fundador da comunidade. Mas, de outro lado, seria uma ideia que contém o dístico *populus x popularis*, que já no latim separava e confundia, a um só tempo, o “conjunto de cidadãos enquanto corpo político unitário” e aqueles “que pertencem às classes inferiores”, “os pobres, os deserdados e os excluídos” (AGAMBEN, 2011, p. 31).

⁴³ Cosmovisões africanas ou dos povos originários da América, por exemplo, interpretam o pertencimento a uma coletividade de maneira mais forte – e mais natural – que os países ocidentais, cujas filosofias se baseiam na individualidade.

Quando se diz, então, que movimentos como o *Occupy* são “populares” (*do povo, pelo povo e para o povo*)⁴⁴, haveria uma dupla aceção na frase. Os “99%” seriam os despejados (*evicted*) do sistema (DESMOND, 2016): o ‘precariado’ que traduz a nova classe perigosa (STANDING, 2013; BRAGA, 2015). Aquelas e aqueles que poderiam compor uma nova ‘identidade’ ou um novo ‘sujeito político’, nestas primeiras décadas do século XXI, ao tornar pobres, deserdados e excluídos – no sentido de Agamben – atores de *questionabilidade* (LINDAHL, 2012, p. 16). Mas também os “99%” alinhariam os interesses de (quase) toda a sociedade, as expectativas, as possibilidades e as necessidades de uma maioria inexorável, que, por essa condição numérica, deveria ser capaz de ditar os rumos da política.

Finalmente, o terceiro desafio que aquela observação (“o sujeito do protesto era coletivo”) impõe está na linguagem e na institucionalidade. Falar de um ‘coletivo afetado’ (CALLON, 2006), de um *nós* – e de um *povo* – sem tornar esse coletivo uma espécie de personagem literário é extremamente difícil no vocabulário político ocidental. As diversas vertentes de fenômenos como o *autoritarismo* e o *populismo* testemunham essa dificuldade. Há séculos que o jogo político-eleitoral se apropria da força desse referente *nós* (sobretudo quando oposta à força, real ou imaginária, de um *eles*), e, ainda, desse significante *povo*. Os momentos eleitorais (mas não só) tendem a sobrecarregar esses conceitos com imagens e fantasias a tal ponto que, depois, terminam por perder a materialidade que, de fato, alguma vez tiveram.

Além disso, interessa sublinhar que a lógica das instituições – do governo, do parlamento, da justiça, da imprensa, *etc.* – evita diálogos com determinados atores plurais. Aprenderam a aceitar a existência (e, mais que isso, as exigências) de

⁴⁴ Essa aliteração, logicamente, remonta às derradeiras palavras do *Discurso de Gettysburg*, proferido pelo Presidente Abraham Lincoln, quatro meses e meio após a histórica *Batalha de Gettysburg*, em 1863. Inaugurava-se o cemitério que homenageava aos que tombaram naquela decisiva vitória do Exército da União (durante a Guerra Civil Americana). O Presidente Lincoln afirmou: “It is rather for us to be here dedicated to the great task remaining before us – that from these honored dead we take increased devotion to that cause for which they gave the last full measure of devotion – that we here highly resolve that these dead shall not have died in vain – that this nation, under God, shall have a new birth of freedom and that *government of the people, by the people, for the people* shall not perish from the Earth”. Tradução livre: “Cumpramos a nós, que estamos aqui, dedicamos-nos à grande tarefa que temos pela frente – que estes veneráveis mortos nos inspirem a uma maior devoção à causa pela qual deram a última medida transbordante de devoção – todos nós aqui solenemente resolvemos que esses mortos não se foram em vão – que esta Nação, com a graça de Deus, tenha um novo nascimento da liberdade e que *o governo do povo, pelo povo e para o povo* jamais pereça da Terra”.

‘mercados’, mas não se conformam com a ausência de rosto em movimentos sociais, por exemplo. As amálgamas de investimentos, ofertantes e demandantes se estruturaram, pelo menos desde a década de 1980, com muita habilidade, como “matrizes comunicativas anónimas” (TEUBNER, 2006), narrativas que não se sabe quem começou, onde e com que finalidade. Quando os protestos passaram a exibir um desenho parecido, do final da década de 1990 em diante, uma estrutura *rizomática* (DELEUZE e GUATTARI, 2017) e, muitas vezes, ainda mais habilidosa que a dos ‘mercados’⁴⁵, os agentes dos governos, dos parlamentos e da imprensa se fizeram de desentendidos.

Por isso, esse terceiro desafio pode ser resumido como um ponto de equilíbrio (no paradoxo) entre os dois anteriores: não se pode abstrativizar os corpos que, em assembleia, tecem o sujeito da política como se fossem exclusivamente uma “ficção operativa” (SLÖTERDIJK, 1996, p. 14), sem qualquer possibilidade de ação prática reconhecível; nem se pode concretizar esse sujeito da política como se fosse exclusivamente encarnado num indivíduo, num grupo ou numa ideologia, sem qualquer possibilidade de um *nós* ampliado.

Essa possibilidade de um espaço *comum*, onde caibam mais pessoas, mais ideias e mais diferenças, sem deixar de problematizar – e até de buscar – a identidade, a aliança de propósitos, é uma das provocações de um movimento feito o *Occupy*. Haver vozes, corpos e histórias de vida, numa praça pública, sem se deixar representar por uma liderança formal, sem se reduzir a uma única imagem. E, ao mesmo tempo, buscar uma reivindicação única no meio de trajetórias e de crenças diferentes. É a provocação da unidade sem uniformidade. Como diria Claude Lefort (2011, p. 82), o difícil exercício de perceber a democracia como um *lugar vazio* de poder: que precisamente nessa vacuidade se institui e se atualiza.

Longe de ser simples, o significado de uma intenção ou de um gesto com essa perspectiva de um *nós* – uma *pessoa do plural* – é um dos paradoxos fundamentais da política. Quando esta é percebida como abertura de um espaço para a reflexão, a pergunta seguinte terá a ver com *quem* participa desse exercício. A noção de uma

⁴⁵ E, aqui, o modelo de eficiência é aquele que os próprios mercados propagam: construir um projeto tão efetivo quanto outro, com menos recursos.

‘atividade intencional’ que é levada a efeito de modo compartilhado é difícil para o Ocidente. Não combina com o individualismo – o preceito de que somente o indivíduo existe ou, numa versão mais branda, de que somente o indivíduo age – pensar essa “ipseidade” (LINDAHL, 2012, p. 16), esse atributo que faz uma reunião de corpos ser outra coisa, que pode ultrapassar as vontades de cada um deles⁴⁶.

1.1.2 Quanto mais encorpado o repertório, melhor

O corpo não traduz apenas metáfora, em protestos como o *Occupy* e aqueles a partir dos quais construiu sua teia (feminista, afroamericano, indígena, precariado, etc.). É, principalmente, repertório. O conceito de repertório, no *mainstream* da literatura científica sobre movimentos sociais, é sobretudo firmado pelos trabalhos de Charles Tilly (1976; 1978; 1981; 1993; 2005; 2006; 2008; 2009). Como salienta Angela Alonso, “de miúdo cresceu, em reformulações sucessivas” (ALONSO, 2012, p. 22), através das quais Tilly designava o leque, mais ou menos limitado, de modos de fazer política num dado período histórico.

Uma noção emprestada da música (e, em particular, do *jazz*), a partir da qual Tilly acrescentava uma dimensão cultural na explicação dos processos políticos de longa duração (ALONSO, 2012, p. 41): haveria estruturas culturais, alteradas, em geral, de maneira lenta, que condicionam as formas de contestar publicamente.

Em seus primeiros esforços, na década de 1970, Tilly parte de uma noção de repertório como formas de *ação* reiteradas em diferentes tipos de protesto; no entanto, trinta anos depois, passa a privilegiar a experiência das pessoas em *interações* conflituosas (uma categoria, então, mais relacional). Em vez de manter aquela abordagem estruturalista do começo, Tilly aposta mais, nos anos 2000, na criatividade e na agência de manifestantes, com o uso e a interpretação de *scripts* em *performances*

⁴⁶ A passagem completa: “the first-person plural perspective of a ‘We’ brings us to the second mode of identity: ipseity or collective selfhood. As van Roermund points out, shared intentional activity is reflexive in a twofold sense. First, the members of a group view themselves (and are, therefore, the object of an intention) as the Unity that intends to act collectively, hence as the collective subject of an act. Second, the act is undertaken for the sake of the collective. Not only is a collective the subject of an act, but also the object thereof in the sense of the collective that claims to have a preferential interest in the act”. LINDAHL, Hans. *Constituent Power and Reflexive Identity: towards an ontology of collective selfhood*. In: LOUGHLIN, Martin. WALKER, Neil (ed.). **The paradox of Constitutionalism. Constituent Power and Constitutional Form**. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 16.

(TILLY, 2008; ALONSO, 2012). Isto é, roteiros de possibilidades contestatórias (relativamente consagradas) que passam a servir de base para eventuais improvisos nos protestos (TILLY, 2006, p. 35).

O repertório, assim, tem a ver com as escolhas de performances. Os motivos que levam determinadas ações coletivas a optarem por uma ou outra forma de manifestação ou de reivindicação, num dado recorte espacial e temporal (TILLY, 2009).

É interessante observar que, diferente de repertórios sindicalistas, estudantis, ambientalistas ou religiosos, por exemplo, para os quais o corpo não é, propriamente, questão no/do protesto, os movimentos feministas, afroamericanos ou antiausteridade apelam ao corpo como território de disputa política. A luta pela autonomia das mulheres sobre seus corpos, a luta contra o preconceito em relação às heranças e aos atributos do corpo afro, a luta contra a submissão dos projetos de vida do corpo precarizado. Os corpos, nesses protestos, são “artefatos políticos, acionados de diferentes formas por ativistas, para comunicar mensagens e produzir efeitos” (GOMES, 2017, p. 234). Em maior ou menor medida, portanto, esses movimentos *politizam* o corpo e *incorporam* a política (GOMES, 2017, p. 234).

Nesses protestos, o corpo é um lugar discursivo, que reverbera significados e lança projetos políticos, podendo ser concebido como um “repertório de comunicação” (MATTONI, 2013, p. 47). Esses movimentos desenvolvem o corpo como plataforma mediática. O corpo é o *frame* principal do protesto (GOMES, 2017, p. 240), isto é, o “enquadramento”, a fórmula que divulga interpretações que o movimento tem sobre o mundo. É o grande articulador e condensador da mensagem do protesto (GOODWIN e JASPER, 2015), que simplifica tudo o que o evento quer representar para quem o vê ‘de fora’ (SNOW e BENFORD, 1992, p. 137).

Essa escolha de performance, valendo-se do corpo como *frame*, implica certas práticas de visibilização do ativismo, que, por sua vez, afetam a própria natureza do protesto (MATTONI, 2013, p. 50). O desafio, a provocação, a transgressão e a força imagética de um *flash mob* de corpos femininos (parcial ou totalmente) desnudos, por exemplo, tem absolutamente tudo a ver com a tática escolhida de visibilizar o corpo. E essa estratégia, além de atrair os *media*, termina por ajudar a definir o próprio

movimento, que pode passar a ser rotulado como *sextremismo*, *controverso*, *radical*, *etc.*

Não obstante, há dificuldade em reconhecer essas evidências, por conta de um enfoque predominantemente cognitivista da literatura sociológica, inspirado por Erving Goffman (1974), que imagina os *frames* como “ideias”, “retóricas”, “palavras”, “mentalidades” (VAN DIJK, 2017, p. 175), isto é, os “enquadramentos” – que simplificam as lutas políticas – seriam “pensamentos, ditos ou escritos” (GOMES, 2017, p. 240). Essa ferramenta analítica, contudo, inclusive pela sua relevância na observação e na compreensão dos movimentos sociais, precisa ser atualizada, para perceber, também, a *performance incorporada* (GOMES, 2017, p. 240) como *frame* cada vez mais importante na atualidade.

A dimensão do corpo enquanto veículo de mensagens, implícita ou explicitamente; do corpo enquanto processo de afirmação frente à realidade (um novo penteado, novos adereços, novas tatuagens, nova forma física, *etc.* tendem a gerar novas maneiras de enxergar o mundo); do corpo, enfim, enquanto reverberação dos significados do protesto a partir dos silêncios, dos diálogos e das disputas entre vários atores (DELLA PORTA e DIANI, 2006; FOX PIVEN, 2008). Os *frames*, tal como os corpos, não precisam ser estanques ou estáticos, nem precisam ser compartilhados por todos os participantes da ação coletiva da mesma forma, assim como cada corpo é único e autêntico (TAYLOR, 1998, p. 58).

A presença do corpo, por si, já muitas vezes passa uma mensagem forte, que condensa as intenções do protesto. “Reuniões silenciosas, incluindo vigílias e funerais, muitas vezes significam mais do que qualquer relato, escrito ou vocalizado, sobre aquilo de que elas tratam” (BUTLER, 2018, posição 171). Há uma espécie de performatividade corporificada (*embodied performativity*) aí. Como diz Patrick Boucheron (2018, p. 33), “a revolta não é nada além de corpos reunidos formando uma massa que ameaça”. Há uma cinética (*kinesis*) que constrange a vista quando milhares de corpos estão reunidos em praça pública, ainda que parados. Como que uma energia potencial, armazenada e pronta para se manifestar quando exigida. Porque, no fim das contas, todo corpo, sendo repertório, é também movimento. E, verticalizado esse raciocínio, sob um prisma semiótico e filosófico, todo corpo é protesto e é política.

Primeiro, todo corpo é movimento ou, ao menos, todo corpo se revela no movimento (LABAN, 1978, pp. 46-47), porque é na movimentação que satisfaz a necessidade de atingir algo que lhe é valioso (LABAN, 1978, p. 19). “O movimento humano com todas as suas implicações mentais, emocionais e físicas” é uma espécie de denominador comum, diria Rudolf Laban (1978), visto que “as ideias e os sentimentos são expressos pelo fluir do movimento e se tornam visíveis nos gestos, ou audíveis na música e nas palavras” (LABAN, 1978, p. 29). “Se o ar não se movimenta, não tem vento; se a gente não se movimenta, não tem vida” (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 99). Os objetos inanimados não escolhem seus movimentos: estes são, praticamente, acidentes naturais de “fatores” como “espaço, tempo e peso”. A liberdade de escolha de um corpo humano, “a multiplicidade de atitudes possíveis”, com a seleção de movimentos apropriados a cada situação, forma a própria “variabilidade do caráter humano” (LABAN, 1978, p. 51).

Todos os movimentos humanos estão indissolavelmente ligados a um “esforço”, diz Laban, que pode ser consciente ou inconsciente, mas é sempre seu ponto de origem e aspeto interior (LABAN, 1978, p. 51-52). Quer dizer, às forças acidentais de espaço, tempo e peso, o corpo humano contrapõe uma mecânica viva, um controle intencional (na maior parte das vezes) sobre o modo como modifica o ambiente ou como é percebido pelos outros.

É nesse sentido amplo que, “mesmo na imobilidade”, o corpo experimenta e utiliza “propriedades temporais, espaciais e tensionais” que fazem dele instrumento de comunicação (LABAN, 1978, p. 88). O corpo é movimento, na fluência de sua expressão.

Em segundo lugar, é possível dizer que todo corpo é protesto, porque declaração pública, testemunho, manifesto. A mera presença de corpos – agitados em assembleia ou silenciosos frente a um prédio público – já expressa o direito de aparecer e já, de algum modo, reivindica uma demanda abrangente de valorização e de reconhecimento. O corpo produz espaço público (BUTLER, 2018, posição 480): manifestado, quando e onde não deveria, afirma um espaço antes inexistente.

Por isso mesmo, o direito de reunião ou de assembleia é diferente do direito de liberdade de expressão. Cada qual recebe enunciados próprios e garantias específicas nas Constituições e nas leis. A possibilidade de expor o corpo na rua, individualmente

ou a formar uma multidão, desafia, com a imprevisibilidade do que pode acontecer, a lógica de sujeição (BUTLER, 2019, p. 89), de disciplina rígida do poder sobre o comportamento dos corpos. Portanto, “formas de assembleia já têm significado antes e apesar de qualquer reivindicação particular que façam” (BUTLER, 2018, posição 171). A força da imagem de um concerto de corpos provoca e ameaça as instituições que fazem as normas e que pretendem torná-las controles eficazes: “a reunião significa para além do que é dito” (BUTLER, 2018, posição 184).

Não faltam exemplos, na história recente dos movimentos sociais, de multidões tornadas sujeitos incómodos (ŽIŽEK, 2009), agentes de transformações na ontologia política, por adotarem o corpo enquanto mensagem transgressora (GOMES, 2018, p. 4): das *Madres y Abuelas da Plaza de Mayo* (em Buenos Aires, desde 1977), às *Women in Black* (em Jerusalém, desde 1988), ao *Code Pink* (desde 2002), ao *Femen* (desde 2008), à *Marcha das Galdérias* [Marcha das Vadias] [SlutWalk] (de Toronto, a Lisboa, a Amesterdão ou ao Rio de Janeiro, desde 2011), à *Marcha das Mulheres* em Washington (2017) e, ainda, ao *Mouvement des gilets jaunes* em França (desde 2018).

A simples apresentação do corpo à vista do público – em silêncio ou em marcha, vestido de cores marcantes ou desnudo, a transmitir luto, choro ou alegria, exaltação e gozo – carrega a discursividade do protesto. Sem necessidade de muito mais para organizar os signos e os códigos daquele movimento. O corpo é protesto, na medida em que conduz a reivindicação. É o portador do sentido, da emoção e da demanda.

Em suma, todo corpo é política, eis que, sendo movimento e sendo protesto, é um território de/em disputa. Todo corpo humano – vivo, morto, fotografado (EWING, 1996, p. 324) – influencia o olhar de outro, joga com sensações, controla opiniões, reprime ou libera atitudes, profana e sacraliza, vivencia, sintetiza e é atravessado por dispositivos de poder (FOUCAULT, 2011, p. 151). Constitui, assim, uma realidade política porque instiga e inquieta: não há quem fique indiferente na proximidade de um corpo, nomeadamente de um *rostro* (LÉVINAS, 2008).

Às personagens que tendem a domesticar corpos, para dominar politicamente, qualquer (outro) corpo é potencial ameaça. Sem distinção, o corpo (sobretudo em movimento) ameaça aquilo que é público e aquilo que é privado: tanto o Estado nacional

quanto a empresa multinacional direcionam suas forças de segurança para vigiá-lo e puni-lo (FOUCAULT, 2000, p. 163-164).

No contexto do *Occupy*, a Prefeitura de Nova Iorque e a *Brookfield Properties*, gigante do mercado imobiliário e dona do Parque *Zuccotti*, não deixaram, um minuto sequer, de apontar regulamentos, câmaras e armas para manifestantes.

O corpo também é política ao lutar por subjetivação (FOUCAULT, 1984, p. 23), isto é, por modos historicamente situados de se constituir sujeito moral, que tem a capacidade de resistir às técnicas de sujeição dos poderes e dos saberes vigentes, na busca de alcançar uma consciência de si e uma prática de si. Esse processo de subjetivação é complexo, porque, por óbvio, depende dos outros. O corpo é interpelado (ALTHUSSER, 1996, p. 105), é abordado, é nomeado pelo outro. Incontáveis vezes, aliás, esse nomear não surge com um nome próprio, mas sim com ‘categorias sociais’. “Mulher”, “judia”, “*queer*”, “preta” ou “chicana” – um chamado que pode ser ouvido ou interpretado como afirmação ou como insulto, a depender do contexto em que ocorre (BUTLER, 2019, p. 103). Esse corpo, que é instrumento político, fala antes que o sujeito possa abrir a boca. A silhueta, o tom de pele, a estatura, os acessórios, tudo isso implicado na definição do corpo, sem qualquer palavra envolvida, somente a aparição de um para o outro. *A política é, então, a linguagem do encontro.*

1.2 Não há democracia sem pele em jogo

O corpo, de metáfora a repertório, pode ser percebido de, no mínimo, três formas: (i) volume que ocupa espaço e que, ao se reunir com outros, alcança uma região do dizível que somente é experimentada pela multidão, pelo estar-junto; (ii) símbolo, tradutor, ente do devir, do mover, do gesto e, logo, da agência, do testemunho e do político; e finalmente, (iii) suporte de comunicação, materialidade discursiva e significante.

Se a política é a linguagem do encontro dos corpos, um regime político, em particular, enfatiza a *performatividade* como virtude generalizada: a democracia. Não que a aristocracia, a monarquia, a oligarquia ou qualquer outro regime sejam menos performáticos. Todas as fórmulas políticas em que um número de corpos governa outro

número – de regra, bem maior – necessita de exibições, de ritos, de cerimônias, de procedimentos e de cultos que expressem e relembrem o porquê de a classe governante ocupar a posição que ocupa (PARETO, 2019).

“A performatividade é um modo de nomear um poder que a linguagem tem de produzir uma nova situação ou de acionar um conjunto de efeitos” (BUTLER, 2018, posição 512). Conquanto o termo ‘performance’ seja “resolutamente impreciso” (JACKSON, 2011, p. 13) e um bocado avesso a qualquer definição mais estreita, que poderia negar a faculdade de novas coisas serem percebidas como ‘performances’ (GOLDBERG, 2001), é possível concordar com a observação bastante geral de Judith Butler (2018, posição 504), no sentido de que “a performatividade designa, primeiro, e acima de tudo, aquela característica dos enunciados linguísticos que, no momento da enunciação, faz alguma coisa acontecer ou traz algum fenômeno à existência”. Isso, na realidade dos corpos, pode ser traduzido como o desempenho de ato ou de intenção que, no momento em que se manifesta, desenvolve algum resultado, faz com que algo mude. A performance é a força aplicada na mudança do que existe: é a realização da forma nova.

A democracia, mais que todos os regimes políticos, estimula e destaca os corpos, cada qual a agir por si, a desempenhar, como souber ou quiser, principalmente a meta de influenciar outros corpos. Se todos os regimes colhem atributos da performance teatral – desde a lógica emissor-recetor à produção de cenas, até à formação de público –, a democracia é aquela que mais aproxima o espetáculo do espectador, chegando, no limite, a emancipar o corpo que assiste, oferecendo-lhe a capacidade de ver, de saber o que viu e de fazer algo a respeito, inclusive criar toda uma nova cena (RANCIÈRE, 2012).

Assim, as virtudes de passividade, temperança e prudência são menos ressaltadas, na democracia, que prefere a convivência política baseada em atividade, desassossego e audácia. Em outros termos, quietude, conformação e silêncio não fazem parte do estado de espírito padrão da democracia e dos corpos que nela habitam. O preocupar-se constantemente com o destino comum, com aquilo que pode acontecer a si e aos outros – aquilo que, de um jeito bonito, pode ser chamado de *amizade cívica* (AGAMBEN, 2009) – é o que fustiga quem vive nesse regime.

Essa preocupação desce ao terreno. É preciso ter a pele em jogo (*have skin in the game*). *Poner el cuerpo*. Refletir, estar alerta, atuar, defender (SNYDER, 2017). Qualquer comunidade democrática pode cair em tirania, se não houver o investimento dos recursos possíveis (tempo, dinheiro, energia, argumentos, etc., aquilo que cada qual puder oferecer). A amizade, no conceito aristotélico retomado por Agamben, diz respeito a *com-sentir* o outro, ter em comum (*koinonein*) pensamentos e ações que possam “tornar doce e desejável” a existência de ambos.

A democracia enquanto ‘amizade cívica’ resgata essa instância de *com-sentimento* (que é diferente da tolerância, da divisão de espaços, do mero deixar estar o outro), há, aqui, um “estatuto ontológico e, ao mesmo tempo, político” (AGAMBEN, 2009). A sensação de ser e de pertencer àquela comunidade é, desde sempre *com-dividida*, não necessariamente por uma intersubjetividade (ou seja, não necessariamente por uma relação entre sujeitos). Cada qual, na democracia, precisa sentir que o amigo/o outro é parte constitutiva de si.

O exemplo do *Occupy Wall Street* é, sob essa luz, significativo. Embora tenha sido convocado e planejado por vários meses, o protesto somente nasce, acontece ou somente é, quando corpos a preocupar-se com o destino comum entram em assembleia. Dito de outra maneira, o protesto somente passa a existir quando forma uma comunidade de corpos, com angústias, indignações e euforias partilhadas. O ser do protesto é o viver compartilhado da gente que se aglomera em torno dos mesmos objetivos⁴⁷.

E, embora os corpos a protestar, na rua, atuem cada qual por si, cumprem, reunidos, pelo menos três funções que deveriam interessar, grandemente, à democracia no século XXI: primeiro, dão forma à ausência (trazem para dentro o que estava fora); depois, resgatam memórias (trazem o que estava esquecido, ou no passado, para a lembrança, ou para o presente) e, por fim, celebram a liberdade (trazem o que estava reprimido ou abafado para a consideração e a descoberta).

⁴⁷ Como frisava a ontologia nietzschiana, “ser: nós não temos disso outra experiência que viver”. Quem vive não possui outra maneira de experimentar o conceito de ser. Ser é viver. No caso do OWS, não havia outra maneira de experimentar seu conceito senão reunido na praça, em assembleia. Cf. NIETZSCHE, Friedrich. **Além do Bem e do Mal. Prelúdio a uma Filosofia do Futuro**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. NIETZSCHE, Friedrich. **A Gaia Ciência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Esses três predicados dos corpos em protesto foram percebidos durante o *Occupy Wall Street* – e os regimes democráticos contemporâneos poderiam levá-los a sério, na tentativa de redesenhar suas instituições.

1.2.1 A democracia precisa dar corpo à ausência

Quanto à primeira função, se cada corpo na rua age por si e conta como realidade palpável (não mero número de mercado ou estatística demográfica), é curioso compreender que também *age pelos corpos que lá não puderam estar*. É personagem que *incorpora* ausências. Há uma “substância do corpo” que é substituída pelo “sentido do corpo”, tal como na teologia ou no teatro (GUMBRECHT, 2010, p. 53), em que o real corpo da divindade é substituído por símbolos e rituais ou a personagem histórica é substituída pela personagem literária, vivificada pela performance da atriz ou do ator.

No episódio da marcha sobre a ponte, foram 700 (setecentos) corpos aprisionados, mas, assim mesmo, se o *Occupy* fazia as vezes do corpo da sociedade americana (99%), aquelas centenas de corpos vivificaram milhões de outros, que não cabiam nos menos de dois quilômetros a separar a passagem de *Manhattan* ao *Brooklyn*.

É uma nota característica do regime democrático, enquanto junção de inúmeros modos de ser, de saber e de fazer ao mesmo tempo, que a política realizada seja uma espécie de jogo de produção de *presenças* e de *ausências*. O Estado democrático opera, necessariamente e em alguma medida, um metacódigo de inclusão/exclusão (LUHMANN, 2016), considerando sua finita capacidade de dar conta da exuberância imaginária, simbólica ou real⁴⁸ que advém do funcionamento regular do regime.

Alguns discursos, mentalidades ou práticas circunstancialmente majoritários, num intervalo histórico, passam a influenciar na presença ou na ausência de outros, expandindo ou contraindo as ‘possibilidades de aparecimento’ de temporalidades, de

⁴⁸ Há, nesse trecho, uma analogia qualquer com Jacques Lacan, que afirmara, no meio do século XX, que os registros psíquicos estruturais dos sujeitos seriam os do real, do imaginário e do simbólico. Cf., entre outras obras, LACAN, Jacques. **Escritos**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

espacialidades, de produtividades, de saberes, de escalas e de formas de reconhecimento (SANTOS, 2010) diferentes.

A causa que leva a essa seletividade não é unicamente a natureza complexa da vida democrática: a filiação dos elementos que hegemonomizam o Estado a determinada 'ideologia' também joga papel central (JAMESON, 1997; BOURDIEU, 2012; ŽIŽEK, 2012). Diversos mecanismos antropológicos, culturais, psicológicos, linguísticos, científicos, económicos, religiosos, éticos, *etc.*, ao redor da ação política hegemónica, recebem a tarefa conjunta de tornar impronunciável, invisível, inacreditável, incorreto, inadequado, antiético, ilegítimo, *etc.* qualquer iniciativa política que não compartilhe as mesmas premissas 'ideológicas' que aquela dominante.

A própria noção de ideologia se confunde, assim, com o limite estrutural de uma produção simbólica (MANNHEIM, 1976). A ideologia passa a traduzir uma série de ideias válidas por determinado espaço-tempo e a determinados sujeitos na explicação, manutenção e transformação de uma realidade, incluindo perspectivas epistemológicas, jurídicas, ético-sociais ou económicas, por exemplo, na medida em que a ideologia direciona modos de ser, de estar, de conviver, de conhecer, de reconhecer e de poder.

O conceito de 'legitimidade' – conquanto ostente valor normativo inegável, a iluminar discussões sobre o regime democrático, quando se procura identificar a "forma correta de fazer política", o "governo adequado" ou o "desempenho apropriado da autoridade" (MORGADO, 2010) – é, inúmeras vezes, cooptado por ações políticas hegemónicas, passando a representar a adequação de variantes sociais à ideologia dominante. Aquilo que está presente se confunde com aquilo que é legítimo, que, por sua vez, seria aquilo que está de acordo com a ação política hegemónica.

Dessa maneira, o próprio conceito de 'legitimidade' é passível de apropriação ideológica. Note-se, por exemplo, que tanto o mais cruel dos governos ditatoriais quanto o mais suave dos governos democráticos se entendem legítimos e, aliás, ambos podem se considerar legítimos pela inclusão que promovem (para voltar ao metacódigo inclusão/exclusão). Uma "legitimidade autoritária" incluiria os diferentes discursos, práticas e mentalidades que, eventualmente, circulem pela sociedade, através do 'resultado' – o governo autoritário considera que todos participam de seus resultados. Uma "legitimidade democrática" incluiria os diferentes discursos, práticas e

mentalidades circulantes através do ‘processo’ – o governo democrático considera a participação como um insumo e não como um produto.

Portanto, a “legitimação autoritária” se mostra preocupada com o bem-estar ou a felicidade da população, porque os incluídos e os excluídos se verificam ao fim do processo político. Ao passo que a “legitimação democrática” se mostra preocupada com o processo político, com a participação mesma: incluídos e excluídos se verificam no início, no decorrer e ao fim do processo, justamente porque todo ele importa (STICHWEH, 2013). O bem-estar ou a felicidade da população seriam, no máximo, consequências de uma ação política includente (que evidenciasse mais presenças que ausências), e, de toda forma, não determinariam o grau de legitimidade numa sociedade que se suponha democrática. E porque o próprio conceito de “legitimidade” pode ser cooptado, “ideologicamente”, é que sua substantividade terminou adjetivada, havendo distinções como essas entre as “legitimidades” que cada ação política acomoda.

Toda essa análise é particularmente oportuna ao contexto dos Estados democráticos ocidentais, nos quais o modelo de democracia representativa têm, de maneira crescente, seus horizontes e limites discutidos (HELD, 2006). A ação política enquanto definidora do que está presente e do que está ausente se pode denominar, para todos os efeitos, uma ação *representativa* (considerando que o desempenho da ‘representação’ é fazer presente algo que, por qualquer motivo, está ausente). Em sentido contrário, talvez se possa dizer que degenera a “re-presentação” quando torna ausente algo que está presente – decaindo a um tipo de “des-presentação”.

Essa crise de representatividade que atravessa governos e parlamentos de, praticamente, todos os países, poderia encontrar algumas saídas numa preocupação autêntica dos Estados para com as presenças e as ausências que afirmam ou infirmam. Uma preocupação de equalizar a capacidade de inclusão/exclusão de discursos, práticas e mentalidades sociais, nomeadamente no sistema político, ao enfatizar a inclusão como insumo do processo de decisão política (tentando, pois, uma “legitimação democrática”) e não como produto dele (o que levaria a uma “legitimação autoritária”), como hoje em diversos territórios se faz.

Aliás, uma tal preocupação é urgente, tendo em conta que, por mais avançados que os mecanismos de democracia semi-direta ou direta possam estar, a representação

continuará a existir, até ao último dia da política. Não há ação política que não esteja, minimamente, a re-presentar eventual ausência: sejam grandes ausências (as gerações futuras, o meio ambiente, a tradição nacional, etc.), sejam pequenas ausências (um único indivíduo que faltou à praça pública – ou ao sítio eletrónico – para debater e deliberar). O Estado atua, a todo instante, uma ficção de contar a presença de quem, concretamente, não pode estar.

O *Occupy Wall Street* demonstrava com sua performance de corpos em assembleia (com técnicas de democracia direta, debates com centenas de inscrições a falar, busca de consenso e sem sonorização eletrónica), que um protesto não precisa ser um palanque, um carro de som e poucos oradores a gritar palavras de ordem.

De igual modo, um regime democrático não precisa ser uma máquina institucional de “des-presentation”, de descredenciar e invisibilizar quem existe e, na maior parte das vezes, forma a maioria. O fato de a autoridade máxima da democracia – o *povo* – ser sempre representada já carrega uma contradição insanável (MÜLLER, 2010), quanto mais se sequer adequadamente representada estiver.

1.2.2 A democracia pode se autocorriger com boas lembranças

Quanto à segunda função, se o corpo age por si, autônomo, revelando seus marcadores de diferença frente a todos os demais, não deixa, por outro lado, de ser uma *paráfrase* (PÊCHEUX, 2016). O corpo, na posição de protesto, termina funcionando como uma recursividade linguística (LAGAZZI, 2015). Pode até aventurar-se a uma expressão considerada totalmente nova (um ‘fazer’ ou um ‘não-fazer’ que parece nunca antes tentado), mas haverá sempre um resquício, um resíduo, um resgate de algo que já existe na memória. Aliás, é por isso mesmo que se reconhece “um corpo na posição de protesto”.

Os corpos humanos são suficientemente desiguais – únicos, mesmo – a ponto de o advento de cada um modificar o mundo por completo (ARENDRT, 2010), porém, há reminiscências, há recordações atávicas, que envolvem essa singularidade radical numa identidade de espécie. Nas ações politicamente produzidas por esses corpos passa-se algo similar: cada protesto tende a ser único e irrepetível, no entanto, simultaneamente,

tende a apresentar elementos que trazem alguma semelhança com manifestações anteriores de volta.

Pode ser um olhar para o horizonte, um punho erguido, uma boca a gritar, uma língua de fora, podem ser as mãos ao rosto com lágrimas ou a segurar um cartaz, uma bandeira, um megafone... Há uma qualquer cena produzida que cumpre o papel de trazer à mente e aos sentidos a certeza de que aquilo é um protesto. Nem é preciso estar próximo. Ao ver uma foto já se sabe. É nessa perspetiva que o corpo desempenha uma função parafrástica.

Com a marcha pela ponte do *Brooklyn*, naquele 1 de outubro de 2011, o *Occupy* evocava um dos repertórios mais simbólicos de sempre: o dos corpos em movimento sincronizado, a avançar, desde a procissão religiosa, ao cortejo de rainhas e reis, à comitiva de comércio, ao préstito do funeral, ao desfile militar. A caminhada de centenas ou de milhares de corpos em direção a algum ponto de interesse comum é imagem que provoca a memória ancestral.

Por mais que se descreva o *OWS* como protesto típico das primeiras décadas do século XXI (heterogéneo, hiperconetado e com demandas abertas, espalhadas a várias direções), é necessário sublinhar o quanto participantes discutiram, em assembleias e em reuniões menores, a ‘linhagem ideológica’ do movimento. O quanto bebiam, propositalmente, de fontes históricas.

Dia 13 de agosto de 2011, por exemplo. No *Tompkins Square Park*, em *East Village*⁴⁹, teve lugar a “terceira Assembleia Geral da Cidade de Nova Iorque”. Seus facilitadores eram David Graeber (que, além de ativista veterano, era Professor de Antropologia da *Goldsmiths*, Universidade de Londres) e Marisa Holmes (jovem realizadora e documentarista, que passara o verão a entrevistar revolucionários egípcios)⁵⁰. Umhas 75 pessoas atenderam à convocação.

Nas palavras de Nathan Schneider (2012), que estava presente, “muitos tinham sotaques de locais revolucionários – Espanha, Grécia, América Latina – ou estavam a

⁴⁹ No final da década de 1960, muitos artistas, estudantes e *hippies* se mudaram para essa vizinhança, dando uma identidade toda própria ao bairro – um tanto boémia e quebradora de tabus.

⁵⁰ David Graeber e Marisa Holmes aparecem, no capítulo 5, como personagens citadas nos maiores jornais em relação ao movimento.

trabalhar para criar laços entre movimentos ‘pró-democracia’ em outros países”⁵¹. Havia debates para cinco horas ou mais, seguidos de grupos de trabalho ainda. Aquela Assembleia refletia sobre detalhes procedimentais e logísticos, mas, sobretudo, quanto a escolhas ideológicas. Quais protestos, na imensa história de ativismo dos EUA, seriam resgatados?

Esse tipo de narrativa, que afirma ligações profundas num movimento que pareceu efêmero, é ousada. É, em si, uma espécie de ativismo, porque, como lembra François Hartog (2019, p. 136-148), o regime de historicidade a que se acostumaram Europa e EUA, no mínimo a partir de 1989, com o triunfo do neoliberalismo económico, é *presentista*. Não é trivial, no Ocidente, livrar-se desse “presentismo, entendido como retraimento sobre o presente apenas e o ponto de vista do presente acerca de si mesmo” (HARTOG, 2019, p. 251).

As assembleias do *Occupy* precisavam trazer à memória outra América. Inegável que um dos primeiros impulsos, hoje, ao pensar no país como a “terra do capitalismo”, “a economia mais vibrante do planeta”, o centro nervoso dos mercados financeiros, seria supor uma população que “quer o governo fora da sua vida”, “dos seus negócios”, um povo que simplesmente tolera o Estado⁵². Um território de maioria branca e de classe média, com um racismo endêmico. Com grande parte dos seus Estados mergulhados em valores rurais, salpicados de moralismo religioso e de machismo estrutural. Um país que praticamente aniquilou qualquer lembrança dos nativos indígenas, quando comparado com a América Latina.

No entanto, as pessoas reunidas no *OWS* sabiam da existência de “boas lembranças”, de instantes da história que poderiam ser reavaliados para ajudar o presente a se corrigir.

⁵¹ SCHNEIDER, Nathan. *Some Assembly required: witnessing the birth of Occupy Wall Street*. Caderno *Letter from New York City* da *Harper’s Magazine*. Fevereiro de 2012, p. 45. Tradução livre de: “several had accents from revolutionary places—Spain, Greece, Latin America—or had been working to create ties among prodemocracy movements in other countries”.

⁵² Essa narrativa é bastante repetida no cotidiano dos *media* e, especialmente, durante as campanhas eleitorais. Uma *vulgata libertária*, na expressão de Liam Murphy e Thomas Nagel, que toma conta do senso comum. Ver MURPHY, Liam. NAGEL, Thomas. **O mito da propriedade**. 1ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2005.

Por exemplo, os EUA que reconheceram⁵³ ter tomado de empréstimo dos povos pioneiros o conceito de federalismo. Iroqueses, Cherokees, Lenapes, entre outras nações indígenas, já se organizavam em federações e em confederações muito antes do século XVIII. Entre 1778 e 1783, John Adams publicou os três volumes de *A Defence of the Constitutions of Government of the United States of America*⁵⁴. Na obra, descrevia formas de governo diferentes, incluindo comentários sobre ideias de John Locke e de Montesquieu, entre outros princípios herdados da Europa. Mas também incluía a Confederação Iroquesa e figuras indígenas de governo como dignas de avaliação.

Alguns dos Delegados na Convenção da Filadélfia, inclusive George Washington e Benjamin Franklin, além de outros *Pais Fundadores*, como Thomas Jefferson (que estava em França, no período das reuniões, mas exercia influência por carta aos 55 colegas), tinham trato pessoal com lideranças das Seis Nações indígenas confederadas (*Mohawk, Oneida, Onondaga, Cayuga, Seneca e Tuscarora*).

Esse resgate de outras epistemologias, outros saberes e outras práticas como dignas de consideração⁵⁵, reposicionando suas valências na história americana, será uma das chaves para o *Occupy*. Atualizar o dicionário de alternativas com vivências sociais, políticas ou económicas que foram, injusta e violentamente, soterradas pela história. Uma estratégia – e uma necessidade – que se tornou canónica nos movimentos

⁵³ A Resolução do Senado dos EUA n. 133, de 5.10.1988, reconhece, formalmente, a contribuição da Confederação Iroquesa de Nações no desenvolvimento da Constituição dos EUA. Indica, outrossim, que George Washington e Benjamin Franklin, entre outros *original framers of the Constitution*, nutriam grande admiração pelos conceitos das Seis Nações da Confederação Iroquesa. Disponível em: <https://www.senate.gov/reference/resources/pdf/hconres331.pdf>. Acesso: 10.10.2020.

⁵⁴ Volumes disponíveis em: archive.org/details/defenceofconstit01aadam, archive.org/details/defenceofconstit02aadam e archive.org/details/defenceofconstit03aadam. Acesso: 10.10.2020.

⁵⁵ Toda a obra de Boaventura de Sousa Santos converge nessa direção. Perceber que outras epistemologias e outras histórias existem e devem ser contadas. Ver, entre muitas outras, SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

que vieram depois, como o *Native Lives Matter*⁵⁶ e o *Black Lives Matter*⁵⁷, que trazem ao debate as estruturas de dominações iníquas do passado para reinterpretar o presente.

Quanto a esse predicado dos protestos, de resgatar memórias, servir de recursividade linguística, é interessante perceber a democracia – porque muito baseada na performatividade e no ‘agora’ – como um regime cuja ação política preocupa-se, constantemente, em definir “o que é contemporâneo”.

Uma boa dose de energia política é gasta na tentativa de condicionar “o que importa” ou “o que interessa” e “o que não importa” ou “o que não interessa” em cada momento. A ação política democrática, então, opera, necessariamente e em alguma medida, um código de atual/obsoleto, considerando a sua finita capacidade de abranger toda as interpretações sobre o passado e o futuro de uma dada realidade.

O Estado democrático, a partir dos recursos angariados e das ideologias que estabilizara em seus territórios, concentra um potencial suficiente a controlar o tempo, ou seja, a ditar – ou a influenciar decisivamente – o ritmo das mudanças sociais, económicas, jurídicas e, até mesmo, morais, religiosas e culturais. Cumpre, aqui, observar que o Estado democrático moderno, mais que as estruturas políticas pré-modernas, lança-se à condução de mudanças sociais com uma peculiar habilidade.

O que não significa que, desde os faraós, no Egito Antigo, às monarquias absolutistas da medievalidade europeia, não houvesse contenção ou aceleração do

⁵⁶ Um dos primeiros protestos do *Native Lives Matter* ocorrera em 19 de dezembro de 2014, com o infeliz episódio da polícia assassinando o jovem indígena Allen Locke – que participara do protesto – um dia depois. Menos de um mês depois, também em *Rapid City*, na Dakota do Sul, estudantes da *American Horse School*, localizada na Reserva Indígena *Pine Ridge*, foram hostilizados (cerveja e impróprios lançados sobre si), num jogo amador de hóquei. Esses momentos lamentáveis aumentaram a visibilidade do *Native Lives Matter*. <https://www.facebook.com/nativelivesmatter1/>.

⁵⁷ Do sítio eletrônico <https://blacklivesmatter.com/>, *#BlackLivesMatter* foi fundada em 2013, como resposta à absolvição do assassino de Trayvon Martin. *Black Lives Matter Global Network Foundation, Inc.* é uma organização global nos Estados Unidos, Reino Unido e Canadá, cuja missão é erradicar a supremacia branca e construir poder local para intervir na violência infligida às comunidades negras pelo Estado e por vigilantes. Combatendo e contrariando atos de violência, criando espaço para a imaginação e a inovação negras, e centrando a alegria negra, estamos conquistando melhorias imediatas em nossas vidas. Tradução livre de: *#BlackLivesMatter was founded in 2013 in response to the acquittal of Trayvon Martin’s murderer. Black Lives Matter Global Network Foundation, Inc. is a global organization in the US, UK, and Canada, whose mission is to eradicate white supremacy and build local power to intervene in violence inflicted on Black communities by the state and vigilantes. By combating and countering acts of violence, creating space for Black imagination and innovation, and centering Black joy, we are winning immediate improvements in our lives.*

tempo ou uma determinada ‘cronologia política’. Quase ao contrário. As transformações lentas (quando comparadas às da Modernidade, conferindo um horizonte de ‘tempo relativamente estacionado’ naquelas sociedades) evidenciam um domínio do Estado ainda mais eficaz.

Não era sem motivo, por exemplo, a expressão “poder temporal” (*temporalis potestatis*), durante o período medieval europeu, consolidada na gramática política como tradução das prerrogativas do Papa na gestão das coisas e das pessoas num sentido não-religioso, numa governação do mundo, nas tarefas mundanas relacionadas a seu rebanho de fiéis. O adjetivo “temporal” se opunha a “espiritual” ou “eterno”, que formavam a expressão “poder espiritual” (*spiritualis potestatis*) a designar a aptidão do Papa de dizer a última palavra em matéria religiosa, naquilo que conduziria a alma dos fiéis à salvação⁵⁸.

Nota-se, claramente, a hierarquização fundamentada, sobretudo, num critério cronológico. Um poder atemporal, interminável, perene, qual o promanado da divindade, seria, logicamente, um poder superior. Um poder finito, limitado, restrito, temporal, o único possível entre os humanos, será, por óbvio, um poder inferior.

Nesse sentido, aliás, a tradição cristã legara ao pensamento ocidental o registro de uma comunidade de fé *transtemporal*, uma comunidade que atravessa os séculos na comunhão, na graça, enquanto Igreja (*ecclesia*, em grego antigo, não será por acaso, era a principal assembleia de cidadãos). Não os indivíduos, isoladamente, mas a fé, que anima sua reunião em Cristo, dura para sempre: vence o tempo. Uma ideia que contribuiu à construção da soberania (mormente a da Nação, nas suas expressões históricas) no léxico político. O elemento “tempo”, dessa maneira, preocupara – era necessário conceber uma comunidade que não se restringisse à vida concretamente situada de seus líderes.

No Estado, em todas as épocas, inclusive neste século, existiram leis (ou tradições) quanto ao respeito a segredos. Uma evidência que, sem rodeios, indicara controle daquilo que poderia ou não ser debatido nas sociedades, daquilo que poderia

⁵⁸ Para um aprofundado olhar sobre: WILKS, Michael. **The Problem of Sovereignty in the Later Middle Ages. The Papal Monarchy with Augustinus Triumphus and the Publicists**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

ou não ser “contemporâneo” – ou deveria ser lançado ao futuro. Na maioria dos Estados democráticos atuais essas normas apontam informações, documentos, dossiês, decisões ou discussões que seriam classificadas em ultrassecretas, secretas e reservadas, variando o período em que permanecerão sigilosas.

Uma noção igualmente singular quanto ao relacionamento do tempo e da política tem a ver com dois recursos imateriais estratégicos a qualquer sociedade: a memória (ou a invenção) do passado e a imagem (ou a esperança) do futuro. Cada sociedade apresenta, notadamente por estímulos do Estado, uma impressão daquilo que foi e uma expectativa quanto àquilo que pode ser.

A glorificação do passado, formatando e compondo uma linearidade de acontecimentos que possam elevar a autoestima das sociedades, é uma das variadas substâncias da ação política. Não somente isso. Muitas vezes, alguma dose de excecionalismo é injetada: um discurso de que aquela sociedade é única, irrepetível e, mesmo, imprescindível ao concerto das nações; os episódios mais proeminentes de sua trajetória demonstrariam o quanto é excepcional no mundo⁵⁹.

A miragem de futuro é extremamente complexa também. De regra, a rivalidade entre ideologias em condições de tomar os mecanismos estatais se demora bastante na tarefa de problematizar aquilo que ainda não existe ou que existe, embrionariamente, à margem ou à sombra de uma ação política hegemónica. Essa problematização do futuro é, na linguagem política, identificada, via geral, como discussão em torno de “utopias”. Se bem que, a rigor, nem tudo o que ainda não existe pode ser considerado “utópico”: o que não existe pode ser algo bastante factível ou bastante provável até.

Interessa distinguir, outrossim, que existem “utopias críticas” (BADIOU, 1999; SANTOS, 2010) e existem “utopias conservadoras” (ŽIŽEK, 2012), isto é, projeções de futuro que procuram diferenciá-lo do passado (criticá-lo) e projeções de futuro que procuram manter as condições do passado (conservá-lo). A ação política liberal-

⁵⁹ Essa crença (ou teoria) é muitíssimo comum nos Estados Unidos da América e, até os dias atuais, serve a diferentes narrativas, especialmente nos discursos de candidatos a cargos políticos e nas intervenções dos EUA em matérias de direitos humanos. Ver, por exemplo, IGNATIEFF, Michael. **American exceptionalism and human rights**. Princeton: Princeton University Press, 2009 e HODGSON, Godfrey. **The Myth of American Exceptionalism**. New Haven: Yale University Press, 2009.

burguesa é, por exemplo, eminentemente, utópica, mas uma “utopia conservadora”, no sentido de procurar conservar – ou manter – o presente.

A imagem de futuro que a “ideologia” liberal-burguesa lança é a de uma “constante repetição do presente”. A ciência moderna, um dos pilares dessa ideologia, inspira uma tal confiança nas teorias e nos dispositivos que desenvolve que toda a incerteza e toda a imprevisibilidade – elementos típicos do futuro – seriam desnecessários. Como o discurso científico inundara todos os campos da sociabilidade, para já, o ‘mercado’, o ‘Estado’ e a ‘comunidade’, então, generalizou-se essa confiança de que o futuro é um clone do presente, não havendo com o que se preocupar em relação a ele (SANTOS, 2006).

“A vida pós-Moderna estaria condenada a um perpétuo presente”, de acordo com Frederic Jameson (1985, p. 20), por distúrbios em relacionar significantes e significados, característicos de uma saturação de linguagem. O ritmo de mudanças constantes, de estilos, de normas, de práticas, de discursos, de mentalidades, de padrões de conhecimento, *etc.* que aparecem e desaparecem a cada momento, não permitiria a um indivíduo comum (ao menos não ao convencional ‘sujeito moderno’⁶⁰) formatar um sentido de História. Na medida em que os sistemas social, económico, político, científico, ético-moral, religioso, cultural e assim por diante se adaptam ao ritmo instantâneo dos meios de comunicação social globais (incluídas as redes sociais, como *Instagram, Twitter e Facebook*) e ao ritmo agitado do consumo, as distorções de entendimento sobre o passado, o presente e o futuro são inevitáveis.

O excedente cognitivo-comunicacional destes dias, ou seja, a exorbitância de dados e informações circundantes – especialmente a partir da *internet* – transformou a experiência comum de um indivíduo em relação à realidade (SHIRKY, 2012) em “sons e imagens”, em pedaços de notícias, de vídeos, de fotos, de filmes, de livros, de músicas, *etc.*, fragmentando o tempo a uma série de presentes, de recortes de realidade consumida, tal e qual um outro produto qualquer.

⁶⁰ A maturação da noção de um sujeito autocentrado, consciente de si e responsável por seus atos, de Descartes a Goethe, estaria perdendo suas linhas de força. A condição do sujeito pós-moderno, de acordo com Joel Birman, perdera as engrenagens que sustentavam a produção de sua subjetividade, trocando, assim, os registros do espaço pelo tempo, do sofrimento pela dor e do desalento pelo desamparo. Cf. BIRMAN, Joel. **O sujeito na contemporaneidade**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

Nessa percepção fragmentada de tempo, o futuro é, muitas vezes, compreendido como o fim de um evento que ainda está a ocorrer, isto é, o fechamento de um ciclo do presente – um presente estendido. As estratégias políticas do tipo “Agenda 21”, que os Tratados Internacionais contemporâneos são pródigos a elaborar, são um exemplo disso. Nunca se alcança o estado de coisas (o instante final) idealizado aquando da assinatura do Tratado (o instante inicial) e, portanto, constantemente, o momento da assinatura é referido como presente, como estágio atual daquela política, porque o futuro continua em suspensão.

Noutras vezes, o futuro é compreendido como âmbito no qual todos os problemas do presente se resolvem. Haveria uma sublimação das dificuldades atuais a um futuro que se revela enquanto *grande ausente*, isto é, aquele que nada pode dizer, aquele que está a uma distância segura dos acontecimentos negativos de hoje e sobre o qual apenas se pode ter certeza de que extinguirá todos os desajustes do presente (BARBROOK, 2009), considerando todo o género de técnicas e de aparatos inventados pelo humano a progredir.

De uma maneira ou de outra, a ação política dominante organiza e divulga um “utopismo automático”, exatamente por necessitar dessa prefiguração de um futuro ausente e presente, ao mesmo tempo, de uma ininterrupta dinâmica de marcha à frente e marcha à ré, uma instabilidade e uma elasticidade propositais que a sustentam e a mantêm hegemônica por desequilibrar as possibilidades de outras ações políticas, menos elásticas ou menos instáveis.

O avanço da tecnociência, o crescimento da produção, a melhoria das safras, a dança dos preços, o fluxo das mercadorias, o incremento da ‘logística’, o controle dos câmbios monetários e das inflações, a cotação das ações empresariais nas bolsas de valores, o ‘gerenciamento’ de recursos públicos, a ‘gestão’ dos capitais humanos, a equalização dos investimentos, a escolha de prioridades, *etc.*, todas essas performances da ação política liberal-burguesa são tarefas profundamente incompletas. Sempre incompletas. Sempre presentes e futuras, na mesma proporção. Esses controles e esses planejamentos que a ação política hegemônica precisa exercer, por definição, seriam modificáveis segundo a segundo (*in real time*), portanto, a atuação ideológica dessa

ação política não se movimenta em blocos ou em espaços estruturais estáticos, como um dia foi o parlamento, por exemplo.

Ao contrário, a ação política hoje dominante pulveriza os espaços em que poderiam se concentrar as forças ideológicas e prefere controlar as temporalidades. Os pulsos ideológicos vibrariam a partir de grandes matrizes controladoras do tempo. As maiores indústrias/fábricas/empresas de produtos e de serviços, bolsas de valores, seguradoras, laboratórios farmacêuticos, dentre outros centros de decisões do ‘sistema de mercado’ já não se encontram ou já não necessitam de um lugar específico (como que uma ‘sede’): suas mercadorias circulam o mundo, desde a concepção, a manufatura, a compra, a venda, a reposição até ao descarte. Mas necessitam, terrivelmente, do tempo. Gerenciam cada minuto dos processos produtivos, das encomendas, das negociações, das pesquisas de satisfação, das investigações para alcançar novos produtos e serviços, das papeladas junto a governos (burocracia) e, enfim, do período de validade das mercadorias e do momento de lançar novas mercadorias (“obsolescência programada” [SLADE, 2006]).

Uma consequência de a ação política dominante sistematizar todos esses tempos é que o ‘tempo de trabalho’ e o ‘tempo ocioso’ ou ‘tempo livre’ da vida dos indivíduos também passam a fatores cruciais da produção, do consumo e, claro, da política. Algum ‘tempo livre’ seria uma exigência para a saúde mental e corporal de quem trabalha (por isso sua previsão jurídica expressa no Direito do Trabalho), paralelamente, esse ‘tempo livre’ também seria exigência da democracia, afinal, a reflexão, o debate e as atitudes em prol de uma sociedade justa – livre, igual e fraterna, por exemplo – necessitam certo ‘investimento de tempo’.

Em boa verdade, contudo, esse ‘tempo livre’ do século XXI se tornou uma exigência da lógica do consumo. Uma “indústria do tempo livre” se estruturou em volta das 6 (seis), 8 (oito) ou 10 (dez) horas diárias de que os indivíduos, em geral, dispõem fora de um ambiente de trabalho. Antes (até a década de 1990), os *media* profissionais, como o rádio e a televisão, quase monopolizavam esse ‘tempo ocioso’, agora (desde a década de 2000) a *internet* e os *media* sociais começaram a vencer a competição por esse ‘mercado’. Além disso, as empresas turísticas (assessorias de viagens, eventos e pacotes de visitas, hotéis, aluguel de automóveis...), de lazer e gastronomia

(restaurantes, bares, discotecas, cafés, cinemas, teatros, centros comerciais...) e de serviços em geral (porque é quando não está a trabalhar que o indivíduo frequenta outros locais da cidade) se aglomeram na disputa por essas horas.

Na conclusão de que nenhum tempo e nenhum espaço restam a ações políticas de sinais contrários, de lógicas diferentes, Guy Debord exclamara que todos os indivíduos e todos os objetos se dispõem, inescapavelmente, como engrenagens de uma “economia política total”, que produz o ‘sem-sentido’ da vida moderna, para que o ‘único sentido real’ possa ser encontrado no próprio espetáculo do consumo e do entretenimento (DEBORD, 2012, p. 26). Poder-se-ia dizer, sem perda de sentido, que as engrenagens detetadas por Debord seriam, fundamentalmente, as de uma cronologia política e não apenas as de uma economia política.

A proposta de uma ação política democrática que pudesse inverter essas engrenagens, ou seja, que expandisse o presente – ao favorecer um maior número de presenças ideológicas – e compreendesse o futuro enquanto construção individual e coletiva de novas possibilidades (ao respeitar e ao cuidar dos ausentes), afirma-se como “utopia crítica” e não uma “utopia conservadora” (como a da ação política hegemónica).

Uma ação política de resistência e de abertura do *ainda-não* (*Noch Nicht*) de que fala Ernst Bloch (2005 e 2006). Essa espécie de ação política, conetada a uma “utopia crítica”, aspira à concreção de uma realidade libertadora “ainda-não-existente”. Ernst Bloch é um dos filósofos que tenta resgatar a dignidade do conceito de “possível”, através da expressão *Noch Nicht*, insurgindo-se contra o fato de a filosofia ocidental ter sido dominada pelos conceitos de *tudo* (*Alles*) e de *nada* (*Nichts*), nos quais qualquer ente ou qualquer evento parecem estar contidos como latência. Segundo o autor, seria através do “possível” que a inesgotabilidade dos sentidos do mundo se revelaria: o vir-a-ser se colocaria entre o tudo e o nada.

Bloch reintroduz, ainda, a “utopia” como uma filosofia da práxis (ou, mais precisamente, da *poiésis*, no conceito aristotélico), asseverando a “utopia” como uma atitude política, um “sonhar de dia”. Mas esse otimismo militante, nos termos de Bloch, mover-se-ia por intermédio de uma *docta spes* (uma esperança racional e mediadora, que se sabe imersa no processo dialético-materialista, não uma ‘esperança iludida’). A ação política é produzida “como prática renovadora e construtiva que tenta apoderar-

se de todas as possibilidades reais indicando o futuro na realidade presente”, como tarefa política (metamorfose social e económica) mas, também, tarefa ética (eis que se realizar enquanto humano é a grande possibilidade de achar um lugar no mundo amanhã).

Sem dúvida, o *Occupy Wall Street* se movia com esse combustível do “ainda-não-existente”, compreendendo a tarefa de uma cronologia política adequada a seus ideais, que pudesse resgatar ativismos do passado para impulsionar ativismos futuros e transformações nas instituições democráticas. O protesto soube, de uma maneira bastante peculiar, “controlar o tempo”, tanto porque se manteve firme por quase dois meses em plena vizinhança da bolsa de valores mais importante do planeta, como porque afirmou determinadas linhas ideológicas de presente, de passado e de futuro.

As democracias ocidentais poderiam vitalizar suas práticas e seus ideais, se souberem rearticular o tempo: trazer o passado de volta nem sempre é nostalgia conservadora. O abolicionismo, o Movimento pelos Direitos Civis, as primeiras ondas do feminismo ou do movimento LGBTQIA+, por exemplo, são memórias que orgulham e que desafiam os protestos atuais, assim como deveriam fazer com as democracias.

Há mais discursos, práticas e mentalidades que podem ser contemporâneos que aqueles credibilizados pelos regimes democráticos liberais: não é justo nem apropriado compreender os indígenas, por exemplo, como ‘povos do passado’; ou os países de maior vulnerabilidade social do mundo como ‘povos atrasados’. Essa cronologia política é perversa e serve a um modelo de democratização excludente.

1.2.3 O respeito pela democracia não acaba a festa

Um último aspeto, quanto à terceira função desempenhada pelo corpo em protesto. Se cada corpo age por si, a escolher seu destino, sua expressividade, sua timidez ou sua transgressão, existe, todavia, um coletivo de corpos que não é – apenas e exatamente – a soma de todos eles. Em protestos nos quais o corpo pode ser notado como *frame* relevante, uma estratégia de comunicação e de tensionamento (GOMES, 2017) tem sido a “carnavalização” (HAMMOND, 2020). A experiência sensorial de compreender o corpo como ‘livre’, ao menos naquele dado tempo e naquele específico lugar, tem repercutido numa atmosfera festiva nesses protestos contemporâneos.

Embora humor, otimismo e empoderamento através de atos celebratórios surjam espontaneamente nesses protestos, especialmente desde o *Global Justice Movement* (Movimento por Justiça Global), nos anos 1990, não se trata de um “carnaval comunal”, mas antes um “carnaval intencional” (HAMMOND, 2020, pp. 265-266).

Em outras palavras, assim como no carnaval das aldeias, das vilas, das tradições populares, que começa em algum momento do passado e continua, de geração em geração, o “carnaval intencional” promovido por esses protestos também envolve a transgressão de normas – culturais, religiosas, sociais, políticas, económicas – que regem o cotidiano. Também esse carnaval proposital utiliza a festividade para subverter a autoridade, mas, aqui, com técnicas e práticas específicas que respondem a uma agenda política explícita (HAMMOND, 2020, p. 265).

Protestos como o *Occupy* endereçam performances bem-humoradas às forças policiais, aos seus participantes e ao público, em geral (presente e virtual), para revolver as ideias de doutrinas arraigadas. Sem necessitar de máscaras, de fantasias e dos demais contextos de “representação” dos “carnavais comunais”, ainda assim o protesto carnavalesco teatraliza e dramatiza (BENFORD, 1992) a vida diária, a partir de atos de significados intencionalmente problemáticos, dúbios, como qualquer instância das relações humanas é – ambígua, mutável, surpreendente (BRISSET e EDGLEY, 1990, p. 2).

Para celebrar o terceiro aniversário da decisão da Suprema Corte dos EUA no precedente *Citizens United v. Federal Election Commission* (558 U.S. 310, 2010), que permitiu a pessoas jurídicas (corporações, sindicatos, associações, etc.) gasto ilimitado com o financiamento a campanhas e a candidaturas políticas, manifestantes do OWS organizaram um casamento⁶¹.

Um ato cômico no qual o Reverendo Billy Talen consagraria a união entre *the corporation* (o capital, *the big money*, *the Super PACs*⁶²) e *the american citizen* (a/o cidadã/o americana/o), fruto da paixão da cidadania estadunidense por suas

⁶¹ Vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=zyehF4fnDok>, a partir da cobertura jornalística do *Wall Street Journal*.

⁶² Nos EUA, o acrónimo PAC refere-se a *Political Action Committee*, uma organização ou pessoa jurídica que, de acordo com a Seção 527 do Código de Imposto de Renda dos EUA, é isenta de uma parcela de impostos por doar recursos a campanhas ou a candidaturas políticas. “Super PACs” é a expressão popular para as empresas que são as maiores doadoras e, com isso, influenciam as eleições, as legislações e as políticas públicas norte-americanas.

megacorporações, que fazem a diferença no mundo. No entanto, no exato momento do “sim”, a noiva, a cidadania americana, diz querer parar a cerimônia. Reflete um pouco sobre aquele suposto amor. E termina por perceber que aquilo seria um casamento de fachada. Na verdade, “*people united* tem mais força que *citizens united*”. As pessoas – e não as empresas – é que movem a democracia adiante.

Esse tipo de performance sustenta tensões dramáticas e emoções orquestradas (BENFORD, 1992, p. 37) para expor relações de poder de um modo que afeta as interpretações da audiência. O riso com a absurdidade e a teatralidade exagerada da cena termina por fortalecer a compreensão imediata de que existe algo de muito errado, nas instituições políticas, quando permitem, todos os dias, aquele casamento espúrio.

Havia, outrossim, performances festivas menos óbvias: quando centenas de pessoas se reuniam para banquetes, nos momentos das refeições, por exemplo. A diversidade de corpos precarizados compartilhando a mesa – de estudantes em dívida com universidades, de pessoas desempregadas, de pessoas expulsas de suas residências, por débitos, a pessoas cujo salário-mínimo não chegava para as despesas e, no limite, pessoas já em situação de extrema vulnerabilidade, a viver nas ruas (*homeless people*) – demonstrava que uma aliança, longe de espalhar mais precariedade, gerava liberdade e podia gerar fartura.

Uma liberdade que vem não de um ou de outro, mas que acontece na relação, no entre um e outro. Como diz Judith Butler (2011, p. 7), a dignidade humana não tem um valor de face exclusivamente individual, porque o humano é um ser social, relacional. A dignidade depende de um princípio de equidade e de ações de equidade, que não são apenas ditas ou escritas, mas feitas precisamente quando os corpos aparecem juntos. Ou, antes disso, quando atuam em concerto para trazer à tona essa possibilidade de um espaço em que possam aparecer juntos. Os banquetes festivos de tantos corpos distintos a passar, involuntariamente, por situações difíceis, nos seus cotidianos, mostrava que, juntos, teriam uma chance de mudar. A alegria momentânea de seu encontro na diversidade poderia anunciar uma aliança política mais duradoura, se compreendessem a precariedade como força de tração e não como realidade despolitizante (SCHRAM, 2013, p. 1).

É que, em boa verdade, no carnaval não há distinção entre atores e espetadores (HAMMOND, 2020, p. 267). É inerente ao momento festivo na rua que qualquer corpo possa se juntar, daí a potência catártica de mesclar política com celebração. Essa ambivalência – do movimento feito por qualquer um, a qualquer momento – quebra não somente a oposição de autoridades e de grupos contra os quais o protesto se volta em primeiro plano. Quebra também dogmas de “velhos modelos de reivindicação”, que pareciam “simples e sisudos”: “marchar, cantar e ouvir a verdade que provinha dos líderes” (DUNCOMBE, 2007, p. 22). O espírito carnavalesco injeta subversão nas próprias práticas do protesto e permite sua abertura a novos e mais largos públicos (HAMMOND, 2020, p. 270).

É interessante pensar o quanto esses protestos deste século, que se mostram como festas ou carnavais, a organizar novos *frames* e novos espaços de liberdade, podem influenciar a democracia, um regime político muito baseado no ‘aqui’, nas permissões e proibições de cada corpo para ir e vir. Um regime cujas instituições se fazem sérias demais, o que pode terminar evacuando territórios que seriam para convivência e participação.

O exemplo das ‘Paradas de Orgulho Gay’ é representativo: atos políticos, enquanto possibilidades de corpos mostrarem quem são e como preferem viver, ao mesmo tempo, porém, eventos festivos, nos quais o divertimento ressignifica um espaço rotineiro (ruas de uma grande cidade) e um tempo ordinário (uma quinta-feira qualquer), tornando-os carnavais políticos. No Brasil, os blocos de carnaval afros e afoxés, como *Ilê Aiyê*, *Male Debalê*, *Olodum*, *Muzenza* e *Badauê*, também carregam essa noção de uma ‘folia política’, porque nasceram, desde a década de 1970, como afirmação das identidades africanas e afrodescendentes.

Quem participa desses levantes contemporâneos invariavelmente nota seus aspetos festivos, “mesmo em meio à luta armada, ao perigo e ao risco: o levante é como um bacanal que escapou (ou foi forçado a desaparecer) de seu intervalo intercalado e agora está livre para aparecer em qualquer lugar ou a qualquer hora” (BEY, 2018, p. 10).

Esses carnavais terminam configurando ‘metaprotestos’, porque, para além de protestos com reivindicações específicas, tendo a pauta que tiverem, transformam-se, em paralelo, a protestos contra a mercadorização do discurso de ‘celebrar os momentos

da vida', hoje tão mediatizado, espetacularizado e comercializado. Desde as indústrias de eventos, de turismo e de entretenimento surgem as tentativas de gerenciar o tempo livre e o lazer. Numa altura em que a *internet*, o *telefone* e a *TV* converteram-se nas maneiras convencionais de conetar-se, tocar-se e alcançar-se alguém, o protesto que se desenrola como festa é um “espectro de recusa” (ZERZAN, 2005), por ousar outras maneiras de “estar junto” (BEY, 2018, p. 10).

Os centros económicos de Londres e de Praga, por exemplo, desde a virada do século, em 1999, foram ocupados por coletivos de ‘ativismo’ (feito o *Reclaim the Streets*) que se organizavam como blocos de carnaval, naquilo que chamavam, a partir dos conceitos de Marcelo Expósito (2004 e 2007)⁶³ de “estratégias poético-políticas” e “táticas frívolas” de “imaginação radical”, tomando as ruas com “carnavais de protesto”: a exaltação dos corpos, da arte e da luta rearticulando o cruzamento entre vida e política (mostrando que há alternativas à biopolítica de controle e disciplina).

O Estado democrático bem poderia ser a entidade que realiza essa transformação de espaços de biopolítica de domesticação dos corpos em lugares de fluência de desejos e de atitudes a serviço da multiplicidade e da criatividade da vida humana, assim como o *Occupy* buscou fazer, durante os cinquenta e tantos dias de *Zuccotti Park*.

⁶³ *La imaginación radical (carnavales de resistencia)*, em espanhol, é um ensaio em forma de filme, lançado em 2004, como parte de um conjunto de ensaios de Marcelo Expósito (filósofo e realizador espanhol) a revisar formas estéticas das marchas urbanas antiglobalização de finais do século XX. Gravado em Londres, durante ações do coletivo anticapitalista e ambientalista *Reclaim the Streets*, no ano de 1999, o filme conta a história da ação de rua carnavalesca daquela ocupação, com paralisação do bairro financeiro “*The City*”, em 18 de junho de 1999, no contexto da assim chamada “jornada de ação global contra o capital”, que antecipava o ciclo de mobilizações posteriores em Seattle, Génova e Barcelona (entre 1999 e 2001). Em 2007, Expósito, juntamente com Nuria Vila, lança o filme *Frivolidad táctica + Ritmos de resistencia*, novo trabalho documental em filme, acompanhando os protestos do ano 2000, em Praga, contra a cúpula do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Cf. <https://marceloexposito.net/marcelo-exposito-la-imaginacion-radical/>.

Capítulo 2. Teatro da democracia (participativa)



Grândola, Vila Morena
Amália Rodrigues (de Zeca Afonso)
© 1971 Edições Valentim de Carvalho

Contaminacionismo: a fé de que a experiência da democracia direta seja contagante; de que quem quer que fique exposto a ela nunca mais volte a ser o mesmo, de que a exposição de um número significativo de pessoas a ela leve, inevitavelmente, à criação de uma nova cultura política.

David Graeber (2013)

“*Mic checks* transformaram-se no método de consenso para circular anúncios, espalhados pela multidão, por pessoas a repetir, frase por frase, o que a oradora ou o orador disse a outros em volta, a compelir cada um a falar numa única voz”. Essa é uma das constatações de Michael Kimmelman, publicada no *New York Times* de sábado, 15 de outubro de 2011, em análise sobre os desenvolvimentos do OWS⁶⁴.

O crítico de arquitetura do jornal completa ainda, a respeito dessa técnica de *microfone humano*, que “é dolorosamente lenta”. “Mas assim é a democracia”, responde Jay Gaussoin, ator de 46 anos, participante do *Occupy* entrevistado por Kimmelman. “Estamos tão distraídos, hoje em dia, que as pessoas esquecem como focar. O microfone humano demanda não apenas que escutemos as opiniões das outras pessoas, como também que nós realmente oiçamos o que estão a dizer, porque teremos de repetir exatamente as suas palavras. Isso exige uma *arquitetura da consciência*”, arrematou Gaussoin, com uma frase de efeito.

⁶⁴ The New York Times. News Analysis. **In protest, the power of place.** Michael Kimmelman (architecture critic of NYT). 15.10.2011.

A técnica de ‘microfone humano’, embora tenha nascido por conta das restrições impostas pelas leis da cidade de Nova Iorque ao uso de amplificadores de som em protestos⁶⁵, revelou-se exitosa. Aliás, na medida em que o método de produzir e de enviar mensagens é um dos corações de qualquer manifestação, pode-se afirmar, de logo, certa originalidade do *Occupy* pelo simples fato de ter desenvolvido e popularizado esse instrumento, apelidado de *people’s mic*⁶⁶.

Houvesse palco e som eletrônico, com pessoas inscritas a falar (como é habitual), a natureza das assembleias realizadas pelo protesto – duas vezes ao dia, todos os dias – seria bem diferente. Quase um procedimento de democracia representativa: gente de comprovada persuasão no centro do palco, tendencialmente a gritar palavras de ordem a serem seguidas. E, para completar, votações sobre temas levantados nesses discursos de lideranças. De outro modo, como percebeu o ator e ativista entrevistado pelo jornal, o *people’s mic* estava mais para metonímia da democracia participativa: depois de inscritas pessoas que poderiam contribuir com informações e preocupações acerca de diferentes temas, começavam discursos bastante peculiares. Discursos que precisavam ser compassados, a fim de que as frases fossem repetidas, fileira por fileira, entre a multidão, num eco que permitia a todas e a todos (quanto pudessem) ouvir e falar.

Como disse Goussain, havia naquilo uma “arquitetura da consciência”: porque embora o discurso não fosse próprio (de cada pessoa que o repetia), ele *se deixava apropriar*. Cada qual o permitia fluir com a sua voz. A paisagem sonora se compunha, no fim, de pausas, volumes e entonações que a multidão escolhia. A necessidade de dizer cuidadosamente aquilo que, no minuto seguinte, estaria a reverberar, era um exercício muito próximo da ‘reflexão’ (filosófica), mas no plural. O pensar em voz alta que se convertia no pensar em ‘vozes altas’. “Dolorosamente lento”, assim como qualquer reflexão digna desse nome. Mas uma performance típica do regime democrático, em que a consciência se desdobra e se desnuda em argumentos repetidos publicamente.

⁶⁵ Não houve o preenchimento de um formulário junto à Prefeitura Municipal, por parte da organização do *Occupy*, a fim de que, eventualmente, a manifestação fosse autorizada a utilizar esses equipamentos. Conferir: <https://www.nyclu.org/en/known-your-rights/your-rights-demonstrating-new-york-city>. Acesso: 1/5/2023.

⁶⁶ Vídeo com exemplo dessa prática: https://www.youtube.com/watch?v=tvJqLo_o7AM. Acesso: 1/7/2023.

De toda sorte, a arquitetura – lembrada pelo manifestante – transbordava a consciência e desenhava uma espécie de *teatro de rua*. O microfone humano e os outros métodos de tomada de decisão por consenso e sem lideranças formalmente constituídas produziam uma cena interessante para quem passasse por *Manhattan* durante as assembleias-gerais do *OWS*. Desde a eleição de facilitadoras e facilitadores para o debate, o tempo separado para ouvir detalhes sobre cada tema objeto de decisão, depois, a busca por propostas, a identificação de áreas de concordância e de oposição, a consignação de reservas (consentimentos sem concordância), as declarações de neutralidade e, no fim, os bloqueios (ou vetos)⁶⁷. Tudo feito, essencialmente, a partir de sinalizações com as mãos⁶⁸.

Esse experimento com assembleias em praça pública, ainda que limitado, espacial e temporalmente, conseguiu se multiplicar em centenas de lugares, alcançando seu auge naquele dia 15 de outubro de 2011, em que o *New York Times* publicava o artigo de Kimmelman. Por mais difícil de reprisar que pudesse parecer, à primeira vista, o *Occupy Wall Street* demonstrava – a quem quisesse ver – que o *teatro de rua* era, na verdade, um protótipo, uma antecipação até, de instituições adaptáveis a regimes democráticos. Em mais de 80 países, naquele exato dia, houve uma *paráfrase* das assembleias populares nova-iorquinas: as regras básicas do processo de decisão por consenso foram espalhadas, a partir de vídeos, reuniões, *workshops*, fóruns de debate via *internet*, documentos impressos em vários idiomas e conferências com ativistas (GRAEBER, 2013). Aquelas linhas de propagação das técnicas faziam o ‘consenso’ reencontrar sua origem, o ‘sentir junto’ latino (*cōn sentiō*). A ideia de assembleias regidas por consenso pulsou em tantos territórios quanto a própria democracia ocidental, naquele 15 de outubro de 2011. Manifestantes de diferentes nacionalidades tiveram a chance de ‘sentir junto’ o sabor de participar, efetivamente, de decisões com potencial de afetar sua vida diária.

⁶⁷ Essas fórmulas, particularmente nos EUA, possuem bastante influência dos *Quakers* (grupo religioso do movimento protestante britânico do século XVII). Ver, por exemplo, WEINSTEIN, Aaron Quinn. **Occupy Wall Street’s Civil Religion of the Nones: A Theology of Consensus**. *New Political Science*, Volume 42, Issue 1, 2020, pp. 70-86.

⁶⁸ Vídeo com exemplo dessa prática: <https://www.youtube.com/watch?v=odFygPMwbIM>. Acesso: 1/7/2023.

Como lembra Chantal Mouffe (2003, p. 14), não se pode renunciar ao fato bruto da “existência de relações de poder” e, portanto, “a questão principal da política democrática não é eliminar o poder, mas constituir formas de poder compatíveis com valores democráticos”. O paradigma da ‘assembleia’, que regia o *Occupy*, parece compatível com aquilo que Mouffe (2003, p. 15) denomina “a primeira condição para se alcançar uma sociedade radicalmente democrática”: a aceitação da contingência, da abertura, da processualidade dos conflitos. Não há, numa ‘assembleia’ ou numa democracia participativa radical, a aspiração de um fundamento único, de uma identidade de valores, de uma uniformidade de sentimentos, enfim. Pelo contrário, esse desenho combina “com certo tipo de fragmentação pós-moderna do social, que recusa dar aos fragmentos qualquer tipo de identidade relacional” (*ibidem*).

A analogia da democracia participativa com a ‘assembleia’ é útil também porque, colocadas em perspectiva, ambas seriam como uma “dança de agências” distintas, um “atrito de subjetividades participativas” (PICKERING, 1995). Nesse sentido, tanto uma sociedade em que prevalecem instituições de democracia participativa quanto um microcosmo disso, decantado numa ‘assembleia’, precisam desistir, ao mesmo tempo, da ideia de um universalismo abstrato (no lema iluminista de que todos os sujeitos são monoliticamente iguais) e da ideia de uma diferenciação ilimitada (como se ninguém, sob o regime político, tivesse pontos em comum com qualquer outro sujeito).

As teorias democráticas hegemônicas costumam partir dessa noção iluminista, elaborando verdadeiros “mitos” (PATEMAN, 1992, p. 26) sobre a formação e a manutenção do regime, em que se revezam elites no poder (SCHUMPETER, 2017), tendo em conta que a única forma viável de participar é eleger representantes (SANTOS e AVRITZER, 2002, p. 39). Em oposição a esse modelo ‘liberal-elitista’, as teorias democráticas contra-hegemônicas buscam desconstruir “mitos” e articular identidades relacionais e agonísticas (MOUFFE, 1996), incluindo atores historicamente excluídos das decisões coletivas, reconhecendo o caráter deliberativo da participação (não apenas como rotina ou coreografia vazia), afirmando o papel pedagógico de tomar parte nos destinos comuns (BARBER, 2009) e revelando a chance de uma pluralidade de desenhos institucionais (SINTOMER *et. al.*, 2012).

Importante, nesta altura, resgatar essas cenas de assembleias do *Occupy* não apenas por seus impactos nos corpos que as vivenciaram (ÁLVAREZ, GALLEGO, GÁNDARA e RIVAS, 2011) ou, de modo mais amplo, não apenas na sua condição de “memória coletiva” (HALBWACHS, 2013). Há um aspeto institucional naquela espécie de reunião e nos seus microfones humanos, que talvez seja insuficientemente explorado pelo pensamento sociológico: ali se desenvolvia uma fórmula de democracia participativa (das mais antigas e elementares), um procedimento (barato e exemplar) e um ritual político (pleno de simbolismos).

Um protesto como o *OWS* seleciona, decanta e cristaliza diversos costumes e instrumentos, que são repassados a outros protestos. Uma estratégia bem-sucedida é, geralmente, retomada em performances contestatórias de características semelhantes (TILLY, 1995, p. 26). Cumpre, por isso, observar essas práticas, em especial como instrumentos viáveis fora do circuito de protestos. Um deslocamento do óbvio que é absolutamente instrutivo. Procurar enxergar e compreender o mecanismo para além da sua utilização nos movimentos sociais.

Antes de tudo, é necessário perceber que as assembleias utilizadas pelo *OWS* – a mesclar anarquismo, horizontalismo e democracia participativa – traduziam ‘instituições’ daquele protesto. É dizer, estruturas com força canónica, fundacional; regras e modos de operação que organizavam a energia do movimento em torno de seus objetivos. E, sendo ‘instituições’, não se pode descartar eventual contágio ou influência que possam exercer nas suas congêneres que dão sustentáculo à democracia representativa e liberal do ocidente. As instituições sociais, políticas, culturais e económicas que sedimentaram, desde os séculos XVII, XVIII e XIX (HUNTINGTON, 2007), nas democracias europeias, mudam, de tempos em tempos, seus horizontes de comparação, a fim de receberem fôlego novo – o que contribui na sua longevidade (NÁRDIZ, 2010, p. 16).

É indispensável às democracias ocidentais avaliar possíveis lições que germinam e afloram de protestos de grande escala, feito o *Occupy*, porque esses movimentos experimentam conceitos novos, técnicas de processualizar divergências e lograr decisões coletivas poucas vezes tentadas. Ou, de qualquer modo, esses movimentos aventuram-se a reformular velhos conceitos, testando a eficácia dessa

reformulação nas ruas, em direto, o que termina por servir de balão de ensaio às instituições tradicionalmente aceites.

Por partes, então. Nas próximas páginas, num primeiro instante, nota-se como o *Occupy* pôde levar a efeito uma criação coletiva, no terreno, de conceitos que bem poderiam se ajustar às instituições da democracia liberal, representativa, de estilo ocidental. E, no instante posterior, discute-se a necessidade e a possível forma de inserir no cotidiano, na ordinariedade ou na regularidade das instituições democráticas alguns dos conceitos formulados num protesto – e movimento – como o *Occupy*, que permitiu, por quase dois meses, uma vivência de democracia extraordinária, uma espécie de reinvenção, sob certos aspetos, dos cânones democráticos, ultrapassando as regras do dia a dia das sociedades liberais acerca da participação.

2.1 A criação é filha da crise

O *Occupy Wall Street* surge numa ambiência de múltiplas crises. A crise económica e financeira de 2007/2008 era a mais recente e mais dura, nos efeitos (KRUGMAN, 2012). Havia inflamado a discussão em torno do desemprego (quase 24 milhões de trabalhadoras e de trabalhadores perderam seus postos ou recorreram a empregos informais), da desigualdade (mais de 10 milhões de famílias perderam suas casas ou entraram em processo de execução hipotecária), da assistência na doença (tema delicado nos EUA, em que os atendimentos públicos de saúde são bastante restritos), dos custos da educação (nomeadamente a de nível superior, com várias instituições particulares e caras, que exigem endividamento de estudantes e de suas famílias), dos cortes nos proventos e reformas (as aposentadorias derreteram seu poder de compra e foram mais taxadas pelo governo) e, mais que tudo, trouxe à ribalta os custos de salvar as instituições financeiras, transformando as falências privadas em dívidas públicas, para que o Estado e a sociedade pagassem pelas excentricidades do mercado (STIGLITZ, 2017, p. 9).

Essa crise de 2007/2008 foi apelidada “Grande Recessão”, numa referência ao quanto se padecia, ali, dos mesmos males da “Grande Depressão”, de 1929/1930, embora mais de 75 anos de mudanças económicas, tecnológicas e sociais devessem ter ensinado algo (KRUGMAN, 2012). Há muito, a literatura científica na Economia

compreende que as crises do sistema capitalista são estruturais, não meramente episódicas. As crises de 1890, de 1930, de 1970 ou de 2008, por exemplo, para citar as que mais afetaram os EUA, fazem parte de uma disposição peculiar do sistema, que, em intervalos mais ou menos previsíveis, termina por *gerar crises*. Aquela que causou parte da revolta e da indignação que explicam o fenómeno *Occupy* é somente a ponta de uma crise, mais ampla, do *neoliberalismo* (DUMÉNIL e LÉVY, 2014, p. 12).

O neoliberalismo entendido aí como estágio do capitalismo que torna hegemónico o setor financeiro, desregula as possibilidades de investimento, contrai a ‘economia real’ (os setores produtivos), desmonta as estruturas de bem-estar e desenvolvimento social (por reduzir drasticamente o gasto público e a máquina estatal), diminui proteções trabalhistas, flexibiliza as fronteiras das economias nacionais em prol de um livre movimento de capitais e, quase por consequência, torna abissais as desigualdades e os acirramentos sociais (PASSET, 2002, p. 110-112).

Longe de ser algo específico da Economia, o discurso racionalista das ciências, em geral, desde o século XIX, tornara-se um *discurso de crise*. A Modernidade e sua compreensão do ‘mundo como máquina’, há duzentos e cinquenta anos, está perplexa com os resultados de seus métodos e de suas pesquisas: a ‘realidade’ pouco condiz com os modelos explicativos até então desenvolvidos.

A ‘crise’, para os Modernos, traduz esse instante – ou esse processo – a partir do qual as formas de atribuir significados ao mundo não mais respondem às expectativas ou não mais correspondem às medições e às aferições de resultados. É nesse sentido que, todos os dias, sem falta, os sentidos comuns teórico ou empírico afirmam a atualidade como *tempo de crise* e os espaços contemporâneos como *lugares de crise*.

A Modernidade, em seu estágio presente, convertera-se num acúmulo de velhos e novos distúrbios entre a teoria e a prática, entre aquilo que o discurso hegemónico das ciências e dos poderes sociopolíticos e económicos previram e aquilo que, afinal, aconteceu. Logo, “crise económica”, “crise social”, “crise ambiental”, “crise cultural”, “crise religiosa”, “crise de regulação”, “crise de identidade”, “crise psicológica”, “crise legislativa”, “crise educacional”, “crise orçamental”, “crise científica”, “crise diplomática”, *etc., etc.* se tornaram, aos poucos, expressões cotidianas

para o sujeito do século XXI. Aliás, difícil, agora, seria conceber, ‘normalidade’ (BIRMAN, 2012).

A situação de ‘normalidade’ (entendida como situação não-excepcional) se afastou com tanta força do horizonte contemporâneo que, na maioria das ciências e dos contextos empíricos, tratar algo ou alguém como ‘normal’ passou a deselegante, pouco complexo, quase nada científico e, mesmo, preconceituoso. Algumas teorias de ciências como a Psicologia, a Psiquiatria ou até a Física, avançam à evidência de que não existe ‘normalidade’, quer na ecologia mental quer na ecologia natural: seria uma ideia regulatória; um conceito talvez útil enquanto parâmetro, mas nunca experimentável.

Esses tempos e lugares de crise – nomeadamente a retórica sobre “crise política”, “crise do pensamento político”, “crise dos regimes políticos”, “crise da democracia”, “crise da representatividade” (CASTELLS, 2018; PRZEWORSKI, 2020; BAUMAN, 2010) – formavam o panorama observado por aquelas e aqueles que levaram ao terreno a ideia do *OWS*. Tanto quanto as implicações mútuas dessas crises todas com a “crise económica global”. Lembrando que, numa situação de crise, ninguém é perito (BECK, 2017), valendo apelar à participação.

É preciso salientar, entretanto, que o *Occupy*, a partir da performatividade e da prefiguratividade, recolocava a questão da crise, supunha outras bases para despensar e repensar o conceito. Alguns resgates etimológicos, por si sós, demonstram o quanto essa ‘crise’ como não-correspondência entre ‘ideal’ e ‘real’ – uma noção que desestrutura e abala convicções – é, tipicamente, uma categoria da Modernidade.

Na Antiguidade, o termo grego *krísis* significava o instante adequado para a tomada de uma decisão. O instante de um julgamento (*krínein*). Um evento ou um acontecimento que permitia enxergar melhor o que fazer. No indo-europeu, a base *krei-* seria equivalente de ‘separar’, ‘distinguir’, ‘peneirar’ (donde vem ‘discriminar’). Esses termos, no latim, redundaram em *cribum* e *crimen* – os atuais ‘crivo’ e ‘crime’: o primeiro, logicamente, com um campo semântico mais próximo a *krísis* e *krei-*; embora o crime representasse o ato que separava, que distinguia alguém do resto.

Em sânscrito, *kir* ou *kri* significava ‘purificar’, ‘limpar’. Tanto que crisol (elemento químico que limpa o ouro) e acrisolar (depurar, tornar puro no crisol)

derivam, diretamente, desse radical sânscrito. No chinês, 危机, *wēijī*, significa tanto ‘perigo’ quanto ‘ponto crucial’, daí a expressão ‘ponto crítico’.

De sorte que, em muitas línguas pré-Modernas, ‘crise’ seria um processo de depuração: o acidental é separado da substância. Um ‘momento crítico’ significaria a filtragem daquilo que importa, para, então, tomar-se uma decisão⁶⁹. A palavra ‘crítica’ – como em “Teoria Crítica”, “crítica política”, “crítica de arte” ou “crítica literária” – manteve alguma parte daquela semiose antiga.

Via de regra, no entanto, a linguagem científica dos últimos duzentos e cinquenta anos, ao contrário daqueles signos antigos, registara ‘crises’ como “instantes aflitivos” – instantes de desmantelamento de modelos – e, portanto, durante uma ‘crise’ não seria recomendável tomar qualquer decisão ou não pareceria adequado julgar qualquer situação. A ‘crise’ que, na Antiguidade, mobilizava, hoje paralisa.

As escolhas do *Occupy Wall Street* revelam um entendimento dessas distinções. A ideia de crise, para o funcionamento dos modelos ocidentais, fora se tornando “muito reconfortante, pois ela não punha em causa nenhum modo de pensamento” (PASSET, 2002, p. 15). “Com efeito, a crise sugere um desvio passageiro em relação a uma normalidade familiar que se subentende vir a ser reencontrada um dia, uma disfunção que não diz respeito nem à norma do sistema nem aos seus mecanismos de regulação” (*ibidem*).

O protesto necessitava de outro tipo de crise. Aquela que possibilita uma melhor decisão, como a crise dos antigos. Aliás, as crenças, os princípios e os modos de funcionar da Modernidade foram tão eficazmente espalhados, sobretudo pelo sistema económico capitalista, que a fagulha do *Occupy*, em criar algo novo a partir da crise, termina sendo (necessariamente) eficaz também. Porque qualquer clareira aberta, por mínima que seja, já desfaz a unanimidade e a incidência infalível. Nas palavras de Mark Fisher, “a difusão muito opressiva do *realismo capitalista* significa que mesmo *vislumbres de alternativas políticas* e de *possibilidades económicas* podem ter um efeito desproporcionalmente grande” (2020, p. 80). “A mais ínfima [tentativa de contrariar o

⁶⁹ Na Bíblia, especificamente no Evangelho de São João, a palavra *crise* aparece 30 (trinta) vezes, no sentido de ‘decisão’. Complementaria Leonardo Boff: “Jesus comparece como a grande «crise do mundo», pois obriga a todos a se decidirem”.

sistema] pode abrir um buraco na cortina cinza da reação que tem marcado os horizontes de possibilidade sob o *realismo capitalista*. De uma situação em que nada pode acontecer, de repente tudo é possível novamente” (FISHER, 2020, p. 81).

Se a discussão dos conceitos de “crise política”, “crise da democracia” ou “crise da representatividade”, seguindo a linha estreita do racionalismo Moderno, transformava-se, mais cedo ou mais tarde, num exercício meramente acadêmico ou meramente cosmético (de desenhos institucionais), o *Occupy* contrapunha um outro conceito de Modernidade. Era preciso separar a Modernidade projetada pela alta burguesia dos séculos XVII e XVIII, que mimetizara o absolutismo e a religião, divinizando, entretanto, a dimensão material da vida, tornando a existência um objeto e uma narrativa individualista – uma Modernidade que poderia ser apelidada de “absolutista” (LEVY, 2012) – de uma Modernidade “renascentista”. Esta, sim, projeto da filosofia da Renascença, revolucionara o pensamento antigo a partir dos estudos humanistas, articulando o divino, o místico, o natural e o social como dimensões da vida, considerada holisticamente (*ibidem*).

O protesto teria de, numa espécie de arqueologia do saber (FOUCAULT, 2018), levar a sério a contribuição da Modernidade “humanista” ou “renascentista”, que buscara superar, dialeticamente, a Antiguidade, e não disfarçá-la ou imitá-la. Nesse aspecto, registrar ‘pontos críticos’ nas democracias contemporâneas – nas ocidentais, em particular – significaria que os humores sociais, políticos, económicos, culturais, éticos e epistemológicos dos países, neste século, apontam à necessidade de mudanças radicais. Ao contrário da Modernidade “absolutista”, que almeja um eterno retorno do mesmo.

Portanto, a “crise da democracia” não queria dizer que os sistemas democráticos ocidentais saíram dos trilhos da ‘normalidade’ ou que as “instituições democráticas” se desgarraram do modelo construído pela lógica política que dominou os últimos séculos. Ao contrário, o *Occupy* deveria rearticular o próprio significado daquilo que se quisesse nomear por “normalidade democrática”, percorrendo, exatamente, os caminhos que o modelo de lógica política dos últimos séculos não trilhou. A “crise da democracia” seria, nesse modo de ver as coisas, o momento oportuno – o momento mais adequado – para tomar decisões sensíveis sobre o tipo de

democracia que os países ocidentais insistem ter e sobre os tipos de democracia que, no futuro, poderiam, efetivamente, ter.

A ‘crise’ e a ‘crítica’, assim, voltariam a se encontrar. Afinal, ‘crise’ não pode ser a simples constatação de um ‘defeito de funcionamento’ (como no tal parâmetro do *mundo como máquina*). Sugerir uma ‘crise’ é, antes de tudo, inscrever, em registos simbólicos, sociais, políticos, económicos, e tantos outros, a possibilidade de dar novos significados a teorias e a práticas que se mostraram insuficientemente complexas para dar conta do *tamanho do mundo* (da quantidade de significados possíveis no mundo). No limite, uma ‘crise’ seria a chance de criar novas teorias e novas práticas que evidenciassem uma complexidade e uma consistência adequadas para cobrir mais *possibilidades de mundo* (mais sentidos possíveis no mundo).

Quanto às Teorias da Democracia, por exemplo, a contemporaneidade deveria, neste ‘instante crítico’, separar o *circunstancial* do *substancial*. Depois de milênios rejeitada enquanto regime político (poucos locais cultivaram “práticas democráticas”, desde o fim da República romana [27 a.C.]), a democracia é, neste século, afirmada pela quase totalidade dos países como sistema oficial de governo⁷⁰. No entanto, aquilo que a Modernidade “absolutista” trata por democracia contém poucos elementos *substanciais* de uma democracia complexa. A maioria dos elementos considerados ‘democráticos’ nos governos de hoje seriam meramente *acidentais* ou *circunstanciais* num conceito forte de democracia – numa democracia social, política e economicamente mais complexa e mais consistente.

De sorte que as tais “crises” “da política”, “da democracia” e “da representatividade”, cenários tidos como *paralisadores*, na maior parte da literatura científica e das análises do cotidiano no ocidente, serviram aos *frames* (aos enquadramentos gerais) do *Occupy* como cenários *motivadores* à ação e, desde logo, cenários que estimulavam o debate sobre as urgentes transformações dos sistemas

⁷⁰ De acordo com a *Freedom House*, organização sem fins lucrativos para vigilância de direitos humanos, especialmente atenta ao regime democrático de governo, 123 países seriam “democracias” entre 192 países analisados. Isto é, praticamente todos os países se dizem “democráticos”, nos dias atuais. Para mais informações, ver <http://www.freedomhouse.org/>. Acesso em 20.6.2014.

políticos, se ainda preferirem, estrategicamente, o nome democracia a “oligarquia” ou a “plutocracia” (FREELAND, 2014).

2.1.1 Criação coletiva de conceitos institucionais

Não soa exagerado dizer que o *Occupy* criou um novo gênero de discurso político. Independentemente de ter exemplificado ou não a democracia direta *per se*, o *people’s mic* cultivou um “carisma de liderança” [*leadership charisma*](GARCES, 2013), no sentido de estimular uma atmosfera onde toda a gente apresentasse atitudes positivas, emocional e intelectualmente comprometidas com as visões do movimento. Aquele método de participação, além de tudo, renovava as tradições estadunidenses de oratória, unia públicos diversos e oferecia instrumento de amplificação das vozes de movimentos solidários entre si, como o de *justiça global*, o horizontalista, o feminista, o negro, *etc.*, tidos, no seu conjunto, como *novíssimos movimentos sociais* (DELLA PORTA, 2012; DAY, 2005).

Há inúmeros costumes americanos envolvendo discursos, desde discursos de formatura (*graduation speeches*), discursos de casamento (*wedding speeches*), discursos nos encontros municipais (*town hall meeting*), discursos de posse da Presidência (*inaugural address*, marcantes como o de John F. Kennedy), discursos anuais da Presidência ao Parlamento (*State of Union address*), discursos de guerra ou de movimentos sociais históricos (de Patrick Henry e Abraham Lincoln a Martin Luther King Jr.) até aos discursos nas igrejas e nos templos (*church* ou *hallowed speeches*).

A performance pública da palavra importa, porque inspira, informa e instiga. Provoca algo no instante em que enunciada, mas, sobretudo, produz memórias (“*give me liberty or give me death!*”; “*democracy is the government of the people, for the people, by the people*”; “*I have a dream!*”; “*ask not what your country can do for you – ask what you can do for your country*”; “*yes, we can!*” , *etc.*), promove artefatos discursivos como instantes eternos, que, simbolizando um momento histórico, carregam sentidos que podem ser recuperados noutros contextos, quer para revigorar escolhas, quer para, eventualmente, corrigir rumos.

O microfone humano se distingue de outros discursos porque, embora tenha uma única fonte emissora, convoca uma linha de difusão e de resposta. As fileiras de

ouvintes devem, à medida que repassam a mensagem, reagir com as mãos, evidenciando concordância, discordância ou neutralidade. Há uma “amplificação do afeto” (KRETZSCHMAR, 2014, p. 155), afinal, literalmente, ninguém pode ficar parado frente ao discurso. Se a vivacidade (*liveness*) da fala pública interessa à democracia (ainda) mais que a outros regimes, o microfone humano leva esse vigor do discurso a um patamar completamente inédito (BERGERMANN, 2017), porque inclui a multidão no ato de fala sem considerar muito problemático o espaço entre cada pessoa (*space-in-between*), ou seja, a transmissão da mensagem ocorre em simultâneo com as diferentes individualidades sintonizando – e encontrando gradativamente – uma voz única (RAUNIG, 2012).

A técnica do *people’s mic* revela, de outro lado, uma ética do discurso (HABERMAS, 1999) acentuada: a transmissão da mensagem ocorre ainda que não se concorde em nada com o que está sendo dito. Faz-se, com as mãos, os sinais correspondentes de “disconcordância”, de “oposição” ou, no limite, de “bloqueio”, mas com a boca o conteúdo passa adiante. Há uma *praxis* discursiva de igualitarismo e de horizontalismo nesse contexto (STEINBERG, 2014, p. 702). Nenhuma opinião valerá mais que qualquer outra e todas serão dignas de consideração. A injustiça que o protesto denunciava – a fetichização da economia a ponto de retirar a voz e o poder de decidir da cidadania – tendia a não ser reproduzida nos instantes das assembleias, com uma interação que poderia demorar várias horas, mas sempre ouviria cada pessoa inscrita. A vez, a voz e o voto eram elementos distintos e complementares.

Por fim, o papel central adquirido por esse instrumento de produção de um espaço de fala demonstrava, por si só, a resiliência dos protestos em contestar a Prefeitura de Nova Iorque. Havia quase 80 (oitenta) anos, naquela altura, que os regulamentos municipais afirmavam um tipo de monopólio do discurso público amplificado e ao ar livre. Somente alguns protestos, sob determinadas circunstâncias, tinham o direito de utilizar sons ou aparatos mecânicos, desde que contassem com autorização formal da Prefeitura dias antes do evento e não fossem alvo de reclamações da vizinhança. O microfone humano confrontava essa lógica (RADOVAC, 2013, p. 34), descortinava novas maneiras de encorpar a democracia participativa e, de quebra,

inseriria uma vitória popular na batalha de décadas contra as leis municipais restritivas do direito de reunião e de livre manifestação.

Cada vez mais estudos têm abraçado a conceitualização de protestos como o *Occupy* – férteis em fazer surgir novos mecanismos de expressão, feito o *people's mic* – como lugares de “política prefigurativa” (GARCES, 2013; JURIS *et al.*, 2012; MAECKELBERGH, 2011), isto é, exposições públicas que buscam agir ‘como se’ novas institucionalidades já existissem; ‘como se’ as agendas e as pautas dos protestos já tivessem sido implementadas; um ativismo que visibiliza e dá corpo a práticas que traduzem “modelos alternativos de organização política, de tomada de decisões e de sociabilidade” (JURIS e RAZSA, 2012). Nesses protestos, tal diziam manifestantes do *OWS, we are our demands (nós somos nossas demandas)*, o conteúdo vale de conteúdo (BERGERMANN, 2017, p. 91), o meio é também a mensagem (McLUHAN e FIORE, 2018), a forma segue a função (SULLIVAN, 2012).

O avanço da *internet*, enquanto meio de comunicação, é exemplo que realça essa prefiguratividade. A televisão, o rádio, o jornal ou a *internet* não representam meros canais ou dispositivos por onde flui a mensagem. Cada uma dessas plataformas convoca experiências sensoriais e maneiras completamente distintas de receber e de reagir à mensagem. A questão é tanto técnica quanto cultural. O meio é valor determinante do conteúdo e estimula a participação, em graus diversos, de quem assiste, escuta, lê ou interage. Quer dizer: tecnologias diferentes entregam símbolos diferentes, que podem levar a significados diferentes.

Um protesto como o *Occupy* representa, de modo radical, tecnologia que não se assemelha às tecnologias, de regra, vistas nos protestos sindicalistas, por exemplo. As demandas e as negociações envolvidas na busca de direitos trabalhistas utilizam a ‘greve’ como uma ferramenta, um repertório, uma maneira de reivindicar e de circular sua mensagem. O *Occupy*, por seu turno, tem na ‘ocupação’ uma performance, não propriamente de reivindicação, mas de engajamento, uma abertura de espaço político novo, para que corpos geralmente invisibilizados apareçam, uma experimentação, um meio de vislumbrar hoje aquilo que poderia ser o mundo de amanhã, quando as propostas do movimento já estarão socialmente acolhidas (KREUTZ, 2021, p. 121-122). A mensagem, portanto, reside, de logo, na forma de fazer o protesto: “o

prefigurativismo se torna a implementação experimental deliberada das relações e das práticas sociais futuras no aqui-e-no-agora” (RAEKSTAD e GRADIN, 2020, p. 10).

No dizer de Richard Rorty (1993, p. 277), “a melhor maneira de expor ou desmistificar uma prática existente será sugerir uma prática alternativa, mais que criticar a atual”. Em outras palavras, “propor uma prática social alternativa é melhor que simplesmente apontar os defeitos do *status quo*” (KREUTZ, 2021, p. 120).

Por isso não é viável fazer a mesma pergunta sobre resultados e consequências para protestos com tecnologias e repertórios tão diferentes. O ativismo do *Occupy*, ao funcionar, imediatamente, como “laboratório de experimentação e de mudança” (FIANS, 2022), não responde à pergunta sobre falhas e êxitos do protesto como responderia uma manifestação sindical em frente à fábrica. Este solicita – de modo legítimo e relevante – um incremento numa dada realidade; aquele opera uma *criação coletiva de conceitos* relacionados a novas sociabilidades.

E, aqui, o uso do termo ‘conceitos’ vem a calhar. Abrange tanto concepções, juízos e compreensões sobre algo, como, de outro lado, construção, modelagem e configuração de algo, passível, depois, de produção em série ou de aplicação geral. Há criação de ‘conceitos’, no sentido de categorias, de visões novas e, outrossim, há criação de ‘conceitos’ enquanto produtos ou formatos inovadores para se testar.

Essa última noção – ‘conceito’ sendo formato de apresentação de um serviço ou de um objeto novo – é bastante utilizada no *design* e na indústria (LÖBACH, 2001). É habitual ouvir-se “carro conceito” ou “loja conceito”, referindo-se a padrões úteis a desenvolver ideias, ou seja, produtos ou serviços que dificilmente chegarão um dia a ser comercializados, mas que, a partir deles e desde logo, outros objetos ou prestações ganham um horizonte, um ideal para se espelhar.

É praticamente impossível que a roupa a desfilarm na *Fashion Week* de Paris, Milão ou Lisboa esteja nas ruas, depois, para ser vendida a clientes. É extravagante, exuberante ou elegante demais para o cotidiano, o uso ordinário. No entanto, é praticamente impossível que a indústria da moda avance sem que essas “roupas conceito”, exibidas nas *Fashion Week* mundiais, deem o tom, a cor, a textura, o corte, o comprimento, o material, a composição, enfim, a tendência que deve ser seguida. Não

deixa de ser curioso, portanto, a ‘moda’, que na matemática e na estatística diz respeito a um valor com grande número de ocorrências num levantamento de frequências (é dizer, a estabilização de uma medida), nascer do extraordinário, do singular, do estilo único. A ‘moda’ enquanto regularidade tem origem no fora-de-série.

Os salões internacionais de automóveis (Detroit, Genebra, Xangai ou São Paulo, por exemplo), da mesma forma, expõem as ideias mais criativas das fabricantes sobre o que imaginam para o futuro. Lanternas, motores, interiores, segurança, lataria, pneus, enfim, quaisquer diferenciais e lançamentos nos desenhos, na competência mecânica ou nas sensações a bordo, convertem-se em tendências. Possibilidades que somente depois de muitos anos alcançam as ruas – se alcançarem. As grandes montadoras de carros competem, portanto, pela criação de ideais, de modelos que sirvam para iluminar a construção de outros.

As performances de política prefigurativa realizadas por movimentos como o *Occupy* podem ser associadas a essas noções. Tendem a ser chamadas de ‘protestos’ muito mais no sentido de declarações enérgicas, promessas, demonstrações públicas de um sentimento, de uma visão de mundo ou de futuro, do que no sentido de reivindicações, pedidos frente a uma autoridade, demanda endereçada ao Estado para que resolva algo imediatamente.

Há, dessa forma, um quê de “protesto-conceito”, de protesto que exerce influência na condição de ‘ideal’, de mensagem para o futuro, uma “mensagem numa garrafa” (BAUMAN, 2022). Como disse Bauman, “isso implica dois pressupostos: que havia uma mensagem apropriada a ser escrita e digna do incômodo de se jogar a garrafa no mar; e que, uma vez encontrada e lida (num momento que não pode ser definido antecipadamente), a mensagem ainda será digna dos esforços, da parte de quem a encontrou, de retirá-la, estudá-la, absorvê-la e adotá-la” (2022, p. 7).

É o que se passa a fazer: retirar alguns desses significados, códigos e cifras da garrafa, passada mais de uma década de navegação.

2.2 É preciso atualizar o sistema

Embora cada país do ocidente, por suas peculiaridades e vicissitudes históricas, sociais, políticas, económicas, culturais, religiosas, *etc.*, exiba um tipo de democracia (somente seu), é plenamente válido afirmar a existência de um modelo de democracia que seja comum a todos eles. Instituições como “Parlamentos”, “Justiça” e “Administração Pública”; direitos como a “liberdade de imprensa”, a “liberdade de consciência, de pensamento e de expressão”, o “sufrágio universal”; e métodos como “eleições de representantes” e “mandatos políticos com duração limitada” se encontram, de alguma maneira, na silhueta democrática desses países. Um modelo que se costuma designar “democracia liberal” (BOBBIO, 2017; DAHL, 2005; HELD, 2006).

Se uma maneira de indicar a missão de qualquer forma de governo poderia ser traduzida como ‘oferecer uma imagem de vida social harmônica’ – e, logicamente, bons esforços para atingir esse ideal –, uma investigação detalhada sobre o modo como, gradativamente, a “democracia liberal” se desgastou (melhor dizendo, não se mostrou suficientemente complexa ou socialmente consistente para a sua missão), deveria analisar, um a um, os países, verificando esse possível desequilíbrio entre discursos e práticas, em cada contexto, embora existam elementos comuns, desde a distância e apatia do eleitorado à corrupção e o cinismo dos eleitos (SLOTERDIJK, 2011).

Os protestos, de modo mais instantâneo que a atividade acadêmica, selecionam recortes do “mundo da vida” (HABERMAS, 2012) e, sobre esses quadros (*frames*) estruturam suas interpretações da realidade, além de suas intenções, perspectivas e estratégias (SNOW e BENFORD, 2000). Por isso mesmo, nenhum protesto, ainda que seja muito ampla sua tentativa de intervir na sociedade, levaria às ruas propostas de mudança ou reivindicações quanto a todos os países e quanto a todos os problemas do mundo, ao mesmo tempo. Os *frames* do *Occupy Wall Street*, por exemplo, interpretavam, de modo específico, os desgastes da democracia (e da economia) dos EUA.

Contudo, dentro de uma visão panorâmica e na medida em que as democracias ocidentais exibem institucionalidades razoavelmente parecidas, o *OWS* demonstrava a percepção sobre o processo de erosão da democracia liberal como um todo (MOUNK,

2019; LEVITSKY e ZIBLATT, 2018; RUNCIMAN, 2018; EATWELL e GOODWIN, 2020; PRZEWORSKI, 2020) e, em paralelo, articulava-se num palco global, aproveitando a constelação de protestos – um pouco por todo lado – naquele ano de 2011.

Em outras palavras, aquele protesto, embora ao pé da Bolsa de Valores de Nova Iorque, observava um quadro geral de “momentos críticos” e de “pontos críticos” contemporâneos, que, de certo modo, é válido para quase todo o ocidente. Nesse sentido, pode-se dizer que a abordagem dos *frames* do OWS, mesmo aqueles mais direcionados às estruturas jurídico-políticas, económicas e culturais norte-americanas, ultrapassa essas fronteiras e termina por servir de crítica a toda a “democracia liberal”.

Para sondar as lições do *Occupy* na direção de transformar as democracias ocidentais, é interessante avaliar, no mínimo, três pistas sociológicas que as manifestações do protesto deixaram.

2.2.1 Chamar a coisa pelo nome

Em primeiro lugar, a partir do quanto as assembleias e demais técnicas de participação e de performance desenvolvidas pelo protesto escancaravam que a “democracia” – esse *cliché* absoluto – talvez não guarde, neste século XXI, os mesmos significados que quase todos os livros repetem: houve uma hipercomplexificação da “prática democrática” e as instituições políticas não acompanharam (ATTALI, 2007).

Como na frase atribuída a Marshall McLuhan, “a política resolve os problemas de hoje com as ferramentas de ontem”. As linhas de força do desenho institucional das democracias do ocidente vêm todas dos séculos XVIII e XIX. Não que a passagem do tempo, por si, torne as ideias e as práticas obsoletas. Até porque, de regra, as críticas mais severas ao regime democrático atual terminam por compará-lo, de novo e sempre, com os conceitos longínquos da Atenas do século V a.C. E esse nascedouro do sistema, muitas vezes, testemunha e denuncia que práticas de hoje não combinam com o ideal.

O *Occupy* propõe um exercício de releitura instigante, ao valer-se de um tom forte. Em seu *Manifesto* de 17 de novembro de 2011⁷¹, afirmava “não existir uma verdadeira democracia na América”:

“(…) um governo democrático *obtem seu justo poder do povo*, mas as corporações não buscam consentimento para extrair riqueza do povo e da Terra; (...) nenhuma democracia verdadeira é alcançável quando o processo é determinado pelo poder económico. Chegamos a você em um momento em que *as corporações*, que colocam o lucro sobre as pessoas, o interesse próprio sobre a justiça e a opressão sobre a igualdade, *comandam nossos governos*. Reunimo-nos pacificamente aqui, como é nosso direito, para que esses fatos sejam conhecidos”.

A *ágora-fobia* (DUPUIS-DÉRI, 2019) de figuras como George Washington, Alexander Hamilton, John Jay e James Madison era confessada, como se lê nos ensaios dos *Federalist Papers*⁷². Tanto assim que em parte alguma da Declaração de Independência ou da Constituição de 1787 se afirmava que os EUA seriam uma “democracia”: optaram pelo termo “república”⁷³, para evidenciar a preferência pela institucionalidade romana em vez do regime ateniense.

⁷¹ Queira ver no Anexo. Tradução livre de: *that a democratic government derives its just power from the people, but corporations do not seek consent to extract wealth from the people and the Earth; and that no true democracy is attainable when the process is determined by economic power. We come to you at a time when corporations, which place profit over people, self-interest over justice, and oppression over equality, run our governments. We have peaceably assembled here, as is our right, to let these facts be known.*

⁷² Madison escreve passagens como: “Em todas as assembleias muito numerosas, de quaisquer personagens compostas, a paixão nunca deixa de arrancar o cetro da razão. Se todo cidadão ateniense fosse um Sócrates, toda assembleia ateniense ainda teria sido uma multidão” ou “Quantas angústias amargas o povo de Atenas não teria muitas vezes escapado, se o seu governo contivesse uma proteção cautelosa contra a tirania de suas próprias paixões?”. *The Federalist Paper number LXVIII*. MADISON, James. HAMILTON, Alexander. JAY, John. **O Federalista**. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

⁷³ *Article. IV. (...) Section. 4. The United States shall guarantee to every State in this Union a Republican Form of Government, and shall protect each of them against Invasion; and on Application of the Legislature, or of the Executive (when the Legislature cannot be convened) against domestic Violence.* Tradução livre: “Os Estados Unidos garantirão a todos os Estados nesta União uma Forma Republicana de Governo e protegerão cada um deles contra invasões; e no funcionamento da Legislatura, ou do Executivo (quando o Legislativo não puder ser convocado) contra a violência doméstica”. Disponível em <https://www.archives.gov/founding-docs/constitution-transcript>. Acesso: 22.10.2019.

A crítica do *Occupy*, portanto, além de ecoar um *slogan* espanhol – de *Los Indignados* – a exigir *¡Democracia Real Ya!*, mobilizava essa categoria de forma ainda mais literal, por vivenciar a atmosfera de um país em que a palavra “democracia” sequer aparece no texto constitucional. Singularidade sem paralelo em nenhuma outra parte do mundo ocidental. O que, por óbvio ululante, não significa que os Estados Unidos não sejam um território democrático, mas é inegável ter havido um gesto dos *Pais Fundadores* da nação.

David Graeber relembra, nesse sentido, que as liberdades de expressão, de opinião e de reunião também estavam fora do texto original da Constituição e antifederalistas como George Mason e Patrick Henry ficaram “ultraçados” ao ler a minuta do documento e “começaram a se mobilizar” (GRAEBER, 2013, p. 15). No fim, o próprio James Madison reuniu mais de duzentas propostas e as sintetizou, para redigir aquilo que, hoje, é a *Carta de Direitos (Bill of Rights)* – as dez primeiras emendas à Constituição americana.

Logo, não foi a aura de sapiência dos *Pais Fundadores* que concedeu os mais substanciais direitos de influenciar na política à população. Ao contrário. A confrontação do pensamento dos redatores do texto inicial levou ao rol de direitos e garantias fundamentais de 1791. De modo que contestações públicas é que forçaram a previsão, no sistema legal, daquelas prerrogativas cidadãs básicas. Numa metalinguagem, foi a luta – realmente existente – que garantiu a constitucionalidade das novas lutas – potenciais.

A conexão entre esse episódio da fundação americana com o *Occupy*, exatos duzentos e vinte anos depois, é intrigante, sob dois aspectos, ao menos. Primeiro, pela causa: o *OWS*, como visto, queixava-se exatamente da falta de democracia. Teve como premissa a mesma constatação daqueles que leram o rascunho da Constituição do país. Não parecia haver, ali, uma “verdadeira democracia”, fosse porque o regime sequer era mencionado, fosse porque faltavam direitos fundamentais naquele desenho normativo.

Essa ponte de dois séculos é tanto reveladora quanto problemática. Embora os *Founding Fathers* tenham se valido de uma das mais famosas composições do Direito Constitucional (*We, the People*), logo nas palavras inaugurais do preâmbulo, deixaram a maior parte das instituições que criavam “imunizadas de povo” (COUTINHO, 2013).

Sistematizaram uma participação bastante indireta – até mesmo no sistema eleitoral, em que, como ocorrera nas últimas décadas, Presidentes da República podem se eleger sem o apoio da maioria da população votante⁷⁴. A influência desse histórico na captura dos governos pelas corporações traduzira uma das denúncias principais do *Occupy*.

O outro aspeto que liga os confrontos na Convenção da Filadélfia⁷⁵ ao *OWS*, desta vez, não é pela causa, mas pelo efeito. O movimento *Occupy Wall Street* se tornou a maior expressão pública de opiniões, de modo ininterrupto, em território norte-americano. É dizer, a declaração de opiniões que por mais tempo fora protegida⁷⁶ sob o manto da Primeira Emenda⁷⁷. Esse direito de manifestação, garantido em 1791, atrapalhou, por diversas vezes, os planos da Prefeitura de Nova Iorque de encerrar o acampamento no *Zuccotti Park*⁷⁸.

⁷⁴ O art. II, seção 1 da Constituição instituiu um escrutínio por “Eleitores” que são, em verdade, delegados dos partidos políticos apontados em cada Estado da Federação. A maioria dos votos desses delegados é que decide a vitória de uma candidatura. Não a maioria dos votos da população. Caso dos Presidentes George W. Bush, nas eleições de 2000, e Donald Trump, nas eleições de 2016.

⁷⁵ Os debates começaram em 13 de maio de 1787, com a chegada de George Washington na Filadélfia, e terminam em 17 de setembro de 1787, com a assinatura da Constituição dos Estados Unidos. Para entender o dia a dia da convenção e os principais debates registrados em atas, ver <https://www.nps.gov/inde/learn/historyculture/stories-constitutionalconvention.htm>. Acesso: 22.10.2019.

⁷⁶ Assim também considerou o Editorial do *Wall Street Journal* de 17.11.2011, embora com ironia sobre o quanto o Prefeito Bloomberg falava sobre a Primeira Emenda Constitucional. Cf. **Wall Street Unoccupied. The Zuccotti Park occupation lasted nearly nine weeks, across which New York City Mayor Michael Bloomberg conducted the longest nonstop rumination on the First Amendment since 1791**. Tradução: “A ocupação do *Zuccotti Park* durou quase nove semanas, durante as quais o prefeito de Nova Iorque, Michael Bloomberg, conduziu a mais longa ruminância ininterrupta sobre a Primeira Emenda desde 1791”.

⁷⁷ *First Amendment of the US Constitution (1791): Congress shall make no law respecting an establishment of religion, or prohibiting the free exercise thereof; or abridging the freedom of speech, or of the press; or the right of the people peaceably to assemble, and to petition the Government for a redress of grievances*. Em tradução livre: “O Congresso não fará nenhuma lei respeitante a um estabelecimento de religião, ou proibindo o livre exercício dele; ou diminuindo a liberdade de expressão, ou da imprensa; ou o direito do povo pacificamente se reunir, e peticionar ao Governo para uma reparação de queixas”. Disponível em <https://constitution.congress.gov/constitution/amendment-1/>. Acesso: 22.10.2019.

⁷⁸ *It must be said about Mayor Michael R. Bloomberg that, though he dislikes the protests and has hinted that the park occupation may have to end, he has not converted words into action. By now, his predecessor, Rudolph W. Giuliani, who had a tenuous grasp of the First Amendment’s guaranteed right of peaceable assembly, would have probably ordered the police to clear the area — with water cannon, if necessary*. Tradução: “Deve ser dito sobre o prefeito Michael R. Bloomberg que, embora ele não goste dos protestos e tenha insinuado que a ocupação do parque pode ter que acabar, ele não converteu palavras em ações. Agora, seu antecessor, Rudolph W. Giuliani, que tinha uma compreensão tênue do direito garantido de reunião pacífica da Primeira Emenda, teria provavelmente ordenado à polícia que limpasse a área – com canhões de água, se necessário”. In *New York Times, A new generation of dissenters*, Clyde Haberman, 10.10.2011, disponível em <https://cityroom.blogs.nytimes.com/2011/10/10/a-new-generation-of-dissenters/>. Acesso: 22.10.2019.

Essa lacuna congênita, em construir uma democracia sem chamá-la pelo nome, é um dos *frames* do protesto, tendo em conta que, nos debates atuais em torno de teorias e práticas de democracia, que se pretendam mais complexas e mais consistentes socialmente, parece essencial *chamar a coisa pelo nome*. Nessa ótica, analisar o passado que as democracias ocidentais escolheram para si (nomeadamente a Grécia antiga) pode se revelar um exercício proveitoso de *Sociologia das Ausências* (SANTOS, 2010), isto é, uma proposta de expandir o presente, resgatando algo que ficou pelo caminho, séculos atrás. Algo que precisa ser feito de maneira cuidadosa, para que incompreensões e mal-entendidos não façam do presente um insuperável conflito de identidade e de genética política.

Pois bem. Na Grécia antiga, havia, no mínimo, quatro diferentes sentidos para designar grupos sociais e quatro diferentes sentidos para a espécie de influência por eles exercida. Os significantes *demos* e *kratein*, formadores do termo “democracia” (em português), representavam apenas um entre vários significados possíveis à “ação coletiva”, na Elláda de há 2.500 anos.

O “povo” poderia ser “*demos*” (δημος), algo que estaria mais para “elite” política, no sentido recorrente do termo hoje. Ou, ainda, “multidão” (Οχλος), “ochlos”, que estaria, semanticamente, mais próximo ao sentido recorrente de “povo” enquanto “massa” que decide⁷⁹. Poderia também ser “nação” (Εθνος): o “povo” enquanto “ethnos” – etnia – cuja importância política aparece, em especial, nas lutas contra outros “povos”, grupos com sentidos culturais e interesses (sejam quais forem) diversos. E, por fim, o sentido mais geral de “povo” seria o de “laíta” ou, ainda, “laos” (Λαός), que significa “pessoas” – toda e qualquer pessoa – daí a palavra “laikos” (λαϊκός) ter o

“The mayor is a strong believer in the First Amendment and believes that the protesters have a right to continue to protest,” Caswell Holloway, the deputy mayor for operations, said in a statement. Tradução: “o Prefeito é um fervoroso crente na Primeira Emenda e acredita que os manifestantes têm o direito de continuar a protestar”, Caswell Holloway, o vice-prefeito para operações, afirmou numa declaração. *In New York Times, Protesters are told they'll have to leave Zuccotti Park*, David W. Chen, 12.10.2011, disponível em <https://www.nytimes.com/2011/10/13/nyregion/protesters-told-they-will-have-to-leave-zuccotti-park-temporarily.html>. Acesso: 22.10.2019.

⁷⁹ Para não haver ambiguidade, essa “assembleia popular” somente era aberta a cidadãos do sexo masculino, com mais de dezoito anos, que tivessem prestado dois anos ou mais de serviço militar e que fossem filhos de um pai natural da “pólis” (a partir de 452 a.C. também a mãe o teria de ser). Isso quer dizer que mesmo a “multidão” não era assim tão compreensiva, a ponto de mulheres, estrangeiros e escravizados fazerem parte. A diferença entre “ochlos” e “demos” reside, basicamente, na idade, no censo das propriedades e no grau de estudos.

sentido de “popular” e derivar, no latim, para “leigo” (‘um qualquer’, que não tenha conhecimento aprofundado sobre determinada área). Interessante perceber essa ambivalência, em que “laikos” (λαϊκός), sintaticamente, funciona como os adjetivos “democrático” ou “popular”.

Naquela época, havia, outrossim, pelo menos quatro sentidos de “influência” ou “poder”. O “poder” como dominação ou supremacia seria “krátos” (κράτος). Depois, o “poder” como governança, iniciativa ou liderança, que seria “archein” (αρχειν) ou “archos” (αρχος). O “poder” como capacidade, mérito ou força milagrosa seria “dunamis” (δυναμις). Por último, o “poder” como habilidade de fazer algo, como criatividade, como inventividade, como força de criar seria “exousia” ou “eksousia” (εξουσια): haveria, aqui, “autoridade” não *sobre* alguém ou algo (como em “krátos”), nem milagrosa (como em “dunamis”), mas *por* um propósito. A habilidade de *fazer*, mais do que a habilidade de *liderar* (como em “archein”).

Assim como os quatro sentidos de “povo”, os quatro sentidos de “poder” também se relacionam com a própria evolução etimológica e politológica da palavra “democracia”. O “poder” supremacia, “krátos”, o “poder” liderança/administração, “archos”, e mesmo o “poder” miraculoso ou interior (carisma), sem dúvida, todos foram levados a efeito, em diferentes contextos e épocas. A dúvida restaria quanto ao “poder” *criatividade* ou *energia de fazer*.

Estudos como os de Josiah Ober (1996 e 1998) demonstram que a democracia, na antiga Elláda, era compreendida como “agência coletiva”, como a *habilidade*, a *autoridade de criar e de fazer coisas juntos*. O exemplo que o século V a.C. (considerado o *período de ouro* de Atenas) poderia dar é o do equilíbrio de instituições “participativas”, “deliberativas” e “representativas”, um arranjo delicado, complexo e socialmente consistente. É dizer, havia decisões rápidas e menos discutidas, tomadas em locais como a “bulé” e depois ratificadas em assembleias maiores, como a “eclésia”; havia decisões mais refletidas, como as originárias da “eclésia”, que poderiam levar dois dias inteiros de debates; havia articulação entre diversos grupos sociais, com ou sem posses, linhagem ou títulos militares; havia um pagamento justo à “participação” e à “representação” que pudesse comprometer orçamentos domésticos; havia, enfim – e esse ponto é fundamental – sorteios regulares para preencher os cargos públicos.

A democracia daqueles helenos não significava mero “poder [ou supremacia] do povo”, uma expressão vaga e abstrata. Aquela estrutura política, em seu auge, traduzia a confiança numa discussão aberta entre todos os considerados capazes, na cidade: um amplo debate, mediado apenas o quanto fosse necessário para render respostas adequadas aos problemas concretos. A democracia helênica, portanto, também não significava, exclusivamente, um modelo “direto”, uma “democracia puramente participativa”. Havia mecanismos complexos para articular a *deliberação* (“democracia deliberativa”) e, como se sabe, instituições e magistraturas bastante bem reguladas para favorecer a pauta geral de debates das instâncias superiores (“democracia representativa”).

Pensar a partir desses novos panos de fundo torna o desafio de construir uma democracia com intensidade, velocidade, abrangência e fluidez adequadas ao século XXI, relativamente, mais simples. Os pressupostos de uma nova democracia podem, mesmo, germinar numa interpretação mais nítida e envolvente da experiência helênica: resta saber se seria possível analisar, hoje, o “povo” como “laikos” (todas as pessoas, inclusive as que estão por vir), incluir o máximo de indivíduos no conceito – talvez inadequado – de “demos” e analisar o “poder” como “eksousia” (energia e criatividade que nasce da convivência)⁸⁰, controlando o abuso de “krátos” do 1% da população mundial sobre os outros 99%.

Uma das principais mudanças nessa direção se contextualiza a partir dos “movimentos sociais”. Desde 1960, os movimentos sociais, no ocidente, tornaram-se elementos relevantes na transformação de um conceito formalista de democracia a um conceito mais substancial (TOURAINÉ, 1998). De uma democracia que percebia esses movimentos como indicadores de anomia social para uma democracia que os compreenda como mecanismos privilegiados de pressão em nome de mudanças (MATOS, 2014; ACCORNERO, 2016; SABARIEGO, 2022).

Embora seja difícil qualquer classificação, neste domínio, muitas vezes se distinguem “velhos” e “novos” movimentos sociais. Os “velhos” movimentos sociais –

⁸⁰ Para um aprofundamento nas noções etimológicas, filológicas, politológicas e filosóficas trabalhadas aqui, ver MIELKOV, Iurii. TOLSTOUKHOV, Anatoliy. **Development of today's democracy: Pleople, Power and Human Personality**. In *Democracia Hoje*. Coleção Hespérides, n. 9. Organização: Marta Nunes da Costa. Famacão: Edições Húmus, 2012, pp. 223/234.

ações coletivas entre fins do século XIX e início do século XX – reivindicavam, em regra, direitos cívicos, políticos e sociais vinculados a contenciosos de classe e de trabalho. Já os “novos” movimentos sociais resultariam de diferentes bases de conflito social, sobretudo reivindicações decorrentes da “sociedade pós-industrial”, daí terem se consolidado nas décadas de 1960 e 1970, com as bandeiras dos movimentos estudantis, pacifistas, feministas, ambientalistas, depois, dos direitos sobre orientação sexual, raça, etnia, direito à saúde, assim como o direito à democracia, à informação, ao pluralismo e à participação na vida pública (OFFE, 1985; MATOS, 2014).

O potencial da agência coletiva, no decorrer do século XX, fora resgatado, em definitivo, como barômetro da democracia moderna. As reivindicações coletivas nos últimos séculos (de “movimentos sociais”, mais articulados e duradouros, a “protestos”, contestações mais espontâneas e até instantâneas) se tornaram itens obrigatórios na reflexão ético-política, jurídica e económica das sociedades contemporâneas (TILLY, 2013; NUNES, 2013).

Hoje, “protestos globais” ou de hiperescala, como *Occupy*, *Los Indignados* e *Primavera Árabe* deixam evidências do quanto (e de como) esforços coletivos e organizados impulsionam profundas modificações no senso comum, na literatura e na política democrática. Para alguns estudiosos, seria possível, mesmo, tipificar essas ações coletivas do século XXI como “novíssimos movimentos sociais” (SANTOS e AVRITZER, 2002; GOHN, 2003). Determinadas formas de articulação e de narrativas desses “protestos globais” ostentariam caracteres que movimentos até o século XX (especialmente antes da *Internet*) não poderiam suportar.

Repensar a democracia, desde o seu nascedouro, como “agência coletiva” – como energia e habilidade de trabalhar em conjunto por um propósito – permite enxergar o quadro dessas experiências sob outra luz.

2.2.2 Democratizar as teorias e valorizar as práticas

Em segundo lugar, o OWS, por intermédio de seu comitê de ação direta (*direct action committee*), de seus grupos de trabalho (*working groups*) e de suas assembleias-gerais, compunha um mosaico de democracia – enquanto “agência coletiva” – que

deveria abranger, adaptar, comportar, figurar, produzir, estimular, *etc.*, simultaneamente, “participação”, “deliberação” e “representação”. Na prática, todos os regimes democráticos, em algum momento, o fazem, isto é, reúnem esses três elementos. No entanto, as teorias da democracia se detiveram, por muito tempo, a demonstrar qual dos três seria o elemento que melhor aponta para o cerne desse regime político: as teorias se habituaram a procurar o âmago da democracia num ou noutro elemento, excluindo a constelação, a fusão de todas essas experiências.

Uma rápida mirada na história da democracia indica o quanto essa ideia teve – e continua a ter – de *resistir*. As cenas políticas de cada território são extremamente sensíveis: a democracia, por aumentar a complexidade dos jogos de poder, raramente é elaborada como a melhor solução. Além do que, em geral, pode ser ativada como retórica (discurso político), mas desviada como prática efetiva.

A construção de novos pressupostos à democracia no século XXI poderia enfatizar toda uma ecologia de ideias políticas que se perdeu (OSBORNE, 2013), por conta de contextos históricos que, por uma razão ou outra, não permitiam um regime democrático mais plural, mais aberto à contribuição de qualquer indivíduo ou grupo social.

A técnica do “sorteio” para escolha de representantes políticos, por exemplo, paulatinamente, deu lugar à “eleição” (COSTA, 2013). É uma das técnicas democráticas que se perdeu no caminho para a Modernidade. O “sorteio”, nas cidades-Estado gregas e italianas, era técnica anti-aristocrática, por definição (SINTOMER, 2010). Qualquer indivíduo poderia coordenar os trabalhos, durante certo período, dadas algumas circunstâncias. A existência do “sorteio” colidiria com todos os interesses de famílias plutocráticas, durante o Medievo e, com mais força ainda, no alvor da Modernidade, colidiria com as burguesias (estratos de muita riqueza, mas pouco prestígio político, até então).

Ressalte-se, outrossim, que a atmosfera medieval não favorecia a partilha de sentidos culturais fortes, como na Antiguidade Clássica, nomeadamente pela dominação dos sentidos religiosos, que condenavam a política (o aparecer e o liderar). A estratificação – em vez da coesão social – era a tônica (POLANYI, 2011). O habitante do Medievo europeu seria o “vulgo”, no dizer de Maquiavel (2011 [1532]), incomparável

com o cidadão ateniense em cultura política. Assim, depois das experiências florentinas e venezianas de sorteio, entre os séculos XII e XV, dificilmente seria possível entregar a condução política das cidades e comunidades a ‘qualquer indivíduo’ (aleatoriamente).

Passo a passo, a “representação” por “eleição” tomou o lugar do “sorteio” e a burguesia fora elitizando a sua própria “representação” também – homens ligados à cúpula e não à base preferiram a pequenos comerciantes, nos séculos XVIII e XIX. Os instantes de “sorteios” se restringiram, agora, aos júris (julgamentos de crimes graves), precisamente porque não haveria aí força política alguma envolvida (SINTOMER, 2010).

Cumprir mencionar, nessa abordagem, que a “representação” nunca foi a “segunda opção” dos teóricos e dos revolucionários burgueses (COSTA, 2013): essa viragem do “sorteio” e dos “conselhos de cidadãos” aos “representantes” é fruto de longas transformações dos humores políticos, das ideologias políticas e dos locais em que se poderia fazer Política, inclusive. E, como se disse, desde a Elláda Antiga a “representação” convive com a “participação” (direta), nomeadamente enquanto mecanismo facilitador de debates. Não parece suficiente, assim, o argumento utilizado por diversos pensadores (autores clássicos, como Rousseau⁸¹, até), de que a “representação” surge quando a “democracia direta” já não se mostra viável, por conta do crescimento da população.

Em boa verdade, não foi tanto o aspeto quantitativo, mas o qualitativo, que, em muitos instantes da história da democracia, inclinou o pensamento político à “representação” e, especialmente, por “eleição” (ou “aclamação”) e não por “sorteio”. O problema inerente a essa viragem, que, inevitavelmente, *aristocratizara* a democracia Moderna, é que o regime “democrático” passou a ser *obediência* e obrigações políticas (SCHUMPETER, 2017), mais do que um espaço de ativação e de *inauguração* políticas (RANCIÈRE, 2014).

Um qualquer *tour* histórico por Atenas, Roma, Escandinávia, Países Baixos, alpes suíços, Reino Unido, pelas Repúblicas de Florença e Veneza e, finalmente, pela França e pela América do início da Modernidade, revelaria outras técnicas e outros modos de “fazer democracia” que foram descredibilizados, na maioria dos países

⁸¹ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. 1ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

ocidentais (OSBORNE, 2013). Essa visão da história possibilita, outrossim, uma compreensão mais alargada de democracia, em dois vetores, pelo menos.

O primeiro indica uma possível linha de continuidade em todas essas vivências – desde a Antiguidade, passando pelo Medieval europeu e a Modernidade europeia e estadunidense: a democracia, em essência, significa uma especial capacidade de fazer, de produzir, de construir, de coordenar, *etc.*, a partir da colaboração entre iguais. É dizer, quando houve disposição para agir e para pensar, coletivamente, bem assim quando houve um substancial número de indivíduos ou grupos sociais que se reconheciam como iguais (*igualdade política*), existiram práticas “democráticas” (HONNETH, 2009). A base de qualquer espécie de democracia, portanto, seria a “agência coletiva”.

O segundo vetor diz respeito ao (invariável) hibridismo entre maneiras de “participar”, de “deliberar” e de “representar” que essas experiências históricas alinham. Há notas peculiares, momentos e espaços a cada um desses verbos na “agência coletiva”. Nenhuma daquelas práticas “democráticas” observadas prescindia de alguma “participação”, vários modos de “deliberação” e muitas técnicas de “representação”.

É notável e produtivo o debate contemporâneo – entre autores da Modernidade central, particularmente – a respeito da melhor forma de democracia, se “representativa”, “deliberativa” ou “participativa”. No entanto, esse debate invisibiliza, entre outros, dois pontos que poderiam contribuir num desfecho complexamente adequado e socialmente consistente ao século XXI: a) os adjetivos de democracia desenvolvidos na Modernidade periférica – Ásia, África e América Latina – feito a “democracia comunitária”; e b) a constatação da quase impossibilidade de uma forma pura de democracia (como haveria de ser uma democracia exclusivamente “participativa”?).

Nesse sentido, uma das contribuições substanciais que o OWS oferece ao debate contemporâneo é, de antemão, reposicioná-lo. O “ser democrático”, filosoficamente, tal o movimento evidenciou, nas ruas, compõe-se de “participação”, “deliberação” e “representação”. O agir e o pensar coletivo entre iguais implica, com maior ou menor intensidade, num instante ou noutro, esses três fundamentos. De sorte que trabalhos específicos sobre uma ou outra forma de democracia, em verdade,

sugerem que aquela forma predomine. É dizer, teorias como a de Hannah Pitkin, Bernard Manin ou Adam Przeworski, por exemplo, não afirmam que o único elemento – ou fundamento – do “ser democrático” seja a “representação”. Isso seria uma contradição lógica. Os “representantes” representariam quem, o quê e para quê, se não houvesse “participação” ou “deliberação” dos não-representantes?

Por óbvio, seria absurdo dizer que o trabalho de desenvolvimento de Teorias Gerais da Participação, da Deliberação ou da Representação seja – ou tenha sido – inútil. Longe disso, obras consagradas como as de Benjamin Barber (2004 e 2009), Jürgen Habermas (2003a e 2003b) e Nadia Urbinati (2013), respetivamente, acerca desses três fundamentos da democracia aprofundam as possibilidades de predominância de cada um desses fundamentos, sob determinadas circunstâncias.

O debate contemporâneo, contudo, poderia avançar, realçando, nesta altura, o entrelaçamento necessário e sempre delicado, desses três componentes “democráticos”. Depois do longo esforço de analisá-los em separado, como se fossem estanques, parece importante, agora, rearticulá-los, enquanto momentos constitutivos do “ser democrático”, cada qual operando num âmbito – a “representação” agrega *capacidade operacional* a uma experiência de democracia; a “deliberação” gera *capacidade reflexiva* e na “participação” reside a *capacidade irruptiva* ou a *força disruptiva* de qualquer vivência “democrática”.

Essa nova conexão entre os três elementos rende, sem dúvida, um maior dinamismo às teorias e às práticas “democráticas”. Em vez do desgaste competitivo, as próprias teorias e práticas se democratizariam ao conceber a democracia enquanto complexo e instável arranjo entre “participação”, “deliberação” e “representação” – por isso mesmo, erguido numa lógica de *cuidado*. Cada corpo em assembleia a cuidar de todo o sistema.

Essa conexão, mais atenta à soma – do que à divisão – entre capacidade operacional, capacidade reflexiva e capacidade irruptiva que toda democracia deveria exhibir, pressente a “representação” não como um contrato, mas como simpatia ideológica e comunicativa, no dizer de Nadia Urbinati (2013). A “deliberação” não pode ser decisão pura e simples, é debate, agir comunicacional e intersubjetividade, como lembra Habermas (2003b e 2012). E a “participação” não é terapia coletiva ou

coreografia (ALLEGRETTI e ALLULLI, 2007), significa um tomar parte nos processos, bens e objetivos comuns, inaugurando novas ações e novos pensamentos, como adverte Benjamin Barber (2004).

Além disso, a proposta de uma concertação entre os *momentos constitutivos* da democracia contribui para diminuir os problemas intrínsecos a cada teoria, considerada isoladamente. A Teoria da Democracia Participativa, por exemplo, não se esquivaria do problema das minorias superengajadas (que, é bem possível, dominariam um mundo exclusivo de participatividade) ou da questão relativa ao tédio e à gravidade da política (que desestimulam a participação, com o passar do tempo). A Teoria da Democracia Deliberativa não recuaria ante as críticas de que “as condições ideais de fala” ou o “consenso” buscado em todo ato comunicativo seriam quimeras. A Teoria da Representação não se deixaria atingir quando lhe apontassem um caráter formal, elitista, conservador e insuficiente para a realidade atual. Como aponta Marta Nunes da Costa (2013), as grandezas e as misérias de cada teoria (e das conseqüentes práticas) dialogariam, complementarmente uma à outra, organizando uma democracia mais ajustada às sociedades hipercomplexas.

Por fim, sublinhe-se que os movimentos e as dinâmicas sociais invisibilizados, por milênios, estiveram, muitas vezes, imunes ao (ou isolados do) pensamento “hegemônico” e terminaram por criar formas distintas de “agências coletivas”.

A pluriversidade de povos nativos, ribeirinhos, tribais e das florestas, por todo o mundo (nomeadamente, os povos indígenas latino-americanos e australianos), de comunidades tradicionais e suas sabedorias (como os “quilombolas”, as “comunidades negras rurais” do cone sul americano e os “sages” de África), de narrativas, mitos e tradições asiáticas (povos do Pacífico), escandinavas (povos nórdicos), mesmo as construções do pensamento feminista ou anarquista (entre os países centrais da Modernidade): essas e outras cosmovisões submergiram com o advento da Modernidade “absolutista” ou se elevaram, precisamente, em oposição a ela. O certo é que suas experiências de agir e pensar coletivo entre iguais não foram consideradas “democráticas” ou foram descredibilizadas enquanto alternativas às “crises” por que passava a “democracia liberal” – arquétipo político da Modernidade “absolutista”.

A construção de novos paradigmas à democracia deste século deve aproveitar, antes de refazer todo o edifício, as inúmeras contribuições já existentes dessas narrativas, mentalidades e comunidades que estiveram à margem e silenciadas, a partir da imposição de uma forma única de abordar a “agência coletiva”.

O OWS, enquanto dinâmica de resistência e de contestação à pobreza de mundo imposta pela Modernidade “absolutista” se baseia, largamente, naquelas combinações entre “participação”, “deliberação” e “representação”, além de integrar outras espécies de democracia, como a “comunitária”, a “cosmocracia” (κοσμοκρατία), a “sinarquia” (συναρχία) ou a “panarquia” (παναρχία), por exemplo. Não apenas isso. O protesto tentou reler e reescrever a própria história das instituições “democráticas” que vivenciava nas ruas, compreendendo a democracia não como uma narrativa linear e progressiva, mas como um enredo múltiplo e difuso, editado por todos os grupos sociais.

2.2.3 Existe democracia efetivamente representativa?

Por fim, há três séculos, parecia impossível uma democracia *efetivamente direta*, devido ao número de pessoas envolvidas, sem uma cultura de “participação” ou de “deliberação” e sem tecnologias para articular suas demandas; neste século, parece impossível uma democracia *efetivamente representativa*, devido ao número exponencial de demandas envolvidas – cada pequeno grupo eleitoral é tão singular em suas necessidades, que o trabalho do representante político deixa sempre muitos insatisfeitos, não importa o quanto se esforce. Além disso, todos os indivíduos são expostos a uma cultura de “participação” e de “deliberação” frenética, no mercado e nos meios de comunicação social – a *Internet* em primeiro plano. Logo, as “massas”, típicas dos séculos anteriores (ORTEGA Y GASSET, 2016) tornam-se “multidões” (NEGRI e HARDT, 2005 e 2012) de singularidades ou massas de individualidades complexas, cujos interesses se espriam em todas as direções, o que não permite uma estabilização dos sistemas legais e do trabalho dos parlamentos.

Não é novidade que todos os novos *media* sociais (redes sociais, especialmente) e todos os meios de comunicação tradicionais se adaptaram a uma *cultura de participação* (SHIRKY, 2011). Não existe nenhum programa, periódico ou revista de

opinião, de imprensa escrita, radiofónica ou televisiva, hoje, em que um telespetador, um ouvinte ou um leitor não possa interferir, com sugestões, críticas e manifestando seus interesses. A *internet* transformou a geração contemporânea (de jovens) entre 14 e 26 anos na primeira que produz mais conteúdo e “consume” conteúdos produzidos por ‘amadores’ do que assiste televisão (*ibidem*). Além disso, cada dia mais cedo, os jovens acessam a rede mundial de computadores e os *smartphones*, a partir dos quais se mantêm conectados e ativamente participantes durante metade de seu dia, pelo menos.

No comércio e no mercado, outras esferas de sociabilidade que envolvem grande parte da vida contemporânea (quando se alternam os papéis de produtor, de investidor e de consumidor), a realidade não é diferente. Entre os investidores, o fluxo de capitais (compra e venda de moedas, títulos, ações, mercadorias, *etc.*) que ‘viaja’ através das principais bolsas de valores do mundo, como Nova Iorque, Londres, Francoforte, Paris, Lisboa, Tóquio, Hong Kong e São Paulo, alcança US\$ 1.000.000.000.000,00 (um trilhão de dólares) por dia. As operações executadas, segundo a segundo, se amparam numa rede de satélites, telefones fixos, telefones móveis, radiocomunicação e *internet* para fazer e desfazer vultosos negócios, a cada minuto, sem descanso, considerados os fusos horários entre oriente e ocidente (CETORELLI, 2002).

O produtor e o consumidor, de igual modo, têm a *internet* como a maior feira de insumos e de mercadorias de sempre: vinte e quatro horas de compras, embarcadas de qualquer lugar da superfície terrestre, da Indonésia à Califórnia. Não apenas: essa feira virtual possibilita compras extremamente personalizadas, encomendas sob medida, únicas, exclusivas e, por vezes, criadas pelo próprio cliente.

Essas novas circunstâncias evidenciam uma tendência do século XXI: a de sofisticar a *participatividade*, o estímulo à deliberação e à participação direta e instantânea – de qualquer habitante conectado à *internet*, ao telefone fixo ou ao telemóvel – na produção de conteúdos jornalísticos, publicitários, na confecção de novas mercadorias ou na inauguração de novas trocas comerciais.

Um campo da sociabilidade, entretanto, não se adaptou, completamente, a essa viragem inclinada à *participatividade*, a “política profissional”. Note-se que a

expressão “política profissional” marca, aqui, um contraste com “ação política” ou, simplesmente, “Política”. A “política profissional” se refere às atitudes e às performances do conjunto de representantes eleitos (nas democracias ocidentais, por exemplo), enquanto “ação política” e “Política” dizem respeito à possibilidade ampla de manifestação e de construção de sentidos para a convivência, aberta a qualquer pessoa, grupo ou entidade, numa estrutura que se considere “democrática” (ARENDR, 2010 e 2012).

Raros os contextos de “política profissional” que não continuem analógicos (ou que se digitalizaram somente na forma e não no conteúdo). Os governos representativos continuam, em regra, obstinados nas interações simples (como o instante da campanha eleitoral e do voto), conquanto seu ambiente tenha se reconfigurado em torno de relações e de experiências extremamente complexas. Assim, ao mesmo tempo em que os sistemas de comunicações e os sistemas comerciais do mundo, entre outros, ampliam as possibilidades de agentes e de fatores de interação, a “política profissional” sinaliza um contrafluxo – discursos e práticas que evitam, o quanto podem, a complexificação de seu âmbito de influência (MANCINI, 2014).

A “política profissional”, dessa forma, insiste num universo controlável, formal e linear de *participatividade*, quando os novos meios de comunicação social exponenciaram pluriversos virais, informais e antilineares de articulações políticas espontâneas – de Política realizada, segundo a segundo, através de “cooperações fracas” que podem gerar “repercussões fortes” – tempos em que um simples “compartilhamento de *status*” no *Facebook* ou a mera postagem de um vídeo no *YouTube* podem derrubar um governo (CARDON, 2012).

Essa realidade, em alguns anos, pode ser bastante agravada. Os nascidos na fronteira entre o século XX e o século XXI, que nunca conheceram uma forma de convivência mais lenta e menos dramática que a *internet*, aquelas e aqueles que construíram sua personalidade nos jogos de “luz e sombra” dos *blogs* e das redes sociais (numa esfera pública e privada, ao mesmo tempo), que leram e ouviram menos os *media* empresariais que seus próprios seguidores, no *Twitter*, e que foram catalogados

em dossiês das maiores corporações do planeta enquanto *digital persons*⁸², reagirão de uma forma distinta aos controles burocráticos e aos rituais de uma política analógica.

Nesse sentido, a maneira de “representar”, moldada ao estilo das revoluções burguesas do século XVIII, alterada nos séculos XIX e, notavelmente, XX, não parece transformada em detalhes suficientes a abarcar o *tamanho do mundo* no século XXI. A assimetria entre aquilo que um representante consegue absorver de demandas e aquilo que seus representados demandam é imensa. Devem ser propostas novas significações para a tarefa de representar e para a tarefa de “ser representado”, hoje. Mas, inegavelmente, enquanto esses novos conceitos não tomam corpo, há uma “crise de representação”, seja na aceção de “não-correspondência entre o ideal e o real”, seja na aceção de “momento de tomar uma decisão radical sobre o sistema representativo”.

Isso para não referir a questão que Ulrich Beck (2013) chama de “transdemocracismo” (concerto e interdependência de “democracias”), o fato de que representantes de uma democracia impactam “representantes” de todas as outras “democracias”. Uma lei promulgada pelos Parlamentos alemão, francês, inglês ou estadunidense, por exemplo, em diversos momentos repercute mudanças políticas sérias noutros países. A globalização produz efeito, portanto, na tarefa de “representar”, seja por essa “diplomacia global”, seja pelas migrações pendulares globais (os representados se preocupam com as relações entre diversos pontos do globo), seja pelo mercado de trabalho global (os representados têm interesses em diversos pontos do globo), seja pela, cada vez mais comum, multinacionalidade dos indivíduos – ou pelo seu oposto, também crescente, a *apatridia* (como representar esses grupos?).

Além disso, como representar as “futuras gerações”, numa sociedade que, pela primeira vez na História, confronta-se com a própria finitude e a limitação de seu poder frente à Natureza (JONAS, 2006)? A Hungria, por exemplo, em 2007, criou o “*ombudsman* para as gerações futuras”, um cidadão de reputação ilibada que se torna Comissário Parlamentar, após indicação pela Presidência da República e aprovação pelo

⁸² A expressão de Daniel Solove relembra que existem, nestes dias, personalidades (gostos, interesses, preferências, amizades, estilos, leituras *etc.*) moldadas pelas maiores empresas “mineradoras de dados” da *Internet*. Os produtos são vendidos em propagandas individualizadas e, por vezes, subliminares, para cada cliente – de acordo com a *digital person* (o avatar) formatado pela empresa que cruza esses dados. Ver SOLOVE, Daniel J. **The digital person. Technology and privacy in the Information Age**. New York: NYU Press, 2004.

Parlamento húngaro, para se dedicar à vocalização dos interesses dos que estão por vir⁸³.

Nota-se, assim, que mesmo deixando à margem o seriíssimo tema da Ética (ou da Moral) da “representação”, ou seja, afora o debate sobre a corrupção dos representantes políticos, há vários outros temas que mudaram, drasticamente, o cenário da “representação”. A “crise” não se deve, portanto, somente a atitudes desonestas dos representantes – muito menos se solucionará, apenas, com *accountability*. Uma nova leitura do que seria “representar”, nas sociedades hipercomplexas, é urgente. E, por óbvio, uma melhor combinação entre “representar”, “deliberar” e “participar”, pois, como se antecipou, o representante político não é capaz de definir tudo, sem o envolvimento direto de seus representados, mesmo na lógica oitocentista atualizada de representação que a maioria das democracias ocidentais exibe.

Daí que, antes mesmo de completo, o primeiro quartel dos anos 2000 já testemunhara fluxos políticos contestatórios que estão na lista dos maiores de todos os tempos. E, por óbvio, mensurando-se em números relativos (com movimentos socioeconômicos e políticos do passado). Em números absolutos, não há comparação, devido ao *tamanho do mundo* hoje, sob três dimensões, ao menos: a territorial, a populacional e a comunicacional.

Até ao início do século XX, por exemplo, havia somente 57 (cinquenta e sete) nações reconhecidas como pertencentes à ‘comunidade internacional’. Hoje, a Organização das Nações Unidas (ONU) contabiliza, oficialmente, 195 países⁸⁴. Quanto à população, o planeta cresceu mais de 50 (cinquenta) vezes, desde o ano I do calendário gregoriano, em que (se estima) 150 milhões de pessoas dividiam a Terra. Esse número dobrou em 1350, quadruplicou em 1700 e atingiu o primeiro bilhão em 1804. O século

⁸³ Esse *comissário parlamentar* tem o poder de intervir junto a entes privados a fim de solicitar a cessação de atividades ilegais que provoquem danos ao meio ambiente. Tem, ainda, o poder de pedir esclarecimentos a entidades públicas e privadas, que ficam obrigadas a “responder de maneira substancial dentro de 30 dias”. Pode “iniciar procedimentos de revisão de decisões de órgãos da administração pública, (...) iniciar suspensão de execução, e pode tomar parte em procedimentos judiciais”.

⁸⁴ Embora associações feito o Comitê Olímpico Internacional (COI) e a Federação Internacional das Associações de Futebol (FIFA) registrem, nessa ordem, 202 e 205 países-membros. É que a ONU desconsidera países como Taiwan (sem independência reconhecida pela China) e o Vaticano, por exemplo.

XX fez a população avançar a 6,2 bilhões de indivíduos (BLAINEY, 2007). Neste momento, o planeta abriga cerca de 8 bilhões⁸⁵.

Por lógica, quanto maiores os sistemas sociais e as conexões que estabelecem, em diversos níveis (principalmente o económico), maiores as hipóteses de insatisfação, de défices organizativos, de conflitos entre identidades, entre reconhecimentos e, em particular, de conflitos de distribuição de capitais (tanto os materiais, quanto os simbólicos, culturais, religiosos, científicos, bélicos, ecológicos, *etc.*).

Dessa forma, a geografia política do século XXI se tornara mais complicada que a de séculos anteriores, desde logo, em conta dos exponenciais crescimentos no número de territórios ocupados e no número de habitantes em cada lugar.

Um segundo aspeto que parece determinante indica o inédito excedente cognitivo-comunicacional gerado com a consolidação da *internet* e do ramo empresarial da comunicação social: o que se poderá inserir nalgo como uma “geografia política virtual” (enquanto necessidade dos Estados de controlar lugares digitais).

De acordo com os dados da *Internet World Stats* e da União Internacional de Telecomunicações (UIT/ONU), aproximadamente 5,3 bilhões de pessoas têm acesso à rede mundial de dados, através de computadores e outros dispositivos⁸⁶. Além disso, as assinaturas de telefones móveis, em todo o mundo, atingiram, em 2023, 8,2 bilhões⁸⁷. Dessa maneira, é o contexto normal, para mais da metade da população adulta, estar interligada, todos os dias, a qualquer outro habitante do planeta. Entre as crianças e os adolescentes esse percentual é ainda maior (cerca de 71% dos jovens estão conetados; na Europa, esse número alcança 97%).

Teoristas e profissionais da comunicação social e da publicidade costumam afirmar que as pessoas já não entram na internet: elas, eventualmente, saem (SOLOVE, 2004). Uma tal *inter-retro-conectividade* transforma todas as instâncias dos sistemas sociais, devido à abundância de informações circulantes. Noutras palavras, mais da metade da população de todos os países se tornara antena de irradiação de

⁸⁵ Estimativa consultada em <http://www.worldometers.info/br/>. Acesso: 25.6.2023. Interessante mencionar que, segundo a ONU, é provável que, em 2050, atinja-se a marca de 9,3 bilhões de pessoas no planeta.

⁸⁶ Ver em <https://www.internetworldstats.com/stats.htm>. Acesso: 25.6.2023.

⁸⁷ Cf. *Ericsson Mobility Report June 2023*. Disponível em <https://www.ericsson.com/>.

conhecimentos e de comunicações, em tempo real, durante, no mínimo, oito horas diárias – essa possibilidade existe pela primeira vez na História, precisamente na transição entre o século XX e o século XXI (BAUDRILLARD, 2011).

Não surpreende, portanto, a conclusão de pesquisadores da Friedrich-Ebert Stiftung, de Nova Iorque, que, ao estudarem 843 (oitocentos e quarenta e três) protestos, em 84 (oitenta e quatro) países, entre 2006 e 2013, encontraram o “falhanço do sistema de representação política” ou do “sistema político [profissional] como um todo” como a segunda causa principal daqueles protestos, perdendo, apenas, para o clamor por “justiça económica”⁸⁸.

Ora, todo aquele dilúvio comunicacional, somado ao aumento do número de territórios e de países e ao aumento do número total de pessoas no planeta, não permite que as cartografias do “pensamento político” e, notadamente, as teorias e práticas relativas à democracia, permaneçam as mesmas de séculos anteriores. As referências da imaginação política e, inclusive, dos problemas e das soluções “democráticos”, alteraram-se radicalmente. A maior parte das teses de Sociologia, de Economia e de Filosofia Políticas – e mais uma gama de outros estudos – deve ser repensada ou ponderada à luz de todas aquelas novas premissas, sob pena de prevalecerem “essencialismos” inaceitáveis à complexidade das sociedades do presente.

Em paralelo, interessa compreender o quanto o *tamanho do mundo* físico conduziu ao aparecimento de *outros mundos possíveis* politicamente, sobretudo porque, na medida inversa ao crescimento territorial e populacional, a expoente comunicacional diminuíra as distâncias entre os indivíduos e grupos sociais. Em outros termos, diminuir a distância entre as pessoas significa aumentar a convivência e, portanto, aumentar a necessidade de Política (como demonstram as pautas de reivindicações daqueles 843 protestos analisados pela Fundação Friedrich-Ebert).

Na contramão desse aparecimento de *outros mundos possíveis*, os impulsos de uma globalização exclusivamente económico-financeira, na linha do “Consenso de Washington” (FERREIRA, 2012), foram vendidos pelas grandes corporações mediáticas como uma *fábula*. A globalização empresarial, em sua opacidade e monocultura – em

⁸⁸ Cf. ORTIZ, Isabel. BURKE, Sara. BERRADA, Mohamed. CORTÉS, Hernán. **World Protests (2006-2013). Paper**. Disponível em http://policydialogue.org/files/publications/World_Protests_2006-2013-Final.pdf. Acesso: 14.5.2014.

seu “absolutismo” – passava, em ritmo hipnótico, nas telas e nos jornais como um futuro (até que enfim) concretizado: a globalização inventava a sua própria realidade (BAUDRILLARD, 2002 e 2011), para esconder sua *perversidade*⁸⁹.

No entanto, as narrativas de “livre mercado”, de dismantelamento do “Estado de bem-estar” europeu (depois, sucateamento do Estado, em geral) e as técnicas para despolitizar a vida social em nome de uma ideologia de “progresso” e de “desenvolvimento” têm um limite – como todo discurso têm um limite: uma realidade manufaturada tropeça, em algum ponto e em algum momento, numa realidade mais bruta (menos lapidada). Ultrapassado esse limite, o consumo frenético, a exploração de recursos naturais, energéticos e humanos, a corrida armamentista e tecnológica, todos esses discursos passam a repercutir para além de suas prováveis intenções.

Numa série de eventos, alguns efeitos colaterais daquela Modernidade “absolutista”⁹⁰ terminaram por estimular “redes de indignação e esperança” (na expressão quase poética de Manuel Castells⁹¹). Uma apropriação dos novos meios de comunicação por indivíduos e grupos sociais subalternizados pela globalização *fábula*. E, com isso, um empoderamento sobre determinadas circunstâncias da vida, logrando, num ou noutro aspeto, a *alquimia política* de transmutar a *perversidade* – que seria a regra do processo globalizador económico-financeiro – numa nova forma de convivência global decente.

Essas redes, principalmente a *Internet*, iluminaram o curso de novos processos globalizantes: uma *globalização social* (indivíduos viajando ao redor do mundo), *cultural* (perspectivas civilizacionais diferentes se encontrando [para o bem ou para o mal]),

⁸⁹ Milton Santos indica três globalizações distintas: a globalização enquanto *fábula* (aquela ditada e artificialmente [re]produzida pelas maiores corporações); a globalização enquanto *perversidade* (aquela que atinge a maioria da população mundial, explorada pelas corporações) e a globalização *como poderia ser* (“a outra globalização” possível, que gerasse uma vida decente). Ver SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

⁹⁰ O racionalismo estrito da Modernidade “absolutista” não pode ser menosprezado enquanto movimento de Ideias que revolucionou a mentalidade ocidental (e influenciou a mentalidade de alguns países orientais também), produzindo, entre outras conquistas, a maior quantidade de dispositivos tecnológicos; a maior malha de transportes; a maior rede de fluxo de dados; a maior atenção com a saúde corporal e psíquica; uma ciência eficiente, conquanto inclinada apenas à razão; instituições sociais, políticas e económicas que baseavam seu imaginário em lemas como “liberdade, igualdade e fraternidade”; em resumo, o racionalismo criou as condições para o instante de maior “crescimento, progresso e desenvolvimento” da história humana. Ainda que não saiba dividir esses frutos.

⁹¹ CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança. Movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

económico-financeira bottom-up (microcréditos e financiamentos colaborativos [crowdfunding]), *comunicacional* (meios de comunicação de massa empresariais e sociais [agências de notícias e “redes sociais”] a propagar informações, instantânea e ininterruptamente), *religiosa* (cultos e práticas diversas a dialogar ou a se confrontar em quase todos os países), *educacional* (tentativas mundiais de difusão do conhecimento, em todas as áreas, gratuitamente), *industrial* (fatores de produção, distribuição e logística distribuídos por vários países), *comercial* (compra e venda de produtos e oferta de serviços em escala planetária), *tecnológica* (dispositivos eletroeletrônicos), *política* (desenhos institucionais se mesclando), *ético-moral* (horizontes de comportamento, de hábitos, de costumes e de normas sociais), *jurídica* (influências mútuas nas leis e decisões de tribunais, além de encontros de juristas por todo o mundo), entre outras mais.

A *internet* e outras redes (associações de bairro, conselhos de cidadãos, sindicatos, organizações não-governamentais, empresas relacionais, entidades universitárias de pesquisa, ensino e extensão, institutos sem fins lucrativos, coletivos articulados a partir de comunidades tradicionais e povos indígenas, movimentos sociais , etc.), palmo a palmo, credibilizaram, visibilizaram e pluralizaram racionalidades, costumes e práticas subalternas, indicando que, neste mundo, *cabem todos*⁹².

O encontro dessas racionalidades subalternas e *cosmopolitas*, na caracterização de Boaventura de Sousa Santos⁹³, com uma racionalidade *metonímica* (reduzora do *tamanho do mundo*), típica da narrativa “hegemónica” neoliberal⁹⁴, é propiciado, nomeadamente, por uma visão de democracia como *resistência*, surgida

⁹² As tentativas de construção e de imaginação de *outros mundos possíveis*, em geral, fundam-se nas éticas da *responsabilidade*, do *cuidado* e da *solidariedade*, incentivando as condições de uma economia cooperativa e ecopropulsionada, de uma política participativa, plural e criativa e, via de consequência, de uma sociabilidade em que a igualdade e a dignidade resgatariam o profundo sentido de “*cabimento*”, na expressão poética de Mia Couto, é dizer, o significado mais forte e abrangente de que, no mundo, *cabemos todos – e todos fazemos diferença*. Entre quase trinta livros, veja-se, por exemplo, COUTO, Mia. **Um Rio Chamado Tempo, Uma Casa Chamada Terra**. Lisboa: Editorial Caminho, 2002.

⁹³ Conferir SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**. São Paulo: Cortez, 2002.

⁹⁴ “O neoliberalismo é um programa de destruição metódica de tudo o que é coletivo”, na linha da análise de Pierre Bourdieu, portanto, nenhuma particularidade coletiva (como a língua, a cultura, a religião, as morais de cada lugar, o trabalho organizado em sindicatos e associações etc.) embaraçam as maiores “nuvens de investimentos” – que poderiam ser ditas *neometrópoles* – a ditar uma *neocolonização* em praticamente todos os locais do planeta. Ver BOURDIEU, Pierre. *L’essence du néolibéralisme*. In *Le Monde diplomatique*: Paris, março de 1998. Disponível em <http://www.monde-diplomatique.fr/1998/03/BOURDIEU/10167>. Versão em português (**A essência do neoliberalismo**): <http://terrear.blogspot.com.br/2007/02/essncia-do-neoliberalismo.html>. Acesso: 15.5.2014.

com inúmeros “movimentos sociais”, tanto da Modernidade central (o *feminismo*, por exemplo) quanto da Modernidade periférica (lutas indígenas, lutas de franjas sociais ‘excluídas’, como os *Sem-Terra*, os *Sem-Teto*, os *Sem-Água*, etc.).

De fato, a democracia para essas dinâmicas sociais seria, antes de tudo, uma questão de *resistir*. Sem se afastar do senso comum e do próprio dicionário, “resistir” significa opor resistência, não ceder, durar, subsistir, conservar-se, defender-se das circunstâncias. Não permitir que a conjuntura reprima possibilidades de ser e de estar.

No entanto, esses “movimentos” construíram, a partir de suas lutas por sobrevivência digna (num ambiente hostil), um significado filosófico mais complexo de *resistir*. Algo como “re-eks-sistère”: o radical latino “eks” seria traduzível como “fora”, “sair” ou “êxodo”; “sistère”, em latim, é corruptela de “ser”, de “estar” e o prefixo também latino “re” guarda a ideia de “novidade”, de “transformação”, de *fazer tudo ficar completamente outro*⁹⁵. Assim, pode-se avançar a uma palavra homófona de “resistir”, *re-existir* ou *reexistir*, que teria o sentido de uma “passagem rumo a uma radical transformação”, uma “saída rumo ao novo”. *Reexistir* é deslocar-se para o *completamente outro*.

Essa noção de “resistência”, não há dúvida, adapta-se melhor às práticas dos movimentos que alguns sentidos coloquiais que o termo recebera, como “suportar”, como “permitir-se continuar a tolerar forças contrárias”. A ideia de “tolerar”, “aguentar”, “sustentar” não se ajusta com a energia de criação do novo, de revolução (do latim *revolutio*, que remete ao ato de trazer à tona o que está embaixo, de girar, remover, transformar) que suscitam os movimentos sociais.

A propósito, *resistir* é correlativo de insubordinar(-se), de desobedecer (no sentido de Henry David Thoreau⁹⁶), de indisciplinar(-se), de rebelar(-se) contra as “dictablandas”/“democraduras” atuais, contestadas desde a década de 1930, por Dámaso Berenguer, na Espanha, até Eduardo Galeano, no Uruguai⁹⁷.

Dessa maneira, o quadro geral dessas ondas contestatórias termina por substancializar aquele “re-eks-sistère” como uma nova categoria “democrática”: os três

⁹⁵ Cf. MACHADO, José Pedro. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. 5 Volumes. Lisboa: Livros Horizonte, 2003 (reimpressão).

⁹⁶ THOREAU, Henry David. **A desobediência civil. Defesa de John Brown**. Lisboa: Antígona, 2005.

⁹⁷ GALEANO, Eduardo. **De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2010.

momentos constitutivos da democracia são transformados pela *resistência* (*reexistência*). Quanto à “representação”, ser representado passa a *atividade* e não *passividade*; quanto à “deliberação”, o *refletir* significa “incluir complexidade” e não “olhar para si próprio”; quanto à “participação”, o tomar parte significa “solidarizar-se pelo destino comum”.

Esses três fundamentos, sem a energia do princípio da “resistência” – vivificado pelos movimentos sociais e outras redes de indignação – facilmente se esvaziariam. E, talvez, esse seja um dos grandes problemas das democracias ocidentais. Há pouca complexidade incluída, pouca criticidade absorvida pelos sistemas democráticos, por estarem desenhados de modo a deixar de fora as maiores redes de ativação, de inauguração e de *resistência* políticas.

A Modernidade “absolutista”, agravada com o neoliberalismo dos últimos quarenta anos, tornou a relação representante-representado uma formalidade, em que quase todos os representantes são financiados por interesses oligárquicos e plutocráticos e em que quase todos os representados ficam sem voz e passivamente à espera das próximas eleições (“representação” falhada). Tornou os instantes de debate a respeito de assuntos públicos diálogos entre corporações dos *media*, discussões em que a visibilidade ou não de certos interesses é ditada por um pequeno conjunto de empresas (“deliberação” falhada). Tornou raros e cenográficos os momentos em que os indivíduos e grupos sociais são convocados a tomar parte, diretamente, nalguma decisão significativa – e se a população votar contra os interesses de manutenção da ordem, sua participação, é solenemente, desconsiderada (“participação” falhada).

A desfibrilação que a *resistência* oferece à democracia (ocidental) contemporânea é uma tentativa de reposicionar as balizas, de rever dogmas. A “representação” deve se tornar uma relação extraordinariamente complexa, em particular com a nuance de que ambos, “representante” e “representado”, tenham poderes e capacidades especiais nos processos de decidir rumos sociais – nesse sentido é que se disse que “ser representado” é uma atividade e não uma delegação ou uma espera. A “deliberação” se espalha, agora, por toda a esfera de sociabilidade – privada e pública, ao mesmo tempo, em diferentes graus e momentos; não é a imprensa profissional que determina a visibilidade e a relevância dos assuntos a deliberar: os próprios indivíduos e grupos sociais obtiveram esse acesso direto, com as redes sociais

e a lógica de produção de conteúdo da *internet*. A “participação” se opera por meio de instituições, mas também diretamente, em audiências públicas, em orçamentos participativos, em conselhos de cidadãos, em associações de bairro, em organizações não-governamentais, em institutos privados, em universidades, em plebiscitos, referendos, pesquisas de opinião, parlamentos populares, *crowdfunding*, *crowdsourcing*, etc.

A “democracia liberal”, com os séculos, burocratizou-se, profissionalizou-se, investiu em técnicos e em especialistas, numa palavra: tornou a Política mera *gerência*. Aos poucos, tornou a política uma espécie da economia: gestão de coisas (capitais materiais), de relações (capitais sociais), de linguagens (capitais simbólicos) e de pessoas (capitais humanos). A “resistência” que os “movimentos”, narrativas e racionalidades cosmopolitas oferecem é um desafio dos “profanos”, na curiosa expressão de Yves Sintomer⁹⁸ (bem típica dos politólogos franceses). Os “profanos” são os excluídos do templo que a política (com letra minúscula) erigiu para si.

As técnicas de administrar os recursos humanos e materiais, aquilo em que se transformou a política na Modernidade “absolutista”, são abaladas com o saber “profano” – a chegada de uma multidão de novos atores à cena “democrática”. A profanação, nesse sentido, é um ato eminentemente criativo: mais do que revolta em relação ao uso e ao significado que se vem dando às coisas, propõe-se usos novos, desativando e tornando inoperantes os usos velhos. É um ato lúdico e fora da esfera utilitarista, por revelar o prazer da Política enquanto convivência (GUIDRY e SAWYER, 2003), enquanto festa no *encontro* com o *outro*.

⁹⁸ SINTOMER, Yves. **O poder ao povo – júris de cidadãos, sorteio e democracia participativa**. Belo Horizonte: Editora UFMG (Coleção Humanitas), 2010.

Capítulo 3. Protesto-espetáculo?



Fake Plastic Trees
Radiohead
© 1995 XL Recordings

O controle da mídia e, portanto, da produção simbólica, torna-se uma premissa essencial para qualquer tentativa de mobilização política e uma fonte autônoma de conflito.

Donatella della Porta (2017)

Sexta-feira, 30 de setembro de 2011. Menos de quinze dias desde que a ocupação começara. Exatamente às 12h18, várias correntes de *email* explodem com uma notícia: “Os *Radiohead* farão um concerto surpresa para *#occupywallstreet* hoje, às quatro da tarde”. Como disse o jornalista Andy Newman para o *New York Times* daquele dia: “parecia quase concebível. O *Radiohead*, banda britânica que construiu uma carreira com base na sua desconfiança quanto às autoridades, havia acabado de se apresentar duas noites em *Manhattan*. A presença da banda daria poder estelar para um protesto de duas semanas que reclamou da atenção morna da mídia”⁹⁹.

No entanto, a logística seria desafiadora para uma apresentação dessas – e em cima da hora – num espaço como o *Zuccotti Park*. Um telefonema do jornal ao escritório da banda retornou com: “podemos dizer, oficialmente, que isso não está acontecendo”¹⁰⁰. Para o público da *internet*, a palavra “oficialmente” era uma piscadela da banda no comunicado. Na dúvida, centenas de pessoas continuavam a espalhar rumores.

⁹⁹ Tradução livre para: “It seemed almost conceivable. Radiohead, the British band that has built a career on its distrust of authority, had just played two nights in Manhattan. The band’s presence would provide star power for a two-week-old protest movement that has complained of tepid media attention”. The New York Times. **For a Concert That Never Was, a Good Turnout Nonetheless**. Andy Newman. 30.9.2011.

¹⁰⁰ “We can officially say this is not happening”.

A porta-voz do grupo musical, Laura Eldeiry, subiu o tom: “definitivamente, não vai acontecer”¹⁰¹. Quem se dirigia ao *Zuccotti* se recusava a acreditar. É possível que Thom Yorke, vocalista principal, apareça com o violão, para um acústico.

Às 15h39, Patrick Bruner – um dos organizadores do *OWS*, especialmente na parte de comunicações e relações públicas – envia novo correio eletrônico: “fui enganado. *Radiohead* nunca confirmaram. Completamente nossa culpa. Perdão. A banda também foi vítima desse boato”¹⁰². Sem Yorke, sem banda, sem concerto. Os *Radiohead*, gentilmente, enviaram uma nota de apoio à manifestação política, via *Twitter*.

O episódio (agora conhecido como *Radiohead hoax*¹⁰³) triplicara a multidão em *Wall Street* no curso de algumas horas¹⁰⁴. A organização do protesto, muito provavelmente, caiu numa trapaça, ou seja, não teve a intenção de enganar ou fraudar, como reconheciam quase todas as pessoas entrevistadas no local¹⁰⁵. De qualquer modo, aquilo sugeria, inevitavelmente, o poder das notícias falsas (*fake news*). Um anúncio espalhado a partir de uma fonte de (suposta) confiança, exibindo conteúdo plausível, alcançando um público de razoável suscetibilidade (que desejava acreditar), contando grande rede de distribuição (o coletivo *Anonymous* e as várias listas de *emails* da organização do protesto) e, finalmente, algo com tração ou com apelo suficiente para atrair a imprensa. E tudo isto resultou.

Alguns dias depois – no *New York Times* de 5 de outubro de 2011¹⁰⁶ – o título da matéria de Brian Stelter seria autoexplicativo: “cresce a cobertura do protesto em *Wall Street*”. “Os manifestantes do *Occupy Wall Street* e pessoas simpatizantes do movimento acusaram os principais meios de comunicação de minimizar os primeiros dias de seus protestos”, continuava o jornalista, “mas como os protestos se espalharam para outras cidades nos últimos dias, houve um aumento na cobertura dos *media*

¹⁰¹ “It’s definitely not going to happen”.

¹⁰² “I got hoaxed. Radiohead was never confirmed. Completely our fault. Apologies. The band were victims in this hoax as well”.

¹⁰³ Cf. The Guardian. **Radiohead hoax rocks Wall Street**. Sean Michaels. 3.10.2011, às 10h21.

¹⁰⁴ The New York Times. **For a Concert That Never Was, a Good Turnout Nonetheless**. Andy Newman. 30.9.2011.

¹⁰⁵ Cf. New York Daily News. **Radiohead didn’t occupy Wall Street**. Vídeo disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Piw6gY-_sqo. Acesso: 14.7.2023.

¹⁰⁶ The New York Times. **Coverage Grows for Wall Street Protest**. Brian Stelter. 5.10.2011, às 15h56.

televisivos, *online* e impressos. Na quarta-feira, pela primeira vez, um noticiário da televisão nacional mudou-se para *Lower Manhattan* para cobrir os protestos, em toda a extensão”.

Stelter narrou visitas ao *Zuccotti Park* de diferentes âncoras e jornalistas de projeção nacional, nos EUA, que gravaram entrevistas, fizeram comentários em direto nos programas televisivos e elaboraram crónicas ou artigos para jornais impressos de grande circulação. A cobertura noticiosa das maiores corporações ajudava no crescente interesse pelo movimento por um público mais amplo.

Entretanto, é justo frisar o quanto o diálogo cotidiano (no metro, no ônibus, no estágio, no trabalho, nos *food trucks*, etc.) já parecia influenciado pelo protesto, especialmente entre jovens, antes mesmo daquela série de novas reportagens: Lori Moore, na edição do *New York Times* de 10 de outubro de 2011¹⁰⁷, indicava a existência de mais de 200 (duzentas) páginas de *Facebook*, de centenas de contas do *Twitter*, de centenas de *blogs* no *Tumblr*, de vários *websites* (como o *www.occupytogether.org*) e, ainda, de 900 (novecentos) eventos marcados no *meetup.com* relacionados ao *Occupy*.

Além disso, mesmo que os *Radiohead* não tenham ido, diversas outras celebridades da música, dos filmes, da política, da religião e da universidade visitaram as ocupações (em Nova Iorque, Los Angeles, Boston e diferentes cidades dos EUA)¹⁰⁸.

O *Occupy* se tornava um protesto-espetáculo. As redes de TV a cabo e seus jornais ligados 24 horas por dia, 7 dias por semana, informavam a situação em boletins de hora em hora. O *New York Times* criou uma sessão especial, chamada *#OccupyWallSt Roundup*, a narrar cada dia do movimento (e continuou a fazê-lo, mesmo depois da expulsão de manifestantes do *Zuccotti Park*, em 15 de novembro de 2011¹⁰⁹).

Aliás, constatar o quanto o *OWS* galvanizava atenção e, por consequência, provocava discussões (nos programas de rádio e TV, nos editoriais, artigos e cadernos destacados de jornais impressos e, sobretudo, nas conversas pelas ruas) é falar do

¹⁰⁷ The New York Times. **Hearing from the 99 percent**. Lori Moore. 10.10.2011, às 13h22.

¹⁰⁸ Para citar algumas: Joan Baez, David Crosby, Max Rameau, Michael Moore, Alec Baldwin, Cornel West, Susan Sarandon, Jay-Z, Danny Glover, Mark Ruffalo, Tom Morello, Tim Robbins, Russell Simmons, Penn Badgley, Roseanne Barr, Talib Kweli, Kanye West, Aaron Eckhart, Zach Galifianakis, Billy Bob Thornton, Don King, Noam Chomsky, Jesse Jackson, Slavoj Žižek, Naomi Klein.

¹⁰⁹ O último da série foi o *#OccupyWallSt Roundup, Day 84*. Cf. The New York Times. City Room. Blogging from the five boroughs. **#OccupyWallSt Roundup, Day 84**. Jillian Dunham. 9.12.2011, às 19h59.

sucesso de seu planejamento. O movimento, efetivamente, foi elaborado como espetáculo (ELLIOTT, 2011; BRIZIARELLI e GUILLEM, 2014) e logrou, nos instantes cruciais, desenvolver-se assim (GITLIN, 2012).

Essa ideia merece desdobramentos. Primeiro, explorando essa noção de protesto enquanto *algo para ser visto*, uma “mensagem traduzida” (BRAY, 2013) a um público que não está habituado a recebê-la. Depois, percebendo melhor a relação entre os meios de comunicação social e o movimento, notadamente os *media* corporativos, os oligopólios da indústria da informação e do entretenimento (OLIEN, TICHENOR e DONOHUE, 1989; CAMMAERTS, 2013; MATTONI, 2013). E, por fim, avaliando como a experiência intensa do *Occupy Wall Street* serve de alerta para os regimes democráticos ocidentais, considerando que a democracia é um tipo de espetáculo político: uma espécie de convivência e de governo onde a comunicação e a visibilidade mútua têm papel absolutamente essencial (COLEMAN, 2008).

3.1 Desenhado para afetar

Em 1832, o general prussiano Carl Von Clausewitz publicava um clássico da estratégia militar e da Ciência Política – “Da Guerra” (*Vom Kriege*). Entre outras frases que se tornaram célebres, a obra dizia que “a guerra era a continuação da política por outros meios” (CLAUSEWITZ, 2010, p. 27).

A escrita científica sobre movimentos sociais, nas últimas décadas – talvez sob a influência dessa abordagem clausewitziana –, em grande parte (DELLA PORTA, 2016), tem analisado os movimentos e protestos como “a política do dia a dia por outros meios” (*everyday politics by other means*). Essa afirmação de mobilizações sociais como parte essencial da política, da vida institucional, do cotidiano democrático, é muito valiosa. Não faz muito, as reivindicações eram compreendidas como “patologias do corpo social” (UEXKÜLL, [1920] 2018) e os instantes em que multidões se reuniam para crítica (ou adoração) de autoridades eram “momentos de pura irracionalidade, perigo, inconsequência, barbaridade e histeria coletiva” (LE BON, [1895] 2019, pp. 3-4).

A inserção dos protestos na regularidade – nos *standards* – da trama política ou como elementos importantes de enfrentamento cotidiano, na tentativa de compor interesses a partir da demonstração inicial de dissensos e na luta por direitos numa

democracia, representa uma virada de chave fundamental em relação àquele quadro dos séculos anteriores (COURTINE e PIOVEZANI, 2015, p. 288).

O século XXI, entretanto, tende a agregar novas possibilidades. Uma vez minoritária a posição de que movimentos sociais sejam fatores de distorção, de limitação ou (naquela velha metáfora da sociedade enquanto organismo) de patologia do regime democrático, é possível observar, hoje, movimentos e protestos como fórmulas diferenciadas de estabelecimento de vínculos comunicativos. Em uma palavra: as manifestações tornam-se *media*. Ao declararem, energicamente, nas ruas e nas ambiências virtuais, sua visão de futuro, suas críticas ao presente e suas releituras sobre o passado, aquelas mobilizações convertem-se em satélites de difusão de informação e de comunicação social (GAMSON, 1990).

A propósito, “comunicação” no sentido mais político possível, como lembra Peter Slöterdijk (2014), trazendo a força do radical latino *munis*, que significava ‘responsabilidade’. *Communicare* enquanto ‘corresponsabilização’, tornar comum, compartilhar, participar aos outros. Gerar *communis* – uma comunidade – uma ‘união pela divisão’ de responsabilidades. Movimentos e protestos semelhantes ao *Occupy*, dedicados a uma política prefigurativa, ‘comunicam’, nessa acepção abrangente, *para afetar*. Isto é, para provocar *sensibilidades*, sentimentos, sensações, comover, impressionar, mudar o gosto (JASPER, 2016 e 2018; HAN, 2018a; BIRMAN, 2012; SAFATLE, 2015a; McGARRY *et. al.*, 2020). Corresponsabilizam as pessoas que tocam, trazendo esse público afetado para dentro do movimento.

Um *medium*, portanto, que renova maneiras de sentir, de experienciar o mundo, criando, com isso, novos espaços e novos corpos políticos. Na síntese de Olafur Eliasson (2022), “mudar o mundo é mudar a forma como o experimentamos”. O *Occupy* – como todos os *media* – direcionava-se a três tarefas fundamentais.

Primeiro, cruzar informação com entretenimento, política com estética. Na tentativa de *afetar* o público, de capturar-lhe, ainda mais que a atenção, a paixão (ANSART, 2019) e as emoções (JASPER, 2016 e 2018), o protesto quebrava o ritmo ordinário da vida (VIRILIO, 2006). Fazia o lúdico, a ironia e o riso andarem de mãos dadas para a subversão (MENDES, 2004, p. 42). Produzia uma memética política, tanto por utilizar *memes* – pedaços pequeninos de informação, geralmente satíricos ou

humorísticos – quanto por utilizar imagens feitas para a posteridade, cenas para a memória¹¹⁰.

Depois, como quaisquer *media* ativos, o *Occupy* disputava o imaginário. Uma batalha que é, obviamente, mais ampla que a disputa pelas condições económicas do momento vivido e sofrido, do aqui e do agora. Mobilizava pessoas em torno de um horizonte de esperanças e de expetativas, em torno de um ‘vislumbre de futuro’ (BARBROOK, 2009).

Por fim, enquanto meio de comunicação, apresentava-se como um “criador de gosto” (*taste maker*). Um fazedor de necessidades e de subjetividades, um criador de condições para novas sensibilidades em relação ao outro (novas alteridades). Esse processo de estetização do público-alvo, por assim dizer, alcança lugares a que um debate puramente cognitivo ou erístico não chegaria (LIPOVETSKY e SERROY, 2014). Muitas vezes, a argumentação não é tão eficaz quanto a sensação. Por isso, o próprio sistema capitalista voltou-se a esse “modo de produção estética”: “as indústrias de consumo, o *design*, a moda, a publicidade, a decoração, o cinema, *etc.* criaram, de forma massificada, produtos plenos de sedução, tentando veicular afetos e sensibilidades” (LIPOVETSKY e SERROY, 2014, p. 12). Em outras palavras, “o real” do sistema vai-se construindo como uma imagem de dimensão estética, uma paisagem que “integra um trabalho sistemático de estilização dos bens e dos locais comerciais” (*ibidem*). O protesto, embora seja um meio de comunicar mensagens alternativas a esse sistema, o faz articulando os mesmos instrumentos de generalização da arte, do visual e do afeto, ‘hackeando’, entretanto, a publicidade de massa por uma publicidade de causa.

É possível ocorrer, não obstante, que o imaginário e o gosto que se elaboram e se delineiam no protesto ultrapassem a cultura – e os condicionamentos – de sua própria época. As recompensas sensoriais conferidas pela participação no protesto não sejam totalmente compreendidas, no imediato. Até porque um movimento ou um protesto, como qualquer objeto de juízo estético, nunca é inteiramente apreendido pela

¹¹⁰ O Dicionário Priberam de Língua Portuguesa assinala “meme” como 1. Imagem, informação ou ideia que se espalha rapidamente através da Internet, correspondendo geralmente à reutilização ou alteração humorística ou satírica de uma imagem. 2. Ideia ou comportamento que passa de uma geração para outra, geralmente por imitação. In Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [online], 2008-2020, disponível em <https://dicionario.priberam.org/meme> [consultado em 8.1.2021].

‘razão’ (ainda mais a razão, no estilo ocidental, vista como capacidade de discernimento, com agir lógico, impregnado de causas e efeitos diretos). Há uma excedência no conceito da mobilização política que somente é captada pelo gosto, pelas emoções, pela sensibilidade: ela representa mais que sua forma ou seu aspeto exterior deixa entrever. Quando verificado esse descompasso entre o protesto – enquanto *medium* – e a sua audiência, ele termina por formar uma ‘comunidade’ apenas no futuro; termina por comunicar com esse futuro, corresponsabilizar as gerações posteriores que tendem a melhor absorver sua mensagem. Mas esse não é um efeito inusitado. Ao contrário. É mesmo típico da prefiguração política.

A prefiguração concebe essa representação (dos gostos do além-hoje) como um *agir*. Toda representação participa, desde logo, do ideário do movimento, isto é, as escolhas a respeito de *o quê* representar, de *que futuro antecipar para o hoje*, constituem, de pronto, a coletânea de ideias que o protesto quer agitar e comunicar¹¹¹. Assim como um mapa-múndi com o Reino Unido ao centro representa algo distinto de um mapa com o continente africano acima de todas as outras terras. De uma (suposta) mesma realidade, a escolha de *o quê* e de *como* representar, por si, (re)modela o imaginário, como diria Milton Santos (2008).

No caso do *Occupy Wall Street*, a fim de minimizar essa assimetria – entre a mensagem lançada e o quanto poderia ser compreendida hoje –, a organização do protesto, sobretudo por intermédio das Assembleias-Gerais, decidiu buscar um modelo de “suspensão da percepção” (CRARY, 2013). Em outros termos, tal como o cinema, o teatro, a dança ou outras encenações artísticas, o protesto teria de quebrar o *continuum* entre atenção e distração, que se movimenta, todos os dias, nas sociedades ocidentais, com “a introdução ininterrupta de novos produtos, novas fontes de estímulo e novos fluxos de informação” (CRARY, 2013, p. 36) e gerar um curto-circuito.

Ao regime de atenção da Modernidade, que oferece uma experiência perceptiva atrofiada (SIMMEL, 2006; BENJAMIN, 2018; ADORNO, 2015), com sobrecargas

¹¹¹ Num outro contexto, o escritor francês Victor Hugo, pela voz de personagem da obra *Tas de Pierres* (1848), lembrava o quanto essa antecipação do futuro no hoje é da essência da ação política: “saber exatamente qual a parte do futuro que pode ser introduzida no presente é o segredo de um bom governo”. Tradução livre para: “*savoir au juste la quantité d’avenir qu’on peut introduire dans le présent, c’est là tout le secret d’un grand gouvernement*”.

sensoriais, o OWS respondeu com uma estratégia que concentrava a atenção, diminuindo sua errância. Escolheu representar e comunicar, nos *media* e sendo *medium*, uma nova realidade com uma antiquíssima estratégia: uma ocupação. Uma cidade em miniatura, baseada no trabalho voluntário, edificada com biblioteca, cozinha, sala de imprensa, oficina de artesanato, centro médico, *etc.*, no meio de um parque privado. Ficar por mais de cinquenta dias a reprimir, basicamente, uma mesma mensagem, conquanto de maneiras variadas, empoçava a atenção pública, tanto pela duração dos eventos quanto pela sua intensidade.

Como efeito, talvez inesperado, dessa decisão de ocupar um território por meses, diversos veículos de comunicação social, independentes ou empresariais, de diferentes países, estiveram em *Manhattan*. O acampamento forçou os meios de comunicação a um tipo distinto de cobertura. Não apenas manchetes e recortes de notícias (*clippings*). Não somente infográficos ou outras sínteses visuais. As notícias poderiam ser mais analíticas: tinham tempo de sobra. O movimento global *Occupy* – para além do próprio *Occupy Wall Street* – por ter estado nas ruas e nas praças por quase 100 (cem) dias, permitiu que os veículos de comunicação (tanto virtuais e independentes, como dos *media* corporativos) acompanhassem as atividades diárias das manifestações, que entrevistassem pessoas, que conhecessem um pouco da história de cada, que lessem cartazes e ouvissem as melodias entoadas. Um jornalismo de opiniões, de crônicas e de contos. Em uma expressão: um jornalismo de *flâneur*.

A poesia de Charles Baudelaire¹¹² e a prosa de Walter Benjamin¹¹³ deram fama a esse termo que, em francês, seria algo como “errante”, “caminhante” ou

¹¹² Os poemas *Le Peintre de la Vie Moderne* (“O Pintor da Vida Moderna”) e *Les Foules* (“As Multidões”), originalmente publicados no jornal parisiense *Le Figaro*, em 1863, colhem bastante esse espírito de uma figura moderna, que encontra seu habitat natural nos choques, nos esbarrões, com a multidão da grande cidade. “Para o perfeito *flâneur*”, escreve em “O Pintor da Vida Moderna”, “para o observador apaixonado, é um imenso gozo abrigar-se na multidão, no ondeante, no movimento, no fugitivo e no infinito”. Tradução livre de: “*Pour le parfait flâneur, pour l’observateur passionné, c’est une immense jouissance que d’élire domicile dans le nombre, dans l’ondoyant, dans le mouvement, dans le fugitif et l’infini*”. Ver BAUDELAIRE, Charles (2010). *O pintor da vida moderna*. 1ª ed., Autêntica. Belo Horizonte.

¹¹³ *Paris do Segundo Império / Sobre alguns temas em Baudelaire / Parque Central / O Flâneur / Jogo e Prostituição*. In BENJAMIN, Walter (1994). *Obras Escolhidas III*. 3ª ed, Brasiliense. São Paulo. Uma passagem interessante, nesse sentido: “a base social da *flânerie* é o jornalismo. É como *flâneur* que o literato se dirige ao mercado para se vender. No entanto, não se esgota com isso, de forma alguma, o aspecto social da *flânerie*. [...] O jornalista se comporta como *flâneur*, como se também soubesse disso. O tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de sua força específica de trabalho é, de fato,

“observador”. *Flânerie* é o ato de passear. E, de fato, com o *Occupy*, a imprensa pôde *passear pelo protesto*. Aliás, os jornalistas que quisessem até acampavam (como fez Nate Rawlings, pela *Time Magazine*¹¹⁴). Tornavam-se *flâneurs*, ao observar tudo na primeira pessoa e em primeira mão, caminhando pelas calçadas e avançando com a multidão, à espera de algo que enchesse a reportagem.

Por essa altura já se nota que uma das chaves de análise do protesto enquanto meio de comunicação é o quanto ‘sensibilizava’ o público. Isso significa que o evento não começou a ser planejado com a intenção de ‘convencer’ ou de ‘persuadir’ – essa não era a premissa central. O evento estava *desenhado para afetar*. Numa linguagem imunológica, típica desta década do século XXI, o movimento preparava uma substância que deveria “contagiar” ou “contaminar” (GRAEBER, 2013) quem com ele tivesse contato. David Graeber relembra que, no mínimo, desde os protestos no âmbito do *Global Justice Movement*, em meados da década de 1990, a rede de ativistas – formada no horizontalismo, na ação direta e nas leituras anarquistas – compartilhava “uma fé” de que a democracia fosse “contagiosa” (GRAEBER, 2013; MATTAR, 2013; TEJERINA e PERUGORRÍA, 2017).

Aquelas pessoas que gastavam seus melhores esforços para desenvolver uma performance – que pudesse servir de amostra – de democracia direta, no meio da praça, acreditavam que o público “exposto” àquelas cenas, àqueles procedimentos e àquelas ideias não voltaria às mesmas percepções de antes, sobretudo acerca daquilo que é “politicamente possível” ou não (GRAEBER, 2013). As práticas de democracia horizontal, comunitária, deliberativa, semi-direta, direta, líquida, dentre outras adjetivações para aquilo que se realizava no *Zuccotti Park*, deveriam ter um efeito de transformar as crenças e as atitudes dos indivíduos e dos grupos que assistissem ao desenrolar dos eventos, estivessem longe ou perto.

relativamente elevado. No que ele se empenha em fazer com que suas horas de ociosidade no bulevar apareçam como uma sua parcela, ele o multiplica, multiplicando assim o valor de seu próprio trabalho. Aos seus olhos e também, muitas vezes, aos de seus patrões, esse valor adquire algo de fantástico. Contudo, isso não aconteceria se ele não estivesse na situação privilegiada de tornar o tempo de trabalho necessário à produção de seu valor de uso acessível à avaliação pública e geral, na medida em que o despende e, por assim dizer, o exhibe no bulevar” (p. 225).

¹¹⁴ The Editors of Time. What is Occupy? Inside the Global Movement. New York: TIME, 2011.

Portanto, enquanto *medium*, portador de vínculos comunicativos, o OWS almejava transmitir algumas de suas propriedades, por contágio, nomeadamente a crença na viabilidade de uma ‘democracia real’, em que a justiça económica fosse pressuposta. Para tanto, teve de desenvolver uma capacidade extraordinária de contar e divulgar histórias (ou estórias): criar uma microrealidade, com vocabulário próprio, que pudesse ser compartilhada, em fotos, logotipos, *bottons*, chapéus, desenhos, adesivos, vídeos curtos, documentários, artigos para jornais e revistas, livros e outras publicações impressas assinadas por ativistas.

Aliás, essa lógica não valia apenas ao “grande público”. Era necessário “transformar a própria cultura ativista” (GRAEBER, 2013): os movimentos populares de base (*grassroots movements*) precisavam ser afetados também. As pessoas no *front* de movimentos sociais poderiam entender a viabilidade de uma ação direta, sem liderança formal constituída, sem porta-vozes e regida por métodos de consenso, em reuniões públicas. O “contaminacionismo” visava a uma democratização dos próprios movimentos.

É interessante perceber o quanto essa leitura, concernente à função dos movimentos e protestos de instigar novas *sensibilidades*, recebe novos aportes.

Nas palavras de John Holloway (2013, p. 15), por exemplo, os antagonismos que as mobilizações sociais levantam contra as estruturas culturais, políticas e económicas dominantes formam um “processo intersticial”, um pequeno conjunto de desobediências, de divergências, de desacordos, que avançam, pouco a pouco, criando *fissuras*, criando intervalos, frestas ou rachaduras no sistema, mormente o sistema de produção capitalista.

Em vez de ofertar “trabalho” (*labour*), atividade de exploração abstrata e de subordinação concreta às finalidades do sistema, quanto mais pessoas se ativam a “fazer” (*doing*) algo diferente do que se espera delas, produzindo ideias, bens e atitudes fora da rigidez do esquema produtivo do capital, mais abre-se uma fenda, por minúscula que seja, no conjunto hegemónico de instituições desenhadas para gerar, acumular e reproduzir valor ou lucro (HOLLOWAY, 2013, p. 130).

E o motivo das revoltas cotidianas, seja que tamanho tenham, não seria exatamente uma “consciência de classe”, como diria o marxismo tradicional, mas, antes, uma *sensibilidade compartilhada* entre milhões de pessoas por todo o mundo de que a vida deve ser algo mais que esse desafio de sobreviver um dia (e esperar o próximo) num sistema de restrições e de obstáculos, num sistema de contradições irresolúveis entre o que é eficiente e o que traz felicidade, tal é o modo de viver, de produzir e de consumir capitalista (HOLLOWAY, 2013, p. 244).

Em sentido parecido, Hakim Bey¹¹⁵ (2018) afirma a possibilidade de examinar movimentos e protestos contemporâneos como *zonas autónomas temporárias* (TAZ, na sigla inglesa para *Temporary Autonomous Zone*). O autor diz que esse é “um conceito que só pode ser compreendido em ação” (BEY, 2018, p. 4), porém, “lançando um facho exploratório”, a TAZ poderia ser vista como “tática sociopolítica” de criar espaços que escapam às estruturas formais de controle do Estado e do sistema capitalista (*idem*, p. 6), criar vislumbres de autonomia, levantes temporários ou territórios nômades e fugazes a partir de onde se planeja a vida futura das sociedades, porque, afinal de contas, somente quem é autónomo e livre (ainda que por breves instantes) pode planejar a autonomia e a liberdade do porvir (*idem*, p. 7).

Assim como Holloway, Bey resgata a importância da *sensibilidade partilhada*: uma zona autónoma sempre começa como um simples ato de percepção. Tal como alguém que é “iluminado”¹¹⁶, o protesto que organiza uma TAZ é aquele que “desiste de esperar pela revolução” e, na verdade, desiste mesmo de “desejá-la”, sendo, a partir dessa epifania, capaz de realizar um “levante ontológico” que libera uma área (de terra, de tempo, de imaginação) dos enredos cotidianos, para que possa refletir, “em relativa paz”, sobre as transformações necessárias na sociedade (BEY, 2018, pp. 6 e 7). Quando essa sensibilidade aflora “em bando”, em uma comunidade (ainda que temporariamente formada), o resultado é um *festival*, uma “celebração”, um período fora do calendário ordinário, como são os feriados (*idem*, p. 9).

¹¹⁵ Pseudónimo de Peter Lamborn Wilson.

¹¹⁶ O autor fala em *satori* (悟り), um termo japonês relativo ao Budismo, que significa, literalmente, “compreensão” ou “iluminação”. O *satori* seria um estado profundo e duradouro alcançado após uma visão nítida sobre a natureza da existência.

Os movimentos e protestos do feitiço do *Occupy Wall Street* podem ser avaliados, outrossim, pelo ângulo que prefere Slavoj Žižek: como *acontecimentos*. Nos termos do autor, “um acontecimento não é algo que ocorra dentro do mundo, mas uma mudança no próprio arcabouço pelo qual percebemos o mundo e nos envolvemos nele” (ŽIŽEK, 2017, p. 16). Isto é, um *acontecimento* não seria apenas algo que muda a faticidade, mas, de um jeito radical, um evento que funda (ou que tem potencial de fundar) nova linguagem.

E se a linguagem, em termos heideggerianos, é a “casa do ser”, a maneira como o humano habita a Terra (HEIDEGGER, 2003, p. 74), tudo o que existe só existe porque pode ser dito. Daí a relevância de um movimento ou um protesto elaborar um novo léxico, uma nova hermenêutica sobre o pedaço da realidade em que intervém. Alterar a forma de dizer algo é, nesse sentido, alterar a própria forma como esse algo aparece e é interpretado. Deixando menos metafísica a conversa, quando o *Occupy* grita que “os 99% demandam equidade, justiça económica e democracia real já!” anuncia uma mensagem que circulava – que estava pressentida há décadas – mas que não contava signos condensados para se revelar ao mundo. Expressava, de modo simples e atraente, algo que já existia, como *sensibilidade* inarticulada. O *Occupy*, assim, com sua força de *acontecimento*, realizava uma interpretação de uma sensibilidade. Numa palavra mais filosófica, ao gosto de Žižek: uma hermenêutica.

É o próprio Heidegger que relembra a origem da palavra ‘hermenêutica’, ligada ao Deus grego Hermes, transportador das mensagens do Olimpo: essa palavra traz à tona a “exposição da notícia”, o “aparecer de uma mensagem que já existia” mas ainda não estava entregue (HEIDEGGER, 2003, pp. 96 e 97). Portanto, não é apenas a arte, a habilidade ou a ciência do ‘interpretar’, como extração de sentido frente a algo inerte ou que estava vazio de sentido antes. É ‘interpretar’ como desvelar (tirar o véu) e trazer à luz e à fluência algo que estava pleno de sentidos (uma mensagem encapsulada), mas precisava ser levado a outro destino.

Para Žižek, os movimentos e protestos como o *Occupy* mudam o horizonte de compreensão da realidade. Logo, em vez de atuar “na própria realidade”, inscrevem-se num nível anterior – naquele nível do “saber que não se sabe” (LACAN, 1992), no registo do inconsciente. A mobilização articula uma resistência e uma disrupção que é estética,

ou seja, que acontece no gosto, na cultura, no princípio de desempenho e no princípio de realidade (MARCUSE, 2015), na crença individual (e, mesmo, coletiva) sobre o que é possível, borrando as fronteiras impostas pelo sistema hegemônico. E, por isso, não se pode medir o impacto de um OWS, inclusive como ferramenta mediática, sem perceber essa quebra, essa subversão da estética massificadora do sistema para uma estética que cria novas condições de sensibilidade e de alteridade. Assim como não se pode falar, com exatidão, no resultado ou no impacto de uma obra de arte, na medida em que a arte questiona e empurra as fronteiras do real, do imaginário, do simbólico, enfim, da capacidade cognitiva e do sentir de quem com ela entra em contato.

Por derradeiro, Žižek alerta para o risco de “desacontecimentalização”, a “anulação retroativa de um acontecimento”. Um evento disruptivo e gerador de nova estética e de novo léxico pode ser “normalizado”, trivializado, repetido e reproduzido inúmeras vezes, até que seus efeitos sejam absorvidos e sua potência seja fragmentada (ŽIŽEK, 2017, p. 170). Um perigo que o *Occupy* correu, dada a cobertura ininterrupta da imprensa norte-americana e as sequências de análises jornalísticas indicando que o protesto não estava a resultar.

Jacques Rancière (2009), por seu turno, afirma que os movimentos e protestos atuais são pontos de cruzamento da arte – não só como “fazer dos artistas”, mas como prática de *aesthesis* (estética) –, da experimentação, da afetividade e do sentimento. Nesse trânsito entre arte e mobilização social, Rancière evoca um trocadilho com a palavra francesa *partage* – “partilha”, no português – que pode traduzir tanto “distribuição” quanto “partição ou definição de exclusividade” (RANCIÈRE, 2009). É dizer, pode representar, ao mesmo tempo, a *política*, como distribuição de sentidos para a convivência, e a *polícia*, como definição e proteção de fronteiras do “meu e do seu”.

Os *novíssimos movimentos sociais* (DELLA PORTA, 2012; DAY, 2005), portanto, seriam espaços de produção de sentidos, locais de *política*, nessa definição de Rancière. Lutam não, imediatamente, por demandas concretas e situadas, mas pelo “controle coletivo de significados” (CAMPILONGO, 2011). Utilizam modeladores estéticos como ferramentas políticas: o que faz rir ou chorar, o que faz calar ou falar, *etc.* é mobilizado como estopim de luta. Há uma comoção que não provém, simplesmente, da informação.

Uma aposta num caldo de arte, humor, material académico e vivências periféricas, a fim de estimular novos imaginários.

Algo que, dada a ubiquidade dos *media*, somente é viável por conta de técnicas de passar adiante a mensagem.

3.2 *Media e protesto: um relacionamento intrigante*

Os EUA são o país mais saturado de notícias e de entretenimento no planeta. *Disney, Time Warner, 21 Century Fox, CBS, News Corp, ComCast, ViaCom* e outras gigantes do mercado mediático fizeram fortuna, essencialmente, a partir do público norte-americano. Um protesto com a dimensão e a duração do *Occupy*, em plena *Wall Street*, uma das avenidas mais icónicas de uma megalópole global como Nova Iorque, parecia destinado a atrair uma intensa cobertura da imprensa. Mas esse destino envolve vários problemas.

Um primeiro diz respeito ao quanto o protesto tem de se adaptar aos critérios que influenciam a seleção e o destaque de fatos como dignos de nota; uma componente apelidada de ‘valor-notícia’ (STAAB, 1990, p. 438) pela teoria da comunicação mediática. Como lembra Dieter Rucht (2013, p. 256), embora “como regra, movimentos sociais e protestos busquem abordar não somente seu próprio eleitorado, mas uma audiência ampla”, a maior parte deles não consegue “ressonância nos meios de comunicação de massa”, por não cumprir os requisitos de ‘valores-notícia’. Quedam-se inaudíveis e invisíveis ao público que consome o conteúdo segmentado pelas grandes agências jornalísticas.

Ao lado de alguns elementos que influenciam os valores-notícia, como drama, polémica, diversão ou curiosidade, Rucht (2013, p. 257) aponta quatro aspetos que seriam particularmente relevantes a protestos: (1) o tamanho da mobilização, o número de participantes; (2) o grau de disruptividade (*disruptiveness*) ou de radicalidade (*radicalness*); (3) a criatividade ou a novidade (*newness*) na forma da ação e nos seus elementos simbólicos; e (4) o peso político ou a proeminência pública de indivíduos ou de grupos que apoiam ou participam do protesto.

Entretanto, cumpridos esses fatores, os movimentos permanecem “numa relação assimétrica com os veículos de comunicação”, segundo Rucht (2013, p. 262), porque a imprensa “não depende dos protestos nem muda as suas estruturas e mecanismos por causa das atividades desenvolvidas por eles”. Em contraste, as mobilizações precisam se moldar “às necessidades, às lógicas e aos mecanismos dos meios de comunicação”¹¹⁷: produzem ou sublinham certas questões que encaixam melhor nos valores-notícia, enquadram suas reivindicações em formatos de consumo mais simples (frases de efeito, por exemplo) ou profissionalizam seu trabalho de relações públicas, nomeando representantes, oradores e assessores de imprensa (RUCHT, 2013, p. 262).

Sem desconhecer as investigações realizadas pelo autor que o credenciam nessa percepção, as coisas se passaram diferentemente com o *Occupy*. Nos primeiros dias, havia menos de 2.000 (duas mil) pessoas (o que não se encaixa no item 1 do valor-notícia para protestos, considerado o tamanho de Nova Iorque ou dos EUA como um todo). E, conquanto houvesse radicalidade no propósito do *OWS*, era algo sutil a jornalistas, nas horas iniciais do protesto (o que desmonta o item 2). A criatividade, ali, também era duvidosa, com marchas e debates parecidos com os de sempre (o que derruba o item 3). Nem havia qualquer figura de renome a apoiar, naquela semana inicial (inviabilizando o item 4). Isto é, o *Occupy* não cumpria, num primeiro olhar, nenhum dos quesitos elencados por Rucht e, assim mesmo, houve notícias logo no primeiro dia de manifestação, nos maiores jornais dos EUA.

Talvez por conta da sensibilidade do local, ao lado da Bolsa de Valores. Uma vizinhança sempre com policiamento ostensivo, a sugerir atrito, caso uma manifestação se agitasse. Talvez porque, mesmo grandes jornais possuem *blogs* e espaços reservados para assuntos do cotidiano dos bairros (*boroughs*), de modo que, naquela altura, o

¹¹⁷ A passagem na íntegra: *media sometimes gratefully report on the spectacle offered by protest groups. Yet they are neither dependent on the latter nor do they change their structures and mechanisms because of protest movement activities. By contrast, protest groups, as long as they strive for media coverage, generally have to adapt to the needs, logics and mechanisms of mass media. This may imply, for example, to ‘produce’ or highlight certain issues of particular news values, to professionalize their public relations work, to nominate ‘representatives’, ‘speakers’ or ‘press officers’, and to frame their views and claims in ways that are commensurable to the media (e.g. to speak in sound bites) and aim to resonate with at least some segments of the public at large* (Altheide and Gilmore, 1972; Kolb, 2005). RUCHT, Dieter. Protest movements and their media usages. In CAMMAERTS, Bart. MATTONI, Alice. McCURDY, Patrick (eds.) (2013). **Mediation and protest movements**. 1ª ed. Bristol (UK): Intellect, p. 262.

Occupy, enquanto mero inconveniente na freguesia, já era noticiável. E, sobretudo, porque, talvez, a publicação na *internet* dos jornais de papel os tenha liberado de várias restrições editoriais, que tinham a ver com a área de impressão (o limite do formato) e o momento de fechar a edição (o limite do tempo). Agora, tanto o número de notícias é (mais ou menos) ilimitado, como o instante de postá-las no sítio eletrónico do jornal, o que traz muitos outros fatos (banais, às vezes) para dentro do noticiário.

Além de tudo, na paisagem contemporânea de tecnologias da informação e da comunicação, ressalta McCurdy (2013, p. 59), “os movimentos sociais não optam por engajar-se apenas com a ‘velha mídia’ ou com a ‘nova mídia’; em vez disso, ambas as ferramentas e lógicas passam a informar um mais amplo ativismo orientado-aos-*media*”. De fato, pelo menos desde o *Global Justice Movement*, nos anos 1990, os protestos não apostam, exclusivamente, em atrair a atenção da imprensa tradicional. Antes, elaboram suas próprias antenas e salas de narrativas independentes¹¹⁸.

Nesse sentido, McCurdy (2013, p. 60) afirma que na ascensão do movimento global *Occupy*, em 2011, “testemunhamos, novamente, movimentos cujos participantes demonstravam compreensões refinadas sobre a lógica de funcionamento dos *media*”. Gente como Dan Feidt, por exemplo, que, pouco depois da ocupação de *Wall Street*, fundou a *Unicorn Riot* (<https://unicornriot.ninja/>), centro mediático independente e sem fins lucrativos, que se tornou relevante empreendedor social de retaguarda a protestos em diferentes Estados norte-americanos (cobriu, inclusive, o *Black Lives Matter*).

É preciso conceder, entretanto, que os quatro fatores elencados por Dieter Rucht, para o valor-notícia de um protesto, foram atendidos pelo *Occupy* ao cabo de algumas semanas. O movimento ganhou tração, com milhares de participantes, exibiu radicalidade e criatividade, nos seus elementos simbólicos, e, por fim, peso político de indivíduos e grupos a reforçá-lo publicamente. De qualquer modo, é raro que um protesto aguente tanto tempo à espera de conquistar a atenção das corporações de imprensa. Esse não foi o caso do *Occupy*: sua durabilidade fora do comum estava decidida, enquanto tática, desde as primeiras reuniões e assembleias de formação. Não

¹¹⁸ Como o *Independent Media Center – Indymedia* ou IMC.

bastaria ocupar *Wall Street*, era necessário ficar o quanto possível, para se tornar antena de irradiação de sentidos e de sensibilidades.

Esse tipo de experiência se ajusta bem ao conceito de “mediação”, como formulado por Patrick McCurdy (2013, p. 61), “um processo social multicamadas no qual os atores sociais *estão imersos e engajados como parte da vida* na mídia caracterizada pela (re)construção, (re)circulação e (re)consumo de formas simbólicas”. De fato, e especialmente às gerações mais jovens (que lidam com a virtualidade e os *media* digitais desde criança, enquanto dados incontornáveis do cotidiano), a “mediação”, essa travessia constante entre produção e recepção de conteúdos, é uma dinâmica realizada a todo momento, inclusive na “automediação” (CAMMAERTS e JIMÉNEZ-MARTÍNEZ, 2014, p. 44).

Esse conceito de “mediação”, ainda subutilizado (SILVERSTONE, 2002), é útil para conectar diversas maneiras pelas quais os *media* e a comunicação são relevantes ao protesto e ao ativismo, o quanto permitem ou limitam, no ambiente ultrassaturado de tecnologias de informação e de comunicação (TICs), a construção de identidades coletivas (MELUCCI, 1996) e a coordenação de ações diretas. No limite, o quanto essa estrutura de comunicação se torna constituinte do próprio ativismo (CAMMAERTS, 2013, p. 15).

Aliás, esse espaço, cada vez maior, ocupado pelos aparatos tecnomediáticos no ambiente ativista contemporâneo, “conetando indivíduos a um mundo simbólico de mensagens” (MATTONI, 2013, p. 43), é decorrência de um espaço ocupado em todos os outros campos. Como salienta Roger Silverstone, “o mundo moderno tem testemunhado, e, em graus significantes, tem sido definido por, uma progressiva intrusão tecnológica na condução da vida cotidiana” (2002, p. 761). A própria capacidade dos indivíduos de gerenciarem suas vidas é grandemente influenciada pela comunicação organizada e transmitida pelos *media* (*ibidem*).

É inegável, com isso, que atrair a atenção dos *media* de conglomerados empresariais continua, senão um objetivo, um assunto importante para qualquer protesto ou movimento. No entanto, a dependência frente a esses gigantes da comunicação, para que exista visibilidade social às reivindicações é, hoje,

consideravelmente menor, graças à “automediação”. A *internet* e, nomeadamente, as redes sociais digitais abriram novos canais de aparecimento, diálogo e sustentação de pautas e repertórios. Os jornais impressos, as televisões, as rádios e as agências de notícias, conquanto espalhem manchetes e análises a um público significativo (em número e em formação de opiniões), começam a reproduzir tendências classificadas pelos algoritmos e pelas estatísticas da *internet*. Isto é, aquilo que é tema de debate nas redes digitais, cedo ou tarde, também será pauta do noticiário tradicional.

Na síntese de Donatella Della Porta, “os *media* corporativos certamente são importantes para os movimentos sociais” (2013, p. 27), visto que, como observa William Gamson, “a arena dos *media* de massa é o maior local de contexto sobre o significado porque todos os atores no processo político assumem sua influência penetrante – seja justificada ou não” (2004, p. 243). “O controle dos *media* e, portanto, da produção simbólica, torna-se uma premissa essencial para qualquer tentativa de mobilização política e, ainda, uma fonte autónoma de conflito” (DELLA PORTA, 2013, p. 27). Por outro lado, as novas tecnologias reduziram os custos de produção e transmissão de informações e as habilidades necessárias para fazê-lo (*idem*, p. 34).

Nessa atmosfera, diversas narrativas sociopolíticas que funcionavam em contextos de fraca interatividade passaram a fazer pouco sentido. Os sistemas sociais, neste momento, combinam interpenetrações, acoplamentos estruturais e diversos processos sobrecomunicativos (NEVES, 2006), o que, por decorrência, afeta os esquemas institucionais construídos entre os séculos XVII e XIX, como a maior parte das instituições políticas liberais representativas do ocidente.

Essas novas dinâmicas e dimensões do fluxo de informações e de comunicações alteram, sobretudo, aquilo que se tinha por *revolução*. Se, no latim, *revolutio* era o ato de dar voltas, de trazer à tona o que estava embaixo, de revolver, de girar; esse tipo de cinética política, hoje, necessariamente, faz-se com uma energia que corresponsabiliza muita gente em simultâneo, isto é, que *comunica* largamente. Daí o essencial relacionamento entre movimentos sociais e *media*. Um protesto, uma constestação, uma performance contrária a alguma injustiça até pode existir no silêncio ou na invisibilidade. Uma revolução não. A revolução pode ser preparada em segredo, mas

nunca realizada¹¹⁹. A comunicação das demandas numa esfera pública, alcançando um momento irreconciliável com a realidade anterior – transformando-a – não surge sem corresponsabilidades, sem envolvimento, sem constelações.

Agora, não há uma maneira única (ou padronizada) de movimentos sociais se aproximarem de sistemas mediáticos. Esse relacionamento toma, no mínimo, três formas básicas. A primeira forma é a indiferença: nem os veículos de imprensa consideram interessante reportar os eventos nem os movimentos pretendem angariar sua atenção. Há indiferenças unilaterais, às vezes. A segunda forma de relacionamento, bastante frequente, ocorre quando os movimentos conseguem atenção da imprensa, mas as narrativas divulgadas (i) ou criminalizam o protesto, (ii) ou cuidam mais de suas peculiaridades, de suas curiosidades, que efetivamente de suas pautas, (iii) ou procuram descredibilizar, de imediato, as pautas de reivindicações e as agendas estabelecidas pelo movimento.

A terceira forma que essa relação pode tomar é aquela que o *Occupy Wall Street* escolheu – na esteira de protestos e de movimentos anteriores, nomeadamente na década de 1990. O protesto monta a sua própria estrutura mediática: procura autossustentabilidade ou autossuficiência comunicativa. As empresas de comunicação social precisam dragar informações úteis às suas linhas editoriais de *hotsites* ou de páginas de redes sociais (como *Facebook*, *Twitter* ou *YouTube*) alimentadas pelas equipes de comunicação dos protestos.

Até porque, como frisa Donatella Della Porta, “a tecnologia não é apenas um recurso estrutural”, não é somente um instrumento, “em vez disso, o uso de novas tecnologias por ativistas de movimentos sociais é permeado por valores específicos relacionados à comunicação democrática, de alta qualidade e horizontal” (DELLA PORTA, 2013, p. 34). Daí a relevância de “abordar as relações entre ativistas e *media* a partir da ética, das normas e das visões dos movimentos” (*ibidem*) e o quanto essas afetam a exploração de suas estratégias, refletindo sua vontade de direcionar-se a instituições e a campos de comunicação mais democráticos.

¹¹⁹ Ao contrário da afirmação que dá título ao documentário de Kim Bartley e Donnacha O'Briain, sobre o golpe de Estado na Venezuela, em 2002, nesta altura pode-se afirmar que “a revolução *será* televisada”.

Desse modo, a utilização dos meios de comunicação, por si, acontece como resistência discursiva, “visando a intervir nos espaços públicos dominantes por meio de discursos subversivos e contra-hegemônicos que invertem o que é considerado senso comum” (CAMMAERTS, 2013, p. 12). Alguns se referem a “comunicação de guerrilha” (BLISSETT e BRUNZELS, 2011), outros a “intervenções táticas de mídia” (LOVINK, 2002). No dizer de Bart Cammaerts, “são estratégias de ataque que parecem operar dentro da lógica do sistema dos *media*, mas que ao mesmo tempo o pervertem” (CAMMAERTS, 2013, p. 12). “Comunicações que sabotam os imaginários da sociedade de consumo, bloqueados pelos *media* onipresentes, a partir de uma resistência lúdica a essa opressão” (BLISSETT e BRUNZELS, 2011), como, a propósito, faz a *Adbusters*, revista que convocou o *Occupy Wall Street*.

Há um conjunto de agitações e de sequestros dos princípios da comunicação publicitária e do entretenimento que tornam a relação entre a “mediação” efetuada por protestos e os *media* corporativos bastante intrigante.

3.3 Economia da atenção e democracia da tensão

Há mais de cinquenta anos, o economista, psicólogo e cientista político Herbert Alexander Simon, vencedor do Prêmio Nobel de Economia em 1978, cunhou a expressão “economia da atenção”¹²⁰, para explicar o quanto a atenção humana, sendo recurso finito, poderia ser capitalizada enquanto mercadoria (SIMON e NEWELL, 2019).

Para alguém que assistiu à consolidação da TV enquanto meio de comunicação de massa, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, com centenas de opções de canais ‘abertos’ e ‘fechados’ (lembre-se que a ‘TV a cabo’ ou ‘por assinatura’ surge, nos EUA, ainda em 1948¹²¹), aquela avaliação parecia bastante aderente à realidade: os

¹²⁰ Herbert Simon, numa conferência realizada no *Brooking Institute*, em 1º de setembro de 1969, afirmou: “a riqueza de informações provoca a penúria de outra coisa, uma escassez daquilo que a informação consome. Ora, o que a informação consome é bastante evidente: ela consome a atenção daqueles que a recebem”. Essa palestra foi manuscrita e publicada como artigo em 1971. Cf. SIMON, Herbert A. *Designing organizations for an information-rich world*. In GREENBERGER, Martin (org.). **Computers, Communication, and the Public Interest**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1971. Disponível online: https://veryinteractive.net/pdfs/simon_designing-organizations-for-an-information-rich-world.pdf.

¹²¹ Cf. *History of Cable Television*, seção do sítio eletrônico da *National Cable and Telecommunications Association* (NCTA). <http://www.ncta.com/About/About/HistoryofCableTelevision.aspx>. Acesso: 23.7.23.

números de audiência competiam pela atenção de um universo limitado de espetadores.

Desde outra realidade socioeconómica, quase setenta anos antes, em 1902, o sociólogo francês Gabriel Tarde observava, no seu *Psychologie économique*¹²², problemas de atenção vindos da “mecanização” típica do modo de produção industrial, que gerava no operariado uma “fadiga de atenção como um suplício novo e mais sutil” (TARDE, 1902, p. 92). Estava preocupado com o excesso de atenção exigida de trabalhadoras e trabalhadores: “a estabilidade excessiva da atenção deve produzir, por uma reação inevitável, a instabilidade da atenção, que é a característica das desordens nervosas” (TARDE, 1902, p. 162).

Com o aumento exponencial da produção, Tarde percebia a necessidade de anúncios cada vez mais eficazes, que pudessem levar ao desejo de comprar: “reter a atenção, fixá-la na coisa oferecida, tal é o efeito imediato e direto do anúncio” (TARDE, 1902, p. 186). E, desde logo, percebia a implicação dos *media* nesse processo: “não são apenas os classificados que divulgam os anúncios. Todo o corpo do jornal é uma espécie de grande anúncio, contínuo e geral” (TARDE, 1902, p. 189).

Aquilo que se anunciava há cento e vinte anos, nas análises de Tarde – ou que era já perceptível há cinquenta anos, nos estudos de Simon – agudizou-se de forma vertiginosa, de 1980 até a 2020. A disputa pela atenção, individual ou coletiva, cresceu na mesma medida da “oferta pletórica” (CITTON, 2017, p. 26) de conteúdo passível de consumo. Mais de 4.000.000 (quatro milhões) de livros são publicados, no mundo, todos os anos¹²³; existem aproximadamente 104.000 (cento e quatro mil) museus¹²⁴; cerca de 200.000 (duzentas mil) salas de cinema¹²⁵ e quase 532.000 (quinhentos e trinta e dois mil) filmes de longa-metragem lançados até 2023¹²⁶; há 7.000 (sete mil) festivais de música anunciados a cada ano¹²⁷; mais de 70 (setenta) grandes festivais de teatro e

¹²² TARDE, Gabriel. **Psychologie économique**. Tome 1. Paris: Alcan, 1902. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k23531r/f5.item>. Acesso: 23.7.23.

¹²³ <https://wordrated.com/number-of-books-published-per-year-2021>.

¹²⁴ <https://www.statista.com/statistics/1201800/number-of-museums-worldwide-by-region>.

¹²⁵ <https://forum-theatre.com/number-of-theatres-in-the-world/>.

¹²⁶ www.imdb.com/pressroom/stats/.

¹²⁷ www.internationalmusicsummit.com/business-report.

50.000 (cinquenta mil) peças produzidas anualmente¹²⁸; existem mais de 33.000 (trinta e três mil) canais de TV ativos no mundo¹²⁹, num média anual de 193.000.000 (cento e noventa e três milhões) de horas de transmissão¹³⁰; há, no mínimo, 3.145.000 (três milhões, cento e quarenta e cinco mil) *podcasts* e 171.550.000 (cento e setenta e um milhões, quinhentos e cinquenta mil) episódios diferentes¹³¹ disponíveis; somente na plataforma *YouTube* existem 800.000.000 (oitocentos milhões) de vídeos¹³², distribuídos entre 37.000.000 (trinta e sete milhões) de canais.

Esses são apenas alguns exemplos da chamada ‘indústria cultural’, que movimenta US\$ 4.300.000.000.000 (quatro ‘trilhões’ e trezentos mil milhões de dólares estadunidenses) por ano ou 6,1% (seis vírgula um por cento) da economia global¹³³. Um volume tão considerável de recursos, que justifica, agora, a distinção entre uma ‘economia de bens materiais’ e uma ‘economia de bens imateriais’, incluídos nessa última, com ênfase, os serviços de produção e de distribuição de conteúdo digital. “Uma maneira (excessivamente) simples de sentir o contraste entre [esses] dois níveis de economia leva à oposição entre uma economia (material) da escassez e uma economia (imaterial) da superabundância” (CITTON, 2017, p. 16).

Embora criticável, essa fórmula de diferenciação fornece uma primeira aproximação útil. Por muitos séculos, a economia dos bens intangíveis (sem substância física) permaneceu relativamente próxima da economia dos bens corpóreos. Editar um livro, assistir a uma peça teatral, ouvir uma filarmónica, ver um filme, comprar uma obra de arte, *etc.* eram vivências caras, que terminavam usufruídas exclusivamente por pessoas de alta renda. Portanto, a escassez dava a tônica e calibrava – para cima – os preços. Nos últimos trinta anos, todavia, *downloads*, *softwares*, direitos autorais (licenças, marcas, patentes, *know-how*, *expertise* científica), marcas registradas (nome, reputação, imagem, direitos de comercialização, listas de clientes) e prestações de

¹²⁸ <https://www.iti-worldwide.org/>.

¹²⁹ <https://www.cia.gov/the-world-factbook/field/broadcast-media/>.

¹³⁰ Numa suposição de que cada canal apresente, pelo menos, 16h (dezesseis horas) de programação diária. Portanto, 33.000 canais x 16 horas x 365 dias = 192.720.000.

¹³¹ <https://www.listennotes.com/podcast-stats/>.

¹³² <https://earthweb.com/how-many-videos-are-on-youtube/>.

¹³³ www.unesco.org/en/articles/promoting-diversity-cultural-expressions-and-creative-economy.

serviços relacionados à cultura ganharam uma escala espantosamente distinta de qualquer possibilidade técnica dos séculos anteriores.

A regra de séculos atrás se inverteu. Nestas primeiras décadas do século XXI, num país de renda média, a inviabilidade de acesso a um bem imaterial ocorre muito mais por falta de tempo ou de atenção de consumidores que por falta de dinheiro (CITTON, 2017, p. 17). É possível afirmar que, ao lado da lógica monetária de funcionamento do mundo capitalista, surge uma lógica atenta (CALIMAN, 2012).

A colossal desproporção entre o número de informações circulantes, nomeadamente nos meios digitais, e o número de pessoas que potencialmente se interessam por tal ou qual conteúdo, exige a reformulação dos cânones da economia de bens materiais. Desta vez, não é a matéria-prima que é rara ou o modo de produzir a mercadoria que tem imenso custo – muitas vezes, esses custos marginais de produção nos intangíveis tendem a zero (RIFKIN, 2015). É a atenção de consumidoras e de consumidores que ficou rara e a maneira de chamar essa atenção que custa alto. Em 2023, um espaço publicitário de 30 (trinta) segundos no intervalo do jogo final da *National Football League* (NFL), campeonato de ‘futebol americano’, custava por volta de US\$ 7.000.000 (sete milhões de dólares estadunidenses). O avançado português Cristiano Ronaldo, celebridade com 597 (quinhentos e noventa e sete) milhões de seguidores na rede social *Instagram*, cobra 2.200.000 € (dois milhões e duzentos mil euros) por uma única postagem favorável a um produto ou serviço.

Ao contrário do comércio tradicional, em que as empresas estão no típico papel de vendedoras, o mercado da atenção parece colocar as corporações no lugar de compradoras, tamanha é a inelasticidade da demanda (MANKIW, 2019). De modo curioso, a sensação de consumidor ou consumidora frente às empresas *high-tech*, é de que o serviço é oferecido por elas gratuitamente, como se, em boa verdade, a atenção do público é que estivesse sendo comprada. Como se a *digital person* (SOLOVE, 2004) da usuária ou do usuário das redes, dos aplicativos e dos sítios eletrónicos é que fosse a verdadeira mercadoria. Portanto, nas ambiências virtuais, a percepção do comércio parece invertida. O consumidor é que está a vender e a empresa a comprar.

Ainda em 2009, a Comissária da União Europeia para os direitos dos consumidores, a Embaixadora búlgara Meglena Kuneva, cunhou uma frase que definia

essa “nova indústria”: “dados pessoais são o novo petróleo da *internet* e a nova moeda do mundo digital”. De modo semelhante, Daniel Innerarity (2010) afirmou que “a atenção é o novo petróleo, para as próximas décadas”. De fato, se nenhum produto é comprado e se nenhum valor é pago quando se assina o contrato, desconfia-se de que ‘o produto é o consumidor’. 86% (oitenta e seis por cento) dos US\$ 110,8 mil milhões faturados pela *Google* vêm de anúncios; 86,6% (oitenta e seis vírgula seis por cento) dos US\$ 2,4 mil milhões faturados pelo *Twitter* vêm da publicidade; e 98% (noventa e oito por cento) dos US\$ 40,6 mil milhões faturados pelo *Facebook* provêm de propagandas direcionadas de acordo com o perfil de cada grupo de consumo. Na fórmula de ‘refino do petróleo’ dessas empresas está o *targeting*: a segmentação de públicos e o direcionamento de anúncios com base nos dados coletados e nas reações durante a navegação pela *internet*; esse ‘alvo’, pela origem do termo em inglês, é quase sempre ‘acertado’ com o auxílio de algoritmos, fórmulas eletrônicas de predição de comportamentos a partir de necessidades e respostas anteriormente recolhidas, aplicações que processam milhares de informações sobre usuários por segundo.

Os investimentos nesses novos mercados têm modificado a lista dos maiores grupos empresariais do planeta. As chamadas *Big Techs*, gigantes da tecnologia, como *Alphabet* (dona da *Google*), *Meta* (dona de *Facebook*, *Whatsapp*, *Instagram* e *Threads*), *Apple*, *Amazon*, *Microsoft*, *Netflix*, *Tesla*, *Twitter*, *Uber* e *Spotify* ocupam o topo da tabela, deixando atrás companhias de energia, matérias-primas ou serviços financeiros, como *Gazprom*, *Wells Fargo*, *Citigroup* e *British Petroleum*, que, historicamente, dominavam esses *rankings*. A atenção que atraem, todos os dias, permite a extração de milhões de dados de usuários, que, por sua vez, trazem o poder que detêm sobre o resto do mercado. “O poder das *Big Techs* não se deve apenas ao seu tamanho, mas ao fato de que elas coletam, controlam e monetizam as informações necessárias para o funcionamento dos mercados” (BIRCH, 2023). De modo que são empresas que curvam os mercados sobre si mesmas, ao determinarem a própria lógica de funcionamento da propaganda (a estrutura de visibilidade e de alocação de novos capitais) para todos os demais setores. Ostentam uma espécie de força gravitacional na economia da atenção.

Para capitalizar sobre a atenção, essa ‘indústria’ aplica montantes significativos de recursos em saberes científicos, notadamente médicos e psicológicos (CALIMAN,

2012, p. 2), seguindo uma linha de experimentos com a atenção humana já traçada há séculos. Os resultados serviram, também, para uma espécie de “avaliação moral relacionada à atenção” (CALIMAN, 2008). Na Filosofia Racionalista e na Psicologia dos séculos XVIII e XIX, influenciada pelos ideais iluministas, os trabalhos de Christian Wolff (1730), Lemon Uhl (1889) ou David Braunschweiger (1899), por exemplo, construíam uma noção de que “o indivíduo racional, consciente e *atento* seria o fermento da civilização” (CALIMAN, 2006, p. 20). No século XX, esse processo de “moralização” ou de “valorização bio-social” da atenção segue: a atenção torna o sujeito “senhor de si e de seu corpo”, enquanto a desatenção é relacionada à “vontade fraca”, “ao corpo descontrolado” e à “impulsividade” (CALIMAN, 2006, p. 20-29). Durante a *Guerra Fria* (1947-1991), diversos laboratórios se aplicaram a criar o “humano impassível” (sem reações impetuosas ou precipitadas) e o “humano sem sono”, com fins militares, para que houvesse um soldado perfeitamente racional e com “atenção permanente” (CRARY, 2016).

Essas experiências, no entanto, desaguaram dos campos de batalha imaginários para, no mínimo, dois outros campos da práxis cotidiana nas “sociedades do cansaço e do desempenho” (HAN, 2015): por um lado, uma intensa “medicalização social”, verdadeira “epidemia de psicotrópicos” (WHITAKER, 2017), receitados para dormir, acordar, relaxar, ativar, esquecer, lembrar, enfim, tudo o que possa trazer (um suposto e, muitas vezes, inalcançável) equilíbrio ao sistema nervoso. E, por outro lado, uma ininterrupta estimulação sensorial, no rádio, na TV, na *internet*, nas paisagens e nos sons das cidades, a fim de criar um estado de vigília eterno: consumidoras e consumidores que não dormem, soldados de comprar num capitalismo 24 horas por dia, 7 dias na semana (CRARY, 2016). Mesmo porque, lembre-se, uma das vantagens competitivas do comércio eletrônico sobre as lojas físicas reside no fato de ‘não fechar’ nunca. As vendas e as entregas (*delivery*) entre oito da noite e cinco da manhã sofisticaram-se na última década. Há nichos de mercado para quem fica insone e para quem deseja dormir: um levantamento da *P&S Market Research* projetou para 2023 um faturamento de US\$ 101.000.000.000 (cento e um mil milhões de dólares

estadunidenses) entre as empresas que trabalham com o objetivo de melhorar o sono¹³⁴, de drogas a terapias e equipamentos.

Nessas novas fronteiras, *designers* de experiência do usuário, por exemplo, tornaram-se profissionais em franca ascensão, exatamente por construírem mecanismos para capturar a atenção pelo máximo de tempo possível, sobretudo nas redes sociais e nos aplicativos. Desde coisas muito simples, como a rolagem de tela constante (*constant scrolling*) ou os botões de reações ao conteúdo (“gosto”, “riso”, “tristeza”, “surpresa”, “compartilhar”, *etc.*), até a coisas muito difíceis como a arquitetura algorítmica e a programação de *layouts*. Todos os detalhes contam, da disposição otimizada de informações e de propagandas nas telas à possibilidade de reter mais dados dos usuários de maneira sutil, sem que haja uma interrupção brusca na usabilidade da página, do jogo ou do *app*.

A maneira como a maior parte das estruturas da *internet* foi projetada busca, explicitamente, levar o usuário a um comportamento viciado (ALTER, 2018), mantendo a atenção grudada às várias telas com que a pessoa tem contato: a todo instante aferindo novos *emails*, notificações de redes sociais, notícias personalizadas escolhidas pelos *smartphones*, fazendo apostas esportivas, passando intervalos a jogar pelo telemóvel. Essas e outras circunstâncias do mundo contemporâneo têm tornado o diagnóstico da Perturbação de Hiperatividade com Déficit de Atenção (PHDA) mais rotineiro. Esse distúrbio neurocomportamental se caracteriza por um transtorno no desenvolvimento do autocontrole, um problema fundamental quanto aos períodos de atenção, por conta de um fraco controle inibitório no nível de atividade e de impulsos. Um excesso de atividades motoras, em síntese, que acarreta um padrão persistente de falta de atenção (STRECHT, 2018).

Por lógico que nem toda a gente que tenha sintomas de hiperatividade ou inatenção terá PHDA. Mas, de qualquer modo, o crescimento no número de atestados clínicos dos sintomas dessa condição neurobiológica – em todas as faixas etárias – relaciona-se, em alguma medida, com a “sobrecarga de estímulos e de informação” efetivada pela estrutura mediática atual (CITTON, 2017, p. 26).

¹³⁴ Cf. <https://www.psmarketresearch.com/market-analysis/sleeping-aids-market>.

A responsabilização das *Big Techs* por quaisquer de suas ações, nessa teia de dos *media* no século XXI, é tema delicado. Os resquícios morais das investigações científicas dos séculos anteriores ressurgem, de quando em quando, para distinguir o ‘corpo tolo’ e o ‘corpo sábio’ (CALIMAN, 2006), aquele que não sabe conter seus impulsos e este outro, cujo apuro na atenção faz com que saiba dosar o uso de redes digitais ou o tempo de audiência no rádio e na TV, por exemplo. Em outras palavras, tudo se passa como se fosse uma questão personalíssima. Embora o conceito de responsabilidade individual não fique fora de moda, é importante enxergar que não abrange tudo.

As *Big Techs* remodelam diversos postulados sobre atenção e manipulação individual e coletiva, ao condensarem, de modo inédito na história, entretenimento, educação, comunicação, arte, controlo tecnológico de equipamentos (aeroportos, bancos, hospitais, fábricas, forças armadas e serviços públicos em geral, por exemplo, têm quase todas as suas máquinas gerenciadas por *softwares*, ligados ou não à *internet*), e, ainda, muita política (desde o monitoramento de sistemas eleitorais até às notícias comentadas e longamente discutidas nas redes digitais). Em suma, as *Big Techs* se converteram no lema para vigilância e controle realizados por corporações (*corporate surveillance*), monopólios e oligopólios desviando a liberdade de mercados e a livre iniciativa e, ainda, poder empresarial praticamente sem limites jurídicos ou governamentais (BIRCH e BRONSON, 2022). O jogo de distrações e de atenções, portanto, já não pode ser atribuído, exclusivamente, à sanidade ou à força de vontade de cada usuária ou usuário.

“As gigantes de tecnologia sustentam, cada vez mais, boa parte de nossos mundos sociais, políticos e económicos, fornecendo a infraestrutura digital da qual dependemos para viver nossas vidas” (BIRCH e BRONSON, 2022, p. 1). Independente da vontade de cada consumidora ou consumidor, existe uma estrutura monumentalmente articulada para filtrar e direcionar conteúdo. Não é exagero dizer que há um *Google*, um *Facebook*, uma *Amazon*, uma *Netflix*, um *Twitter*, etc. para cada usuária ou usuário. Os algoritmos ofertam aquilo que interessa (ou parece interessar, de acordo com as preferências já manifestadas nas redes). “Baseada na análise de nossos cliques, a *internet* está cada vez mais feita sob medida. Mas esse reflexo de nossos desejos tem

um custo: se tudo se tornar pessoal, podemos ser impedidos de entrar em contato com ideias que mudam o modo como vemos o mundo e nós mesmos” (PARISER, 2012, p. 9).

Em vez de servirem como ‘organizadoras do debate’, essas plataformas mudam completamente aquilo que se debate. Como os filtros são inescapáveis, “os jogos de luz e sombra” de conteúdos (CARDON, 2012) deixam sempre grande parte dos fatos e das opiniões fora da consideração de cada usuária e usuário. O que provoca, em última análise, uma tendência a radicalizar posições: deixar cada pessoa “confinada a uma *bolha*, a um universo pessoal único de informações” (PARISER, 2012).

Essa radicalização política tem se confirmado, quando se observam os tópicos mais discutidos de cada rede social, quando se ouvem os episódios de *podcasts* com maior público, quando mais comunidades virtuais se formam em torno de pautas antes proscritas (como o nazismo, o fascismo e o racismo institucionalizado), quando filmes e documentários produzidos por serviços *online* de *streaming* se tornam mais polêmicos e com ‘versões alternativas’ para fatos históricos considerados falhanços civilizacionais e, no entanto, mostrados como instantes ou personagens injustiçados.

A eleição presidencial de Donald Trump, nos EUA, em 2016; o referendo que resultou na saída do Reino Unido da União Europeia (apelidado de *Brexit*, pela sobreposição de *British exit*); a eleição presidencial de Jair Bolsonaro, no Brasil, em 2018; as revelações sobre o escândalo *Cambridge Analytica*, em que os dados de usuários do *Facebook* foram vendidos àquela empresa de estratégia político-eleitoral (KAISER, 2020); são considerados exemplos dos últimos anos sobre os efeitos práticos danosos da polarização política estimulada pelos desenhos algorítmicos das redes sociais.

À parte de grupos e de indivíduos mais radicalizados, que dependem dessa arquitetura para a propagação de *fake news*, a difamação de adversários políticos e a divulgação de conteúdos que fogem completamente do padrão de linguagem adequada e de ideologia não-violenta (transmitindo discursos autoritários, num sentido amplo, salpicados de racismo, xenofobia, misoginia, homofobia, aporofobia¹³⁵, etc.), a opinião

¹³⁵ “Aporofobia”: neologismo que dá nome ao medo, rejeição ou aversão aos pobres; escolhida a palavra do ano 2017 pela *Fundación del Español Urgente (Fundéu)* e incorporado ao *Diccionario de la lengua española* no mesmo ano. Consta, entre outros, no Dicionário Priberam de Língua Portuguesa. Ver CORTINA, Adela. **Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia**. 1ª ed. São Paulo: Contracorrente, 2020.

pública decantada nos maiores jornais escritos e televisivos demonstrava uma perda significativa de confiança nas empresas de tecnologia e nos seus produtos (ZUBOFF, 2019), algo que já tem sido chamado de “*techlash*” (FOROOHAR, 2020) – a junção de *technology* e *backlash*, algo como “retaliação sobre a tecnologia”, em inglês.

O avanço do *big data*, isto é, das “tecnologias com capacidade de criar, estocar e analisar grandes volumes de dados, com velocidade, variabilidade e valores distintos” (PRAINSACK, 2019, p. 1), têm causado uma série de desconfortos à rotina, fazendo com que as pessoas se sintam, ao mesmo tempo, vigiadas e inseguras, todos os dias. Desde uma compra num centro comercial, a visita a um sítio eletrónico, até a frequentar uma agência bancária, caminhar pelo aeroporto, ir a um estádio de futebol, assistir a um filme pela *internet*, fazer um exame médico: já não existe nenhuma atividade sem reconhecimento de digitais, câmaras filmadoras posicionadas, avaliação de padrões de rosto e silhueta, entrega de documentos de identificação... em poucas palavras, sem invasão de privacidade. E, para completar o quadro, sabe-se pouco – quase nada – acerca da utilização de tamanha quantidade de dados. A falta de transparência, é praticamente o modelo de negócio das *Big Techs* (HAN, 2016).

Que democracia é viável com esse panorama?

Ora, se a democracia é o regime político das liberdades (muito peculiarmente, as de pensamento e de expressão), o regime político do civilismo (da amizade cívica, do importar-se e do tratar dignamente o outro) e, ainda, o regime político da comunicação (da fala pública e da corresponsabilização [*com-municare*]), como esses predicados se mantêm hígidos?

E, no fim, quais lições sucedem do exemplo do *Occupy Wall Street*?

A democracia que tem sobrevivido a esse panorama da *economia da atenção* é, certamente, uma *democracia da tensão*. Talvez não seja coincidência, mas desde os acontecimentos do ano de 2011, o modelo de democracia liberal representativa tem vivido sob inédito teste de estresse. Os países do Sul Global estavam cruelmente acostumados a ameaças de golpe de Estado, a tomadas de poder por grupos militares e paramilitares, instalando ditaduras, a derrubadas de governos por fações políticas rivais, a autoproclamações de governos paralelos, a corrupção generalizada de regimes, enfim,

toda sorte de turbulências políticas. A especificidade da última década é que esses processos de erosão de legitimidade do Estado democrático de Direito se alastraram para o Norte Global, com características e riscos próprios (MOUNK, 2019; LEVITSKY e ZIBLATT, 2018; RUNCIMAN, 2018; EATWELL e GOODWIN, 2020; PRZEWORSKI, 2020).

A transformação do capitalismo, que sempre atuou como par da democracia no ocidente, é um dos fatores nessa mudança de paradigma. Se as condições de lucratividade mudaram (com a economia da atenção, o *big data* e o poder das *Big Techs*), se a maneira de obter energia e infraestrutura para as sociedades mudou (com a inteligência artificial, a prioridade a energias renováveis e novos bancos de desenvolvimento, por exemplo) e se a forma de comunicação mudou (com as redes digitais, sobretudo), era absolutamente provável o advento de algum câmbio no imaginário societal, ético e político (RIFKIN, 2000).

Não parece haver dúvida quanto ao papel essencial que as novas formas de comunicação exibem, ao contribuir na organização e no gerenciamento da complexidade trazida pelas novas fontes de energia: eliminam o tempo, reduzem o espaço, anulam desperdícios, ao conectar pessoas, mercados e equipamentos (RIFKIN, 2000). A dúvida surge quanto às tecnologias de comunicação enquanto sistemas nervosos das democracias. As fórmulas que passaram a utilizar para supervisão e coordenação dos organismos políticos e para a circulação de informações pelas sociedades têm sido postas em causa (O'NEIL, 2021), por conta da opacidade, da escala e dos danos colaterais.

Enquanto regime de liberdades, a democracia se tensiona com “um capitalismo de vigilância” que, “em vez do trabalho, alimenta-se de todo aspeto da experiência humana” (ZUBOFF, 2019): todos os hábitos, comportamentos e expressões humanas servem de matéria-prima (quase gratuita) traduzida em massas de dados para comercialização direta ou indireta. Os modelos matemáticos utilizados na arquitetura das redes, das aplicações e dos instrumentos que controlam todas as máquinas com *internet* acoplada não estão regulamentados e são, na maior parte dos casos, incontestáveis, mesmo quando estão nitidamente errados ou reproduzindo preconceitos de sua programação (O'NEIL, 2021).

As ameaças às liberdades, especialmente de pensamento e de expressão, pelos meios de comunicação de massa, há poucos anos, eram veladas. Nos países desenvolvidos, ao menos, não passavam disto mesmo, ameaças. Hoje, o potencial bloqueio comunicacional que a infraestrutura da *internet* pode fazer a uma usuária ou a um usuário é absolutamente explícito. Não somente no caso-limite de banir alguém das redes, mas, naquilo que é corriqueiro, valer-se dos gostos e das preferências alguma vez enunciadas para radicalizar esse perfil, criando uma verdadeira ditadura do algoritmo e da inteligência artificial (RUDDER, 2015; SABARIEGO, AMARAL e SALLES, 2020; O'NEIL, 2021; HARARI, 2018). As mensagens daquela pessoa somente terão visibilidade a outras se transmitirem um determinado conteúdo. Em outros termos, as redes nutrem – com um tipo de *inception* – aquilo que pode ser pensado e guiam – com filtros e recompensas – aquilo que deve ser dito e compartilhado.

Enquanto regime do civilismo ou da amizade cívica, a democracia também não se compadece com esses filtros. A sensível queda de urbanidade, de gentileza e de consideração pelas opiniões alheias tem se tornado (triste) marca dos debates pela *internet* (MOROZOV, 2018). Umberto Eco, certa vez¹³⁶, declarou que “as redes sociais deram o direito à palavra a legiões de imbecis que, antes, só falavam nos bares, após um copo de vinho e não causavam nenhum mal para a coletividade”. E, num tom categórico, disparou que “nós os fazíamos calar imediatamente, enquanto hoje eles têm o mesmo direito de palavra do que um prémio Nobel: é a invasão dos imbecis”.

É perfeitamente possível separar uma coisa de outra, aqui. Um dos “ódios à democracia” (RANCIÈRE, 2014) terá que ver com esse seu incisivo caráter de isonomia, de tratar a todas e a todos ‘como se fossem iguais’, ‘como se nenhuma hierarquia existisse’. Desde a Grécia antiga, esse colorido em particular, muitas vezes tratado como “insolência do povo em invadir o espaço de seus melhores ou de seus superiores”, mobiliza oposições aos discursos e às práticas de democracia (*ibidem*). Mas é interessante perceber que a grande *premissa democrática reside no gosto*, na sensação,

¹³⁶ Naquele 10 de junho de 2015, Eco recebia uma *Laurea Honoris Causa* em *Comunicazione e Culture dei Media*, pela Universidade de Torino (Itália), tendo proferido *Aula Magna Cavallerizza Reale* e, na sequência, conversado com jornalistas. *Il Messaggero*, jornal italiano, recebeu essas frases como resposta a questão sobre as redes sociais. Disponível, no original, em www.ilmessaggero.it/societa/persona/umberto_eco_attacca_social_network_imbecilli. Acesso: 25.7.23.

nos sentidos, nos sentimentos, enfim, chame-se como aprover, aquilo que é partilhado por todas/os e por quaisquer dentre as/os cidadãs/os é essa *emocionalidade* – e não a *racionalidade*. Fosse diferente, não haveria motivo justificado para um voto valer igual para qualquer pessoa, se, como diria Umberto Eco, alguns seres parecem dotados de um grau comprovadamente maior de razão. A suposição que rege toda a democracia, representativa ou outras, é, portanto, a de que todos *sentimos* igualmente.

Assim, não havendo hierarquia nos sentimentos morais, qualquer um/a tem pleno direito de manifestação nas redes – uma galardoada com o Nobel ou um pedinte, que nunca pôde frequentar escola – e suas manifestações valem o que valem, cada qual terá, no fim do dia, um voto a depositar na urna. No entanto, a visibilidade que os algoritmos das redes ofertarão a uma vencedora do prémio conferido pela Academia Real de Ciências da Suécia tende a ser muitíssimo superior, em condições normais. E é nisto que as coisas se separam.

Os modelos algorítmicos não se equivocam ao organizar o debate de acordo com a relevância que determinados conteúdos têm para uma parte considerável de usuárias e usuários. Aquelas fórmulas opacas de gerenciamento se equivocam, aí sim, quando não permitem que suas consumidoras e seus consumidores possam receber uma dose de frustração, de raiva, de apreensão, ou, em duas palavras, de antagonismo ‘autêntico’, ao se expor ao pensamento alheio. Porque, em boa verdade, as *fake news* e as visualizações de conteúdos sempre similares, geram antagonismos ‘putativos’, ou seja, falsas discordâncias. Sem que uma/um usuária/o possa, efetivamente, ter contato com as postagens, as opiniões, as rotinas, os hábitos, os costumes, as linguagens, as aparências, os estilos, *etc.* de outras/os que sejam vincadamente diferentes, não pode existir nem amizade cívica nem, muito menos, inimizade cívica, um dissenso balizado.

O importar-se pelo destino comum, portanto, que é um dos guias da democracia, necessita, entre as teias de comunicação do século XXI, de estar *diante* do outro. O outro, nas suas misérias e grandezas. Não uma imagem fabricada e manipulada (CHOMSKY, 2013; FOROOHAR, 2020).

Esse horizonte, em que as redes, mas também a TV aberta, a cabo e o rádio, enquanto ferramentas de escolhas políticas (PRIOR, 2007), possam oferecer à atenção do público espetador as diversas correntes e nuances de cada candidatura, de cada

partido, de cada linha ideológica ou de cada opção a tomar nas várias agendas sociais urgentes e importantes, guarda sintonia com uma espécie de *função representativa da sociedade* (MIGUEL, 2003, p. 125) que os *media* devem exercitar, ao escolherem suas pautas e ao se deixarem influenciar por grupos de pressão e de interesse.

E, de uma maneira filosófica, essa chance de estar *diante* do outro, pelos veículos de comunicação, ajuda a destacar a atenção como elemento central da percepção e da fenomenologia (RICOEUR, 2016 [1940]; CRARY, 2013; HAGNER, 2003; WALDENFELS, 2004). A atenção percebida como o “deter-se do sujeito sobre um outro (sujeito ou objeto)”, um olhar (“intencional”) mais que um ver (“puramente sensorial”), uma passagem entre passividade e atividade (na mente e no corpo), uma travessia entre o voluntário e o involuntário (RICOEUR, 2016, pp. 53-58).

A atenção anda de par com a desatenção ou a distração, eis que não existe algo como uma “atenção integral” ou “absoluta”, mas sempre “finos movimentos oscilatórios” entre distração e atenção, considerando-se uma mínima e necessária desatenção quanto a um objeto específico para que o sujeito permaneça cognitivamente aberto “para tudo o que palpita ao seu redor” (MINKOWSKI, 2005, pp. 94-95). Isto é, estar atento a um objeto e atento a um ambiente, ao mesmo tempo, significa um jogo entre atenção e desatenção para ambos os fatores – o que é constitutivo da percepção humana (e, mesmo, de outros seres, até instintivamente). Com efeito, a fixação do olhar num único ponto ou objeto, numa tal atenção que fizesse desaparecer todo o resto da cena, poderia ser bastante problemática, seja na esfera das relações humanas, seja no universo geobotânico e animal.

A propósito dessa inevitável gangorra entre distração e atenção, interessante notar que a maior parte das línguas europeias faz o substantivo ‘atenção’ necessitar de um complemento, verbo ou outro substantivo. *Faire attention à, pay attention to, passt auf, fai attenzione, prestar atención*: fazer, pagar, cuidar ou prestar atenção. Há, invariavelmente, um esforço do sujeito, uma ação, traduzida no verbo. Ainda que, no português, exista o verbo *atentar*, sem complemento, geralmente é empregado como *atentar para alguma coisa*. Tudo isso reforça a ideia de que a atenção é fruto de um ‘exercício intencional’ de quem está diante de um fenómeno. Minkowski (2005) traduz esse olhar atento, de âmbito intelectual, através do conceito de “especção” (*spection*).

Já que fenómeno é tudo aquilo que está diante do sujeito “como um espetáculo” (RICOEUR, 2016, p. 56), a “especção” é o ato atentivo – que compartilha com o próprio espetáculo assistido o mesmo radical indo-europeu “spek-”, “olhar”, “observar”. A especção é a atenção dedicada ao espetáculo, àquilo que se vê e se interpreta.

Uma cidadania atenta à democracia e à dimensão política da convivência com o outro – dessa atenção como quem está frente a um espetáculo – passa, inevitavelmente, por alterações no modo de funcionar atual dos meios de comunicação de massa.

Afinal de contas, a democracia enquanto regime político da comunicação, precisa *corresponsabilizar*, gerar confiança entre cidadãos/os e instituições, entre si e uns com os outros, a fim de que a autoridade sobre a memória do que aconteceu no passado, sobre aquilo que acontece no presente e, nomeadamente, sobre o que pode acontecer no futuro, seja uma autoridade partilhada.

A fala pública, a exposição dos problemas, com razoável transparência, é um dos elementos fundamentais desse processo de dividir responsabilidades. A recente pandemia de Covid-19 mostrou que um problema gigantesco (alerta de nível global) somente pode ser resolvido, ou minimizado, se as pessoas confiarem umas nas outras, confiarem na opinião de especialistas, confiarem, minimamente, no Estado como empreendedor de soluções, e, por seu turno, que uns Estados confiem nos outros (HARARI, 2020).

A propósito, a pandemia deixou bastante patente que os poderes tecnológicos e científicos terminam encontrando limitação nos poderes políticos: por mais que as técnicas de contenção da doença, as vacinas contra o vírus e as profilaxias estivessem todas alinhadas no sentido médico, era necessário o amadurecimento do debate público sobre opções, para que se convertessem em eventuais soluções. Haveria *lockdown*? Haveria compulsoriedade quanto à vacina? E as pessoas que ficassem deprimidas em casa? E as pessoas cujo risco de apanhar ou de morrer pela violência doméstica parecesse maior que o risco de adoecer pelo vírus? As escolas das crianças? Os empregos dos adultos? Todas essas indagações eram políticas, não se resolveriam com respostas científicas (HARARI, 2021).

É a política que transforma a comunicação em compartilhamento de responsabilidades. Por isso, a arquitetura dos veículos de comunicação de massa precisa minimizar o impacto das *fake news* e permitir que os canais fiquem abertos a diálogos e a performances que interfiram nos argumentos, nas reflexões e nos critérios de ponderação alheios. O interesse, a participação, o engajamento que as redes estimulam devem ocorrer pelo valor intrínseco do assunto, do problema, do negócio, não por adesão a uma notícia ou a uma percepção falsa.

Nesse prisma, importantes são normas, diretrizes e mecanismos de transparência nas redes sociais e, ainda, nos outros veículos de comunicação, para desestimular o abuso ou a manipulação com potencial de dar causa a severos danos individuais ou coletivos. O fortalecimento do processo democrático pelo combate à desinformação tem se fazer acompanhar, na outra ponta, pelo incremento à diversidade e à pluralidade de informações. Os conteúdos pagos, na *internet* e nos demais meios, precisam ser identificados rapidamente pelas usuárias e usuários, de preferência com rótulos ou avisos, com a possibilidade de rastrear a fonte que financia a propaganda e o porquê de se destinar àquela pessoa. O uso de contas inautênticas ou falsas e o uso de ‘robôs’ (*bots*) para disseminar conteúdos espúrios¹³⁷ têm de ser desencorajado pelos algoritmos, bem como precisam ser desbaratadas as redes de disseminação artificial, o uso massivo e coordenado de *bots* com objetivos imorais ou ilícitos (obter ganhos financeiros ou políticos, por exemplo, atacando reputações de outras pessoas).

Esses cuidados com os meios de comunicação de massa têm a ver com a viabilidade de uma democracia de grandes proporções: comunidades de milhões de pessoas num mesmo território e sob sentimentos nacionais que as conetam (ANDERSON, 2008). O rádio, a TV e a *internet* fizeram uma transição entre o ‘palanque político’, um local de fala aberta em que o público está perto fisicamente, mas longe de um contato efetivo com quem fala – um esquema de “distância próxima” – para a ‘cobertura política ininterrupta das falas de lideranças’, um esquema de “proximidade distante” (COURTINE, 2003, pp. 29-30). “Um *close-up* televisivo dá mais detalhes da aparência de governantes do que temos da maioria de nossos amigos. Aqui, temos a

¹³⁷ Como, por exemplo, a “desinformação”: conteúdo, em parte ou no todo, inequivocamente falso ou enganoso, passível de verificação, colocado fora de contexto, manipulado ou forjado, com potencial de causar danos individuais ou coletivos, ressalvado o ânimo humorístico ou de paródia.

proximidade até então reservada às crianças, aos amantes e aos atores de comerciais de antisséptico bucal” (JAMIESON, 1990, p. 63): os rostos das figuras políticas mais proeminentes se tornam íntimos e seus discursos, tamanha a frequência, terminam ganhando tom “autobiográfico e autorrevelador” (*ibidem*).

Sob esse aspeto, os grandes meios de comunicação de massa também contribuem na elaboração de uma “aura” (BENJAMIN, 2018 [1936]) ou, de um jeito mais modernoso, de um “carisma *pop*” (AB’SÁBER, 2011) a determinadas lideranças políticas. Barack Obama, Lula da Silva ou Marcelo Rebelo de Sousa são exemplos de figuras que parecem conseguir um ‘trato individual com cada eleitora ou eleitor’, como se falassem a alguém muito próximo e velho conhecido. Além disso, parecem conseguir ‘permanecer iguais’, sem afetações ou boçalidades que poderiam advir das posições de poder ocupadas. E, aos olhos de boa parte do público, parecem ‘ter sinceras intenções de fazerem algo de bom’, ou seja, passam a imagem de que, embora diferentes forças políticas e económicas restrijam suas ações, perseguem *interesses* que seriam positivos à população, mormente aquela mais carenciada.

Mas como tudo no universo do *pop* – em que o artista é uma espécie de mercadoria fantasmagórica – esse carisma é elevado a fetiche da indústria cultural (AB’SÁBER, 2011), levando a idolatrias, a sectarismos e a desvios na cobertura mediática que ultrapassam a função de agentes políticos desses atores, bem como a do público. Um cotidiano polarizado e anticrítico, em que se ‘torce’ para certas lideranças, em vez de se cobrar o trabalho delas de representação, é um dos complicadores dessa cena democrática tensa da última década. Embora esse tipo de relacionamento ‘populista’ sempre tenha existido (LACLAU, 2013), os meios de comunicação de massa elevam-no a uma potência inaudita (EATWELL e GOODWIN, 2020).

Os exemplos deixados pelo *Occupy Wall Street* interessam muito, nessa ótica.

As reflexões induzidas pelos protestos de hiperescala refrescam os ideais de emancipação social e podem trazer pistas sobre a tarefa de concretização desses ideais (SANTOS, 2002), notadamente na forma como se organizam enquanto *media*.

No dizer de Donatella della Porta (2016, p. 3), “protestos, particularmente nos intensos momentos de mobilização por democracia, são, portanto, entendidos como

eventful [significativos], dada a sua capacidade de transformar estruturas através de mecanismos relacionais, emocionais e cognitivos”. Um dos modos eficazes de criar esses vínculos é agindo como *media*, nos *media* e, quando estratégico, para os *media*. Isto é, irradiando comunicação que toque aos interesses de um público relativamente amplo, ocupando os espaços de jornais, revistas, TVs e rádios e hackeando os algoritmos de visibilidade da *internet*, gerando engajamento orgânico (não-artificial, sem uso coordenado de *bots*).

Desde logo, porque esses protestos se articulam numa lógica semelhante à das tecnologias de redes digitais. Convocam manifestações, ocupam espaços virtuais e espaços físicos, financiam iniciativas, fomentam debates, *etc.*, tudo em autocríticas (construção reflexiva da ética do protesto) e em autopercepções (construção compartilhada da estética do protesto) assimiladas de maneira muitíssimo rápida¹³⁸ por todos os sujeitos participantes. O que, em geral, deixa perplexos os sujeitos que não participam daquele teatro de rua: daí resultarem várias compreensões e críticas deslocadas à atuação e à ideologia (multimatricial) desses novos tipos de protestos.

O ‘microfone humano’ da assembleia-geral leva a uma “gigante *hashtag* humana” (HALL, 2012), isto é, a multidão que se vincula simbolicamente àquele cenário e, ao mesmo tempo, se espalha a outros locais e se converte numa palavra-chave, num tópico que direciona a discussão, porque suas imagens entram no modo viral, lançadas em fotos, postagens e publicações pela *internet* e pelos maiores veículos dos *media* tradicionais.

Essa criação de uma ‘imagem de si mesma’, através da franca discussão, é típica do regime democrático. Esta imagem não precisa ser sisuda, formal e excludente. O *Occupy* mostrava que havia espaço para a inspiração artística e para a memética política, a criação bem-humorada de sínteses para os assuntos mais urgentes ou mais importantes.

As lideranças ‘de direita’ – no espectro político – compreenderam esse ponto de um jeito mais eficiente que aquelas ‘de esquerda’. Mais de dez anos passados desde

¹³⁸ Esse indício parece validar o argumento de que sujeito do presente se autoconstrói à imagem do processamento e dos fluxos das redes com as quais ele convive, diariamente. Ver CARDON, Dominique. **Democracia Internet – promessas e limites**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

o *Occupy*, é fato notório que a assim chamada *alt-right* (ou direita alternativa, fragmento da extrema direita) apreendeu melhor as ideias dos protestos de 2011 que todos os demais concorrentes dos jogos eleitorais: por exemplo, as noções de que se deve criar um espaço próprio, com vínculos fortes de comunidade, e de que a estética (a partilha do sensível) é um dos pilares fundamentais da Política (hoje como no tempo do Rei Leónidas do séc. V a.C.).

Em vez de motivar o eleitorado a votar em determinadas propostas, essa extrema direita seduz e molda adeptos, cria uma legião de aficionados com o auxílio das telas dos dispositivos tecnológicos, mobiliza gostos. Suas narrativas, incessantemente replicadas pelos apoiadores, criam uma realidade paralela, no mais das vezes. Lá está: um espaço só seu. E protegidos por essa *bolha*, sensibilizam e propagam entendimentos sobre a atmosfera política, social, económica e cultural do país, a ponto de reformular totalmente o comportamento das pessoas envolvidas. É o entrelaçamento da estética com a Política levado ao pior caminho possível.

Essa direita é apelidada de ‘populista’, entre outros motivos, por não querer intermediários: o movimento e a população se unem e não precisam das (“velhas e corruptas”) instituições. Nos últimos dez anos, em particular, não foram poucos os que subiram nas pesquisas, conquistaram lugares nos Parlamentos e ascenderam aos Poderes Executivos se valendo de discursos radicais e, em especial, das tecnologias, das estruturas de mobilização e das memetizações, que protestos feito o *Occupy* mostraram como utilizar.

Ao lado de figuras como Aleksandr Lukashenko (26 anos como Presidente da Bielorrússia), Vladimir Putin (de 1999 à atualidade, como Primeiro-Ministro ou Presidente da Rússia), Bashar al-Assad (Presidente da Síria há 20 anos) e Recep Tayyip Erdogan (11 anos como Primeiro-Ministro e 9 anos como Presidente da Turquia), passaram a ocupar as manchetes Boyko Borisov (Primeiro-Ministro da Bulgária, de 2009 até hoje, com pequenos intervalos), Viktor Orbán (Primeiro-Ministro da Hungria, desde 2010 e, antes, entre 1998 e 2002), Nicolás Maduro (Presidente da Venezuela, de 2013 para hoje), Narendra Modi (Primeiro-Ministro da Índia, de 2014 em diante), Rodrigo Duterte (Presidente das Filipinas, desde 2016), Mateusz Morawiecki (Primeiro-Ministro da Polónia, de 2017 ao presente), Sebastian Kurz (Chanceler da Áustria entre 2017 e

2019, depois, de 2020 a 2021), Andrej Babiš (Primeiro-Ministro da República Tcheca, de 2017 a 2021), Jair Bolsonaro (Presidente do Brasil, de 2019 a 2022), Giuseppe Conte (Primeiro-Ministro da Itália, de 2018 a 2020) e Donald Trump (Presidente dos EUA, entre 2016 e 2020).

Embora as circunstâncias que os levaram ao governo sejam absolutamente distintas entre si, existem afinidades (bastante perceptíveis) de falas e de ações políticas. Elementos como a rejeição à imprensa tradicional ou, mesmo, a criação de agências para divulgação de notícias paralelas (propositalmente falsas, algumas vezes), a exortação constante contra ‘inimigos do povo’ (a embarçar o governo a cumprir suas promessas), a tentativa de desacreditar outras instituições (Tribunais, organismos de fiscalização e até Parlamentos), a campanha interminável ‘contra a corrupção’ (inclusive num sentido de deslegitimar políticas de governos anteriores), entre outros (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018).

Esses elementos, contudo, não são monopólios da extrema-direita. Os repertórios de ação popularizados pelos protestos da década anterior podem e devem ser articulados também pelo centro e pela esquerda. A tática *Blackblock* de confrontação e de resistência, por exemplo, envolve muito simbolismo: participantes vestidos de modo parecido e a exalar coragem nos encontros com a polícia. Uma releitura dessa tática decanta no *Mouvement des gilets jaunes*, em França, desde 2018. A ética *hacker* dos *Anonymous*, de modo semelhante, envolve muita dramatização: máscaras de *Guy Fawkes*¹³⁹ a cobrir todos os rostos, atuação como enxame digital (HAN, 2018b) e abertura de códigos secretos pelo mundo, especialmente o mundo virtual. O adereço de rosto se tornou um *souvenir* político de rápido reconhecimento, sendo utilizado em 2019, por exemplo, nos protestos de estudantes pelo Chile, Iraque e Hong Kong. A ‘face igual’, para lugares diferentes, atua como se expressasse ‘sentimentos iguais’, na medida em que o rosto é um dos principais artefatos éticos (LÉVINAS, 2008).

Essa inspiração de que a política é realizada em torno de grandes símbolos (JUNG, 2016) e que é possível criar um espaço de reconhecimento em torno deles ou

¹³⁹ Cada 5 de novembro, no Reino Unido, celebra o “Dia de Guy Fawkes”, a lembrar a morte do rebelde inglês que tentou, sem sucesso, explodir o Parlamento em 1605. Uma espécie de caricatura de seu rosto tornou-se símbolo de insurreição, utilizada, por exemplo, no filme “V de Vingança” (do realizador James McTeigue, 2005) e no seriado “La Casa de Papel” (idealizado por Álex Pina, 2017-2021).

valer-se deles para lutar por dias melhores, sem a necessidade de eliminar os símbolos dos outros, é um resgate importante dos movimentos e dos protestos como o *Occupy*. Num instante em que várias ideologias tendem à fragmentação (separando pequenas lutas de cada identidade), pode ser uma lição de comunicação – enquanto corresponsabilização – notar que os grandes símbolos permanecem vivos e podem ser ativados, desde que haja uma estrutura mediática condizente para mobilizar atenções e gostos.

A revista canadiana *Adbusters*, quando, em sua edição de julho de 2011, convocou suas leitoras e seus leitores a “ocupar” *Wall Street*, afirmou que se trataria de uma “ocupação pacífica” para protestar contra a *influência empresarial na democracia*, uma *crecente disparidade na riqueza* e a *ausência de repercussões legais por trás da crise financeira global*. Essa foi a centelha. Esses eram os grandes símbolos ativados para a luta. Qualquer indivíduo ou grupo social minimamente preocupado com alguma dessas temáticas poderia se juntar à “ocupação”. E, de fato, desde membros do *Tea Party* (partido de extrema direita e conservador dos EUA) até anarquistas da *Direct Action Network* (DAN), passando por trabalhadores dos quadros da *Industrial Workers of the World* (IWW) compareceram e concordavam com aquelas discussões.

Neste sentido é que um protesto dessa magnitude seria uma *fissura* nos sistemas hegemônicos: os diversos indivíduos e grupos sociais participantes ordinariamente não estariam alinhados. Cada um tentaria, com mais ou menos êxito, arranhar as estruturas das narrativas dominantes dos sistemas econômico e político, a seu estilo. Mas, naquele instante do protesto, podem se agregar em torno de pontos que, em síntese, podem ser entendidos como uma discordância essencial com o estado de coisas marcado pela oligarquização e pela plutocratização do Poder.

A complexidade e o tamanho das sociedades contemporâneas não permite, ao jeito do século XX, que os *media* procurem homogeneidade, uma opinião pública única, num consenso manufaturado (LIPPMANN, 2010). Mas isso não tem a ver com a escolha de determinados símbolos e lemas que possam sintetizar, ainda que temporariamente, as lutas emancipatórias. O sistema político hegemônico, ao ‘des-presentar’ mais interesses que, propriamente, ‘representar’, já atua numa fórmula constante de homogeneização (acima de tudo daqueles interesses coletivos e ‘vindos de baixo’),

como se as classes menos abastadas social e economicamente ‘quisessem sempre a mesma coisa’, diferente das classes mais ricas, que exibiriam peculiaridades. Sendo esse o caso, a eleição de algumas pautas agregadoras, dentro das marés de diferenças, é uma estratégia mediática útil.

O *Occupy*, para inquietação de muitos críticos, elegeu problemáticas abrangentes, que aglutinassem mais que dividissem atenção. O dissenso era organizado na própria essência consensual do protesto, nas assembleias. À estanqueidade ou impermeabilização do sistema representativo, que divulga a imagem de não ter muitos furos por onde passarem os fluídos ‘vindos de baixo’, os protestos aceleram o ponto de uma pressão-limite, em que extravasam ideias e práticas alternativas.

Nas tribos morais (GREENE, 2018) e na cultura hiperconetada (JOHNSON, 2001) do século XXI, a ilusão de que “dos enxames digitais seriam formados coletivos politicamente responsáveis” se desfez por completo (HAN, 2022). Os seguidores, na arquitetura dos algoritmos, foram adestrados e despolitizados. À “infocracia” que impõe uma “cognição cultural” (KAHAN e BRAMAN, 2006), isto é, mecanismos sociais e psicológicos que transmudam orientações culturais (étnicas, religiosas, regionais, etc.) em crenças factuais, relativizando o valor de verdade de qualquer objeto ou assunto, os movimentos e protestos opõem uma nova profundidade de democracia: tomam o papel de “cão de guarda” (*watchdog role*) das liberdades que um dia terá pertencido à imprensa¹⁴⁰ (OLIEN, TICHENOR e DONOHUE, 1989). Movimentam informações, concentram atenção, geram debates que furam as bolhas da *internet*, ocupam espaços

¹⁴⁰ A passagem completa: “relatar as disparidades sociais está no cerne da crença de que a mídia é um “Quarto Poder” desempenhando um papel de cão de guarda na sociedade. Essa ideia remonta às visões europeias dos séculos XVII e XVIII, muitas vezes atribuídas a Edmund Burke e Thomas Carlyle, de que os parlamentos, a nobreza e as agências religiosas nunca podem representar perfeitamente todas as classes, interesses, desigualdades e matizes de opinião (Carlyle, 1841; Boyce, 1978). Nessa concepção, a imprensa é um canal necessário, independente dos demais estamentos e uma válvula de escape para tensões sociais”. Tradução livre de: “reporting social disparities is at the heart of the belief that media are a “Fourth Estate” performing a watchdog role in society. This idea traces back to 17th and 18th century European views, often attributed to Edmund Burke and Thomas Carlyle, that parliaments, the nobility, and religious agencies can never perfectly represent all classes, interests, inequalities and shades of opinion (Carlyle, 1841; Boyce, 1978). In this conception, the press is a necessary channel, independent from the other Estates and a safety valve for social strains”. Cf. OLIEN, Clarice N. TICHENOR, Philip. J. DONOHUE, George A. *Media and Protest*. In GRUNIG, Larissa A. (ed.). **Environmental Activism Revisited: The Changing Nature of Communication through Organizational Public Relations, Special Interest Groups and the Mass Media**. Monographs in Environmental Education and Environmental Studies, Volume V, 1989, pp. 25-39.

nos jornais, nas rádios e nas TVs, provocam reflexões morais (nas sensibilidades) que convocam atitudes. Formam, portanto, um *medium* tão eficaz quanto qualquer outro, mas com um poder de agenda diferente de todos os outros.

Capítulo 4. Presença que lança uma comunidade



Protest Song
Médine

© 2013 Din Records/Because Music

Poderíamos considerar a arte como ferramenta importante na fabricação de uma multiplicidade de subjetividades, contanto que ela mantenha viva sua capacidade de afetar, que ela articule nossos pensamentos e expanda nossa potência de criar sentidos para o mundo. Que sejam eles sentidos enviesados, turbulentos ou meditativos, corpóreos ou etéreos. Que seja a arte ancorada em políticas cotidianas (...) ou que seja ela apenas plena da vibração que brota de um sentir estético, sensorial. De qualquer modo, que através da arte seja mantida nossa capacidade de estranhamento e de uma afetividade que não desiste da vida.

Katia Canton (2013)

O economista Jeffrey Sachs, em 12 de novembro de 2011, escreveu para o *New York Times* uma coluna de opinião com o título “O novo movimento progressista”¹⁴¹. Nas suas palavras: “o *Occupy Wall Street* e seus movimentos aliados em todo o país são mais que um passeio no parque. Eles são, muito provavelmente, o início de uma nova era na América”. Sachs relembra o quanto a história se move em oscilações longas, pelo que os EUA ainda estavam por deixar a Era Reagan, um período de 30 e poucos anos, nos quais os rendimentos da franja 1% (um por cento) mais rica da população cresceram, enquanto os outros 99% (noventa e nove por cento) sofriam com desemprego e estagnação da renda.

¹⁴¹ The New York Times. Opinion. **The new progressive movement**. Jeffrey D. Sachs. 12.11.2011.

“A juventude no *Zuccotti Park* e em mais de 1.000 cidades abriu um caminho para a renovação”, diz Sachs. O próximo intervalo histórico, segundo o autor, deveria contar com essa juventude e suas estratégias de ativismo junto a consumidores, estudantes, empresários, acionistas e políticos. Imprescindível, ainda, seria construir uma plataforma de políticas públicas e disputar cargos eletivos, dizia o economista, especialmente a partir de três pontos centrais da nova agenda, exposta pelo *Occupy* nas ruas: “taxar os ricos, acabar com as guerras e restaurar uma governança honesta e efetiva para todos”.

Essa geração de candidaturas frescas e destemidas deveria procurar a vitória não por meio de campanhas financiadas por grandes corporações, mas por um intenso trabalho nas redes sociais. O autor previa que essa “nova geração de políticas e políticos provaria que era possível vencer com *YouTube*, *Twitter*, *Facebook* e *blogs*, mais que com anúncios televisivos financiados por grandes empresas”, o que poderia “liberar *Washington* do seu estado de corrupção endêmica”. Essa “geração de líderes” começava ali, em 2011. Uma ‘era’ que poderia virar as costas aos “super PACs”¹⁴² e aos polpudos cheques de campanha.

Sachs não sabia, na altura, mas faltavam apenas três dias para que o *Occupy* sofresse despejo por parte da Prefeitura de Nova Iorque. A força policial, na madrugada de terça, 15 de novembro de 2011, chegou ao acampamento em grande número, a fim de que a ação pudesse ser tão rápida quanto possível.

A partir disso, as palavras do economista ganhavam um tom profético: “esse novo movimento progressista marca o início de uma nova era na América”. Passados mais de 10 (dez) anos, que presença o *Occupy* ainda conta (seja cultural, mediática, política)? Será que houve uma “geração de candidaturas [políticas] frescas e destemidas”, afinal? Teria o *OWS* dinamizado qualquer senso de urgência na “juventude norte-americana”? Como as instituições democráticas ocidentais podem receber as narrativas que reverberam a partir daquele protesto e, na sequência, movimento?

¹⁴² Ver nota n. 65. Nos EUA, o acrônimo PAC refere-se a *Political Action Committee*, uma organização ou pessoa jurídica que, de acordo com a Seção 527 do Código de Imposto de Renda dos EUA, é isenta de uma parcela de impostos por doar recursos a campanhas ou a candidaturas políticas. “Super PACs” é a expressão popular para as empresas que são as maiores doadoras e, com isso, influenciam as eleições, as legislações e as políticas públicas norte-americanas.

4.1 *É preciso, antes de tudo, abrir espaço*

Embora seja virtualmente impossível estabelecer um único padrão sobre o funcionamento, os objetivos e as conquistas dos protestos e movimentos sociais, talvez seja razoável concordar que, no mínimo, essas agitações unem pessoas, discursos, mentalidades, recursos, sonhos, *etc.* em torno de causas ou de preocupações *comuns*. Em outras palavras, é possível dizer que, seja de maneira efêmera ou duradoura, *protestos e movimentos sociais lançam comunidades*. Suas reivindicações e propostas abrem lugares (materiais ou imateriais) de interesses compartilhados e, muitas vezes, com tal vigor, que a identidade coletiva gerada passa a adjetivar quem participa: feminista, ruralista, antirracista, ambientalista, comunista, *etc.*

Assim, embora infinitamente variadas em discursos, iniciativas e repertórios, as ações coletivas de protesto tendem a abrir um espaço novo (DIRLIK, 1999; DAHLIWAL, 2012; HAMMOND, 2013): confrontam a realidade estabelecida, a fim de criar um lugar onde caibam *outras* negociações, *outros* debates, *outras* resoluções e, mesmo, *outros* conflitos – diferentes daquelas e daqueles já trivializados, ‘normalizados’ e supostamente resolvidos pelas ideologias e práticas hegemônicas. A propósito, é importante marcar aqui, como faz Butler (2015a; 2015b), que os sujeitos coletivos e as respectivas identidades coletivas ‘relatam a si’ e ‘constroem a si’ enquanto “agências cindidas”, iniciativas permeadas pela alienação às normas hegemônicas, que inauguram sua reflexividade e sua pretensa autonomia no instante mesmo de lutar contra “condições de vida que não escolheram” (BUTLER, 2015b, p. 31). Novos sujeitos coletivos podem surgir, então, no exato momento em que se fazem *presenças* nas ruas ou nas redes sociais, por exemplo. Agências coletivas “constituindo-se *no ato e através do ato*” de estar em público a protestar (BUTLER, 2015a, p. 245) e não antes, como se fossem identidades coletivas pré-definidas.

Há uma certa tradição ontológica ocidental que tem dificuldade com essa noção, de um *nós* que se compõe instante a instante, na própria nomeação política identitária (CALLON, 2006). Para essa ontologia, que se poderia dizer *fundacionista*, (i) “só se pode estabelecer a ação mediante o recurso a um *eu pré-discursivo*, mesmo que esse *eu* se encontre no centro de uma convergência discursiva”; e (ii) “ser *constituído*

pelo discurso significa ser *determinado* por ele, com a determinação excluindo a possibilidade de ação” (BUTLER, 2015a, p. 246). Existem, no entanto, outras possibilidades, que se poderiam dizer *pós-estruturalistas*, de compreender “a criação despossuída e fissurada de um sujeito, de uma identidade e de sua capacidade de ação” (BUTLER, 2015a, p. 245). A construção de uma *comunidade* se desenvolve mediante processos de significação incontroláveis, de fronteiras instáveis, com operações indeterminadas e, por isso, no caso de protestos e movimentos sociais que exibem uma política prefigurativa, como o *Occupy*, a performatividade oferece um quadro de relativa estabilidade aos sentidos partilhados durante os eventos. As paisagens e os repertórios que contribuíram para que a presença coletiva ‘ganhasse corpo’ passam a representar *nós*, também – não um *nós* de um plural subjetivo –, mas no sentido de ‘protuberâncias’ ou ‘saliências’ daquela identidade coletiva. Há uma *nodosidade ontológica* (BUTLER, 2015a; 2015b) das comunidades formadas com os seus eventos de origem.

Apesar desses termos que parecem tirados de uma filosofia pós-moderna qualquer, é interessante perceber que essa necessidade de produzir um contexto ou de abrir um espaço para a reflexão que fuja do anteriormente padronizado é tão velha quanto a própria política (ou a democracia, em particular). A política surge, nas palavras de Ortega y Gasset (2016), como “abertura de uma clareira humana em relação ao mundo geobotânico envolvente”, ou seja, o elemento humano inventa, para si, uma redoma imaterial – a *polis*, a cidade – para que se debatam e se conciliem, eventualmente, (seus) interesses. A Natureza é entrecortada por um impulso de diálogo entre iguais que sobrevivem de modo coletivo: forma-se uma nova comunidade, imaginada, artificial, que interrompe a força das comunidades biológicas, para discutir os termos da cooperação entre seus participantes.

Essa, aliás, é a grande distinção da Grécia clássica (do século V a.C., no auge), quando comparada a outras civilizações antigas. O Egito Antigo, a China Antiga e a Índia Antiga, por exemplo, todas culturas bastante desenvolvidas (cada qual a seu modo), estruturaram suas instituições e suas relações de poder entre indivíduos em torno da religião, da agricultura e do parentesco. Seus cenários eram dominados, essencialmente, por lideranças monárquicas e teocráticas. Atuavam num espaço aberto, numa área relaxada no tempo, uma zona em que o mundo natural e o mundo

sobrenatural determinavam as escolhas tanto quanto (ou mais que) as ações especificamente humanas. A *Éllada*, diferentemente, criou a *praça*. Abriu essa fenda na exuberância da Natureza e das esferas de ascendência de Deusas e de Deuses. Construiu um palco em que humanos não estivessem submetidos a quaisquer outras forças, a não ser as forças de seus próprios temperamentos e argumentos.

Esse processo de transformação de *locais* (quaisquer terrenos) em *lugares* (sítios plenos de significados) eternizou a Antiguidade Grega e, depois, a Romana. Houve a compressão do tempo e do espaço distendidos do mundo vegetal e animal em tempos e espaços tensos, repletos de dramas humanos. A passagem das horas e a medida das distâncias, quando influenciada pelas estrelas, pelas árvores e pelo comportamento dos outros seres, poderiam ser enunciadas no singular – havia *um* tempo e *um* espaço. Quando as narrativas humanas se enlaçam, os parâmetros se tornam plurais – temporalidades e espacialidades, construídas por cada comunidade humana de uma maneira. Assim, os problemas, que sempre existiram, ganharam um território onde puderam ser discutidos e, com alguma sorte, resolvidos. Esse espaço seria não apenas uma colina da cidade, designada mitologicamente (uma *Pnyx* de Atenas), mas uma zona simbólica, fertilizada e legitimada pelo debate (um Senado de Roma), independente do prédio ou do endereço.

Essa epifania do mundo antigo, de que a política é também a criação de um espaço (físico, mas, sobretudo, imaginário ou simbólico), exerceu ascendência, muitos séculos depois, na própria noção de Estado. Tanto que, de modo retrospectivo, diz-se que as cidades gregas e italianas eram ‘cidades-Estado’. O território se configura um dos elementos essenciais do conceito de Estado, na Modernidade. Uma população (ou, como a Ciência Política prefere, um povo), que se confere um governo (isto é, que elabora um poder de administração de uns sobre outros), não é soberana (não dita ou impõe suas normas, sem restrições) em todos os espaços, mas num determinado limite geográfico. Portanto, sem o confinamento a uma espacialidade, a política seria um pensamento ainda mais complexo e, no fim das contas, essa é uma das maiores dificuldades atuais quando se teoriza a soberania: perceber qual seria o confinamento espacial num mundo ‘que se quer um só’.

O conceito de soberania sempre chamou a atenção para o controlo – não somente o contorno – do território. Na sequência da criação do espaço, que coorigina a política e a comunidade, surge a disputa por esse lugar, que é, no fundo, a disputa pelo imaginário dentro dele. Quem produzirá as normas para o território ocupado por essa comunidade? Paul Virilio (2006) aponta o quanto a política sempre foi o controlo da velocidade dentro de um espaço – o domínio sobre o ritmo das permanências e das mudanças. A *dromocracia* é o regime político inerente a qualquer comunidade humana: alguém (ou um grupo ou tantos quantos puderem) buscará dirigir não apenas o horizonte da mudança, mas a velocidade com que ocorrerá.

No exemplo dos movimentos sociais e de protestos, ao impulsionarem tendências, atitudes, rituais, símbolos, patrocínios e outras energias sociais, económicas, culturais, éticas, religiosas, *etc.*, abrem um vão político para ampliar o registo do real, aquilo que conta ou que é visível em determinada época e em determinado território. Como diria Virilio (2006), a velocidade com que essa fenda é aberta e, no instante seguinte, passa a se expandir, é tão fundamental quanto a força de perfurá-la.

4.2 A comunidade transtemporal

O exemplo do *Occupy* é paradigmático quanto a esse ato fundador de uma comunidade aliar território, imaginário e ritmo. No instante de sua aparição, conquanto o protesto estivesse a ser planejado por bons meses, não exhibia, propriamente, uma identidade coletiva, mas linhas de força, princípios gerais. A partir do exercício de assembleias, duas vezes ao dia, a negociação de manifestos, de narrativas, de publicações, de símbolos, de frases de efeito, de publicidades em redes sociais, de artigos de opinião em revistas e jornais, *etc.*, passou a densificar, gradativamente, a face do *OWS*. A fissura que traduzia, especialmente naquela morada, no meio do distrito financeiro mais imponente do mundo contemporâneo, era enorme. Um parque ordinário se tornava uma espécie de *ágora* (DUPUIS-DÉRI, 2019).

A paisagem daquele bairro, nesse jogo de transformação do ordinário em extraordinário, tornou-se produto de tensões, conflitos identitários, novos

geossímbolos (MACIEL e BARBOSA, 2013). A luta pelo espaço de reivindicação, a “estrutura de oportunidade espacial” (CAO, 2017, p. 3162), para o *Occupy*, significava muito: porque era não apenas um protesto organizado *no espaço*, mas também *sobre o espaço* (HAMMOND, 2013, p. 501) como seu próprio nome antecipava. A cena montada pelo *Occupy* entrelaçava política e cultura popular num local onde, antes, somente a economia era percebida. De maneira que o lugar daquela nova comunidade, que se encravava na anterior, ganhava outra profundidade histórica e geográfica. A praça se convertia, pela primeira vez, em unidade política vibrante, que assimilava memórias alternativas, que sedimentava imaginações coletivas, que cristalizava hábitos individuais diferentes dos ‘normalizados’ para aquele espaço. O *Zuccotti Park* carregaria, a partir daquele instante, um “projeto de civilidade e de democracia” que o reformulava enquanto síntese de novos “potenciais de vida social” (MACIEL e BARBOSA, 2013, p. 266). Em uma expressão: o *Occupy* criava uma comunidade que, pouco a pouco, fez do *Zuccotti Park* uma “metonímia geográfica” (*ibidem*).

Entre outras marcas indeléveis, as ‘placas de regras’, afixadas no parque, antes e depois de 2011, não mentem. Até novembro de 2011, uma placa bastante lacônica: “nenhum *skate*, patinação ou ciclismo é permitido no parque” (*no skateboarding, rollerblading or bicycling allowed in the park*). Só e somente só. De 2012 em diante, uma “ágora-fobia” (DUPUIS-DÉRI, 2019) que não se disfarça:

AVISO

O *Zuccotti Park* é um espaço de propriedade privada projetado e destinado ao uso e desfrute do público em geral para *recreação passiva*. Para a segurança e usufruto de todos, são proibidos os seguintes tipos de comportamento no *Zuccotti Park*:

- acampar e/ou a montagem de tendas ou outras estruturas;
- deitar-se no chão ou em bancos, áreas de estar ou passadiços que interfiram com a utilização de bancos, áreas de estar ou passadiços por terceiros;
- a colocação de lonas ou sacos de dormir ou qualquer outra cobertura na propriedade;

- armazenamento ou colocação de bens pessoais no solo, bancos, áreas de estar ou passeios que interfiram com a utilização de tais áreas por terceiros;
- o uso de bicicletas, *skates* e patins;
- remoção de objetos dos recipientes de lixo”¹⁴³.

A placa bem poderia ser trocada por “*Occupy never more*”. A suspeita, entretanto, é que, se a indignação ativar alguém de novo, essa placa será o de menos. Vê-se que a paisagem é tornada “imagem-força” de uma estratégia de afirmação identitária (MACIEL e BARBOSA, 2013, p. 276) que inicia na escala da cidade, ampliando-se, porém, até alcançar o mundo inteiro (*urbi et orbi*). As cenas simbólicas de construção de uma nova comunidade (MONGIN, 2009), passadas naquele lugar, balizam uma “geografia existencial do espaço público” (MACIEL, 2004). A gradual definição daquele sujeito coletivo coincide com a elaboração de uma “retórica da paisagem”, isto é, do legado de narrativas e de imagens fixado àquele cenário da cidade, que passa a evocar e a ativar imaginários coletivos (MACIEL e BARBOSA, 2013, p. 263). Ainda que a placa trate de ‘proibições’, deixa tatuada a história, ao falar de “acampamento”, “montagem de tendas”, “colocação de lonas e sacos de dormir na propriedade”.

O certo é que, quem visita Nova Iorque, hoje, não passa pelo *Zuccotti Park* como “um local de consumo e lazer”, como desde 1968 parecia destinado a ser, mas sim como um ponto de memória, “um lugar de reivindicação política” (CAO, 2017), transformado desde os eventos de 2011. Na *wikipedia*, aos termos de pesquisa “*Zuccotti Park*” retornam escritos sobre a história daquela simpática localidade, havendo um tópico destacado sobre o protesto que passou dias e noites por lá. Aproximadamente um terço do conceito gravado para o parque, naquela enciclopédia colaborativa, é, agora, relacionado ao OWS.

¹⁴³ Cf. foto nos Anexos. Tradução livre de: *Notice. Zuccotti Park is a privately-owned space that is designed and intended for use and enjoyment by the general public for passive recreation. For the safety and enjoyment of everyone, the following types of behavior are prohibited in Zuccotti Park: camping and/or the erection of tents or other structures; lying down on the ground, or lying down on benches, sitting areas or walkways which interferes with the use of benches, sitting areas or walkways by others; the placement of tarps or sleeping bags or any other covering on the property; storage or placement of personal property on the ground, benches, sitting areas or walkways which interferes with the use of such areas by others; the use of bicycles, skateboards and roller blades; removal of objects from trash receptacles.*

No conhecido sítio eletrônico *Tripadvisor*, maior plataforma de dicas de viagens do mundo¹⁴⁴, uma das opções turísticas de Nova Iorque é o “*Occupy Tour*”, um passeio pela baixa Manhattan, ao preço de US\$ 45,00 (quarenta e cinco dólares estadunidenses), guiado por Michael Pellagatti¹⁴⁵, descrito como “alguém intimamente envolvido com o *Occupy Wall Street* e outros movimentos de justiça social”¹⁴⁶. O *tour* envolve, entre outras, uma parada com a seguinte descrição: “a parte principal da excursão será realizada no *Zuccotti Park*, onde nasceu o movimento *Occupy*. Vamos retrazar onde estavam localizadas todas as estações de trabalho e baseados todos os grupos de afinidade, e discutir sobre o impacto que o *Occupy* deixou na sociedade e no mundo”¹⁴⁷.

É enganoso pensar que essa duração do fenômeno tenha a ver, unicamente, com finalidades comerciais e seja coisa típica da atualidade (ou que o fenômeno tenha ricocheteadado contra si próprio e decaído a mercadoria capitalista). A transformação do ordinário em extraordinário, num dado ambiente e num dado território, era já uma alquimia consolidada no mundo antigo. Como as Antiguidades grega e romana, por exemplo, moldaram as práticas institucionalizadas que chegaram até ao século XXI (democracia, república, direito, arte, etc.)? Uma parte considerável da resposta terá a ver com o quanto, antes de mais nada, imprimiram, nas suas descendências, um *gosto* e uma noção peculiar de cada conceito: do justo, do belo, do bom, do verdadeiro, do ético, do útil. Em uma palavra, transmitiram uma *estética*. Incutiram no coração de sua posteridade um sentimento, uma sensação, um jeito de perceber o outro e o derredor. E esses padrões – ou esses imaginários – é que sustenta(ra)m, por milênios, aquelas instituições.

O ‘movimento’ (tanto a contestação quanto a cinética daquela gente toda) buscava produzir sentidos. Anunciava, de logo, que a revolução – se houvesse uma –

¹⁴⁴ Mais de 850 (oitocentas e cinquenta) milhões de opiniões coletadas a respeito de quase 9 (nove) milhões de propriedades em 116 (cento e dezesseis) mil destinos diferentes no planeta. No total, o *site* possui mais de 460 (quatrocentos e sessenta) milhões de usuários únicos por mês.

¹⁴⁵ Ver foto desse “*radical tour guide*” nos Anexos.

¹⁴⁶ Cf. a página do *Tripadvisor* https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g60763-d20232108-Reviews-Occupy_Tour_NYC-New_York_City_New_York.html.

¹⁴⁷ No original, em inglês: “the meat of excursion will be conducted at Zuccotti Park where the Occupy movement was born. We will retrace where all the work stations and affinity groups were based at, and have a discussion about the impact Occupy left on society & the world”.

seria mais ontológica que organizacional. Uma intuição, no fim das contas, de que as revoluções vencem quando mudam as sensibilidades e os comportamentos, não simplesmente quando dobram as autoridades constituídas em certo instante. Alcançar a mudança prolongada e não o mero atendimento da demanda. A autêntica “metamorfose do mundo”, na expressão de Ulrich Beck (2017), não se reduziria a modificar uma lei ou criar um partido visando a uma cadeira parlamentar.

Assim como Roma e Atenas, no seu apogeu, ensinaram: as transformações estéticas é que têm aptidão de durar. Os bárbaros podem ter vencido a batalha (campal), mas, ao que tudo indica, não venceram a guerra (cultural)¹⁴⁸. Longe disso, aliás. Por séculos, tiveram de incluir e de mesclar várias latinidades e helenismos em suas tradições mais estabelecidas. No caso do protesto, refazer hábitos, sugerir pensamentos, insinuar uma nova cultura, reformular gostos, enfim; isso garante uma efetividade presumidamente maior que uma qualquer exigência superficial ao governo de plantão. Ainda que o processo seja bastante mais lento (bem que Roma não foi construída em um dia!).

É assim que o protesto vivifica ideias antigas (literalmente, Antigas) com uma política nova. Aqui, não se sabe com que qualificativo – o novo poderá ser Moderno ou, dirão alguns, pós-Moderno. E essa noção de ‘uma comunidade que resiste ao tempo’, embora tenha reminiscências gregas, no ideal da *polis* fundada sobre a razão e a justiça (configurando-se, portanto, numa ‘cidade atemporal’), foi agudamente trabalhada pelas igrejas, na Idade Média europeia.

Em vez de um princípio a-histórico – justiça, razão ou glória, como na Grécia Antiga – as religiões formaram suas comunidades na perspectiva da *graça* (do poder da benção) e da *vontade* (do Criador, em especial, mas também das criaturas). A comunidade (e não à toa, *ekklesia*, a principal assembleia da democracia ateniense, gerou o nome *igreja*), aqui, nas religiões, é a comunidade ‘confessional’. Não é a comunidade ‘deliberativa’ dos gregos, na qual o discurso aproxima uns dos outros, e, sim, aquela que utiliza a confissão como ato paradigmático de aproximar cada um de

¹⁴⁸ Tanto assim que, até hoje, diz-se “vandalismo” da “destruição ou mutilação do que é notável pelo seu valor artístico ou tradicional”. In Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [online], 2008-2020, <https://dicionario.priberam.org/vandalismo> [consultado em 8.1.2021]. Isto é, os povos nórdicos que venceram Roma se tornaram sinônimo de danificar bens públicos ou privados, de selvajaria.

Deus. É formada a comunidade que confessa a si e a sua fé, ligando o indivíduo ao sagrado, por temor e por gratidão.

Nesse sentido, a comunidade religiosa serviu de exemplo, no ocidente, a respeito de como uma vontade fundadora que transcende o tempo (a vontade de Deus) poderia funcionar como uma espécie de autorrevelação (sagrada) coletiva (KAHN, 2006, p. 261). Essa concepção de uma comunidade que partilha uma vontade comum, portanto, começa na igreja; depois, torna-se central para o ocidente, quando solidificada na ideia de Estado e, por decorrência, nas ideias de soberania, nacionalismo, patriotismo, lealdade a um território, dever para com rituais e símbolos imaginados pela comunidade e assim por diante. Uma comunidade política seria, a partir de então, uma estrutura organizada em torno de uma vontade fundadora, de uma vontade mantenedora (de coesão e latência) e, eventualmente, uma vontade expansiva (que procure alargar a coletividade original). A constituição e a soberania reificam essa vontade comum da ‘nação’.

Os protestos e movimentos terminam por beber dessas mesmas fontes históricas e filosóficas. Estando no ocidente, por mais distante das raízes clássicas, por mais desencantado que o mundo esteja e por menos religioso que pareça, alguns resquícios profundos daqueles conceitos ficam. Aquela operação metafísica da vontade na construção de uma autocompreensão da comunidade é um dos exemplos mais bem acabados. A constituição e a soberania nacionais podem ser percebidas como pontos de fé da comunidade em si mesma (KAHN, 2006, p. 270), a atualizar a milenar frase *Vox Populi, Vox Dei*, através do poder constituinte do povo e do soberano popular.

Esses ecos atávicos da religião também ajudam a compreender a retórica política em torno do ‘sacrifício’ – cada qual precisa se doar pelo Estado ou pelo movimento – ou a importância do conceito de ‘reforma’ enquanto método de resolução de conflitos por absorção das tensões (VOEGELIN, 2014, p. 156).

De qualquer modo, por agora, a categoria sob análise é essa de um sujeito coletivo que se constrói pelo ato confessional de muitos, em união, imbricados a uma vontade fundadora superior a cada um. A ‘eclésia’ que se projeta, indefinidamente, no tempo, porque seu propósito não se revela por inteiro no ato de fundação, mas é desdobrado, dia após dia, como desenrolar de uma história da comunidade. Por esse

ângulo é que uma população europeia de 2023 – a portuguesa, por exemplo – é capaz de confessar-se a si própria ('relatar-se') como aquela originada em 1139, quando o Condado Portucalense é remodelado e feito Reino de Portugal. Quaisquer causalidades existentes nesses mais de 880 (oitocentos e oitenta) anos entre os indivíduos que atualmente vivem na República de Portugal e aqueles dos primeiros dias do Reino de Portugal, serão menores que a *vontade de pertencimento a essa comunidade*. Há uma decisão de participar da mesma identidade coletiva, mantendo suas fronteiras geográficas (desde 1297) e contando ou recontando memórias consideradas significativas à existência e manutenção da comunidade.

A ideia de resiliência num ecossistema social é graficamente representada por uma faixa de Möbius, a fluir de modo contínuo entre “revoltas” e “memórias” (HOLLING, 1992). As revoltas são instantes de mudanças drásticas, em crescimento ou decréscimo do sistema; enquanto as memórias traduzem oportunidades para conservar e reorganizar energias. Não é possível viver numa revolta sem-fim, uma vanguarda eterna, porque todos os pontos em comum entre indivíduos e grupos sociais seriam perdidos – a originalidade da linguagem precisa de alguns limites, encontrados no cotidiano político. Também não seria possível viver numa reação sem-fim, uma espécie de memória eterna, porque isso faria perder os sentidos de liberdade e de criatividade que fertilizam a vida nas sociedades ocidentais. Não haveria motivo para comunicar sem informações novas. É por isso que uma comunidade se estabiliza, na verdade, como tensão. Sua sustentabilidade é um processo, não um adquirido: lembrar o que é essencial, ou conservar, nunca vão impedir de esquecer o velho ou de decidir por novos hábitos e novos símbolos. Essas transformações, que ocorrem de maneiras imprevisíveis, é que tornam a vivência social uma dinâmica, um “ciclo em perpétua adaptação” (GUNDERSON *et. al.*, 1995; CARPENTER e GUNDERSON, 2001).

Um protesto ou movimento social também irradia esses efeitos. Primeiro, considerando que o volume de influência que obtém – seja instantânea, seja progressivamente – não surge por uma causalidade estrita, e, sim, muito mais por uma decisão: há sujeitos individuais e coletivos que almejam fazer parte da descendência daquela comunidade lançada nos primeiros dias das performances contestatórias. Portanto, o ecossistema criado pelo protesto funciona ao jeito de uma comunidade

transtemporal, resiliente, que relata a si mesma, na adesão às ideias fundadoras. Segundo, porque os protestos conjugam linguagens de ‘revolta’ e de ‘memória’, ao mesmo tempo, tal como qualquer sistema social. Se não houvesse algo novo por tentar, alguma razão para mudar a sociedade, não seria compreensível a revolta; assim também não seria compreensível, por outra razão, se não houvesse um ponto em comum quanto ao passado, se não houvesse uma lembrança a resgatar ou um direito a conservar.

Essa gangorra entre o fluxo e o fixo, como colocou Foucault (2004), entre a potência inovadora da estética (a pulsão por um outro gosto) e a potência estabilizadora da política (a pulsão por controlar as mudanças), decanta-se em “comunidades epistémicas” (LIPSCHUTZ e ROWE, 2005). Isto é, todos os conhecimentos, as estratégias, as táticas, as técnicas, enfim, todo o *know-how* envolvido no protesto, bem como as sensibilidades que pôde aguçar, transbordam o presente e alcançam o futuro, a partir de atitudes de pessoas e grupos influenciados, direta ou indiretamente. Há um desdobramento do movimento (*movement spillover* [MEYER e WHITTIER, 1994]), de suas hipóteses (BADIOU, 2012), de suas resistências, para outras cenas, outros contextos e outros personagens, tempos depois.

4.3 Depois de abrir espaço e projetar-se no tempo, o que ocupar?

Pensar em termos de *social movement spillover* – essa influência que os protestos e movimentos sociais têm noutras narrativas sociais, a partir de caminhos insuspeitos – oferece uma alternativa ao “modelo clássico de crescimento e transformação dos movimentos”, que previa uma tendência de burocratização deles. Dizia-se que, mais cedo ou mais tarde, uma organização de movimento social tenderia a especializar-se, a hierarquizar-se, a estruturar-se de modo conservador e, por via de consequência, tenderia a substituir seus objetivos mais fortes em favor de exigências de manutenção organizativa. Esse modelo de ‘leis de ferro’ pode ser chamado “Weber-Michels” (ZALD e ASH, 1966), em alusão, logicamente, a Max Weber e a Robert Michels. Não obstante, essas tendências não precisam se concretizar, necessariamente. Não são, a valer, inscritas em ferro: a organização do movimento responde ao refluxo de sentimentos na sociedade em geral, às suas relações com outras organizações, aos

comportamentos de suas lideranças, às vicissitudes de seus objetivos, ao recrutamento e ao comprometimento de seus membros, etc. (*ibidem*, p. 328).

Como argumentam Meyer e Whittier (1994, p. 277-279), “os movimentos sociais não são autocontidos; ao contrário, crescem e dão origem a outros movimentos, trabalham em coalizão com outros movimentos e influenciam uns aos outros, indiretamente, por meio de seus efeitos no ambiente cultural e político mais amplo”. Os autores valem-se do exemplo do *movimento pela paz*, no início da década de 1990, altamente influenciado pelo *movimento feminista*: 1) adotando *frames* ideológicos feministas; 2) adotando inovações táticas feministas; 3) aumentando a presença de mulheres em cargos de liderança, tanto na ala institucional quanto na ala de ação direta do movimento; e 4) adotando estruturas organizacionais baseadas em processos feministas destinados a evitar a hierarquia, como as técnicas de consenso.

A partir de dados de ambos os movimentos – feminista e pela paz – em nível local e nacional, aqueles autores sugerem quatro mecanismos de transmissão entre os movimentos: 1) coalizões organizacionais; 2) comunidades de movimentos sociais sobrepostas; 3) pessoal compartilhado; e 4) mudanças mais amplas no ambiente externo. A investigação constatava, nitidamente, exemplos de *social movement spillover effects* (efeitos de transbordamento dos movimentos sociais), o que guarda implicações na compreensão de sua continuidade e do seu impacto (MEYER e WHITTIER, 1994).

A ideia de que a ‘hipótese’ levantada pelo movimento se difunde e se transforma, à medida em que é adotada por diferentes grupos e indivíduos, fornece um entendimento mais abrangente das escolhas e das evoluções dos questionamentos e dos confrontos suscitados pelos protestos (DESTROOPER, 2016, p. 92).

É bastante usual que as críticas nos jornais¹⁴⁹, na *internet* e, mesmo, na literatura especializada (BURSTEIN e LINTON, 2002), apontem o(s) fracasso(s) do protesto ou do movimento social, quando verificado que o governo, a empresa, o tribunal, a igreja ou qualquer outro ator sociopolítico, económico, jurídico, religioso,

¹⁴⁹ HERTZBERG, Hendrik. **A walk in the park**. Coluna de opinião publicada a 10.10.2011, na Revista *The New Yorker*. Disponível em: <https://www.newyorker.com/magazine/2011/10/17/a-walk-in-the-park>.

etc., em face do qual se reivindicava algo, deixou de atender a(s) demanda(s). Badiou (2012), entretanto, alerta para dois equívocos nessa interpretação.

Primeiro, a convicção de um protesto ou de um movimento social, em relação a qualquer paradigma novo, nem sempre (ou, diga-se, quase nunca) pode ser ‘provada’, ‘testada’, ‘aplicada’ de imediato, visto que, habitualmente, contradiz a versão hegemónica de funcionamento do mundo. Por isso, é estabelecida ao jeito de uma “hipótese”, uma intuição ou uma suposição acerca do rumo que as coisas deveriam tomar. Badiou ilustra com o “teorema de Fermat”: “foi, por três séculos, um problema matemático não resolvido, que assumiu a forma de uma hipótese. Houve inúmeras tentativas de justificação, de longo alcance, que não conseguiram resolver o problema em si. Mas foi fundamental que a hipótese não tenha sido abandonada durante os três séculos em que foi impossível demonstrá-la” (*ibidem*, p. 16). A *Ideia* dificilmente pode ser culpada por fracassos. Como expõe o autor, *Ideia*, com letra maiúscula, para resgatar o grego *εἶδος* (*eidos*), lembrando, assim, que uma ideia não é mais que uma “forma”, um “tipo” ou uma “possibilidade concretizada” de um princípio ou de um ideal, na linha de Platão. Essa forma depende do preenchimento de conteúdos que cada época e cada grupo social poderão dinamizar.

Num segundo aspeto, Badiou (2012) vê o ‘fracasso’ como uma trajetória e não como o fim de uma experiência. Uma ‘hipótese’, que recebe inúmeras tentativas de justificação de longo alcance, ainda que não consigam resolver o problema em si. A fecundidade de justificações e de tentativas falhadas é imensa: a análise do fracasso, de suas consequências, a elaboração de possíveis novos desfechos, tudo isso estimula a vida científica, política, económica, jurídica, *etc.*, a continuar. Na matemática, quando, em 1637, Pierre Fermat anotou, no canto de página do livro “*Os elementos*”, de Euclides, que conseguiu uma linda fórmula a comprovar as noções lidas, mas que não havia espaço para decliná-la, traça-se um enigma – que prova era essa? O que Fermat terá pensado? Essas questões desenvolveram, como ‘hipótese’, diversos fracassos, tentativas práticas que não resultaram, mas, essencialmente, desenvolveu diferentes campos da matemática em trezentos anos de busca por respostas. A história, portanto, é completamente reformulada, vista por esse ângulo. Em vez de uma sequência de

fracassos, há uma sucessão de justificações de uma hipótese (BADIOU, 2012, p. 9), mantendo a *Ideia*, ao passo em que se descobrem formas novas de (não) concretizá-la.

Um protesto e um movimento no formato do *OWS* pode ser, facilmente, analisado como ‘hipótese’ ou *Ideia*, nesse sentido de Alain Badiou. Uma forma projetada para que, dali em diante, fosse preenchida por uma comunidade. Não havia “uma única demanda”, na esteira do desafio lançado pelo cartaz de estreia da mobilização, produzido pela *Adbusters Magazine*¹⁵⁰. Havia um caleidoscópio de microdesejos e de micropolíticas (GUATTARI e ROLNIK, 2011) que se alçavam à praça pública. Um exemplo dessa noção é conferido num debate entre manifestantes que ficou gravado no sítio eletrônico “occupywallst.org”. No dia 21.10.2011, às 15h01, o perfil “OccupyWallSt” postou¹⁵¹:

Grupo de Trabalho de Demandas

Um grupo que afirma ser filiado à *General Assembly of Liberty Square* e #OWS tem falado à mídia em nome do nosso movimento.

Este grupo não é autorizado pela *NYC General Assembly*.

Este grupo não é de código aberto e não age por consenso.

Este grupo apenas representa a si mesmo.

Embora encorajemos a participação de grupos de trabalho autônomos, nenhuma pessoa ou grupo tem autoridade para fazer demandas em nome das *general assemblies* ao redor do mundo.

Nós somos nossas demandas. Este movimento #OWS é sobre empoderar comunidades a formar suas próprias assembleias-gerais, para lutar contra a tirania do 1%. Nossas lutas coletivas não podem ser cooptadas.

Um ideário que coincide com aquele revelado por manifestante entrevistado por Elisabeth Jacobs (2011): “a noção de demandas conota *desempoderamento*, ou uma linguagem que se assemelha à tomada de reféns (*hostage-taking*). Não é para isso que estamos aqui. Nós estamos para o empoderamento. O governo não deveria precisar que fizéssemos ‘demandas’, porque ele deveria ser *nosso*”.

¹⁵⁰ Cf. nos Anexos.

¹⁵¹ Ver a página inicial do <http://occupywallst.org/article/so-called-demands-working-group/>.

De fato, a ausência de demandas – melhor dizendo, de demandas específicas, considerando que o protesto apresentava como que ‘meta-demandas’, a partir do discurso de que políticas públicas deveriam servir aos 99% e não deveria o governo ficar, exclusivamente, ao sabor dos interesses de grandes corporações – protegia o *Occupy* de três maneiras distintas.

Primeiro, porque, não havendo pedidos expressos ao governo, não há qualquer relação de dependência entre o protesto e as autoridades constituídas no Estado. O ritmo das manifestações públicas não se submete à cadência de respostas estatais. O protesto anda conforme sua própria marcha e velocidade, o que, como diria Paul Virilio (2006), é sinónimo de poder. Assim, ‘não existir demandas’ (tópicas) pode funcionar como estratégia de autonomia e de empoderamento da manifestação. Mesmo porque são sempre instantes delicados aos protestos e movimentos sociais aqueles em que os governos denegam suas reivindicações. Sejam delicados porque dão margem ao aumento do volume do protesto (e é preciso se organizar para que aconteça), sejam delicados porque desmotivam, frustram ou, no limite, desmobilizam integrantes.

Em segundo lugar, não haver demanda pontual evita que o movimento fique envolvido no emaranhado de pedidos administrativos, de reuniões ou de encontros (mesmo secretos) com políticos; evita, enfim, uma série de providências que, no mínimo, exigiriam do protesto que elegesse lideranças, representantes, comités ou, se calhar, contratasse profissionais de relações públicas para o efeito. Sem essa espécie de relacionamento – pode-se dizer ‘mais formal’ – com autoridades constituídas, o protesto enfatiza suas ações de rua, porque, ao fim e ao cabo, é esse repertório que transmitirá as mensagens necessárias a um público mais amplo.

Por fim, a ausência de uma lista muito ‘terra-a-terra’ de demandas, permite (não necessariamente isso vá acontecer, por lógico) uma maior adesão popular ao movimento. O apelo genérico contra a desigualdade ou a injustiça é percebido de modo praticamente automático, tornando-se uma mensagem pública forte, ao contrário de uma lista detalhada com dez ou vinte exigências. Uma lista grande e minuciosa gera, à partida, um debate social maior, mas também com indivíduos e grupos que se oponham ao seu conteúdo. O *OWS* se inclinou, diferentemente, a um ou dois gravames com os quais a maior parte das pessoas pudesse se identificar, inclusive instintivamente, afinal,

quem se oporia à justiça, à liberdade, à igualdade? Essa pauta mais etérea, portanto, não deixa de compor uma estratégia de tração popular.

O *Occupy*, a par dessas escolhas, terminou se convertendo numa “marca política”, num signo distintivo que identificava aquela forma de mobilizar a esfera pública (BLOEM e KEMPENAARS, 2020). A ocupação criava uma ‘zona autónoma temporária’ (BEY, 2018), a partir de reclamos abstratos e, todavia, simples de absorver; uma atmosfera pacífica e festiva, cheia de batuques, danças, cânticos e animadas assembleias; uma cidadela, repleta de cozinhas, bibliotecas, pequenos ginásios para exercícios físicos, espaços de arte, salas de imprensa e outras utilidades coletivas; uma ambiência digital descentralizada, com produção intensa de ‘memes’ políticos bem humorados; todas essas características imprimiam sinais do protesto e passavam a traduzir ‘assinaturas do movimento’, qualidades que faziam reconhecer o estilo e a estética do *OWS*.

Aliás, este é um elemento que enlaça protestos e movimentos surgidos bem antes do *OWS* (como *Greenpeace*, *Amnesty International*, *PeTA*, *Anonymous*, *Femen*), com aqueles concomitantes (*Primavera Árabe*, *Los Indignados*, *Pussy Riot*) e os vários posteriores (*Black Lives Matter*, *Je suis Charlie*, *Women’s March*, *Brexit*, *Umbrella Movement*, *Extinction Rebellion*): o poder do *branding* os tornou icónicos.

Enquanto disciplina do *marketing* político, o *political branding* (SCAMMELL, 2015) é, cada vez mais, utilizado na compreensão das maneiras como o público politicamente ativo (nomeadamente eleitoras e eleitores) observa e se engaja com atributos e valores de determinada posição, partido, figura ou movimentação política (PICH e NEWMAN, 2021). O conceito de ‘marca’, nesse sentido, torna-se “uma ferramenta poderosa para compreender as imagens políticas” (SCAMMELL, 2015, p. 7), desafiando as versões típicas do *marketing* político, que tendem a focar na relevância dos elementos económicos (verbas, patrocínios, estruturas, gastos, *etc.*) e diminuir a relevância dos elementos comunicativos (construção de narrativa, aderência à cultura popular, elaboração da personalidade, do gestual, da performance das falas, dos textos de campanha, *etc.*). A noção de ‘marca’ consegue abraçar os dois lados: “o financeiro e o estético, a escolha racional e a ressonância cultural” (*ibidem*, p. 9).

Depois da abertura de um enclave no coração do capitalismo americano, o OWS valeu-se de explícitos esforços de *marketing* e de *design* políticos, para projetar-se no tempo e ‘ocupar’ um lugar simbólico privilegiado, nomeadamente na cultura *pop*, isto é, nos espaços de fazer, de conhecer e de sentir das pessoas que o protesto dizia representar, os ‘99%’. Para isso, gestou um território novo, de muita experimentação, carregado de linguagens, utilizando artes visuais, performances (teatro de rua), memes, postagens em redes sociais, pósteres, cartazes, *banners*, jornais impressos por ativistas, programas de rádio e vídeos produzidos em direto do *Zuccotti Park*, vestuário, músicas, enfim, uma série de exemplos de “ativismo” (CHAIA, 2007). A partir de um espaço e de um conjunto de processos efetuados para liberar a criatividade de seus participantes (CHAIA, 2007, p. 10), as expressões artísticas ganham enredos sociopolíticos e tecnológicos, contribuindo para levar adiante a ‘hipótese’ (BADIOU, 2012) formulada pela manifestação. A inventividade do protesto é posta a serviço de sua expansão.

No *storytelling* do *Occupy*, é interessante notar que comparecem três predicados de um personagem denso e de uma marca política bem construída. Primeiro, a *profundidade*, isto é, a existência de ‘camadas’, de palimpsestos¹⁵², de demãos sobrepostas: ninguém sabe, ao certo, todas as motivações que trouxeram aqueles milhares de corpos à rua ou que agitaram os tópicos das redes digitais; depois, a *complexidade*, ou seja, seu caráter multifacetado, imprevisível, múltiplo, contraditório até, com desejos e receios expostos em praça pública; e, finalmente, seus *dilemas*: as escolhas dramáticas que precisa realizar, as bifurcações, as conjunturas que o protesto tem de levar em conta, os patentes erros e acertos com os quais tem de lidar, a cada hora.

Para que essa conversa não fique meramente cosmética, sobre o quanto o OWS lançou uma ‘comunidade epistémica’, ao se consolidar feito marca política e ao

¹⁵² A palavra *palimpsesto* deriva da prática de monges copistas, na Idade Média europeia, que precisavam, muitas vezes, apagar aquilo que estava escrito num pergaminho, para nele escrever novamente. “Palimpsesto”, pelo Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, é “obra cujo conteúdo revela traços, por transformação ou por imitação, de outra obra anterior”. Conferir: <https://dicionario.priberam.org/palimpsesto>. No estudo de pinturas, outro termo consagrado é “pentimento”: “versão anterior de pintura ou desenho que fica visível num quadro ou que se consegue ver com equipamento especializado”. Cf. <https://dicionario.priberam.org/pentimento>.

transbordar – enquanto protesto e movimento social – à cultura norte-americana, cumpre colacionar algumas referências.

4.4 Ocupar é pop!

As ideologias que hegemonizam os sistemas económico, político e científico são extremamente complexas e resilientes. Não se fissuram por quaisquer superficialidades e platitudes. Ao *Occupy Wall Street*, se buscava representar um espectro que constituísse real ameaça àqueles discursos dominantes, restava alcançar níveis mais profundos. Não somente aproveitar a ‘oportunidade política’ (TILLY, 1978; McADAM, 1982; TARROW, 1994) tramada com o ano de 2011. Era essencial que atingisse a estética, a partilha do sensível, o fundamento da economia política e do pensamento científico.

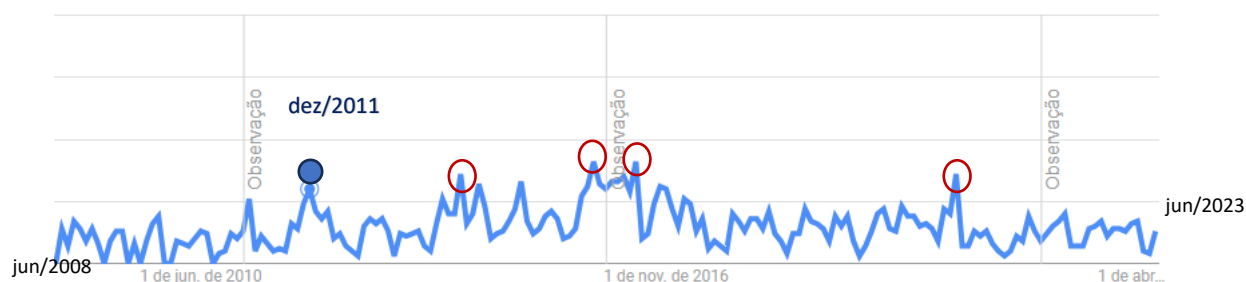
Em especial num país como os EUA, coalhado de estímulos mediáticos, a mensagem do protesto precisava decantar. Com sorte, quem sabe, plantar-se na cultura *pop* para conseguir nascer, logo depois, nas mentalidades e nas atitudes das gerações seguintes. Ao que tudo indica, o *OWS* foi exitoso nessa tarefa, particularmente quanto ao debate sobre desigualdade económica (THERBORN, 2006; PIKETTY, 2015; MILANOVIC, 2020). O irônico fica por conta de sabermos o desempenho do adversário, nesse campo. O quanto “o capitalismo é notavelmente bem-sucedido em incutir nas pessoas os seus objetivos como sistema, construindo uma convergência extraordinária entre o que necessita para sua expansão e as ideias, anseios e valores das pessoas” (MILANOVIC, 2020, p. 11).

De qualquer forma, o *Occupy*, subvertendo as ferramentas do sistema, provocou o interesse das pessoas nos problemas que expunha. Com a visão fornecida pelo *software* gratuito *Google Trends*, que permite averiguar as tendências de buscas por palavras e expressões na página inicial do *Google*, percebe-se que o ‘termo de pesquisa’ *inequality*¹⁵³ tem seu primeiro pico em dezembro de 2011. O *Occupy*, lembre-se, fora despejado do *Zuccotti Park* em 15 de novembro daquele ano.

¹⁵³ Esse é um dos significantes mais repetidos pelo *Occupy Wall Street*: “desigualdade”, traduzido para a língua portuguesa.

O recorte temporal escolhido, no *software online*, viajou entre junho de 2008 e junho de 2023, ou seja, exatos 15 (quinze) anos de pesquisa das/os usuárias/os, especificamente localizadas/os nos EUA e que refinaram sua busca para resultados envolvendo “política”¹⁵⁴:

Gráfico 1 – Inequality in Google Trends, 2008-2023



Nos intervalos posteriores a dezembro de 2011, houve mais quatro picos de consultas ao *Google* iguais ou superiores àquele registrado na sequência do *OWS* (ver círculos vermelhos na figura). Sem descer a exame e a detalhamento que fugiria do propósito desta investigação, as datas de janeiro de 2014, novembro de 2015 e janeiro de 2016, muito possivelmente, relacionam-se com acontecimentos no âmbito do movimento *Black Lives Matter*. Um ciclo de protestos que, baseado no antirracismo, também impulsionava o significativo “desigualdade”. Além disso, novembro de 2020 é, com bastante probabilidade, uma busca correlacionada aos problemas sociais que emergem (ou intensificam-se) com a Covid-19.

Atente-se, agora, para este outro gráfico:



Gráfico 2 – 99% in Google Trends, 2008-2023

¹⁵⁴ Esse novo recorte permite ocultar quaisquer resultados que possam ter a ver com “desigualdade”, mas num contexto absolutamente impertinente quanto ao objeto desta investigação.

Servindo-se dos mesmos parâmetros ('2008-2023', 'EUA', 'política', etc.), é interessante visualizar o quanto a expressão "99%" é enormemente pesquisada em outubro de 2011. Naquela altura, havia quase uma mesmerização relacionada àquele significante. Os tais 99% dominaram a cena política, por alguns meses. Em círculos vermelhos, há outros dois picos de pesquisa. O primeiro, novembro de 2012, terá que ver com o primeiro aniversário do *Occupy Wall Street*, evento que contou razoável cobertura jornalística sobre o refluir de algumas atividades nas ruas de *Manhattan*. O segundo pico, novembro de 2020, uma vez mais, relaciona-se com a Covid-19. Usuárias/os do serviço de pesquisa do *Google* relacionavam, ao que parece, toda a problemática sociopolítica da pandemia médico-sanitária com a possibilidade de resgatar a força de protestos populares como o *OWS*.

Apenas mais um termo de pesquisa, a fim de ilustrar o ponto, com base nos mesmos parâmetros ('2008-2023', 'EUA', 'política', etc.): a expressão "1%" é procurada em grande frequência no mês de outubro de 2011. Entretanto, nada que se compare com o número de vezes em que as/os usuárias/os do *Google* digitaram "99%" (mais que o dobro de vezes). Ainda que não se faça um recorte socioeconômico das/os usuárias/os, é possível imaginar um padrão aqui. Ocorre alguma identificação das pessoas ou, mesmo, alguma curiosidade com relação a "99%"; algo que não se repete com "1%".

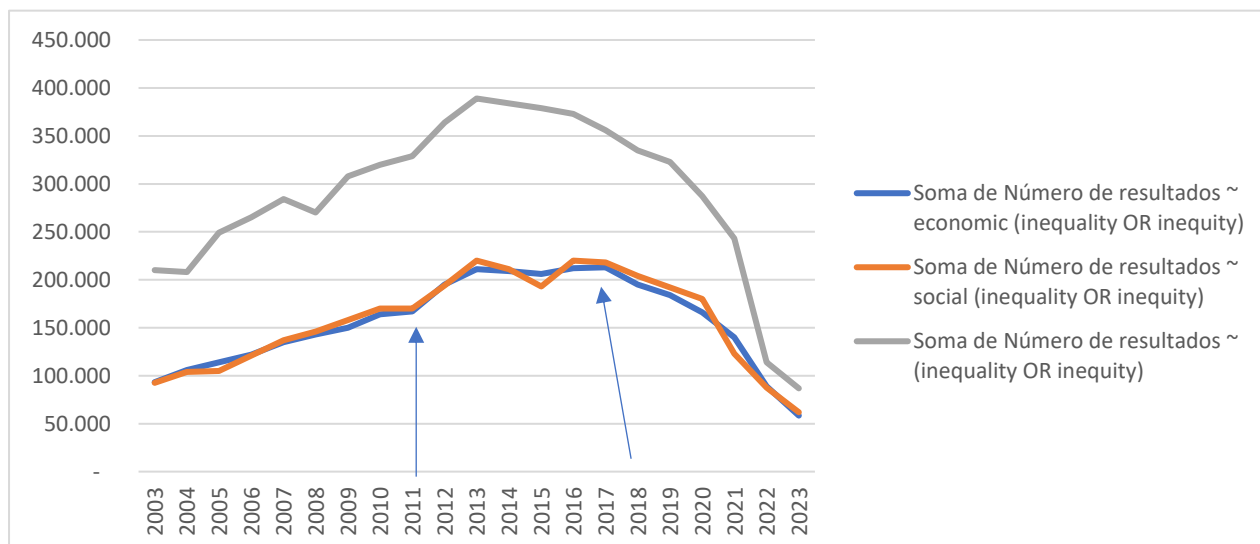
Houve outros dois picos de intensidade nas pesquisas, em novembro de 2016 e novembro de 2020. Ambos coincidem com as datas das eleições americanas (8 de novembro de 2016 e 3 de novembro de 2020): em 2016, duas candidaturas conetadas ao "1%" batalhavam por votos, Donald Trump e Hillary Clinton; em 2020, disputavam Donald Trump e Joe Biden, este com uma retórica que muito lembrava a discursividade do *Occupy*, mesmo porque contava com os apoios de Elizabeth Warren e Bernie Sanders, duas figuras ligadas às narrativas contra a desigualdade econômica. De qualquer sorte, esse segundo pico, que tem lugar em 2020, também pode estar relacionado à Covid-19, por isso termina batendo o recorde de 2011 (mais que o dobro de pesquisas). Isso reforça a ideia de que um drama socioeconômico se abatia sobre a população dos EUA, na altura, fazendo com que as candidaturas políticas e o eleitorado resgatassem o vocabulário do *Occupy*.



Gráfico 3 – 1% in Google Trends, 2008-2023

Na parte científica, o interesse foi similar. O *Google Acadêmico*, plataforma de pesquisa *online* que restringe os resultados à literatura de origem científica (dissertações, teses, artigos de opinião, publicações em revistas e jornais especializados, livros, etc.) dá amostra que vale conferir. Ao avaliarmos o número de ocorrências, “para o idioma inglês”, entre “2003 e 2023”, das expressões “*social inequality*”, “*social inequity*”, “*economic inequality*”, “*economic inequity*” ou, isoladamente, “*inequality*” e “*inequity*”, assinala-se um aumento considerável de referências a essas locuções na doutrina científica a partir de 2011. No gráfico, nota-se que esse interesse mais acentuado persiste, no mínimo, até 2018. As tendências são análogas, tanto para o adjetivo “*social*” (visto em laranja) quanto para o “*economic*” (visto em azul) que qualificam o tipo de “desigualdade”. A linha cinza representa as pesquisas pelos termos “*inequality*” e “*inequity*”, sem adjetivações. Em números absolutos, o número de referências fica muito acima, embora sigam a mesma tendência geral.

Gráfico 4 – *social and economic inequality* in Google Scholar, 2003-2023



Somente para breve comparação, em números absolutos, o *Google Académico* registou, entre a crise financeira de 2008 e novembro de 2011, aproximadamente 624.000 (seiscentas e vinte e quatro mil) menções a “*economic inequality* ou *inequity*”, em textos científicos. Nos anos imediatamente posteriores ao *Occupy* (2012 a 2017, por exemplo), esse número dispara a 1.246.000 (um milhão, duzentas e quarenta e seis mil) referências àquelas expressões em literatura académica. É praticamente o dobro da média anterior.

Da mesma forma, as menções a “*social inequality* ou *inequity*”, entre a crise de 2008 e o *Occupy*, estavam na casa das 544.000 (quinhentas e quarenta e quatro mil), passando nos cinco anos subsequentes ao protesto (2012-2017) a 1.256.000 (um milhão, duzentas e cinquenta e seis mil), isto é, as referências mais que dobram frente ao quadriénio anterior.

Rótulos de Linha	Soma de Número de resultados ~ economic (inequality OR inequity)	Soma de Número de resultados ~ social (inequality OR inequity)	Soma de Número de resultados ~ (inequality OR inequity)
2003	93.300	92.700	210.000
2004	106.000	104.000	208.000
2005	114.000	105.000	249.000
2006	122.000	121.000	265.000
2007	135.000	137.000	284.000
2008	143.000	146.000	270.000
2009	150.000	158.000	308.000
2010	164.000	170.000	320.000
2011	167.000	170.000	329.000
2012	195.000	194.000	364.000
2013	211.000	220.000	389.000
2014	209.000	211.000	384.000
2015	206.000	193.000	379.000
2016	212.000	220.000	373.000
2017	213.000	218.000	356.000
2018	195.000	204.000	335.000
2019	184.000	192.000	323.000
2020	166.000	180.000	287.000
2021	140.000	123.000	243.000
2022	88.800	87.700	114.000
2023	58.400	61.900	86.800
Total Geral	3.272.500	3.308.300	6.076.800

Tabela 1 – Detalhamento de dados do gráfico 4

Embora generalizações limitadas a uma única plataforma, esses números servem como evidência do “poder de agenda” (MIGUEL, 2003, p. 125; SANTOS e BORGES, 2018, p. 8) do protesto, no sentido de pautar uma temática no cotidiano (interesse leigo nos principais termos do vocabulário do movimento) e no campo científico (interesse especializado nas questões levantadas pelas performances). Para exercer essa influência, no entanto, é preciso *timing* político: reunir condições de

legitimidade deve ser um dos primeiros passos, antes de propor temas e prioridades no debate público.

Nesse sentido, o *Occupy* – a partir de técnicas para chamar a atenção pública, como dramatizações de rua – buscou, antes de tudo, compreensão aos seus princípios e à sua maneira de estimular reflexões; na sequência, buscou adesão às alternativas que colocava em pauta. Veja-se o relatório lançado, ainda em dezembro de 2011, pelo *Pew Research Center*, gigante da consultoria em atitudes e tendências nos EUA, sobre a aprovação do *Occupy* junto aos norte-americanos:

Tabela 2 – Pew Survey, aprovação Occupy

Occupy Wall Street: Far More Support for Concerns than Tactics					
	Total	Rep	Dem	Ind	R-D diff
<i>OWS overall...</i>	%	%	%	%	
Support	44	21	60	46	-39
Oppose	35	59	21	34	+38
Neither (Vol.)	6	5	4	7	
Don't know	<u>16</u>	<u>15</u>	<u>15</u>	<u>14</u>	
	100	100	100	100	
<i>Concerns raised by OWS protests...</i>					
Agree	48	31	62	50	-31
Disagree	30	47	19	27	+28
Don't know	<u>22</u>	<u>22</u>	<u>19</u>	<u>23</u>	
	100	100	100	100	
<i>Way OWS protests are conducted...</i>					
Approve	29	14	43	29	-29
Disapprove	49	67	37	49	+30
Don't know	<u>23</u>	<u>19</u>	<u>20</u>	<u>22</u>	
	100	100	100	100	

PEW RESEARCH CENTER Dec. 7-11, 2011 Q15; Dec. 8-11, 2011 Pew2a, Pew2b. Figures may not add to 100% because of rounding.

Num panorama geral, 44% (quarenta e quatro por cento) das pessoas que responderam aos questionários davam suporte ao *OWS*, enquanto 35% (trinta e cinco por cento) se opunham. Numa pergunta mais específica, 48% (quarenta e oito por

cento) concordavam com as ‘preocupações’ (*concerns*) levantadas pelo protesto e, de outro lado, 30% (trinta por cento) discordavam. O único dado que inquietaria a organização do OWS tinha a ver com “a maneira como o protesto é conduzido”. Neste caso, os percentuais praticamente se invertiam: 49% dos americanos entrevistados disseram ‘desaprovar’ o modo como o *Occupy* era gestado; por sua vez, 29% (vinte e nove por cento) aprovavam.

Daqueles que apoiavam o protesto, 60% (sessenta por cento) declaravam-se ‘democratas’ (ligados ao Partido Democrata). Entre opositores, a coisa se repete, com sinal trocado, entretanto: 59% (cinquenta e nove por cento) se diziam eleitores do Partido Republicano.

A *Pew Research* tentou refinar esses dados e traçar perfis, encontrando que os maiores grupos de oposição ao protesto estavam entre “republicanos conservadores” (68% [sessenta e oito por cento]); “acima dos 65 anos” (47% [quarenta e sete por cento]); “graduados/licenciados ou mais”, quanto à escolaridade (40% [quarenta por cento]) e que percebem remuneração anual de “US\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil dólares estadunidenses) ou mais” (55% [cinquenta e cinco por cento]).

Opposition to Occupy Wall Street Higher Among Older, Affluent

	Support	Oppose	Neither/ DK
	%	%	%
Total	44	39	22=100
Conservative Rep	14	68	18=100
Mod/Lib Rep	38	43	19=100
Independent	46	34	20=100
Cons/Mod Dem	55	25	20=100
Liberal Dem	72	17	11=100
18-29	49	27	24=100
30-49	45	32	23=100
50-64	45	38	17=100
65+	33	47	20=100
College grad+	48	40	12=100
Some college	50	33	17=100
HS or less	39	33	28=100
<i>Family income</i>			
\$75,000 or more	45	43	12=100
\$150k+	36	55	10=100
\$100k-\$149,999	46	43	11=100
\$75k-\$99,999	49	37	14=100
\$30,000-\$74,999	48	34	18=100
Less than \$30,000	43	30	27=100

PEW RESEARCH CENTER Dec. 7-11, 2011 Q15. Figures may not add to 100% because of rounding.

Tabela 3 – Pew Survey, oposição Occupy

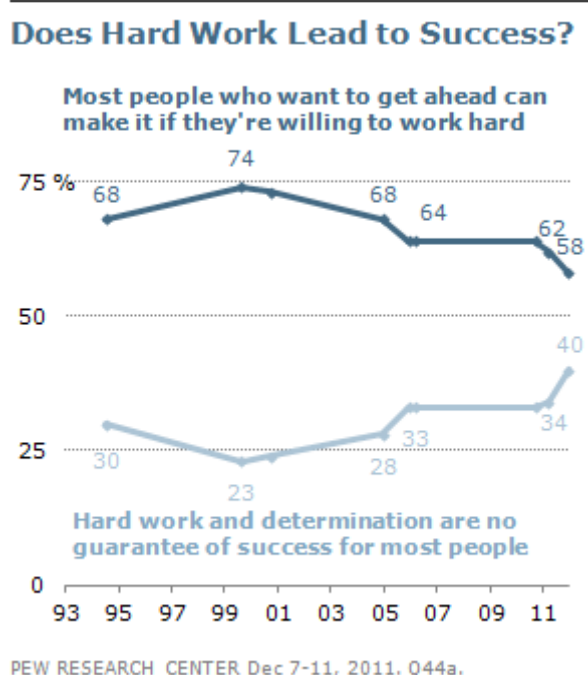
Os respondentes foram expostos, outrossim, a perguntas ou observações para serem completadas, a fim de que seus perfis pudessem ser mais bem nuançados. Um dado agregado de respostas é digno de nota: 77% (setenta e sete por cento) dos entrevistados disseram que “poder em excesso está concentrado nas mãos de uns poucos ricos e grandes corporações”. O público é esmagadoramente crítico em relação à justiça do sistema económico, de modo que, mesmo aquelas pessoas que, declarando-se republicanas, afirmavam se opor ao *Occupy* e ao modo como o protesto foi conduzido, estavam cientes da relevância de um movimento que lutasse por justiça nessa área.

Tabela 4 – Pew Survey, recorte partidário

Wide Partisan Gap in Opinions about Inequality, Wall Street					
<i>Too much power in hands of a few rich people and large corporations?</i>	Total	Rep	Dem	Ind	R-D diff
	%	%	%	%	
Yes	77	53	91	80	-38
No	19	41	8	17	+33
Don't know	<u>4</u>	<u>6</u>	<u>1</u>	<u>3</u>	
	100	100	100	100	
<i>Country's economic system...</i>					
Unfairly favors the wealthy	61	39	76	61	-37
Is generally fair to most Americans	36	58	22	35	+36
Other/Don't know	<u>3</u>	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>4</u>	
	100	100	100	100	
<i>Wall Street...</i>					
Helps economy more than it hurts	36	49	29	37	+20
Hurts economy more than it helps	51	38	60	54	-22
Other/Don't know	<u>13</u>	<u>13</u>	<u>11</u>	<u>9</u>	
	100	100	100	100	

PEW RESEARCH CENTER Dec. 7-11, 2011 Q44 & Q45.
 Figures may not add to 100% because of rounding.

O exame dos resultados relativos a uma das indagações da pesquisa se mostra particularmente revelador sobre o quanto o *Occupy* fez balançar antigos dogmas da propaganda capitalista estadunidense. Há gradual, mas significativo, decréscimo percentual entre indivíduos que acreditam que “o trabalho duro pode levar ao sucesso” e, no reverso da medalha, há considerável aumento no percentual de indivíduos que percebem que “trabalho duro e determinação não representam garantias de sucesso para a maior parte das pessoas”. Este último número sofreu incremento de 6 (seis) pontos percentuais em alguns meses, desde que o protesto eclodiu, passando de 34%, em março de 2011, para 40%, em dezembro de 2011.



Fewer Democrats, Independents Say Hard Work Leads to Success

	Mar 2011	Dec 2011	Mar-Dec change
<i>Hard work and determination are no guarantee of success for most people ...</i>	%	%	
Total	34	40	+6
Republican	24	24	0
Democrat	40	50	+10
Independent	36	42	+6

PEW RESEARCH CENTER Dec 7-11, 2011. Q44d. Figures may not add to 100% because of rounding.

Tabelas 5 e 6 – Pew Survey, hard work e recorte partidário

Como sintetizou um famoso meme de 2011¹⁵⁵:

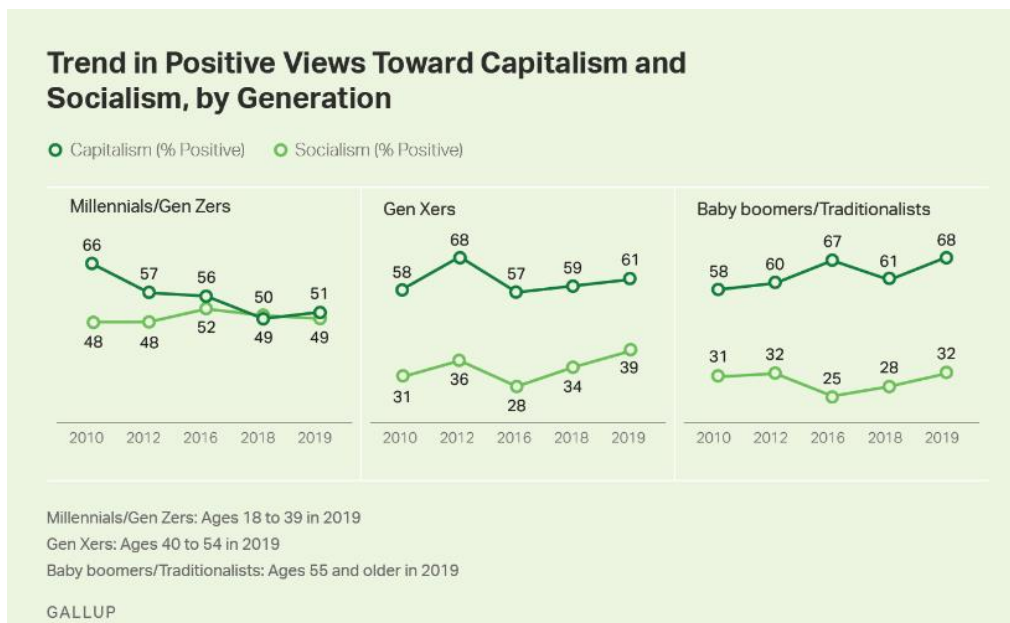


As frases não soam exagerados, mais de dez anos depois dos eventos. A *Gallup*, outra gigante do mercado de consultoria e de investigação sociopolítica e económica, publicou resultados de uma pesquisa que produziu para aferir a ‘popularidade’ das ideias de ‘socialismo’ e de ‘capitalismo’ nos EUA, durante a década, com recortes por faixas etárias. Pessoas entre 18 e 39 anos, em 2019, foram apelidadas de “*millenials*” ou “geração Z”. Pessoas entre 40 e 54 anos, em 2019, foram designadas “geração X”. Finalmente, pessoas contando 55 anos ou mais, em 2019, foram indicadas como “*baby boomers*” ou “tradicionalistas”.

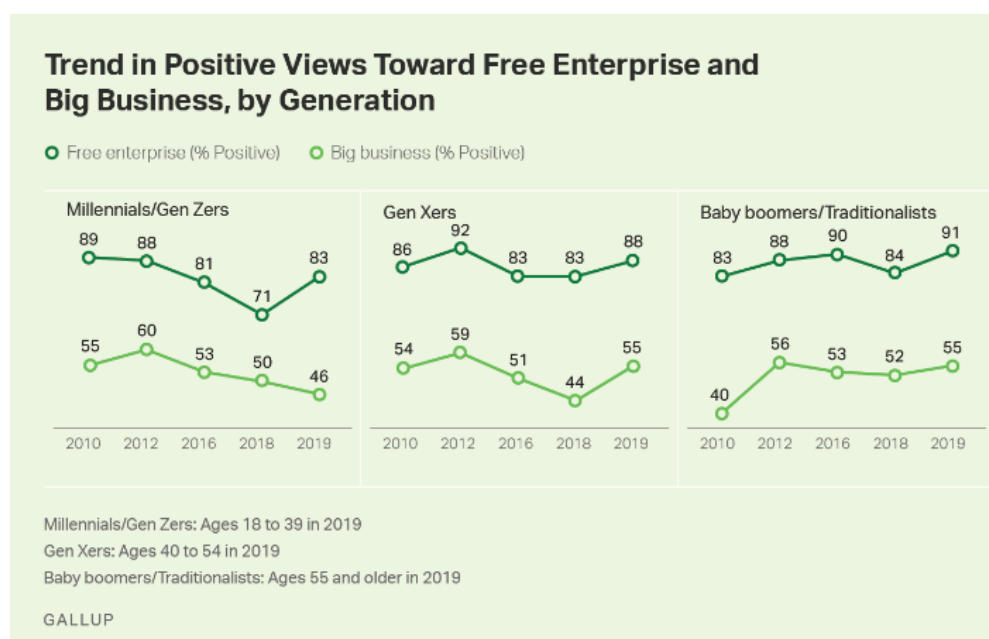
Entre outras coisas, os resultados apontaram que os “*millenials*” e os “geração Z”, nos EUA, tinham o socialismo como tão popular quanto o capitalismo (SAAD, 2019), em empate técnico. Isso porque a visão que tinham sobre o capitalismo ‘desceu’, ano a ano, ao longo da década: não por coincidência, as maiores quedas, em termos percentuais, ocorreram entre 2010 e 2012, com o agitado ano de 2011 nesse intervalo; e entre 2016 e 2018, quando a candidatura Bernie Sanders e sua performatividade – que recuperava a mensagem do *Occupy* – roubaram a cena na política norte-americana.

Quanto aos da “geração X”, o capitalismo ‘desceu’ de 2012 até 2016, atingindo seu menor nível de “visões positivas”, enquanto o socialismo alcançou breve pico em 2012, quando, na sequência, desceu nas perceções dos jovens adultos, mas, depois da candidatura Sanders, subiu consistentemente, sem exceção.

¹⁵⁵ Um agradecimento muito especial à amiga Amanda Braga Ferreira, investigadora da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, pelos debates e pela contribuição quanto a referências ao OWS nos mais diversos campos.



A *Gallup* avaliou, ainda, as visões desses grupos etários a respeito do *Big Business* (o conjunto das grandes corporações) e do *Free Enterprise* (o princípio e a prática da “livre iniciativa”). Entre os “*millenials*” e os “*geração Z*”, uma queda sequenciada e constante, de 2012 a 2018, na visão positiva sobre “*free enterprise*”. De novo, queda de percentuais entre 2012 e 2019, no que se refere à imagem que os jovens adultos têm quanto aos grandes negócios (“*big business*”). Essas mesmas tendências, conquanto de maneira mais suave, foram observadas também para os indivíduos da “*geração Z*”.

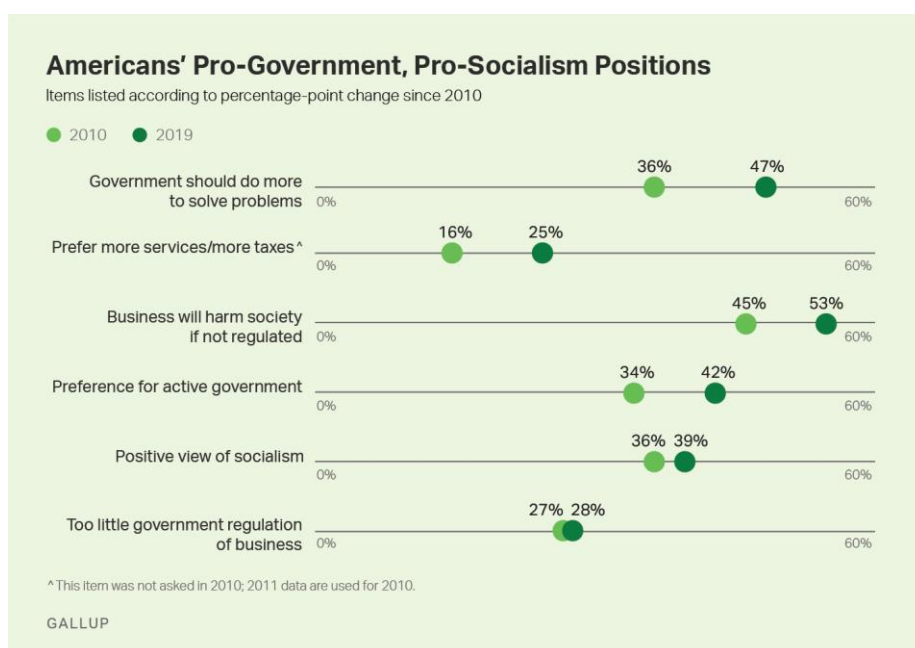


Essa perda de apelo dos discursos sobre capitalismo e grandes corporações nos EUA é intrigante – e, saliente-se, antes da pandemia de Covid-19, que pode ter piorado, ainda mais, o quadro. O país, ainda que abalado por crises estruturais e imensas dívidas, não deixou de ser o centro do sistema financeiro e económico mundial, considerado ‘a economia mais vibrante do planeta’¹⁵⁶, pelo que é sempre uma informação absolutamente curiosa que sua geração de jovens adultos não coloque a mesma fé no sistema que as gerações anteriores (“*babyboomers*”).

Aliás, para os “tradicionalistas”, o *Occupy Wall Street* teve influência invertida: percebe-se, no gráfico, que, entre 2012 e 2016, a visão que tinham sobre socialismo piorou e a visão sobre capitalismo foi reforçada. Como se plantassem, de modo bastante vincado, uma oposição face ao que representou o *OWS*.

As perceções “tradicionalistas” sobre “*free enterprise*” basicamente se mantiveram (altas), enquanto, por seu turno, baixaram minimamente as visões positivas quanto a “*big business*”, entre 2012 e 2018.

Uma comparação direta entre o início e o fim da década permitem sugerir, vistos os dados em perspetiva, que “a opinião pública é um tanto mais favorável hoje, do que era uma década atrás, a políticas públicas que possam expandir a atuação do governo e, nesse sentido, inclinar o país na direção do socialismo” (SAAD e JONES, 2019).



¹⁵⁶ Paulatinamente, essa posição vem sendo contestada pela China.

Esse fenômeno tem sido nomeado como “*millennial socialism*” ou “*democratic socialism*”, nos EUA. Uma doutrina emergente no campo das esquerdas (ADLER, 2019; ARONOFF, DREIER e KAZIN, 2020; SUNKARA, 2021), que teve o *Occupy Wall Street* como um de seus principais fermentos políticos e, nos anos seguintes, frutificou a partir da crescente popularidade de figuras como Bernie Sanders, Elizabeth Warren, Jamaal Bowman, Ro Khanna, Pramila Jayapal, Alexandria Ocasio-Cortez, Ilhan Omar, Ayanna Pressley e Rashida Tlaib¹⁵⁷, entre outras e outros que são verdadeiras *human brands* (SPEED, BUTLER e COLLINS, 2015) da ‘nova esquerda americana’.

O exemplo da organização DSA – *Democratic Socialists of America* é revelador sobre a ousadia dessas novas faces da política profissional. Desde 1982, o DSA existia como grupo “multi-tendência” e orientado para conflitos da classe trabalhista nos Estados Unidos da América. A entidade, historicamente, contava por volta de 5.000 (cinco mil) membros. Depois da campanha presidencial de Bernie Sanders, em 2016, e das campanhas vitoriosas daqueles novos representantes – que abraçavam, sem receios, a essência do discurso do OWS – o DSA passou, no auge da pandemia de Covid-19, a 95.000 (noventa e cinco mil) integrantes, com 239 (duzentas e trinta e nove) subseções, em todos os 50 (cinquenta) Estados do país¹⁵⁸.

Assim como Alexandria Ocasio-Cortez, politicamente formada nas reuniões de base da DSA, aquelas outras estrelas políticas em ascensão foram eleitas, entre 2017 e 2021, com discursos sobre o pacto de investimentos e de infraestrutura pelo meio ambiente (*Green New Deal*), assistência médica gratuita e universal (*Medicare for All*), democratização dos locais de trabalho (*workplace democracy*), faculdades públicas gratuitas e de qualidade (*tuition-free colleges*) ou, ainda, abolição da agência *U.S. Immigration and Customs Enforcement* (ICE), todos considerados enredos radicais na ambiência política norte-americana, o que significa dizer que os protestos e movimentos, mormente derivados do OWS, contribuíram para empurrar os limites do

¹⁵⁷ Essas quatro últimas, eleitas e re-eleitas para a Casa de Representantes, ficaram conhecidas como “The Squad” (“O Esquadrão”), na imprensa e nos meios políticos americanos. Cf. <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-48994931>.

<https://edition.cnn.com/2019/07/15/politics/who-are-the-squad/index.html>.

<https://www.theguardian.com/us-news/2020/nov/03/aoc-wins-election-with-squad-ilhan-omar-rashida-tlaib-ayanna-pressley>.

<https://people.com/politics/meet-aoc-the-squad-ilhan-omar-rashida-tlaib-ayanna-pressley/>.

¹⁵⁸ Cf. <https://www.dsausa.org/>.

sistema político do país. Rostos e narrativas ‘radicais’, além de serem eleitos, agora, transformam-se em lideranças, em vozes de destaque, tanto no âmbito das Casas Legislativas quanto na articulação junto ao Poder Executivo.

Nas eleições legislativas de 2018, AOC (como é conhecida Ocasio-Cortez), aos 29 anos, tornou-se a mulher mais jovem eleita para o Congresso dos Estados Unidos da América, desbancando o sexagenário Joe Crowley, representante do 14º Distrito do Estado de Nova Iorque por 10 (dez) anos em sequência. Essa emergente multidão de novas demandas e de novos fazedores de demandas (ALMEIDA e GUAISTI, 2019) balançou o *establishment* centrista do Partido Democrata.

A eleição de Joe Biden e de Kamala Harris, como Presidente e Vice-Presidente do país, ficara marcada pela apresentação dos orçamentos públicos federais de 2022 e de 2023, contemplando propostas de redução da pobreza, de assistência social, de perdão de dívidas estudantis, de incremento da proteção ambiental, de melhoria do sistema de saúde, de reforma das instalações de bem-estar social, de diminuição de impostos às camadas mais vulneráveis da população e, enfim, daquilo que tem sido chamado, nos EUA, de avançar para a “prosperidade comum” (*shared prosperity*). Nestes anos com maioria do Partido Democrata nas duas Casas Legislativas, o Poder Executivo conseguiu garantir verbas para projetos que são frutos inegáveis de movimentos sociais (BANASZAK, 2005).

É possível afirmar que muitas das pessoas que têm ajudado a construir esse ‘novo *mainstream* da política estadunidense’, pós-Donald Trump, foram treinadas ou influenciadas por ideias expostas, em praça pública, no *Occupy*, revelando uma intersecção produtiva entre sistema político e movimentos (CARLOS, 2015). Praticamente todas aquelas candidaturas de esquerda ‘radical’ à Câmara de Representantes compartilhavam esta nota comum: eram lideranças formadas pelo *Justice Democrats Movement*, um *think tank* dirigido por Waleed Shahid, ativista que participou na linha de frente do *Occupy*. Algumas das mais habilidosas pessoas do *Zuccotti Park*, como Evan Weber, também fundaram a organização *Momentum*, para treinar ativistas a desenvolver políticas públicas tangíveis e criar um mapa rumo a mudanças estruturais, de longo curso (LEVITIN, 2021).

Com isso, diversas/os organizadoras/es de movimentos subsequentes, como o *Black Lives Matter* (antirracismo), o *Fight for \$15* (luta trabalhista por melhores salários), o *Strike Debt!* (batalha por perdões de dívidas), o *Americans for Financial Reform* (lobby estruturado para reformar o sistema financeiro) ou o *Sunrise Movement* (movimento ambientalista) declaram o quanto herdaram do *Occupy* e de seus princípios a força para levar adiante suas agendas.

O amadurecimento desses grupos revelou estratégica a ocupação, desta vez, da cena político-eleitoral e de alguns espaços institucionais-estatais (DELLA PORTA, FERNÁNDEZ, KOUKI e MOSCA, 2017). A crescente sindicalização de trabalhadoras e trabalhadores, a notoriedade de sítios eletrônicos como o *Occupy Democrats* e o aumento no número de membros dos poderes políticos municipais, estaduais e federal a se declararem “Socialistas Democratas” indica que as sementes plantadas na década anterior podem, realmente, ter florescido.

Como dizia Nicole Carty, ativista veterana do OWS, entrevistada por Michael Levitin (2021), “não podemos *desaprender* os 99%. Agora, o que você tem é toda uma geração que está crescendo em tempos de movimentos, o que explica toda a escalada que você está vendo e o trabalho que está acontecendo entre os muito jovens que ainda eram crianças durante o *Occupy*”. De fato, como salienta Fernando Vallespín (2019), “o movimento *Occupy Wall Street* deixou atrás de si uma plethora de novas publicações, *sites* e comunidades de ativistas em rede que continuam em funcionamento, fazendo barulho e ocupando boa parte do espaço público”. O tabu do qualificativo “socialista”, nos EUA, perdeu força, tal como lembrava David Graeber (2013), quando comparou os novos movimentos anarquistas e socialistas ao abolicionismo e ao feminismo, “trata-se de alterar as percepções morais das pessoas”.

A par de todo esse esforço na década, pode-se dizer, hoje, que uma “combinação de rotinas de interação do Estado com os movimentos sociais na construção de políticas públicas” (ABERS, SERAFIM e TATAGIBA, 2014) se mostra uma experiência caracterizadora do governo estadunidense atual. É necessário, entretanto, que as/os ativistas do *Occupy*, hoje em postos de relevância da Administração Pública, da imprensa, do associativismo ou do sindicalismo, não percam o foco: a ocupação da democracia é uma tarefa sem-fim.

4.5 O pop não poupa ninguém...

Se é verdade que houve um transbordamento do protesto na cultura popular, é preciso dizer também que as ideologias de direita, no espectro político, souberam aproveitar bem esse acontecimento.

Assim, por um lado, entre 2011 e 2023, temos diversas obras literárias ou doutrinárias vindo a público tratando da ‘desigualdade social’ e/ou da ‘desigualdade económica’. Apenas para ilustrar: *This Changes Everything*, editado por Sarah van Gelder (2011); *Dissident Gardens*, de Jonathan Lethem (2013); *Occupy*, de Noam Chomsky (2013); *Purity*, de Jonathan Franzen (2015); *The Attempt*, de Magdaléna Platzová (2016); *Strike Art*, Yates McKee (2016); *Dear Cyborgs*, Eugene Lim (2017); *The Gift*, de Barbara Browning (2017); *Flâneuse*, de Lauren Elkin (2017); *Winners Take All: The Elite Charade of Changing the World*, de Anand Giridharadas (2018); *The War on Normal People. The Truth About America's Disappearing Jobs and Why Universal Basic Income Is Our Future*, de Andrew Yang (2019); *Trade Wars Are Class Wars. How Rising Inequality Distorts the Global Economy and Threatens International Peace*, de Matthew C. Klein e Michael Pettis (2020); *The Socialist Manifesto. The Case for Radical Politics in an Era of Extreme Inequality*, de Bhaskar Sunkara (2020); *Economic Dignity*, de Gene Sperling (2020); *Let them Eat Tweets. How the Right Rules in an Age of Extreme Inequality*, de Jacob S. Hacker e Paul Pierson (2020) e *It's OK to Be Angry About Capitalism*, de Bernie Sanders (2023).

Ainda, diversos filmes e séries que contribuíram com um olhar sobre esses temas, sob influência direta do *Occupy*, de acordo com seus criadores, roteiristas e realizadores. Entre outros: *Batman, The Dark Knight Rises* (Christopher Nolan, 2012); *The Newsroom* (Aaron Sorkin, 2012-2014); *The Hunger Games* (Gary Ross e Francis Lawrence, 2012-2023); *Elysium* (Neill Blomkamp, 2013); *The East* (Zal Batmanglij, 2013); *Orange is the new black* (Jenji Kohan, 2013-2019); *99%: The Occupy Wall Street Collaborative Film* (Audrey Ewell, Aaron Aites, Lucian Read, Nina Krstic, 2013); *Divergente* (Neil Burger, 2014); *Two broken girls* (Michael Patrick King e Whitney Cummings, 2011-2017); *Step Up Revolution* (Scott Speer, 2012); *The Good Wife*, 3ª temporada (2011-2012), episódio 15 (*Live from Damascus*), o sírio manda saudações ao OWS; *Saturday Night Live* fez quadro humorístico parodiando o OWS (em 16 de outubro

de 2011); *The Daily Show* com Jon Stewart fez crônica sobre o OWS, comparando-o ao *Hard Rock Cafe* (em 18 de outubro de 2011); o anime *The Legend of Korra* (Michael Dante DiMartino e Bryan Konietzko, 2012-2014); o videogame *Bioshock Infinite* (Ken Levine, 2013); em sua 15ª temporada, o episódio 12 (11 de fevereiro de 2011) do desenho de humor satírico *South Park* é chamado de “1%” e o guião se desenrola como ‘a visita dos 99% a Eric Cartman’; o musical da Broadway *Lysistrata Jones* (Lewis Flinn, 2011); o Vaticano lançou documento de 18 páginas, chamado “*Toward Reforming the International Financial and Monetary Systems in the Context of a Global Public Authority*” (em 27 de outubro de 2011); a Chanel lança, em dezembro de 2011, a coleção Paris-Bombay, em que Karl Lagerfeld indica influência do OWS; *BLT Steak*, famoso restaurante próximo à *K Street*, a rua dos lobistas de Washington (D.C.), lançou um cheeseburger chamado *The 99%*, na esteira de várias pizzarias a colocarem em seus menus pedaços chamados “*occu-pie*”.

No aniversário de dez anos da Revista *Jacobin*, influente periódico estadunidense de política, a colunista Liza Featherstone (2020) indicou que os médias ligados à esquerda tiveram uma fase pré-*Occupy* e uma pós-*Occupy*, tendo em conta o modo como aquele protesto canalizou, organizou e politizou o descontentamento (sobretudo dos jovens) com o sistema econômico. Nas palavras de Featherstone (2020), “mesmo que de forma um tanto imprecisa, o *Occupy* começou a descrever o problema e sugerir o remédio: 1% da população estava acumulando poder e dinheiro, enquanto, lamentavelmente, os outros 99% tinham cada vez menos – mas reuniam o poder para mudar a situação porque eram a esmagadora maioria”. Ao comemorar o êxito da revista na década, a colunista utiliza o protesto como divisor de águas:

Jacobin prosperou durante este tempo, como a publicação certa para este momento socialista. Mas também, durante esses anos, o ecossistema da mídia socialista mudou completamente. A *Jacobin* foi acompanhada por novas publicações de esquerda como *Current Affairs*, *Damage* e *Viewpoint*, bem como por mais *podcasts* socialistas do que posso citar aqui. Essas publicações e *podcasts* não sofrem com a monotonia e a previsibilidade associadas à mídia de esquerda pré-*Occupy*. Muitos são engraçados e resistem à piedade da esquerda. Gostando deles ou não, junto com toda a organização, ajudam a conquistar adeptos para a causa socialista. Também estamos vendo a ascensão do *YouTube* socialista, um contra-ataque necessário ao

YouTube dos *incels* de direita. Agora, *Jacobin* até hospeda *podcasts* e um programa televisivo próprio.

Em janeiro de 2012, Yoko Ono, Debbie Harry, Jackson Browne e Willie Nelson, entre dezenas de artistas, contribuíram para lançar um disco chamado *Occupy This Album*, com a explícita finalidade de levantar fundos que pudessem mobilizar adiante as iniciativas do movimento *Occupy*. Inúmeras bandas, duos e *rappers* lançaram músicas¹⁵⁹ que, expressamente, referenciavam o protesto. O grupo de *rock* *Third Eye Blind*, por exemplo, na canção *If There Ever Was a Time*, de janeiro de 2012, poetiza sobre o OWS:

If there ever was a time it would be now is all I'm saying
If there ever was a time to get on your feet take it too the street
Cause you're the one that's getting played right now by the game
they're playing
Come on meet me down at *Zuccotti Park*

And say:
Oh where are the youth? We need you now
Come speak the truth, come break it down
Where are the youth? We need you now

If there ever was a time it would be now to make the masters
hear this
If there ever was a time to get downtown and get non violent
and fearless
Things only get brighter when you light a spark
Everywhere you go right now is *Zuccotti Park*
And news corps says you don't have a plan well sit down man, I'll
tell you again
The plan's to stand together up to greed
And a tear gas can in a veteran's face won't change the case

And I saw a sign in the Oakland spring it said: *Occupy everything*
Or buying foreigner won't mean a Thing
US citizens!
US citizens!
You want somebody to arrest? There's plenty of crooks on Wall
Street

¹⁵⁹ Entre centenas: *Occupy the U.S.A.* (Emma's Revolution); *We Stand As One* (Joseph Arthur); *Liberty Walk* (Miley Cyrus); *We are the many* (Makana); *Dear Mr. President* (Gabriel Quinn); *Who's The Man* (MK-ULTRA).

O *World Economic Forum Annual Meeting*, dos maiores encontros empresariais do mundo, que se repete, a cada ano, em Davos (Suíça), escolheu o tema “*The Great Transformation*”, entre 25 e 29 de janeiro de 2012, com diferentes mesas de debates a tratar sobre desigualdade económica e política. Aliás, desde o vídeo de abertura do evento¹⁶⁰ inúmeras referências ao *Occupy*.

Naquele 2012, de igual modo, a pauta do *Zuccotti Park* fez o temário do *Fórum Social Mundial*, realizado entre 24 e 29 de janeiro em Porto Alegre (Brasil), sob o lema *Crise Capitalista, Justiça Social e Ambiental*, a partir do qual se ramificaram discussões em torno das questões puxadas pelos movimentos de 2011, nomeadamente o *OWS*.

Não obstante todas essas ‘ocupações de espaços’, é fato notório que a assim chamada *alt-right* (ou ‘direita alternativa’, aquele fragmento da extrema direita, no tabuleiro político) apreendeu essas ideias melhor que todos os demais concorrentes dos jogos eleitorais. A noção de que se deve criar um espaço próprio e a noção de que a estética (a partilha do sensível) seriam pilares fundamentais da política. Essa direita *populista*, na última década, tem aproveitado a frustração das sociedades, para colocar-se contra as ‘velhas e corrompidas instituições’, ascendendo nas pesquisas e nos pleitos eleitorais, conquistando lugares nos parlamentos e nos poderes executivos, com a estratégia de propagar narrativas repletas de *fake news*, misoginia, homofobia, xenofobia, racismo e fascismo socioeconómico, com o auxílio, em especial, das tecnologias, das estruturas de mobilização e das memetizações, que protestos feito o *Occupy* mostraram como utilizar.

Uma literatura relativamente vasta (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018; RUNCIMAN, 2018; EATWELL e GOODWIN, 2020; PRZEWORSKI, 2020) tem indicado esse conjunto de governos como ameaças à democracia liberal ao jeito do ocidente. É inegável que os fundamentos do regime de liberdade de expressão à sociedade, imprensa livre de censura, eleições periódicas justas e credíveis, Poder Judiciário e instâncias de

¹⁶⁰ Cf. <https://www.weforum.org/events/world-economic-forum-annual-meeting-2012>.

fiscalização independentes, etc. estejam profundamente abalados. A saída turbulenta de Donald Trump da Presidência dos EUA é apenas o exemplo mais escancarado¹⁶¹.

De toda forma, as vitórias eleitorais desses políticos contra o *mainstream* não traduzem, exatamente, uma causa – e sim um efeito. Nessa encruzilhada é que o ano de 2011, e, muito peculiarmente, o *Occupy Wall Street* se encontra com Trump, Bolsonaro, Orbán e companhia. O diagnóstico de uma crise de representatividade no âmago da democracia liberal estava anunciado, no mínimo, desde a década de 1980 do século anterior. Primeiro, nos sinais de desgaste de um sistema de governo pensado a uma *era agrícola* da humanidade e ainda utilizado na chamada *era digital* (CARDON, 2012). Mesmo com todas as adaptações, a democracia, sem dúvida, permanece analógica frente ao mosaico de complexidades a que alguém nascido na segunda metade do século XX ou no século XXI se expõe. Depois, porque a distância se tornou abissal entre as necessidades e as visões de mundo das pessoas que votam e o comportamento (ou, mesmo, as opiniões públicas) das pessoas que vencem as eleições.

Os contornos realmente explosivos dessa crise de representação se fizeram inevitáveis no ano de 2011 e, na década que o sucede, a extrema direita tem surfado nas expectativas altíssimas criadas com as marés de protestos.

Parecia que as instituições representativas não teriam como desprezar a força daqueles movimentos. Mas aconteceu. Os profissionais da política, mais uma vez, deixaram a voz das multidões rouca e, no entanto, sem eco. Os poderes constitucionalmente estabelecidos mostraram toda a sua impaciência e a sua indiferença frente às manifestações – de leste a oeste do planeta.

Quando expectativas dessa altura se frustram, surge uma espécie de ladeira vertiginosa (os ânimos das pessoas envolvidas, e até daquelas que somente assistiam, descem numa velocidade perturbadora). Uma depressão substitui o florescimento inicial. A indignação – enquanto força ético-política – convertida em raiva. A esperança – uma das maiores virtudes e, mesmo, disposições políticas – tornada desconfiança.

¹⁶¹ Como previsto, Trump não reconheceu a derrota nas urnas. Entrou e saiu do poder de maneira inédita, espalhando rumores e críticas ácidas ao sistema eleitoral do país que governava. Recorreu aos Tribunais, aos Legislativos Estaduais, ao Colégio de Delegados Eleitorais e ao Congresso dos EUA (na véspera da posse do eleito), com todos os artifícios, para que declarassem um outro resultado. Incitou uma invasão ao Capitólio. Nada adiantou.

E se a única via compreendida pelos poderes eleitos era a do voto, como sinalizaram em 2011, seria nela que as decepções se lançariam. Estava montado o palco que traria (de volta) a descrença na democracia e nos seus pilares. Ironicamente, a própria estrutura das eleições serviria para levar à ribalta o imenso ceticismo no fato de haver eleições. Sim, porque, na absoluta maioria dos países, não foram golpes de Estado que puseram as novas lideranças em marcha. As populações que assim escolheram.

O arco que conecta aqueles protestos de escala inédita, há dez anos, a pensamentos autoritários nos governos atuais (neofascismo, neonazismo, neocolonialismo, neoliberalismo, machismo, patriarcado, *etc.*) é um pouco inusitado, à primeira vista. Alguns nexos possíveis entre uma coisa e outra, todavia, começam a ser traçados.

O certo é que a ascensão desse *populismo* de novo tipo (sobretudo de extrema direita) aproveita muito da raiva (resíduo da indignação que os grandes protestos mobilizaram), da infraestrutura tecnológica (particularmente nas fontes alternativas aos *media* empresariais) e da abordagem estética (memetizando, criando enredos e até novas tradições) que os protestos souberam alinhar. Essa direita captou bem mais rápido que as esquerdas a oportunidade de articular esses três elementos. Daí que não é fora de propósito interpretar o momento como ricochete das energias dispersadas na década anterior.

Os manifestantes de 2011 (ante tecnocratas no poder) gritaram por um horizonte de “democracia real”; um desenho de instituições participativas, que substituísse o formato de votações coreografadas de tempos em tempos (ALLEGRETTI, 2013). Deram testemunho de que a obscena desigualdade econômica passara a estruturar as sociedades ocidentais – já não traduzia um simples desdobramento ou um mero dano colateral. E, finalmente, trouxeram ao centro do debate o fato de que essa disparidade econômica exclui a possibilidade de tornar funcionais aqueles três princípios reitores da democracia: a *isonomia* (todas e todos são iguais perante as leis), a *isegoria* (todas e todos têm iguais condições de fala) e a *isotimia* (todas e todos têm iguais condições de acessar cargos, funções e governos). Essa fome não foi saciada.

As populações de 2021 (ante líderes carismáticos), quase como “cacos de vidro do espelho quebrado no século XX e nas primeiras décadas do XXI”, na frase de Martin

Gurri (2018), buscaram colar os cacos com ódio e com medo, apostando na promessa da direita *populista* de que as elites acadêmicas e tecnocráticas (vistas como arrogantes) sairiam de cena. O povo estaria no poder: teria governantes de frases espontâneas (beirando a rudez), longe de academicismos e de discursos complicados (“enganosos”), governantes supostamente “de fora” das elites (para “expulsar as velhas raposas” do poder), governantes que escutassem a cada minuto seus constituintes (com *lives* no *YouTube* ou no *Instagram*, com postagens diárias no *Twitter* ou no *Facebook*) e, ainda, governantes que pudessem devolver o país aos seus nacionais (acabando com essa onda perversa de globalização, que “mata os empregos”). Essa fome está a ser saciada com *junk food* – em detrimento da saúde de todo o *corpo político*¹⁶².

O que fazer?¹⁶³ Haveria algum caminho do meio? Satisfazer essa fome de democracia sem dar com a língua numa pedra ou sem engolir veneno?

A aposta desta Tese é a de que as próximas décadas precisarão reaver o potencial inexplorado de protestos como aqueles de 2011, nomeadamente o *Occupy Wall Street*. Em primeiro plano, a perceber o quanto aquelas manifestações de grande escala continuaram a ecoar, sintonizadas numa frequência estética, num plano de mudança da realidade a partir da sua argamassa, que é o imaginário. Essa é uma frequência comumente inaudível às percepções racionalistas¹⁶⁴. No entanto, desprezar as manifestações da sensibilidade (do gosto), das emoções, da construção da linguagem e dos hábitos, por exemplo, é perder todo um campo simbólico de interação, toda uma economia da produção de sentidos – ainda mais monumental que a economia da produção de mercadorias e de dinheiros, como mostrou Pierre Bourdieu (2012).

As presenças coletivas contemporâneas operam com a intuição de que precisam combater o sistema de iniquidades (ativamente produzidas) com os mesmos mecanismos que naturalizaram o capitalismo, o patriarcado, o racismo, o autoritarismo, a violência, *etc.*, espalhando-os a cada instante e a cada espaço de convivência. E esses mecanismos são, principalmente, culturais e estéticos. Por isso, é nesses locais do

¹⁶² Para lembrar a metáfora orgânica utilizada por diferentes filósofos políticos clássicos, como Hobbes, Rousseau e Hegel.

¹⁶³ Reproduzindo a interrogação que deu origem a uma obra de Vladimir Ilyich Ulianov (Lenine). LENINE, Vladimir (2020 [1902]). *O que fazer?* São Paulo: Edições Avante, Boitempo.

¹⁶⁴ Típicas de uma primeira Modernidade, um paradigma já relativamente superado, mesmo nas ciências (antes ditas) exatas.

imaginário onde se deve procurar, com mais atenção, a densidade e a massa crítica constituída pelas performances públicas. Depois que se fecham as cortinas, o teatro do protesto desce a outros palcos.

Capítulo 5. Ocupar a mente: tudo é feito de escolhas



Baraye
Shervin Hajipour
© 2022 Shervin

Nós precisamos, desesperadamente, de metodologia para nos mantermos firmes enquanto navegamos num terreno que se move e se altera no próprio instante em que tentamos atravessá-lo.

Michael Burawoy (1998)

A ciência não é neutra, nem seu objetivo é produzir verdades indiscutíveis (LATOUR, 2017). Quase ao contrário. Toda ciência se esmera para detalhar raciocínios, explicar como os objetos de estudo foram abordados, como os experimentos foram produzidos e repetidos, como as investigações foram conduzidas, com que limites e possibilidades se trabalhava, a fim de que os resultados sejam plenamente discutíveis. O objetivo, nem sempre confessado, mas muito desejado, é “produzir debates públicos com parâmetros” (LATOUR, 2012). As ‘descobertas’ – e os métodos utilizados para se aproximar delas – servem de normatização, de balizas, para falas públicas a respeito de cada um dos problemas.

E, nesta hora, a ciência encontra a política. A ideia de uma “verdade que pode ser discutida”, servindo de valor de referência mínima e provisória, abraça, de imediato, o diálogo e a decisão sobre problemas que afetam a comunidade, o que é típico da política. Por outro lado, essa noção de “verdade discutível” marca uma separação entre o discurso científico e aquele articulado por outras espécies de investigação sobre o desconhecido, como a religião, a astrologia, o ocultismo, o esoterismo, *etc.*, que

costumam se basear em dogmas, rituais, práticas milenares: conhecimentos elaborados, adquiridos e transmitidos com ânimo de definitividade (“isto é assim”), não com o ânimo de provisoriedade das ciências (“isto, por enquanto, parece ser assim”).

Agora, se a política acompanha a ciência tão de perto, não existe saber científico desinteressado. A pessoa que investiga está mergulhada nas relações económicas, éticas e sociais, como qualquer outra, nunca podendo arvorar-se “neutra”: além de “sujeito epistémico”, portador de teorias que lhe permitem estudar e debruçar sobre certos objetos, é “sujeito ideológico”, que dá valor a certas coisas e não outras, que tem certas opções e não outras, que tem certas concepções culturais e ideológicas e não outras (MERHY, 2004).

Nas palavras de Umberto Eco (2011, p. 56), “por um lado, pode dizer-se que todo trabalho científico, na medida em que contribui para o desenvolvimento do conhecimento alheio, tem sempre um valor político positivo, mas, por outro, deve dizer-se com toda a segurança que qualquer empreendimento político com possibilidade de sucesso deve ter uma base de seriedade científica”.

De fato, esses dois subsistemas sociais – ciência e política – lidam com valores muito caros: a *verdade* e o *poder* (LUHMANN, 2017). A primeira diz respeito à pretensão de que ‘modelos imaginados’ correspondam a uma parcela da realidade; o segundo aponta para a pretensão de ser capaz de alterar a realidade. Ambos, para serem legítimos, necessitam de um terceiro valor social, a *confiança*, que se traduz na convicção coletivamente exposta de que determinado ‘modelo imaginado’ deva ser escolhido para transformar a vida da sociedade.

Os três elementos devem cooperar. A confiança social na ciência e na política é uma segurança (em relação ao presente) e uma esperança (em relação ao futuro), porque, frente aos fatos incontornáveis de que existimos e de que somos vulneráveis, a confiança encoraja. Diante da complexidade do mundo, da contingência dos acontecimentos e da imprevisibilidade do comportamento alheio (LUHMANN, 2017), a confiança é um atrevimento lúcido e necessário para seguir adiante.

No entanto, para que as sociedades depositem essa confiança, a verdade e o poder devem ocupar lugares distintos. Uma sabedoria prática que vem desde

civilizações antigas (como a egípcia, a árabe, a indiana, a chinesa ou a grega), nas quais, embora bastante ligados entre si, havia sempre alguma separação entre conhecer um problema e agir sobre ele, entre estudos e consequências, entre busca pela ‘verdade’ e ‘aplicações da verdade até então alcançada’. A força da verdade e o vigor do poder, ao longo da história, estiveram distribuídos em instituições, categorias e pessoas diferentes (TATON, 1994).

Com efeito, por mais militante que seja uma investigação (BURAWOY, 2014 e 2015), determinadas condições, em cada época, terminaram por estruturar a produção do conhecimento, para que não se torne pura subjetividade: ciência *não é* política, e tem de prezar pela objetividade nos experimentos e nos resultados. “Neutralidade e objetividade não se confundem: ainda que todo conhecimento científico seja socialmente construído, seu rigor tem limites inultrapassáveis” (SANTOS, 2008, p. 9).

Um desses rigores tem a ver com a explicação, o desdobrar do que se pensou, observou e compreendeu. A argumentação sobre métodos e escolhas é uma das garantias quanto a algum grau de objetividade, porque é neste momento que o produto das pesquisas precisa “fazer sentido e significar verdades para os outros” (MERHY, 2004). Portanto, o conhecimento com estatuto científico carece de validação. Um debate, mais restrito, entre pares (outras/os que se dedicam à ciência) e um debate, mais amplo, frente a um público alargado, contribuem para legitimar eventuais achados.

É por isso que, neste instante, deixo de lado a voz de narrador, ainda que por alguns momentos, e me lanço na ‘primeira pessoa’. Tenho de justificar escolhas, depois de discutirmos o quanto essas opções constroem um quadro ideológico-representacional e o quanto elas somente podem aspirar a qualquer ‘valor de verdade’ se forem intersubjetivamente validadas.

Por estar implicado no processo de construção do saber, desde o início, tomando um dos muitos lados possíveis nesta história, isso significa que – agora o sabe – sou um personagem e, portanto, nada onisciente ou onipresente. No conjunto de memórias que tenho, e que temos (porque, afinal, os eventos narrados nestas páginas são grandes o suficiente para que muita gente tenha memória deles), escolhi artefatos que melhor exprimissem, de um lado, aquilo que poderiam ser os pensamentos e as

emoções que compunham aquele cotidiano (HELLER, 2016) e, de outro lado, artefatos de memória que pudessem ajudar a desenvolver a ideia que gostaria de testar.

5.1 Pressupostos de investigação

Antes de dizer, com todas as letras, que ideia é essa, permita-me alguma apresentação pessoal, à medida em que revelo os pressupostos deste estudo, isto é, aquelas noções que funcionam como premissas não-problematizadas (ALBERT, 1976).

Na “Carta de Motivação” que enviei à Universidade de Coimbra (um dos documentos obrigatórios no instante de seleção de estudantes de Pós-Graduação), confessava interesse em escrever sobre ‘a democracia no século XXI’. Na altura, havia estressado várias ideias acerca de ‘democracia participativa’ no decorrer de Mestrado em Direito Constitucional (2008-2010). A minha formação como jurista esteve permeada pelos clássicos de séculos e séculos, de Marsílio de Pádua a Habermas, passando por Rousseau. A boa e velha “gramática ocidental”, nas palavras do Professor Joaquim Gomes Canotilho¹⁶⁵. Talvez por isso eu enxergasse a ‘democracia participativa’ muito pelo ângulo da influência das pessoas – ou das sociedades – ante o Estado.

Em paralelo à honra de ser escolhido pela Universidade de Coimbra, comecei a cursar um outro Mestrado em Direito, desta vez na Universidade (clássica) de Lisboa (2013-2017). A ênfase, ali, seria na Filosofia e na Teoria do Estado. Uma vez mais, os estudos, ao longo das disciplinas, e o processo de escrita da nova dissertação empurravam-me à dicotomia “sociedade civil” x “Estado”. Que Estado seria capaz de absorver e dar vazão à hipercomplexidade de demandas das sociedades contemporâneas? Nas entrelinhas daquela pesquisa, acho eu, a participatividade social continuava (como que) direcionada a impulsionar ‘políticas públicas’.

As aulas de Coimbra abriram-me a percepção para diversos outros mundos. Em alguns, eu havia estado à porta; em outros, feito visitas apressadas. A partir do Doutorado é que a aventura de empurrar fronteiras e mergulhar naqueles novos territórios começou. “Descolonizei” (MENESES e SANTOS, 2010) muitas das minhas

¹⁶⁵ Durante aula no Doutorado em *Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI*, no ano letivo 2012/2013.

reflexões, no contato com pluralismos jurídicos, literaturas pós-coloniais, epistemologias do Sul e, nomeadamente, toda a riqueza da Sociologia – que eu havia lido, até aquele momento, muito mais como curioso que na condição de investigador.

No instante de escolher abordagens para relatórios e artigos das disciplinas, amadureci, em alguma medida, esse lado sociólogo. E, finalmente, quando tive de decidir um tema para a Tese, sabia que aquelas transformações epistemológicas que ocorriam em mim, cedo ou tarde, apareceriam no papel.

Primeiro que tudo, tive muita vontade de ser orientado por uma pessoa da Sociologia: o que, para minha sorte, aconteceu. O Direito precisava ser coadjuvante desta vez, embora o gosto pelo Direito Constitucional não tivesse arrefecido e eu pudesse, sempre, aprofundá-lo *no que de mais sociológico tinha* (não darei *spoiler*, mas um debate sobre o significado do Poder Constituinte nos dias atuais comparece mais à frente).

Em segundo lugar, a partir das novas obras que lia, com tão vivo interesse – muitas delas oriundas da minha “*América Ladina*” (GONZALEZ, 2020) –, imaginava um tema que fizesse o Norte Global parecer, um tantinho que fosse, com o Sul. Achei importante, num diálogo desde uma Universidade europeia, trazer uma problemática transversal, uma espécie de encruzilhada, onde os conceitos de Norte e Sul se *entrançassem*. Afinal, se tinha uma coisa que aprendi com excelentes Professoras e Professores durante o curso, é que há múltiplas camadas de teorias, de vivências e de sentidos, todas, mais ou menos, sobrepostas e mescladas. Nada é simples, como se pode supor num primeiro olhar.

Com isso em mente, notava que a ‘democracia participativa’, aquela dinâmica institucional que chamava minha atenção desde os primeiros anos da faculdade de Direito (inclusive como fórmula de criação de direitos), não era a única resposta possível, no imenso dicionário de alternativas e de utopias (RIOT-SARCEY, PICON e BOUCHET, 2009). Ao testemunhar o modo de organização de movimentos sociais e de protestos daquele “ciclo” (TARROW, 2009) entre 2011-2015, percebia que os três elementos mais discutidos das teorias de democracia – *participação, deliberação e representação* – tinham relevância similar e endereçavam problemas distintos. Não havia motivo para

que um dos elementos competisse com os outros, se, na prática, deveriam ser combinados (COSTA, 2013).

Aprendi fazendo. Entre as manifestações daquele “ciclo de protestos”, as mais emblemáticas para o Brasil ocorreram de junho a agosto de 2013, daí serem chamadas, no seu conjunto, “Jornadas de Junho”. Participei ativamente delas, pelas ruas de Fortaleza e de Brasília e pela *internet*. Dei-me conta de que aquelas eram ‘performances’, no sentido próprio e, mesmo, artístico, do termo. Eram exposições públicas, eram um ‘colocar-se em cena’ por parte da população, rompendo a distinção entre *convívio* e *tecnovívio* (DUBATTI, 2016), mostrando expressividade e vigor (o *slogan* “o gigante acordou” vai nessa direção, de algum modo). Eram manifestações, muitas vezes, catárticas. Lembrando que *kátharsis*, na Filosofia, era a palavra utilizada por Aristóteles para designar um tipo de “purificação” sentida por quem assistia a um espetáculo, a uma representação dramática. Mas o conceito de “catarse” fez fama, como sabemos, na psicanálise, enquanto “libertação de emoções ou de sentimentos reprimidos, recalcados” (ROUDINESCO e PLON, 1998).

Como investigador (e nem estava a produzir uma etnografia, mas, ao mesmo tempo, o chapéu de cientista não caiu nos empurrões policiais), avaliava sinais interessantes ali, que eu possivelmente deixara passar nos meus escritos anteriores.

Notava existir, por exemplo, um caleidoscópio de demandas (quase que cada pessoa a levar as suas), que, sabidamente, não poderiam ser atendidas; ou, ao menos, não todas; não de uma vez. O que reforçava a necessidade de declará-las, energicamente, no fim e ao cabo, para mostrar potência, para afirmar uma “pulsão plebeia”, como diria Ruy Braga (2015). Fazer-se uma presença, que nunca poderia ser ‘descontada’ na prova dos nove. A população estava lá, ‘contava’, e tinha (muito) o que dizer. A performatividade de tantas reuniões, marchas e abanar de cartazes – veio-me essa epifania no meio do protesto – traduzia uma dimensão de democracia participativa também. Por si. Sem, necessariamente, imaginar, de um modo utilitarista, que aquelas performances levariam a uma negociação com o Estado. Aquela era uma dimensão da democracia sobre a qual eu nunca tinha me aprofundado, mas que, desde aquele *insight*, começou a me soar como uma dimensão essencial.

Porque, sim, a democracia era o regime político do debate. Mas, antes disso, (antes que qualquer boca falasse), existia uma visibilidade dos corpos, uns dos outros, uma ‘aparição’, por assim dizer, um encontrar-se ainda-no-silêncio, um atentar para os gestos, para os posicionamentos que antecedem os argumentos (FLUSSER, 2014). E – comecei a entender melhor isto naquele 2013 – mesmo depois que as falas surgem, e, com elas, os antagonismos, é preciso enxergar o outro, em que posição está, como reagiu, como se prepara, como se aquieta ou se inquieta. Em poucas palavras, ficava nítido para mim que a democracia era o regime político do importar-se um com o outro e, por isso ou para isso, o regime do aparecer ao outro. Nenhuma das formas de governo clássicas (monarquia, aristocracia, oligarquia, etc.) entrega tanto poder aos pensamentos e às atitudes de “uma qualquer pessoa” (*laikós*) (GOYARD-FABRE, 2003). O leigo, “o vulgo”, para a democracia, é “um potencial governante, no próximo sorteio ou na próxima eleição” (SINTOMER, 2010).

Consequentemente, poderiam existir “espaços de fazer democracia” (CASTRO, RODRIGUES e RIBEIRO, 2021) que não fossem caracterizados pelo ‘diálogo falado’, pela erística, pela disputa com palavras. Havia democracia no ‘diálogo gestual’: na mútua observação, na escolha de posições, sobretudo as expostas publicamente (no aparecer um ao outro e no importar-se um com o outro). Nem se consegue dizer, aqui, que seria uma ‘democracia no silêncio’, porque, boa parte das vezes, os protestos expõem suas interpretações sobre a realidade de um jeito bem barulhento (conquanto, simbolicamente, o silêncio possa ser uma tática igualmente eficaz, a depender do contexto). De qualquer forma, os protestos podem, como eu achava que as “Jornadas de Junho” faziam, não querer sentar-se à mesa de negociações com representantes do Estado e, ainda assim, estarem a produzir diálogo¹⁶⁶.

Espalhar uma razão alternativa, essa razão outra, diferente do discurso oficial do Estado, já constrói uma polémica que é, quase sempre, instrutiva. De maneira que seria plenamente viável direcionar o foco para a *participação* como construção de uma autoimagem da sociedade, não um instante exclusivamente endereçado a mudar ou a influenciar o Estado. E, a propósito, em paralelo a isso, dei-me conta de que considerar

¹⁶⁶ Aliás, o uso do vocábulo ‘*dia-logos*’, no grego antigo, referia-se mais a um processo de conhecimento “através (*dia*) da palavra [ou da razão] [ou do espírito] (*logos*)” que, exatamente, à conversa entre duas ou mais pessoas.

esse permanente dualismo “Estado x sociedade”¹⁶⁷, como se os movimentos sociais e protestos estivessem ‘do lado de cá’ e o Estado estivesse ‘do lado de lá’ era um essencialismo desnecessário. De novo: nada é tão simples¹⁶⁸. Há muitas “zonas de contato” e “repertórios de interação com o Estado” (PRATT, 1991; ABERS, SILVA e TATAGIBA, 2014 e 2018), isto é, muitos padrões de relacionamento e de justaposição entre sociedade e Estado em diferentes setores, especialmente na construção de políticas públicas.

Um último aspecto que me passava pela cabeça, ao participar daquele movimento de “Cidades Rebeldes” (HARVEY, 2014) tinha a ver com o quanto aquilo era produto do século XXI, por várias razões. Primeiro, porque era uma resposta a uma atmosfera de múltiplas crises. Económica, financeira, social, política, jurídica, moral, ambiental, geracional, etc. No caso brasileiro, havia ainda outra componente. Pessoas que acabavam de sair da miséria, da pobreza, da fome – crises urgentes – e descobriam-se na posição de reclamar formas de cidadania ou de “exigir outros direitos de cidadania basilares” (SEIXAS e MENDES, 2005). Uma nova classe remediada, precarizada (STANDING, 2013), juntando-se a outros grupos sociais descontentes com a situação do país, produzia uma contundente tensão, a mobilizar governo, instituições e *media* (ALONSO, 2023).

Segundo, porque o modo de funcionar e o tamanho do mundo atual, tanto física quanto virtualmente, termina por condicionar a dinâmica desses protestos (ATTALI, 2007; CARDON, 2012). Vejamos. Os paradigmas socioeconómicos, éticos e políticos vivenciados, hoje, continuam a gravitar em torno do capitalismo, um “sistema caracterizado pela exigência de acumulação ilimitada de capital por meios formalmente pacíficos” (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2020, p. 35) e, embora não esteja sequer no horizonte qualquer outro sistema (FISHER, 2020), o próprio capitalismo tem se

¹⁶⁷ Hegel (1770-1831) terá sido o primeiro autor a pontuar, de maneira sistemática, essa diferença entre Estado e Sociedade Civil, preocupando-se em salientar a cada instância sua peculiar esfera de ação. Outros, como Thomas Hobbes fizeram distinções semelhantes, conquanto menos vincadas, Cf. HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da Filosofia do Direito**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1997.

¹⁶⁸ Ressalte-se que as definições de Hegel sobre as objetivações do Espírito e as ações humanas articuladas nos níveis da sociedade civil, típico campo dos interesses particulares, e do Estado, expressão suprema da liberdade, porque campo do geral, do universal, formam denso objeto de estudo e guiam a Filosofia Política ocidental por séculos. Não é a sua filosofia que é chamada de “simples”, o que seria um disparate. Simplismo é considerar estanques e contraditórias as noções de Estado e sociedade civil.

transformado. Agora, é mais global, tanto porque mundializado (HARVEY, 2008; BAUMAN, 2021) quanto porque se preocupa com circunstâncias que englobam todas as facetas e os riscos sociais (DARDOT e LAVAL, 2016; SCHWAB e VANHAM, 2023), é mais tecnológico (FRASE, 2016; MOROZOV, 2018) e, sobretudo, é mais estético (LIPOVETSKY e SERROY, 2014).

Os dois primeiros atributos são mais famosos (capital global e *tech*), quanto a esse último, no entanto, basta lembrar uma das frases icônicas de Margaret Thatcher: “a economia é o método; o objetivo é mudar o coração e a alma”. É o que chamo de estético. Não importava, na década de 1980, o número de pessoas desempregadas, o desmonte do Estado de bem-estar social e a eliminação dos sindicatos, entre outras políticas que derrubavam antigas bases da sociedade britânica, pois o trunfo daquele ‘novo espírito do capitalismo’ (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2020) – o neoliberalismo – era diluir em todas as relações sociais uma ideia, uma sensibilidade, um tipo de subjetivação (DELEUZE e GUATTARI, 2017). A mentalidade, o gosto e o comportamento de um “sujeito empresarial” ou “sujeito neoliberal”, que trata a si mesmo como uma empresa, que precisa frutificar, render, desempenhar e, para isso, explora a si próprio (HAN, 2018a). Esse sujeito ‘hipermoderno’, ‘impreciso’, ‘flexível’, ‘fluido’, ‘sem gravidade’, ‘individualista’ (DARDOT e LAVAL, 2016) tem seus sofrimentos psíquicos, ora produzidos, ora gerenciados, pelo neoliberalismo (BIRMAN, 2012). Com isso, independentemente da recorrência das crises atribuíveis ao modo de operar do capitalismo, esse sujeito culpa a si mesmo, repudia o fracasso e a depressão, louva de modo maníaco o mérito individual e permanece num investimento libidinal com o sistema (SAFATLE, DUNKER e SILVA Jr., 2021). Em palavras simples, como as de Thatcher, o capitalismo conquistara-lhe o coração e a alma – valendo-se, obviamente, de uma miríade de “antropotécnicas” (SLOTTERDIJK, 2000 e 2018).

Não se pode dizer que isso seja uma “revolução”, mas certamente é um “rearranjo” (TAYLOR, 2014) fundamental, na ação política hegemônica. Tanto que os protestos e movimentos sociais, entendidos na condição contra-hegemônica (LACLAU e MOUFFE, 2015), moldam-se ao enfrentamento necessário: tornam-se, de igual modo, mais globais (mundializados e com preocupações que abarcam praticamente todos os aspectos da vida social), mais tecnológicos e mais estéticos. Utilizam os mesmos

mecanismos que massificam o senso estético neoliberal de um jeito subversivo, nomeadamente os *media*, a arte e a linguagem.

Para quem imaginava escrever sobre esses novos desafios na compreensão da ação coletiva neste século, surgia um labirinto à frente. Como escrever sobre esses pressupostos e enquadramentos teóricos: (i) sem elaborar uma monografia ao estilo das ‘grandes narrativas’ cuja crise (lá está mais uma crise!) estava anunciada (LYOTARD, 2010); (ii) sem cansar quem se dispusesse a ler, enredando tantos problemas de uma só vez, correndo o risco de, em abstrato, apontar a várias direções diferentes; e, finalmente, (iii) dando concretude à análise, seguindo, por exemplo, a narrativa de algum personagem, algum tipo de “jornada do herói” (CAMPBELL, 1989)?

Um caso de estudo! Era isso. Minha orientadora e socióloga favorita havia encontrado a saída do labirinto. O fio de Ariadne teria de seguir algum evento que, de maneira exemplar, envolvesse todas aquelas premissas.

“A essência de um estudo de caso, a tendência central entre todos os tipos de estudo de caso, é que ele tenta iluminar uma decisão ou um conjunto de decisões: por que elas são tomadas, como elas são implementadas e com que resultado” (SCHRAMM, 1971, p. 6). E, por lógica, um estudo de caso escrito com uma lente mais ampla, uma perspectiva maior de tempo, tenderia a iluminar mais detalhes e problemas que aquilo visto em direto (*idem*, pp. 9-10).

Teria de ser um caso, para além de exemplar, interessante, que fustigasse a atenção, para fugir da máxima de que “o envolvimento, a atração e a sedução sejam características incomuns nos estudos de caso” (YIN, 2015, p. 210).

De qualquer sorte, eu tinha certeza de que recontar os detalhes de alguma história não seria meramente “comunicar um conjunto de informações”, visto “o caráter, por assim dizer, *constitutivo* da escrita, que aqui, como em outros contextos de comunicação científica, não se limita a informar, mas contribui, ela própria, para a definição dos conteúdos transmitidos” (CARDANO, 2017, p. 327).

Assim como o “senso comum é retórico e metafórico; não ensina, persuade” (SANTOS, 2010, p. 56), seria útil conseguir um tom mais persuasivo ao tratar do caso. Com essas coisas em mente, a escolha recaiu sobre o *#Occupy Wall Street*.

5.1.1 Por que o Occupy?

A expressão “*Occupy Wall Street*”, nesta altura, é bastante familiar. Não apenas porque foram cento e tantas páginas, até aqui, a tratar de conjunturas desse protesto, mas porque o próprio termo “*Occupy*” já foi lido mais de cem vezes, em algumas horas. É possível que seja, para si, a palavra mais repetida deste dia.

Essa constatação tem desdobramentos, teóricos e práticos. O primeiro deles: essas várias menções à palavra *Occupy* têm a ver com um método. O referente dessa palavra, o movimento *Occupy Wall Street*, é utilizado, aqui, como exemplo, como ponto de partida para reflexões sobre a democracia nessas primeiras décadas do século XXI. O método utilizado neste trabalho é, essencialmente, o *estudo de caso*.

De acordo com John Gerring (2019, p. 68), “um *caso* representa um fenómeno espacial e temporalmente delimitado, de importância teórica”. O método do *estudo de caso* é concretizado a partir de um “estudo intensivo de um caso singular ou de um pequeno número de casos que se baseia em dados e promessas de elucidar uma população maior de casos” (GERRING, 2019, p. 69). Ainda para o autor, é um “estudo altamente *focado*, significando que um tempo considerável é despendido pelos pesquisadores analisando, e subseqüentemente, apresentando, o caso escolhido” (GERRING, 2019, p. 69).

Na mesma direção, John Creswell (2014, p. 86) afirma a pesquisa de *estudo de caso* como “uma abordagem qualitativa na qual o pesquisador explora um sistema delimitado contemporâneo da vida real, *ao longo do tempo*, por meio da coleta de dados detalhada em profundidade”.

Robert Yin adverte que “não existe fórmula, mas a escolha [do método de estudo de caso] depende, em grande parte, da questão de pesquisa”. “Quando as questões de investigação exigirem uma descrição ampla e ‘profunda’ do fenómeno social, o estudo de caso será o mais indicado” (YIN, 2015, p. 4).

Embora centenas de protestos, em todos os continentes, tenham vindo à luz entre 2011 e 2015, o que sugere uma noção de conjunto, alguns guardavam “caraterísticas muito particulares de seus territórios e das forças sociais envolvidas, que precisariam ser teorizadas” (BURAWOY, 1998, p. 21), a exemplo das “revoluções egípcia

e tunisina, no contexto geral da Primavera Árabe” (GUIDÈRE, 2012, p. 9). Outros exibiam “singularidades geopolíticas e histórico-sociais”, de difícil replicação, “como os protestos na China” (PERRY, 2008).

Portanto, mesmo existindo influências mútuas entre aqueles protestos todos de 2011, com similaridades de premissas, de reivindicações e, principalmente, de estratégias, seria instrutivo escolher um deles para avaliar de modo mais profundo. E, se possível, que esse escolhido tivesse um raio que abrangesse a maior parte das reflexões que minha participação nas “Jornadas de Junho”, no Brasil, suscitava. Que o caso envolvesse, de algum modo, aquelas premissas, provenientes de observação e de lances preliminares de teorização, que indicavam algumas transformações no próprio ato de protestar (e suas finalidades mediatas e imediatas).

Era interessante que fosse um (único) ponto de observação da década anterior, com diversas fontes de informação e de interpretação disponíveis, que pudesse servir de ponte com os episódios que seguiram (entre 2012 e 2023). Interessante, de duas formas, aliás. Tanto no sentido de ‘proveitoso’, visto que, se houvesse um protesto a sintetizar ideias a contribuir para a democracia no século XXI e a condensar determinadas adjetivações dos *novíssimos movimentos sociais*, melhor. Quanto, de outra maneira, interessante por ‘despertar interesse’, ‘cativar’. Poderia ser curioso seguir um desses grandes protestos de 2011 a 2015 como quem segue um personagem, pleno de complexidades, profundidades (camadas) e dilemas.

Pois bem. O candidato mais forte me parecia o *Occupy Wall Street*. Por diferentes razões – cinco ou seis, pelo menos – mostrou esse potencial enquanto *estudo de caso*:

(i) O OWS foi organizado na América do Norte e com vistas a ‘ocupar’ o epicentro das finanças globais, o símbolo maior da *globalização fábula* (SANTOS, 2001), aquela propagada como sonho de um mundo homogeneizado pelo capital e pelos mercados. Essa morada era completamente simbólica.

Além disso, os EUA traziam consigo algumas dualidades e uma certeza. Um país desenvolvido, altamente industrializado, ainda a maior economia do planeta, que, entretanto, convive com pobreza, desigualdade e corrupção em níveis mais próximos

aos da América Latina que aos dos outros países ricos. Essa dualidade é parte da história do *Occupy*, considerando que aqueles três temas eram recorrentes nos manifestos e nos cartazes do protesto.

Outra dualidade: o país testemunha absurdos preconceitos, especialmente com as populações negra, latina, asiática e indígena, mas, em simultâneo, exhibe uma extraordinária história de ativismos, talhados para enfrentar, publicamente, tantos problemas.

E, finalmente, aquele protesto em *Manhattan* seria, a um só tempo, fruto desses séculos de mobilizações no território americano e fruto do que acontecia (fora dos EUA) naquele ano peculiarmente agitado. Uma dualidade típica da ‘era da *internet*’, em que o tempo é alargado (as memórias computadorizadas guardam tudo, de todas as épocas) e o espaço é comprimido (já não existem distâncias com a velocidade de circulação das ‘infovias’).

A certeza era a de que os meios de comunicação de todo o mundo voltariam suas lentes para um evento de grande escala na América do Norte, porque, afinal, as maiores agências internacionais de notícias ainda se localizavam naquele país. Quem obtivesse êxito ao protestar numa metrópole como Nova Iorque, obtinha, automaticamente, uma visibilidade global.

(ii) Um protesto com intensa adesão de subgrupos da classe média americana, um estrato da população com fama de conservador (“*adherence to intrinsic standards*”) e pouco politizado (“*emphasis on independence from politics and government*”), nas palavras de Dennis Gilbert (1998, p. 41).

Havia dois ou três calcanhares da *middle class*, entretanto, que foram acertados pelo *Occupy*, como o discurso de que *the Big Money* (o dinheiro das corporações) – e não *the taxpayers* (as pessoas que pagam regularmente seus impostos) – é que, agora, controlaria o governo; o discurso de que uma *debt-based economy* (economia baseada em dívidas), que enrasca a classe média em hipotecas, financiamento de bens, empréstimos estudantis e pessoais, seria um sistema diferente do capitalismo (que

recompensaria o espírito empreendedor e o esforço para alcançar objetivos)¹⁶⁹; o discurso de que aquele seria um *party-free protest* (protesto independente de partidos políticos), no qual conservadores, liberais e radicais; republicanos, democratas e libertários; pudessem estar do mesmo lado, eis que o alvo das indignações era a abissal desigualdade económica que assolava o país.

Por conta dessa atração de um público que, geralmente, foge da participação em protestos, houve críticas também, no sentido de que o perfil de homens, brancos, heteros, escolarizados e empregados, sobressaía. Mesmo esse contraponto seria interessante a um caso de estudo.

(iii) Um protesto, como se percebe, que articulou uma pluralidade de narrativas e de energias sociopolíticas e económicas, a unir forças trabalhistas com forças de direita, de centro e de esquerda no tabuleiro eleitoral. De anarquistas da *Direct Action Network* (DAN) a pessoas ligadas ao *Tea Party* (partido de extrema direita e conservador dos EUA), passando por diversos sindicatos e associações, até a partidos de pequena amplitude eleitoral¹⁷⁰, como o *Working Families Party* (WFP), de centro-esquerda.

O fato de ser ‘multimatricial’ ajuda a compreender o espalhamento de demandas para vários lados, ainda que tivessem um eixo comum na equidade económica.

Para mais, ajuda a compreender a opção de não haver representantes oficiais do protesto. Rostos ou figuras que se postassem como lideranças (formalmente) constituídas. Ainda que existisse essa opção, seria difícil levá-la ao terreno, considerando a amplitude dos grupos de interesse (*advocacy groups*) que se aliavam.

A pauta precisava ser abrangente e falar por si.

(iv) uma mobilização que reproduzia as características de ação direta anárquica (horizontal), debatida e estruturada a partir da *internet*, transmitida em direto, com

¹⁶⁹ Ver, nesse sentido, obra de um dos organizadores do *Occupy*. GRAEBER, David. **Debt: the first 5,000 years**. New York: Melville House, 2012.

¹⁷⁰ Embora conte 2 cadeiras no Senado (de 100) e 13 na Câmara de Representantes (de 435), além de fazer parte do Governo Kathleen Hochul (2022 em diante), em Nova Iorque, numa coalizão com o Partido Democrata.

blogs e *sites* próprios, tal como se assistiu na Primavera Árabe e nas acampadas europeias.

Um protesto, assim, que experimentava um processo de ‘automediação’¹⁷¹, de divulgar-se a si próprio, mas, em simultâneo, de atrair os *media* tradicionais, exibia uma complexidade que despertava interesse como estudo de caso.

(v) Uma organização em rede e sincronizada, por mais de 1.000 (mil) cidades em todo o mundo (a contradizer o preconceito que associa desorganização a sistemas anárquicos).

(vi) uma experiência que consolidou (por exemplo, com suas técnicas de consenso na tomada de decisões) perspectivas de “representação”, de “deliberação” e de “participação” na democracia que poderiam ser ativadas como versões mais radicais daquela tríade. Haveria, enfim, alternativas à maneira estreita como aquelas noções eram entendidas no âmbito da democracia liberal do ocidente.

Essas razões parecem suficientes à evidência de que o *Occupy* contribuiu, de modo decisivo, para tornar o ano de 2011 uma sementeira de novos formatos e de novos conteúdos às ações contenciosas para as primeiras décadas do século XXI (GERBAUDO, 2017, p. 87).

5.1.2 Para quê o *Occupy*?

Estabelecidos esses porquês, é possível avançar a objetivos. Qual a finalidade de refletir sobre o *Occupy*, mais de dez anos depois de sua erupção? Ou, de outra maneira, com que objetivos se fala do legado daquele protesto?

É importante notar, como aproximação de resposta a essas indagações, que o *Occupy* – como, de resto, todas as grandes agitações sociais fazem – estabeleceu um princípio de identidade construído coletivamente. Uma identificação em torno de interesses e de valores comuns no campo da cidadania, que ficava mais nítida à medida que o protesto se avolumava.

¹⁷¹ Cf. CHOULIARAKI, Lillie. **Self-Mediation: New Media, Citizenship and Civil Selves**. 1ª ed. London/New York: Routledge, 2017.

Ativistas de longa data coligaram-se a ativistas de primeira viagem e a todas as pessoas que quisessem juntar-se, para assembleias de debate e de deliberação sobre os conflitos, os adversários e os projetos de transformação (social, cultural, económica, epistemológica e política) que o protesto buscava influenciar. Quando deixa a escala de um protesto em particular (numa cidade, sobre um dado tema) e passa a uma constelação mundial (abrangendo centenas de cidades e dezenas de temas), o *Occupy* começa a traduzir, mais precisamente, uma “rede de movimentos sociais” (SCHERER-WARREN, 1999) ou uma “maré de movimentos” (BURAWOY, 2005). Não apenas um, único e hermético, movimento. Muito menos um, único e autoexplicativo, protesto.

A partir de então, o *OWS* se torna o candidato a reunir as maiores vantagens para um estudo de caso. Encaixava-se no conselho de Robert Yin (2015, p. 196) no sentido de que as indagações que dominam um estudo de caso, de regra, são “como?” e “por que?”. Essas eram, de fato, as duas perguntas mais repetidas nas publicações sobre o *OWS* (e sua herança): “como e por que aquilo tudo aconteceu?”, naquele momento, naquele lugar e com aquele impacto.

Pois bem. O desenho (ou o planeamento) de um estudo de caso deve se estruturar a partir de um *argumento*. Para John Gerring (2019, pp. 76-77), “um argumento se refere ao ponto central de um estudo – o que se está tentando demonstrar ou provar”, pelo que “um argumento pode ser articulado em uma teoria formal e pode também ser desagregado em *proposições* ou *hipóteses* específicas”.

Ao acompanhar a riqueza de variáveis envolvidas no *Occupy*, percebi que, efetivamente, havia *proposições* e *hipóteses* nas quais desagregar o conteúdo. Até porque esta investigação deveria, idealmente, matricular-se na tradição da Sociologia Política ou, em específico, da Sociologia da Democracia contemporânea. Uma tarefa de óbvia dificuldade que exigiria recortes.

O primeiro, quanto ao conteúdo. O fio condutor deste estudo busca resgatar narrativas, vivências, estratégias, práticas, estéticas, éticas, teorias, *etc.* oriundas daquele protesto que, conjuntamente, era social, político, jurídico e económico. Ou, no mínimo, pode-se dizer que tinha repercussão nessas áreas todas (se não em outras também).

Com o exemplo do *OWS* a se distinguir dos protestos e dos movimentos sociais do século XX em vários aspetos, seria possível traçar alguns conceitos relativos à Sociologia, à Ciência Política, à Filosofia e, mesmo, à Economia, ao combinar o exame de discursos, de comportamentos, de reivindicações e de propostas do *#OccupyWallStreet* e em torno dele.

O argumento principal da Tese, portanto, vai neste rumo: a constatação de uma ‘crise da democracia’ (nos países ocidentais) não deve paralisar as instituições, tendo em conta as várias possibilidades de aprendizagem ético-política com protestos e movimentos feito o *Occupy*, que renovam paradigmas políticos, económicos, sociais, culturais e estéticos.

Existem mudanças radicais – teóricas e práticas – por fazer na democracia (como sistema político e como sentido de convivência), à vista das conjunturas e dos desafios extraordinariamente novos apresentados pelo século XXI, inclusive o triste e lamentável episódio da pandemia de Covid-19, que abalou diversas certezas em muitos campos da sociabilidade.

Não há – nem houve, antes – um “fim da História” (FUKUYAMA, 1999), representado pelo suposto triunfo da democracia liberal (sobre *fascismo* e *comunismo*). Como “os sistemas políticos são sempre um reflexo da cultura e da história locais em que nascem e surgem por meio de oportunidades passageiras”, a democracia continua em eterna provação (OSBORNE, 2013). E sua história pode sempre recomeçar, desde que, no presente, fatores sociais e culturais sejam combinados em prol de mudanças.

Os protestos e movimentos sociais, usualmente, atuam como catalisadores, “ao transformarem o descontentamento em mobilização para alcançar a mudança política” (MATOS, 2012, p. 95). Nesse processo, a própria democracia expande seus limites. Exatamente por isso que os vestígios sociológicos deixados pelos “movimentos de indignação” da última década (CASTELLS, 2013; INNERARITY, 2016) permitiriam investigar, filosoficamente, o que faz uma ideia *antiga* (na aceção filológica, uma ideia que aparecera na *Antiguidade Clássica*), como a democracia, permanecer contemporânea e – não apenas isso – permanecer, ainda, com uma palavra a dizer sobre o futuro.

O *Occupy*, assim como tantos outros congéneres (*Primavera Árabe, Los Indignados, Femen, Que se lixe a Troika!, Movimento Passe Livre, etc.*), evidenciou princípios de estruturação de sua inteligência e de sua agência coletivas que contradizem algumas interpretações clássicas sobre a ação de *massas* (CANETTI, 1995) e de *grupos sociais* (OLSON, 1999). Desde logo, porque se articulava numa lógica semelhante à das tecnologias de *redes digitais*, ao convocar, comunicar, publicar, financiar, proteger, atacar, debater, *etc.* em altíssima velocidade. Ainda que pudesse demorar o tempo que fosse, analogicamente, numa assembleia presencial. Coisas que, juntas, não formam um paradoxo, mas se complementam: para que exista a possibilidade de discutir por cinco horas, numa reunião física, outras atividades e outros compromissos daquele público devem ser *digitais*. Nesse passo, o *OWS* transformava o “descontentamento em mobilização” com fórmulas muito mais adequadas ao século XXI, gerando, consciente e/ou inconscientemente, releituras para o exercício da democracia. Que sistema democrático acompanha essas novíssimas maneiras de protestar?

Enfim, o objeto desta investigação é o modo como “movimentos de indignação”, nomeadamente o *Occupy*, expressam uma compreensão de democracia como possibilidade emancipatória *ainda por cumprir* – e, embora não controlem inteiramente esse efeito, terminam por apontar parâmetros novos para as teorias e as práticas sociais, económicas e políticas da própria democracia – o que revela seu nítido potencial “contra-hegemónico” (SANTOS, 2013, p. 135) e sua importância para a história da *ideia* de democracia (devido ao trabalho de atualização dela que realizam).

Os objetivos específicos do estudo levam à tentativa de responder a estes três questionamentos:

a) *novíssimos movimentos sociais*, como o *#OccupyWallStreet*, apresentam algum discurso socioeconómico consistente e politicamente complexo como alternativa ao modelo de democracia hegemónico no ocidente?

b) é possível, desde as experiências desses *novíssimos movimentos sociais*, como o *#OccupyWallStreet*, construir novos pressupostos (nova compreensão do passado) e novas bases (nova compreensão do presente) para uma teoria democrática que se ajuste, minimamente, à contemporaneidade?

c) quais os limites, as possibilidades e as críticas, em termos de Sociologia Política, que se pode registrar, ainda que preliminarmente, a esses novos modelos de democracia propostos por movimentos como o *#OccupyWallStreet*?

O OWS, enquanto caso de estudo, pode guiar algumas dessas interpretações, de tal maneira ampla, que, provavelmente, nenhum dos outros movimentos de 2011 (ou, mesmo, de 2011-2015¹⁷²) conseguiria. A circunstância de ter tido lugar nos EUA, de alguma maneira, ‘desparticulariza’ o protesto. Quando se fala de uma mobilização na Bielorrússia, na Hungria, na China, no Mali ou no Brasil, é habitual que sejam perguntadas as vicissitudes de cada território, povo, governo, etc. que levaram ao instante de eclosão do protesto. Isto é, existe um certo impulso de ‘particularizar’ o ocorrido. Com os EUA, passa-se diferente. Ou quase o inverso, para dizer sem exagero. O imenso poderio militar, a dominância sobre o dólar, enquanto divisa global, e o vigor das inovações tecnológicas do Estado e das empresas, fazem com que os EUA – embora com, cada vez mais, contestação e algum declínio – permaneçam como virtual centro do sistema-mundo (WALLERSTEIN, 2004 e 2019; HUDSON, 2003) ou, na expressão de Jacques Attali (2007), “coração e cérebro do sistema”. O que tem lugar nos EUA, no centro, é visto, desde logo, como exemplar às periferias e às semiperiferias do sistema. É entendido como algo que ocorreu ‘em abstrato’, sem necessidade de perquirir eventuais minúcias ou de informar-se dos detalhes contextuais e circunstanciais do ocorrido.

Soma-se, portanto, ao “para quê o *Occupy*?”: para que o potencial de refletir sobre novos elementos ao paradigma democrático ocidental não seja obstruído pela quantidade de observações laterais ou secundárias que um protesto da Tunísia (por exemplo) demandaria. Não que exista uma real gradação de importância ou de exemplaridade entre esses protestos, mas, não se pode fingir que seria diferente, um deles é compreendido, quase de imediato, como modelo (algo que tende a ser imitado)

¹⁷² Há estudos que relacionam um intervalo mais abrangente, para indicar esse “ciclo de protestos” de que o OWS faz parte. Cf., entre outros, ORTIZ, Isabel. BURKE, Sara. BERRADA, Mohamed. CORTÉS, Hernán. **World Protests (2006-2013)**. *Initiative for Policy Dialogue and Friedrich-Ebert-Stiftung New York Working Paper n. 2013*. Disponível em http://policydialogue.org/files/publications/World_Protests_2006-2013-Final.pdf. Acesso: 14.5.2014.

e o outro, por uma série de razões, inclusive preconceitos, é concebido como essencialmente impregnado de notas locais ou regionais.

5.2 Método e técnicas de recolha e tratamento de dados

Com aquilo que assumimos, epistemologicamente, a escolha, mais ou menos óbvia, recairia sobre uma abordagem de ‘metodologia qualitativa’, a orientar os procedimentos de investigação para análises do fenómeno, observações que pudessem, depois, estabelecer raciocínios indutivos e, no fim, alguma teorização a respeito. Como toda indução, partimos do específico, de algumas premissas, para alcançar determinadas conclusões gerais, e, nessa travessia, se possível, criar conhecimentos novos.

A pesquisa qualitativa, de regra, volta-se à compreensão de variáveis mais subjetivas – opiniões, valores, atitudes, significados, percepções – em vez de índices, estatísticas ou números. “Vai além do *quê*, *onde* e *quando* da análise quantitativa para investigar o *porquê* e o *como* por trás do comportamento humano e as razões que governam tal comportamento” (MERRIAM e TISDELL, 2015).

No entanto, por uma escolha que, logo mais, explicarei com detalhe, optei, também, por trazer uma abordagem de ‘metodologia quantitativa’. É provável que represente uma parcela bem menor do estudo, quando avaliado o quadro geral, mas serve, de toda sorte, como tradução da intensidade do protesto em números.

5.2.1 Estudo de caso

A metodologia que guiou estas páginas foi, essencialmente, o estudo de caso. “Um caso de estudo organiza os detalhes da vida em busca de padrões e *insights*” (SCHRAMM, 1971, p. 1). Embora não houvesse dúvida de que o *Occupy* pudesse oferecer vários *insights*, preocupava-me o quanto essas ideias teriam data de validade. Os primeiros contatos com materiais teóricos relativos ao protesto ocorreram em 2012, meses depois de a polícia ter dispersado o acampamento. A previsão inicial que fiz, de

reunir dados, descrições e teorias sobre o *OWS*, durante dois anos, fatalmente levaria o texto a espelhar o calor dos acontecimentos.

A vida, entretanto, surpreende. Não dá descanso. Na medida em que o tempo passava, amadurecia um conceito bem distinto daquele original: e se pudéssemos tratar do longo prazo? Se pudéssemos alcançar uma ‘hermenêutica’ dos eventos – e do protesto – dez anos depois? A necessária distância – como dizia Saramago¹⁷³, “é preciso sair da ilha para ver a ilha” – poderia ter repercussão instrutiva para pensar sobre as categorias envolvidas no movimento social. Que impacto teria uma ação coletiva de protesto, uma performance contenciosa, feito o *OWS*, uma década depois? Haveria algum significado que dependesse, fortemente, da atualidade do protesto, de tal modo que o tempo lhe cairia mal? De maneira inversa, algum sentido lançado pelo protesto dependeria do tempo e somente encontraria oportunidades efetivas de transformar realidades muitos anos depois das cenas nas ruas?

“Um estudo de caso escrito com uma lente mais ampla, uma perspectiva maior de tempo, pode iluminar mais detalhes e problemas que aquilo visto em direto” (SCHRAMM, 1971, pp. 9-10). De fato. Observar o que teria acontecido ao protesto depois de exposto ao tempo parecia algo (mais) proveitoso (ainda), porque a literatura sobre ações coletivas e movimentos sociais é, em grande parte, elaborada nos arredores do presente. Isto é, alguns primeiros escritos – artigos, por exemplo – são lançados concomitantemente ao protesto ou alguns meses depois; outros escritos mais alentados – investigações com maior quantidade de dados – publicam-se dois ou três anos depois de testemunharem o protesto. Um número consideravelmente menor de pesquisas são realizadas dez, quinze ou vinte anos depois dos eventos (GIUGNI, 1999).

Outro ponto de destaque nessa proposta é que o estudo não precisaria ostentar um caráter muito descritivo. O entendimento buscado seria o da complexidade do fenômeno em sua travessia pela década. Não era imprescindível narrar cada passo do protesto, mas sim tentar uma investigação “com a preocupação de identificar os fatores que determinaram ou contribuíram para a ocorrência do fenômeno” (GIL, 2007)

¹⁷³ SARAMAGO, José. **O conto da ilha desconhecida**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

e, neste caso em particular, com a preocupação de perceber os laços entre o contexto dos anos 2010 e o contexto dos anos 2020 em diante.

Um esforço, portanto, de compreender os diversos conhecimentos que o exercício de protestar consegue desabrochar. Abrir “uma via fronética entre *episteme* e *praxis*” (FLYVBJERG, 2001). “Os estudos de caso são modos adequados de produção do conhecimento científico-social que, avançando sobre as fronteiras analíticas da *episteme*, propõem-se condizentes com a noção aristotélica de *phronesis*”¹⁷⁴ (FLYVBJERG, 2001, p. 140). Antes de uma ciência social comprometida com a “descrição competente de fenómenos”, com vistas à formulação de generalizações, o ânimo reside em avaliar e “deliberar sobre problemas e riscos que encaramos e traçar como as coisas poderiam ser feitas diferentemente” (*ibidem*).

Como frisou Umberto Eco (2011, p. 53), “a pesquisa deve dizer sobre seu objeto coisas que não tenham já sido ditas ou rever com uma óptica diferente coisas que já foram ditas. (...) uma obra de compilação só tem utilidade científica se não existir ainda nada de semelhante nesse campo”.

Nessa linha, tentamos pensar um bocado fora dos lugares-comuns sociológicos e filosóficos sobre aquilo que o *Occupy* suscita. Sem fugir dos paradigmas mais rígidos do fazer científico, em um ou outro ponto, fizemos como Feyerabend (2011, p. 17), “[preferindo] formulações mais paradoxais, pois nada embota a mente tão completamente como ouvir palavras e *slogans* familiares”.

Assim, não sendo um esforço propriamente descritivo do *OWS* e de suas principais performances públicas de contestação, haveria espaço para uma análise mais explicativa e que, nessa condição, jogasse com metáforas e outras ferramentas para propor conceitos. “A função, que na pesquisa quantitativa é desempenhada pelos modelos matemáticos ou estatísticos, na pesquisa qualitativa é exercida pelas metáforas utilizadas para expressar, principalmente por meio de ícones, imagens, as

¹⁷⁴ No grego antigo, φρόνησις (*phrónesis*) é conceito que aparece no Livro IV da *Ética a Nicómaco*, de Aristóteles, traduzindo a virtude da “sabedoria prática”. A frônese não se deixa ensinar, porque é experimentada como autoconhecimento, mas é elemento constitutivo de nosso modo de compreender o “estar-no-mundo”, nossa situação existencial.

características mais importantes do contexto em estudo” (CARDANO, 2017, p. 320). A metaforização, nessa perspectiva, não é um ornamento sobreposto aos significados, mas uma forma de constituir novos significados (*ibidem*); sempre com alguma cautela, que respeite a história, os interesses e as âncoras sociopolíticas declaradas pelo próprio movimento estudado, a fim de que não se torne completamente irreconhecível graças ao exercício de imaginação sociológica de quem teoriza (WRIGHT MILLS, 2005).

A escolha de um caso que não seja ‘comum’ ou ‘trivial’ é bastante significativa, para evitar que as metáforas não sejam hipérboles. Isto é, vale aplicar-se no estudo de um caso realmente crítico, extremo ou paradigmático, seja em que sentido se interprete, para que as possibilidades conceituais, a partir dele, sejam ampliadas e não pareçam meros exageros de quem escreve com empolgação sobre o tema. Um caso que desperte interesse, *prima facie*, ativa, com mais nitidez, aspectos do problema que, em situações ‘banais’, apareceriam com menor intensidade e não revelariam os efeitos e as condicionantes do que se pretende demonstrar.

Como lembra Robert Yin (2015, p. 205), “o estudo de caso exemplar provavelmente será aquele em que: o caso seja incomum e de interesse público geral; ou os aspectos subjacentes sejam nacionalmente importantes – tanto em termos teóricos quanto em termos políticos ou práticos”. De acordo com o que argumentamos, o exemplo do OWS preenche as duas condições. É incomum, de interesse público geral e teve relevância nacionalmente (aliás, internacionalmente), em termos teóricos e práticos, alterando a dinâmica política, inclusive o tabuleiro eleitoral posterior.

5.2.2 Análise de imprensa (notícias de jornais)

Agora, surge um problema de percurso para a frônese (a *sabedoria prática*) resolver. Com que evidências argumentar que o OWS permanece uma referência importante no debate dos anos 2020? Como recolher dados que, ao menos, sirvam de ponto de partida nessa tarefa?

O caminho para examinar consequências duradouras guarda alguns perigos manifestos. Pode, por exemplo, ficar extremamente abstrato. Pode, também, perder

seu foco. Logicamente que “todas as metodologias, até mesmo as mais óbvias, têm seus limites” (FEYERABEND, 2011, p. 47). Mas é preciso tentar fugir de ratoeiras.

Optamos por uma técnica de recolha de dados bastante consagrada: a *análise documental*. E de uma informação específica: a notícia de jornal. “Nas últimas duas décadas, reportagens extraídas de jornais se tornaram uma fonte primária de dados na pesquisa de movimentos sociais” (KOOPMANS e STATHAM, 1999, p. 203).

Isto porque, pragmaticamente falando, os jornais, conquanto ideologicamente posicionados, são também arquivos de razoável fidedignidade, organizados, de rápido acesso e que espelham uma dose de variedade nas informações transmitidas, através de matérias publicadas, editoriais, artigos assinados, vídeos e fotografias. Os jornais também fazem uma classificação prévia de materiais, separando-os por palavras-chave, por temática, por ano, por pessoas citadas, etc. Além de terem um tratamento de conservação, como, por exemplo, a digitalização de conteúdo.

Numa dimensão simbólica e do imaginário, os jornais, há séculos, representam um dos elementos que dão substância à cultura política de qualquer localidade (LIPPMANN, 2010, p. 275). Como diria Alain de Botton (2015), “o noticiário é, de longe, o mais influente meio de educar as populações”. O que os jornais dizem é, sem dúvida, uma parte (considerável) do que as pessoas têm em mente, numa dada época, mesmo que esse seja o resultado de uma manipulação de consensos (HABERMAS, 2003a, p. 228), visto que os jornais tradicionais são, quase sempre, propriedades do 1% (um por cento) mais rico em cada sociedade (DORLING, 2015, p. 23).

De qualquer modo, os jornais, sobretudo os de grande circulação, com todas as dificuldades enfrentadas neste século das plataformas digitais, permanecem barómetros das sociedades. É possível notar um bocado da marcha das coisas pelas manchetes, pelas colunas de opinião e, não menos, pelos cadernos de moda, de cultura e até dos desportos. Mesmo porque “o noticiário sabe tornar sua mecânica quase invisível e, portanto, difícil de questionar. Ele se dirige a nós com uma voz natural e transparente, sem qualquer referência à própria perspectiva tendenciosa” (BOTTON, 2015, p. 11). Modela novos sentidos nas mentes do público alcançado, sem que esse se dê conta de que não recebe apenas informações sobre o mundo, mas interpretações pré-definidas de acordo com as prioridades jornalísticas e empresariais.

Durante as aproximações iniciais com o tema do *Occupy*, constatamos que algo cada vez mais raro, hoje, aconteceu com a cobertura de imprensa daquele protesto: houve tempo, espaço e vontade de uma cobertura detida, detalhada, que tentasse captar diferentes ângulos dos eventos. Houve a preocupação de expor pontos de vista tanto de manifestantes quanto de figuras públicas ou de estudiosos sobre o tema.

Somadas as duas coisas – um arquivo que já estava previamente organizado, por datas e por palavras-chave – e uma cobertura de muita proximidade e de muito volume (aquilo que apelidamos, aqui, de jornalismo de *flâneur*), a opção pela análise documental de jornais mostrou-se vantajosa. Avaliar aquilo que diziam os maiores jornais de Nova Iorque sobre a ocupação, por, no mínimo, cinco motivos básicos.

A um, porque não há sociedade civilizada sem jornalismo de qualidade, independente e ativo¹⁷⁵. Nada, até agora, tornou obsoleto o jornal impresso. Nem mesmo “a alteração dos hábitos de consumo, a emergência de novas plataformas, o espaço crescente de *free lancers* na profissão jornalística e a desintermediação” (comentários e notícias produzidos fora do universo do jornalismo profissional), fatores lembrados por Gonçalo Reis (2017)¹⁷⁶. De modo que combina com um estudo sobre democracia essa mirada sobre a produção da imprensa livre e crítica.

A dois, porque os meios de comunicação, em especial através do jornalismo impresso, (i) realizam uma espécie de “enquadramento” das informações disponíveis, visibilizando umas em detrimento de outras; (ii) difundem certas interpretações sobre os fatos relevantes na sociedade, compondo e hierarquizando uma agenda pública de debates; e, com isso, (iii) exercem uma pressão (direta ou indireta) nos representantes eleitos para que suas decisões gravitem em torno das pautas escolhidas pelas linhas editoriais. Essas três características, entre outras, como aponta Luis Felipe Miguel (2003), assinalam uma *função representativa da sociedade exercida pelos media*.

¹⁷⁵ Frase de Maria Flor de Azevedo e Silva Pedrosa, jornalista portuguesa, que, desde outubro de 2018, exerce a Diretoria de Informação da *Rádio e Televisão de Portugal* (RTP), empresa pública, durante o 4º Congresso dos Jornalistas Portugueses (12 a 15 de janeiro de 2017). Mesa de abertura. Palestra: “*Não abdicar do seu poder*”. 12.1.2017.

¹⁷⁶ Gonçalo Reis foi Gestor e Presidente Executivo da RTP, entre 2015 e 2021. Ver: Da importância do Jornalismo. <https://observador.pt/opiniao/da-importancia-do-jornalismo/>. Acesso: 15.10.2018.

A três, porque uma parte considerável do imaginário social – aquele conteúdo simbólico mais duradouro, que movimenta energias políticas – é construída nos discursos dos maiores veículos de imprensa. Tanto no curto prazo, notadamente a partir das redes sociais, como no longo prazo, com a circulação e a repercussão de suas denúncias e reportagens. Embora as redes digitais sejam um “segundo dilúvio”, na conhecida expressão de Roy Ascott¹⁷⁷, conseguem se balizar, minimamente, ao retransmitir conteúdos que nasceram nas redações de jornais. Funcionam, hoje, como decantadoras nas falas cotidianas daqueles assuntos mais polémicos levantados pelos jornais.

A quatro, porque os jornais impressos são muito eficazes como anunciantes. Não somente para empreendimentos com fins lucrativos, por óbvio. Quando um empreendimento social consegue, de maneira paga ou gratuita, publicar suas ideias naqueles veículos, há uma propagação bastante eficaz delas. A atenção retida pelos jornais, entre grupos de pessoas influentes em cada sociedade, permanece grande.

A cinco, e finalmente, porque o jornalismo analítico, com checagem de fatos, com apuração e com inteligibilidade de conteúdos, ainda importa – e, talvez, mais que há trinta anos – para quem estuda uma dada realidade passada. As lentes dos jornais são bem distintas daquelas das redes sociais. Mas igualmente curiosas e reveladoras, em especial quando se olha para fatos de uma década anterior. Os jornais, de qualquer forma, já não emitem mensagens de forma unilateral. Existem os comentários registados para cada notícia, as sessões de cartas de leitores e, às vezes, fóruns próprios – onde interagem jornalistas, editores e leitores – sobre os temas mais candentes da

¹⁷⁷ Roy Ascott, no seminário e exposição de arte *Creativity and Cognition* (que teve lugar na Universidade de Loughborough, no Reino Unido, entre 29 e 30 de abril de 1996), afirmou: “o mundo está prestes a ser submerso por uma segunda grande inundação. Desta vez será um dilúvio de dados. As tecnologias de computação e de comunicação são pensadas por alguns para estar no processo de afogar as culturas e os valores do passado. A natureza pode ficar inundada por sistemas artificiais, até mesmo nosso senso de identidade pessoal pode ser transformado e submerso no ciberespaço”. Tradução livre de: “the world is about to be submerged by a second great flood. This time it will be a deluge of data. Computer and communication technologies are thought by some to be in the process of drowning out the cultures and values of the past. Nature may become swamped by artificial systems, even our sense of personal identity may be transformed and submerged in cyberspace”. Por influência de Ascott, Jean-Claude Guillebaud utiliza a expressão no título de seu ensaio sobre os *media*. Ver GUILLEBAUD, Jean-Claude. **Le deuxième déluge: Face aux médias**. Paris: Desclée De Brouwer, 2011.

semana. Tudo isso fica gravado e organizado pelos jornais, em cada tema, o que facilita o trabalho de investigação.

Com esse panorama, era necessário escolher um ou mais jornais. Não por coincidência, a escolha fora objetiva e subjetiva, ao mesmo tempo. Objetivamente, recaiu nos dois maiores jornais da cidade (e, por coincidência, do mundo)¹⁷⁸. Por aí não houve muita dúvida. Nova Iorque sediava grandes periódicos, que influenciavam o enquadramento das histórias de suas páginas tanto no território estadunidense quanto no exterior. O *New York Times* (NYT) e o *Wall Street Journal* (WSJ) foram os eleitos. Ambos com alcance internacional, com distribuição e número de assinantes que os colocavam, fosse qual fosse o *ranking*, entre os cinco maiores noticiosos do globo.

Subjetivamente, exibiam linhas editoriais variadas entre si, além de publicarem opiniões de convidados ou de colaboradores eventuais que pertencem a cenários diferentes: o WSJ tem grande foco no mundo empresarial, de investidores e de analistas financeiros; o NYT tem um foco mais sociopolítico e de macroeconomia, podendo “ser considerado o jornal mais importante do mundo, é uma fonte indispensável de notícias, comentários e análises” (CHOMSKY, 2017, p. 265).

Uma das críticas à utilização de fontes jornalísticas na investigação sobre movimentos sociais tem a ver com os vieses de seleção de conteúdo pelos veículos (EARL, 2004). A escolha por dois jornais buscou combater essa limitação, nomeadamente por serem pinçados veículos com linhas editoriais e públicos-alvo distintos. A cobertura das ações policiais, durante o protesto, é emblemática, quanto às diferenças entre ambos. Enquanto o WSJ tendia a focar sua atenção nos atos disruptivos de manifestantes, tratando pontualmente das abordagens policiais, o NYT atuava como ‘contrapeso’, tecendo críticas à corporação estatal.

Sem financiamento externo ou institucional, comprei duas assinaturas, uma de cada jornal, com o mais amplo acesso possível a conteúdos. O NYT já possuía uma seção específica – um tópico organizado – sobre o *Occupy Wall Street* e notícias relacionadas, desde a primeira de todas. Utilizei essa opção para buscá-las. No WSJ, digitei como termo de pesquisa “*Occupy Wall Street*”. Foram descontados eventuais registros

¹⁷⁸ Em número de leitores diários, estimado por acessos a plataformas *online* e a versões impressas. Cf. <https://blog.bizvibe.com/blog/top-newspapers-world>. Acesso: 15.10.2021.

equivocos, como ao verbo “occupy” (ocupar, em inglês) ou a “Wall Street”, a rua em que situada a Bolsa de Valores de Nova Iorque.

Para que houvesse uma delimitação temporal, escolhi avaliar publicações (de todas as espécies, entre editoriais, artigos de opinião, vídeos com legendas, manchetes, colunas, seções especiais, cadernos, *etc.*) entre 17/9/2011 e 17/9/2021. Portanto, 10 (dez) anos daquilo que os principais jornais nova-iorquinos – mas também dos EUA e do planeta – disseram sobre o *Occupy*.

As notícias completas, com textos e eventuais imagens, foram extraídas dos sítios eletrônicos do NYT (www.nytimes.com) e do WSJ (www.wsj.com), sem auxílio de *softwares*, convertidas em formato “PDF” (*Portable Document Format*, ou, no vernáculo, “documento de formato portátil”) e salvas em pastas separadas “NYT” e “WSJ”. Houve categorização, de cada pasta, em 11 (onze) subpastas, por ano de publicação: 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021. Assim, cada conjunto de notícias ficou separado por data.

Como a massa de dados era muito densa, optei por utilizar o *software* MaxQDA (www.maxqda.com/pt), ferramenta de organização, sistematização e codificação de arquivos com dados qualitativos. Todos os 3.344 (três mil, trezentos e quarenta e quatro) arquivos em “PDF” foram transferidos para o *software*, que contribuiu para melhor visualizar e anotar o conteúdo, como se poderá ler no capítulo seguinte.

Para explorar essas notícias, segui três etapas. Na primeira, realizava uma leitura preliminar de uma amostra dos textos, por volta de 100 (cem) documentos, mais ou menos 50 (cinquenta) do *NYT* e 50 (cinquenta) do *WSJ*. A par dessa leitura inicial, verificava determinadas palavras ou expressões recorrentes nas matérias. Se as notícias tratavam sobre crise econômica, outras sobre *Manhattan* e sua longa história com protestos, ou, ainda, uma terceira, falando sobre a doação de alimentos ao *Occupy*, eu anotava, em um bloco de memorização disponível no próprio *MaxQDA*, algumas palavras ou expressões que pareciam constar do máximo de notícias.

Na segunda etapa, elaborava filtros com essas ‘expressões regulares’ (*regular expressions* ou *regex*, como são mais conhecidas). É dizer, tendo em mãos diversas palavras recorrentes, criava códigos ou rótulos ou, ainda, *clusters*, que as pudesse unir.

Nos grupos que continham esses filtros, eram selecionadas 10 (dez) notícias, aleatoriamente, com datas distintas, para uma leitura qualitativa, mais detida. O objetivo dessa leitura atenta era o de melhorar o *regex*, ou seja, a acurácia das palavras escolhidas para o fim pretendido. Saber se aqueles específicos termos realmente eram os que melhor representavam um dado assunto. Por exemplo, saber se o assunto “Eleições” estaria bem representado, nas matérias encontradas, a partir dos termos “november”, “Obama” ou “Republican Party”.

Por último, acionava o *MaxQDA*: todas as palavras iguais (*non-sensitive case*, isto é, sem distinguir entre maiúsculas e minúsculas) eram encontradas e codificadas automaticamente pelo *software*. Com isso, sob cada código, havia um número de vezes em que aquelas palavras apareceram nos jornais, o que contribuía para tirar conclusões sobre a visibilidade do problema ou o quanto atraía atenção.

5.2.3 Análise de reivindicações políticas

Há duas abordagens de coleta de dados – e, muito peculiarmente, notícias – que, nas últimas décadas, foram muito utilizadas nos escritos sobre movimentos sociais: a *análise de eventos de protesto* (*protest event analysis* ou PEA, na sigla inglesa) e a *análise do discurso político* (*political discourse analysis* ou PDA).

A PEA desenvolveu-se, sobretudo, como estratégia relacionada às teorias de oportunidades políticas (KRIESI *et al.*, 1995) para produzir dados sobre os níveis de inquietação e de contestação públicas, identificando “ciclos de protesto” (TILLY, 2008; TARROW, 2009) ou construindo variáveis que servissem como indicadores do nível de ‘agitação civil’ e de ‘disrupção nas sociedades’ (KOOPMANS e STATHAM, 1999). Surgiu, portanto, como um esforço para o rigor de ‘dados em nível macro’ sobre os protestos, traduzindo uma *quantificação* do ‘nível de mobilização coletiva’, ao longo de certo intervalo ou entre diferentes países e regiões, sendo considerada uma análise *quantitativa* de conteúdo (HUTTER, 2014).

Por outro lado, a PDA é bastante ligada às teorias de “enquadramento construtivista” (*framing perspective*), que procuram avaliar como atores de movimentos sociais e protestos tentam desafiar as definições hegemónicas da realidade política,

mobilizando novas interpretações de relações sociais (GAMSON 1992; DONATI, 1992), considerando, assim, a emergência e a visibilidade dos *frames* produzidos pelas ações coletivas como “conteúdos de significado” (*meaning contents*) que desafiam as normas culturais e políticas predominantes (FAIRCLOUGH e FAIRCLOUGH, 2012).

O exame de ‘discursos políticos’ como os relatórios de governo, as atas de debates parlamentares, as falas públicas de autoridades e, ainda, fóruns de discussão por *internet*, manifestos publicados por protestos e comunicados à imprensa de movimentos sociais, a partir de certos marcadores analíticos já relativamente consolidados, revela o papel da linguagem em redesenhar a esfera da política e a sociedade, em geral. A PDA, nesse sentido, é uma análise *qualitativa* de conteúdo (KOOPMANS e STATHAM, 1999).

As limitações de ambas – a primeira, demasiado conetada ao “protesto físico” e seu volume organizativo; a segunda, muitas vezes, a deixar de lado estatísticas e outros números importantes, para se concentrar em textos e falas – tem levado muitas investigações a combinar as vantagens de cada abordagem, a fim de que os números e os discursos sobre o protesto em estudo sejam igualmente considerados. O contexto, as demonstrações públicas de inquietação e o impacto objetivo das ações coletivas podem, muito bem, ser observadas em conjunto com os gestos essenciais, o léxico produzido e os impactos subjetivos que procuram realizar.

A partir dessas constatações, um tipo de combinação entre as duas técnicas anteriores é desenvolvida: a *análise de reivindicações políticas* (*political claims analysis* ou PCA, em inglês). A PCA foi introduzida por Koopmans e Statham (1999), tal fosse uma síntese – PEA + PDA – para coleta de dados sobre atores e formas de ação, além de simultaneamente buscar interpretações dos conteúdos lançados por pessoas e instituições envolvidas nos conflitos sociopolíticos e económicos.

Para os objetivos da PCA, importa “considerar todos os atos que ocorrem fora do contexto do protesto relatado”, “em vez de apenas eventos de protesto”, porque, afinal, a ambiência em que ocorre a ação coletiva é fundamental para compreender o conflito, o modo como foi desencadeado e o modo como se realizou (KOOPMANS e STATHAM, 1999, p. 209). Os dados, nessa técnica, são geralmente coletados de artigos de jornal, utilizando como unidades de análises as reivindicações que ganham

visibilidade na esfera pública e não exatamente os eventos de protesto (as marchas, greves, piquetes, *flash mobs*, confrontos com a polícia, etc.). Há uma codificação de variáveis de discurso que possam relevar informações e intenções sobre atores, contextos, destinatários, oponentes, objetivos, *frames* (LEIFELD e HAUNSS, 2010).

Nessa estratégia de coleta e análise de dados é interessante “traçar alianças e oposições mutáveis entre atores que evoluem no processo dinâmico de um conflito político” (KOOPMANS e STATHAM, 1999, p. 209), para que se possa examinar as reivindicações como fruto de um ‘enquadramento’ (*frame*), mas também como negociação de atores e de instituições com circunstâncias que mudam, a cada instante em que o protesto ou o movimento social permanece a divulgar seus discursos.

A *análise de reivindicações políticas* fornece uma técnica, portanto, de desnudar as conexões entre atores e seus enquadramentos, a partir de um único conjunto de dados (*dataset*). Essa abordagem tem sido utilizada para variadas análises (LEIFELD e HAUNSS, 2010): (i) identificar o “campo multi-organizacional” de atores relevantes, subdividido em várias categorias como “*media*”, “igrejas” ou “Poder Legislativo”; (ii) analisar a distribuição de reivindicações entre esses tipos organizacionais e comparar dentro ou entre políticas; (iii) mapear *frames* e atores em uma escala unidimensional, dependendo de quantas reivindicações os atores fazem a favor da questão controversa ou contra ela; (iv) identificar “*brokers*” (figuras intermediárias) que estão localizados no meio desta escala pró/contra as reivindicações; (v) avaliar o grau de polarização entre *frames* e/ou reclamantes na escala unidimensional; (vi) contar as frequências relativas de certos *frames* entre todas as reivindicações para medir a importância relativa de certos subtópicos; e (vii) para gerar gráficos de séries temporais de frequências de declarações que podem ser usadas para visualizar a intensidade dos conflitos ao longo do tempo (HAUNSS e KOHLMORGEN, 2009).

Neste estudo sobre o *Occupy*, a PCA será útil enquanto combinação de uma análise qualitativa com toques quantitativos também. As reivindicações lançadas e os *frames* de que se valia o OWS são vistos como resultados de um crescendo mundial – a coevolução de diferentes protestos em diferentes países, numa mesma época – assim como motivações simbólicas, numa perspectiva de influenciar cenas e atores dos EUA e

não apenas, com o objetivo de criar uma comunidade epistémica, uma arena com vocabulários e modelos novos de fazer política.

Como já é típico nessa abordagem, as notícias e os artigos de opinião nos jornais serão utilizados como cristalização de discursos e de posições de atores institucionais e não-institucionais. Como se os jornais, literalmente a cada dia, reposicionassem as convicções partilhadas no processo de difusão das reivindicações do protesto, até a altura em que se assenta, de vez, como movimento globalmente organizado.

O próximo capítulo utiliza os dados reunidos nos jornais para interpretar as críticas e as adesões ao *OWS*, as tentativas de criar e de imputar uma identidade coletiva aos reclamantes, as opiniões sistemáticas sobre o futuro sucesso ou insucesso das manifestações, as contra-reivindicações publicadas em editoriais e artigos de opinião assinados e, enfim, os termos mais repetidos na cobertura de imprensa que possam decantar como o sumo do protesto e aquilo que dele restará na lembrança social, na paisagem geográfica e na epiderme política de novas ações coletivas.

Capítulo 6. Polinização: complexidade, movimentos sociais e democracia no século XXI



No church in the wild
Jay-Z & Kanye West com Frank Ocean & The-Dream
© 2012 Roc-A-Fella Records

Um fenómeno sintetiza, mais do que qualquer outro, esta era de crises, revoluções e possibilidades emancipatórias: o movimento das praças. O apelido de ‘movimento das praças’, juntamente com termos semelhantes como ‘movimentos de ocupação’ ou ‘movimentos Occupy’, tem sido usado para descrever uma série de movimentos de protesto que surgiram em diferentes países do mundo, protestando contra o neoliberalismo, a desigualdade económica, as políticas de austeridade e a falta de democracia.

Paolo Gerbaudo (2017)

Em 29 de dezembro de 2019, a dois dias do início de uma nova década, o *New York Times* publicou a coluna de opinião assinada por Charles M. Blow, com a seguinte chamada: “A década em que mudamos nossas mentes”¹⁷⁹. O subtítulo é mais explícito ainda: “A América, nos anos 2010, testemunhou significativas transformações culturais e políticas que nos empurraram adiante”. Charles Blow começa pela crença de que “o país é um eterno experimento, visando a evolução, apostando em seu próprio aperfeiçoamento”. Embora sejam persistentes o racismo, o sexismo, a xenofobia e a homofobia, os EUA “se apegam à ideia, ao conto de fadas, de que a mudança e o progresso não são apenas possíveis, mas, antes, intrínsecos ao sonho que é a nação”.

¹⁷⁹ The New York Times. Opinion. **The decade we changed our minds**. *America in the 2010s saw significant cultural and political shifts that pushed us forward*. 29.12.2019.

O autor continua no mesmo tom: “de vez em quando, surge um período em que parte desse sonho se manifesta e a mudança é, cristalina e indiscutível, um salto à frente para um povo. Os anos 2010 foram exatamente essa década”. Salienta a irrupção de *Occupy Wall Street*, *Black Lives Matter*, do movimento *#MeToo*, da *Marcha das Mulheres (Women’s March)*, da *Marcha por Nossas Vidas (March For Our Lives)* e dos ativismos climáticos, que “ilustraram um despertar e um renascimento de movimentos de protesto no país, contra a intransigência de governos irremediavelmente ligados a indústrias poderosas e em face dos brutais desequilíbrios de poder entre raças e gênero, e grosseiros abusos de poder por parte do Estado”.

Embora pequeno, esse fragmento do artigo de opinião é suficiente para apresentar duas noções centrais desenvolvidas pelo colunista: ao fazer um balanço da década anterior (entre 2010 e 2019), Blow coneta a ideia de “mudança em nossas mentes” ou “significativas transformações culturais” à ideia de “salto para a frente de um povo” ou “de cumprir o sonho que é a nação”. E a peça que articula e impulsiona a ambas: o ativismo de protestos e movimentos sociais.

Os anos 2010, de acordo com o jornalista, deram exemplo de um “despertar”, de um “renascimento de protestos” que, com suas lutas, suas cenas de rua, suas propagandas e suas memórias, construíram – ou ajudaram a construir, de maneira “cristalina e indiscutível” – uma guinada de mentalidade no país, que passou a enxergar de outro modo o casamento homoafetivo, a legalização da maconha, a causalidade dos tiroteios em massa nas escolas e a facilitação do acesso a armas de fogo, a (i)legitimidade do *big business* e do *big money* ou a necessidade de auxílios estatais às classes socialmente vulneráveis¹⁸⁰ (KENWORTHY, 2019).

Opiniões e notícias como essa, principalmente quando publicadas nos grandes jornais, impactam na ‘cultura política’ (ROSANVALLON, 2010, pp. 86-87). Manchetes e histórias construídas sobre fatos, avaliações de comentaristas e de especialistas, editoriais ou anúncios; enfim, tudo aquilo que é publicado e propagado ajuda a compreender a recepção social de um evento político.

¹⁸⁰ Cf. <https://www.washingtonpost.com/politics/2019/11/28/democratic-party-has-moved-left-so-has-us-this-explains-how-why/>.

Nesse circuito, ambas as imagens contam: além da perseverança dos movimentos sociais em criar e pôr no terreno uma mensagem relevante, as matérias divulgadas a respeito, sobretudo em jornais de grande circulação e influência, como o *New York Times*, dão pregnância a certas interpretações sobre ‘o que aconteceu’. No fim do dia, portanto, os rituais da ‘cultura política’ são alterados pelas duas forças. A força disruptiva e inovadora do protesto e a força hermenêutica dos médias, que dá forma e estabilidade a uma ‘impressão do público’ sobre a primeira (LIPPMANN, 2010).

Como teste dessa relação de mão dupla, é possível citar o quanto o fenômeno do OWS foi decisivo para aumentar, sensivelmente, o volume de notícias acerca da “desigualdade de renda” (“*income inequality*”), que traduzia uma das questões essenciais da pauta do movimento. Uma evidência disso é vista no gráfico abaixo, elaborado por Penny Lewis (2014), a partir de notícias e referências disponíveis, em inglês, na *internet*, organizadas através da plataforma *LexisNexis Academic Database*:

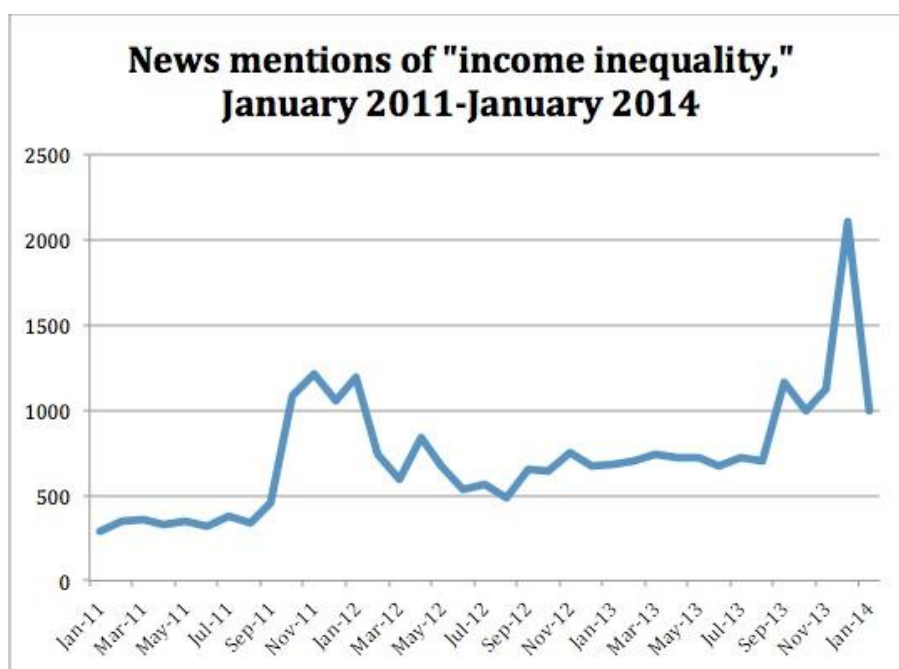


Gráfico 5 – News about Occupy, LexisNexis, Lewis (2014)

No mesmo ano em que o protesto inicia – 2011 – as menções diárias à exata locução “*income inequality*”, na soma de todos os *sites* de notícias, por toda a

*internet*¹⁸¹, gravitavam em torno de 250 (duzentas e cinquenta). A partir de 17 de setembro, quando surge o *Occupy*, na praça e nas redes, esse número de menções cresce até a um pico de 1100 (mil e cem), no final de novembro de 2011.

Depois que as/os manifestantes são expulsos do *Zuccotti Park*, há um trimestre (janeiro, fevereiro e março de 2012) de decréscimo nas notícias sobre “desigualdade de renda”. Logo na sequência, as habituais manifestações de 1º de maio (*Labor Day*) fazem a expressão voltar à cena. Finalmente, o quadro de frequência das menções mostra relativa estabilidade, entre meados de 2012 e meados de 2013. O interessante de perceber, todavia, é esta sutileza: se o ano de 2011 ofertava em torno de 250 (duzentas e cinquenta) citações a *income inequality* nas notícias pela *internet*, os anos de 2012 e 2013 ficaram, sempre, no dobro ou mais (de 500 [quinhentas] citações acima).

A discussão do tema exhibe, assim, um nível “pré-” e um nível “pós-” *Occupy*. No final de 2013, muita gente veterana do protesto esteve na vanguarda das greves de funcionários do setor de *fast food*, nas marchas *Fight for \$15* (por aumento do salário mínimo nacional), nas manifestações de trabalhadoras/es do *Walmart* a demandar US\$ 25.000 (vinte e cinco mil dólares estadunidenses) de salário anual e nas greves de professoras/es universitárias/os (LEWYS, 2014) – um cenário de resistências concretas e simultâneas, que fez as menções a “*income inequality*” mais que dobrarem (pico de 2100 notícias), inclusive frente ao nível atingido na época do próprio *Occupy*.

Difícilmente seria mera coincidência. Havia um efeito do protesto na cobertura mediática e, por cascata, um efeito da cobertura mediática nas demandas das organizações de trabalhadoras/es. À medida que a temperatura de um debate esquenta, nos jornais, nas televisões, nas rádios, nas redes sociais, cria-se uma espécie de “massa crítica”, “a partir da qual uma coisa conduz a outra” (BALL, 2009).

Essas correlações instigavam a um exame de jornais, a fim de perceber as narrativas formuladas sobre o protesto. Neste caso de estudo, em particular, a tentativa é de abrir uma lente mais ampla, analisando 10 (dez) anos de notícias no *New York Times* e no *Wall Street Journal* – entre 17 de setembro de 2011 e 17 de setembro de 2021 – para aferir eventuais transformações nas opiniões publicadas e nos editoriais, bem

¹⁸¹ No limite da base de dados do *LexisNexis*.

assim entender a repercussão das reivindicações, dos discursos e das imagens de um protesto tanto tempo depois de findas as performances de rua.

Nas próximas páginas, utilizaremos como categorias analíticas da *political claims analysis* (PCA) a consagrada fórmula jornalística “o quê? Quando? Onde? Como? Por quê? e Quem?” – uma bússola mais objetiva para a análise das reivindicações, dos atores e dos impactos do *Occupy*.

6.1 O quê?

Uma indagação estava no cartaz a partir do qual a revista *Adbusters* convocava o *OWS*¹⁸², em julho de 2011: “qual a nossa *única* demanda?” Desde uma análise do *NYT* e do *WSJ*, mais plausível considerar aquela como uma provocação, uma pergunta retórica; mesmo porque a falta de respostas fustigava o debate público mais que trazer uma lista pronta de demandas.

Nas primeiras semanas, colunistas, comentaristas e editoriais dos periódicos discutiam sobre isso, com alguma dose de confusão, tendo em vista que a linguagem e o formato do protesto fugiam do convencional. Havia três atitudes básicas nos jornais: (i) escrever algo na linha “o que essa juventude quer, afinal?”; (ii) escrever algo na linha “eu mesmo vou dizer o que essa juventude quer” e, por fim, (iii) afirmar o perigo de não ter demandas.

Exemplo da primeira atitude, o artigo de Joe Queenan para o *WSJ* de 22 de outubro de 2011, sob o título chamativo “Nós não podemos dar sempre o que eles querem”:

O movimento *Occupy Wall Street* e manifestações semelhantes por todo o país trazem-me boas recordações dos meus dias de sair às ruas na década de 1960. Uma coisa que aprendi naqueles anos tranquilos, quando apresentávamos nossa lista de demandas inegociáveis aos

¹⁸² Conferir, nos Anexos, a peça de arte visual.

porcos¹⁸³, à polícia do cérebro¹⁸⁴, ao Homem e/ou ao Grande Irmão¹⁸⁵, foi sempre incluir pelo menos uma demanda que tivesse uma chance externa de ser acolhida.

Esta é a minha principal crítica ao movimento *Occupy Wall Street*: suas demandas são flutuantes e nebulosas. Na época dos Dias de Fúria¹⁸⁶, nossas demandas eram tão claras quanto poderiam ser e tínhamos números para apoiá-las.

Mas simplesmente gritar, protestar e clamar por uma reestruturação do sistema capitalista não vai funcionar. Não é uma solução plausível. E se você não faz parte da solução, você faz parte do problema.

O autor, de pronto, coloca-se numa geração muito anterior e muito diferente daquela que produziu o *OWS*. Afirma que as demandas da década de 1960 eram “tão claras quanto poderiam ser e apoiadas em números”, enquanto as demandas atuais seriam “nebulosas”, simplesmente “gritos” contra a estrutura do sistema capitalista. Desse modo, o *Occupy* “não é uma solução plausível”, sendo, portanto, “parte do problema”.

A matéria do repórter Andrew Grossman, também para o *WSJ*, publicada em 17 de outubro de 2011, reclama da ‘falta de objetivos’ desde o título. Confira-se trecho de “O Movimento *Occupy Wall Street* torna-se global, mas ainda não estabeleceu um objetivo comum”:

Espalhando protestos ainda por concretizar

Os protestos inspirados pelo movimento *Occupy Wall Street* e alimentados pelas redes sociais espalharam-se por todo o mundo durante o fim de semana, mas houve poucos sinais de que os manifestantes estivessem a unir-se em torno de um conjunto de demandas por mudança ou tivessem o desejo de pressionar as alavancas tradicionais do poder.

(...)

¹⁸³ A referência *pigs*, em inglês, era geralmente feita por movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970 a capitalistas, abastados líderes industriais e homens de negócios que exploram o trabalho alheio.

¹⁸⁴ A referência *the Brain Police*, em inglês, era comum nos movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970 a conservadores, moralistas, religiosos radicais e patrulheiros dos costumes e da sanidade mental própria e alheia. Uma música de Frank Zappa, lançada em 1966, “*Who are the Brain Police?*”, famosa com a banda *The Mothers of Invention*, popularizou essa expressão.

¹⁸⁵ A referência *the Man and/or Big Brother*, em inglês, é utilizada para mencionar uma autoridade, uma figura que concentre poder, como um Presidente da República ou um parlamentar de alta influência. No caso específico de *Big Brother*, a expressão aparece na obra “*1984*”, de George Orwell, publicada em 1949, a caracterizar personagem fictício, no romance, que representaria um sistema de vigilância e, mesmo, de opressão de individualidades.

¹⁸⁶ *The Days of Rage* é o modo como, em inglês, ficaram conhecidos três dias de protestos, ocorridos em Chicago, em outubro de 1969, organizados por *Students for a Democratic Society* (SDS), contra o envolvimento dos EUA na Guerra do Vietnã.

Isto contrasta claramente com o movimento *Tea Party*, que se tornou uma força na política nacional. Começou com o objetivo de reduzir a despesa pública e encontrou uma questão estimulante na luta contra o plano do Presidente Barack Obama para os cuidados públicos de saúde [*health-care plan*].

A comparação do *OWS* com o movimento *Tea Party* é elemento frequente nas matérias, em especial no *WSJ*, mas também, com menos intensidade, no *NYT*, como se verá adiante. Quando isso acontece, há um tipo de contraponto: o *OWS* é uma presença coletiva que parece não conhecer sua força, divulga uma mensagem vaga e não produz iniciativas organizadas; o *Tea Party* já nasceu como grupo político, com protestos bem coordenados e de oposição específica às *Leis Federais de Resgate Económico*, de 2008, de *Recuperação e Reinvestimento nos EUA*, de 2009, e de *Proteção ao Paciente e Assistência Médica Acessível*, de 2010 (apelidada de “*Obamacare*” e referida na matéria de Grossman), ingressando como ala do Partido Republicano, para que seus discursos marcassem as eleições.

A matéria, logo em seu primeiro parágrafo, demonstra impaciência: embora o movimento tenha se espalhado por todo o mundo, “não demonstraria o desejo de pressionar as alavancas tradicionais do poder”, visto que não fez uma lista de demandas para entregar a ninguém. Ao entrevistar Sonia Silbert, experiente ativista política, que esteve naquele dia 15 de outubro de 2011 no *Occupy DC*, a poucas quadras da *Casa Branca*, Grossman ouviu uma perspectiva bem diferente: “nós não vamos fazer demandas. Nós não vamos nos tornar um partido político; no segundo em que nós começamos a fazer demandas, nós nos fragmentamos e já não somos mais os 99%”.

Em Nova Iorque, Grossman entrevistou outro participante do *Occupy*, Lee Forsythe, de 26 anos, que havia deixado a Aeronáutica alguns meses antes e, depois disso, não conseguiu emprego estável, tendo de virar-se como “entregador de pizza, instalador de TV a cabo e *disc jockey*”. Forsythe disse ao jornalista: “vou me sentir pessoalmente bem-sucedido quando observarmos uma mudança global na mentalidade sobre a corrupção”. E completou: “a política definitivamente terá que fazer parte disso, mas tem que ser uma mudança cultural”.

As duas falas de ativistas ressaltaram pontos que escapavam à lógica da chamada do jornal (“protestos ainda por concretizar”). Primeiro, a inexistência de

demandas muito condensadas seria estratégica, a fim de que um público mais amplo pudesse se juntar ao protesto, sem o risco de “fragmentações” em torno de detalhes de cada de demanda. Estratégico, portanto, a uma identidade de “99%”, de pessoas que sofrem a mesma situação (verificada num quadro bastante geral, de quem é compelido a três empregos instáveis a um só tempo). Depois, não seria necessário um processo de conversão a partido político, porque a mudança necessária é a cultural (“mudança global na mentalidade”). Aquele público mais alargado, que foi atraído pelo tema do protesto, poderia transformar seu conceito sobre corrupção, nele compreendendo, por exemplo, as vultosas quantias gastas por grandes corporações com candidaturas e projetos políticos.

A segunda postura – “OK, I’ll tell what protest is about”¹⁸⁷ – pode ser exemplificada com a coluna de Mark Bittman, no *NYT*, sob o título “Finalmente fazendo sentido em *Wall Street*”, publicada a 11 de outubro de 2011:

Alguns criticaram os ocupantes de *Wall Street* por não terem demandas (“Bem... aquilo não é a *Brookings Institution*”¹⁸⁸, brinca Hendrik Hertzberg de *The New Yorker*), mas a posição deles é clara: a administração Obama resgatou *Wall Street* sem a reformar, permitindo-lhe prosperar enquanto o rendimento médio da população cai (a Europa está a seguir o exemplo: os investidores farão fortuna na Grécia e nos outros países “Club Med”¹⁸⁹, à custa do bem-estar social dos não-ricos do continente).

O colunista, inicialmente, relembra a brincadeira de colega da revista semanal *The New Yorker* no sentido de que a presença coletiva não forma um *think tank*, não tem a obrigação de elaborar conceitos e exigências. De todo modo, na sequência, diz que a posição de manifestantes “é clara” e a interpreta. Mais adiante, volta a dar sentido para cartazes e demonstrações públicas do protesto:

¹⁸⁷ Em inglês: “tudo bem, eu vou dizer sobre o que é o protesto”.

¹⁸⁸ A *Brookings Institution*, ou simplesmente *Brookings*, é um *think tank* dos EUA, que conduz investigações nas ciências sociais, principalmente em economia (e política tributária), política metropolitana, governança, política externa, economia global e desenvolvimento económico. Cf. <https://www.brookings.edu/>.

¹⁸⁹ Referência à empresa francesa de hotelaria e lazer *Club Méditerranée*, conhecida como *Club Med*, que se instala nos países com belas paisagens e facilidades para o turismo.

Na verdade, no início, os ocupantes pareciam estar a construir uma contracultura. Mas, em 29 de setembro, eles acusaram *Wall Street* de apoiar execuções hipotecárias, de encorajar a desigualdade, de minar o sistema agrícola e de envenenar o abastecimento de alimentos, de privar os funcionários de cuidados de saúde, de pagar e de negociar direitos, de determinar políticas económicas “catastróficas”, de bloquear fontes alternativas de energia e muito mais. (Não vi “esforços de sabotagem para lidar com as alterações climáticas” na declarações deles, mas observa-se – não sem humor – que “aquelas reivindicações não são *“all-inclusive”*”¹⁹⁰) Quem entre nós, exceto aqueles que beneficiam destas práticas, não está de acordo com pelo menos parte disso?

Nessa passagem do artigo, Mark Bittman aproveita para destacar “duas demandas” do protesto que dizem respeito ao seu trabalho como jornalista especializado no ramo de alimentação: o *Occupy* acusava *Wall Street* de “minar o sistema agrícola e de envenenar o abastecimento de alimentos”. Essa interpretação combina com a frase final do parágrafo: “quem não estaria de acordo com pelo menos algumas das demandas?”

No fim, Bittman, ao tratar dessa profusão (“um movimento que questiona tudo”), escreve de maneira a valorizar a mudança que uma luta coletiva pode trazer:

A ocupação de *Wall Street* pode terminar com a primeira chuva fria prolongada. Mas a compreensão renovada de que a luta coletiva é uma componente chave para uma mudança significativa – inspirada por coisas tão diversas como o *Tea Party* e um vendedor de fruta tunisino – não poderia ser mais importante. Um movimento que questiona tudo – desde a justiça alimentar à justiça económica – é um bom começo, e se o *Occupy Wall Street* puder empurrar os ‘Democratas’ como o *Tea Party* empurrou os ‘Republicanos’... então, viva!

A comparação com o *Tea Party* surge, aqui, num sentido positivo, pode-se dizer. O autor imagina que o *OWS* possa se tornar um impulso interno ao Partido

¹⁹⁰ Referência à comodidade usual de hotéis e *resorts* de luxo, a oferecerem todas as comidas e bebidas inclusas no preço da hospedagem: “tudo-incluso”.

Democrata, assim como o *Tea Party* representou para o Partido Republicano¹⁹¹ – o que seria algo digno de excluir “*hooray!*”.

Uma outra matéria, desta vez no *WSJ*, assinada por Heather Haddon e Jennifer Maloney, em 26 de novembro de 2011, resgatava justamente aquela ‘maleabilidade narrativa’ das demandas do *OWS*. De fato, havia uma profusão de cartazes, de *banners*, de publicações e de declarações individuais de manifestantes entrevistados nos médias que terminava num mosaico, numa tapeçaria de reivindicações, em que, com algum esforço interpretativo, qualquer pessoa poderia encontrar algo que fizesse sentido para si.

Além de uma tática comunicativa que permitia maior adesão por parte de um público ‘não-ativista’, a matéria das jornalistas, publicada alguns dias depois do despejo sofrido pelo protesto no *Zuccotti Park*, indicava a facilidade com que a marca *Occupy* adaptava-se a localidades e a situações distintas:

Protestos afiam o foco

O grupo de manifestantes que se reuniu no centro de Newark na sexta-feira abordou alguns temas agora familiares: montar acampamento num parque para denunciar o 1% e a desigualdade económica.

Mas também visaram a brutalidade policial e a privatização dos serviços de alimentação nas escolas públicas da cidade, um sinal de como a mensagem e as táticas do *Occupy Wall Street* foram adaptadas em todas as regiões para responder às preocupações mais paroquiais.

(...)

Heather Gautney, Professora de Sociologia na Universidade Fordham, que estuda movimentos sociais, disse que os esforços podem representar a evolução do *Occupy Wall Street*, que combinou um vivaz teatro de rua com uma mensagem populista vaga, mas raivosa.

¹⁹¹ No Capítulo 4, discute-se essa “guinada mais à esquerda” do Partido Democrata, principalmente pela influência de uma nova geração de lideranças políticas, formada a partir do exemplo e dos repertórios do *OWS*.

“A beleza do movimento *Occupy* é que ele pode acomodar a especificidade local. São pessoas comuns que tentam retomar a posse de uma parte da sua sociedade”, disse ela.

Haddon e Maloney escreveram, ainda: “embora a polícia de Nova Iorque tenha desmantelado o acampamento original *Occupy Wall Street*, em *Lower Manhattan*, na semana passada, protestos menores, com as suas próprias exigências, surgiram nas capitais e cidades de toda a *área dos três estados*”¹⁹². De modo perspicaz, Heather Gautney, Professora de Sociologia na Fordham University, entrevistada para a matéria, adjetivou a fluidez em acomodar demandas (locais, neste caso) como “a beleza do movimento *Occupy*”.

Pois bem. A terceira abordagem verificada no conjunto de notícias – assinalar os riscos de não existirem demandas – pode ser exemplificada com a coluna de opinião de Karl Rove, publicada no *WSJ*, em 13 de outubro de 2011:

Democratas cortejam manifestantes de *Wall Street*

A estratégia corre o risco de alienar os eleitores independentes e os trabalhadores.

Os manifestantes do *Occupy Wall Street*, em Nova Iorque, parecem desfocados e desorganizados. O fato de não ter um programa claro significa que o *Occupy Wall Street* é suscetível de ser capturado por elementos ainda mais extremos. Não é por acaso que seus comícios e marchas por todo o país incluem cartazes exaltando causas excêntricas e grupos de esquerda marginais, mas altamente organizados. Nada atrai tão rapidamente ideólogos que sabem o que querem como uma multidão maleável que não sabe.

O antigo consultor do Presidente George W. Bush e tradicional quadro do Partido Republicano, no artigo, afirma, ainda, que “o cálculo político por trás disso tudo é óbvio”: os Democratas teriam a esperança de que o *OWS* aumentasse as chances do

¹⁹² No original, *tri-state area*, uma expressão informal nos EUA, que geograficamente traduz uma fronteira estadual tripla. Neste caso concreto, as jornalistas referiam os Estados de Nova Iorque, Nova Jersey e Connecticut.

partido na corrida eleitoral de 2012, tanto quanto o *Tea Party* fez com o Partido Republicano nas eleições para as casas legislativas em 2010.

Novamente comparece, não apenas o cotejo com o *Tea Party*, a interpretação de que o *OWS* poderia funcionar como dínamo eleitoral para os Democratas. Note-se que, por meados de outubro, passado um mês contando do início do protesto, os dois grandes jornais começam a publicar opiniões de figuras conhecidas nos EUA, feito Rove, afirmando que o *Occupy* serviria, de algum modo, a encorajar votos na esquerda estadunidense para a reeleição de Barack Obama que se avizinhava.

O panorama, dessa maneira, quanto a “o quê” o protesto significava ou reivindicava, dava conta de alguma aflição das matérias daqueles jornais tradicionais, quanto à circunstância de o *Occupy* ‘não fazer demandas específicas’ a serem ‘dirigidas às autoridades’, e, em paralelo, uma vontade de ‘explicar o protesto’, de dizer-lhe as demandas que deveria querer ou de interpretar de seus sinais as demandas que efetivamente tinha. A par disso, uma inquietação um tanto quanto ‘utilitarista’: no que esse protesto vai dar? Qual poderia ser o resultado disso tudo, se não há demandas?

O fato é que, com a análise das 3.344 (três mil, trezentas e quarenta e quatro) notícias, ao longo de dez anos, os dados mostram que existiram termos bastante repetidos, que denotavam “o quê” o protesto expunha.

Na linguagem de informática, construímos, através do *software MaxQDA*, uma técnica de ‘*regex*’, isto é, de pesquisa por *regular expressions* dentro de cada notícia, transformada em documento com a extensão *.PDF*. A partir dos filtros de *regex*, os termos encontrados eram codificados ou agrupados sob determinada palavra-síntese ou lema (*cluster*), que pudesse significar algo útil, no instante de uma avaliação qualitativa das notícias¹⁹³.

Os seguintes códigos foram elaborados a partir da observação das notícias com a lupa sobre “o quê” manifestantes almejavam ou sobre “o quê” mais tratavam as matérias e as opiniões publicadas no *NYT* e no *WSJ*:

¹⁹³ Esse procedimento está mais bem descrito no Capítulo 5, acerca dos métodos de investigação.

● O quê (demandas e desdobramentos)	0
● Democracia	242
● Mobilização do Direito (Leis, Tribunais, Juristas)	2663
● Big Money	5280
● Redistribuição de renda	781
● Tributação e Orçamento	1530

Quadro 1 – códigos do lema “o quê”, MaxQDA

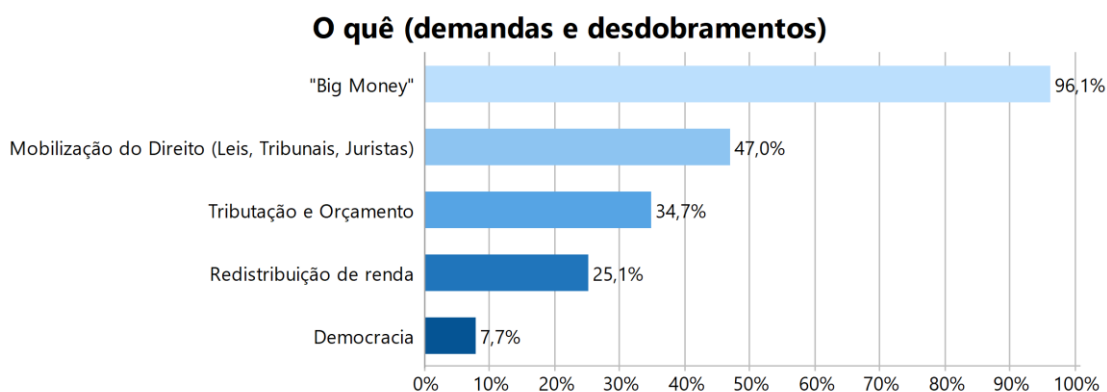
As rodadas de leituras qualitativas dos documentos evidenciaram que essas notícias giravam em torno, basicamente, de cinco *clusters*: “*Big Money*”, “redistribuição de renda”, “tributação e orçamento”, “mobilização do Direito (Leis, Tribunais, juristas)” e “democracia”. No conjunto de cada *cluster*, estas foram as expressões regulares utilizadas (lembrando que eram refinadas a partir dos filtros com novas leituras qualitativas):

Tabela 7 – palavras sob os códigos do lema “o quê”, MaxQDA

Big Money	Mobilização do Direito (Leis, Tribunais, Juristas)	Tributação e Orçamento	Redistribuição de Renda	Democracia
<i>Wall Street, lobbying, company/companies, corporation(s), business(es), profit(s), influence.</i>	<i>Court(s), Tribunal(s), Constitution (First Amendment), Lawsuit, Rule, Regulation, Attorney, Lawyer, Law Professor.</i>	<i>Tax(es), Taxpayer, Tax Reform, Tax Cut, Tax Benefit/Deferrals, Income Tax, Sales Tax, Excise, Imposition, Levy, Budget, Expenses, Charge, Big Government.</i>	<i>Poor, earnings, unemployment, dissatisfaction, wage, main street, redistribution.</i>	<i>democracy</i>

Quando pesquisadas essas palavras ou expressões nos 3.344 (três mil, trezentos e quarenta e quatro) documentos, duas observações iniciais eram realizadas. Primeiro, muitos documentos não continham nenhuma das palavras ou elas estavam fora do contexto de nosso filtro, como, por exemplo, na frase “*in her company was another Professor*” (“na sua companhia estava um outro Professor”), na qual “*company*” não traduz um significante válido para o código “*Big Money*”.

Se excluirmos de consideração os documentos não codificados, isto é, aqueles em que nenhuma das palavras é encontrada no contexto devido, obtemos o seguinte resultado para o *regex*:



Esses resultados, em percentual, ultrapassam 100% (cem por cento) visto que o dado traduz a entrada de palavras de um mesmo código em relação à quantidade total de documentos codificados. Isso quer dizer que as palavras do código “*Big Money*” estavam presentes em 96,1% (noventa e seis vírgula um por cento) dos documentos codificados, representando, de longe, o maior *cluster* relativo a demandas do *Occupy*. Portanto, a maneira como *NYT* e *WSJ* falaram do protesto, naqueles dez anos (entre 2011 e 2021), envolveu, em aproximadamente 96% das matérias com algum código válido, “*Wall Street*”, “*lobbying*”, “*company/companies*”, “*corporation(s)*”, “*business(es)*”, “*profit(s)*”, “*influence*”, o que pode ser interpretado de duas formas, ao menos.

A primeira – e mais óbvia – é que o nome escolhido para a manifestação popular já continha, por si, menção a *Wall Street*, o que faz dessa expressão quase onipresente nas notícias mais completas relativas ao protesto. Essa é uma tática (linguística, neuropsicológica e simbólica) intrigante: o *Occupy* fagocitou sua própria némesis. O maior adversário social, político e económico do movimento está, à partida, inserido no seu próprio nome, de tal sorte que, dificilmente, conseguem ser desagregados. As notícias, sem se darem conta, falam de *Wall Street* para falarem do *Occupy*. Diferentemente da generalidade dos protestos, o *OWS* imprime certa inclinação, em quem dele fala, a citar sua parte agonística. Até porque a transitividade (direta) do verbo *ocupar* (ou *occupy*, no inglês) convoca um complemento. Aquele complemento é que, literalmente, dá sentido especial à ação (ao verbo). A ousadia daquele “ocupar” é ocupar (a toda-poderosa) *Wall Street*.

Adiante, a segunda interpretação, fruto de análise qualitativa dos trechos codificados, é que, afinal de contas, o protesto não era tão “vago” e tão “nebuloso” assim nos debates e desafios que levantou. Praticamente todas as matérias mais densas sobre o OWS precisavam afirmar coisas relativas a “lobbying”, “grandes corporações”, “negócios”, “lucros” ou “influência” (nos sentidos político e económico). Ora, se em quase cem por cento dos casos com alguma codificação, é possível ler quaisquer daqueles termos, é sinal de que o protesto foi relatado nos jornais de maneira fidedigna (ou, pelo menos, muito próxima) sob o aspeto de “o quê” propunha à discussão.

De maneira um pouco surpreendente, constatei que o segundo código de expressões mais frequentes tinha a ver com “a mobilização do Direito”. Dos documentos codificados, 47% (quarenta e sete por cento) traziam algumas destas palavras: *court(s)*, *tribunal(s)*, *constitution (first amendment)*, *lawsuit*, *rule*, *regulation*, *attorney*, *lawyer*, *law professor*. Numa leitura preliminar (exploratória) das matérias, não havia notado o quanto o ‘discurso de direitos’ (GRIFFIN, 1998; GLENDON, 1998) era fundamental para o *Occupy*.

A partir dos números extraídos do *regex*, entretanto, a constatação fez sentido. A toda evidência, o *Occupy* mostrava-se como ‘mobilização por direitos’ (ZEMANS, 1983; McCANN, 1998): a uma, porque as narrativas construídas diziam respeito a direitos de cidadania que, pouco a pouco, eram perdidos pela espúria interferência do *Big Money*. A duas, porque as leis e os tribunais emergiam no curso da movimentação política como uma outra arena de disputas (para libertar manifestantes presos, para processar abusos policiais, para evitar despejos, para suspender a penhora de residências por dívidas nas hipotecas, para extirpar juros ilegais de débitos estudantis ou, enfim, para prolongar a estadia do movimento no *Zuccotti Park*). O ‘uso político do direito’ provoca a ação responsiva do Estado e de outras autoridades, dramatiza situações sociais problemáticas e drena atenção pública (McCANN, 2006), inclusive se considerarmos que o Poder Judiciário é o único (entre os Poderes Constituídos) com a ‘obrigação’ de responder às demandas a partir de um procedimento que envolve a escuta das partes interessadas¹⁹⁴.

¹⁹⁴ Os Poderes Legislativo e Executivo, quando eventualmente escutam as demandas vindas de cidadãos/cidadãos ou de grupos de base tomam em consideração, de regra, uma estratégia político-eleitoral. Evitar perder votos. O Judiciário o faz por ditame constitucional e legal: direito de audiência à parte autora do litígio.

O terceiro *cluster* de palavras com maior recorrência nas notícias era o de “tributação e orçamento”: 34,7% (trinta e quatro vírgula sete por cento) dos documentos codificados apresentavam alguma ou algumas destas palavras: *tax(es)*, *taxpayer*, *tax reform*, *tax cut*, *tax benefit/deferrals*, *income tax*, *sales tax*, *excise*, *imposition*, *levy*, *budget*, *expenses*, *charge*, *big government*. Na etapa de leitura exploratória dos jornais, verifiquei esse vocabulário – que, em abstrato, pareceria mais conetado ao *Tea Party*.

Há duas razões básicas nesse aparecimento tão recorrente. Primeiro que, sob determinada luz, os dois movimentos – *OWS* e *Tea Party* – não se excluem mutuamente e, até ao contrário, aliavam-se na crítica à corporatocracia (WOLIN, 2010). Esse aroma “financeiro e económico” aproxima os dois protestos: muitas matérias, sobretudo no *NYT*, ao debaterem soluções para a crise de 2008, citam a tributação como elemento chave. O Direito Tributário como uma concretização bastante factível de uma ideia de justiça social (MURPHY e NAGEL, 2005), taxando os super ricos e aliviando a carga para os grupos mais vulneráveis (PIKETTY, 2014 e 2015).

Esse número não é estranho, também, se pensarmos a tributação como um campo que está no meio do caminho, a envolver direito, política e economia. O orçamento público é uma peça repleta de “escolhas trágicas” acerca do “custo dos direitos” (SUNSTEIN e HOLMES, 2019) e o *Occupy*, e também o *Tea Party*, sob outro prisma, lembravam que o orçamento foi sequestrado por grupos de interesse e de pressão, com suas renúncias, isenções, imunidades e transferências diretas de verbas públicas para negócios privados. A Lei federal 110-343, de 3 de outubro de 2008, sancionada pelo Presidente George W. Bush como “*The Emergency Economic Stabilization Act of 2008*”, é um exemplo eloquente disso. O *OWS* e o *Tea Party* popularizaram-na como “*bank bailout of 2008*” ou “*Wall Street bailout*”: os EUA resgatavam os bancos e fundos de investimentos, enquanto deixavam a classe média simplesmente desaparecer, atolada em dívidas.

Esse assunto é bastante relacionado ao quarto *cluster*, “redistribuição de renda”, cujas expressões e palavras regulares estavam presentes em cerca de 25% (vinte e cinco por cento) dos documentos. As *regex* selecionadas foram *poor*, *earnings*, *unemployment*, *dissatisfaction*, *wage*, *Main Street*, *redistribution*. Pela leitura

exploratória, verifiquei que, em geral, essas matérias tinham a ver com números e estatísticas do sofrimento com a crise económica de 2008 ou com questões laterais sobre finanças, mas, em algum momento da redação, o *staff* dos jornais terminava incluindo o *OWS*.

Apenas para ilustrar, cito a matéria “As taxas do cartão de débito acabaram, mas espere outras”, assinada por Cristina Lourosa-Ricardo, em 6 de novembro de 2011, para o *WSJ*:

Chame isso de uma vitória para os consumidores loucos de raiva¹⁹⁵ e para os manifestantes do *Occupy Wall Street* duros na queda¹⁹⁶: todos os grandes bancos voltaram atrás nos seus planos de cobrar-te pela utilização dos teus cartões de débito para gastar teu próprio dinheiro.

Mas não buzine e grite¹⁹⁷ muito alto.

Os bancos encontrarão formas de recuperar o que a *Javelin Strategy & Research* estima ser um total de 6,6 mil milhões de dólares em receitas perdidas devido à nova lei que limita as taxas dos comerciantes nas transações com cartão de débito.

Uma matéria, *prima facie*, com valor informativo – quanto a taxas de uso de cartões – mas que incluía opinião sobre o *OWS*, porque, naquela altura, o protesto fazia parte da cena de tal maneira que, qualquer acontecimento, teria a ver com suas reivindicações.

Finalmente, o último rótulo é “democracia”. Em 7,7% (sete vírgula sete por cento) dos documentos foi encontrada a palavra. Isto mesmo, *a palavra*, no singular. Este era o único *regex* sem ‘*clusterização*’. Optei por uma pesquisa exclusivamente pelo termo “*democracy*”, a fim de que retornassem as notícias que citam o regime político e, notadamente, esta reivindicação do *Occupy*. Por lógico que, tivesse escolhido agregar palavras do mesmo campo semântico, feito ‘*poder popular*’, ‘*assembleia*’, ‘*eleição*’, *etc.*, muitas outras referências seriam adicionadas, aumentando seu percentual. O foco, no

¹⁹⁵ A expressão, no original, em inglês, é *mad-as-hell consumers*.

¹⁹⁶ A jornalista, no original, em inglês, coloca *diehard* [duros de matar {ou de morrer}] *Occupy Wall Street* *protestors*.

¹⁹⁷ No original, em inglês, é utilizada a consagrada expressão *hoot and holler*.

entanto, para este último grupo de documentos, era outro: mostrar o tamanho que a específica palavra “democracia” poderia ter.

É sempre importante frisar: não seria o tamanho que a “democracia” tem nos enredos construídos pelo *Occupy*, mas sim a visibilidade que os jornais conferem a esse termo quando correlacionado ao *OWS*. O percentual relativamente baixo, assim, explica-se também pela dificuldade dos jornais em afirmarem a *democracia como uma reivindicação, uma demanda*. Havia um consenso mediático no sentido que o *Zuccotti Park* não poderia ter um ar revolucionário, como o da Praça *Tahrir*, no Egito¹⁹⁸.

Sob a manchete “*Occupy Wall Street encontra a Praça Tharir*”, Anne Barnard escreve para o *NYT*, em 25 de outubro de 2011:

Correndo o risco de ser óbvia, listemos as razões pelas quais o movimento *Occupy Wall Street* não é como a Praça *Tahrir*: nenhum manifestante foi morto, não houve demandas para que o Presidente se demitisse e não houve multidões que ultrapassassem os seis dígitos. Os manifestantes correm muito menos perigo e parecem representar muito menos perigo para os poderosos do que no Egito.

Mas vale a pena fazer uma pausa neste ponto: aqui em *Lower Manhattan*, e em todo o país, os manifestantes abraçaram um movimento que surge do mundo árabe como um modelo de liberdade, *democracia* e não-violência.

Achar que a democracia não é um adquirido civilizacional ou não é uma condição fixa e inexorável dos países ocidentais é uma noção totalmente contraintuitiva para jornalistas dos EUA. Daí que as notícias dificilmente salientavam o debate sobre “democracia real”, articulado pelo *Occupy* (a exemplo daquilo que fizeram, em Espanha, *Los Indignados*, meses antes), preferindo matérias de tons críticos a esse tópico, como se os jovens estadunidenses ‘reclamassem sem motivo’, por já vivenciarem uma democracia plenamente estabelecida e funcional.

¹⁹⁸ O autor inglês e colunista Simon Jenkins, por exemplo, escreveu no *The Guardian*, em 20 de outubro de 2011, sob a seguinte manchete: “*Ocupar Wall Street?* Esses protestos não são a Praça *Tahrir*, mas um cenário”. Na CNN, igualmente, uma matéria especial, assinada por Ehab Zahriyeh, em 2 de novembro de 2011, afirma “*Occupy Wall Street* não é a Praça *Tahrir*”. A revista *The Economist*, em 6 de outubro de 2011, publicou “Você já tem sua revolução”, de James Bennet (colunista Lexington), com o mesmo tom: “*Zuccotti Park* não é Praça *Tahrir* e os EUA não são o Egito”.

Para finalizar o tópico, pareceu interessante comparar aquilo que era visibilizado por intermédio dos grandes jornais e aquilo que era respondido pelos próprios ativistas. Utilizamos os dados de Lewis, Luce e Milkman (2013), que realizaram entrevistas aprofundadas com 25 (vinte e cinco) figuras da organização do *Occupy*, mais um questionário representativo (*representative survey*) com 729 (setecentas e vinte e nove) pessoas que participaram em comício promovido pelo *OWS*, em 1º de maio de 2012. Neste primeiro quadro, temos respostas a questões que levaram as/os entrevistadas/os a apoiar o *OWS*, separadas por extensão de seu envolvimento com o protesto.

É possível notar que os três assuntos mais respondidos, efetivamente, relacionam-se com o código “*The Big Money*”, que também foi o maior agrupamento por *regex*, a partir do *NYT* e do *WSJ*. Além disso, os assuntos, respetivamente, em quarto, quinto e sexto lugar no quadro dizem respeito ao código “*mobilização do direito*”, segundo maior *cluster* formado com o exame das notícias jornalísticas. Essa ‘mobilização do direito’ aparece, também, nos assuntos oito, dez, doze, treze e catorze da tabela, o que denota sua relevância não apenas na imprensa escrita, como também nas falas de ativistas.

Vale frisar essa correspondência entre aquilo que emerge, diretamente, dos discursos daquelas e daqueles que participavam de comício em 2012 (seis meses depois do último dia de ocupação no *Zuccotti Park*) e aquilo que emergia das redações dos maiores jornais de Nova Iorque, em termos de identificação de demandas ou de debates trabalhados pelo protesto:

Issue	All Respondents	Less Active	Actively Involved
Inequality/the 1%	47.5%	50.0%	45.4%
Money in politics/Frustration with D.C.	25.5%	20.7%**	29.4%**
Corporate Greed	18.5%	18.2%	18.8%
Student Debt/Access to education	17.4%	15.4%	19.0%
Unions/labor rights issues	13.0%	15.7%*	10.9%*
Health Care	12.4%	12.4%	12.4%
Jobs, unemployment	11.9%	14.5%*	9.9%*
Antiwar, environment, women's rights issues	11.4%	9.0%*	13.3%*
Solidarity with Occupy-like movements	11.0%	9.9%	11.9%
Immigrant Rights	10.4%	14.8%**	6.9%**
Capitalism as a system	9.2%	4.3%**	13.1%**
Civil liberties issues	8.2%	6.8%	9.4%
Racism/race related issues	7.1%	7.4%	5.4%
Housing/Foreclosures	6.5%	7.7%	5.4%

** P < .05 * P < .10

N=727

Note: Total adds to more than 100% because respondents could give more than one answer. "Less Active" respondents participated in fewer than 6 of the activities shown in Table 1; "Actively Involved" respondents participated in 6 or more activities.

6.2 Quando?

No *NYT*, o primeiro jornalista a ter contato com o OWS foi Colin Moynihan. Em 17 de setembro de 2011, precisamente às 16h26, era publicada *online* a pioneira matéria sobre o protesto, com o título “Começa protesto de *Wall Street* com bloqueio de manifestantes”:

Os organizadores, os promotores e os manifestantes chamam o dia, que fora largamente discutido no *Twitter* e noutras mídias sociais, simplesmente ‘17 de setembro’. Alguns o chamam ‘Dia de Fúria dos Estados Unidos’, numa aparente referência às series de protestos disruptivos contra a Guerra do Vietnã que tiveram lugar em Chicago, no ano de 1969.

Depois de meses de planejamento, as duzentas e poucas pessoas, no ponto de encontro, naquele início de tarde, faziam com que o objetivo do protesto, falado em voz alta, soasse como um atrevimento ou uma miragem completa. Moynihan resumiu o evento em duas frases: “por meses, os manifestantes planejaram descer *Wall Street* num sábado e *ocupar* partes dela, como expressão de sua raiva contra o sistema financeiro que, segundo dizem, favorece os ricos e poderosos à custa dos cidadãos ordinários”. E completou: “a ideia, de acordo com alguns organizadores, é *acampar por semanas ou, talvez, meses* para replicar o tipo, se não a escala, dos protestos que

romperam mais cedo, neste ano, em lugares tão variados quanto Egito, Espanha e Israel”.

Por sua vez, o *Wall Street Journal* demorou dois dias para cobrir os eventos. Sua primeira matéria, a 19 de setembro de 2011, veio sem assinatura de jornalista (indicada, simplesmente, como notícia produzida pelo “*staff* do periódico”). Nela, chama atenção a fala de Joel Atkinson, de 21 anos, ativista que viajou de Columbus (Ohio) até Nova Iorque: “o plano é, basicamente, ficar aqui até que possamos trazer gente suficiente para passar uma mensagem forte”. O jovem se refere, ainda, à efervescência da Praça *Tahrir*, no Cairo: “nós estamos tentando modelar isso depois do levante no Egito”.

No mesmo dia, um pouco mais tarde, Jessica Firger e Pervaiz Shallwani assinam matéria chamada “Protesto fecha ruas próximas a *Wall Street*”. Ao entrevistarem Joe Sharkey, um *designer free-lancer* de 30 anos, morador de *Bedford-Stuyvesant* (no *Brooklyn*, em Nova Iorque), ouviram que: “no método de protesto que nós estamos usando, o propósito é interromper o fluxo de *Wall Street*”. Falando num domingo e na expectativa pela segunda-feira, sublinha o ativista que o “período crucial” acontecerá nos primeiros contatos com os funcionários das finanças, no bairro. E finaliza: “nós vamos nos juntar e coordenar e comunicar; o processo leva um bom tempo”.

Os jornalistas Firger e Shallwani sublinharam, assim como seus colegas do *New York Times*, a organização prévia e seu eventual fracasso, com poucas pessoas no local: “Grupos como *NYC General Assembly* e *U.S. Day of Rage* passaram meses usando *sites* de mídia social como o *Twitter* para atrair até 20.000 [vinte mil] pessoas para *Wall Street*. Os números caíram muito no fim de semana. No domingo, havia algumas centenas”.

Esses textos, além de terem inaugurado as impressões dos grandes jornais a respeito do movimento, ganham, anos depois, uma importância retrospectiva. Isso porque escolheram destacar algumas narrativas, entre as muitas entrevistas que realizaram. Ao lê-las agora, como quem olha pelo retrovisor, nota-se uma intrigante firmeza de propósito nos manifestantes. Parecia não importar a (pouca) quantidade de gente na rua. Acreditavam na estrutura montada.

Quase como um *fractal* – aquela forma geométrica em que cada mínima parte é uma cópia fiel do todo – a aurora do protesto já deixava entrever todos os elementos que caracterizariam o fenômeno *Occupy*, meses depois. Era um tipo de foto 3 x 4. Ainda que a dimensão fosse reduzida, a face do movimento já se via toda. A noção de que o sistema financeiro é arquitetado para favorecer “ricos e poderosos”, drenando ou não distribuindo riquezas. A necessidade de planejar, no detalhe, a fim de que aquela aparição não se igualasse a outras tentativas de protestos na vizinhança da Bolsa de Valores. A estratégia de acampar (pelo tempo que preciso), alcançando os meios de comunicação social, as agendas políticas e as conversas do dia a dia. E, finalmente, o exercício de trazer alguns repertórios de ação estrangeiros, atendendo a peculiaridades locais. Esses atributos foram grifados nas linhas de Moynihan, para o *New York Times*, e ressaltados nos comentários de Atkinson ao *Wall Street Journal*. Também estiveram na matéria de Firger e Shallwani.

Mas o otimismo, a autoconfiança ou o parafuso a menos de manifestantes não explicam tudo. Nem a *fractalidade* do protesto – sua coesão interna, do princípio ao fim. É preciso revisitar o contexto, o “quando”.

Diversas teorias sociológicas exercitam esse olhar para a conjuntura. Refletem sobre as probabilidades de um protesto ocorrer, mobilizando certos recursos, sejam financeiros, organizacionais, culturais ou outros (McCARTHY e ZALD, 1977) ou aproveitando certa janela de oportunidade política (NORTH, 1995; TARROW, 1994 e 1996). No entanto, quantas inferências estatísticas (ou intuições) se possam agregar, a verdade é que não existe um algoritmo com modelo preditivo das iniquidades do mundo, nem, muito menos, uma fórmula matemática com a probabilidade de surgir uma contestação frente a essas iniquidades¹⁹⁹. As investigações tentam observar ocasiões *propícias*, instantes que reúnem circunstâncias favoráveis para que algo se torne possível. Embora não façam parte de uma equação de segundo grau, algumas

¹⁹⁹ Na clássica tipologia de Vilfredo Pareto, a Sociologia é a ciência das ações *não-lógicas*. As complexidades subjetivas e objetivas envolvidas na conduta humana a inclinam a seguir ou a romper padrões, de forma mais ou menos aleatória. Ver, entre outros, PARETO, Vilfredo. **Manual de Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996 e ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

variáveis tornam uma agitação (institucional ou popular) mais viável e, por consequência, mais fácil de ocorrer.

Em paralelo a isso, há uma gama de diferenças de escala, de visibilidade e de desdobramentos que merece atenção ao se ter em mente um protesto. Um sujeito gritando ao pé do muro da residência do Autarca produz um efeito; trinta ativistas do *Femen*²⁰⁰, de corpos desnudos e pintados com as estrelas da bandeira da União Europeia a formar uma suástica nazista, produzem um efeito totalmente distinto.

Ainda que, na ontologia, não haja comparações, porque toda e qualquer forma de protestar contra uma injustiça é única e irrepetível; na pragmática, muita coisa é levada em consideração. A quantidade de manifestantes (se previamente determinada ou se aberta a adesões), a atenção obtida com os atos públicos (nomeadamente a cobertura dos meios de comunicação social) e, ainda, a memória elaborada quanto aos eventos (o modo como depois serão lembrados). Há diferentes fatores – razoavelmente objetivos – que distanciam o bloqueio de uma estrada, na pequena vila, que irrita autoridades locais, e o vazamento, no *WikiLeaks*²⁰¹, de documentos ultrassecretos de um governo europeu influente, que pode derrubar Ministérios de Estado.

De modo que uma primeira indagação séria, ao debruçar sobre o contexto de um movimento, bem poderia ser: *quando?* Ou, em outros termos, que peso carrega o minuto de surgimento daquele protesto? Por exemplo, o fato de o *OWS* vir a público em setembro de 2011 teve a ver com a extraordinária abrangência que conquistou (tendo capturado, por aproximadamente 80 dias, todos os debates nos EUA), espalhando-se por mais de 950 cidades no mundo?

Thomas Friedman, três vezes ganhador do Prémio Pulitzer, comentarista de política para o *NYT*, assinou artigo com o título “Alguma coisa está acontecendo aqui”, publicado em 11 de outubro de 2011, que inicia assim: “quando você vê protestos

²⁰⁰ Coletivo feminista, iniciado na Ucrânia, em 2008, que combate o patriarcado em suas três manifestações, como indicado no sítio eletrônico <https://femen.org/about-us/>: exploração sexual de mulheres, ditadura e religião. Vale-se de uma tática declarada como “sextremista”, para proteger os direitos das mulheres. Ver, entre outros, ACKERMAN, Galia. **Femen. En el principio era el cuerpo**. Barcelona: Malpaso, 2014.

²⁰¹ Organização transnacional, sem fins lucrativos, fundada em 2006, sediada na Suécia, que publica, em sua página de *internet*, postagens de fontes anônimas, documentos, fotos e informações confidenciais, vazadas de governos ou empresas, sobre assuntos sensíveis. Seu principal editor e porta-voz é Julian Assange, jornalista e ciberativista australiano. <https://wikileaks.org/>

sociais espontâneos em erupção da Tunísia a Tel Aviv até *Wall Street*, com certeza alguma coisa que precisa de definição está acontecendo globalmente. Há duas teorias unificadas por aí que me intrigam. Uma diz que esse é o começo da *Grande Disrupção*. Outra diz que isso tudo é parte da *Grande Mudança*. Você decide”.

Friedman salientava duas expressões que davam capa a livros de 2011. Primeiro, *“The Great Disruption”*, do ambientalista australiano Paul Gilding, argumentando que os protestos daquela altura “eram sinais de que a obsessão do capitalismo por crescimento estaria a alcançar limites financeiros e ecológicos”. *“O Occupy*, tal como o menino do conto de fada, está dizendo o que todo mundo sabe e está com medo de expor: o rei não tem roupas. O sistema está quebrado”. O outro livro recente, naquele momento, era *“The Power of Pull: how small moves, smartly made, can set big things in motion”*, de John Seely Brown, Lang Davison e John Hagel III, que sugerem estarmos nos estágios iniciais de uma *“Big Shift”*, “precipitada pela fusão entre globalização e a Revolução da Tecnologia da Informação” (*Information Technology Revolution*). O irromper de movimentos de protesto não seria surpresa, porque nesses estágios iniciais da *Grande Mudança*, “nós a experimentamos como uma pressão de encaixe, deteriorando performance e aumentando o estresse porque nós continuamos operando com instituições e práticas que são crescentemente disfuncionais”.

O *Occupy* parecia surgir numa maré que subia há algum tempo, de acordo com matérias assim, mas tornou-se *tsunami*, em 2011, como consequência da enorme crise de 2008 e do exemplo dos diversos outros protestos ao redor do mundo.

Pois bem. Para avaliar as publicações do *NYT* e do *WSJ*, os seguintes códigos foram elaborados a partir da observação de notícias com a lupa sobre “quando”, em que contexto ou conjuntura, o protesto ocorria:

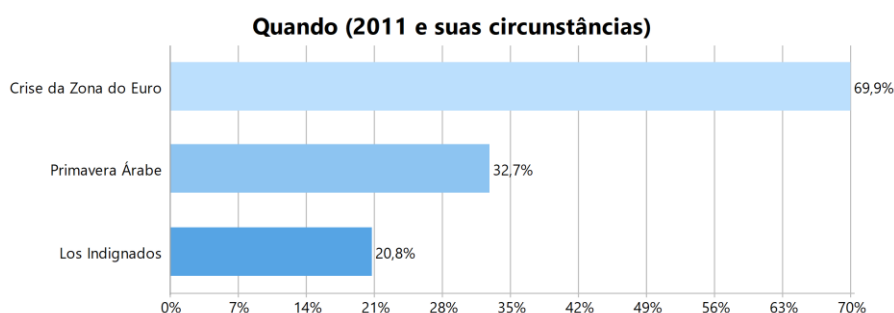
Quando (2011 e suas circunstâncias)	0
Crise da Zona do Euro	497
Primavera Árabe	282
Los Indignados	205

As rodadas de leituras qualitativas dos documentos evidenciaram que essas notícias giravam em torno, basicamente, de três *clusters*: “Crise da Zona do Euro”,

“Primavera Árabe” e “Los Indignados”. No conjunto de cada *cluster*, estas foram as expressões regulares utilizadas (lembrando que eram refinadas a partir dos filtros com novas leituras qualitativas):

Crise da Zona do Euro	Primavera Árabe	Los Indignados
<i>Eurozone (Euro-zone), Sovereign Debt crisis, Debt crisis, Greece, Spain, Portugal, Ireland, Italy.</i>	<i>Arab Spring, Egypt, Tahrir, Cairo, Tunis(ia), Libya, Tripoli, Marocco, (Mohamed) Bouazizi.</i>	<i>“(Los) Indignado(s)”, outraged, indignant, Spain, Madrid, Puerta del Sol, Barcelona.</i>

Quando pesquisadas essas palavras ou expressões nos 3.344 (três mil, trezentos e quarenta e quatro) documentos, duas observações iniciais eram realizadas. Primeiro, muitos documentos não continham nenhuma das palavras ou elas estavam fora do contexto de nosso filtro, como, por exemplo, na frase “*tourists come to Portugal in 2011*” (“turistas vêm a Portugal em 2011”), na qual “*Portugal*”, na tessitura da frase encontrada na notícia, não traduz um significante válido para o código “*Crise da Zona do Euro*”. Se excluirmos de consideração os documentos não codificados, isto é, aqueles em que nenhuma das palavras é encontrada no contexto devido, obtemos o seguinte resultado para o *regex*:



Esses resultados, em percentual, ultrapassam 100% (cem por cento) visto que o dado traduz a entrada de palavras de um mesmo código em relação à quantidade total de documentos codificados. Isso quer dizer que as palavras do código “*Crise da Zona do Euro*” estavam presentes em quase 70% (setenta por cento) dos documentos codificados, representando, de longe, o maior *cluster* relativo ao instante de aparecimento do *Occupy*.

O resultado explica-se: entre as expressões regulares pesquisadas nesse código estava “*debt crisis*”, uma *regex* bastante frequente, tanto no *NYT* quanto no *WSJ*. Singularmente considerada, a palavra “crise” também aparece muitas vezes. Além disso, a falência de instituições financeiras nos EUA esteve, desde o princípio, atrelada à convulsão financeira na Europa. No início de 2010, pouco antes do *OWS*, a pressão sobre os títulos públicos gerou temores nas agências de notação financeira com relação a países como Grécia, Espanha, Irlanda, Portugal e Itália, se lograríamos quitar os *spreads* e os seguros de seus títulos de dívida. Exatamente por isso esses cinco países foram incluídos na codificação: quando surgia uma notícia que os citasse, de regra (e infelizmente), era uma matéria sobre riscos financeiros.

O segundo *cluster* com maior número de segmentos codificados foi apelidado “*Primavera Árabe*” – 32,7% (trinta e dois vírgula sete por cento) dos documentos apresentavam referências a *Arab Spring*, *Egypt*, *Tahrir* ou *Mohamed Bouazizi*. É interessante notar que os protestos de 17 (dezassete) países do continente africano figuraram nos grandes jornais dos EUA em número superior que um protesto europeu, como as *acampadas* espanholas. Neste caso, o *storytelling* da *Revolução de Jasmim*²⁰² exerceu uma força gravitacional inédita nos mídias ocidentais.

Tudo começou em Ben Arous (cidade da região metropolitana de Túnis, no nordeste da Tunísia), quando, aos 17 de dezembro de 2010, Mohamed Bouazizi ateou fogo sobre si, ante o Palácio de Governo.

A biografia de Bouazizi, desde sempre idêntica à de qualquer jovem de país pobre, era agora também comparável à da juventude estadunidense. A globalização tornara homogênea esta circunstância: um menino, órfão de pai, que trabalhara, na

²⁰² Ainda que tomando emprestado o nome da flor branca perfumada, símbolo da Tunísia, da pureza, da doçura de viver e da tolerância, há controvérsia quanto ao nome. Alguma tradição existe em apelidar esses instantes críticos com delicadeza. No Quirguistão, em 24 de março de 2005, os protestos que levaram à fuga do Presidente Askar Akaev (no poder havia 15 anos), foram chamados de *Revolução das Tulipas*. Na Ucrânia, em 22 de novembro de 2004, os protestos que retiram o pró-Rússia Viktor Ianukovitch e colocam no poder Viktor Yuschenko, foram chamados de *Revolução Laranja* (aludindo à cor partidária de Yuschenko). Na Geórgia, em 23 de novembro de 2003, a *Revolução da Rosa* derruba o Presidente Eduard Tchevardnadze e coloca o líder da oposição Mikhail Saakachvili (eleito com 96,2% dos votos). Voltando mais no tempo, a *Revolução de Veludo* (novembro de 1989), encabeçada pelo dramaturgo Vaclav Havel, encerra o regime comunista na Tchecoslováquia. Quatro anos mais tarde, a separação entre tchecos e eslovacos. E, no 25 de abril de 1974, a *Revolução dos Cravos* (Portugal), pondo fim a 48 anos de regime autoritário, entre António Salazar e Marcello Caetano.

infância e na adolescência, para ajudar a mãe a pagar seus estudos, formara-se engenheiro e não conseguira emprego na área. Terminou vendedor de rua. As frutas e os legumes numa barraca, em vez de esquadro e compasso nas construções, para que ele, a mãe e a irmã pudessem se sustentar.

O constante assédio da polícia e da fiscalização municipal, humilhações públicas (tapas e cusparadas no rosto), confisco de produtos, falta de atendimento nos órgãos governamentais, falta de alguma autoridade isenta para quem se queixar. Toda essa atmosfera – e alguém com poucas opções para ganhar a vida – fez com que a compra de duas garrafas de diluentes e alguns fósforos se tornasse uma alternativa.

Depois de deixar uma mensagem para a mãe, no *Facebook*, pedindo perdão por não ter esperanças em mais nada e afirmando que “a culpa era dos tempos ruins que a humanidade passava”, imolou-se, ao pé das janelas do Governo Municipal.

A matéria “Wall Street ocupada, vista do exterior”, por exemplo, assinada por Anne-Marie Slaughter, no *NYT* de 6 de outubro de 2011, citava que o drama de Mohamed Bouazizi não era exclusivo de ‘um país de terceiro mundo’: as páginas de testemunhos do *website* “*We are the 99 percent*” deixavam entrever situações de pouquíssimas alternativas também, entre antigos membros da classe média americana, hoje pessoas afogadas em dívidas.

Noutra matéria do *NYT*, Ligaya Mishan, no dia 28 de agosto de 2020, lembrava a importância das doações de comida nos protestos, algo que, literalmente, “alimentava a revolução” (*feeding the revolution*), quando citou que “nenhum alimento é pequeno demais para fazer pender a balança”, dando o exemplo da *revolução tunisina*, que começa por duas cestas de maçã, na barraca de Bouazizi, confiscadas pelas autoridades.

O terceiro *cluster* dizia respeito ao movimento dos ‘indignados’ de Espanha, contando segmentos codificados em 20,8% (vinte vírgula oito por cento) dos documentos. Aquilo que começa como ‘manifesto’, publicado nas redes sociais em 15 de maio de 2011, a exigir *¡Democracia Real Ya!* (democracia real já), desdobra-se a uma sequência de acampamentos por 54 (cinquenta e quatro) cidades espanholas, cada qual a movimentar um espaço simbólico relevante, como a praça *Puerta del Sol*, em Madrid,

o exato centro do “quilómetro 0”, o radial donde nascem todas as autoestradas espanholas.

A matéria “*Finalmente fazendo sentido em Wall Street*”, escrita por Mark Bittman, publicada em 11 de outubro de 2011, citou *Los Indignados* nestes termos:

As contraculturas e os sistemas alternativos podem ser estimulantes, educativos, esclarecedores, inspiradores – e estas não são coisas pequenas – mas não provocam mudanças fundamentais. As cooperativas de alimentos, por exemplo, fazem a diferença, mas elas não alterarão muito a forma como a *Big Food* opera. Historicamente, o caminho para consertar sistemas quebrados passa por luta, confronto e até revolução.

Esses cenários estão se espalhando porque, como Naomi Klein escreveu no *The Guardian* semana passada, “todo mundo pode ver que o sistema é profundamente injusto e está fora de controle”. A luta por mudanças positivas está sendo definida por grupos tão diversos como os revolucionários na Tunísia e no Egito, os grevistas na Grécia (“anule a dívida e deixe os ricos pagar”), os *indignados* em Espanha, os membros enganados mas ocasionalmente bem-intencionados do *Tea Party*, e certamente aqueles que ocupam *Wall Street* (e, caso você tenha perdido, cerca de 1.500 outros lugares, e crescendo, até o momento em que isto foi escrito).

Tempos depois, já em 15 de maio de 2018, é a vez da Professora de História da *Yale University*, Beverly Gage, escrever um artigo para o *NYT* intitulado “Quando um Momento se transforma num ‘Movimento’?”, a refletir sobre o quanto – durante a maior parte da história moderna – a construção de um protesto exigia meses, senão anos, de esforço árduo. “Hoje”, segundo Gage, “aderir ou mesmo fazer um movimento é muitas vezes apresentado como um empreendimento muito mais individualista, disponível para qualquer pessoa com a indignação e as habilidades promocionais necessárias”.

No que interessa, aqui, um dos arremates do artigo da Professora pode ser uma chave de análise intrigante, a reunir os três códigos – “crise financeira”, “Primavera Árabe” e “Indignados” – sob uma reflexão comum. Até que ponto esses acontecimentos, absolutamente marcantes, transformaram alguma coisa no futuro das suas sociedades? Diz Gage, naquela típica comparação, que “na sequência da crise financeira, o *Tea Party*

assumiu o controlo de uma grande parte do Partido Republicano, enquanto o *Occupy Wall Street* revelou-se mais eficaz na promoção de uma linguagem popular para criticar o *1 por cento*”.

Será que a pergunta título do artigo, “Quando um ‘*Momento*’ se transforma num ‘*Movimento*’?” não poderia ser respondida com: os protestos antiausteridade, durante a crise da Zona do Euro; as revoltas de África e de Espanha; o *OWS*, enfim, justamente por serem eficazes na “mudança da percepção moral das pessoas”, produzem efeitos a longo e a muito longo prazo, pelo que seu “momento” é tornado “movimento” numa série bastante gradativa.

6.3 Onde?

Sob o pseudónimo de Gary Roland, um comerciante que se tornou jornalista e ativista *hacker*, David DeGraw, propôs a ocupação do *Zuccotti Park*. Havia perdido o emprego como ‘gerente de construção’ numa imobiliária, por isso estava familiarizado com os espaços urbanos de Nova Iorque. Trabalhando com membros do coletivo *Anonymous*, criou um sítio eletrónico a fim de planearem uma ‘ação direta’ no Dia da Bandeira, 14 de junho de 2011. Seria a “Operação Rebelião *Empire State*” (*Operation Empire State Rebellion* ou *OpESR*)²⁰³.

DeGraw escrevia, desde o início de 2010, sobre sua visão de um movimento em que “os 99% mais pobres dos Estados Unidos se rebelariam contra a ganância e a corrupção do 1% mais rico”, conta Nathan Schneider, um dos fundadores do *OWS*, à *Harper Magazine*. A partir disso apelidaram um subgrupo dos *Anonymous*, formado para a *OpESR*, de *A99*²⁰⁴.

Uma das vantagens do *Zuccotti Park*, segundo DeGraw, é que seria um local privado (pertencente à *Brookfield Office Properties*) mas de acesso público, a algumas quadras ao norte de *Wall Street*. Talvez não fosse tão protegido quanto um património

²⁰³ SCHNEIDER, Nathan. **Some Assembly required: witnessing the birth of Occupy Wall Street**. Caderno *Letter from New York City*, *Harper’s Magazine*, fev/2012, p. 45-54. Disponível no sítio eletrónico do *International Center on Nonviolent Conflict*: https://www.nonviolent-conflict.org/wp-content/uploads/2016/01/schneider_some_assembly_required.pdf. Acesso: 30.10.2021.

²⁰⁴ Ver, nos Anexos, póster do grupo.

público. Se bem que os arredores da Bolsa de Nova Iorque parecem uma área de ronda constante da *SWAT*, o time policial equipado para as situações delicadas.

A tal OpESR contava centenas de milhares de visualizações nas suas páginas de *internet*, preocupando até o *Federal Bureau of Investigation* (FBI). Não rendeu, entretanto, muito mais que fotos e memes para o *Facebook*²⁰⁵. O enxame da rede não se converteu num enxame de rua: dezesseis pessoas apareceram na *Chase Manhattan Plaza*, o ponto de encontro, a dois quarteirões do *Zuccotti Park*.

De qualquer modo, aquela tentativa, três meses antes do *Occupy*, deixava duas lições fundamentais. A primeira: a *internet* precisava ser ocupada, porque também era um lugar e importantíssimo. A experiência e a habilidade dos *Anonymous* podiam e deviam ser aproveitadas. Mas, sobretudo, era indispensável um hibridismo – que o mundo virtual surtisse efeitos no mundo físico. Não adiantariam milhões na audiência de vídeos e a clicar *gostei (like)* em sátiras políticas, sem que algum público estivesse nas praças. A segunda noção: era necessário um palco, um lugar de troca de experiências no mundo físico, que nem fosse totalmente público nem totalmente privado. Um sítio ambíguo, que atrasasse a reação de eventuais opositores (governo municipal, polícia, proprietários, vizinhança incomodada, Poder Judiciário). Um local privado contaria com a força de regulamentos administrativos e legais. Estaria limpo em pouco tempo. Um local público contaria com a força de reclamações de quaisquer grupos que também pretendessem utilizá-lo. Não poderia ser tomado com exclusividade por muito mais que algumas horas.

Por coincidência (ou não), Nova Iorque fora pioneira, entre as grandes cidades globais, em criar uma figura de Direito Administrativo chamada *privately owned public space* (POPs, na sigla inglesa) – um ‘espaço público de propriedade privada’²⁰⁶. Uma

²⁰⁵ A página #OpESR - Operation Empire State Rebellion Amped, no Facebook, continua ativa. Ver, por exemplo, a “Comunicação #1”, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=7D6neBzTnOQ>. Acesso: 30.10.2021 e 28.8.2023.

²⁰⁶ Desde o início do século XIX, Paris, Milão, Londres e outras capitais europeias contavam espaços privados que permitiam a ocorrência de atividades associadas ao domínio público, como grandes galerias comerciais, com bares, cafés, boutiques, apresentações de artistas *etc.*, mas não havia uma espécie jurídica que abrigasse esse “uso público”. Era algo permitido ou tolerado pelos proprietários, a fim de atrair clientela.

grande firma de arquitetura (*Voorhees Walker Smith & Smith*²⁰⁷), contratada em 1956 como consultora para a revisão das regras de zoneamento urbano de 1916, propôs a criação de *POPs*, que se tornaram lei em 1961.

A ideia impressa na *New York Zoning Resolution*²⁰⁸ era a de uma cidade com vários pequenos espaços públicos ao lado de edifícios de grande porte, em vez de poucos grandes espaços públicos e edifícios menores (KAYDEN, 2000). Os empreendimentos privados receberiam ‘bónus’ (possibilidade de edificar a maiores alturas, expandir áreas construídas ou isenções fiscais) em troca de construírem e manterem aqueles locais.

Hoje, Nova Iorque conta, pelo menos, 600 (seiscentas) dessas parcerias. E, curiosamente, como diz Jerold Kayden (2011), jurista e urbanista especializado em *POPs*, as pessoas parecem ter mais direitos ali do que nos parques e nas calçadas exclusivamente públicas²⁰⁹. Isso é um fato, mais que uma percepção. Em 26 de setembro de 2011, no *WSJ*, Kristi Oloffson trata disso, na matéria “*DPNY: sem novas prisões no Occupy Wall Street*”.

Bruce Ackerman e Yochai Benkler, num artigo de opinião publicado em *The Huffington Post*, em 21 de outubro de 2011, lembraram que os manifestantes, por pouco, não foram despejados na sexta-feira anterior (14 de outubro): “foram salvos, paradoxalmente, pelo *status* do *Zuccotti* como enclave privado reservado para uso público pelas leis de zoneamento urbano²¹⁰”.

²⁰⁷ Aquele prestigiado escritório de arquitetura, fundado por Cyrus L. W. Eidlitz, em 1885, continua em atividade, sob a denominação *HLW Design*. Pelo menos 15 edifícios de Nova Iorque, marcadamente os *Art Deco*, foram assinados pela firma. Para mais a respeito, <https://www.hlw.design/>. Acesso: 30.10.2021.

²⁰⁸ <https://zr.planning.nyc.gov/>. “The Zoning Resolution consists of 14 Articles and 11 Appendices, plus 126 Zoning Maps, that establish the zoning districts for the City and the regulations governing land use and development”. Tradução livre: “A Resolução de Zoneamento consiste em 14 artigos e 11 apêndices, mais 126 Mapas de Zoneamento, que estabelecem os distritos de zoneamento para a cidade e as regulamentações que regem o uso e o desenvolvimento do terreno urbano”.

²⁰⁹ KAYDEN, Jerold S. **Occupy Wall Street and Privately Owned Spaces**. Aula na *Harvard Graduate School of Design*, em 27.10.2011. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=9oyhn6audN8>. Acesso: 30.10.2021

²¹⁰ BENKLER, Yochai. ACKERMAN, Bruce. **Occupying the First Amendment**. *Blog* do jornal *Huffpost*. Disponível em: https://www.huffpost.com/entry/occupy-wall-street-first-amendment-_b_1023709. Acesso: 31.10.2021.

Não é preciso ir muito longe. Quatro ruas acima do *Zuccotti Park*, a placa de regras do *City Hall Park* (a praça verde da Prefeitura) traz: “proibidas performances ou reuniões políticas”, “exceto com permissão governamental expressa”.

Essas permissões governamentais são complicadas. A Suprema Corte dos EUA, numa decisão de 1984²¹¹, *Clark vs. Community for Creative Non-Violence*, decidiu, por 7 votos a 2, que um regulamento do Serviço Nacional de Parques, a proibir acampamentos em Parques Nacionais (nas áreas não expressamente designadas para a prática de *camping*), não violava a Primeira Emenda da Constituição dos EUA (liberdade de expressão), mesmo que o acampamento fosse uma ‘forma de discurso simbólico’ ou uma “conduta expressiva”, isto é, “uma ação com qualidades de discurso”.

A força desse precedente (que continua válido) é ainda maior quando lido em contexto. O caso tratava de áreas públicas tradicionalmente utilizadas para protestos, como o *Lafayette Square Park* (cruzando a rua da Casa Branca) e o *National Mall*, aqueles dois quilômetros entre o *Lincoln Memorial* e o Capitólio dos Estados Unidos, na capital Washington. Em outras palavras, quaisquer áreas públicas, por mais história que tenham com manifestações, precisam de autorização governamental específica e o pernoite (armar tendas e barracas) seria praticamente impossível.

Benkler e Ackerman (2011) ironizam que a Suprema Corte permite a grandes corporações “deitar” todo o seu patrimônio em campanhas políticas²¹², mas não autoriza que pessoas comuns se “deitem” num local público como protesto – “as pessoas devem ser autorizadas a deitar seus corpos, não apenas suas carteiras, para defender suas crenças mais profundas”²¹³.

²¹¹ Cf. 468 U.S. 288 (1984). Disponível em: <https://tile.loc.gov/storage-services/service/ll/usrep/usrep468/usrep468288/usrep468288.pdf>. Ver ainda: <https://mtsu.edu/first-amendment/article/727/clark-v-community-for-creative-non-violence>.

²¹² Cf. 558 U.S. 310 (2010). *Citizens United vs. Federal Election Commission (FEC)*, decisão em 21.10.2010 que afirmou protegidos pela Primeira Emenda da Constituição dos EUA (cláusula de liberdade de expressão) os doadores independentes em organizações que promovam campanhas políticas. Disponível em: <https://www.fec.gov/legal-resources/court-cases/citizens-united-v-fec/>. Acesso: 31.10.2021.

²¹³ Tradução livre de: “people must be allowed to lay down their bodies, not only their wallets, to advocate deepest beliefs”.

Por essas e outras sutilezas que a escolha de um pouso é fundamental a uma mobilização política, como cita a matéria “O que o *Occupy Wall Street* deve ao zoneamento”, assinada por Eliot Brown para o *WSJ*, em 17 de outubro de 2011:

Embora muitos deles estejam escondidos nos fundos de prédios ou em saguões, o Parque *Zuccotti* acaba sendo um dos *POPs* mais acessíveis da cidade.

É claro que há uma ironia no fato de o espaço onde o *Occupy Wall Street* encontrou um lar permanente ser propriedade do maior proprietário de empresas de serviços financeiros da cidade – a mesma indústria contra a qual estão a protestar.

(...)

Quando o protesto começou dentro do Parque *Zuccotti*, há um mês, poucas regras eram aplicadas aos manifestantes. Depois que as pessoas montaram acampamento dentro da praça, no entanto, a *Brookfield* publicou novas regras que proibiam acampar, barracas e “deitar ao chão”, entre outras regras.

Assim que o protesto “desocupou” o local, as leis de zoneamento urbano começaram a aumentar seus detalhamentos, como cita Julie Vicenza Iovine, jornalista especializada em arquitetura do *WSJ*, que escreveu a matéria “Leis de Zoneamento crescem”, em 19 de janeiro de 2012:

O Parque *Zuccotti*, onde os manifestantes do *Occupy Wall Street* se reuniram, foi criado numa dessas trocas em 1968, mas, ao contrário da maioria dos outros espaços públicos chamados de ‘propriedade privada’, foi obrigado a permanecer aberto 24 horas por dia porque a sua criação incluiu a absorção de um beco.

De toda forma, com ou sem facilidades administrativas, a própria cidade de Nova Iorque era vista como ‘lugar de ativismos’, havia séculos, como afirma a matéria de 16 de maio de 2018, chamada “Nova Iorque, a capital global do protesto”, publicada no *NYT*, assinada por Sam Roberts:

Steven H. Jaffe, curador e historiador, reconstrói em *Activist New York: A History of People, Protest and Politics* (New York University Press), um complemento ilustrado para uma exposição no Museu da Cidade de Nova York. Jaffe estabelece

incontestavelmente Nova Iorque como “a capital do ativismo social” ao recontar uma ladainha de pontos de inflamação provocativos, incluindo *Flushing Remonstrance*, o julgamento de Zenger, a Lei do Selo, a escravidão, a imigração, os bairros de lata, os salários e os padrões de segurança para as fábricas, trabalhadores, sufrágio feminino, ‘medo vermelho’, proibição, ‘guerra fria’, integração escolar, direitos civis, desarmamento nuclear, feminismo, direitos *gays*, *Occupy Wall Street* e perfilamento racial por parte das autoridades.

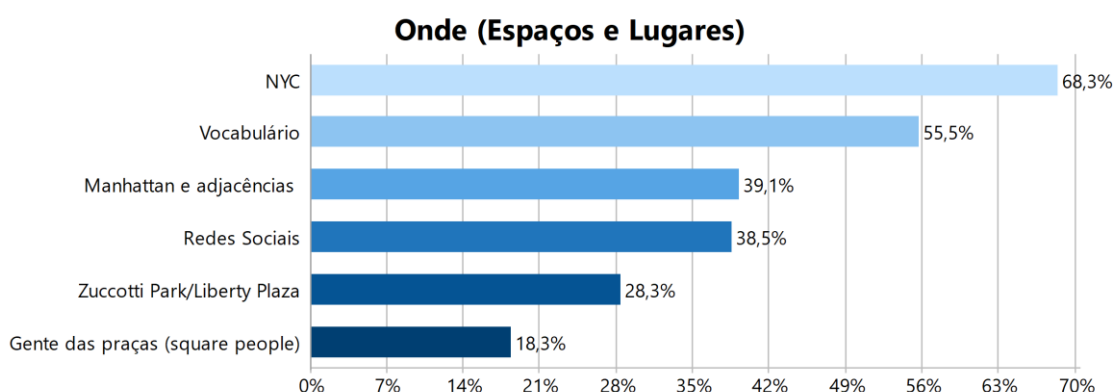
Nesse contexto, colocada a lupa sobre o “onde”, os seguintes códigos foram elaborados para avaliar as publicações do *NYT* e do *WSJ*:

● Onde (Espaços e Lugares)	0
● Redes Sociais	1837
● Vocabulário	1984
● NYC	3697
● Gente das praças (square people)	495
● Zuccotti Park/Liberty Plaza	738
● Manhattan e adjacências	1256

As rodadas de leituras qualitativas dos documentos evidenciaram que essas notícias giravam em torno, basicamente, de seis *clusters*: “redes sociais”, “vocabulário”, “New York City (NYC)”, “gente das praças (*square people*)”, “Zuccotti Park/Liberty Plaza” e, por fim, “Manhattan e adjacências”. No conjunto de cada *cluster*, estas foram as expressões regulares utilizadas (lembrando que eram refinadas a partir dos filtros com novas leituras qualitativas):

NYC	Vocabulário	Manhattan e adjacências	Gente das Praças	Redes Sociais	Zuccotti Park/Liberty Plaza
NYC, New York	<i>inequality, inequity, greed, kleptocracy, 1%, 99%, autonomous zone, workers, revolution, rebellion, class warfare, symbolic, corporate influence, change the lexico (the debate).</i>	<i>Manhattan, Cedar Street, Liberty Street, Pine Street, Bowling Green, Union Square, Broadway, City Hall, Greenwich Village, Bryant Park, Trinity, Foley Square, New York Stock Exchange (NYSE).</i>	<i>Square, “square people”.</i>	<i>Facebook, Twitter, hashtag, social media.</i>	<i>Zuccotti Park/Liberty Plaza</i>

Quando pesquisadas essas palavras ou expressões nos 3.344 (três mil, trezentos e quarenta e quatro) documentos, duas observações iniciais eram realizadas. Primeiro, muitos documentos não continham nenhuma das palavras. Se excluirmos de consideração os documentos não codificados, isto é, aqueles em que nenhuma das palavras é encontrada, obtemos o seguinte resultado para o *regex*:



Depois, esses resultados, em percentual, ultrapassam 100% (cem por cento) visto que o dado traduz a entrada de palavras de um mesmo código em relação à quantidade total de documentos codificados. Isso quer dizer que as palavras do código “NYC” estavam presentes em 68,3% (sessenta e oito vírgula três por cento) dos documentos codificados, representando, de longe, o maior *cluster* relativo a locais do *Occupy*.

Embora o protesto bebesse de fontes variadas, como vimos, de Tunes a Madrid, passando por Londres e Tel Aviv, o seu chão era Nova Iorque – e as matérias demonstravam o quanto essa singularidade importava. Aliás, uma das colunas mais ativas do *NYT* (no sentido de originar matérias relativas ao *OWS*) era a “*Blogging from the five boroughs*”, que reproduzia o conteúdo do *blog* ligado ao jornal, chamado “*City Room Blog*”. Essa é uma qualificação que todo habitante de *NYC* conhece, relacionada aos cinco maiores distritos governamentais que compõem a cidade: *Bronx, Brooklyn, Manhattan, Queens e State Island*. Aquele *blog* jornalístico, portanto, anunciava, de pronto, sua conexão com o que acontecia na cidade. E o *Occupy*, por mais global que se tornasse, a cada dia, não deixava de ser fruto do clima da *Big Apple*.

Nosso segundo maior *cluster* – rotulado como “*vocabulário*” – fora bastante aperfeiçoado a partir das leituras exploratórias das milhares de notícias. Quando, por

hipótese, eu considerava o *Occupy* um protesto que parecia elaborar um ‘novo léxico’, uma nova forma de expressar desconfortos que afligem a cidadã e o cidadão numa democracia capitalista como a norte-americana, não sabia se a imprensa reverberava esses novos discursos e contornos articulados pelo protesto. Revelou-se um pouco como surpresa o fato de que, depois das referências à cidade onde ocorriam as manifestações presenciais, o ‘segundo maior *lugar*’ que as notícias descortinavam era o *lugar* da linguagem.

O vigor do *Occupy*, portanto, conseguia furar determinadas ‘bolhas de informação’ e fazer com que os jornais – mesmo um de linha editorial “mais à direita”, como o *WSJ* – escrevessem aquelas palavras que o protesto criava ou reacendia: “1%”, “99%”, “revolution”, “class warfare”, “corporate influence”. Dessa maneira, em 55,5% (cinquenta e cinco vírgula cinco por cento) dos documentos codificados, o que se ocupava era o discurso público, os *topoi* retóricos (DUNN, 2015, p. 9).

Com aproximadamente 39% (trinta e nove por cento) das notícias a citá-las, o terceiro *cluster* de maior frequência é aquele que traz à ribalta a ‘morada’ do protesto: *Manhattan, Cedar Street, Liberty Street, Pine Street, Bowling Green, Union Square, Broadway, City Hall, Greenwich Village, Bryant Park, Trinity, Foley Square, New York Stock Exchange (NYSE)*, que formam as codificações, aqui, são endereços a metros de onde se desenrolam os eventos. Estar na terceira posição entre os assuntos dos jornais denota o quanto o *lugar* era central na tática do protesto (HAMMOND, 2013).

O *WSJ* noticiava, em 2 de julho de 2013, isto é, mais de um semestre depois da desocupação em *Manhattan*, o quanto algumas interpretações judiciais se preocupavam com cenas semelhantes noutras localidades dos EUA:

Juiz: Manifestantes do ‘Ocupar’ não têm o direito de acampar

Os manifestantes do “Occupy” têm o direito de protestar em propriedades estatais em frente à Câmara Municipal de Idaho pelo tempo que quiserem, desde que não as utilizem para acampar durante a noite, decidiu um juiz federal.

Inspirados pelo acampamento *Zuccotti Park* na cidade de Nova Iorque, os manifestantes do *Occupy Boise* montaram uma cidade de tendas no Anexo do Capitólio em novembro de 2011. Três meses depois, o governador de Idaho, Butch Otter, assinou um

projeto de lei proibindo acampar em terrenos estaduais e instruiu a polícia estadual a expulsar os manifestantes e suas tendas.

Em fevereiro de 2012, um tribunal federal concluiu que o Estado atingia a “conduta expressiva” protegida pela Primeira Emenda e ordenou que o Gabinete do Governador suspendesse os planos de despejo.

Desde a liminar, Idaho revisou sua política. Os manifestantes podem manter uma “cidade de tendas” simbólica, mas não podem realmente acampar. Isso significa não cozinhar, fazer fogueiras ou usar a propriedade para guardar pertences pessoais.

Essa matéria, assinada por Jacob Gershman, indica o quanto os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, tanto em nível federal quanto estadual, no país, ficaram alertas com relação a novas ocupações. Houve despacho do Governador, lei estadual e sentenças estaduais e federais, no caso concreto. Uma espécie de ocupação descafeinada: poderiam armar tendas simbólicas, mas não passar a noite.

No quarto *cluster*, as ‘redes sociais’, com 38,5% (trinta e oito vírgula cinco por cento) de notícias a comentá-las, praticamente, empatam com as adjacências ‘físicas’ de *Manhattan*. Isso demonstra que a importância dual que o protesto conferia a ambos os cenários, em suas estratégias, era algo captado pelos jornais também.

Aliás, não apenas antes e durante todos os eventos de protesto nas ruas, as redes virtuais estiveram em paralelo. Num cenário de ‘desocupação física’ do parque, as conexões do *Occupy* mantiveram um alto engajamento, inclusive para organizar processos judiciais que pudessem fazer a manifestação voltar as ruas. Uma matéria do *WSJ* de 15 de novembro de 2011, assinada por Ashby Jones, o indicava:

Juiz para o OWS: você não pode mais morar aqui (mas está livre para visitar!)

Infelizmente, um juiz de Nova Iorque decidiu sobre a continuação da legalidade do acampamento *Occupy Wall Street*. E para os manifestantes, o resultado é provavelmente um que eles irão, bem, querer protestar.

O juiz da Suprema Corte Michael Stallman decidiu contra o protesto, apoiando uma medida da cidade de Nova Iorque e do proprietário da

praça privada para retirar barracas e sacos de dormir do Parque *Zuccotti* e impedir que os manifestantes trouxessem equipamentos de volta.

Horas depois que a polícia retirou o último manifestante de seu acampamento na terça-feira, os advogados da cidade e da Brookfield Office Properties enfrentaram representantes do Occupy Wall Street dentro de um tribunal.

O penúltimo *cluster*, “*Zuccotti Park*” (anteriormente chamado de *Liberty Plaza*), esteve presente em 28,3% (vinte e oito vírgula três por cento) dos documentos analisados. O percentual não é baixo, se notarmos que este é um código com somente duas expressões regulares (os dois nomes da praça). Percebe-se, uma vez mais, a sintonia entre protesto e chão (*ground*) de onde se ergue, visto que quase 30% (trinta por cento) das notícias, ao falar do *Occupy*, termina citando o *Zuccotti* – ou, como alguns habitantes de *NYC* ainda falavam, na altura, o *Liberty Plaza*.

O último *cluster*, “*square people*” buscava compreender o quanto essa expressão já estaria (ou não) consagrada pelo uso, nos médias, em 2011. “Pessoas das praças”, para os EUA, tanto quanto “indignados”, para a Europa, foram perífrases bastante mediatizadas, naquele momento.

6.4 Como?

Quando observada a maneira com que o repertório de ação do *Occupy* decantava nos jornais, é interessante, de pronto, notar que a cobertura jornalística não pintou o movimento como “fraco” ou “oprimido” – nem o jornal com linha editorial mais alinhada à centro-esquerda (*NYT*), nem o *WSJ*, inclinado à centro-direita.

Havia, como vimos de dizer nos outros tópicos, opiniões, às vezes contundentes, quanto ao que representava tudo aquilo, mas, numa leitura exploratória e, mesmo, depois, numa leitura mais aprofundada, não percebi que os objetivos ou que o repertório do *Occupy* fossem menosprezados.

Em troca, o protesto também não tinha como narrativa qualquer ataque aos *media* ou a jornalistas em particular. A única empresa do ramo que apareceu (em

pouquíssimos cartazes, aliás) foi a FOX News, conhecida por ser extremamente conservadora.

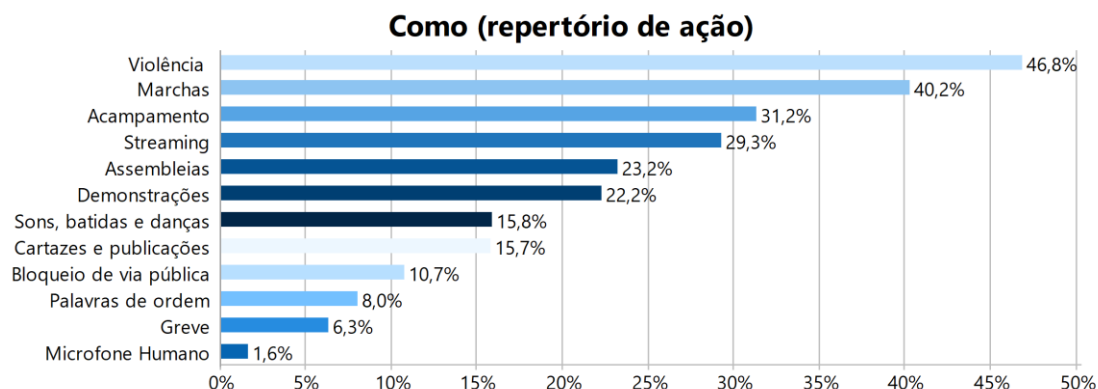
Nesse contexto, colocada a lupa sobre o “como” o protesto (e suas ações) era(m) descrito(s), os seguintes códigos foram elaborados para avaliar as publicações do NYT e do WSJ:

Como (repertório de ação)	0
Streaming	1165
Greve	155
Acampamento	995
Violência	1583
Sons, batidas e danças	354
Microfone Humano	34
Palavras de ordem	125
Cartazes e publicações	260
Bloqueio de via pública	251
Demonstrações	513
Assembleias	577
Marchas	1224

As rodadas de leituras qualitativas dos documentos evidenciaram que essas notícias giravam em torno desses vários *clusters*: “streaming”, “greve”, “acampamento”, “violência”, “sons, batidas e danças”, etc. No conjunto de cada *cluster*, foram utilizadas expressões regulares refinadas a partir dos filtros com novas leituras qualitativas. Exemplifico as *regex* dos três *clusters* maiores:

Violência	Marchas	Acampamento
<i>violence, battles, confront, fight, arrest, pepper-spraying, tear gas, rubber bullets, shooting, yelling.</i>	<i>March(es), rally(ies).</i>	<i>encampment, camp, tents, tarps, sleeping bags.</i>

Quando pesquisadas essas palavras ou expressões nos 3.344 (três mil, trezentos e quarenta e quatro) documentos, duas observações iniciais eram realizadas. Primeiro, muitos documentos não continham nenhuma das palavras. Se excluirmos de consideração os documentos não codificados, isto é, aqueles em que nenhuma das palavras é encontrada, obtemos o seguinte resultado para o *regex*:



Depois, esses resultados, em percentual, ultrapassam 100% (cem por cento) visto que o dado traduz a entrada de palavras de um mesmo código em relação à quantidade total de documentos codificados. Isso quer dizer que as palavras do código “*Violência*” estavam presentes em 46,8% (quarenta e seis vírgula oito por cento) dos documentos codificados, representando, de longe, o maior *cluster* relativo a repertórios do *Occupy*.

Essa é uma leitura intrigante, porque abre-se uma bifurcação: (i) ou o movimento é, de fato, violento, seja na sua retórica, seja nos seus atos; (ii) ou existe uma hipérbole da cobertura de imprensa, quando se trata de confrontações, fazendo com que os momentos mais visibilizados do protesto sejam aqueles em que presente “uma qualquer violência” (desde quebrar vidros até *clashes* com polícias, por exemplo).

O *Occupy*, que, em tese, orgulhava-se de uma conexão com o horizontalismo anarquista e com o pacifismo, fica, para os jornais, como um espaço de violência. Visto que quase metade dos segmentos codificados retornam palavras relacionadas a “batalhas”, “confrontos”, “lutas”, “prisões”, “*spray* de pimenta”, “gás lacrimogénio”, “balas de borracha”, “gritos”, etc.

Em segundo lugar, vieram as “*marchas*”, com 40,2% (quarenta vírgula dois por cento) de notícias a falar delas. O curioso, aqui, é que sejam mais comentadas do que o código correspondente a “acampamento”, que ficou com o terceiro lugar, sendo citado em 31,2% (trinta e um vírgula dois por cento) dos documentos.

É possível dizer que o ‘valor-notícia’ de algo cinético seja superior ao de algo estático. Tanto assim que, literalmente, no inglês, no português ou no espanhol, entre outras linguagens, dizemos que estes são “movimentos” sociais. Há uma força ontológica por detrás dessa ideia de que a multidão é impulsionada de um ponto A para um ponto B. De qualquer modo, as notícias repercutiram, em quase dez pontos percentuais a mais, quando relacionadas ao acampamento em si, as marchas, as caminhadas, as procissões que o *Occupy* realizava, por exemplo, até à residência de magnatas da indústria financeira, ou quando fechava um acesso, uma ponte, ou quando se direcionou à Prefeitura de Nova Iorque.

O “acampamento”, enquanto estratégia que batizava o protesto, talvez fosse tão óbvio que não carecesse notícia, mas, ainda, assim, as tendas, os sacos de dormir, os locais improvisados como cozinhas comunitárias, como hortas, ginásios, salas de comunicação e informática, bibliotecas, ateliê de arte, departamento de música, *etc.* obtinham diversas matérias, principalmente no âmbito do *NYT*.

Algumas dessas matérias exageravam sobre a estratégia de ocupação, como se houvesse indício de que as casas de super-ricos fossem um destino, depois do *Zuccotti Park*. Confira-se, nesse sentido, o artigo assinado por James Taranto, em 1º de agosto de 2012, no *WSJ*:

Veio do Parque *Zuccotti*!

A revista New York fornece fantasia de terror de esquerda.

Pressler visita Greene em sua propriedade de 55 acres nos *Hamptons*, uma área turística de luxo no leste de *Long Island*, a cerca de duas horas da cidade de Nova York. Ela o acha “com muito, muito medo”, uma emoção que ela afirma ser comum entre os muito ricos: “Não é exagero dizer que muitos moradores da Park Avenue nutrem medos vívidos de uma revolta populista como a vista em *Batman, O Cavaleiro das Trevas Ressurge*, em que eles se encolhem miseravelmente sob

seus aparadores enquanto hordas esfarrapadas saqueiam a prata.

O artigo não contém provas de que este medo seja generalizado, mas está claro que o próprio Greene o sente intensamente. Ele planeja cercar sua propriedade nos *Hamptons*: “Você realmente acha que se 50 mil pessoas furiosas atravessassem o rio, você acha que está seguro?” (*Sag Harbor*, onde fica sua propriedade, fica em uma baía, não em um rio.)

Pressler cita Greene em uma conferência de investidores: “As pessoas olham para o *Occupy Wall Street* como ‘isso é apenas uma espécie de piada desorganizada’, disse ele, levantando a voz. “Se pegarmos outros 10% da renda da classe média americana, quem sabe que tipo de agitação social poderia acontecer neste país e as mudanças que poderiam acontecer no nosso modo de vida?”

Importante mencionar que os *clusters “streaming”* e “assembleias” também tiveram boa presença nas notícias, respectivamente, com 29,3% (vinte e nove vírgula três por cento) e 23,2% (vinte e três vírgula dois por cento) de menções.

Não à toa, durante a pesquisa realizada por Lewis, Luce e Milkman (2013), baseada em mais de 25 (vinte e cinco) entrevistas e 700 (setecentos) respondentes de questionário, essa exata noção de repertórios, que vinha dos grandes jornais, estava reproduzida – e na mesma ordem de relevância:

Activity	Percent
Visited the Occupy camp at Zuccotti Park	82.2%
Marched in an Occupy protest (prior to May 1, 2012)	82.1%
Posted about Occupy via Facebook, Twitter or other social media	66.3%
Attended a General Assembly meeting	64.4%
Monitored Occupy meetings or events on-line via Livestream or Ustream	60.5%
Donated money, food, or goods to an Occupy camp	58.1%
Participated in some other type of direct action related to Occupy	48.8%
Visited another Occupy camp (other than Zuccotti Park)	44.9%
Participated in an Occupy working group	33.7%
Lived in an Occupy camp	10.3%
Arrested for Occupy-related activities	8.2%

N=729

Note: Total adds to more than 100% because respondents could give more than one answer.

As pessoas responderam que visitavam o *Occupy* (ou acampavam), que participavam de marchas, que postavam nas redes sociais e que reuniam em assembleias.

Um interesse particular dos jornais também dizia respeito aos símbolos que o protesto deixava (traduzido, acima, no *cluster* “cartazes e publicações”). O mais popular deles era a ‘máscara de Guy Fawkes’, que aparece na matéria de Michael Rapoport, para o *WSJ*, em 12 de outubro de 2012:

O homem que deu uma cara ao Occupy Wall Street

Lembram-se daquelas máscaras estilizadas de “Guy Fawkes” que os manifestantes do *Occupy Wall Street* usaram – o rosto bigodudo com um sorriso zombeteiro que se tornou um símbolo familiar dos protestos no Parque *Zuccotti*, em Nova Iorque, e noutras cidades, há um ano? Você já se perguntou de onde vieram?

Resposta: A mente e a caneta de David Lloyd, um artista britânico de quadrinhos que desenhou a máscara de “V de Vingança”, a história em quadrinhos clássica, que ele e o escritor Alan Moore criaram na década de 1980, centrada em um rebelde mascarado lutando contra um governo britânico fascista. A história mais tarde ganhou maior exposição quando foi adaptada para o filme de 2006, estrelado por Natalie Portman.

E Lloyd diz que ficou “muito satisfeito” por ver o seu símbolo de desafio assumido pelos manifestantes do *Occupy* anos mais tarde. “Tenho a maior simpatia pelo movimento *Occupy*... eles representam, no verdadeiro sentido, os 99 por cento *versus* 1%”, disse Lloyd na quinta-feira numa entrevista na *Comic Con* de Nova Iorque, onde é convidado este fim de semana. “As pessoas escaparam impunes de assassinatos, assassinatos financeiros, e ninguém parece pagar a pena.”

Outro ponto que combina com a retórica do protesto é que a “greve”, enquanto codificação, somente era citada em 6,3% (seis vírgula três por cento) das notícias, o que pode ser indício de uma tática menos utilizada em performances de política prefigurativa.

6.5 Por quê?

Nada como uma crise para trazer um protesto. É mais ou menos assim que os jornais parecem representar o instante de aparecimento de manifestações, como se fossem resultado direto de uma “patologia”, um “mau funcionamento” de algo.

O problema para quem pensa assim é que as crises se repetem, de tempos em tempos. O mais novo drama social que fez os jornais lembrarem do *OWS* foi a pandemia de Covid-19, veja-se na matéria assinada por Nelson Jorge, ao *NYT* de 19 de outubro de 2020:

Angela Davis ainda acredita que a América pode mudar.

Angela falou do *Occupy Wall Street* e de que ainda se sente encorajada pela diversidade de participantes nas marchas atuais, feito *Black Lives Matter*, e pela vontade dos manifestantes brancos de abraçar a batalha contra a supremacia branca. “‘Racismo estrutural’, ‘supremacia branca’, todos estes termos que têm sido usados há décadas nas fileiras dos nossos movimentos tornaram-se agora parte do discurso popular”, observa ela. “À medida que observávamos os danos que a pandemia estava a causar, as pessoas começaram a perceber até que ponto as comunidades negras, as comunidades pardas e as comunidades indígenas estavam a sustentar o efeito de uma pandemia de formas que apontavam para a existência de racismo estrutural. Depois havia o fato de que estávamos todos protegidos naquele lugar; de certa forma, fomos obrigados a ser testemunhas de linchamentos policiais. Isso permitiu que as pessoas estabelecessem ligações com toda a história do policiamento e com a história dos linchamentos e com a medida em que a escravatura ainda faz parte das influências na nossa sociedade de hoje”.

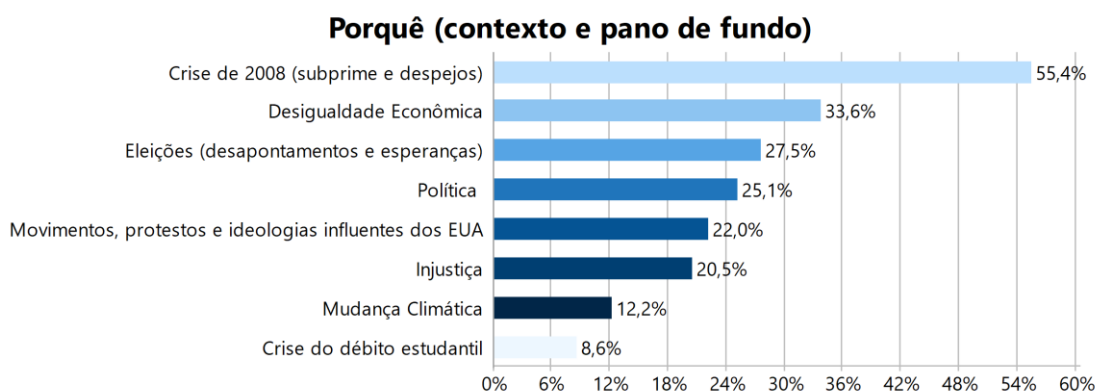
Nesse contexto, colocada a lupa sobre o “porquê” do protesto, os seguintes códigos foram elaborados para avaliar as publicações do *NYT* e do *WSJ*:

● Porquê (contexto e pano de fundo)	0
● Mudança Climática	192
● Desigualdade Económica	1357
● Eleições (desapontamentos e esperanças)	701
● Crise de 2008 (subprime e despejos)	1303
● Crise do débito estudantil	198
● Política	502
● Injustiça	434
● Movimentos, protestos e ideologias influentes dos EUA	676

As rodadas de leituras qualitativas dos documentos evidenciaram que essas notícias giravam em torno desses vários *clusters*: “mudança climática”, “desigualdade económica”, “eleições”, “crise de 2008”, “crise do débito estudantil”, etc. No conjunto de cada *cluster*, foram utilizadas expressões regulares refinadas a partir dos filtros com novas leituras qualitativas. Exemplifico as *regex* de três *clusters* maiores:

Desigualdade económica	Crise de 2008	Eleições
<i>inequality, income, wealth.</i>	<i>rent, eviction(s), financial crisis, economic collapse, subprime, housing debt.</i>	<i>election(s).</i>

Quando pesquisadas essas palavras ou expressões nos 3.344 (três mil, trezentos e quarenta e quatro) documentos, duas observações iniciais eram realizadas. Primeiro, muitos documentos não continham nenhuma das palavras. Se excluirmos de consideração os documentos não codificados, isto é, aqueles em que nenhuma das palavras é encontrada, obtemos o seguinte resultado para o *regex*:



Depois, esses resultados, em percentual, ultrapassam 100% (cem por cento) visto que o dado traduz a entrada de palavras de um mesmo código em relação à quantidade total de documentos codificados. Isso quer dizer que as palavras do código “*Crise de 2008*” estavam presentes em 55,4% (cinquenta e cinco vírgula quatro por cento) dos documentos codificados, representando, de longe, o maior *cluster* relativo a “panos de fundo” ou a “porquês” do *Occupy*.

Ainda que existissem pautas relacionadas a gênero, a justiça climática, a despejos residenciais e ao aumento da fome e da vulnerabilidade social nos EUA, o tema da “*Crise de 2008*” se tornou uma espécie de ‘guarda-chuva’ aos periodistas: mais da metade das matérias colocam aspetos relacionados à crise como sendo a grande “causa” dos protestos. Um editorial do *NYT*, de 8 de outubro de 2011, procura sintetizar:

Manifestantes contra Wall Street

À medida que os protestos do *Occupy Wall Street* se espalham de *Lower Manhattan* para *Washington* e outras cidades, as classes tagarelas continuam a queixar-se de que falta aos manifestantes uma mensagem clara e prescrições políticas específicas. A mensagem – e as soluções – deveriam ser óbvias para qualquer pessoa que tenha prestado atenção *desde que a economia entrou numa recessão que continua a atingir a classe média enquanto os ricos recuperam e prosperam*. O problema é que ninguém em *Washington* tem estado a ouvir.

Neste momento, o protesto é a mensagem: a desigualdade de rendimentos está a oprimir a classe média, a aumentar as fileiras dos pobres e a ameaçar criar uma subclasse permanente de pessoas capazes, dispostas, mas desempregadas. Por um lado,

os manifestantes, a maioria deles jovens, estão a dar voz a uma geração de oportunidades perdidas.

A taxa de desemprego para graduados universitários com menos de 25 anos foi em média de 9,6% no ano passado; para jovens concluintes do ensino médio, a média é de 21,6%. Esses números não refletem os licenciados que trabalham, mas sim aqueles em empregos mal remunerados que nem sequer exigem diplomas. Estas fracas perspectivas nos primeiros anos de carreira pressagiam uma vida inteira de perspectivas diminuídas e de rendimentos mais baixos – a própria definição de mobilidade descendente.

Os protestos, porém, são mais do que uma revolta juvenil. Os próprios problemas dos manifestantes são apenas uma ilustração da forma como a economia não está a funcionar para a maioria dos americanos. Têm toda a razão quando dizem que o setor financeiro, com reguladores e responsáveis eleitos em conluio, inflou e lucrou com uma bolha de crédito que rebentou, custando a milhões de americanos os seus empregos, rendimentos, poupanças e valor da habitação. À medida que os tempos difíceis perduraram, os americanos também perderam a crença na reparação e na recuperação.

Um forte posicionamento do jornal, que filtra a “*Crise de 2008*” como a causa, o movimento como o efeito e a mensagem do protesto como uma das possíveis soluções.

O segundo *cluster* com maior frequência, o da “*desigualdade económica*”, figura em 33,6% (trinta e três vírgula seis por cento) das notícias. Um contexto interessante, que envolve um tipo de “*desigualdade económica*” que incomoda pessoas mais identificadas à direita do espectro político, foi tratado na matéria de L. Gordon Crovitz, para o *WSJ*, de 17 de outubro de 2011:

Ocupem o capitalismo de compadrio de *Wall Street*

A extorsão política criou o Parque *Zuccotti* e permite que os manifestantes permaneçam apesar do barulho, da sujeira e do fedor.

O movimento *Occupy Wall Street*, agora na sua quarta semana, tem muito do que se gabar. O seu jornal publicado ocasionalmente, o *Occupied Wall Street Journal*, proclama: “Na

grande catedral do capitalismo, os despossuídos libertaram o território dos senhores financeiros e do seu exército policial”.

Como é que os manifestantes conseguiram tomar o *Zuccotti Park*, um terreno de meio acre a poucos quarteirões de *Wall Street*? Acontece que esta apropriação de terras não se deve ao poder das redes sociais. Em vez disso, a principal força que permite que os manifestantes permaneçam no parque é o antiquado capitalismo de compadrio.

Os organizadores do *Occupy Wall Street* foram inteligentes na escolha do local do protesto. *Zuccotti* não é um parque municipal, onde é proibido dormir durante a noite. Em vez disso, é um dos cerca de 500 “espaços públicos privados” que as autoridades da cidade de Nova Iorque criaram como parte de acordos de zoneamento com promotores imobiliários.

No caso do *Zuccotti Park*, o capitalismo de compadrio remonta à década de 1970, quando a *U.S. Steel* construiu a torre de escritórios *One Liberty Plaza*. Em troca da adição de nove andares, as autoridades municipais obtiveram um acordo de que a *U.S. Steel* financiaria um parque aberto 24 horas por dia do outro lado da rua.

Esses espaços quase públicos são conhecidos por não deixar claro quem é responsável pelo quê. Quando os manifestantes se mudaram para o Parque *Zuccotti*, o atual proprietário, *Brookfield Properties*, e a cidade apontaram o dedo um para o outro. A *Brookfield* citou suas regras contra dormir fora de casa, barulho excessivo e atividades ilegais. As autoridades municipais – sem dúvida felizes por ter um lugar para os manifestantes a vários quarteirões de pontos de referência como a Bolsa de Valores de Nova Iorque – devolveram a responsabilidade dizendo que isto era responsabilidade da *Brookfield*.

O terceiro *cluster* com maior frequência, o das “eleições”, figura em 27,5% (vinte e sete e meio por cento) das notícias. Na altura do *Occupy*, começavam debates para as primárias dos EUA, com Barack Obama, incumbente, disputando um segundo mandato. Os protestos, de acordo com as notícias, não agradavam nem aos republicanos nem aos democratas. Novamente, Lewis, Luce e Milkman (2013) fizeram entrevistas para aferir a eventual filiação política dos participantes da ocupação:

	All Respondents	Less Active	Actively Involved
Democrat	33.8%	26.3%**	33.8%**
Disillusioned Democrat	8.4%	6.3%	8.4%
Independent, Leans Democrat	15.1%	21.4%**	15.1%**
Republican	0.5%	0.8%	0.5%
Independent, Leans Republican	0.3%	0.4%	0.3%
Independent, Does not lean	7.9%	7.9%	7.9%
Third party/Other Affiliation	13.1%	10.9%	13.1%
Do not identify with any party	20.6%	25.5%**	20.6%**
Total	100.0%	100.0%	100.0%

** P < .05 * P<.10
N=656

Percebe-se que os democratas e independentes eram maioria, por isso mesmo os republicanos, nos debates, procuravam desqualificar o protesto. Em 11 de outubro de 2011, no calor do momento, Mark Bittman escrevera nas páginas de opinião do *New York Times*, linhas que repercutiam e polemizavam comentários de candidatos (nas primárias eleitorais) do Partido Republicano:

“Herman *arrume um emprego* Cain chama o *Occupy Wall Street* de ‘antiamericano’, o que é simplesmente estúpido. Mitt *colocou o cachorro no telhado* Romney o chama de ‘guerra de classes’, mas isso é tão americano quanto *a luta por justiça*; é apenas que a classe errada está ganhando. Na verdade, não há ação mais americana do que esta; suas raízes estão nos movimentos populistas, sufragistas, trabalhistas, dos direitos civis, das mulheres, contra a guerra, ambientalistas e até mesmo pelos alimentos. Ao contrário do *Tea Party*, financiado como é por reacionários ricos como os irmãos Koch, o *Occupy* é sustentado por energia, frustração, raiva, percepção, pizza e maçãs pagas por apoiadores ou doadas por fazendeiros e, em última análise, por seu crescimento diário”.

Durante uma noite de autógrafos em *Saint Petersburg (Florida)*, Cain declarou a repórter da *Associated Press* que “os manifestantes não deveriam se reunir contra banqueiros ou corretores de *Wall Street* porque são eles que criam os empregos”. O candidato expressou, ainda, que o OWS seria “um ataque ao capitalismo e que o capitalismo e o sistema de livre mercado fizeram da América o que ela é”, logo, o *Occupy* seria ‘antiamericano’.

Mitt Romney, ex-Governador de *Massachusetts* e cofundador da multimilionária empresa de investimentos *Bain Capital*, em duas paradas de campanha,

na *Florida* e em *New Hampshire*, afirmara que “a ideia de dividir a nação num tempo de crise é um caminho errado a seguir”. “Todas as ruas [*all streets*] estavam conectadas. *Wall Street* está conectada com *Main Street* [referência à pequena rua central de qualquer cidade]. Achar um bode expiatório, achar alguém para culpar, não é o caminho certo a seguir”. Por isso o OWS seria uma “perigosa guerra de classes”.

Essas não eram opiniões isoladas, entre Republicanos. Naquela mesma semana de outubro de 2011, o Deputado Eric Cantor, Republicano da Virgínia, líder da maioria na *House of Representatives*, havia dito: “estou cada vez mais preocupado com as crescentes multidões que ocupam *Wall Street* e outras cidades em todo o nosso país”. Era um discurso a um grupo de conservadores. “Acreditem ou não, alguns [*some in this town*] estão indulgentes com essa confrontação de americanos contra americanos”. Ele se referia aos democratas Barack Obama e Joe Biden, ao tempo Presidente e Vice-Presidente dos EUA, que haviam expressado solidariedade com as motivações do *Occupy*.

Mark Bittman, em sua coluna, reprisava uma opinião comum aos veículos de linha editorial ‘mais ao centro’ (*ABC News*) ou ‘mais à esquerda’ (*The Huffington Post*): seria difícil pensar numa ação mais americana que lutar contra a injustiça, nas ruas. E completou, sugerindo que as raízes do OWS estavam nos movimentos populistas, sufragistas, trabalhistas, dos direitos civis, das mulheres, contra a guerra, ambientalistas e até mesmo pelos alimentos.

Anos depois, noutra coluna de opinião, escrita por Charles Blow e publicada no *New York Times* um semestre após a vitória de Donald Trump (27 de julho de 2017), os recuos nos direitos da população são contextualizados com os movimentos de protesto que terminam por levantar²¹⁴:

²¹⁴ Tradução livre de: *In reality, America regularly experiences bouts of regression, but fortunately, it is in those regressive periods that some of our greatest movements and greatest voices had found their footing. President Andrew Jackson’s atrocious American Indian removal program gave us the powerful Cherokee memorial letters. The standoff at Standing Rock gave us what the BBC called “the largest gathering of Native Americans in more than 100 years. Crackdowns on gay bars gave us the Stonewall uprising. America’s inept response to the AIDS epidemic gave us Act Up and Larry Kramer. California’s Proposition 8 breathed new life into the fight for marriage equality and led to a victory in the Supreme Court. The racial terror that followed the Emancipation Proclamation gave us the anti-lynching movement, the N.A.A.C.P., W.E.B. Du Bois, Ida B. Wells and James Weldon Johnson. Jim Crow gave us the civil rights movement, and*

“Em verdade, a América regularmente experimenta crises de regressão, mas felizmente, é nesses períodos regressivos que alguns de nossos maiores movimentos e maiores vozes encontraram seu fundamento. O atroz programa de remoção de índios americanos do presidente Andrew Jackson nos deu as poderosas cartas em memória dos *Cherokee*. O impasse em *Standing Rock* nos deu o que a BBC chamou de ‘o maior encontro de nativos americanos em mais de 100 anos’. A repressão aos bares *gays* nos deu o levante de *Stonewall*. A resposta inepta da América à epidemia de AIDS nos deu *Act Up* e Larry Kramer. A Proposta 8 da Califórnia deu novo fôlego à luta pela igualdade no casamento e levou à vitória na Suprema Corte. O terror racial que se seguiu à Proclamação de Emancipação nos deu o movimento anti-linchamento, o N.A.A.C.P., W.E.B. Du Bois, Ida B. Wells e James Weldon Johnson. *Jim Crow* nos deu o movimento pelos direitos civis e o Rev. Dr. Martin Luther King Jr., Rosa Parks, o Congressista John Lewis, Fannie Lou Hamer e James Baldwin. A última onda de assassinatos extrajudiciais de pessoas negras nos deu *Black Lives Matter*. *A crise financeira e a resposta completamente inadequada do governo a ela nos deram o Occupy Wall Street e os 99 por cento*”.

6.6 Quem?

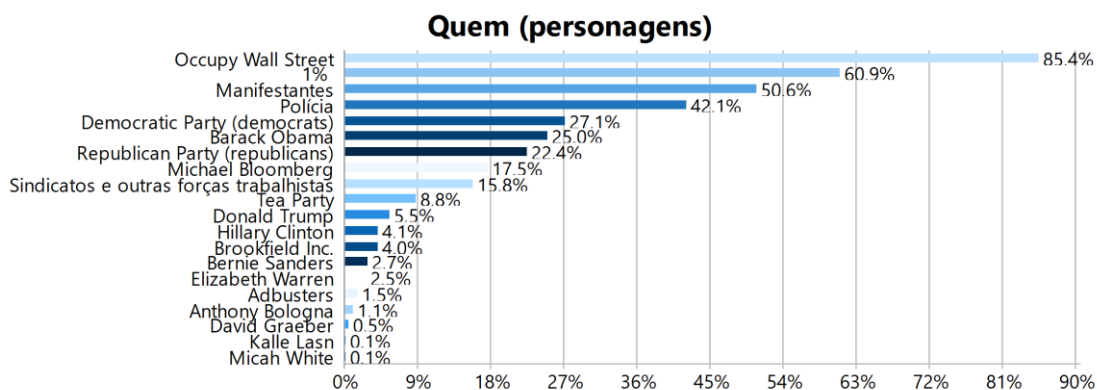
Finalmente, coloca-se lupa sobre “quem” estava no protesto. Os seguintes códigos foram elaborados para avaliar as publicações do *NYT* e do *WSJ*:

the Rev. Dr. Martin Luther King Jr., Rosa Parks, Congressman John Lewis, Fannie Lou Hamer and James Baldwin. The latest rash of extrajudicial killing of black people gave us Black Lives Matter. The financial crisis and the government’s completely inadequate response to it gave us Occupy Wall Street and the 99 percent. In The New York Times, caderno Opinion. Charles M. Blow, ‘First they came for...’, 27.7.2017. Disponível em <https://www.nytimes.com/2017/07/27/opinion/donald-trump-scouts-tradition.html>. Acesso: 20.10.2018.

● Quem (personagens)	0
● Anthony Bologna	76
● Sindicatos e outras forças trabalhistas	447
● Republican Party (republicans)	1410
● Democratic Party (democrats)	1473
● Brookfield Inc.	204
● Kalle Lasn	2
● Micah White	2
● Tea Party	332
● Donald Trump	566
● Hillary Clinton	282
● David Graeber	42
● Adbusters	33
● Barack Obama	2463
● Elizabeth Warren	55
● Bernie Sanders	160
● Occupy Wall Street	2542
● Polícia	3591
● Manifestantes	3105
● Michael Bloomberg	708
● 1%	3221

As rodadas de leituras qualitativas dos documentos evidenciaram que essas notícias giravam em torno desses vários *clusters*: “Tea Party”, “partido republicano”, “partido democrata”, “Michael Bloomberg”, “Anthony Bologna”, “sindicatos”, *etc.* No conjunto de cada *cluster*, foram utilizadas expressões regulares refinadas a partir dos filtros com novas leituras qualitativas. Exemplifico as *regex* de três *clusters* maiores: **Manifestantes**: Protester(s), Dissenter(s), Occupy’folks; **1%**: 1%, Plutocrat(s), Wealthy, Political Class, Superrich, Facebook, Apple, Amazon, Goldman Sachs, Morgan Stanley, JP Morgan (Morgan Chase), Citigroup, Wells Fargo, Barclays, Bank of America, McDonald’s, CISCO, Exxon, Warren Buffett, George Soros, Markets, Owners, NYSE; **Polícia**: Police, Officer, NYPD, Paul J. Browne (spokesman for NYPD).

Quando pesquisadas essas palavras ou expressões nos 3.344 (três mil, trezentos e quarenta e quatro) documentos, duas observações iniciais eram realizadas. Primeiro, muitos documentos não continham nenhuma das palavras. Se excluirmos de consideração os documentos não codificados, isto é, aqueles em que nenhuma das palavras é encontrada, obtemos o seguinte resultado para o *regex*:



Depois, esses resultados, em percentual, ultrapassam 100% (cem por cento) visto que o dado traduz a entrada de palavras de um mesmo código em relação à quantidade total de documentos codificados. Isso quer dizer que as palavras do código “*Occupy Wall Street*” estavam presentes em 85,4% (oitenta e cinco vírgula quatro por cento) dos documentos codificados, representando, de longe, o maior *cluster* relativo a “personagens” do *Occupy*.

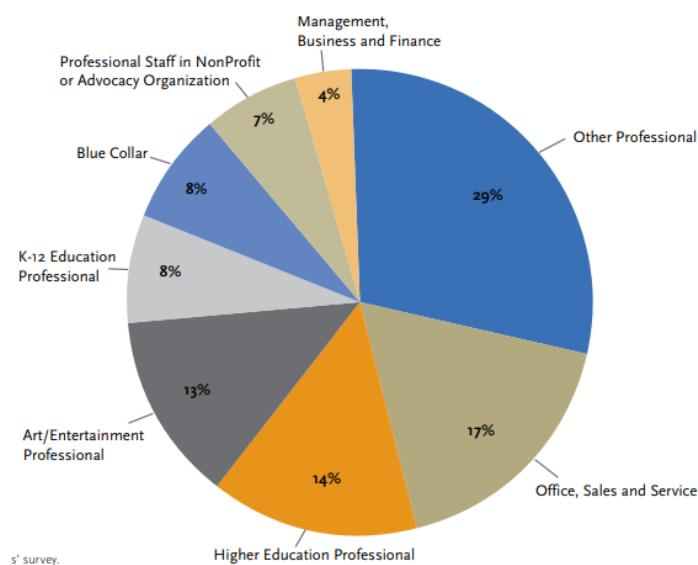
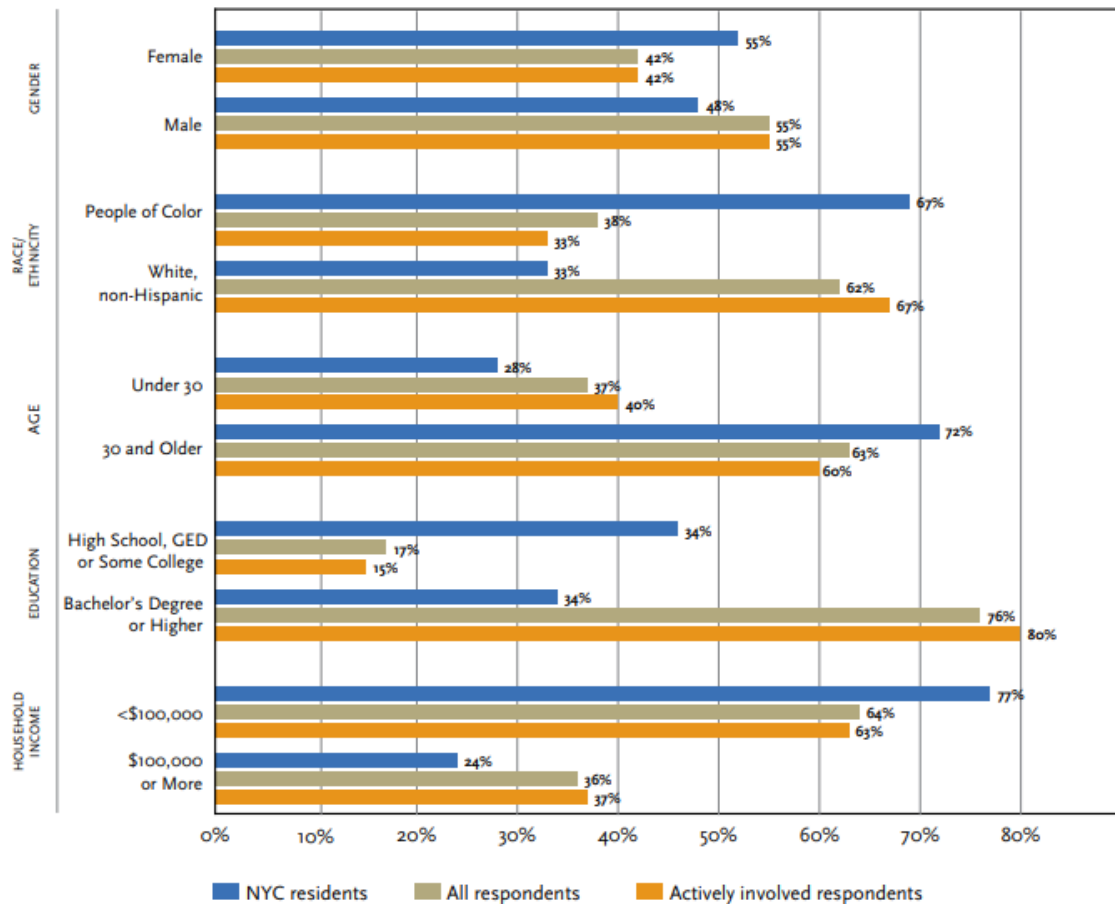
Esse é um fator que ajuda a explicar o vigor do *branding* político em cima do *Occupy*. Um nome que é repetido muitas vezes nas notícias. Não há sinônimos. Como uma mobilização estudantil ou sindical pode receber variações de apostos ou de adjetivos na cobertura de imprensa. No caso do *OWS*, o rótulo era repetido em praticamente todas as notícias, como demonstra esse percentual elevado.

Os *clusters* “1%”, “manifestantes” e “polícia” traduzem uma frequência considerável, entre 42% (quarenta e dois por cento) e 60% (sessenta por cento) de citações nas notícias. Entre personagens “pessoas físicas”, Barack Obama, que estava como Presidente da República, é citado por um quarto (25%) das matérias.

O Prefeito de Nova Iorque, Michael Bloomberg, outro político do Partido Democrata, é a segunda “pessoa física” mais comentada, com 17,5% (dezessete e meio por cento) de documentos a mencioná-lo.

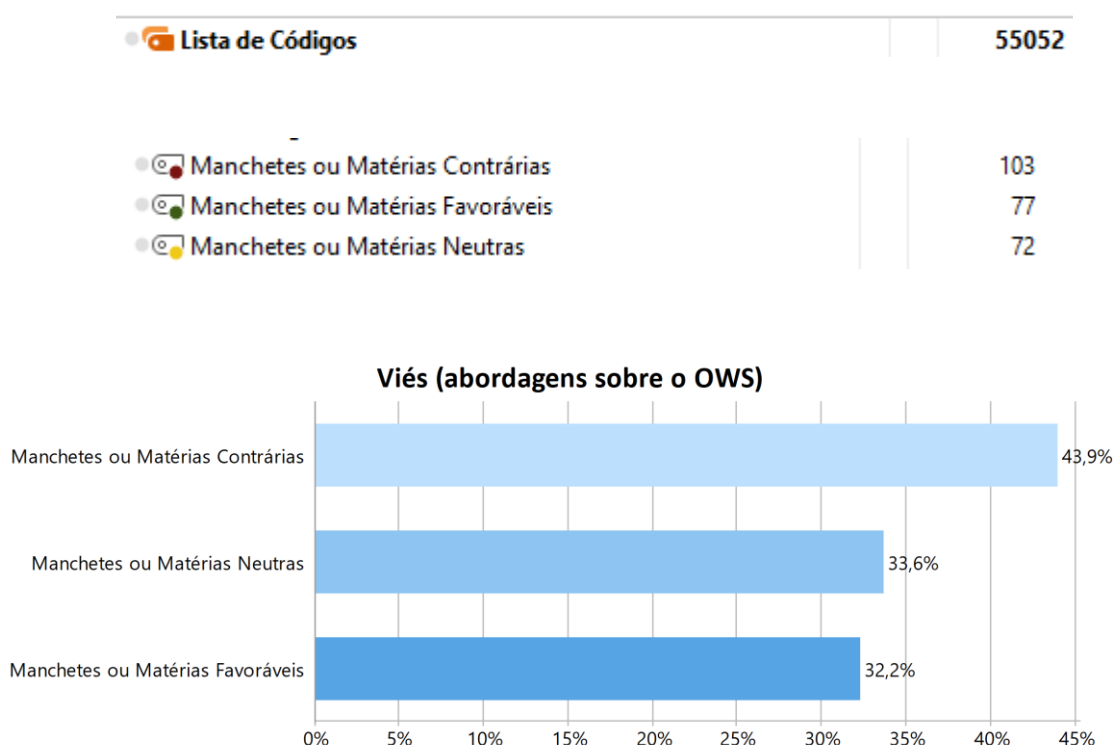
O *WSJ* tinha um viés de culpar esses dois personagens políticos dos democratas pela indignação popular. No entanto, a reeleição de ambos para os postos, pode indicar que a pecha de incompetência, especificamente relacionada às revoltas populares de 2011, não colou nas suas candidaturas.

Lewis, Luce e Milkman (2013), em entrevistas, traçaram o seguinte perfil de manifestantes, quanto a gênero, idade, etnicidade, profissões, escolaridade e renda:



6.7 Tendências gerais

A partir de 55.052 (cinquenta e cinco mil e cinquenta e dois) segmentos codificados pelas expressões regulares acima abordadas e cruzadas pelo *software MaxQDA*, foi possível avaliar – por amostragem aleatória de 252 (duzentas e cinquenta e duas) matérias de anos diferentes, respeitada a proporção entre os dois jornais, e separadas para leitura qualitativa – o seguinte quadro de posicionamentos gerais das notícias em relação ao OWS:



Para compreender se a amostra de 252 (duzentas e cinquenta e duas) notícias seria suficiente para um padrão válido, consideramos a seguinte fórmula²¹⁵:

$$\text{Tamanho da amostra} = \frac{\frac{z^2 \times p(1-p)}{e^2}}{1 + \left(\frac{z^2 \times p(1-p)}{e^2 N}\right)}$$

²¹⁵ <https://pt.surveymonkey.com/mp/sample-size-calculator/>; <https://comentto.com/calculadora-amostal/>; <https://calculareconverter.com.br/calculo-amostal/>

N = tamanho da população • e = margem de erro (porcentagem no formato decimal)

• z = escore z

$$n = N Z^2 p (1-p) / (e^2 + Z^2 p (1-p)).$$

n = é o tamanho da amostra obtido por meio do cálculo;

N = total da população pertencente a pesquisa;

Z = desvio indicado ao valor médio aceitável para que o nível de confiança seja atingido;

e = é a margem de erro máxima que a pesquisa permite;

p = é a proporção que desejamos encontrar no cálculo.

Para 90% no nível de confiança, o escore z é 1,65.

Margem de erro de 4,98% (5%).

Supondo heterogeneidade de 50/50, visto que os dois jornais, numa leitura flutuante, mostraram um nível de argumentação razoavelmente próximo em relação ao *OWS*.

Portanto, quase 44% (quarenta e quatro por cento) das notícias dos maiores jornais da cidade eram desfavoráveis ao protesto, ou seja, traziam palavras ou expressões que procuravam diminuir ou desacreditar as reivindicações, considerando-as, por exemplo, típicas de uma geração “mimada”²¹⁶.

Além disso, as matérias neutras superavam as expressamente favoráveis. Estas, de regra, partiam de artigos de opinião independentes, como os de Joseph Stiglitz, Paul Krugman ou Jeffrey Sachs.

Outra tendência geral relevante diz com a data das matérias, para compreender o quanto a memória (pública) sobre o protesto dura. Os números a seguir descontam os arquivos de vídeo (que jornais como *NYT* e *WSJ*, em suas edições *online*, também divulgam) e os arquivos de fotojornalismo (que contam sessões semanais no *NYT*).

Vejamos a moda (a mediana) decrescente de notícias no *NYT*:

2011: 893 arquivos;

2012: 545 arquivos;

²¹⁶ Cf. <https://www.wsj.com/articles/BL-SEB-68121>

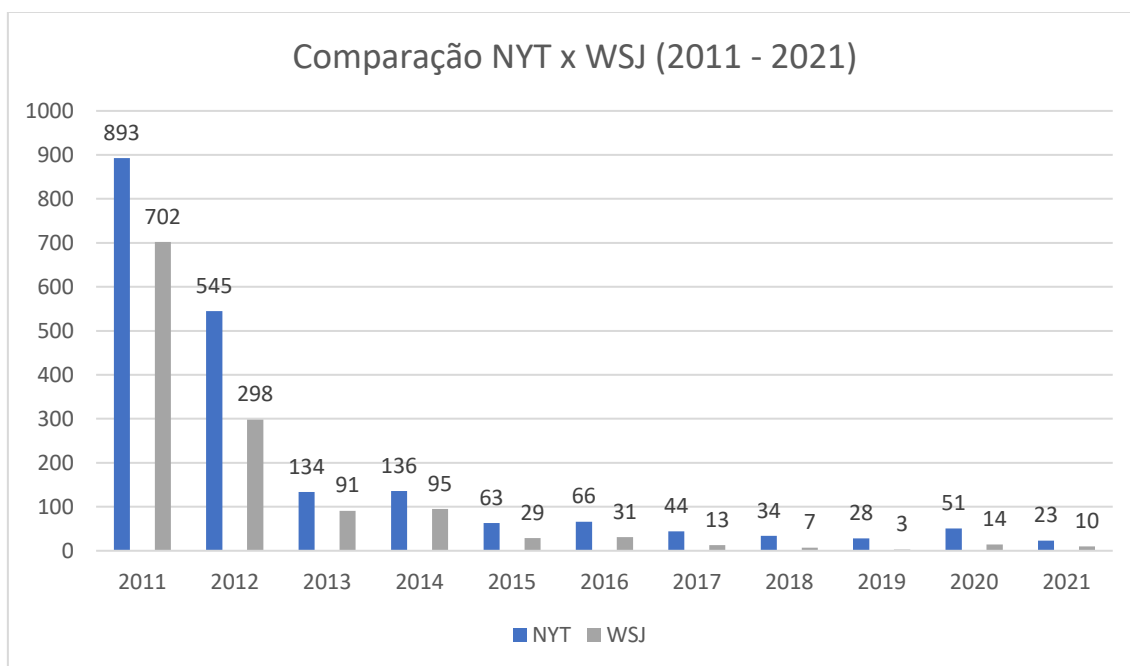
2013: 134 arquivos;
 2014: 136 arquivos;
 2015: 63 arquivos;
 2016: 66 arquivos;
 2017: 44 arquivos;
 2018: 34 arquivos;
 2019: 28 arquivos;
 2020: 51 arquivos;
 2021: 23 arquivos;
 Total: **2.017 arquivos.**



Da mesma forma, a quantidade decresce no *WSJ*. Os números vão com comparativo em relação ao *NYT*, dando conta de que este exibe muitas mais notícias que o jornal financeiro:

2011: 702 arquivos (191 arquivos a menos que NYT), 21,39% menos
 2012: 298 arquivos (247 arquivos a menos que NYT), 45,33% menos
 2013: 91 arquivos (43 arquivos a menos que NYT), 32,09% menos
 2014: 95 arquivos (41 arquivos a menos que NYT), 30,15% menos
 2015: 29 arquivos (34 arquivos a menos que NYT), 53,97% menos

2016: 31 arquivos (35 arquivos a menos que NYT), 53,04% menos
 2017: 13 arquivos (31 arquivos a menos que NYT), 70,46% menos
 2018: 7 arquivos (27 arquivos a menos que NYT), 79,42% menos
 2019: 3 arquivos (25 arquivos a menos que NYT), 89,29% menos
 2020: 14 arquivos (37 arquivos a menos que NYT), 72,55% menos
 2021: 10 arquivos (13 arquivos a menos que NYT), 56,53% menos
Total: 1.293 (724 arquivos a menos que NYT), 35,9% menos



Embora esteja fora do escopo da investigação, avaliei um novo período, entre 17/9/2021 e 13/6/2023, apenas para perceber se as notícias permaneciam. A resposta foi “sim”. Num ritmo menor, é verdade, mas ainda 18 (dezoito) notícias, naquele intervalo, citavam o OWS.

6.8 Da polinização floresce a democracia

“Nova lorque estará finalmente pronta para taxar os ricos?”, com essa pergunta Ginia Bellafante dá título a texto publicado, em 26 de fevereiro de 2021, no *New York Times*, sobre a ideia que rondava o Poder Legislativo na sequência da devastação económica produzida pela pandemia de COVID-19. As primeiras linhas do artigo relembram: “neste setembro, serão 10 anos desde que milhares de pessoas desceram ao parque *Zuccotti*, na baixa *Manhattan*, para protestar contra a desigualdade económica – um resultado de deixar a indústria financeira operando como uma fraternidade universitária em um bar”.

A crítica do jornal afirma que “como um instrumento de conscientização, o *Occupy Wall Street* foi tremendamente bem-sucedido”, “fortunas políticas foram estimuladas pela popularização de novos memes – *we are the 99 percent*”, entretanto, segue a colunista, em tintas fortes, “passada uma década, as políticas tributárias que poderiam ter trazido uma verdadeira redistribuição de riqueza apenas favoreceram os ricos de modo ainda mais extravagante”. E a pandemia de COVID-19, “como se viu repetidas vezes, agravou as injustiças existentes a um grau que tornou metáforas distópicas um vício”.

Adiante, o texto detalha o espírito de um projeto de lei, *Invest in our New York Act*, que buscava arrecadar US\$ 50 mil milhões por ano, a fim de direcionar recursos à habitação popular, à educação, aos cuidados de saúde e outros setores de assistência aos mais vulneráveis, por intermédio de uma série de mudanças nas leis tributárias para exigir mais das classes abastadas.

O impacto do *Occupy* foi – e continua – incontornavelmente duradouro. Prestes a completar 10 anos, na altura, uma resenha no maior jornal do mundo começa pelos

paradigmas que o protesto estabeleceu para tratar de injustiça económica e de impostos aos mais ricos.

Não apenas os museus guardam artefatos: nossas memórias e sensibilidades também. Os assuntos de redistribuição de renda, tributação de fortunas, humanização do capitalismo e melhoria geral da qualidade de vida por ação do Estado deixaram de ser tabus nos EUA. O *Occupy Wall Street* conseguiu reformular o debate nacional sobre a desigualdade económica, em termos simples e eficazes (VOLLE, 2023).

O *slogan* dos manifestantes “*nós somos os 99 por cento*” persiste em todo 1º de maio, em que a luta por salários dignos recebe, agora, o aporte do léxico daquele protesto. Como disse Wallerstein (2011), “o movimento *Occupy Wall Street* é o acontecimento político mais importante nos Estados Unidos desde as rebeliões de 1968, das quais é descendente ou continuação direta” e, vendo a longo prazo, será assim por ter logrado transformar a visão de largos segmentos da população sobre aquilo que sofriam, sem, todavia, conseguir expressar (ŽIŽEK, 2012).

Esse ato de nomear a necessidade e rearticular sua forma de aparecer nos discursos e no cotidiano (BUTLER e ATHANASIOU, 2017, p. 137); esse ato de fazer os sujeitos reapropriarem sua condição de agentes e de participantes; esse ato de trabalhar numa latência cultural, que transforma o gosto; é verdadeiro trabalho de *polinização*. A amostra de 10 (dez) anos de notícias de jornais bem o demonstra.

Como as abelhas, os pássaros e os pequenos insetos, de quem pouco se fala, mas muito fazem para o trabalho de fecundar a natureza, protestos como o *Occupy*, por seu alcance, tornam-se *polinizadores*, cultivando e fazendo circular ideias novas quanto ao futuro. Algo que, quando já ninguém espera, termina florescendo democracia.

Capítulo 7. Ocupar a Constituição? O significado possível de um Poder Constituinte difuso



My favorite mutiny
The Coup
© Epitaph BMI BMG

A sociedade contemporânea, no momento actual, não poderá fazer nada de melhor, nas crises de náusea perante as suas classes políticas, do que conceder-se uma pausa de pensamento, para que se debruce sobre questões fundamentais. É necessário conquistar tempo para um debate constitucional que leve a uma investigação sobre a forma do mundo.

Peter Slöterdijk (1996)

“Os motivos gêmeos do nascente movimento de protesto dos Estados Unidos contra o setor financeiro são a *injustiça* e a *invisibilidade*, as exatas mesmas queixas que impulsionaram a *Primavera Árabe*”. Assim começava, a 6 de outubro de 2011, a coluna “Op-Ed”, no *New York Times*, assinada pela jurista e cientista política norte-americana Anne-Marie Slaughter.

“Acesse o site <<Nós somos os 99 por cento>> e você verá os Mohamed Bouazizis dos Estados Unidos, página após página de depoimentos de membros da classe média que fizeram empréstimos para pagar a educação, fizeram hipotecas para comprar suas casas e um pedaço do *sonho americano*, trabalharam duro nos empregos que puderam encontrar e acabaram desempregados ou radicalmente subempregados e à beira da ruína financeira e social”, continuava Slaughter.

No fim, a autora constatava que “eles não estão se incendiando como Bouazizi fez na Tunísia, mas depois de eleger um presidente que concorreu a partir dos lemas da

esperança e da *mudança*, esses americanos se sentem traídos – a única mudança que estão vendo é uma pequena porcentagem de americanos ricos ficando mais ricos enquanto eles próprios estão a ficar mais pobres. Essa é a injustiça”.

Os dois fenômenos nas entrelinhas dessas afirmações de Slaughter são velhos conhecidos das análises sociais, políticas e económicas. Primeiro, o poder do dinheiro e da riqueza: a dominação exercida por indivíduos e grupos muito ricos sobre as estruturas de funcionamento das sociedades (FREELAND, 2014), que pode ser sintetizada nos termos *plutocracia* ou, de modo menos preciso, embora com maior impacto, *oligarquia*. Segundo, *a luta contra a injustiça e a desigualdade*. Por múltiplas que sejam as circunstâncias, quando situações ou pessoas semelhantes recebem tratamento desigual, há um padrão que pode ser reconhecido como oposto à justiça (WALZER, 2003) e que, mais cedo ou mais tarde, suscita *indignação* – uma reação que procure estabelecer (ou restabelecer) algum princípio de equilíbrio (INNERARITY, 2016).

Há elementos dessas duas forças contrárias em instantes e lugares diferentes, como se traduzissem um antagonismo ancestral. No entanto, podem ser avaliadas condicionantes que, sendo específicas do século XXI, atualizam essas noções de *plutocracia* e de *combate à injustiça*. A ‘globalização’, por exemplo. Inegável, hoje e, pelo menos, nos últimos quarenta anos, a complexidade desse processo de considerar o mundo como ‘um só território’, onde narrativas, capitais, mercadorias e pessoas fluem, de modo intenso e simultâneo (STEGER e JAMES, 2019). A globalização confere um novo formato para a disputa entre os discursos e as práticas de ‘oligarquias’ e de ‘forças que desejam emancipação’.

Num primeiro olhar, o próprio ritmo dos fluxos globalizatórios parece determinado pelas grandes empresas, pelos maiores fundos de investimento, pelos organismos internacionais ou pelos Estados mais industrializados, como se essas dinâmicas oligárquicas fossem as únicas (ou as autênticas) responsáveis pelo processo de globalização. Mas essa é uma metonímia. Uma parte que é convertida no todo, principalmente pela cobertura das grandes agências de notícias (*Reuters, France Press, BBC, CNN, Associated Press, etc.*), que terminam por dar ênfase à ‘globalização económico-financeira’ (RIAIN, 2000) posta em marcha sobretudo pela ‘doutrina neoliberal’ (WILSON, 2017), invisibilizando parcialmente outras dinâmicas de conexão.

Existem, não obstante, outras globalizações em curso (GIDDENS, 2002; BAUMAN, 2021; SANTOS, 2001; LÉVY, 2000). A *globalização social* (indivíduos viajando ao redor do mundo), a *cultural* (perspetivas civilizacionais diferentes a se encontrar), a *de pequenos investimentos* (navegação de pequenos capitais [de créditos e de débitos] por todos os lados, em *crowdfunding*), a *comunicacional* (meios de comunicação de massa empresariais e não-empresariais a propagar informações ininterruptamente), a *religiosa* (cultos a dialogar ou a se confrontar em quase todos os países), a *educacional* (tentativas mundiais de difusão do conhecimento, em todas as áreas, inclusive gratuitamente), a *industrial* (fatores de produção, distribuição e logística espalhados por vários países), a *comercial* (compra e venda de produtos e oferta de serviços em escala planetária), a *tecnológica* (espalhamento de dispositivos eletroeletrônicos em diferentes esferas da ‘sociedade mundial’), a *política* (desenhos institucionais a se mesclarem), a *ético-moral* (horizontes de comportamento, de hábitos e de costumes a se encontrar) e, entre outras mais, uma *globalização jurídica* (normas, institutos e mecanismos jurídicos se movimentando entre sistemas e tradições distintos).

Portanto, nos embates deste século XXI entre *plutocracia* e *combate à injustiça*, de que o *Occupy Wall Street* é exemplo notável, inúmeras globalizações entram em cena, o que deixa muito mais complexa a interpretação sobre avanços e recuos de um lado ou de outro.

Além disso, uma segunda condicionante contemporânea para essa disputa milenar entre ‘quem muito tem’ e ‘quem quase nada tem’ (AGAMBEN, 2011) – e suas respectivas influências sociopolíticas (HUARD, 2011) – é a linguagem do Direito, enquanto “generalização congruente de expectativas” (LUHMANN, 1983, p. 115). A partir de noções de civilidade edificadas durante séculos (GOYARD-FABRE, 2002) e a partir de crescentes complexidades sociais, os procedimentos de elaboração de princípios e de regras de Direito têm servido como instâncias de legitimação dos poderes (políticos, económicos, culturais, éticos, religiosos, etc.). Isto é, a influência sobre a confecção das normas é elemento de peso para definir quais saberes, ideologias e necessidades estarão generalizadas nos comportamentos. Há como que um “consenso presumido” em torno da produção, da interpretação e da concretização das leis, no qual “quase

todos supõem que quase todos supõem que quase todos estejam de acordo”, na expressão de Luhmann (1983).

Nessa disputa pela ‘nomogénese’, pela feitura de novas ordens jurídicas, de novas constituições ou de novas leis (DINIZ CAMPOS, 2013), as oligarquias valem-se do discurso jurídico para cancelar suas fórmulas de extração de valor (e de acumulação de riquezas) a partir da sociedade e do Estado. Por seu turno, os protestos e movimentos sociais valem-se do discurso jurídico naquilo que pode ainda ser emancipatório e contra-hegemónico (SANTOS, 2003). Ambos os grupos de interesse e de pressão atuam em prol de disposições legisladas, ou decididas nos tribunais, de acordo com seus paradigmas de racionalidade (WALDRON, 1999).

Na linha do comentário de Anne-Marie Slaughter, os ricos ficam mais ricos, mesmo quando um presidente que prometia ‘mudança’ é eleito. Ao mesmo tempo, os pobres e a classe média – atolados de dívidas para pagar a educação, a moradia e o amanhã sem emprego – sobrevivem, teimosamente, e ainda protestam com o *Occupy*, juntando-se a uma presença coletiva que possa reivindicar direitos.

Nesse quadro, é importante olhar com dupla atenção: a perceber o ‘mundo globalizado’ como matriz diferenciada para fermentar e decantar problemas (antes comunitários, nacionais ou, no máximo, regionais; hoje, mundiais) e, de outro lado, perceber que o ‘fazer jurídico’ é terreno privilegiado para ver desabrochar aquilo que *polinizado* pelos protestos e movimentos sociais ou, o que muitas vezes ocorre, para ver enterrar e secar determinados ideais graças à articulação de ‘elites no poder’ (WRIGHT MILLS, 2000; MICHELS, 2001).

Vale, nas próximas páginas, um exame sobre o quanto o ativismo de *novíssimos movimentos sociais* tem se mostrado fecundo na formação de vontades políticas, económicas, culturais, ético-morais, *etc.* alternativas, o que tem reflexos na concretização do Direito em sociedades hipercomplexas, considerando que os diálogos e os dissensos manifestados na esfera pública alteram, inarredavelmente, os significados das normas e, via de consequência, a maneira como são apropriadas nas narrativas de cada grupo social.

7.1 Se ainda existem oligarquias...

Nos idos de 1896, Gaetano Mosca escrevia: “a direção dos interesses públicos está nas mãos de uma minoria de *peessoas influentes*”. Apontando como fato óbvio que, “em todas as sociedades, aparecem duas classes *de peessoas*: uma classe que dirige e outra que é dirigida”. Além disso, afirmava que “em todo organismo político existe *um indivíduo* que é o chefe entre os líderes da classe dirigente e que se situa, como dizemos, à testa do Estado” (MOSCA, 1966, pp. 51-52). O jurista e cientista político italiano se tornaria pioneiro na sistematização da “Teoria das Elites”, um pensamento cujos ecos, no ocidente, remontam a Platão e Sócrates (HOLLANDA, 2011), no sentido de que toda forma política produz inevitáveis distinções entre *dirigentes* e *dirigidos*.

Vilfredo Pareto, poucos anos depois, afirma que “em qualquer ramo da atividade humana”, há “*indivíduos* que exibem índices superiores de capacidade”, porque sendo “os indivíduos física, moral e intelectualmente diferentes”, é um fato que “uma classe de pessoas que possuem os mais altos índices em seus ramos de atividade” formarão uma “classe de elite” e essa classe terá necessariamente influência sobre as outras, consideradas as suas qualidades excepcionais (PARETO, 1966, p. 71-73).

Pareto distinguia, ainda, a elite *governante* (indivíduos a ocupar altos postos no Estado e cargos com influência no poder político) e a elite *não-governante* (indivíduos altamente selecionados nos ramos cultural, religioso, comercial, educacional, desportivo, etc., mas sem qualquer função diretamente política). Assim como em Mosca, Pareto imaginava pessoas concretamente situadas nesses escalões ou, no máximo, grupos de pessoas. Até mesmo a ideia de “circulação de elites”, que notabilizou o autor italiano, também se direcionava a membros da sociedade, que comporiam aristocracias a se revezar no poder, de tempos em tempos e de acordo com determinadas circunstâncias (PARETO, 1966, p. 75).

De modo um tanto distinto, Robert Michels argumenta a existência de “uma *classe dominante* visível e tangível”, mesmo numa sociedade que adote o socialismo, tendo em vista a “probabilidade de um qualquer *grupo social*”, “de posse dos instrumentos de poder coletivo”, fazer todo o possível para conservá-los (MICHELS, 2001, p. 231). Percebe-se, aqui, uma preocupação maior em tratar das ‘elites’ como

grupos, classes e, naquilo que fez a fama de Michels, partidos políticos. O sociólogo alemão apontava que mesmo um partido socialista ou comunista revolucionário, com o passar do tempo, transformar-se-ia num grupo de tendências oligárquicas (e relativamente) conservadoras: estar com toda a fortuna social em mãos, para administrar, é situação em que ninguém quer mudar muito as coisas (*ibidem*). Uma ideia conhecida como “a lei de ferro das oligarquias”: o mando por uma ‘elite’ ou ‘oligarquia’ é incontornável dentro de qualquer organização, consideradas as suas “necessidades táticas e técnicas”. Uma máxima que poderia ser estendida à maneira de funcionar de toda sociedade sob a democracia representativa. Nas palavras do próprio Michels, a refletir (em especial) sobre a intermediação dos partidos políticos no cotidiano da democracia representativa, “é a organização que dá lugar ao domínio dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os delegantes. *Quem diz organização, diz oligarquia*” (*ibidem*, p. 237).

De toda sorte, Michels não deixa de concordar com Mosca, no sentido de que “minorias organizadas se elevam à posição de classe dirigente” também porque o ‘pequeno número’ exhibe vantagens, referentes à coesão de propósitos e à coordenação de iniciativas, em relação às multidões que, dificilmente, podem concatenar interesses e comunicar suas reivindicações com real poder de influência (MICHELS, 2001, p. 234).

Em suma, os três autores (considerados pioneiros no estudo das oligarquias modernas) examinavam as ‘elites’ como “indivíduos” ou “grupos” a exhibir características valorizadas, por um ou outro motivo, em dados tempo e espaço, que os tornariam, no conjunto, um estrato social diferenciado.

Nestas primeiras décadas do século XXI, conquanto essas noções permaneçam válidas, podendo-se constatar a existência de indivíduos que se tornam expoentes nas suas áreas de atuação e, quase que por consequência, lideranças (económicas, sociais, políticas, culturais, éticas, religiosas, *etc.*), é possível adicionar elementos não trazidos por aqueles pensadores na observação do fenómeno das ‘oligarquias’. O conceito de “matrizes comunicativas anónimas”, por exemplo.

Ao invés de uma “elite de *indivíduos*”, Gunther Teubner (2006, p. 327) observa que o mundo contemporâneo exhibe diversas *organizações* (estatais, quase-estatais e não estatais) a dominar as “narrativas” e as “estéticas” circulantes. Embora verdadeiras

potências financeiras, culturais, jornalísticas, bélicas, tecnológicas, políticas, etc., essas organizações nem sempre recebem a atenção pública e a crítica social devida. O que tem permitido que seu imenso poder nem sempre seja acompanhado de responsabilidades.

A lista dessas potências fica cada dia mais extensa: a Câmara Internacional do Comércio²¹⁷, a Federação Internacional de Associações de Futebol (FIFA)²¹⁸, o oligopólio formado pelas quatro maiores petrolíferas do mundo (*ExxonMobil*, *Chevron*, *Shell* e *British Petroleum* [BP]), a *Internet Corporation for Assigned Names and Numbers* (ICANN)²¹⁹, os exércitos mercenários como a *Blackwater (Academi)*²²⁰, a *Aegis Defense Services*, a *AirScan* e o *Grupo Wagner*²²¹, as máfias (russa, japonesa, chinesa, siciliana, colombiana e mexicana, entre dezenas de outras), as maiores famílias plutocráticas como os *Rothschild*, os *Rockefeller*, os *Goldman*, os *Astor*, os *Li* (China), os *Van Duyn* (Holanda), os *Koch*, etc., as agências de *rating* (de classificação de riscos de crédito) como a *Standard & Poor's*, a *Ficht* e a *Moody's*, os megaempreendimentos como *Apple*, *Microsoft*, *Alphabet* (Google), *Meta* (Facebook), *Amazon*, *Nike*, *Coke Company*, *Nestlé*, *Unilever*, *China Mobile*, *Wal-Mart*, etc., os conglomerados de comunicação social e entretenimento (*Disney Corporation*, *News Corporation*, *TimeWarner*, *CBS*, entre outros).

Essas entidades, muitas delas despersonalizadas e resumidas, geralmente, como “os mercados” (CHOMSKY, 2006), compõem um mosaico de “racionalidades autônomas”, todas emissoras de mensagens que se deslocam pelo globo, a partir de interesses que se retroalimentam, sem se conseguir identificar a “ponta da cadeia

²¹⁷ Para mais informações, <http://www.iccwbo.org/>.

²¹⁸ <http://www.fifa.com>.

²¹⁹ Uma entidade sem fins lucrativos, sediada na Califórnia (EUA), com o poder de distribuir os Protocolos de Internet (IP) pelos quais os computadores são reconhecidos, além de controlar os nomes de domínio (.pt, .br, por exemplo) e administrar a rede. Gerenciada por um conselho administrador formado por representantes de vários países, normalmente ligados a empresas e organizações da sociedade civil, a ICANN trabalha sob contrato com o Departamento de Comércio dos Estados Unidos. Esse setor do governo estadunidense também tem a palavra final sobre qualquer alteração nos servidores-raiz da Internet – o grupo de 13 servidores que, em síntese, controla toda a rede no mundo – e, ao que parece, não tem a menor disposição de abdicar desse poder.

²²⁰ Ver <http://academi.com>.

²²¹ Organização paramilitar russa, autodescrita como empresa militar privada, chefiada por Yevgeny Prigozhin e Dmitriy Valeryevich Utkin, e que conta com aproximadamente 50.000 (cinquenta mil) mercenários, sobretudo ex-presidiários. Teve papel notório durante a Guerra entre Rússia e Ucrânia (2022-).

comunicativa” (TEUBNER, 2006, p. 329). Quem inspira a necessidade de quem? Que organização trabalha para outra? Como, e em que lugar, a ‘mentalidade dominante’ inicia? Quem influencia as decisões de quem? São perguntas de resposta quase impossível, nesta quadra histórica.

Esse nível de ‘anonimato’ ou de ‘opacidade’ raramente ocorre no Estado, cujas iniciativas são, bem ou mal, reportáveis a algum agente público – um órgão, uma instituição ou, que seja, um funcionário estatal. Embora essa identificação da responsabilidade pela ação pública seja explícita apenas na sua superfície, tendo em conta os obstáculos para identificar todos os *lobbies* que a originaram ou que lhe definiram os contornos finais (ARON, 2020).

De acordo com Teubner (2006, p. 329), aqueles organismos transnacionais cultivam, gradativamente, um ordenamento jurídico *sui generis*, aproveitando-se, estrategicamente, da distinção “público x privado”. Um “direito mundial além das ordens políticas nacionais ou internacionais”, com princípios e regras ditados por seus próprios costumes, como a *lex mercatoria*, a *lex digitalis*, a *lex desportiva* ou a *lex belli*, o que não significa, segundo Teubner, que esse Direito seja menos politizado, pois os discursos sociais altamente especializados que o compõem tem um patamar próprio de politização, independentemente de qualquer Estado-Nação (*ibidem*).

Logicamente, os diplomas estatais não foram redigidos esperando concorrência de outras “leis e constituições” – civis e parciais, por enquanto – da sociedade mundial. As Constituições dos Estados não poderiam, por sua própria natureza inclusive, supor que *poderes privados difusos* pudessem, em algum momento, superar sua autoridade na atribuição de regras e de valores às sociedades nacionais (COUTINHO, 2009).

Teubner, portanto, é capaz de constatar algo que Mosca, Pareto e Michels (entre outros elitistas da primeira onda) não puderam: a *classe dirigente* já não guarda correspondência perfeita à *classe política* e, nem mesmo, está necessariamente ligada ao Estado. Além disso, a ‘elite’ já não é, exclusivamente, formada por “indivíduos de predicados excepcionais”, mas, sim, por ‘organismos’, ‘entidades’ ou ‘empreendimentos’ que difundem certas ‘lógicas de funcionamento do mundo’.

Essas organizações espalham *maneiras de sentir*, de conceber o que é real, o que é credível, o que merece visibilidade, o que é divertido, belo, saboroso, higiênico, elegante, moral, interessante, proveitoso, útil, *etc., etc.* e o que não é nada disso. Em síntese, com a expressão de Pierre Ansart (2019, p. 7), essas potências transnacionais “gerenciam as paixões”, afetam a *estética* das sociedades, uniformizando tendências que, acima de tudo, facilitem a conceção, a manufatura, a circulação, a reposição e o descarte de mercadorias, de capitais, de excedentes, de lucros e de ideologias (PASSET, 2002; WILSON, 2017).

As oligarquias ou elites deste século se expressam através de narrativas e de estéticas, ou seja, exercitam seu poder por intermédio de ordens, mensagens ou comunicações que dificilmente são atribuíveis a quaisquer indivíduos, singularmente considerados. Não se consegue distinguir *quem* é o chefe, o dirigente, a pessoa ‘por trás da decisão’. E, por vezes, essa pessoa sequer existe, sendo mais bem traduzida num coletivo ou num enxame, como no caso paradigmático do ‘mercado financeiro’ (SUROWIECKI, 2007).

Há, neste momento, uma *policontexturalidade* (TEUBNER, 2005), uma fluidez entre poderes (regionais, nacionais, internacionais, transnacionais, privados, públicos, quase-públicos, políticos, mediáticos, jurídicos, económicos, religiosos, bélicos, criminosos...), que resulta numa dualidade entre “estrutura” e “ação” (GUIDDENS, 2009), em que nenhuma das dimensões pode ser sobrevalorizada em detrimento da outra. Os indivíduos não ficam à mercê das determinações das estruturas sociais, mas, ao mesmo tempo, essas estruturas existem e importam, compõem o meio que estimula ou condiciona a ação individual: “os processos de estruturação envolvem um jogo entre significados, normas e poder” (GIDDENS, 1996, p. 160) em que há implicações recíprocas.

Há muitas determinações do meio e há muitos desejos individuais. Muito digital e muito analógico habitando o mesmo espaço. Muitas pessoas influentes, mas também muitas empresas e entes despersonalizados com interesses próprios, a ponto de ‘conselhos de administração’ e ‘reuniões de acionistas’ demitirem seus fundadores. Essa é uma atmosfera de complexidade que os pensadores ‘elitistas’ do séculos XIX e XX somente poderiam supor. Isso não significa, contudo, inexistirem lideranças (de carne e

osso) nas organizações: os algoritmos e os discursos anónimos não comandam tudo. Mas, possivelmente, a diferença que um (único) indivíduo faz para a dinâmica de funcionamento das oligarquias ou dos organismos de elite é, cada dia, menor.

7.1.1 Oligarquias enquanto arquirrivais da democracia

Há mais de duzentos e vinte anos, países como Inglaterra, França e Estados Unidos da América, no âmbito das denominadas ‘revoluções liberais’, foram agitados por uma ideologia de rompimento com o regime monárquico absolutista e sua ordem aristocrática que, segundo o pensamento burguês de então, violava a *liberdade*, a *igualdade* e a *fraternidade*. A expressão sociopolítica desse movimento de rutura fez aparecer a ideia moderna de *democracia* – a chance de maior participação no poder, especialmente com a escolha de representantes políticos a cada um dos vários segmentos sociais (MOORE JR., 2010). A expressão jurídica desse movimento, por sua vez, inaugurou o *constitucionalismo* – a possibilidade de arranjar, formalmente, a separação de poderes do Estado e de garantir direitos fundamentais aos indivíduos frente a esses mesmos poderes, através das leis (BELLAMY, 2007).

Democracia e constitucionalismo passaram a complementar-se, naquela que se tornara a linhagem central do pensamento político moderno (ELSTER e SLAGSTAD, 1993). Tanto que, no mapa geopolítico dos séculos XVIII e XIX, cada país europeu e mais os EUA aderiram à filosofia *iluminista* e promoveram a tal libertação frente ao *Antigo Regime* à sua maneira²²².

Nestas primeiras duas décadas do século XXI, aquelas ‘democracias constitucionais’ pioneiras e as muitas outras que se instalaram depois²²³ são confrontadas – cada uma a partir de suas vicissitudes históricas, evidentemente – por

²²² Embora, poucos anos depois, impusessem as “Luzes” a outros países e a outros povos, como denotam o *colonialismo* e as Grandes Guerras Mundiais, por exemplo. Mas essa é uma outra história...

²²³ De acordo com a *Freedom House*, organização sem fins lucrativos para vigilância dos direitos humanos, especialmente atenta ao regime democrático de governo, 83 países seriam “democracias livres” entre 210 países e territórios analisados. Todavia, praticamente todos os países se dizem “democráticos”, nos dias atuais. Para mais informações, ver o relatório *Freedom in the World 2022*. Disponível em <http://www.freedomhouse.org>. Acesso em 13.8.2023.

questões antigas (ainda que sob nova roupagem) e modernas, ou, diriam alguns, pós-modernas (LYOTARD, 2010; HARVEY, 2012).

Primeiro, o poder exercido por grupos oligárquicos e plutocráticos, ‘elites’ que atuam, na essência, à maneira dos grupos aristocráticos oitocentistas (FREELAND, 2014). A nova roupagem fica por conta de sua performance reticular e global, o que significa dizer que estão, potencialmente, mais ofensivos à *democracia* e ao *constitucionalismo* do que pareciam ao tempo das ‘revoluções liberais’ (ZUBOFF, 2021). Essa disputa pelo poder, em que determinados grupos – como se fossem ‘absolutismos ideológicos’ – tentam deslegitimar, invisibilizar e desacreditar todas as alternativas ao seu pensamento e às suas práticas, é uma questão antiga que permanece em aberto.

Depois de dois séculos da hegemonia epistemológica liberal, como seria previsível, o volume de interesses privados ‘fortes’ (grupos empresariais multinacionais, grandes seguradoras, fundos de investimentos transnacionais, imensos bancos, *etc.*) ultrapassara, em muitas vezes, as possibilidades das rendas dos Estados, a partir dos impostos. Os Estados passaram a devedores de negócios privados e de entidades internacionais que, de várias formas, ajudaram a construir (LOUÇÃ e MORTÁGUA, 2012).

Ao mesmo tempo em que esse processo se desenrolava nos Estados, um crescimento exponencial de organizações não-estatais florescia. Essas organizações passaram a compor um mosaico bastante rico de relações políticas, económicas e socioculturais. Em termos práticos, os discursos de vários organismos privados, atualmente, possui tanta validade e tanta eficácia – ou mais – que os discursos da maior parte dos Estados. Parcela considerável das expectativas normativas e de condutas é gerada através dos anúncios e das atitudes dessas entidades: até mesmo os Estados precisam se adaptar, tanto ao estilo de gestão como às necessidades dessas forças políticas, financeiras, culturais, religiosas, *etc.*

Nas palavras de Gunther Teubner (2003, p. 10), a articulação mútua dessas organizações daria uma forma inusitada de “pluralismo jurídico”. Em vez de o Estado reconhecer a existência de outras matrizes, de outras tradições ou de outras narratividades jurídicas possíveis, a força daquelas organizações transnacionais é tamanha, que o Direito produzido pelos Estados, paulatinamente, é ultrapassado, torna-se obsoleto – e começa a tentar se harmonizar com o(s) Direito(s) elaborado(s) por essas

forças sociais e económicas privadas. É o Direito do Estado que pediria reconhecimento, agora. Efetivamente, as Constituições estatais não conseguem responder como se dará a participação (política, em especial) de suas cidadanias (‘nacionais’) em fóruns internacionais ou frente a instâncias supra (e trans)nacionais de poder. Noutros termos, as Constituições nacionais perdem espaço para determinados regulamentos ou princípios construídos fora dos Estados porque não têm capacidade de responder a questionamentos vitais num mundo globalizado (DOBROWOLSKI, 2000; MALISKA, 2008; SAUNDERS, 2021).

Essa ascensão de entidades oligárquicas sem possibilidade de ‘contrapeso estatal’ tem acarretado direitos e garantias desiguais, que segregam as sociedades – tanto num plano nacional como internacional – entre grupos precarizados e grupos privilegiados. Com isso, os relacionamentos entre classes sociais (no âmbito interno) e entre Estados e organizações supranacionais (no âmbito externo), em determinadas situações, ficam cruelmente próximos das velhas noções de senhorio, de suserania e de vassalagem, dos tempos da nobreza, no Medievo europeu. Ao testemunhar esse panorama, muitos estudos têm levantado a hipótese radical de que o paradigma socioeconómico e político da contemporaneidade, ao invés de um regime capitalista, seria mais bem descrito como um “tecnofeudalismo”, “neofeudalismo”, “feudalismo corporativo” ou “feudalismo modernizado” (HUDSON, 2012; STREECK, 2016; KUTTNER e STONE, 2020; MAZZUCATO, 2020; DEAN, 2020 e 2022; DURAND, 2021; VAROUFAKIS, 2021 e 2023; BRENNER, 2021).

As elites ou oligarquias de hoje, em vez de produzirem ou de utilizarem sua força de iniciativa e sua capacidade extraordinária para aumentar o número de riquezas circulantes numa sociedade, preferem drenar recursos (bens, serviços, matérias-primas, trabalho, etc.), concentrando-se no “extrativismo” ou na “depredação” (DURAND, 2021). Em vez de primar pela concorrência, retornam os monopólios e oligopólios. Em vez de primar pela inovação, guardam o apetite pelo risco para investimentos com sofisticada engenharia financeira; porém, quando algo está mal, socializam os prejuízos, obrigando os Estados a comprarem dívidas e ‘ações podres’ (MAZZUCATO, 2020). Em paralelo, o domínio de mega-plataformas de *internet*, como se fossem latifúndios digitais, criou uma dependência grave de todos os outros negócios – um sistema

parecido com a servidão feudal, em que todas as iniciativas precisam comprar ou alugar espaços (glebas digitais) dentro dos territórios liderados, privadamente, por poucos grupos. Além disso, os mercados financeiros descolaram-se da chamada ‘economia real’ – onde os produtos e serviços são planejados, lançados e comercializados – passando a lucrar independentemente das estatísticas de produtividade do mundo não-financeiro. Essa concentração de poder económico nas mãos de poucos grupos globais borrou as distinções entre a economia e a política (STREECK, 2016).

“As elites estão perseguindo algo apropriadamente descrito como uma nova forma de feudalismo, na qual domínios inteiros da lei pública, propriedade pública, devido processo legal e direitos dos cidadãos revertem para o controle inexplicável de empresas privadas” (KUTTNER e STONE, 2020, p. 1). Em vez de decisões tomadas coletivamente, o discurso de que os assuntos sensíveis merecem decisões ‘técnicas’ tem prevalecido e, logo, afastado a população do suposto protagonismo político onde deveria estar nas democracias liberais: a tecnocracia da alta finança, das ciências e dos avanços tecnológicos não pode sofrer concorrência leiga (VAROUFAKIS, 2016). Em vez de melhores condições de trabalho, a ideologia neoliberal do (auto)empreendedorismo cria uma multidão de ‘trabalhadores de aplicativos’, enquanto os novos ‘patrões’ são rentistas (SCHOR, 2020), vivem do dinheiro do aluguel de meios de comunicação entre clientes e prestadores de serviços (como o *Uber*, o *AirBNB*, o *Rappi*, o *iFood*, a *DoorDash* e outras empresas da curiosamente apelidada ‘economia colaborativa’). Em vez de geração de capitais que possam ser convertidos em facilidades e comodidades na vida cotidiana, o sistema baseia-se, agora, nas dívidas; na emissão de títulos, de ações, de papéis de crédito frente a Estados e a gigantes bancos privados, para empréstimos de todos os tipos, até que as pessoas já não consigam adquirir produtos ou serviços sem recorrer a eles (GRAEBER, 2012; DOWBOR, 2017).

A tributação, moldada ao sabor daquelas ‘elites’ de *criptogoverno* (BOBBIO, 2009), é percebida como “corveia” – a obrigação feudal de doar grandes parcelas do trabalho e da produção a um senhor – dada a sua *regressividade*. Em outras palavras, o desenho tributário da maior parte dos países diminui as imposições às franjas mais abastadas da população ou das empresas com maior receita, e, no reverso da medalha, aumenta a carga sobre quem ganha pouco ou sobre empresas de pequeno porte. As

alíquotas não progridem de par com a renda ou com o património, mas sim taxam desproporcionalmente o consumo de quem compra o necessário para passar o mês, resultando num sistema tributário injusto e, até, imoral (MURPHY e NAGEL, 2005; TIPKE, 2012).

O fenómeno da corrupção torna-se inevitável nesse relacionamento entre poderes oligárquicos e representantes políticos eleitos. Isto porque é, de logo, uma faceta da corrupção essa *sobrerrepresentação* de interesses privados a ponto de obscurecer o ‘interesse público’, ou seja, uma relação destrutiva do ‘interesse público’ por interpenetração de interesses privados ‘fortes’ (AVRITZER e FILGUEIRAS, 2011). Também os interesses coletivos e comuns são afetados por essa severa distorção²²⁴, que mina a ideia de “esfera pública” (HABERMAS, 2003) enquanto *locus* de comunicação entre os indivíduos e os grupos, a possibilitar a equalização de interesses cruzados.

Para além disso, a privatização completa daquilo que um dia foi serviço público – energia, logística, telecomunicação, educação, saúde, segurança, resolução de conflitos, etc. – a partir da lógica neoliberal da ‘desregulamentação’ faz com que uma certa ‘razão gerencialista’ ultrapasse a ‘razão republicana’: a figura da cidadã ou do cidadão se torna vetusta, totalmente substituída pelas figuras da consumidora ou do consumidor. A molécula política da cidadania é trocada pelo átomo da individualidade. Esse processo de ‘despolitização’ das necessidades ajuda a consolidar o império das oligarquias.

Assim sendo, o capitalismo neoliberal, longe de ser ‘indiferente à política’, busca controlar a ação política profissional (dos representantes eleitos) e extinguir (ou minorar o quanto possível) a ação política espontânea (de todo e qualquer cidadão),

²²⁴ Há distinções conceituais entre essas várias espécies de “interesses”. *Interesses privados* podem ser vistos como discursos ou ações que perseguem necessidades imediatamente relacionadas a um ente específico (um indivíduo, uma empresa ou uma determinada esfera social). Noutras palavras, interesses privados seriam necessidades particularizáveis. Depois, *interesses coletivos* seriam discursos ou ações que perseguem necessidades relacionadas a um conjunto de entes (um grupo de indivíduos, um coletivo de empresas ou algumas esferas sociais peculiares), isto é, necessidades de grupo, mas não de todos. Por seu turno, *interesses comuns* seriam discursos ou ações que perseguem necessidades, potencialmente, relacionadas a qualquer ente, singularmente considerado (todo e qualquer indivíduo, toda e qualquer empresa, toda e qualquer das esferas sociais, examinadas uma de cada vez), assim sendo, haveria “necessidades de cada um”, mas não de todos juntos. Por fim, e muito sinteticamente, para respeitar os vários trabalhos que debruçaram sobre essa expressão, o *interesse público* traduz necessidades de todos os entes, considerados transversalmente. Necessidades intensamente ligadas à vida cívica. A composição do *interesse público* (ou do bem comum) seria a tarefa mesma da Política.

destruindo instâncias coletivas, no dizer de Bourdieu (2019), incentivando, essencialmente, o *consumo*, o *espetáculo*, a *distração* e a *lógica da rivalidade*.

A propósito do consumo, Jean Baudrillard (2007) propõe uma imagem interessante: a de que a sociedade contemporânea e seu “poder medusante” transformara tudo em “objeto” (em pedra). Antes, havia uma industrialização de bens que, de alguma maneira, atendiam a determinadas necessidades incontornáveis à sobrevivência humana. Agora, há uma explosão industrial de bens supérfluos – necessidades inventadas pela propaganda (BAUMAN, 2008b) – e uma industrialização dos serviços, dos tempos livres e do próprio consumo. A relação de consumo se tornara o padrão de qualquer espécie de relação, inclusive com outros homens e mulheres e com a Natureza. Além do que, essa cultura, influenciada pelo sistema económico, confere ao ‘ato de consumir’ maior relevância e maior utilidade que ao próprio objeto consumido: ostentar determinado *estatuto de consumo* seria mais significativo que adquirir este ou aquele bem, de acordo com Baudrillard (2011).

A respeito da *espetacularização* da sociedade, Guy Debord (2012) afirma que o real, o simbólico e o imaginário²²⁵ seriam, agora, indistintos – tudo é *espetáculo*. Debord denomina de “humanismo da mercadoria” a esse “indivíduo fragmentário, inserido numa economia política total”. Todos os seres vivos e os objetos se dispõem, inescapavelmente, como engrenagens do sistema económico, que produz o ‘sem-sentido’ da vida moderna, para que o ‘único sentido real’ possa ser encontrado no próprio *espetáculo do consumo* e do *entretenimento*.

A inclinação política desses pensamentos indicaria uma *cidadania distraída*. O fascínio da diversão constante e os desejos – cada vez mais altos – impulsionados pela propaganda massiva não deixariam espaço para uma reflexão séria, comprometida ou, numa palavra, “politizada”, a respeito dos temas efetivamente sensíveis à existência humana e, mesmo, a respeito do risco que a sobrevivência corre, no atual estágio de degradação do planeta (HAN, 2019).

Benjamin Barber (2009) adverte, nessa linha, que o mercado utiliza técnicas para “infantilizar os adultos”. Distrair as pessoas em idade de exercer plena cidadania

²²⁵ Lembrando os registros psíquicos essenciais, segundo Jacques Lacan.

(votar e ser votado, manifestar, protestar, entre outros direitos) até o ponto de não quererem se responsabilizar por qualquer assunto coletivo. E, detalhe importante, sem qualquer sentimento de culpa.

Não poderia, mesmo, haver sentimento de culpa, quando a rede de mídia estruturada pelo sistema económico oligárquico divulga, preferencialmente, mensagens que elevem a lógica da *rivalidade*, da *individualidade*, do *egoísmo*. A vida passa a ser compreendida como eterna disputa, de uns contra os outros, por espaços de trabalho, de capacitação intelectual, de promoção profissional, de enriquecimento cultural, de afetividade e até de lazer (HAN, 2017).

De fato, esse raciocínio expulsa qualquer possibilidade de ação política e democrática – se a política democrática é entendida como a capacidade de discutir e de resolver problemas coletivos. O horizonte hermenêutico de construção de discursos que possam relacionar os diversos aspetos da vida, especialmente da vida em comum (*Lebenswelt* ou “mundo da vida”) é colonizado pelo mercado (HABERMAS, 2012). As necessidades políticas começam a ser entendidas como necessidades comerciais (organizar sistemas de educação, saúde, segurança, cultura, lazer, *etc.*): os cidadãos começam a se considerar consumidores do Estado – pessoas que pagam para receber seus serviços (um indivíduo consumidor de um “Estado-centro comercial”).

Essa *mercadorização* e essa *espetacularização* que, da dinâmica económica, invadem a dinâmica política, não ocorrem apenas num nível *micro*. Os próprios Estados se ordenam, hoje, como se coadjuvassem num ‘grande espetáculo’, tomando de empréstimo uma linguagem próxima a do teatro (representantes políticos como “atores políticos”). E na medida em que os seus cidadãos os tratam como centros comerciais, os Estados respondem como tais: os cidadãos são usuários e beneficiários de suas redes de prestações. Além disso, os representantes políticos profissionais se comunicam com os cidadãos a partir de noções como “público” ou “audiência”. Falam de “credibilidade” e de “imagem” do Estado. Os gastos com “publicidade institucional” também alcançam cifras expressivas. Nota-se a necessidade de criar uma “identidade visual” marcante ao governo.

Enfim, a democracia contemporânea se torna gerenciamento ou gestão de recursos (financeiros e humanos). As maiores companhias privadas se tornam o

parâmetro de “governança eficiente”. E, ainda, tornam-se as financiadoras das campanhas de candidatos políticos e as investidoras nos projetos que cada Estado tenta desenvolver para alcançar certo “grau de eficiência socioeconómica” a que se propuseram. Esse processo, de modo bastante explícito no ocidente – mas também perceptível no oriente – redonda naquela refeudalização do sistema político: os *senhores* são as grandes empresas e os grandes especuladores/grandes fundos de investimento do capital financeiro internacional, enquanto os *vassallos* são os próprios Estados. Uma ironia histórica, aliás, a de que o surgimento dos Estados-Nações tenha sido tão burguês, liberal e globalizador quanto este seu final – e que o feudalismo tenha sido seu ponto de partida e seja, agora, o de chegada.

A persistir a ideia-força capitalista do *crescimento*, do *progresso* e do *desenvolvimento*, apenas no lado económico, sem correspondentes incrementos sociais, é possível afirmar que se implantou um “Estado de mercado” como substituto do “Estado de Direito” (LOUÇÃ e MORTÁGUA, 2012).

Em suma, esses diferentes processos de rentismo, de extrativismo, de estímulo ao consumo e à distração, de sofisticação tecnológica e de intervenção no âmbito político-eleitoral que as corporações do século XXI põem em marcha tornam as sociedades contemporâneas obscenamente injustas. Tal como aos senhores feudais, a lei não se aplica a multibilionários, que compraram metade do tráfego *online* e, a partir do Vale do Silício, determinam as narrativas que tendem a influenciar as políticas públicas mundo afora (DEAN, 2022). O resto da sociedade é serviçal, com categorias distintas – entre autonomizados, proletarizados e precarizados – mas todas dependentes das abstrações algorítmicas das plataformas que fazem as mediações das nossas vidas cotidianas (*ibidem*). O sistema económico e financeiro, com seus colapsos cíclicos, desmobiliza qualquer possível bem-estar social, desmantela as últimas salvaguardas do mercado de trabalho, determina políticas de austeridade e de ajuste estrutural aos países: tudo a deixar as populações lançadas à própria sorte, sem emprego, sem assistência e sem previdência social.

Uma atmosfera inóspita a qualquer possibilidade de democracia digna desse nome. As oligarquias do século XXI, portanto, assim como suas congéneres do XVIII, são arquirrivais da democracia.

De tudo, ao menos duas conclusões sobressaem: i) face às *matrizes comunicativas anónimas* – os interesses privados ‘fortes’ que sobrepõem interesses privados ‘fracos’, interesses comuns, interesses difusos e interesses coletivos – há uma necessidade urgente e concreta de (re)estruturar o poder em nível mundial; e ii) as Constituições estatais não atendem às novas necessidades dos países nem das suas cidadanias em cenários supra (e trans) nacionais.

A oligarquização atual dos núcleos mundiais de poder é sem precedentes, tendo em conta a atuação em rede desses poucos detentores de influência. As tecnologias do novo século trouxeram uma interconexão e uma interlocução dos grupos de poder que os fortaleceu ainda mais. A ascensão de oligarquias e plutocracias empresariais, socioculturais, religiosas, militares, *etc.* significa a derrocada dos pilares democráticos dos Estados Constitucionais – sobretudo por fazer ruir a *isonomia política*, junto com as liberdades de expressão, de pensamento e, mesmo, de empreendimento ou iniciativa (ROTHKOPF, 2008; STIGLITZ, 2013; PIKETTY, 2014).

Esse é um desafio antigo, porém com outra roupagem, com que tem de lidar a democracia neste século. Um outro desafio, específico dos dias contemporâneos, apresenta-se como um articulado entre o “discurso do medo e da segurança” (BAUMAN, 2008), as extremas desigualdades (económicas, políticas, educacionais, sociais, *etc.*) que vigoram entre países e entre indivíduos (PIKETTY, 2015) e, ainda, bloqueios estruturados contra as narrativas de *fraternidade* ou de *solidariedade*. Essa gama de processos simultâneos e que continuam a se agravar, por razões delicadas, podem ser reconduzidos, na maioria das vezes, às iniciativas daqueles grupos oligárquicos e plutocráticos (a nova aristocracia global e em rede).

Esses processos, gradualmente, desmancham o lema *iluminista* de “liberdade, igualdade e fraternidade” – e, desta vez, numa dimensão mundial. Nesse aspeto, um aprofundamento da *democracia* e do *constitucionalismo* poderia indicar o quanto o projeto da Modernidade *iluminista* (humanista) continua por cumprir, não sendo necessário abandoná-lo ou decretá-lo superado (HABERMAS, 2002).

Esse panorama evidencia que a tarefa de controlar e de organizar o poder é, ainda, imprescindível. E, para além disso, demonstra o quanto essa missão dos textos constitucionais, na contemporaneidade, somente pode ser levada à prática, de modo

adequado (considerando a força de seus novos adversários), ao lograr uma conexão trans-escalar. Nesse sentido, a relevância e a urgência de conceitos como os de *constitucionalismo global* (CANOTILHO, 2006; PETERS, 2009) e de *transdemocracismo* (BECK, 2013) apontam que, nem de longe, houve esgarçamento dos ideais do *constitucionalismo* e da *democracia*. Ao contrário, a história desses ideais, como que ciclicamente, recomeçou.

Sob as condições de uma realidade tomada por oligarquias, previsivelmente, os “muitos” (DIAS e NEVES, 2011) – organizações, entidades, cidadãos, *etc.* – que sentem os efeitos desse rompimento do *contrato social* terminam por se indignar e criar mecanismos de visibilidade política e de tradução para suas demandas. Diante da imensa força daquelas plutocracias, da fragilidade (ou, em alguns casos, do imobilismo) das Constituições e das classes políticas nacionais para desafiar as novas bases de poder – dentro, fora, contra e além dos Estados – e, claro, face à dimensão (planetária) dos problemas da humanidade, nada menos que uma energia ou um fenômeno político global representaria algum horizonte.

7.1.2 A “indignação global” de um “povo global”

Para fazer frente a essa oligarquização da cena contemporânea das democracias ocidentais, seria possível afirmar que o século XXI consolida uma nova espécie ético-política e, mesmo, jurídica: o princípio da “indignação global”. Uma norma assim ou, antes, um valor assim, provavelmente, tenha função importante em qualquer sistema político, jurídico, econômico ou ético-moral do mundo nesta fase da Modernidade, porque conduz à noção de que as “instituições” foram (e são) criadas para *dignificar* a vida – e a vida humana, em primeiro plano.

A “indignação” é a potência que impõe limites ao desprezo sistemático pelas condições de vida no planeta (especialmente, como se disse, da própria vida humana). Os protestos e movimentos sociais da atualidade, como o *Occupy*, elevaram a “indignação” ao patamar de valor ético essencial. Uma força a não permitir a desconstrução metódica de todas as instituições que os últimos duzentos e trinta anos das sociedades ocidentais idealizaram, seja no campo político, econômico ou jurídico. A

“indignação”, portanto, seria um princípio que, por um lado, alerta para o descumprimento de outros princípios e regras fundamentais das ordens jurídicas e, por outro lado, convoca à ação, à mobilização contra esse descumprimento.

É nesse caminho que o adjetivo “global” ganha duplo significado. A “indignação” que constrói redes pelo mundo, denunciando em hiperescala o desrespeito à *democracia* e ao *constitucionalismo*, seria “global” na extensão. É dizer, repercute, de modo transversal, em diversos países/nações/Estados. A “indignação” que reúne o descontentamento de vários indivíduos e grupos sociais contra os inúmeros fatores que impedem a dignidade socioeconômica, jurídica e política de se materializar, seria “global” em sua profundidade. É dizer, repercute, num mesmo país/nação/Estado, em todos os seus sistemas sociais, ao mesmo tempo – portanto, afeta a globalidade das suas esferas de interesses.

A “indignação global”, nesta altura, funciona como um meta-código, uma narrativa com eficácia suficiente para contribuir na recodificação – ou na descodificação até – das lógicas (econômicas, políticas, sociais, jurídicas, científicas, militares, culturais, educacionais, etc.) hegemônicas nos sistemas sociais do presente, quando deslizam para o arbítrio e para a desvalorização do mundo da vida. Como esses sistemas se globalizaram, o meta-código que procura combater a perversão de suas lógicas termina por ser global também.

Isto é, os milhões de cidadãs, de cidadãos e de grupos sociais que se conetam a protestos transnacionais demonstram, neste século, pelo menos três coisas: i) existe – ou está prestes a existir – algo que se possa chamar de *cidadania cosmopolita* (cidadãs e cidadãos que, independentemente de fronteiras geopolíticas, preocupam-se com um destino comum); ii) essa *cidadania cosmopolita*, a partir da “indignação”, mobiliza-se para tomar decisões com efeitos em toda a humanidade (articula, portanto, a gramática de uma “democracia global”); e enfim, iii) essa *cidadania cosmopolita* começara a compreender sua tarefa no controle e na redistribuição do poder no mundo (na construção, portanto, de um *constitucionalismo global*).

Nessa conjuntura, ao fato de que haveria um Estado e um capitalismo financeiro “desterritorializados”, não se deve concluir que a *democracia* e o *constitucionalismo* acabaram (ŽIŽEK, 2012). Bem ao contrário. O Estado pode ser

estimulado – através de inúmeros movimentos de *resistência* – a uma democracia *desterritorializada*, uma “soberania em rede”, uma cidadania transnacional, um pluralismo de Direitos globais e uma política *omnicomprensiva*, em que todas as relações humano-humano e humano-*biosfera* sejam levadas em consideração, a par de uma ética de responsabilidade, solidariedade e cuidado (BERNARDO, 2001; BOFF, 2009).

Os movimentos contra-hegemônicos e globais deste século demonstraram que inúmeros aprendizados morais, sociais, econômicos, epistemológicos, científicos, políticos, *etc.*, estão a se consolidar e, não tarda, os contextos de crise demandarão às sociedades ocidentais que conservem o que construíram de melhor (num sentido humanista e emancipador), mas, especialmente, que possam se desfazer de suas notas absolutistas (e subalternizadoras) da existência e, enfim, consigam reconstruir suas democracias sob paradigmas que protejam toda a *comunidade de vida* (BOFF, 2012) em vez de proteger algumas faces de determinado sistema econômico-financeiro.

A “indignação global” parece um vetor em construção nesse sentido. E o mais interessante é que procura abrigo nas teorias da *democracia* e do *constitucionalismo*, para se desenvolver.

É perceptível que tanto as ações políticas institucionalizadas ou ‘burocráticas’ (as dos Estados e de organismos multilaterais, feito a União Europeia) quanto as ações políticas ‘espontâneas’ (não profissionais ou não técnicas, como a de muitos protestos e movimentos sociais) passaram a compreender os desajustes das sociedades do presente como *problemas globais*, como problemas relacionados entre si (SOLANA e INNERARITY, 2013). Restariam, hoje, poucos problemas característicos de um determinado território, de uma determinada nação ou, enfim, de um determinado Estado – e mesmo essas peculiaridades poderiam ser equacionadas em conjunto com outros territórios, outras nações ou outros Estados (HARARI, 2020). Logo, o desafio que põe em causa as ideias – e as práticas – de *democracia* e de *constitucionalismo*, neste momento, é o da hipercomplexidade de um mundo globalizado, em que, muito provavelmente, apenas haverá sentido útil àqueles dois fenômenos modernos à medida em que também se globalizem (HOFFE, 2005).

O conceito de um *constitucionalismo global* ganhara muito significado, como é óbvio, a partir da experiência da União Europeia (POIARES MADURO, 2006; SILVEIRA,

2012; QUEIROZ, 2013). Mas sua consolidação depende do quanto seria possível afirmar, já agora, a existência de contribuições de uma *cidadania cosmopolita*.

A aparição de uma *cidadania cosmopolita* pode ser entendida como resultado, entre outros fatores, de “protestos globais”, a exemplo do OWS. Essa espécie novíssima de movimento social marcaria uma forma de estabelecimento de diálogos e de tensões entre os Estados, as sociedades civis nacionais, a ‘sociedade civil mundial’ e inúmeros atores e interesses transnacionais (inclusive daqueles grupos oligárquicos e plutocráticos). No dizer de James Tully²²⁶, houve uma crise da cidadania global (*crisis of global citizenship*) visto que os cidadãos ficaram inábeis para exercitar, efetivamente, suas capacidades/responsabilidades cívicas em resposta aos quatro maiores problemas globais, que seriam: 1) a crise ecológica e de mudança climática; 2) os problemas imperativos da “desigualdade”, da exploração e da pobreza, especialmente no Sul Global; 3) o problema das guerras e da militarização globais e; 4) o problema da desconfiança e do desrespeito em relação a diferentes populações e diferentes formas de civilização.

Num panorama geral, não é difícil perceber que os sistemas tradicionais de canalização e de tradução da contestação política, inscritos nas Constituições dos Estados, feito os “partidos políticos”, diminuíram a sua relevância, seja pelo descrédito causado pelos inúmeros episódios de corrupção de seus quadros (AVRITZER, 2008), seja pela ineficiência em mobilizar a cidadania para causas que ultrapassassem as fronteiras nacionais (NAIM, 2013).

Com essa dificuldade intrínseca, de acordo com algumas pistas sociológicas, filosóficas e políticas, parte da energia cidadã foi transportada para “protestos globais”, que, a partir do princípio de “indignação global”, aceleram o processo de mundialização do *constitucionalismo* e da *democracia* no século XXI. Noutras palavras, reforçam a noção de que o *constitucionalismo* deve ser *transnacional*, no presente, sob pena de, aos poucos, não cumprir sua tarefa de controlar e de organizar o poder nos Estados, entre os Estados, contra os Estados e fora deles. E a *democracia* deve ser *transnacional* porque os contextos das decisões políticas mais delicadas e prementes às sociedades

²²⁶ TULLY, James. **The Crises of Global Citizenship**. In: *Radical Politics Today*, julho de 2009. Revista publicada em www.spaceofdemocracy.org. Acesso: 24.5.2014.

hipermodernas se desenham entre diversos blocos de países e a par de diferentes discursos, saberes e poderes articulados por indivíduos e por grupos de vários países, ao mesmo tempo.

É possível, mesmo, um olhar sobre esses “protestos globais” enquanto um novo arranjo de *Poder Constituinte global*. Afinal, aquelas manifestações hiperescalares e multissetoriais buscam, em síntese, mobilizar determinadas hermenêuticas políticas, jurídicas, sociais, económicas, culturais, religiosas, *etc.* – uma tarefa, seja qual for a direção ou o resultado, *constituente*, no sentido mais profundo do termo.

No espaço e no tempo em que se prolongam, os “protestos globais” geram *vulnerabilidade* (abrem um instante de questionamento dos paradigmas sistémicos vigentes), *críticidade* (agregam posicionamentos contrários e favoráveis àqueles paradigmas, na sequência de intensos debates sociais, através dos diferentes meios de comunicação) e, enfim, *racionalidades alternativas* (obtem consensos – ainda que, na maioria das vezes, parciais e bastante limitados – quanto à inauguração de sentidos políticos, económicos, culturais, *etc.* distintos dos sedimentados nos sistemas sociais dominantes).

Em outros termos, os “protestos globais” guardariam as características de um Poder Constituinte (a aptidão de recriar os fundamentos das normas sociais e jurídicas), embora com sensíveis adaptações ao século XXI. Nem seria uma capacidade “revolucionária” (não advém de uma tomada de Poder por um qualquer indivíduo ou grupo), nem seria “originária”, “autónoma” ou “incondicionada” (porque leva em conta os textos constitucionais dos Estados, os princípios de Direitos Humanos e os acordos internacionais já consagrados, além de patentes restrições económicas, e de outra ordem, que, quase sempre, se impõem).

De qualquer sorte, essas mobilizações multissetoriais e multiterritoriais conseguem, gradualmente, antecipar uma globalização das Constituições nacionais, ou, de outro lado, disseminar a perceção de que uma Constituição global ou um organismo governativo global não estariam longes da realidade deste século (FERREIRA DA CUNHA, 2010). Igualmente, esses protestos e movimentos sociais transnacionais avançam preocupações e pautas que reúnem cidadãos de vários países, refletindo conflitos e

necessidades comuns à humanidade – um êxito que os sistemas políticos locais, agora, dificilmente logram²²⁷.

A soma desses vestígios, filosóficos, sociológicos e jurídicos, é que autoriza a hipótese de que manifestações políticas contemporâneas, como o *Occupy Wall Street* (2011-) ou as *marchas mundiais contra as mudanças climáticas* (2014) e *pela paz e pela não-violência* (2014-2015), entre centenas de outros exemplos, estruturam um “Poder Constituinte difuso²²⁸ e transnacional”, uma capacidade de sensibilizar a interpretação das Constituições estatais e nacionais rumo a novas soluções para novos problemas. Esses movimentos globais formariam, em seu conjunto, uma potência de mutação das racionalidades dos sistemas sociais (os sistemas político, económico, científico, religioso, moral, educacional, artístico, cultural, militar, *etc.*), resistindo, em particular, à vaga de oligarquização/plutocratização do poder em todo o globo.

Essas mobilizações revelariam, no presente, as duas faces primordiais do fenómeno constituinte: a capacidade sociopolítica de determinar novos rumos às sociedades e o vigor sociopolítico de representar um freio contra o poder sem medida.

Sob esse segundo aspecto, interessa notar o quanto aquelas mobilizações, em geral, sem uma liderança ou uma coordenação centralizada e forte (portanto, com marcadas influências neoanarquistas), improvisaram uma maneira – até aqui, surpreendentemente eficaz – de combater a desigualdade de poder, de distribuição de renda e de recursos naturais. Na essência, a ideologia oligárquica que se espalhou e que se intensificou pelo mundo (no decorrer do século XX) estaria, hoje, muito próxima daquela que assinalava o *Antigo Regime* em França ou outras nações europeias antes da “Revolução de 1789”. Com outras abordagens, mas resultados semelhantes, uma rede de agentes e de matrizes comunicativas, neste século, parece atuar política,

²²⁷ A integração da União Europeia e seus multiníveis, notadamente no âmbito jurídico e político, excepciona essa afirmação, tendo em conta que os sistemas políticos locais se tornaram bastante entrelaçados uns aos outros, nos últimos vinte anos.

²²⁸ Segundo a noção de Georges Burdeau (Tratado de Ciência Política, vol. 4, Cidade do México: UNAM, 1985): “Se o poder constituinte é um poder que faz ou transforma as constituições, deve-se admitir que sua atuação não se limita às modalidades juridicamente disciplinadas de seu exercício. (...) Há uma exercício quotidiano do poder constituinte que, embora não esteja previsto pelos mecanismos constitucionais ou pelos sismógrafos das revoluções, nem por isso é menos real. (...) Parece-me, de todo o modo, que **a ciência política deve mencionar a existência desse poder constituinte difuso, que não é consagrado em nenhum procedimento, mas sem o qual, no entanto, a constituição oficial e visível não teria outro sabor que o dos registros de arquivos**”.

económica e culturalmente, a fim de sobrerrepresentar seus interesses (os de uma mínima parcela da população mundial) enquanto deixam ausentes das considerações políticas relevantes (subrepresentam) a maioria dos cidadãos, negócios e interesses.

Aqueles novos “movimentos” e as teorias que lhes retaguardam, numa certa feição, revolucionam as próprias bases dos sistemas sociais, ao enfatizar uma globalização e um pluralismo calcados na *participatividade* transnacional – uma globalização cujo saldo é mais “autoridade partilhada” (mais poder, num sentido forte) e não, como a globalização económico-financeira *top-down*, que resulta num declínio dos Estados em prol da expansão de interesses privados ‘fortes’ (uma equação, portanto, de mais força e menos poder).

Este primeiro quartel de século poderia traduzir o começo de uma mundialização mais politizada, a partir das discussões trazidas pelos “protestos globais”. Uma mundialização que não necessariamente abandonaria a figura do Estado Constitucional, mas a reposicionaria como uma das articuladoras da ação política, num nível nacional e internacional. Elevaria a condição estatal a de governo cooperativo (INNERARITY, 2005), que estimula éticas de solidariedade, de cuidado e de responsabilidade, intermediando debates e soluções políticas, em nível transnacional inclusive. Em suma: um governo que *compartilha autoridade*, um “Estado fábrica de ideias” (*Brainstore State*).

No próximo tópico, discute-se como as imaginações políticas e as tais racionalidades alternativas que derivam daqueles “protestos globais” poderiam, aos poucos, reciclar as instituições existentes e criar outras, na direção de redistribuir renda, recursos naturais e poder – desafiariam, portanto, uma reciclagem do *constitucionalismo* e da *democracia* para os tempos atuais.

7.2 O debate constitucional resiste

As teorias clássicas sobre o Poder Constituinte, de Emmanuel Joseph Sieyès a Carl Schmitt, indicam-no como manifestação pontual: uma expressão de vontade sociopolítica (ou, depois, jurídica) que tem lugar durante uma revolução, uma guerra,

uma transformação social drástica ou uma qualquer tomada de poder. De toda forma, o Poder Constituinte seria uma força *excepcional* – e não *normal* – das sociedades.

Essa compreensão, de alguma maneira, pressupunha três instantes distintos, para que um Poder Constituinte viesse à tona. Um momento de abalo da ordem estabelecida e, na sequência, a queda (simbólica e material) dessa ordem; depois, um instante de “vácuo de poder”, temporário, em que indivíduos ou grupos sociais – opositores/revolucionários/inimigos – disputassem a autoridade de compor uma nova ordem; e, finalmente, um instante de construção de uma nova ordem, quando a potência constituinte arranjaría outra institucionalidade, outros poderes constituídos.

Nesse sentido, as teorias clássicas, de um modo ou de outro, presumiam a “vacância de uma sede de Poder” – e o Estado, inegavelmente, era a sede de poder imaginada ali. Noutras palavras, haveria um episódio, simbólico ou fático, que passaria à História como marcante da “tomada de poder” por parte daqueles que convocariam o Poder Constituinte.

Toda essa elaboração sobre o fenómeno constituinte, no entanto, desenvolveu-se a partir da Modernidade: isso significa que suas premissas e suas problematizações gravitam em torno do “Estado-Nação”, da distinção entre *sociedade civil* e *sociedade política*, da “territorialidade do governo”, da “democracia nacional”, da “soberania nacional” ou “estatal” ou “do povo” e de outras figuras ético-políticas que, sem a menor dúvida, entre fins do século XVII e meados do século XX, dominaram as ciências humanas (a Sociologia, o Direito, a Ciência e a Filosofia Políticas, em particular) e as práticas modernas de poder.

Contudo, desde os últimos vinte e cinco do século XX até estas primeiras décadas do século XXI, a cena sociopolítica e económica se transformara e deslocara o sentido daquelas expressões (“Estado”, “soberania”, “território”, “povo”, “governo”, etc.) na mesma velocidade dos fluxos mais recentes do processo globalizatório²²⁹.

²²⁹ Peter Slöterdijk relembra que “globalização” não representa, de forma alguma, qualquer novidade. Muito ao contrário. A paleoantropologia comprova que, há milênios, a humanidade se desloca em busca de melhores condições de existência e, no encontro com outros humanos (ou comunidades humanas), nasceu algo como uma “paleopolítica”. As “grandes navegações” dos séculos XV e XVI também foram movimentos globalizatórios, frutos de uma “megalopolítica”, no dizer de Slöterdijk, um desejo de

Às sociedades capitalistas hipercomplexas da atualidade, a noção de Poder Constituinte fruto de uma “revolução”, por exemplo, é estranha. Determinados consensos “globais” – feito o *neoliberalismo*, no sistema económico dos países ocidentais e de vários países orientais²³⁰ – desprezam a hipótese de uma “revolução” (ainda mais, daquela “revolução construída pela classe trabalhadora” prevista nas narrativas socialistas e comunistas). Mesmo que, num certo sentido, existam profundas mudanças sociais, económicas e políticas, conflitos armados entre governistas e oposicionistas, até breves instantes de “vacância de Poder” – como se assistiu na Ucrânia (entre 2013 e 2014) – esses acontecimentos terminam por não redundar, necessariamente, numa transformação constitucional (num novo texto de Constituição) ou numa nova institucionalidade.

Os últimos quarenta anos, para a Europa e para a América do Norte, ou os últimos vinte e cinco anos, para a América Central e do Sul, consolidaram algumas visões ideológicas que indicam o futuro como grande extensão – ou como versão melhorada – do presente. Não existe um horizonte alternativo à “democracia representativa liberal” e ao “capitalismo financeiro”, de acordo com as narrativas hegemónicas nos sistemas sociais da Modernidade tardia (AVELÃS NUNES, 2012). Num cenário desses, a Teoria do Poder Constituinte necessita de uma sensível revisão conceitual. Aliás, mesmo que não existissem todos os “movimentos sociais” globais – que não compartilham essa visão de futuro como grande repetição do presente (ou um presente apenas melhorado) – os parâmetros do constitucionalismo clássico já exigiriam uma revisão. Mas como aquelas mobilizações estão, cada vez mais, na ordem do dia, nos países ocidentais, é preciso transformar, profundamente, o *constitucionalismo*.

expansão do mundo conhecido e dominável. Neste último século, a mais recente “globalização” seria impulsionada por uma “hiperpolítica”, uma política baseada no movimento acelerado, no efêmero, uma “cinética política”. Cf. SLÖTERDIJK, Peter. **No mesmo barco. Ensaio sobre a hiperpolítica**. Lisboa: Edições Século XXI, 1996.

²³⁰ China, Hong Kong, Singapura, Japão e Coreia do Sul, cada qual a seu modo, são grandes representantes do *neoliberalismo* no mundo oriental.

7.2.1 Uma transformação no constitucionalismo

A velha dicotomia *sociedade política* e *sociedade civil*, baliza de muitas teorias constitucionais clássicas, gradualmente se perde. Ao menos desde o século XIX, a participação intensa de grupos empresariais e profissionais nas decisões do Estado (não apenas a eleger representantes), gera uma espécie de “sociologização da política”, uma aproximação entre o Estado – enquanto *sociedade política* por excelência – e os indivíduos e grupos sociais que apresentam demandas ao Estado – na condição de *sociedade civil*.

O século XXI intensifica esse processo de aproximação, através da tecnologia das redes sociais e da instantaneidade dos fluxos de informações e de parcerias entre entidades públicas e privadas. Há toda uma mescla administrativa e gerencial, neste nível, que torna difícil separar aquilo que seria um serviço, uma prestação ou um interesse ‘público’ e o que seria um serviço, uma prestação ou um interesse eminentemente ‘privado’.

Além disso, parece indubitável hoje, na teoria e na prática, assistir-se a uma releitura da “soberania estatal” ou, mesmo, a uma “crise da soberania” – uma fórmula teórica que criara o Estado Moderno e revelara alguma estabilidade por mais de duzentos anos. Neste século, por, pelo menos, quatro frentes, essa referência da Teoria do Poder Constituinte parece em declínio.

A primeira frente diz respeito a um *défice de democracia* (a participação, elemento fundante e garantidor do Estado constitucional [do Estado democrático de Direito] se tornara, em muitos países e em muitas situações, coreográfica, mero instante legitimador das eleições). A segunda diz respeito a um *défice de autonomia*: o sistema político, ante a influência dos maiores interesses privados, começa a perder a autoridade na distribuição dos valores e dos códigos sociais (algo como uma captura, por determinados interesses privados, daqueles momentos que, idealmente, tenderiam à construção do *bem comum* [ou do ‘interesse público’]). A terceira diz respeito a um *défice organizativo* das funções do Estado (a hipercomplexidade social e económica não permite ações eficazes para debelar todos os problemas e, num movimento cíclico, o Estado escolhe somente alguns problemas em que pode atuar, perdendo legitimidade).

A quarta, por fim, diz respeito a inúmeros *conflitos de identidade* (via de regra, quando há uma pluralidade de nações num mesmo Estado têm lugar disputas pela independência de certas zonas em que uma nação ou outra se concentrem mais).

Outro parâmetro das teorias clássicas do constitucionalismo que, no mundo contemporâneo, mostra-se extremamente problemático é o do “território”. O ocaso da ideia de “soberania estatal” e a constatada irreversibilidade das várias dinâmicas globalizatórias desafiam a noção rígida de “territorialidade”, herdada dos séculos XVII, XVIII e XIX. Um paradigma de *mobilidades* (URRY, 2007) sociais, económicas, políticas, científicas, culturais, energéticas, religiosas, etc. põe em causa a definição de “território” (assim, no singular)²³¹. A imensa movimentação de imagens, de pessoas, de informações ou de recursos, engendrada pela Modernidade tardia, supõe passagens entre “territórios” (no plural). Na gramática das “mobilidades” e da “liquidez” (BAUMAN, 2001), típica do estágio atual da Modernidade, seria possível afirmar que o comando de determinado território por um governo se mostra uma abstração não mais comportada pelos sistemas sociais. O “território” ficara profundamente heterogêneo: no âmbito interno, passara a se constituir de uma série de estímulos vindos de outros “territórios” (aquilo que Boaventura de Sousa Santos denominaria *globalismos localizados*); no âmbito externo, cada “território” passara a influenciar a constituição de novos “territórios” ou a transformação de velhos “territórios” (*localismos globalizados*, na expressão de Boaventura de Sousa Santos).

A noção de “povo” é outra que se altera, substancialmente, nestas décadas. Há tempos que diversas teorias sociais perceberam que “povo” seria uma daquelas figuras aperigráficas por excelência, ou seja, que nunca se deixarão circunscrever ou conceituar de maneira precisa. Porém, hoje, com mais razão, a vagueza paira sobre qualquer significado para o termo. Na interessante observação de Giorgio Agamben (2015, pp. 35-40), desde a etimologia, o termo “povo” evidencia uma tensão entre a unidade de uma comunidade política – o *Povo*, enquanto símbolo de totalidade – e, de outro lado, aqueles despossuídos, aqueles marginalizados dessa mesma comunidade – o *povo*, enquanto símbolo de pobreza. Segundo Agamben, a diferença fundamental entre a

²³¹ John Urry alerta para um novo paradigma às ciências sociais, o das “mobilidades”. O estágio atual da Modernidade se definiria, essencialmente, pela “mobilização” – pelo movimento – de símbolos, de recursos, de indivíduos etc. Cf. URRY, John. **Mobilities**. 1ª ed. Londres: Wiley, 2007.

“elite política” e os “excluídos”, antes nítida, por exemplo, na Roma Antiga (*populus x plebs*) ou na Grécia Antiga (*demos x oculos*), perdeu-se nas teorias e nas práticas políticas da Modernidade. A Modernidade política se converteu na área aberta desse conflito, em que os jogos de inclusão e de exclusão do *povo* no *Povo* passaram a traduzir um menor ou um maior alcance da democracia.

Afora essa substância mais filosófica, a própria noção de “povo” enquanto conjunto de cidadãos de determinado Estado, com direitos e deveres garantidos e exigidos por um governo e uma ordem jurídica²³², fora estremecida. A complexidade da situação de milhares de refugiados (por guerras ou catástrofes naturais), de imigrantes, de apátridas, de polipátridas, de nações sem Estados correspondentes, de Estados plurinacionais, etc. fez com que não se pudesse mais enquadrar boa parte da “sociedade mundial” naquela definição básica de “povo”.

Por fim, a imagem de um “governo” como autoridade máxima de certa unidade política, com força para ditar regras e fiscalizar sua observância, também se modificara, a partir do final do século XX e início de século XXI. Desvanece a metáfora de uma “autoridade centralizada”: inúmeras outras entidades passam a emitir regras específicas, dentro do mesmo território, mas, especialmente, outras entidades, vindas de outros territórios, começam a concorrer com o mando central. Os processos globalizatórios, assim, transformam o exercício do “governo” na condução da “governança”. Noutras palavras, os órgãos de soberania dos Estados se tornam atores a coordenar um tabuleiro em que diversas forças se confrontam na formulação e no cumprimento de políticas de desenvolvimento de territórios e de populações. O “governo”, no sentido das teorias constitucionais e democráticas dos séculos anteriores, torna-se um emaranhado de agentes imbuídos da liderança de políticas públicas (que, invariavelmente, incluem, de modo direto ou indireto, investimentos privados também).

De sorte que não foram cosméticas ou meramente acadêmicas as mudanças levadas a efeito pela globalização dos sistemas sociais no *constitucionalismo* – o rumo de todos os seus fundamentos (como o “Estado”, a “soberania”, o “território”, o “povo”,

²³² Uma ideia análoga ao clássico conceito de cidadania de Thomas Humphrey Marshall. Ver MARSHALL, T. H. *Citizenship and social class*. In MARSHALL, T. H. e BOTTOMORE, Tom. **Citizenship and social class**. Londres: Pluto Press, 1992 [1949-1950].

o “governo” e assim por diante) se modificou. A gramática mesma do *constitucionalismo* precisa, então, ser repensada.

7.2.2 Um constitucionalismo democrático em patamar mundial?

O complexo tabuleiro político deste século, marcado pela intensa globalização, não permite futurologias. Assim, uma pergunta – e não um veredito – pode guiar as investigações e as argumentações relativas às pressões hermenêuticas, filosóficas, sociológicas e, mesmo, económico-financeiras, em direção a um *constitucionalismo democrático* em patamar mundial. Naquilo que interessa aqui, indagamos no que os protestos e movimentos sociais de hiperescala, como o *Occupy Wall Street*, poderão interferir – bastante pragmaticamente – no funcionamento dos Estados atuais, tornando o próprio Estado um ‘novíssimo movimento social’ (SANTOS, 2010)²³³. Por óbvio, não se desmerecem, aqui, as influências mais “técnico-burocráticas” ou mais “institucionalizadas” que estão nesse terreno: desde a Organização das Nações Unidas, passando pelas diplomacias de cada Estado, a União Europeia até à União Internacional dos Magistrados ou à Associação Internacional de Advogados, entre milhares de outras entidades. Esses organismos todos, há décadas, formam a seiva das relações internacionais e fizeram com que as teorias e as práticas do *constitucionalismo* e da *democracia* se movessem a sentidos mais emancipatórios. Disso não há dúvida.

No entanto, parece interessante, no mapa dos sistemas sociais contemporâneos, avaliar, também, o papel de mobilizações de discursos que contam uma menor – ou uma mais dispersa – institucionalização. A massa crítica e a magnitude desses novos atores não poderiam ser desprezadas por uma tentativa séria de examinar as transformações do *constitucionalismo* e da *democracia* neste século.

Como se adiantou, “protestos globais” (como o *Occupy* e *Los Indignados*, por exemplo) se valem das narrativas teóricas do *constitucionalismo* – a defesa dos “direitos fundamentais” – para abrir caminhos às suas reivindicações específicas. Aliás, dividem

²³³ Sobre o tema, ver, ainda, disponível na *internet*, SANTOS, Boaventura de Sousa. **A reinvenção solidária e participativa do Estado**. <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/26171-26173-1-PB.pdf>.

suas narrativas por uma necessidade prática. Primeiro, tematizam uma discussão amplíssima, depois, quando possível, alguma(s) mais peculiar(es). Isso porque na defesa de direitos, protagonizam, quase sempre, embates contra um evanescente e incomensurável *Poder Destituente* (ROMEO, 2014) de “matrizes comunicativas anónimas” (TEUBNER, 2006). Noutras palavras, não teriam esses protestos e movimentos um inimigo concretamente situado, um agente económico, político, social, cultural, jurídico, religioso, científico, militar, etc. contra o qual reivindicar. Em última análise, é contra toda a profusão de discursos e de influências institucionais e não-institucionais, nacionais ou transnacionais, que se dirigem.

Essa espécie de combate “contra todo o sistema tal como se organiza” não é novidade. O *constitucionalismo*, no século XVIII, nasceu assim. Uma tentativa de estabelecer limites a poderes que se autoproclamaram “absolutos”, em certo momento histórico, e que não estavam encarnados, apenas, na figura do Rei. Todo o sistema, em sua estruturação oligárquica e plutocrática, precisava de uma reformulação, ou seja, qualquer pequena mudança faria pouca ou nenhuma diferença. Aquela ocasião, entretanto, parece extremamente distante daquilo que se pode realizar hoje. Basta lembrar o quanto as ondas de globalização transformaram o mundo nos últimos duzentos anos.

O *constitucionalismo* do século XXI se realizaria muito mais a partir de *fissuras* (HOLLOWAY, 2013) contra os *Poderes Destituentes*, associando resistências e energias que pareçam confusas e espalhadas, à primeira vista, em torno de um mesmo objetivo: compor um *Poder Constituinte* de novo tipo, agora transnacional, e *que promove mudanças nas interpretações dos textos constitucionais e dos princípios internacionais*, não emendas ou modificações formais (na redação oficial desses diplomas). Um *Poder Constituinte*, assim, que renovaria os costumes e os alicerces constitucionais mais que as cartas constitucionais em si, através de manifestações políticas de alta intensidade e trans-escalares (“protestos globais”).

Além disso, a “indignação global” – conduzida por aqueles protestos mundializados – exerceria um estresse evolucionário no campo da democracia, também. Não apenas no constitucionalismo. O que se poderia sintetizar a partir de dois vetores básicos: (i) os protestos relembriam a necessária preocupação ética que as

legislações estatais e internacionais devem consubstanciar (o que força uma gradual diminuição da corrupção, uma diminuição do *lobby* de interesses privados ‘fortes’ e um aumento da responsabilidade dos corpos parlamentares e das instituições estatais, como um todo) e (ii) reforçariam o trabalho de Organizações Não-Governamentais (ONGs) e outras associações de interesse público, como o *Greenpeace*, o *WWF*, a *Comunidade Avaaz*²³⁴, *etc.*, que, de alguma maneira, substituem o poder de agremiação antes exercido, quase que exclusivamente, pelos partidos políticos e pelos sindicatos, nas sociedades nacionais.

Noutros termos, os “protestos globais” empurram os limites dos Estados de Direito democráticos contemporâneos (especialmente nos países centrais do capitalismo ocidental), desde seus núcleos, ou seja, desde as próprias ideias de *democracia* e de *Estado de Direito*. A montante, através dos choques de intensidade, de urgência e de relevância dos debates motivados pelas mobilizações, que constroem os desvios de ação dos Estados e das legislações que deles emanam (por certo intervalo, ao menos). Contribuem os protestos, nesse senso, ao funcionamento dos componentes do Estado de Direito. E, a jusante, propiciam a criação de uma *esfera privado-pública* complexa e cuidadosa, no mínimo durante as semanas mais agudas do movimento, além de darem mostra da possibilidade de um sistema participativo de decisões sobre o destino comum da mobilização. Deixam, portanto, um ensinamento prático de que os mecanismos de democracia participativa funcionam em grandes públicos, o que poderia ser calibrado e equacionado pelos governos e pelas sociedades nacionais em instituições permanentes.

De maneira que essas mobilizações conseguem ativar, a um só tempo, as exigências do *constitucionalismo* e da *democracia*: o equilíbrio de Poderes e a proteção aos direitos fundamentais, por um lado, e os princípios da *igualdade*, da *publicidade*, da *lisura nos processos decisórios* e da *influência de todos na composição do interesse público*, por outro. Assim, paralelamente às instituições supraestatais (como a ONU, a UE, a UNASUL, *etc.*), esses “protestos globais” dilatariam a possibilidade de uma

²³⁴ Duas das organizações mais ativas na defesa do meio ambiente, em funcionamento desde as décadas de 1960 e 1970. Para mais informações, queira ver <http://www.greenpeace.org/international/en/> e <http://worldwildlife.org/>. E o movimento político com maior número de membros do planeta (cerca de 42 milhões de indivíduos), que conecta seus manifestantes através da *Internet*: <http://www.avaaz.org/>

verdadeira ação política no quadro dos Estados democráticos de Direito contemporâneos – não apenas medidas de governos a cumprir exigências de oligopólios empresariais.

É inegável que a democracia liberal, com os séculos, profissionalizou-se, investiu em técnicos e em especialistas, a tal ponto, que tornara a política *gerência*. A democracia liberal, paulatinamente, tornou a política uma espécie da economia: gestão de coisas (capitais materiais), de relações (capitais sociais), de linguagens (capitais simbólicos) e de pessoas (capitais humanos). A “resistência” que os movimentos, narrativas e racionalidades *cosmopolitas* oferecem, nesse sentido, seria um desafio dos “profanos”, na curiosa expressão de Yves Sintomer (2010), típica dos politólogos franceses. Os “profanos” são os excluídos do templo que a política (com letra minúscula) erigiu para si.

As técnicas de administrar os recursos humanos e materiais, aquilo em que se transformou a política na Modernidade tardia, são abaladas com o saber “profano” – a chegada de uma multidão de novos atores à cena democrática. A profanação, nesse sentido, é um ato eminentemente criativo: mais do que revolta em relação ao uso e ao significado que se vem dando às coisas, propõe usos novos, desativando e tornando inoperantes os usos velhos. É um ato lúdico e fora da esfera utilitarista, por revelar o prazer da política enquanto convivência (GUIDRY e SAWYER, 2003), enquanto festa no *encontro* com o *outro*.

7.2.3 Novos temas do constitucionalismo e da democracia, influenciados por “protestos globais” no século XXI

Essas resistências evidenciariam que a igualdade e a dignidade são referências incontornáveis de que todas as pessoas contam. E devem ser corresponsáveis pela existência *in concreto* umas das outras. Não há ninguém mais capaz que qualquer outra ou outro, num senso ético-político. Não há, portanto, critério para aferir que uma existência importa mais que outra. E se assim for, todas as pessoas devem ser incluídas numa nova compreensão de Estado: o Estado passa a ser um movimento social da *cidadania cosmopolita*. E uma “recontratualização social” pode ser incentivada, para

gerar linhas de ação coerentes nos Estados (que não se desdobrem em diversos Estados paralelos que os Estados heterogêneos atuais mantêm: constroem uma narrativa de que favorecem a “muitos” – a “todos” – e desenham instrumentos e estratégias para favorecer a “poucos”).

Todas essas mudanças remetem à noção de *interdemocraticidade* (SILVEIRA, 2012), bastante trabalhada no projeto de integração dos cidadãos da União Europeia. Embora num espaço-tempo e numa proporção diferentes, cumpre notar que os elementos da *interdemocraticidade* estão também no cerne dos “protestos globais”. Essas mobilizações, assim como as éticas da hospitalidade e da empatia recíproca (BERNARDO, 2001) estimulada pela União Europeia entre seus povos, despertariam “nova forma de compreender a identidade coletiva: já não mais a partir de um dado substrato histórico-cultural, mas sim a partir da partilha de entendimento possível” (SILVEIRA, 2012, p. 13): “o contexto em que tal projeto se desenvolve corresponderia a um contexto de solidariedade forjado politicamente entre cidadãos que, apesar de estranhos, sentem-se responsáveis uns pelos outros” (*ibidem*, p. 14).

Em outros termos, um *constitucionalismo democrático* para o século XXI deveria repercutir este aprendizado moral com os movimentos sociais transnacionais: somente podem reclamar legitimidade as normas jurídicas (e sociais) nas quais todos os afetados se revejam, minimamente, porque participantes nos discursos racionais que as precederam (ABBOUD, 2021). A *intercompreensão* e uma *mútua disposição cooperativa* são fundamentos inseparáveis dos “protestos globais”, tendo em conta a exponencial diversidade de participantes que combinam. A política incentivada por essas mobilizações já não opera na base de dualidades sólidas, como “direita” e “esquerda”, “progressistas” e “reacionários”, tentando atingir um consenso o mais amplo possível, abrigando dissensos razoáveis. Alguns movimentos transnacionais, como a Iniciativa *Carta da Terra*²³⁵, problematizam e divulgam, explicitamente, nesse caminho de *interdemocraticidade*, ideias de um *constitucionalismo fraternal*²³⁶ como o mais consentâneo aos novos tempos e aos novos desafios da humanidade.

²³⁵ Ver www.earthcharterinaction.org

²³⁶ A categoria do “constitucionalismo fraternal” é desenvolvida por vários autores. Queira ver DROMI, José Roberto. **La reforma constitucional: el constitucionalismo del “porvenir”**. In: *El derecho público de*

Há alguma indisposição em observar essa espécie de *constitucionalismo* numa perspectiva jurídica, porquanto, como registra Fausto Goria (2005)²³⁷, em geral, compreende-se a *fraternidade* como algo que se desenvolve espontaneamente, o que seria incompatível com o Direito, caracterizado pelo uso da coatividade. Todavia, a “participação” e uma série de mecanismos advindos da função promocional do Direito é que seriam reitores desse fluxo: uma concepção tradicional do Direito não poderia, mesmo, alcançar os significados da *solidariedade* enquanto relação objetiva travada no âmbito do *constitucionalismo*. No *constitucionalismo fraternal*, o tema da solidariedade perde, em definitivo, seu ar extrajurídico ou metajurídico, fincando a premissa da igual consideração e respeito de todos os atores sociais (igualdade na dignidade) e, dessa, uma premissa menor, de que a dignidade em aceção dinâmica se realiza intersubjetivamente, isto é, num contexto relacional²³⁸.

Nesse viés, a relação entre os sujeitos é reclamada como potencial de dignificação que somente pode ser cimentado pelo princípio da *solidariedade*, eis que conceber interdependências e interlocuções excludentes equivale a conceber dignificação incompleta da sociedade como um todo. Finalmente, o Direito exerceria sua vocação de artefato cultural regulamentador de condutas visando fazer com que as pessoas vivam com as outras e não apesar das outras²³⁹.

Os movimentos sociais de hiperescala demandam, ainda, modificações no *constitucionalismo democrático* transnacional quanto às três teorias democráticas mais discutidas na atualidade, a representativa, a deliberativa e a participativa. Uma representação mais complexa, em que ser representado passa a *atividade* e não

finales de siglo: una perspectiva iberoamericana. Madrid: Fundación BBV, 1997. No Brasil, AYRES BRITTO, Carlos. **Teoria da Constituição**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

²³⁷ *Fraternità e diritto: alcune riflessioni* (mimeo). Intervenção no Congresso patrocinado pelo Movimento *Comunhão e Direito*, vinculado ao Movimento dos *Focolares*, em Castelgandolfo/Itália, 18 de novembro de 2005. *Apud* Conferência proferida no Congresso Nacional – “Direito e Fraternidade”, promovida pelo Movimento *Comunhão e Direito*, em 26 de janeiro de 2008, no Auditório Mariápolis Ginetta, Vargem Grande Paulista/São Paulo, por Carlos Augusto Alcântara Machado.

²³⁸ Queira ver os apontamentos com o título *El fundamento de la solidaridad: La persona humana* de autoria de Gabriel Mora Restrepo, Professor Titular de *Teoria Del Derecho* da Faculdade de Direito da Universidade de *La Sabana* (Colômbia). Intervenção oral no Congresso patrocinado pelo Movimento *Comunhão e Direito*, vinculado ao Movimento dos *Focolares*, em Castelgandolfo/Itália, 18 de novembro de 2005. *Apud* Conferência proferida no Congresso Nacional – “Direito e Fraternidade”, promovida pelo Movimento *Comunhão e Direito*, em 26 de janeiro de 2008, no Auditório Mariápolis Ginetta, Vargem Grande Paulista/São Paulo, por Carlos Augusto Alcântara Machado.

²³⁹ MACHADO, Carlos Augusto Alcântara. *Idem*.

passividade. De outra banda, a “deliberação” e a “participação” seriam contempladas a partir de eventos transnacionais. Não é difícil perceber, por exemplo, que as mobilizações multissetoriais têm, no presente, o Fórum Social Mundial (FSM) como *ágora* privilegiada. Outros encontros mundiais de movimentos sociais e de constelações de resistências deverão se tornar mais comuns, daqui por diante, como o G-21 *pop*, o G-8 *pop*, o BRICS *pop*²⁴⁰, além de Parlamentos populares, discussões e votações transnacionais pela *Internet*, tentativas transnacionais de economia participativa (como o *bitcoin* e os sítios de *crowdfunding*), agências participativas transnacionais de notícias (*media* sociais e independentes, como a “mídia NINJA” [*Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação*] no Brasil, por exemplo, competindo com os *media* empresariais), agências transnacionais de *rating* social e ambiental (notação de risco social e cidadão), etc. Mais longe nessa conceção, pode-se afirmar que esses movimentos transnacionais anunciariam uma espécie de *hiperdemocracia*, termo que aparece na obra de Jacques Attali (2007), como um terceiro cenário na “história do futuro da humanidade”.

Primeiro – neste exato momento – a humanidade seria confrontada com um “hiperimpério”, um instante em que determinado pensamento único ditaria leis inexoráveis de “progresso” e de “desenvolvimento”, apoiado por duas das maiores indústrias do planeta, a de armas e a de publicidade. O segundo cenário é o de “hiperconflito”, quando pensamentos e sentimentos contrários ao *imperialismo* começam a desestruturar os mecanismos do sistema hegemónico. Por lógica, nenhum império se extingue sem diversas batalhas para se manter. Essas batalhas, em todo o globo, podem deixar marcas sociais, políticas e económicas indeléveis, mas também deixariam cicatrizes éticas. O terceiro cenário, portanto, inauguraria um instante no futuro em que, tendo observado os horrores do “hiperimpério” e do “hiperconflito”, os países se esforçariam para construir uma “hiperdemocracia”. Embora haja, nessa análise de Attali, algum exercício de profetização, são dignos de nota seus argumentos a respeito dessas transições entre os cenários. Especialmente, a transição que conduz à “hiperdemocratização” do mundo – que soa irrealista, se não for explicada.

²⁴⁰ Eventos que, concomitantemente ao encontro de cúpula dos países, reúnam cidadãos daqueles Estados em assembleia, para discutir os mesmos temas, mas numa perspectiva que se quer “contra-hegemónica” ou “emancipatória”.

Attali, assim como outros autores²⁴¹, consideram que os Estados, as empresas, os conglomerados de imprensa, as entidades da sociedade civil organizada (como ONGs e associações), as instituições supraestatais (como a UE, a OEA e a ONU), os movimentos sociais (locais, nacionais e globais), mais cedo ou mais tarde, tenderão a um equilíbrio de forças e a um diálogo instrutivo. As corporações transnacionais, particularmente, na condição de atores com maior potência e maior vigor, neste momento (mais que os Estados, inclusive, como afirmado em tópicos anteriores), teriam o desafio de colaborar com a pluralidade de um diálogo assim, para que não se percam todas as conquistas políticas (por si, frágeis) até aqui obtidas. A perda de conquistas, como um nível razoável de “liberdade” e de “igualdade”, entre as sociedades contemporâneas, no limite implicaria a perda do “mercado” (da produção, do comércio, do consumo) – o que, indubitavelmente, as empresas não querem. Nesse sentido, não seria irrealista argumentar que a abissal desigualdade (económica, em primeiro lugar, mas também política e jurídica) das sociedades ocidentais de agora (DEJOURS, 2007; STIGLITZ, 2013), além de uma vigilância e de um discurso do medo que dissolve a “liberdade” (BAUMAN, 2008a) e um estímulo ao consumo (da Natureza, dos objetos e do *outro*), ao narcisismo e ao individualismo (BAUMAN, 2008b), carregaria o risco de desestruturar o próprio “livre mercado” e o capitalismo, em geral. Um tal risco, talvez, as grandes corporações não possam assumir (ŽIŽEK, 2012b) e deverão se movimentar para prevenir (PICKETT e WILKINSON, 2010), ainda que, para tanto, precisem dar mais espaço à aparição de *outros mundos possíveis*, mormente outras espécies de *democracia* (e de *constitucionalismo*) possíveis. O risco que esses “outros mundos” representariam, gradativamente, seria menor que o risco de hecatombes ecológicas, constantes e cíclicas crises financeiras e a diminuição do consumo, do comércio e da produção.

O que o livro de Attali não comentara – e esta Tese busca inserir no debate – é o quanto esse cenário de “hiperdemocracia” pode ser antecipado (ou renunciado) pela atuação das “redes de indignação global” como o *Occupy*, *Los Indignados*, as *marchas mundiais*, as *jornadas* de 2013, no Brasil, entre outros protestos e movimentos sociais.

²⁴¹ Ver, por exemplo, MANENT, Pierre. **A Razão das Nações. Reflexões sobre a Democracia na Europa**. Lisboa: Edições 70, 2008. HOFFE, Otfried. **A Democracia no mundo de hoje**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. GOYARD-FABRE, Simone. **O que é democracia?** São Paulo: Martins Fontes, 2003. TEUBNER, Gunter. **Direito, Sistema e Policontextualidade**. Piracicaba (SP): Unimep, 2005.

A discussão, até aqui, revelara que o conceito de Estado democrático de Direito, hodiernamente, estaria poluído, mas que o exemplo político-ético-moral dos “protestos globais” (entre milhares de outros *players*, especialmente os mais institucionalizados) poderia contribuir para o desanuviar. É que denunciariam esses atores globais o quanto os significados emprestados por certa tradição *emancipatória* da Ciência e da Filosofia Políticas ocidentais se perderam, numa práxis em que a tecnologia e a gestão de recursos (humanos e materiais) se revelaram prioritárias, deixando à margem toda uma complexidade de experiências e de teorias sobre a Política, em nome do bom funcionamento de umas poucas balizas económicas.

Analisar as narrativas desses movimentos auxilia no resgate da ideia de *emancipação*, guia das sociedades ocidentais desde as Revoluções Liberais dos séculos XVIII e XIX. Entretanto, isso pressupõe simultâneos movimentos de “democratização” das sociedades contemporâneas, no sentido explicitado por Boaventura de Sousa Santos, de que a democracia é “uma aspiração (jamais completamente realizável, enquanto tal) de transformar todos os processos de *poder desigual* em processos de *autoridade partilhada*” (2003, p. 16). A magnitude dessa perspectiva é compreendida quando se analisam as enormes transições psíquicas, comportamentais e institucionais necessárias: uma *cosmodemocratização* (mudança da relação do humano com todo o *cosmo* que o abriga), uma *macrodemocratização* (inclusão de outros modelos económicos e de outros modelos políticos possíveis aos debates), uma *microdemocratização* (mudanças nas atitudes cotidianas) e uma *intrademocratização* (mudanças de horizontes ético-morais). Essa passagem desde relações que diminuem as hipóteses de um meio ambiente democrático nas sociedades nacionais (e na sociedade mundial) para relações de “autoridade partilhada” sob todos os aspetos, inclusive com o reconhecimento de direitos, poderes e dignidades intrínsecos à Natureza, marcaria o início de uma “era sustentável”, como assinalam os “protestos globais” com pautas mais voltadas ao ambientalismo.

A propósito, um *constitucionalismo democrático* para o século XXI revelaria muito a influência dos movimentos ambientalistas globais. Em quarenta anos, desde a conferência de Estocolmo (1972), uma conceção de “Estado de Direito Ambiental” tomou fôlego, estruturada, em particular, sobre o princípio da “sustentabilidade”. José

Joaquim Gomes Canotilho (2010, p. 8), por exemplo, afirma que a “sustentabilidade”, contemporaneamente, seria uma dimensão autocompreensiva de qualquer Constituição que leve a sério a salvaguarda da comunidade política em que se insere²⁴². De modo mais radical, Gomes Canotilho aduz que a “sustentabilidade” seria a *síntese do constitucionalismo do século XXI* (assim como o “humanismo” foi no século XVIII, a “questão social” no século XIX e a “democracia social” no século XX).

Com efeito, a “sustentabilidade” guarda a mesma estrutura ôntico-deontológica de vários outros princípios estruturantes do Estado Constitucional, como a “liberdade”, a “solidariedade” ou a “igualdade”, sendo norma de textura aberta e vaga. O que não impede, segundo Gomes Canotilho (2010, p. 8), a “recortar, desde logo, o imperativo categórico que está na génese desse princípio: os humanos devem organizar os seus comportamentos e ações de forma a não viverem: (i) à custa da Natureza; (ii) à custa de outros seres humanos; (iii) à custa de outras nações; (iiii) à custa de outras gerações”. Por óbvio, para que um tal imperativo categórico seja atingido, essa “sustentabilidade” dever buscar um equilíbrio em qualquer esfera de desenvolvimento, económico, político ou social (POLI, 2013, p. 180). O sentido de “desenvolvimento sustentável”, pois, deve atender a apelos por justiça social, económica e política (distribuição de recursos naturais, de renda e de poder). A “sustentabilidade” exige uma forma de desenvolvimento no presente sem comprometer as possibilidades de gerações futuras (*ibidem*).

Uma “ação política sustentável”, como lembrado pelas narrativas e práticas dos movimentos sociais transnacionais, deveria se direcionar à *fraternidade*, visto que a preocupação com o futuro e as próximas gerações se mostra um dever fundamental: o presente se ilumina nessa perspectiva e nessa tarefa, segundo Hans Jonas (2006, p. 63). Não bastaria, assim, um engajamento em torno da *esperança* (princípio mais divulgado na obra de Ernst Bloch, com a qual Jonas trava um diálogo explícito): seria necessário

²⁴² Canotilho lembra que também Peter Häberle, na Alemanha, evidencia “que é tempo de considerar a sustentabilidade como elemento estrutural típico do Estado que hoje designamos Estado Constitucional”. Cf. CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **O Princípio da sustentabilidade como Princípio estruturante do Direito Constitucional**. In *Revista de Estudos Politécnicos*, Vol. VIII, n. 13, 2010, p. 8. Disponível em www.scielo.oces.mctes.pt.

inscrever esse “dever de concretizar o melhor futuro possível” na ontologia do humano, para que se efetivem medidas sérias e inadiáveis quanto a esse futuro.

Dessa maneira, o princípio da “sustentabilidade” serviria de ideia regulativa de uma ação política fraterna e de um *constitucionalismo fraternal*, na linha daquilo que a política performativa dos “protestos globais” já concretiza. Regista-se, dessa maneira, que as ideias essenciais de *constitucionalismo* e de *democracia* que são evocadas pelos escritos e pelas iniciativas teóricas esboçadas por “protestos globais” – ou intelectuais que lhes deem retaguarda científica – procuram retornar às origens emancipatórias das noções de “soberania popular”, “direitos fundamentais”, “Estado articulador e garantista”, “divisão, controle e responsabilidade do Poder” e “organicidade participativa”. Além disso, propõem versões para outras ideias que nasceram com a Modernidade política: a “soberania estatal” se torna uma “soberania em rede” (e das nações e dos cidadãos, também, uma soberania compartilhada, portanto); o “pluralismo” fica, ele próprio, pluralizado (haveria “pluralismos” de várias ordens e um necessário “respeito às minorias”); a “regra democrática da maioria” se dilui em “novas lógicas quanto às prerrogativas das maiorias” (organizações civis e grupos de pressão e grupos de interesse, especialmente), não sendo possível uma decisão que não levasse em conta o poder de bloqueio e os trunfos das minorias; o *interesse público* e a Administração do Estado se compadecem com uma “administração dual, privado-pública, transparente” (ênfatisando parcerias público-privadas e outros instrumentos semelhantes); o regime de opinião pública se transforma numa “esfera hipercomplexa de opiniões e considerações técnicas de agentes privados, quase-públicos e públicos”; as relações internacionais, enfim, devem se voltar a uma “cultura de paz” (ROMEO, 2014).

Os milhões de cidadãos entre os anos de 1999 e 2015, pelo mundo inteiro, que foram às redes sociais e às ruas têm demonstrado que um *cosmopolitismo político* (e democrático num sentido forte) e uma constelação de resistências são possíveis e evidenciam que as veredas sociais, económicas, militares, científicas, ético-morais, religiosas, etc. que os sistemas sociais dominantes propagam não são irreversíveis nem irrefreáveis: existem diversas outras alternativas para a vida decente das sociedades – há muitos mundos possíveis.

Com efeito, se a invenção da centralidade do Estado na gestão dos conflitos e na produção do Direito fora posta em causa, a partir de vários interesses privados ‘fortes’ – que se movimentam em nuvem, na condição de *matrizes comunicativas anónimas* – interessa anotar uma metamorfose que esse contexto de declínio do Estado pode experienciar, através de ideais pluralistas, numa transnacionalização das próprias noções de democracia, de cidadania, de soberania, de Direito e de Política, auxiliadas pelos discursos de “protestos globais”, neste século.

Essas mobilizações podem pressionar pela construção de Estados que se direcionem (se abram), de logo, transnacionalmente, em que a cidadania, a soberania e a democracia – além de outros termos do léxico da Ciência e da Filosofia Políticas – sejam, à partida, *cosmopolitizados*, vistos num contexto global. Porque, a partir da inter-retro-conetividade do mundo contemporâneo, não há problema que possa ser debatido isoladamente.

A gradativa formação de um Direito, de uma Filosofia Política e de uma Sociologia que acompanhem de mais perto essas resistências (estudos críticos e bálsamos de propostas a respeito desses futuros pensáveis) poderia contribuir para que abordagens sobre o Estado, até então silenciadas, venham à lume e, então, em vez da morte do Estado Constitucional, possamos auxiliar numa revitalização do Estado em prol de um pluralismo democrático e cidadão.



Occupy Tears
Serj Tankian
© 2012 WMG

É sempre difícil representar uma ausência.
Como uma lacuna se parece?

Astra Taylor (2020)

Aquilo que poderia ser diferente
ainda não começou...

Theodor Adorno (2015)

O próprio *Center for Mark Twain Studies*²⁴³, em Nova Iorque, atestou que a frase não é de Mark Twain²⁴⁴. A grandeza daquele escritor norte-americano faz isto: inúmeros bons aforismos e filosofemas são atribuídos a ele, ainda mais nessa era das postagens de motivação e de autoajuda nas redes sociais. De qualquer modo, a frase – seja de quem for – não deixa de ser significativa: “os dois dias mais importantes da sua vida são o dia em que você nasceu e o dia em que descobre o porquê”.

O dia do nascimento pode ser, mais ou menos, fora de dúvida. A questão será ‘em que dia se descobre o porquê de existir?’ No caso de um protesto ou movimento social, como o *Occupy Wall Street*, descontando os vários meses de grandes assembleias, pequenas reuniões e longos encontros de planejamento, podemos dizer que ‘nasceu’ a 17 de setembro de 2011, quando algumas centenas de pessoas atenderam à convocação da *Adbusters* e, de pé, ao lado da mais influente Bolsa de

²⁴³ Queira ver <https://marktwainstudies.com/>. Acesso em 26.2.2021.

²⁴⁴ Cf. <https://marktwainstudies.com/the-apocryphal-twain-the-two-most-important-days-of-your-life/>

Valores do planeta, debatiam a respeito das perversidades (nomeadamente do neoliberalismo) que precarizavam suas vidas.

Como qualquer trajetória, a do *Occupy* esteve repleta de altos e baixos. Houve roubos²⁴⁵, doenças²⁴⁶, importunação sexual e até violação²⁴⁷ nos acampamentos. Houve, entretanto, constelações de pautas LGBTQ+, *queer* e feministas com aquelas dos trabalhadores e do precariado. Houve reclamações da vizinhança quanto ao barulho²⁴⁸, mas também surgiu o ‘microfone humano’ como discurso político²⁴⁹. Houve questões delicadas com pessoas que moravam nas ruas²⁵⁰ invadidas pelo protesto, e, de outro lado, muitas casas foram salvas pelo movimento contra a ganância dos bancos²⁵¹. Houve questionamentos sobre o quanto traduzia uma mobilização de homens brancos, de classe média e altamente escolarizados – um público que não se parece com os “99%” de lugar nenhum²⁵². Ainda assim, pode-se dizer que ofereceu um *storytelling* sobre a desigualdade e a injustiça económica que faltava ao Norte Global. Houve problemas até pelo excesso de dinheiro arrecadado em doações²⁵³. Houve, de outro lado, um 15 de outubro de 2011 que tirou o protesto dos limites de *Manhattan* e o alçou ao palco mundial.

²⁴⁵ No *WSJ* de 28 de outubro de 2011, publicado um editorial com a chamada “Economia Corretiva: o pessoal do *Occupy* aprende os limites da redistribuição da riqueza”, tratando de alguns furtos e roubos verificados no acampamento, inclusive o de um *Apple MacBook* custando US\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos dólares estadunidenses) pertencente a uma rapariga de 18 anos.

²⁴⁶ No *WSJ* de 22 de outubro de 2011, *Medical Triage at Encampment*, de Jessica Firger and Sumathi Reddy.

²⁴⁷ De acordo com Maeve McKeown, escrevendo em 14 de dezembro de 2011, para o site *opendemocracy.net*, uma mulher foi violada no *Occupy Glasgow*, a 26 de outubro de 2011. Na semana anterior, outra mulher sofreu estupro no *Occupy Cleveland*. Disponível em <https://www.opendemocracy.net/en/opendemocracyuk/rape-and-occupy-movement/>. Por artigo publicado em 3 de novembro de 2011, no site da *ABC News*, Alyssa Newcomb tratou de preocupações a crescerem em vários acampamentos, de diferentes cidades, como Dallas, onde houve ofensa sexual contra menor, e Nova Iorque, com denúncias de violação e de importunação. Disponível em <https://abcnews.go.com/us/sexual-assaults-occupy-wall-street-camps/story?id=14873014>.

²⁴⁸ Conferir <https://www.forbes.com/sites/shenegotiates/2011/12/05/mediating-the-sound-of-drums-for-occupy-wall-street/?sh=5dfdb407406c>.

²⁴⁹ No *WSJ* de 21 de outubro de 2011, *When the Multitude Shouts With One Voice*, de Eric Felten.

²⁵⁰ No *WSJ* de 27 de outubro de 2011, *No Soup for You! Obamaville debunks another Obama idea*, de James Taranto.

²⁵¹ Cf. <https://www.cbsnews.com/news/no-place-like-home-occupy-wall-street-targets-foreclosures/>.

²⁵² Cf. McCAFFERTY, David. **The Occupy Movement: The Fight Against Class, Racism, and Inequality**. Postado em 22 de agosto de 2021, em YPolitika. Ver <https://www.ypolitika.com/post/the-occupy-movement-the-fight-against-class-racism-and-inequality>. Acesso: 30/6/2022.

²⁵³ No *WSJ* de 27 de outubro de 2011, *Protest's Money Problem: Occupy Wall Street May Have to Appoint Leaders to Deal With Its Donations*, de Andrew Grossman.

Por um lado, suas aspirações ‘populistas’ viram-se sequestradas por uma onda conservadora e de extrema direita em diversos países, dos EUA à Turquia, do Brasil à Suécia. Por outro, contudo, estimulou uma geração de ‘Socialistas Democratas’, na América do Norte, que venceram eleições e estão mudando a face dos mandatos de representantes no Legislativo. Houve quem considerasse o protesto uma mera desordem na vizinhança, que fez muita gente perder os empregos²⁵⁴ e muitos comércios locais de *Manhattan* fecharem²⁵⁵. Mas também houve quem dissesse que o *Occupy* teve uma ampla influência cultural e política que reverbera até hoje, sendo um dos maiores movimentos de sempre na América²⁵⁶.

Como qualquer trajetória, o julgamento daquilo que fez ou deixou de fazer é circunstancial. O veredito é um, no calor dos acontecimentos. Outro, cinco anos depois. Talvez um diferente, agora, passados mais de dez anos. Cada variável histórica concreta redefine, em alguma medida, o perímetro do significado e do impacto do protesto. Aliás, no fim das contas, essa pergunta derradeira fica sempre no ar: seja a trajetória de uma pessoa, de uma instituição, de um movimento social. A que veio ao mundo?

Se é difícil alcançar uma resposta filosófica satisfatória, vejamos a coisa, pelo menos, desde um prisma estritamente científico: qual era a urgência ou a necessidade de compreender os resultados e as consequências do *Occupy Wall Street*? Em termos mais acadêmicos: o ‘problema’ eleito por esta investigação era, a valer, um *problema* social, político, económico, cultural, ético?

A resposta é um contundente sim. Havia um sério problema aqui. Aliás, há.

Todo movimento social, enquanto presença coletiva, deixa um legado. E não consegue se desvencilhar das impressões que produz – depende delas para continuar vivo (mesmo que na ‘memória coletiva’). Daí que não pode ignorá-las. Para um movimento, compreender o espaço de discussão que ajudou a criar é tudo. É a identidade coletiva que compôs. É o mosaico de causas que escolheu. É o modo como

²⁵⁴ Cf. *WSJ* de 19 de outubro de 2011. *How to Profit From the 'Occupy' Movement (Or Not)*, de Sarah E. Needleman.

²⁵⁵ Com esse inclinação, a matéria “As cidades de tendas são liberdade de expressão? A Primeira Emenda da Constituição não protege comportamento que ameace a saúde a segurança”, publicada no *WSJ* de 21 de novembro de 2011, assinada por Louis Gordon Crovitz.

²⁵⁶ Nesse sentido, o artigo “Cinco maneiras pelas quais o *Occupy Wall Street* mudou o debate”, de David Weidner, para o *WSJ* de 19 de setembro de 2013.

apresentou as reivindicações, demandas e propostas. É a interação com as outras forças sociais. É a dinâmica que organizou, em cada manifestação. É a reflexão que levantou. É o tempo que durou. É, enfim, a história que escreveu.

Depois de centenas de páginas, a resposta ao problema central do estudo não poderia ser tão aborrecida quanto “o OWS valeu muito pouco; quase nada”; “nenhuma influência exerceu”; “não resta qualquer lembrança”; “sequer lutas parecidas existem”. Fosse assim, a mensagem recebida pelos novos protestos e movimentos seria absurdamente melancólica.

Por sorte – melhor dizendo: por competência do *Occupy* – a resposta foi bem outra. Os sete capítulos em que expostos os argumentos, os pontos de debate e analisados os dados evidenciaram que, mais de dez anos depois, os jornais continuam a falar todas as semanas daqueles dias de 2011. O *Zuccotti Park* se tornou um dos locais mais visitados de Nova Iorque, num turismo cívico e ativista. Já ninguém passa por *Wall Street* sem imaginar que, a qualquer momento, pessoas podem dizer um *basta* a todos os cinismos (que alimentam a simbiose entre política e sistema financeiro). Dez anos – e o *Occupy* se tornou um arquétipo de mobilização. Um modelo de sucesso: ativistas de todas as partes do mundo releem sua história como quem assiste a um *workshop*, uma oficina de ideias para causar impacto.

O movimento provou a efetividade do conceito de *poder suave* (*soft power*). O quanto se produzem efeitos mais persistentes no imaginário social quando se opta por um confronto no terreno do subliminar e do cultural (NEGRI e HARDT, 2005), em vez de uma batalha explícita contra o *hard power* (económico-financeiro, político e militar). Nas palavras de Legros, Monneyron, Renard e Tacussel (2014, p. 20), “se a imagem não condiciona, evidentemente, a existência do objeto, ela permite, por outro lado, sua *presentificação*, apesar de sua ausência; a consciência que imagina dá um sentido ao implícito e ao latente. Ela excede o real no que diz respeito as suas composições materiais e a sua contingência”. O OWS, com uma política performativa orientada ao futuro, evidenciou a ‘democracia real’ como a *gestão da possibilidade*, contrapondo-a ao ‘neoliberalismo aplicado’ enquanto *gestão do sofrimento* (SAFATLE, DUNKER e SILVA Jr., 2021).

Além de desenvolver uma marca política (*political brand*), que vende camisolas, livros e manchetes, deixou uma herança bastante substancial, criando uma forte comunidade epistémica²⁵⁷ em torno dos seus símbolos e das suas narrativas: apostou no desafio estético (*aesthetical challenge*). A confrontação ao sistema hegemónico viria por frentes inusitadas: na linguagem, na retórica, na propaganda, nas redes sociais, na antiviolença, no espetáculo em praça pública, na teatralização, na prefiguração (DUNN, 2015; LEVITIN, 2021).

A propósito disso, vem o ‘ativismo’, o resgate da arte, da quebra do ordinário, o entendimento de que a estetização pode alcançar lugares que um debate ‘puramente cognitivo’, racional, erístico, não consegue. O *Occupy* fortaleceu, de modo ainda pouco estudado, a emergência de uma *filosofia-performance*²⁵⁸, isto é, de explorações das noções de performance como um novo paradigma de práticas de conhecimento (STREET, ALLIOT, PAUKER, 2017, p. 7). É que esse exercício de refletir em público (aquilo que a sociedade poderia ser), além de traduzir uma das formas mais concretas de pensar – porque é um pensar que se realiza, de imediato, enquanto prática (enquanto agir, com seus arranjos materiais, corporais e institucionais) – exhibe também um caráter de desafio à democracia representativa liberal do ocidente, que insiste em se apresentar como a única opção viável. A prefiguração de uma assembleia, no meio da rua, sensibiliza, transforma subjetividades e afirma uma possibilidade que havia sido descartada à partida (HILDEBRANDT *et. al.*, 2019).

Essa nova fórmula de confrontação política – o desafio estético – embora não prescindia de demandas e de reivindicações, prefere a tomada de posição. O reconhecimento da própria necessidade é tão forte, nela, quanto a necessidade de reconhecimento (HONNETH, 2009). Articula a ideia de criar uma *fissura* (HOLLOWAY, 2013), constrói *zonas autônomas temporárias* (BEY, 2018), ou seja, enclaves que desmantelam a lógica, as normas, o tempo e a velocidade das sociedades

²⁵⁷ Protestos se tornam “comunidades epistémicas” (LIPSCHUTZ e ROWE, 2005), transferindo conhecimento e influenciando outros grupos – o que, em inglês, diz-se *movement spillover*.

²⁵⁸ Ver, entre outros trabalhos, MAOILEARCA, Laura Cull Ó. **Filosofia-Performance: uma introdução**. Revista Brasileira de Estudos da Presença, vol. 10, n. 1, 2020. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/presenca/article/view/99042/0>. Acesso: 23.10.2021.

hipercapitalistas (VIRILIO, 2006). Abre uma espécie de *interregno*²⁵⁹ (GRAMSCI, 2001; THEOPHANIDIS, 2016; FRASER e JAEGGI, 2020), um intervalo para semear o novo, inclusive juridicamente falando, uma nova interpretação da lei.

Se um protesto pode ser aferido pela atmosfera que ajuda a criar, e não somente pelo atendimento a suas demandas, seria viável interpretá-lo como uma espécie de *momento constitucional* (ACKERMAN, 1993). O protesto ou produz ou revitaliza um debate social e, quando bem-sucedido, termina por galvanizar adesões ao seu conjunto de discursos e, às vezes, de práticas. Nesse sentido, o tipo de costura moral que realiza, fazendo com que boa parte da sociedade adote as suas motivações ou os seus hábitos, não fica muito distante da autoridade moral de um dispositivo da Constituição (COUTINHO, 2009).

O *Poder Constituinte*, na ponte entre teorias jurídicas e sociológicas, traduz essa semente de uma nova lógica ou de uma nova maneira de atuar, no âmbito de determinado território (LOUGHLIN e WALKER, 2012). É o poder de criar normas – escritas ou não – para uma comunidade. Ora, o que um protesto de grande magnitude (e de marcas estéticas indelévels) consegue fazer é algo muito semelhante (CABRAL PINTO, 2016). Articula nova narrativa e molda ou enuncia regras diferentes em algum campo de convivência social ou institucional.

O *Occupy*, pelo que argumentamos, atingiu essas propriedades, obtendo uma índole de *Poder Constituinte Difuso* (BURDEAU, 1985) (e, quem sabe, transnacional). A mudança cultural de que foi (e é) parte decisiva, enquanto causa e enquanto efeito; a influência nos vocabulários político, social e económico; a maneira com que transformara o debate nos EUA e um bocado por todos os continentes; a quantidade de publicações sobre a desigualdade (que se mostrou o tema essencial do protesto) ficara muitas vezes maior que no passado recente; tudo isso traduz uma espécie de manifestação do *Poder Constituinte Difuso*, na condição de um propulsor de *mutações constitucionais*.

²⁵⁹ Nas exatas palavras de Gramsci: “a crise consiste justamente no fato de que *o velho morre e o novo não pode nascer*: neste *interregno*, verifica-se os fenômenos patológicos mais variados”. Cf. GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 184.

Não é qualquer exagero dizer que o *Occupy* colocara a desigualdade (em geral e, principalmente, a económica) no holofote de todos os organismos multilaterais e da maioria dos governos mundo afora. Os relatórios de instituições, de associações, de entidades de direitos humanos, os livros e publicações técnicas, todos avançaram enormemente no tema, graças aos investimentos de governos e de setores privados nessa temática, depois que o protesto a recolocou na pauta pública. As tendências que assinalou, nesse campo, ficaram de tal forma incontornáveis, que todos os protestos e movimentos sociais subsequentes precisaram refletir o quão parecidos eram com o *Occupy* – ou não. E essa escritura de preocupações novas no tecido social influencia no momento de interpretar normas jurídicas (CAMPILONGO, 2011), seja a administração pública, seja o poder judiciário, sejam os demais intérpretes constitucionais por toda a sociedade (HÄBERLE, 2003).

No aspeto jurídico, assim, os protestos globais reacenderam os debates sobre o Poder Constituinte, depois de décadas. Um novo vigor às teorias do Estado, da Soberania Popular, da Constituição e da hermenêutica jurídica voltada à concretização de direitos fundamentais. Uma virada no entendimento sobre as balizas e os limites das Constituições, quando a sua interpretação precisa incorporar a gravidade de eventos como os de 2011. De sorte que os resultados – e, vistos pelo retrovisor, os motivos, os *porquês* – daqueles protestos mundiais não podem ser avaliados no imediatismo. Depois de uma década, as transformações geradas pelo *Occupy* estão mais patentes do que estiveram nos primeiros meses após o fim do acampamento no *Zuccotti Park*.

Esse reconhecimento, no entanto, não significa que o protesto exibiu uma espécie de ‘vontade única’, uma *sintaxe* de grupo²⁶⁰, uma “personalidade coletiva” (CATTELL, 2019). Longe disso, era caleidoscópico, como a *internet*, e agonístico, como uma experiência de democracia participativa e radical (MOUFFE, 1996). Como se lia num cartaz do *Occupy Boston*: “não somos desorganizados, é só que os EUA têm problemas demais”²⁶¹. Dar conta de refletir sobre esses problemas levava a assembleias duas vezes ao dia, para negociar narrativas e traçar estratégias (NEGRI e HARDT, 2017), em vez de

²⁶⁰ *Syntality*, em inglês: características comportamentais de um grupo que são percebidas como paralelas ou inferíveis a partir da estrutura de personalidade de um indivíduo.

²⁶¹ Cartaz fotografado por jornal local, em 10 de outubro de 2011, onde se lia, em inglês: “*We’re not disorganized: America just has too many issues*”.

um tradicional ‘comité executivo’ que elabora uma lista de reivindicações escritas e faz reuniões com ‘autoridades’. O protesto seria demagógico, ao invés de democrático, se viesse com soluções simples, enquanto todas as circunstâncias do mundo ficaram cada vez mais complexas²⁶².

Hoje, os parâmetros de quase todos os ambientes, em especial sob a lógica da computação e da ciência quântica, respondem à incerteza, à incompletude, ao risco e à urgência, enquanto as instituições da democracia liberal permanecem, na essência, como moldadas numa era de máquinas a vapor e física linear (INNERARITY, 2021). Ainda está por fazer uma ‘democracia quântica’. O mais provável é que isso ocorra numa substituição gradual de arranjos institucionais, quase como um *Navio de Teseu* (que, peça por peça, torna-se outro)²⁶³. O *Occupy*, não obstante, ofereceu uma performance conceitual de rápida absorção: testou, nas ruas e nas redes, alternativas que podem ser úteis nessa tentativa de *aggiornamento* e redemocratização da própria democracia.

Em síntese, como procuramos desenvolver neste estudo, lançou desafios (e mesmo lições) de efeitos duradouros em vários temas caros à democracia:

1. Quanto ao *corpo*, mostrou que é preciso *arriscar* (ocupação, fotos e vídeos deram testemunho de que o corpo na praça pública ou na ágora virtual continua sendo o elemento crítico de base do regime democrático);

2. Quanto à *participação*, mostrou que é preciso *incluir* (assembleias, espaços organizados de acordo com diferentes necessidades públicas, de cozinhas a bibliotecas), para que o regime partilhe autoridade entre muitos, configurando-se como aposta na responsabilidade pelo destino comum;

3. Quanto à *performance*, mostrou que é preciso *chamar a atenção*, sem *fake news* (microfone humano, batiques, captura de notícias), permitindo a criação de vozes e de opiniões numa esfera segura para o dissenso;

²⁶² O famoso político britânico Paddy Ashdown, que exerceu a liderança dos ‘Liberais Democratas’ (1988 a 1999), disse algo parecido, noutro contexto. A demagogia é a busca por soluções simples.

²⁶³ Essa metáfora filosófica inspira a pensar no paradoxo. O “navio de Teseu” tem a ver com o navio que o herói grego utilizou para viajar e derrotar o Minotauro, em Creta. A embarcação ficou, depois, exposta em Atenas, mas suas partes eram substituídas, lentamente. Um dia seria possível perguntar: “o que sobrou do navio original?” E perceber que aquele já não era “o navio de Teseu”, antes um mero símbolo.

4. Quanto à *estética*, mostrou que é preciso *afetar* (criar conteúdo e sensibilizar), mexer com as emoções, as potências, as paixões sem radicalizar aquilo que nelas há de pior;

5. Quanto às leis e às *constituições*, mostrou que é preciso *transformar* (ter massa crítica suficientemente poderosa, que contribua na ‘des-oligarquização’ dos tempos, dos espaços e dos modos de ser no mundo);

Portanto, naqueles jogos de palavra, bem ao gosto anglo-saxão, o *Occupy* conjugou uma tríade formada por *crowd* (a percepção de que todos os corpos, na multidão, importam, para pensar e debater o futuro em conjunto), *loud* (na intenção de que seus argumentos fossem vistos e ouvidos, como é típico de uma democracia funcional, inclusive pelos médias e pelas instituições) e *found* (no encontro com novas demandas, que o radar antigo da política representativa analógica já não capta).

Numa categoria: aquele movimento social soube *polinizar*. Elaborar cruzamentos de ideias, gesticular para horizontes futuros (FLUSSER, 2014, p. 17), para que mais liberdades e mais sentidos ao mundo pudessem florescer.

Assim como esta não é a história definitiva sobre os dez – ou mais – anos desde o *Occupy*, o sinal gráfico que estará, daqui a algumas linhas, não será um ponto final. Ao contrário, será a representação do círculo: da retomada de debates sobre as instituições democráticas para as próximas décadas, depois de tantos ataques a elas (fundados e infundados).

E, como muitas vezes antes aconteceu, graças à *antifragilidade* das democracias, esses novos desenhos, essas novas imagens e, sobretudo, esses novos significados das suas instituições tendem a ser mais abrangentes, mais sofisticados e mais emancipatórios, porque se valem do exemplo de protestos ética e esteticamente vigorosos e expressivos feito o *Occupy*.

Referências



Dignidade
Sr. Banana

© 1995 EMI Music Brasil

- _____. **As sociology meets history**. New York: Academic Press, 1981.
- _____. **Contentious performances**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- _____. *Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834*. **Social Science History**, n. 17, 1993, pp. 253-280.
- _____. **From mobilization to revolution**. Boston: Wesley Publishing Co., 1978.
- _____. *Getting it together in Burgundy, 1675-1975*. CRSO Working Paper U128. **Center for Research on Social Organization**, Universidade de Michigan, maio, 1976.
- _____. **Identities, boundaries & social ties**. Boulder, CO/Londres: Paradigm Publishers, 2005.
- _____. **Regimes and repertoires**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.
- _____. TARROW, Sidney. McADAM, Doug. *Para mapear o confronto político*. **Lua Nova**, n. 76, 2009, p. 11-48.
- _____. **Why? What happens when people give reasons... and why**. Princeton: Princeton University Press, 2006.
- _____. **A promessa da Política**. 4ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2012.
- _____. **Sobre a violência**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- _____. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- _____. **Ética e moral: a busca dos fundamentos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.
- _____. **Globalização – a grande desilusão**. Lisboa: Terramar, 2004.

_____. **Multidão: guerra e democracia na era do império.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. **Poder constituinte, democracia e direitos fundamentais – uma via constitucional para a Europa?** Coimbra: Coimbra Editora, 2013.

_____. **Tela total. Mito-ironias da era do virtual e da imagem.** Porto Alegre: Sulina, 2002.

_____. **A Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **Esboços de uma Teoria da Cultura.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

_____. **O novo espaço público.** Lisboa: Teorema, 2010.

_____. **Qué es la modernidad? Vol. 1 de Cuadernos del seminario Modernidad: versiones e dimensiones.** Ciudad de México: UNAM, 2018.

_____. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio.** 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.** Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2003b.

_____. **Os princípios filosóficos do Direito Político Moderno.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Poderá o Direito ser emancipatório?** *In Revista Crítica de Ciências Sociais.* Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, n. 65, maio de 2003, pp. 3/76.

_____. **The emotions of protest.** 1ª ed. Chicago: University of Chicago Press, 2018.

_____. **Democracy Disfigured – Opinion, Truth, and the People.** Cambridge: Harvard University Press, 2014.

_____. **Mill on Democracy: From the Athenian Polis to Representative Government.** Chicago: University of Chicago Press, 2002.

_____. **O Estado heterogêneo e o pluralismo jurídico.** *In SANTOS,*

_____. **The Principles of Representative Government.** Cambridge:

_____. *Exogenous self-binding: How social subsystems externalise their foundational paradoxes in the process of constitutionalisation.* **Social Science Research Network (SSRN).** 2014. Disponível em <http://ssrn.com/abstract=2432628>.

_____. **A Bukowina global sobre a emergência de um pluralismo jurídico transnacional.** Piracicaba (SP): Revista Impulso, n. 14, pp 9-31. Disponível em <http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp33art01.pdf>.

_____. **Filosofia World: o mercado, o ciberespaço, a consciência.** Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

AB'SÁBER, Tales. **Lulismo, carisma pop e cultura anticrítica.** 1ª ed. São Paulo: Hedra, 2011.

ABBOUD, Georges. **Direito Constitucional Pós-Moderno.** São Paulo: Thomson Reuters, 2021.

ABENSOUR, Miguel. **Democracy against the state: Marx and the Machiavellian moment.** Cambridge: Polity Press, 2011.

ABERS, Rebecca Neaera. SERAFIM, Lizandra. TATAGIBA, Luciana. *Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula. Dados*, v. 57, n. 2, pp. 325-357, Rio de Janeiro, 2014.

ABERS, Rebecca Neaera. SILVA, Marcelo Kunrath. TATAGIBA, Luciana. *Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. Lua Nova*, n. 105, Dossiê Movimentos Sociais, Estado e Políticas Públicas: abordagens e casos, pp. 15-46, São Paulo, 2018.

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. *Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: a experiência na Era Lula. DADOS - Revista de Ciências Sociais [Rio de Janeiro]*, vol. 57, n. 2, 2014, pp. 325-357.

ACCORNERO, Guya. **The Revolution before the Revolution: Late Authoritarianism and Student Protest in Portugal.** 1ª ed. New York: Berghahn Books, 2016.

ACKERMAN, Bruce. **We, the People. Vol. 1. Foundations.** Cambridge: Belknap Press, 1993.

ACKERMAN, Galia. **Femen. En el principio era el cuerpo.** Barcelona: Malpaso, 2014.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ADLER, Paul S. **The 99 Percent Economy: how Democratic Socialism can overcome the crises of Capitalism.** Oxford: Oxford University Press, 2019.

ADORNO, Theodor. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise.** São Paulo: Unesp, 2015.

AGAMBEN, Giorgio. **Meios sem fim. Notas sobre a política.** 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo e outros ensaios.** Chapecó: Argos, 2009.

AGAMBEN, Giorgio. *O que é um povo?* In DIAS, Bruno Peixe. NEVES, José (coord.). **A política dos muitos: povo, classes e multidão.** Lisboa: Tinta da China, 2011.

ALBERT, Hans. **Tratado da razão crítica.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

ALBERT, Michael. **PARECON (Economia Participativa) – a vida depois do capitalismo.** Porto: 7 Nós, 2013.

ALEXANDER, Michelle. **The new Jim Crow: mass incarceration in the age of colorblindness.** New York: New Press, 2020.

ALISSON, Robert (2007). *The Boston Tea Party.* New England Remembers series. Carlisle (Massachusetts): Commonwealth Editions.

ALLEGRETTI, Giovanni. ALLULLI, Massimo. *Os orçamentos participativos em Itália: uma 'ponte' para a construção do Novo Município.* **Revista Crítica de Ciências Sociais (online)**, n. 77, 2007, pp. 101-130.

ALLEGRETTI, Giovanni. FREITAS, Francisco. PEREIRA, Anne (orgs.). **Histórias de outros mundos possíveis: Participação cidadã e construção de novas institucionalidades.** Coimbra: Almedina, 2013.

ALMEIDA, Debora Rezende de; GUASTI, Petra. Claims of Misrepresentation: a comparison of Germany and Brazil. *Politics and Governance*, vol. 7, issue 3 (Rethinking Representation: Representative Claims in Global Perspective), 2019, pp. 152-164.

ALMOND, Gabriel. VERBA, Sidney. **The civic culture revisited.** Boston: Little & Brown, 1980.

ALMOND, Gabriel. VERBA, Sidney. **The civic culture.** Princeton: Princeton University Press, 1963.

ALONSO, Angela. **Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito.** *Sociologia & Antropologia*, volume 2 (3), Junho de 2012, pp. 21-41.

ALONSO, Angela. **Treze: a política de rua de Lula a Dilma.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

ALTER, Adam. **Irresistível: Por que você é viciado em tecnologia e como lidar com ela.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

ÁLVAREZ, Klaudia. GALLEGRO, Pablo. GÁNDARA, Fabio. RIVAS, Óscar. **Nosotros, los indignados. Las voces comprometidas del #15-M.** Barcelona: Destino, 2011.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDERSON, Gavin W. **The New Borders of the Constitutional.** *Osgoode Hall Law Journal*, vol. 50, n. 3, 2013. Disponível em <http://digitalcommons.osgoode.yorku.ca>.

ANSART, Pierre. **A gestão das paixões políticas.** Curitiba: Editora da UFPR, 2019.

APEL, Karl-Otto. **Transformação da Filosofia I – Filosofia analítica, semiótica, hermenêutica.** São Paulo: Loyola, 2000.

ARAGÃO, Alexandra. *A prevenção de riscos em Estados de Direito Ambiental na União Europeia.* In **Revista do CEDOUA**, n. 22, 2010. Disponível em www.ces.uc.pt.

ARENDT, Hannah. **A condição humana.** 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARENDT, Hannah. **A promessa da Política.** 4ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2012.
Aristóteles. **Metafísica.** 2ª ed. São Paulo: Edipro, 2012.

ARNSTEIN, Sherry R. **A Ladder of Citizen Participation.** *Journal of AIP*, Vol. 35, n. 4, Julho de 1969, pp. 216-224. Disponível em www.planning.org.

ARON, Renard. **Lobby Digital: como o cidadão conectado influencia as decisões de governos e empresas.** 1ª ed. São Paulo: Aberje Editorial, 2020.

ARONOFF, Kate. DREIER, Peter. KAZIN, Michael (eds.). **We Own the Future: Democratic Socialism – American Style.** New York: The New Press, 2020.

ATTALI, Jacques. **Breve história do futuro.** 1ª ed. Lisboa: Dom Quixote, 2007.

AVRITZER, Leonardo (coord.). **Corrupção: ensaios e críticas.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

AVRITZER, Leonardo. FILGUEIRAS, Fernando. **Corrupção e sistema político no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BACHA, Edmar Lisboa. **Belíndia 2.0 – fábulas e ensaios sobre o país dos contrastes.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BADIOU, Alain. **A hipótese comunista.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

- BADIOU, Alain. **Compêndio de Metapolítica**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.
- BADIOU, Alain. **Lógicas de los mundos. El ser y el acontecimiento II**. Buenos Aires: MANANTIAL, 2008.
- BALLERINI, Frantjesco. **Poder suave (soft power)**. 1ª ed. São Paulo: Summus Editorial, 2017.
- BANASZAK, Lee Ann. Inside and outside the state: movement insider status, tactics, and public policy achievements. In: MEYER, David S.; JENNESS, Valerie; INGRAM, Helen (editores). *Routing the Opposition: Social Movements, Public Policy, and Democracy*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2005, pp. 149-176.
- BARBER, Benjamin R. **Consumido – Como o mercado corrompe crianças, infantiliza adultos e engole cidadãos**. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- BARBER, Benjamin R. **Strong democracy: Participatory Politics for a new age**. San Francisco: University of California Press, 2004.
- BARBROOK, Richard. **Futuros imaginários – Da máquina pensante a Aldeia Global**. 1ª ed. São Paulo: Peirópolis, 2009.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Ed. rev. e atual. Lisboa: Edições 70, 2015.
- BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BAUDRILLARD, Jean. **Senhas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2007
- BAUER, A. J. *et al.* **Occupying Wall Street: The inside story of an action that changed America**. Chicago: Haymarket Books, 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. **A Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário e outros temas contemporâneos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. **Europa Líquida**. Funchal (PT): Nova Delphi, 2013.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Nova edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008a.
- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo – a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008b.

BECK, Ulrich. **A Europa Alemã – de Maquiavel a Merkievel: estratégias de poder na crise do euro**. Lisboa: Edições 70, 2013.

BECK, Ulrich. **A metamorfose do mundo: como as alterações climáticas estão a transformar a sociedade**. 1ª ed. Lisboa: Edições 70, 2017.

BELCHIOR, Germana Parente Neiva. **Hermenêutica Jurídica Ambiental**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2011.

BELLAMY, Richard. **Political Constitutionalism: a republican defence of the constitutionality of democracy**. 1ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

BENFORD, Robert D. *Dramaturgy and Social Movements: the social construction and communication of power*. In **Sociological Inquiry**, Vol. 62, n. 1, Fevereiro/1992, pp. 36-55.

BENHABIB, Seyla. **Another Cosmopolitanism**. The Berkeley Tanner Lectures. 1ª ed. Oxford: Oxford University Press, 2008.

BENHABIB, Seyla. *Twilight of Sovereignty or the Emergence of Cosmopolitan Norms? Rethinking Citizenship in Volatile Times*. In **Citizenship Studies**. Yale University, vol. 11, n. 1, 2007, pp. 19-36.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. 1ª ed. Porto Alegre: L&PM, 2018.

BERGERMANN, Ulrike. *P/occupy Milieus. The Human Microphone and the space between protesters*. In CAYGILL, Howard. LEEKER, Martina. SCHULZE, Tobias (eds.). **Interventions in digital cultures. Technology, the political, methods**. Lüneburg: Meson Press, 2017, pp. 87–103.

BERKOWITZ, William. **Socioeconomic indicator changes in Ghetto Riots tracts**. *Urban Affairs Quarterly* n. 10, 1974, p. 69-94.

BERLIN, Isaiah. **Estudos sobre a Humanidade: uma antologia de ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BERNARDO, Fernanda. **A ética da hospitalidade ou o porvir do cosmopolitismo por vir**. *Revista Filosófica de Coimbra*, n. 20, 2001, pp. 333-426.

BERNARDO, Fernanda. *A ética da hospitalidade ou o porvir do cosmopolitismo por vir*. **Revista Filosófica de Coimbra**, Vol. 10, n. 20, 2001, pp. 333-426.

BEY, Hakim. **Zona Autônoma Temporária**. São Paulo: Veneta, 2018.

BIRCH, Kean. BRONSON, Kelly. *Big Tech. In Science as Culture*. Vol. 31, Issue 1: Forum on Big Tech, Routledge – Taylor & Francis Group, 2022, pp. 1-14. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/toc/csac20/31/1>.

BIRCH, Kean. *There Are No Markets Anymore: From Neoliberalism to Big Tech. In State of Power: Digital Power 2023. Transnational Institute (TNI)*, pp. 13-22. Disponível em <https://www.tni.org/en/publication/stateofpower2023>.

BIRMAN, Joel. **O sujeito na contemporaneidade: espaço, dor e desalento na atualidade**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BLAINEY, Geoffrey Norman. **Uma breve história do mundo**. 2ª ed. Curitiba: Fundamento, 2007.

BLISSETT, Luther. BRUNZELS, Sonja. **Manuel de communication-guérilla**. Paris: Zones Editions, 2011.

BLOCH, Ernst. **O Princípio Esperança**. Vols. 1, 2 e 3. Rio de Janeiro: EDUERJ (Contraponto), 2005 e 2006.

BLOEM, Ingeborg. KEMPENAARS, Klaus. **Branded Protest: branding as a tool to give protest an iconic face**. 1st ed. Amsterdam: Bis Publishers, 2020.

BLUMENKRANZ, Carla *et al.* **Occupy!: Scenes from Occupied America**. New York: Verso, 2011.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. 1ª ed. São Paulo: Edipro, 2017.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. 11ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

BOFF, Leonardo. **Ethos mundial. Um consenso mínimo entre os humanos**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

BOLTANSKI, Luc. CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. 2ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020.

BONAVIDES, Paulo. **Teoria Constitucional da Democracia Participativa. Por um Direito Constitucional de luta e resistência, por uma Nova Hermenêutica e por uma repolitização da legitimidade**. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

BOSELMAN, Klaus. **The principle of sustainability: transforming law and governance**. Burlington: Ashgate, 2008.

BOTTON, Alain de. **Notícias: Manual do Usuário**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

BOUCHERON, Patrick. **Como se revoltar?** São Paulo: Editora 34, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **L'essence du néolibéralisme**. In *Le Monde diplomatique*: Paris, março de 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2ª ed. Lisboa: Edições 70, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 2019.

BRAGA, Ruy. **A pulsão plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais**. São Paulo: Alameda, 2015.

BRAUNSCHWEIGER, David. **Die Lehre von der Aufmerksamkeit in der Psychologie des 18 Jahrhunderts** (A doutrina da atenção na Psicologia do século XVIII). Tese de Doutorado. Julius-Maximilians-Universität. 1899. Disponível no *Google Books*.

BRENNER, Robert. **From capitalism to feudalism? Predation, decline and the transformation of U.S. politics**. Palestra. UMass Amherst Political Economy Workshop. 27/4/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XZJ-Bz4U4As>.

BRISSETT, Dennis. EDGLEY, Charles. **Life as Theatre: A Dramaturgical Source Book**. 2ª ed. New York: Aldine de Gruyter, 1990.

BRIZIARELLI, Marco. GUILLEM, Susana Martinez. *The counter-hegemonic spectacle of Occupy Wall Street: integral state and integral struggle*. **Revista Científica de Información y Comunicación (IC)**, n. 11, 2014, pp. 145-166.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Politeia, 2019.

BURAWOY, Michael (1998). The Extended Case Method. *Sociological Theory Journal*, vol. 16, issue 1, march, 1998, pp. 4-33. *American Sociological Association*. Disponível em <https://journals.sagepub.com/toc/stxa/16/1>.

BURAWOY, Michael (2005). The return of the repressed: recovering the public face of

BURAWOY, Michael (2014). *Marxismo sociológico. Quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica*. 1ª ed., Alameda. São Paulo.

BURAWOY, Michael. *Facing an unequal world*. **Current Sociology**, 63 (1), 2015, pp. 5-

BURAWOY, Michael. *The extended case method*. *American Sociological Association. Sociological Theory*, Vol. 16, n. 1, March 1998, pp. 4-33.

BURDEAU, Georges. **O Estado**. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BURDEAU, Georges. **Tratado de Ciência Política**, vol. 4. Cidade do México: UNAM, 1985.

BURSTEIN, Paul. LINTON, April. *The impact of political parties, interest groups, and social movement organizations on public policy: some recent evidence and theoretical concerns*. **Social Forces**, Volume 81, Issue 2, 2002, pp. 380-408. Disponível em <https://academic.oup.com/sf/issue/81/2>.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder. Teorias da sujeição**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BUTLER, Judith. ATHANASIOU, Athena. **Dispossession: the performative in the political**. 1ª ed. Cambridge: Polity Press, 2013.

BUTLER, Judith. *Bodies in Alliance and the Politics of the Street*. **#Occupy Los Angeles Reader**, Vol. 1-3 (November 2011), pp. 2-12. Disponível em <https://suebellyank.com/wp-content/uploads/2011/11/ola-reader-full.pdf>.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas. Notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015b.

CABRAL PINTO, Luzia Marques da Silva. **O Poder Constituinte: do tempo das pátrias à era da globalização**. Lisboa: Juruá, 2016.

CALIMAN, Luciana Vieira. **A biologia moral da atenção: a constituição do sujeito (des)atento**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006, 173pp.

CALIMAN, Luciana Vieira. *O TDAH: entre as funções, disfunções e o melhoramento da atenção*. **Psicologia em Estudo**, Vol. 13, n. 3, Universidade Estadual de Maringá, 2008, pp. 559-566.

CALIMAN, Luciana Vieira. *Os regimes de atenção na subjetividade contemporânea*. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, Vol. 64, n. 1, 2012, pp. 2-17.

CALLON, Michel. *What Does it Mean to Say that Economics is Performative?* **CSI Working Papers Series**, n. 005, 2006. Disponível em: http://www.csi.ensmp.fr/Items/WorkingPapers/Download/DLWP.php?wp=WP_CSI_005.pdf. Cambridge University Press, 1997.

CAMMAERTS, Bart. JIMÉNEZ-MARTÍNEZ, César. *The Mediation of the Brazilian V-for-Vinegar Protests: From vilification to legitimization and back?* **Liinc em Revista**, Vol. 10, n. 1, maio 2014, Rio de Janeiro: IBICT, pp. 44-68.

CAMMAERTS, Bart. *Lógicas de protesto e a estrutura de oportunidade de mediação. Matrizes*, Vol. 7, n. 2, jul./dez. 2013, São Paulo: USP, pp. 13-36. Disponível em: www.redalyc.org.

CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. São Paulo: Pensamento Editorial, 1989.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. **Interpretação do direito e movimentos sociais**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CANETTI, Elias. **Massa e poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CANOTILHO, J. J. Gomes. **“Brançosos” e Interconstitucionalidade: itinerários dos discursos sobre a historicidade constitucional**. Coimbra: Almedina, 2006.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **O Princípio da sustentabilidade como Princípio estruturante do Direito Constitucional**. In *Revista de Estudos Politécnicos*, Vol. VIII, n. 13, 2010, pp. 7/18. Disponível em www.scielo.oces.mctes.pt.

CANTON, Katia. **Da política às micropolíticas**. 2ª tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

CAO, Hao. *A noneventful social movement: the Occupy Wall Street Movement's struggle over Publicly Owned Private Space*. **International Journal of Communication**, vol. 11, pp. 3162–3181, 2017. Disponível em: <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/6022>.

CARDANO, Mario. **Manual de Pesquisa Qualitativa. A contribuição da Teoria da Argumentação**. Petrópolis (Rio de Janeiro): Vozes, 2017.

CARDON, Dominique. **Democracia Internet – promessas e limites**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

CARLOS, Euzeneia. Movimentos Sociais e Sistema Político nas Teorias dos Movimentos Sociais. **INTERSEÇÕES** [Revista de Estudos Interdisciplinares do PPCIS/UERJ], v. 17, n. 1, jun. 2015, pp. 15-53.

CARPENTER, Stephen R. GUNDERSON, Lance H. *Coping with Collapse: Ecological and Social Dynamics in Ecosystem Management: Like flight simulators that train would-be aviators, simple models can be used to evoke people's adaptive, forward-thinking behavior, aimed in this instance at sustainability of human-natural systems*. **BioScience**, vol. 51, issue 6, pp. 451-457, june 2001. Disponível em: <https://academic.oup.com/bioscience/article/51/6/451/240643?login=false>.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo caminho**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura.** Vol. 1. 14ª reimp. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança. Movimentos sociais na era da internet.** Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal.** São Paulo: Zahar, 2018.

CASTORIADIS, Cornelius. **Figuras do pensável: as encruzilhadas do labirinto.** Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

CASTRO, Iná Elias de. RODRIGUES, Juliana Nunes. RIBEIRO, Rafael Winter. **Espaços da democracia: para a agenda da geografia política contemporânea.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

CATTELL, Raymond B. **An Introduction to Personality Study.** 1st ed. London/New York: Routledge, 2019.

CETORELLI, Nicolas. **The Role of Financial Services in Economic Growth.** Chicago: Federal Reserve Letter, n. 173, 2002. Disponível em http://www.chicagofed.org/webpages/publications/chicago_fed_letter/2002/january_173.cfm.

CHAIA, Miguel Wady. *Artivismo – política e arte hoje.* **Aurora**, Vol. 1, NEAMP/PUC-SP, pp. 9-11, 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/aurora>.

CHOMSKY, Noam. **A democracia e os mercados na nova ordem mundial.** 2ª ed. Lisboa: Antígona, 2006.

CHOMSKY, Noam. **Mídia: política, propaganda e manipulação.** 1ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

CHOMSKY, Noam. **Occupy: Reflections on Class War, Rebellion and Solidarity.** New York: Zuccotti Park Press, 2013.

CHOULIARAKI, Lilie. **Self-Mediation: New Media, Citizenship and Civil Selves.** 1ª ed. London/New York: Routledge, 2017.

CHRISTODOULIDIS, Emílios. **Law and reflexive Politics.** London: Springer (Kluwer Academic Publishers), 2001.

CITTON, Yves. **The ecology of attention.** 1ª ed. Cambridge, UK: Polity Press, 2017.

CLARK, Eric. **Social Movement & Social Media: A qualitative study of Occupy Wall Street.** Dissertation (degree of Master). *Södertörn University, School of Culture and Communication.* Disponível em: <http://urn.kb.se>. 2012.

- CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da guerra**. 3ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- COLEMAN, Gabriella. **Hacker, Hoaxer, Whistleblower, Spy: The Many Faces of Anonymous**. London and New York: Verso Books, 2015.
- COLEMAN, Stephen. *Making parliamentary democracy visible. Speaking to, with, and for the public in the age of interactive technology*. In CHADWICK, Andrew. HOWARD, Philip N. **The Routledge Handbook of Internet Politics**. 1st ed. London/New York: Routledge, 2008.
- COMBES, Muriel. **Simondon: individu et collectivité – Pour une philosophie du transindividuel**. Paris: PUF, 1999.
- CORTINA, Adela. **Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia**. 1ª ed. São Paulo: Contracorrente, 2020.
- COSTA, Marta Nunes da (org.). **Democracia Hoje**. Famacão: Edições Húmus, 2012.
- COSTA, Marta Nunes da. **Modelos democráticos**. 1ª edição. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2013.
- COURTINE, Jean-Jacques. *Os deslizamentos do espetáculo político*. In GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003, pp. 21-34.
- COURTINE, Jean-Jacques. PIOVEZANI, Carlos (orgs.). **História da fala pública. Uma arqueologia dos poderes do discurso**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- COUTINHO, Luís Pedro Pereira. **A autoridade moral da Constituição. Da fundamentação da validade do Direito Constitucional contemporâneo**. Coimbra: Coimbra Editora, 2009.
- COUTINHO, Luís Pedro Pereira. **Teoria dos Regimes Políticos**. Lisboa: AAFDL, 2013.
- COUTO, Mia. **Um Rio Chamado Tempo, Uma Casa Chamada Terra**. Lisboa: Editorial Caminho, 2002.
- CRARY, Jonathan. **24/7: capitalismo tardio e os fins do sono**. 1ª ed. São Paulo: Ubu, 2016.
- CRARY, Jonathan. **Suspensões da percepção**. Coleção Cinema, Teatro e Modernidade. 1ª ed. São Paulo: Cosac & Naify, 2013.
- CRESWELL, John W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa**. 3ª ed. Porto Alegre: Penso, 2014.
- DAHL, Robert A. **Poliarquia: participação e oposição**. 1ª ed. São Paulo: Ed. USP, 2005.

DAHLIHAL, Puneet. *Public squares and resistance: the politics of space in the Indignados movement*. **Interface: a journal for and about social movements**, n. 4, 2012, pp. 251 - 273.

DALMAU, Rubén Martínez (ed.). **Teoría e práctica del poder constituyente**. Valencia: Tirant lo blanch, 2014.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

DARDEL, Éric. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo: Ensaio Sobre a Sociedade Neoliberal**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVENPORT, Thomas H. BECK, John C. **Economia da atenção**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAY, Richard J. F. **Gramsci is Dead: anarchist currents in the newest social movements**. Londres: Pluto Press, 2005.

DEAN, Jodi. **Neofeudalismo: the end of capitalism?** Artigo de opinião publicado em 12/5/2020 e disponibilizado em: <https://lareviewofbooks.org/article/neofeudalismo-the-end-of-capitalism/>.

DEAN, Jodi. **Tecnofeudalismo – uma defesa**. Artigo de opinião publicado em 1/6/2022 e disponibilizado em: <https://blogdaboitempo.com.br/2022/06/01/tecnofeudalismo-uma-defesa>.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. 1ª ed. Lisboa: Antígona, 2012.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia (Vol. 1)**. São Paulo: Editora 34, 2017.

DELLA PORTA, Donatella (ed.). **Methodological practices in social movement research**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

DELLA PORTA, Donatella. *Mobilizing against the crisis, mobilizing for another democracy: comparing two global waves of protest*. **Interface: a journal for and about social movements**, 4 (1), 2012, pp. 274-277.

DELLA PORTA, Donatella. *Political economy and social movement studies: The class basis of anti-austerity protests*. **Anthropological Theory**, 17 (4), 2017, pp. 453-473.

DELLA PORTA, Donatella. **Where did the revolution go? Contentious politics and the quality of democracy**. 1st ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

DELLA PORTA, Donatella; FERNÁNDEZ, Joseba; KOUKI, Hara; MOSCA, Lorenzo. *Movement Parties Against Austerity*. Cambridge (UK): Polity Press, 2017.

DENNINGER, Erhard. **“Security, Diversity, Solidarity” instead of “Freedom, Equality, Fraternity”**. In *Constellations*, Volume 7, n° 4, Oxford: Blackwell Publishers Ltd., 2000, p. 507-521.

DESCOLA, Phillipe. **Outras naturezas, outras culturas**. 1^a ed. São Paulo: Editora 34, 2016.

DESMOND, Matthew. **Evicted: poverty and profit in the american city**. New York: Broadway Books, 2016.

DESTROOPER, Tine. *Using the Human Rights framework as a mobilizing tool. The case of indigenous women’s movements in post-conflict Guatemala*. **Narratives of identity in social movements, conflicts and change**. *Research in Social Movements, Conflicts and Change*, vol. 40, pp. 87-119, Emerald Group Publishing, 2016.

DIANI, Mario. *The concept of social movement*. **The Sociological Review**, 40/1, 1992, pp. 1-25.

DIAS, Bruno Peixe. NEVES, José (coord.). **A política dos muitos: povo, classes e multidão**. Lisboa: Tinta da China, 2011.

DINIZ CAMPOS, Juliana Cristine. **Nomogénese e poder constituinte: fundamentação racional e a legitimidade democrática da norma constitucional**. Tese de Doutorado.

DIRLIK, Arif. *Place-Based Imagination: Globalism and the Politics of Place*. **Review (Fernand Braudel Center)**, Vol. 22, n. 2, 1999, pp. 151-187.

DOBROWOLSKI, Silvio (org.). **A constituição num mundo globalizado**. 1^a ed. Florianópolis: Diploma Legal, 2000.

DOBRY, Michel. **Sociologia das Crises Políticas: a dinâmica das mobilizações multissetoriais**. 1^a ed. São Paulo: Unesp, 2014.

DONATI, Paolo. *Political Discourse Analysis*. In EYERMAN, Ron. DIANI, Mario (eds.). **Studying Collective Actors**. London: Sage Publications, 1992.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo: por que oito famílias tem mais riqueza do que a metade da população do mundo?** 2^a impressão. São Paulo: Autonomia

Literária, 2017.

DUBATTI, Jorge. **O teatro dos mortos: introdução a uma filosofia do teatro**. São Paulo: Edições SESC, 2016.

DUMÉNIL, Gérard. LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

DUNCOMBE, Stephen. **Dream: re-imagining progressive politics in an Age of Fantasy**. New York: New Press, 2007.

DUNN, Meghan Marie. **On radical grounds: a rhetorical take on the emergence of #OccupyWallStreet in time, place, and space**. Tese de Doutorado. University of Colorado (EUA). 2015. 270pp.

DUPUIS-DÉRI, François. *Quem tem medo do povo? O debate entre ágora-fobia política e ágora-filia política*. **Revista Estudos Libertários (REL)**, UFRJ, vol. 1, 1º semestre de 2019. <https://revistas.ufrj.br/index.php/estudoslibertarios/article/download/24084/13884>.

DURAND, Cédric. **Tecnofeudalismo. Crítica de la economía digital**. San Sebastián e Adrogué: Kaxilda e La Cebra, 2021.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

EARL, Jennifer. *Controlling protest: new directions for research on the social control of protest*. In MYERS, D. J. CRESS, D. M. (eds.). **Authority in contention. Research in Social Movements, Conflicts and Change**, vol. 25, n. 3, special issue, Emerald Group Publishing, 2004, pp. 55-83.

EASTON, David. **An approach to the analysis of Political Systems**. *World Politics*, vol. 9, n. 3, abril 1957, pp. 383-400 (Cambridge University Press).

EATWELL, Roger. GOODWIN, Matthew. **Nacional-populismo: a revolta contra a democracia liberal**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

ECHEVERRÍA, Bolívar. **La modernidad de lo barroco**. Ciudad de México: Ediciones Era, 1998.

ECO, Humberto. **Como se faz uma Tese em Ciências Humanas**. 17ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 2011.

ECO, Umberto (org.). **História da beleza**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

ECO, Umberto (org.). **História da feiura**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

ELIASSON, Olafur. **Experience**. 1ª ed. New York: Phaidon Press, 2022.

ELLIOTT, Justin. **The origins of Occupy Wall Street explained**. Salon Magazine. 4.10.2011. Disponível em: www.salon.com/2011/10/04/adbusters_occupy_wall_st/.

ELSTER, Jon. SLAGSTAD, Rune. **Constitutionalism and Democracy (Studies in Rationality and Social Change)**. 2ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

EWING, William A. **The body: photoworks of the human body**. London: Thames & Hudson, 1996.

FAIRCLOUGH, Norman. FAIRCLOUGH, Isabela. **Political discourse analysis**. 1st. edition. London and New York: Routledge, 2012.

FERREIRA DA CUNHA, Paulo. *Do Constitucionalismo Global*. **Revista Brasileira de Direito Constitucional (RBDC)**, n. 15, jan/jun 2010, pp. 245/255.

FERREIRA, António Casimiro. **Sociedade da austeridade e Direito do Trabalho de exceção**. Lisboa: Vida Económica, 2012.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

FIANS, Guilherme Moreira. *Prefigurative Politics*. The open encyclopedia of Anthropology. **Cambridge Encyclopedia of Anthropology**. Disponível em www.anthroencyclopedia.com/entry/prefigurative-politics. 2022.

FISHER, Mark. **Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?** 1ª ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FLUSSER, Vilém. **Gestos**. São Paulo: Annablume, 2014.

FOROOHAR, Rana. **Don't be evil: the case against Big Tech**. London: Penguin Books, 2020.

FOSTER, Susan Leigh. **Choreographing Empathy: Kinesthesia in Performance**. 1st ed. London: Routledge, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Lisboa: Edições 70, 2018.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade, vol. II – O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 23ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

FOX PIVEN, Frances. **Challenging Authority: How Ordinary People Change America**. 5th ed. Lanham: Rowman e Littlefield, 2008.

FRASE, Peter. **Four futures. Life after capitalism.** New York: Verso, 2016.

FRASER, Nancy. *A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação.* Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, Outubro 2002, pp. 7-20.

FRASER, Nancy. JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica.** São Paulo: Boitempo, 2020.

FREELAND, Chrystia. **Plutocratas. A ascensão dos novos super-ricos globais e a queda de todos os outros.** Lisboa: Temas e Debates, 2014.

FREELAND, Chrystia. **Plutocratas. A ascensão dos novos super-ricos globais e a queda de todos os outros.** Lisboa: Temas e Debates, 2014.

FUCHS, Christian. **OccupyMedia! The Occupy Movement and Social Media in Crisis Capitalism.** Winchester (UK)/ Washington (USA): Zero Books, 2014.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o último homem.** Lisboa: Gradiva, 1999.

GAMSON, William A. *Bystanders, public opinion and the media.* In SNOW, David A. SOULE, Sarah. A. KRIESI, Hanspeter (eds.). **The Blackwell Companion to Social Movements.** Oxford: Blackwell, 2004, pp. 242-261.

GAMSON, William A. *The social psychology of collective action.* In MORRIS, Aldon. MUELLER, Carol McClurgh (eds.). **Frontiers in social movement theory.** New Haven, CT:

GAMSON, William A. **The strategy of social protest.** 2nd ed. Belmont, CA: Wadsworth, 1990.

GARCES, Chris. **People's Mic and democratic charisma: Occupy Wall Street's frontier assemblies.** Focaal (Journal of Global and Historical Anthropology), Volume 2013, Issue n. 66, pp. 88-102.

GERRING, John. **Pesquisa de estudo de caso. Princípios e práticas.** 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 2019.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade.** 3ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GIDDENS, Anthony. **Novas regras do método sociológico. Uma crítica positiva às sociologias interpretativas.** 2ª ed. Lisboa: Gradiva, 1996.

- GIDDENS, Anthony. **O Mundo na Era da globalização**. 4ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 2002.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GILBERT, Dennis. **The american class structure in an age of growing inequality**. 5ª ed. New York: Wadsworth Publishing, 1998.
- GILLION, Daniel Q. **The Loud Minority: Why Protests Matter in American Democracy**. Princeton: Princeton University Press, 2022.
- GILLION, Daniel Q. **The Political Power of Protest: Minority Activism and Shifts in Public Policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- GITLIN, Todd. **Occupy Nation: The roots, the spirit, and the promise of Occupy Wall Street**. New York: It books (Harper Collins), 2012.
- GLENDON, Mary Ann. **Rights Talk: the impoverishment of political discourse**. Reprint. New York: Free Press, 1998.
- GOFFMAN, Erving. **Frame analysis. An essay on the organization of experience**. New York: Harper & Row, 1974.
- GOHN, Maria da Glória (org.). **Movimentos sociais no início do século XXI. Antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos Movimentos Sociais: indignados, Occupy Wall Street, Primavera Árabe e mobilizações no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2013.
- GOLDBERG, RoseLee. **Performance Art: from futurism to the present**. London: Thames and Hudson, 2001.
- GOMES, Carla de Castro. *Corpo e emoção no protesto feminista: a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro*. Centro Latinoamericano en Sexualidad y Derechos Humanos. Revista **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 25, abril de 2017, pp. 231-255.
- GONZALEZ, Lélia de Almeida. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar, 2020.
- GOODWIN, Jeff. JASPER, James M. POLLETTA, Francesca (eds.). **Passionate politics. Emotions and social movements**. Chicago: Chicago University Press, 2001.
- GOYARD-FABRE, Simone. **O que é democracia?** São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- GOYARD-FABRE, Simone. **Os princípios filosóficos do Direito Político Moderno**. 1ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2002.

- GRAEBER, David. **Debt: the first 5,000 years**. New York: Melville House, 2012.
- GRAEBER, David. **Projeto Democracia. Uma ideia. Uma crise. Um movimento**. Lisboa: Editorial Presença, 2013.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRAY, John. **Sobre humanos e outros animais**. 2ª ed. Alfragide: Lua de papel, 2008.
- GREENE, Joshua. **Tribos morais: A tragédia da moralidade do senso comum**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- GRIFFIN, Stephen M. **American Constitutionalism: from theory to politics**. New Jersey: Princeton University Press, 1998.
- GUATTARI, Félix. ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 11ª ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2011.
- GUIDÈRE, Mathieu. **O choque das revoluções árabes (da Argélia ao Iémen, 22 países sob tensão)**. Lisboa: Edições 70, 2012.
- GUIDRY, John A. SAWYER, Mark Q. *Contentious Pluralism: The Public Sphere and Democracy*. **Perspectives on Politics. American Political Science Association Journal** (online), Vol. 1 (n. 2), 2003, pp. 273/289.
- GUILLEBAUD, Jean-Claude. **Le deuxième déluge: Face aux médias**. Paris: Desclée De Brouwer, 2011.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de presença. O que o sentido não consegue transmitir**. Rio de Janeiro: Contraponto (ed. PUC-Rio), 2010.
- GUNDERSON, Lance H. HOLLING, Crawford S. LIGHT, Stephen S. **Barriers and Bridges to the Renewal of Ecosystems and Institutions**. New York: Columbia University Press, 1995.
- GUNNING, Jeroen. BARON, Ilan Zvi. **Why occupy a square? People, protests, and movements in the Egyptian revolution**. London: C. Hurst & Co., 2013.
- GURR, Ted R. *On the outcomes of violent conflict*. In GURR, Ted R (editor). **Handbook of Political Conflict**. New York: Free Press, 1980, p. 238-294.
- GURRI, Martin. **The revolt of the public and the crisis of authority in the new millenium**. 2nd. edition. San Francisco, CA: Stripe Press, 2018.

HAAS, Peter. *Introduction: epistemic communities and internacional policy coordination*. **International Organization**, v. 46, n. 1, pp. 1-35, 1992.

HÄBERLE, Peter. **Hermenêutica Constitucional - A Sociedade Aberta dos Intérpretes da Constituição**. Contribuição para a interpretação pluralista e “procedimental” da Constituição. 1ª ed. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Comentários à ética do discurso**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. 2ª edição. Vols 1 e 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da Modernidade**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do Agir Comunicativo**. Vols. 1 e 2. 1ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

HAGNER, Michael. *Toward a history of attention in culture and science*. **MLN (Modern Language Notes)**, Vol. 118, n. 3, 2003, The Johns Hopkins University Press, pp. 670-687.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HALL, Budd L. *‘A giant human hashtag’: learning and the #Occupy Movement*. In HALL, B. L.; CLOVER, D. E.; CROWTHER, J.; SCANDRETT, E. (eds.). **Learning and Education for a Better World: The Role of Social Movements**. Rotterdam: Sense Publishers, 2012, pp. 127–140.

HALL, Stuart. *O ocidente e o resto: discurso e poder*. In **Projeto História**, São Paulo, n. 56, pp. 314-361, Maio-Agosto 2016.

HAMILTON, Alexander. JAY, John. MADISON, James. **O Federalista**. 2ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

HAMMOND, John L. *Carnival against the Capital of Capital: Carnavalesque protest in Occupy Wall Street*. In **Journal of Festive Studies**, vol. 2, n. 1, 2020, pp. 265-288.

HAMMOND, John L. *The significance of space in Occupy Wall Street*. **Interface: a journal for and about social movements**. Volume 5 (2), november 2013, pp. 499-524.

HAN, Byung-Chul. **Bom entretenimento: uma desconstrução da história da paixão ocidental**. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 2019.

HAN, Byung-Chul. **No enxame: perspectivas do digital**. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 2018b.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Âyiné, 2018a.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da Transparência**. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015.

HAN, Byung-Chul. **Topologia da violência**. 1ª ed. Petrópolis, Vozes: 2017.

HARARI, Yuval Noah. *Lessons from a year of Covid*. **Financial Times**. The Weekend Essay.

HARARI, Yuval Noah. **Notas sobre a pandemia: e breves lições para o mundo pós-coronavírus**. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª ed. 2020.

HARAWAY, Donna. *Tentacular thinking: anthropocene, capitalocene, chthulucene*. **E-Flux Journal**, n. 75, setembro/2016. Disponível em www.e-flux.com/journal/75/67125/tentacular-thinking-anthropocene-capitalocene-chthulucene/.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

HARVEY, David *et al.* **Occupy – movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo, 2012.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: Do Direito à Cidade à Revolução Urbana**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 21ª ed. São Paulo: Loyola, 2012.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 7ª ed. São Paulo: Loyola, 2013.

HARVEY, David. **Os limites do Capital**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

HAUNSS, Sebastian. KOHLMORGEN, Lars. *Lobbying or Politics? Political Claims-Making in IP Conflicts*. In HAUNSS, Sebastian. SHADLEN, Kenneth C. (eds). **The Politics of Intellectual Property**. Cheltenham, Glos: Edward Elgar Publishing, 2009, pp. 107-128. Disponível em <https://ssrn.com/abstract=1349656>.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da Filosofia do Direito**. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HEIDEGGER, Martin. **A caminho da linguagem**. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2003.

HELD, David. **Models of democracy**. 3ª ed. Palo Alto, CA: Stanford University Press, 2006.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

HILDEBRANDT, Paula. EVERT, Kerstin. PETERS, Sibylle. SCHAUB, Mirjam. WILDNER, Kathrin. ZIEMER, Gesa (ed.). **Performing Citizenship. Bodies, Agencies, limitations**. Cham (Switzerland): Palgrave MacMillan, 2019.

HOBBS, Thomas. **Elementos de Filosofia**. Coleção Fundamentos da Filosofia. 1ª ed. São Paulo: Ícone Editora, 2017.

HODGSON, Godfrey. **The Myth of American Exceptionalism**. New Haven, CT: Yale University Press, 2009.

HOFFE, Otfried. **A Democracia no mundo de hoje**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Teoria das Elites**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

HOLLING, Crawford Stanley. *Cross-Scale Morphology, Geometry, and Dynamics of Ecosystems*. **Ecological monographs**, vol. 62, issue 4, pp. 447-502, Ecological Society of America, December 1992. Disponível em: <https://esajournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.2307/2937313>.

HOLMES, Stephen. SUNSTEIN, Cass Robert. **O custo dos direitos**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a Gramática Moral dos Conflitos Sociais**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

HUARD, Raymond. *Existirá uma “política popular”?* In DIAS, Bruno Peixe. NEVES, José (coord.). **A política dos muitos: povo, classes e multidão**. Lisboa: Tinta da China, 2011.

HUDSON, Michael. **Superimperialism: the origins and fundamentals of US dominance**. London: Pluto Press, 2003.

HUNTINGTON, Samuel P. *The Clash of Civilizations Revisited*. **New Perspectives Quarterly**, Vol. 24, issue 1, 2007, pp. 53-59.

HUTTER, Swen. *Protest Event Analysis and its offspring*. In DELLA PORTA, Donatella (ed.). **Methodological practices in social movement research**. Oxford: Oxford University Press, 2014, chapter 14, pp. 335-367.

IGNATIEFF, Michael. **American exceptionalism and human rights**. Princeton: Princeton University Press, 2009.

INNERARITY, Daniel. **A política em tempos de indignação**. 1ª ed. Alfragide: Dom Quixote, 2016.

INNERARITY, Daniel. **A transformação da política**. Lisboa: Teorema, 2005.

INNERARITY, Daniel. **O novo espaço público**. Lisboa: Teorema, 2010.

INNERARITY, Daniel. **Uma teoria da Democracia Complexa**. Porto: Ideias de Ler, 2021.

JACKSON, Shannon. **Social Works: Performing Art, Supporting Publics**. London/New York: Routledge, 2011.

JAFFE, Steven H. **Activist New York: A History of People, Protest, and Politics**. New York: NYU Press, 2018.

JAMESON, Frederic. **O marxismo tardio**. São Paulo: Boitempo/UNESP, 1997.

JAMESON, Frederic. *Pós-Modernidade e sociedade de consumo*. **Revista Novos Estudos (CEBRAP)**, n. 12, junho/1985, pp. 16-26.

JAMIESON, Kathleen Hall. **Eloquence in an Eletronic Age – the transformation of political speechmaking**. Reprint Edition. New York: Oxford University Press, 1990.

JASPER, James M. **Protesto: uma introdução aos movimentos sociais**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

JOHNSON, Carter. NEWSHAM, Jack. RAMASWAMY, Anita. UNGARINO, Rebecca. BALL, Anneke. STEPHANIS, Brittany. **Protesters Tried to Hold Wall Street Accountable by Taking over Lower Manhattan for 60 Days. But 10 Years Later, the Rich Are Richer Than Ever. What Went Wrong?** *Business Insider*. Disponível em <https://www.businessinsider.com/occupy-wall-street-10-years-later-2021-9>. 2021.

JOHNSON, Steven. **Cultura da interface: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade. Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica**. Rio de Janeiro: Contraponto (Ed. PUC/Rio), 2006.

JUNG, Carl Gustav. **O homem e seus símbolos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2016.

JURIS, Jeffrey S. *Embodying Protest: Culture and Performance within Social Movements*. In: FLYNN, Alex. TINIUS, Jonas (eds.) **Anthropology, Theatre, and Development. The transformative potencial of performance**. London: Palgrave Macmillan, 2015, pp. 82-104.

JURIS, Jeffrey. RONAYNE, Michelle. SHOKOOH-VALLE, Firuzeh. WENGRONOWITZ, Robert. *Negotiating power and difference within the 99%*. **Social Movement Studies** 11, ns. 3-4, 2012, pp. 434-440.

KAHAN, Dan M. BRAMAN, Donald. *Cultural Cognition and Public Policy*. **Yale Law & Policy Review**, Vol. 24, Working Paper n. 87, pp. 147-171, 2006.

KAHN, Paul W. Political Time: sovereignty and the transtemporal community. *Cardozo Law Review*, vol. 28, n. 1, 2006, pp. 259-276. Disponível em http://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/320.

KAISER, Brittany. **Manipulados: como a Cambridge Analytica e o Facebook invadiram a privacidade de milhões e botaram a democracia em xeque**. 1ª ed. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2020.

KAKUTANI, Michiko. **A morte da verdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

KANTOROWICZ, Ernst H. **Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KATZ, Helena. **Um, dois, três: a dança é o pensamento do corpo**. Tese (Doutoramento em Comunicação e Semiótica). Pontífca Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). 1994. Disponível em <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21162>.

KAYDEN, Jerold S. **Privately Owned Public Space: the New York City experience**. New York: Wiley, 2000.

KENWORTHY, Lane. **Social Democratic Capitalism**. Ilust. Ed. Oxford: Oxford University Press, 2019.

KOOPMANS, Ruud. STATHAM, Paul. *Political Claims Analysis: integrating Protest Event and Political Discourse Approaches*. **Mobilization: an international quarterly**, vol. 4, n. 2, 1999, pp. 203–221.

KORTEN, David C. **O mundo pós-corporativo: vida após o Capitalismo**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001.

KRETZSCHMAR, Sylvie. *Verstärkung – Public Address Systems als Choreografien politischer Versammlungen*. In BURRI, Regula Valérie. EVERT, Kerstin. PETERS, Sibylle.

PILKINGTON, Esther. ZIEMER, Gesa (eds.). **Versammlung und Teilhabe: Urbane Öffentlichkeiten und performative Künste**. Bielefeld: Transcript, 2014, pp. 143–167.

KREUTZ, Adrian. *Within the shell of the old: on critical theory and prefigurative politics*. **Philosophy and Public Issues (New Series)**, Luiss University Press, Vol. 11, n. 2, pp. 101-139, 2021.

KRIESI, Hanspeter. KOOPMANS, Ruud. GIUGNI, Marco. DUYVENDAK, Jan Willem. *The politics of new social movements in Western Europe: a comparative analysis*. **Contemporary Sociology, a journal of reviews**, vol. 26, n. 3, Minneapolis e St. Paul: University of Minnesota Press, 1995.

KROLL, Andy. *How Occupy Wall Street really got started*. In GELDER, Sarah Van. **This Changes Everything**. São Francisco: Berrett-Koehler Publishers, 2011, pp. 16-21.

KRUGMAN, Paul. **Acabem com esta crise já!** 4ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 2012.

KUTTNER, Robert. STONE, Katherine V. **The rise of neo-feudalism**. Artigo de opinião publicado em 8/4/2020 e disponibilizado em: <https://prospect.org/economy/rise-of-neo-feudalism/>.

LABAN, Rudolf. **Domínio do Movimento**. 5ª ed. São Paulo: Summus, 1978.

LACAN, Jacques. **Escritos**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 17. O avesso da psicanálise (1969/1970)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

LACLAU, Ernesto. **A Razão Populista**. 1ª ed. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

LACLAU, Ernesto. MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista**. Santos, SP: Intermeios, 2015.

LAGAZZI, Suzy. *Paráfrases da Imagem e Cenas Prototípicas: em torno da Memória e do Equívoco*. In FLORES, G. B., NECKEL, N. R. M. GALLO, S. L. (orgs.). **Análise de Discurso em Rede: Cultura e Mídia**. Campinas: Pontes, pp. 177-189.

LATOUCHE, Serge. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. Lisboa: Edições 70, 2011.

LATOUR, Bruno. **A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. 1ª ed. São Paulo: UNESP, 2017.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 2012.

LE BON, Gustave. **Psicologia das Multidões**. 3ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

LEGROS, Patrick. MONNEYRON, Frédéric. RENARD, Jean-Bruno. TACUSSEL, Patrick. **Sociologia do Imaginário**. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.

LEIFELD, Philip. HAUNSS, Sebastian. *A comparison between Political Claims Analysis and Discourse Network Analysis: the case of software patents in the European Union*. **Max**

Planck Institute for Research on Collective Goods, n. 21, 2010, pp. 3-24. Disponível em <https://ssrn.com/abstract=1617194>.

LÉVINAS, Emmanuel. **De outro modo que ser ou para lá da essência**. Coleção Translata 7. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.

LÉVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito**. 1ª ed. Lisboa: Edições 70, 2008.

LEVITIN, Michael. *Generation Occupy. Reawakening american democracy*. Berkeley: Counterpoint, 2021.

LEVITSKY, Steven. ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LEVY, Nelson. **Crítica e Utopia**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

LEWIS, Penny. **Inequality After Occupy**. Artigo de opinião. Disponível em <https://workingclassstudies.wordpress.com/2014/03/03/inequality-after-occupy-2/>. Postado em 3/3/2014.

LINDAHL, Hans. *Constituent Power and Reflexive Identity: towards an ontology of collective selfhood*. In LOUGHLIN, Martin. WALKER, Neil (ed.). **The paradox of Constitutionalism. Constituent Power and Constitutional Form**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

LIPOVETSKY, Gilles. SERROY, Jean. **O capitalismo estético na era da globalização**. 1ª ed. Lisboa: Edições 70, 2014.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

LÖBACH, Bernd. **Design industrial: bases para a configuração dos produtos industriais**. 1ª ed. São Paulo: Blucher, 2001.

LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo civil**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LOUÇÃ, Francisco. MORTÁGUA, Mariana. **A dividadura: Portugal na crise do Euro**. Lisboa: Bertrand Editora, 2012.

LOVELOCK, James. **Gaia: alerta final**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.

LOVINK, Geert. **Dark fiber: tracking critical internet culture**. Cambridge, MA: MIT Press, 2002.

LUHMANN, Niklas. **Sistemas sociais: esboço de uma teoria geral**. Petrópolis: Vozes, 2016.

LUHMANN, Niklas. **Sociologia do Direito, vol. I**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1983.

LUHMANN, Niklas. **Trust and Power**. 1ª ed. Cambridge, UK: Polity Press, 2017.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. 12ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

MACIEL, Caio Augusto Amorim. BARBOSA, David Tavares. *Democracia, espaço público e imagens simbólicas da cidade do Recife*. In CASTRO, Iná Elias de. RODRIGUES, Juliana Nunes. RIBEIRO, Rafael Winter (orgs.). **Espaços da Democracia. Para a agenda da geografia política contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MACIEL, Caio Augusto Amorim. **Metonímias Geográficas: Imaginação e Retórica da paisagem no semiárido pernambucano**. Tese (Doutoramento em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. 527pp. 2004. Disponível *online*: https://minerva.ufrj.br/F/?func=direct&doc_number=000653693&local_base=UFR01.

MADISON, James. HAMILTON, Alexander. JAY, John. **O Federalista**. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

MAECKELBERGH, Marianne. *Doing is believing: prefiguration as strategic practice in the alterglobalization movement*. **Social movement studies**. Vol. 10, Issue 1, 2011, pp. 1-20.

MALISKA, Marcos Augusto. *Constituição e Estado pós-nacional. Reflexões sobre os desafios do Direito Constitucional em face da abertura da ordem jurídica estatal e das demandas internas por cidadania não homogeneizantes*. **Revista Latino-Americana de Estudos Constitucionais**, Vol. 8, pp. 220-245, 2008.

MANENT, Pierre. **A Razão das Nações. Reflexões sobre a Democracia na Europa**. Lisboa: Edições 70, 2008.

MANIN, Bernard. PRZEWORSKI, Adam. STOKES, Susan C. **Democracy, Accountability and Representation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia**. Boston: Cengage Learning, 2019.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Lisboa: Temas e Debates, 2011.

MARCUSE, Herbert. **O homem unidimensional: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada**. 1ª ed. São Paulo: Edipro, 2015.

MARSHALL, T. H. *Citizenship and social class*. In MARSHALL, T. H. e BOTTOMORE, Tom. **Citizenship and social class**. Londres: Pluto Press, 1992 [1949-1950].

MATOS, Ana Raquel. **“Birthing democracy”: between birth policies in Portugal and mothering new forms of democracy in Brazil**. Tese de Doutorado. Universidade de Coimbra, 2012, 343 pp.

MATOS, Ana Raquel. *“Pela vossa saúde, protestem!”*. *As manifestações de protesto como espaços de participação cidadã em Portugal*. In: MATOS, Ana Raquel. SERAPIONI, Mauro (orgs.). **Saúde, participação e cidadania**. Coimbra: Almedina, 2014, pp. 195-211.

MATTAR, Khris. **O Movimento de Justiça Global**. Ijuí: UNIJUI, 2013.

MATTONI, Alice. *Repertoires of communication in social movement processes*. In CAMMAERTS, Bart. MATTONI, Alice. McCURDY, Patrick (eds.). **Mediation and protest movements**. Bristol (UK): Intellect, 2013.

MATURANA, Humberto R. VARELA, Francisco J. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MAUS, Ingeborg. **O direito e a política – Teoria da Democracia**. 1ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

MAZZUCATO, Mariana. **O valor de tudo: produção e apropriação na economia global**. 1ª ed. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2020.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Coletânea de Direito Internacional**. São Paulo: RT, 2010.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 1ª ed. São Paulo: N-1 edições, 2018.

McADAM, Doug. 1982. Political process and the development of black insurgency, 1930-1970. Chicago: University of Chicago Press.

McADAM, Doug. McCARTHY, John D. ZALD, Mayer N. *Social Movements*. In SMELSER, Neil J (editor). **Handbook of Sociology**. Beverly Hills: Sage, 1988, p. 695-737.

McADAM, Doug. TILLY, Charles. GIUGNI, Marco. **How Social Movements matter**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

McCANN, Michael. *How does Law Matter for social movements?* In GARTH, Bryant. SARAT, Austin (eds.). **How does Law Matter?** Illinois: Northwestern University Press, 1998.

McCANN, Michael. **Law and social movements**. Londres/Burlington: Ashgate Publishing, 2006.

McCARTHY, John. ZALD, Mayer. *Resource mobilization and social movements: a partial theory*. **The American Journal of Sociology**, vol. 82, n. 6, p. 1212-1241, 1977.

McGARRY, Aidan. ERHART, Itir. ESELEN-ZIYA, Hande. JENZEN, Olu. KORKUT, Umut. **The aesthetics of global protest: visual culture and communication**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2020.

MEAD, Margaret. *National Character*. In TAX, Sol. ACKERKNECHT, Erwin Heinz. **Anthropology Today: Selections**. Chicago: Chicago University Press, pp. 396-421.

MELUCCI, Alberto. **Challenging codes: collective action in the information age**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MENDES, José Manuel de Oliveira. *“Nós também fazemos história”: Protesto e cidadania num contexto democrático*. **Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia**, Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção, 2004. Disponível em: <https://aps.pt/pt/atas-v-congresso/>.

MENDES, José Manuel. SEIXAS, Ana Maria. *Acção coletiva, protesto e cidadania*. **Revista Crítica de Ciências Sociais [online]**, n. 72, pp. 3-6, 2005. Disponível em <http://journals.openedition.org/rccs/976>.

MENESES, Maria Paula. SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2011.

MERHY, Emerson Elias. *O conhecer militante do sujeito implicado: o desafio em reconhecê-lo como saber válido*. In FRANCO, Túlio Batista. PERES, Marco Aurélio de Anselmo. FOSCHIERA, Marlene Madalena Possan. **Acolher Chapecó: uma experiência de mudança do modelo assistencial, com base no processo de trabalho**. São Paulo: Editora Hucitec, 2004, pp. 21-45.

MERLE, Jean-Christophe. MOREIRA, Luiz. **Direito e Legitimidade**. São Paulo: Landy, 2003.

MERRIAM, Sharan B. TISDELL, Elizabeth J. **Qualitative research: a guide to design and implementation**. 4ª ed. revisada. New Jersey: Jossey-Bass, 2015.

MEYER, David S. WHITTIER, Nancy. *Social movement spillover*. **Social problems**, vol. 41, issue 2, pp. 277-298, may 1994. Disponível em: <https://academic.oup.com/socpro/article-abstract/41/2/277/2925324?login=false>.

MICHELS, Robert. **Para uma Sociologia dos Partidos Políticos na Democracia Moderna**. Lisboa: Antígona, 2001.

MIELKOV, Iurii. TOLSTOUKHOV, Anatoliy. *Development of today's democracy: People, Power and Human Personality*. In **Democracia Hoje**. Coleção Hespérides, n. 9. Organização: Marta Nunes da Costa. Famliação: Edições Húmus, 2012, pp. 223/234.

MIGUEL, Luis Felipe. *Representação política em 3-D. Elementos para uma teoria ampliada da representação política*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**, Vol. 18, n. 51, pp. 123-140, 2003. Disponível em www.scielo.br/j/rbcso.

MILANOVIC, Branko. **Capitalismo sem rivais: o futuro do sistema que domina o mundo**. 1ª ed. São Paulo: Todavia, 2020.

MILKMAN, Ruth. LUCE, Stephanie. LEWIS, Penelope. **Changing the Subject: a bottom-up account of Occupy Wall Street in New York City**. New York: CUNY, The Murphy Institute, 2013.

MILL, John Stuart. **Utilitarismo – A liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MINCATO, Ramiro. **A questão do “subjugai” em Gn 1,28**. Revista Eletrônica da PUC/RS. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br>.

MINKOWSKI, Eugène. **Verso una cosmologia. Frammenti filosofici**. Torino: Einaudi, 2005.

MONGIN, Olivier. **A condição urbana. A cidade na era da globalização**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat, Barão de. **O espírito das leis**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MOORE JR., Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. 1ª ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

MORGADO, Miguel. **Autoridade**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS), 2010.

MORIN, Edgar. BAUDRILLARD, Jean. **A violência do mundo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 5ª ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech: A ascensão dos dados e a morte da política**. 1ª ed. São Paulo: Ubu, 2018.

MOSCA, Gaetano. *A classe dirigente*. In SOUZA, Amaury de (org.). **Sociologia Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1966, pp. 51-69.

MOTA, Júlio César de Souza. **A poética em que o verbo se faz carne: um estudo do teatro físico a partir da perspectiva coreológica do sistema Laban de Movimento**. Tese (Doutoramento em Artes Cênicas). Universidade Federal da Bahia (UFBA). 2006. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/9548/1/TeseComSeg.pdf>.

MOUFFE, Chantal. **O regresso do político**. Coleção Trajectos. Lisboa: Gradiva, 1996.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la?** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MÜLLER, Friedrich. **Quem é o povo? A questão fundamental da democracia**. 5ª ed. São Paulo: RT, 2010.

MURPHY, Liam. NAGEL, Thomas. **O mito da propriedade**. 1ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2005.

NAIM, Moisés. **O fim do Poder**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Leya Brasil, 2013.

NÁRDIZ, Alfredo Ramírez. **Democracia participativa. La democracia participativa como profundización en la democracia**. Valência: Tirant lo Blanch, 2010.

NEGRI, Antonio. HARDT, Michael. **Assembly**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

NEGRI, Antonio. HARDT, Michael. **Império**. 10ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2012.

NEGRI, Antonio. HARDT, Michael. **Multidão: guerra e democracia na era do império**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

NEVES, Marcelo. **A Constitucionalização Simbólica**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

NEVES, Marcelo. **Entre Têmis e Leviatã: uma relação difícil. O Estado democrático de Direito a partir e além de Luhmann e Habermas**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

NEVES, Rômulo Figueira. *A ocorrência de influência externa nos sistemas sociais autopoieticos – os processos sobrecomunicativos*. **Plural: Revista de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP)**, v. 13, 2006, pp. 35-60. Disponível em www.revistas.usp.br/plural/article/view/75160.

NORTH, Douglass C. **Institutions, Institutional Change, and Economic Performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

NUNES, António José Avelãs. **A crise do capitalismo: capitalismo, neoliberalismo, globalização**. Lisboa: Página a Página, 2012.

NUNES, Nuno. **Desigualdades sociais e práticas de ação coletiva na Europa**. Lisboa: Mundos Sociais, 2013.

O'NEIL, Cathy. **Algoritmos de destruição em massa**. 1ª ed. Santo André, SP: Rua do Sabão, 2021.

OBER, Josiah. **Demokratia: a conversation on Democracies Ancient and Modern**. New Jersey: Princeton University Press, 1996.

OBER, Josiah. **Political dissent in democratic Athens: intellectual critics of popular rule**. New Jersey: Princeton University Press, 1998.

OFFE, Claus. *New Social Movements: Challenging the Boundaries of Institutional Politics*. **Social Research**, Vol. 52 (n. 4), 1985, pp. 817/868.

OLIEN, Clarice N. TICHENOR, Philip. J. DONOHUE, George A. *Media and Protest*. In GRUNIG, Larissa A. (ed.). **Environmental Activism Revisited: The Changing Nature of Communication through Organizational Public Relations, Special Interest Groups and the Mass Media**. Monographs in Environmental Education and Environmental Studies, Volume V, 1989, pp. 25-39.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (org.). **Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil**. São Paulo: Marco Zero/Rio de Janeiro: UFRJ, 1987, pp. 31-41.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. São Paulo: EDUSP (Editora da Universidade de São Paulo), 1999.

OLSON, Parmy. **We Are Anonymous: Inside the Hacker World of LulzSec, Anonymous, and the Global Cyber Insurgency**. Boston: Little, Brown and Company, 2012.
on an ongoing anthropological debate. **Cambridge Anthropology**, 33 (1), 2015, pp. 2-17.

ORTEGA Y GASSET, José. **A rebelião das massas**. 1ª ed. Campinas, SP: Vide, 2016.

ORTIZ, Isabel. BURKE, Sara. BERRADA, Mohamed. CORTÉS, Hernán. **World Protests (2006-2013)**. *Paper*. Disponível em http://policydialogue.org/files/publications/World_Protests_2006-2013-Final.pdf.

OSBORNE, Roger. **Do povo para o povo. Uma nova história da democracia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

PARETO, Vilfredo. **A transformação da democracia**. 1ª ed. Coimbra: Actual, 2019.

PARETO, Vilfredo. *As elites e o uso da força na sociedade*. In SOUZA, Amaury de (org.). **Sociologia Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1966, pp. 70-88.

PARISER, Eli. **O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PASSET, René. **A ilusão neoliberal. O homem é joguete ou actor da história?** 1ª ed. Lisboa: Terramar, 2002.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica.** 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

PEREIRA, Rodolfo Viana. **Direito Constitucional democrático.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

PEREZ LUÑO, Antonio Enrique (org.). **Derechos humanos y constitucionalismo ante el tercer milenio.** Madri: Marcial Pons, 1996.

PERRY, Elizabeth J. *Chinese conceptions of “rights”: from Mencius to Mao – and now.* **Perspectives on politics**, vol. 6, n. 1, pp. 37-50, 2008. Disponível em: <http://nrs.harvard.edu/urn-3:HUL.InstRepos:10885501>.

PETERS, Anne. *The merits of global constitutionalism.* **Indiana Journal of Global Legal Studies**, Vol. 16, n. 2, 2009, pp. 397/411. Disponível em <http://ssrn.com/abstract=1492141>.

PHILLIPS, Anne. **The Politics of Presence: the political representation of gender, ethnicity, and race.** Oxford: Oxford University Press, 1998.

PICKERING, Andrew. **The Mangle of Practice - Time, Agency & Science.** Chicago: Chicago University Press, 1995.

PICKETT, Kate. WILKINSON, Richard. **O espírito da Igualdade.** 1ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 2010.

PIKETTY, Thomas. **A economia da desigualdade.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

PIKETTY, Thomas. **Capital and Ideology.** Cambridge: Belknap Press (Harvard University Press), 2020.

PIKETTY, Thomas. **Capital in the Twenty-First Century.** Cambridge: Belknap Press (Harvard University Press), 2014.

POIARES MADURO, Miguel. **A Constituição Plural. Constitucionalismo e União Europeia.** Cascais: Principia, 2006.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens da nossa época.** Rio de Janeiro: Campus, 2011.

POLI, Luciana Costa. *Por um ativismo pró-Sustentabilidade*. In **Revista Novos Estudos Jurídicos**, vol. 18, n. 2, maio/agosto de 2013, pp. 179/195. Disponível em www.univali.br/periodicos.

POWELL, Brittany M. TAYLOR, Astra (foreword). **The Debt Project: 99 Portraits Across America**. Portland: Graphic Arts Books, 2020.

PRAINSACK, Barbara. *Logged out: ownership, exclusion and public value in the digital data and information commons*. In **Big Data & Society (BD&S)**, Vol. 6, Issue 1, SAGE Publications, January-June 2019.

PRATT, Mary Louise. *Arts of the Contact Zone*. Profession. **Modern Language Association**, pp. 33–40, 1991. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/25595469>.

PRATT, Robert A. **Selma's Bloody Sunday. Protest, voting rights, and the struggle for racial equality**. Baltimore: John Hopkins University Press, 2017.

PRIEUR, Michel. **O princípio da “não regressão” no coração do direito do homem e do Meio Ambiente**. In *Revista Novos Estudos Jurídicos*, vol. 17, n. 1, 2012. Disponível em www.univali.br/periodicos.

PRIOR, Markus. **Post-broadcast democracy: how media choice increases inequality in political involvement and polarizes elections**. 1st ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. 1^a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

QUEIROZ, Cristina. **Direito Constitucional Internacional**. Coimbra: Coimbra Editora, 2011.

QUEIROZ, Cristina. **Poder constituinte, democracia e direitos fundamentais – uma via constitucional para a Europa?** Coimbra: Coimbra Editora, 2013.

RADOVAC, Lilian. *Mic check: Occupy Wall Street and the space of audition*. **Communication and critical/cultural studies**. Vol.11, Issue 1, 2014, pp. 34-41.

RAEKSTAD, Paul. GRADIN, Sofa Saio. **Prefigurative Politics**. Cambridge: Polity, 2020.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. 2^a ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. **Dissensus: on politics and aesthetics**. London: A & C Black, 2010.

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. 1^a ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. 1^a ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

RANDALL, Adrian; CHARLESWORTH, Andrew (eds.). **Moral Economy and Popular Protests: Crowds, Conflict and Authority**. New York: St. Martin's Press, 1999.

RAUNIG, Gerald. *n-1: Die Mannigfaltigkeit machen. Ein philosophisches Manifest*. In KASTNER, Jens. LOREY, Isabell. RAUNIG, Gerald. WAIBEL, Tom (eds.). **Occupy! Die aktuellen Kämpfe um die Besetzung des Politischen**. Wien: Turia+Kant, pp. 113–134.

RAWLS, John. **A lei dos povos e a ideia de razão pública revisitada**. Lisboa: Edições 70, 2014.

REICH, Robert. **Supercapitalismo. Como o capitalismo tem transformado os negócios, a democracia e o cotidiano**. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2008.

RELPH, Edward. **Place and placelessness**. New York: SAGE, 2008.

RIAIN, Seán Ó. *States and Markets in an Era of Globalization*. **Annual Review of Sociology**, Vol. 26, 2000, pp. 187-213. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/223442>.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. CAMPOS, Andreilino. SILVA, Catia Antonia da (orgs). **Cartografia da ação e dos movimentos da sociedade: desafio das experiências urbanas**. Rio de Janeiro: Lamparina (CAPES), 2011.

RICOEUR, Paul. *A atenção: estudo fenomenológico da atenção e de suas conexões filosóficas*. In RICOEUR, Paul. **Escritos e conferências 3: antropologia filosófica**. São Paulo: Loyola, 2016 [artigo original publicado em 1940], pp. 43-74.

RIFKIN, Jeremy. **A Terceira Revolução Industrial**. 1ª ed. São Paulo: M. Books, 2000.

RIFKIN, Jeremy. **Sociedade com custo marginal zero**. 1ª ed. São Paulo: M. Books, 2015.

RIOT-SARCEY, Michèle. PICON, Antoine. BOUCHET, Thomas. **Dicionário das Utopias**. Lisboa: Texto & Grafia, 2009.

ROMEO, Francisco Palacios. *Del proceso destituyente al debate constituyente. 10 elementos para uma democracia radical*. In DALMAU, Rubén Martínez (ed.). **Teoría e práctica del poder constituyente**. Valencia: Tirant lo blanch, 2014, pp. 191/331.

RORTY, Richard. *Feminism, Ideology, and Deconstruction: A Pragmatist View*. **Hypathia**, vol. 8, n. 2 (special issue: feminism and pragmatism), 1993. Disponível em <http://www.cyberartsweb.org/cpace/cspace/schwartz/philosophies.html>.

ROSANVALLON, Pierre. **Counter-democracy. Politics in an age of distrust**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do Político**. São Paulo: Alameda, 2010.

- ROSS, Carne. **A revolução sem líder**. Lisboa: Bertrand Editora, 2012.
- ROTHKOPF, David. **Superclasse – a elite do poder global e o mundo que ela está a construir**. 1ª ed. Lisboa: Quidnovi, 2008.
- ROUBINI, Nouriel. **Mega-ameaças**. Lisboa: Planeta, 2023.
- ROUCHOU, Joëlle. VELLOSO, Monica Pimenta. OLIVEIRA, Cláudia de (eds.). **Corpo: Identidades, Memórias e Subjetividades**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- ROUDINESCO, Élisabeth. PLON, Michel. **Dicionário de Psicanálise**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. 1ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- RUBERG, Willemijn. **History of the Body**. New York: Bloomsbury, 2019.
- RUDDER, Christian. **Dataclisma**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record (BestSeller), 2015.
- RUMMEL, Rudolph Joseph. **Statistics of Democide: genocide and mass murder since 1900**. Charlottesville: Center for National Security Law, 1997.
- RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. 1ª ed. São Paulo: Todavia, 2018.
- SAAD, Lydia. Disponível em: <https://news.gallup.com/poll/268766/socialism-popular-capitalism-among-young-adults.aspx>. 2019
- SAAD, Lydia. JONES, Jeffrey M. Disponível em: <https://news.gallup.com/poll/268295/support-government-inches-not-socialism.aspx>. 2019.
- SABARIEGO, Jesús. *The impact of social movements on public awareness of a commons-based democracy. Technopolitical approaches of Portuguese and Spanish recent global social movements*. In BROWN, Maria. BRIGUGLIO, Michael (eds.). **Social Welfare issues in Southern Europe**. 1st ed. London/New York: Routledge, 2022.
- SAFATLE, Vladimir Pinheiro. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. São Paulo: Cosac & Naif, 2015a.
- SAFATLE, Vladimir Pinheiro. *Por um conceito “antipredicativo” de reconhecimento*. **Lua Nova**, São Paulo, n. 94, p. 79-116, 2015b.
- SAFATLE, Vladimir. SILVA JUNIOR, Nelson da. DUNKER, Christian. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. **Reinventar a democracia**. Coleção Fundação Mário Soares. 2ª ed. Lisboa: Gradiva, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. TRINDADE, João (orgs.). **Conflito e transformação social: uma paisagem das justiças em Moçambique**. Porto: Afrontamento, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. *Para um novo senso comum – a ciência, o direito e a política na transição paradigmática, Vol. 1*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. Vol. 4. 2ª ed. Porto: Afrontamento, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. AVRITZER, Leonardo. *Para ampliar o cânone democrático*. In SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 39/82.

SANTOS, Boaventura de Sousa. AVRITZER, Leonardo. *Para ampliar o cânone democrático*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Fórum Social Mundial: manual de uso**. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O Estado heterogéneo e o pluralismo jurídico**. In SANTOS, Boaventura de Sousa. TRINDADE, João (orgs.). **Conflito e transformação social: uma paisagem das justiças em Moçambique**. Porto: Afrontamento, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Poderá o Direito ser emancipatório?** *In Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, n. 65, maio de 2003, pp. 3-76.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Fabiano. BORGES, Mariana. **Poder de agenda**. Brasília: Enap, 2018.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SARAMAGO, José. **O conto da ilha desconhecida**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SAUNDERS, Cheryl. **Constitution transformation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

SCAMMELL, Margaret. *Politics and Image: the conceptual value of branding*. **Journal of Political Marketing**, Vol. 14, Issue 1-2 (Political Branding), pp. 7-18, 2015. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15377857.2014.990829>.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SCHOR, Juliet B. **After the Gig: how the sharing economy got hijacked and how to win it back**. 1st ed. Berkeley: University of California Press, 2020.

SCHRAM, Sanford F. *Occupy precarity*. Johns Hopkins University Press. **Theory & Event**, 16, 1, March 2013. Disponível em http://muse.jhu.edu/journals/theory_and_event/.

SCHRAMM, Wilbur. *Notes on case studies of instructional media projects*. Working paper for the **Academy for Educational Development**, Washington, D.C., 1971.

SCHUDSON, Michael. *O modelo americano de jornalismo: exceção ou exemplo?* In **Revista Comunicação & Cultura**, n. 3, jan/2007, pp. 115-130. Disponível online: <https://revistas.ucp.pt/index.php/comunicacaoecultura/article/view/442>.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. 1ª ed. São Paulo: UNESP Editora, 2017.

SCHWAB, Klaus. VANHAM, Peter. **Capitalismo stakeholder: uma economia global que trabalha para o progresso, as pessoas e o planeta**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Alta Cult, 2023.

SEN, Amartya. KLIKSBURG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, Amartya. **Sobre Ética e Economia**. Coimbra: Almedina, 2012.

SHARP, Gene. **Da ditadura à democracia: uma estrutura conceitual para a libertação**. São Paulo: Albert Einstein Institution, 2010.

SHIRKY, Clay. **A cultura da participação. Criatividade e generosidade no mundo conectado**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SHIRKY, Clay. **Lá vem todo mundo. O poder de organizar sem organizações**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

SILVA, Christine Oliveira Peter da. **A Reforma Administrativa e a Emenda n. 19/98: uma análise panorâmica**. In *Revista Jurídica Virtual da Presidência da República*. Brasília, vol. 1, n. 1, maio de 1999.

SILVEIRA, Alessandra. *Intersubjectividade, interdemocraticidade, interconstitucionalidade. Filosofia Política e Juridicidade Europeia*. In ROSAS, João Cardoso. MOURA, Vítor (orgs). **Pensar radicalmente a Humanidade. Ensaio em homenagem ao Prof. Doutor Acílio da Silva Estanqueiro Rocha**. Reimpressão. Famalicão: Húmus, 2012.

SILVERSTONE, Roger. *Complicity and collusion in the mediation of everyday life*. **New Literary History**, Vol. 33, n. 4, The Johns Hopkins University Press, 2002, pp. 761-780.
SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da Sociologia**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SIMON, Herbert A. *Designing organizations for an information-rich world*. In GREENBERGER, Martin (org.). **Computers, Communication, and the Public Interest**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1971.

SIMON, Herbert A. NEWELL, Allen. **Human Problem Solving**. Reprinted edition. Brattleboro, VT: Echo Point Books & Media, 2019.

SINTOMER, Yves. HERZBERG, Carsten. RÖCKE, Anja. ALLEGRETTI, Giovanni. *Transnational Models of Citizen Participation: The Case of Participatory Budget*. **Journal of Public Deliberation**, Vol. 8, issue 2, article 9, 2012. Disponível em: <http://www.publicdeliberation.net/jpd/vol8/iss2/art9>.

SINTOMER, Yves. **O poder ao povo – júris de cidadãos, sorteio e democracia participativa**. Belo Horizonte: Editora UFMG (Coleção Humanitas), 2010.

SLADE, Giles. **Made to break: technology and obsolescence in America**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2006.

SLÖTERDIJK, Peter. **A crítica da razão cínica**. Lisboa: Relógio d'Água, 2011.

SLÖTERDIJK, Peter. **Crítica da Razão Cínica**. Relógio D'água, 2011.

SLÖTERDIJK, Peter. **No mesmo barco: ensaio sobre a Hiperpolítica**. Lisboa: Edições século XXI, 1996.

SLÖTERDIJK, Peter. **O mundo não tem mais tempo a perder: apelo por uma governança mundial solidária e responsável**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

SLÖTERDIJK, Peter. **Palácio de Cristal: para uma Teoria Filosófica da Globalização**. Lisboa: Relógio d'Água, 2008.

SLÖTERDIJK, Peter. **Regras para o parque humano: uma resposta à 'carta sobre o humanismo'**. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

SLÖTERDIJK, Peter. **Tens de mudar de vida**. Lisboa: Relógio D'água, 2018.

SNOW, David A. BENFORD, Robert D. *Framing processes and social movements: an overview and assessment*. **Annual Review of Sociology**, n. 26, 2000, pp. 611-629.

SNOW, David A. BENFORD, Robert D. *Master frames and cycles of protest*. In A. D. Morris and C. M. Mueller (eds.). **Frontiers in social movement theory**. New Haven, CT: Yale University Press, 1992, pp. 133-155.

SNYDER, Timothy. **Sobre a tirania: Vinte lições do século XX para o presente**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SOLANA, Javier. INNERARITY, Daniel (orgs.). **A humanidade ameaçada. A gestão dos riscos globais**. Porto: Teodolito, 2013.

SOLOVE, Daniel J. **The digital person. Technology and privacy in the Information Age**. New York: NY University Press, 2004.

SPEED, Richard. BUTLER, Patrick. COLLINS, Neil. *Human Branding in Political Marketing: Applying Contemporary Branding Thought to Political Parties and Their Leaders*. **Journal of Political Marketing**, vol. 14, issue 1-2 (Political Branding), pp. 129-151, 2015. Disponível: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/15377857.2014.990833>.

STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

STEGER, Manfred B. JAMES, Paul. **Globalization matters. Engaging the global in unsettled times**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

STEINBERG, Rebecca Lila. *The Occupy Assembly: discursive experiment in direct democracy*. **Journal of Language and Politics**. Vol. 13, Issue 4, jan. 2014, pp. 702-731.

STICHWEH, Rudolf. *Inklusion und Exklusion in der Weltgesellschaft – am Beispiel der Schule und des Erziehungssystems*. **Zeitschrift für Inklusion**, Bonn, nr. 1, 2013. Disponível em www.inklusion-online.net.

STIGLITZ, Joseph E. **A economia mais forte do mundo. Um plano para revitalizar a economia americana e promover a prosperidade global**. 1ª ed. Lisboa: Bertrand Editora, 2017.

STIGLITZ, Joseph E. **O preço da desigualdade**. Lisboa: Bertrand Editora, 2013.

STRECHT, Pedro. **Hiperactividade e Défice de Atenção**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2018.

STRECK, Wolfgang. **How will capitalism end? Essays on a failing system**. Illustrated edition. London: Verso, 2016.

STREET, Anna. ALLIOT, Julien. PAUKER, Magnolia (ed.). **Inter Views in Performance Philosophy: Crossings and Conversations**. London: Palgrave Macmillan, 2017.

SULLIVAN, Louis Henry. **The autobiography of an idea**. Mineola, NY: Dover Publications, 2012.

SUNKARA, Bhaskar. **O manifesto socialista: em defesa da política radical numa era de extrema desigualdade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

SUPIOT, Alain. **O espírito de Filadélfia: a justiça social diante do mercado total**. 1ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

SUROWIECKI, James. **A sabedoria das multidões**. Lisboa: Lua de papel, 2007.

SUTTON, Barbara. **Bodies in crisis: Culture, Violence, and Women's Resistance in Neoliberal Argentina**. Ithaca, NY: Rutgers University Press, 2010.

SUTTON, Barbara. *Naked Protest: Memories of Bodies and Resistance at the World Social Forum*, **Journal of International Women's Studies**: vol. 8, issue 3, article 10, 2007. Disponível em <https://vc.bridgew.edu/jiws/vol8/iss3/10/>.

TALEB, Nassim Nicholas. **Antifrágil**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Best Business, 2017.

TARDE, Gabriel. **Psychologie économique**. Tome 1. Paris: Alcan, 1902.

TARROW, Sidney. *Making Social Science Work across space and time: a critical reflection on Putnam's making democracy work*. **American Political Science Review**, Cambridge, v. 90, n. 2, p. 389-397, June, 1996.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TARROW, Sidney. **Power in movement: Social movements, collective action and politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

TARROW, Sidney. **Power in Movement: Social Movements, Collective Action and Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

TARROW, Sidney. *Social Protest and Policy Reform: May 1968 and the Loi d'Orientation in France*. **Comparative Political Studies**, n. 25, 1993, p. 579-607.

TATON, René. **Science antique et médiévale**. Paris: PUF, 1994.

TAYLOR, Astra. **The people's platform: taking back power and culture in the Digital Age**. New York: Metropolitan Books, 2014.

TAYLOR, Charles (org.). **Multiculturalismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

TEJERINA, Benjamin. PERUGORRÍA, Ignacia. **Crisis and Social Mobilization in Contemporary Spain: The 15M Movement**. 1st ed. London/New York: Routledge, 2017.

TEUBNER, Gunther. *A Bukowina global sobre a emergência de um pluralismo jurídico transnacional*. Piracicaba (SP): **Revista Impulso**, n. 14, pp 9-31. Disponível em <http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp33art01.pdf>.

TEUBNER, Gunther. **Direito, sistema e policontextualidade**. Piracicaba (SP): UNIMEP, 2005.

TEUBNER, Gunther. *The Anonymous Matrix: Human Rights Violations by 'Private' Transnational Actors*. In **Modern Law Review**, Vol. 69, 2006, pp. 327-346. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=893106>.

THEOPHANIDIS, Philippe. *Interregnum as a legal and political concept: a brief contextual survey*. **Synthesis – an anglophone journal of comparative literary studies**, issue n. 9, National Documentation Centre (EKT), 2016. Disponível: <https://ejournals.epublishing.ekt.gr/index.php/synthesis/article/view/16228>.

THERBORN, Göran (ed.). **Inequalities of the World: New Theoretical Frameworks, Multiple Empirical Approaches**. Ilust. ed. New York: Verso, 2006.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

THOREAU, Henry David. **A desobediência civil. Defesa de John Brown**. Lisboa: Antígona, 2005.

THORNHILL, Christopher. **A Sociology of Constituent Power: The Political Code of Transnational Societal Constitutions**. *Indiana Journal of Global Legal Studies*, n. 20, 2013, pp. 551-603.

TILLY, Charles. 1978. **From mobilization to revolution**. An Arbor: Addison-Wesley.

TILLY, Charles. **Contentious performances**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

TILLY, Charles. **Democracia**. Petrópolis: Vozes, 2013.

TILLY, Charles. **Popular Contention in Great Britain, 1758-1834**. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

TILLY, Charles. *Social movement as historically specific clusters of political performances*. **Berkeley Journal of Sociology**, 1993-4, n. 38, pp. 1-30

TILLY, Charles; McADAM, Doug; TARROW, Sidney. **Dynamics of contention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

TIPKE, Klaus. **Moral tributária do Estado e dos contribuintes**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2012.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Da democracia na América**. Lisboa: Relógio d'Água, 2008.

TODOROV, Tzvetan. **Os inimigos íntimos da democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TOURAINÉ, Alain. **Igualdade e Diversidade: o sujeito democrático**. São Paulo: EDUSC, 1998.

TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma. Para compreender o mundo de hoje**. Petrópolis: Vozes, 2011.

TULLY, James. **The Crises of Global Citizenship**. In: *Radical Politics Today*, julho de 2009. Revista publicada em www.spaceofdemocracy.org. U.S. Sociology, one hundred years on. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*. Vol. 600, Issue 1, pp. 68-85, jul/2005. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0002716205277028>.

UEXKÜLL, Jakob Von. **Staatsbiologie. Anatomie, Physiologie, Pathologie des Staates**. London: Forgotten Books, 2018.

UHL, Lemon L. **Attention – a historical summary of the discussion concerning the subject**. Tese de Doutorado. Johns Hopkins University. 1889. Disponível em: <https://archive.org/details/attentionhistori00uhl/page/n3/mode/2up?view=theater>.

URBINATI, Nadia. *Crise e metamorfoses da democracia*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 28 (n. 82), 2013, pp. 5/16.

URBINATI, Nadia. **Representative Democracy: Principles and Genealogy**. Chicago: University of Chicago Press, 2008.

URRY, John. **Mobilities**. 1ª ed. Londres: Wiley, 2007.

VAN DIJK, Teun A. *Movimentos sociais, frames e cognição: uma revisão crítica*. **Revista Investigações**, Recife, v. 30, n. 2, pp. 173-219, julho/dezembro de 2017.

VAROUFAKIS, Yanis. **O Minotauro Global: a verdadeira origem da crise financeira e o futuro da economia global**. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

VAROUFAKIS, Yanis. **O tecnofeudalismo está assumindo o controle**. Artigo de opinião publicado em 2/7/2021 e disponibilizado em: <http://aterraeredonda.com.br>.

VAROUFAKIS, Yanis. **Technofeudalism. What killed capitalism**. London: Penguin Books, 2023.

- VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto arado**. São Paulo: Todavia, 2019.
- VIRILIO, Paul. **Speed and Politics**. Cambridge (Massachusetts): MIT Press, 2006.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A Fabricação do corpo na sociedade xinguana*. In
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Who's afraid of the ontological wolf? Some comments*
- VIVIANI, Maury Roberto. **Constitucionalismo global: crítica em face das relações internacionais no cenário de uma nova ordem mundial**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2014.
- VOEGELIN, Eric. **História das Ideias Políticas**. Vol. IV (Renascença e Reforma). São Paulo: Realizações Editora, 2014.
- WALDENFELS, Bernhard. **Phänomenologie der Aufmerksamkeit**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2004.
- WALDRON, Jeremy. **Law and Disagreement**. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **O fim do mundo como o concebemos**. 1ª ed. Rio de Janeiro: REVAN, 2019.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **World-Systems Analysis: an introduction**. Durham, NC: Duke University Press, 2004.
- WALZER, Michael. **Esferas da Justiça: uma defesa do pluralismo e da igualdade**. 1ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2003.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- WHITAKER, Robert. **Anatomia de uma epidemia: pílulas mágicas, drogas psiquiátricas e o aumento assombroso da doença mental**. 1ª ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2017.
- WILKS, Michael. **The Problem of Sovereignty in the Later Middle Ages. The Papal Monarchy with Augustinus Triumphus and the Publicists**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- WILSON, Julie. **Neoliberalism**. Illustrated edition. London/New York: Routledge, 2017.
- WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 5ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1999.
- WOLFENSOHN, James D. **A proposal for a comprehensive development framework: a discussion draft**. Washington (DC): World Bank, 1999.

WOLFF, Christian. **First Philosophy, or Ontology: Treated according to the Scientific Method, containing the Principles of All Human Cognition**. 1ª ed. New York: Spring Publications Inc., 2022 [1730].

WOLIN, Sheldon S. **Democracy Incorporated. Managed democracy and the specter of inverted totalitarianism**. Princeton: Princeton University Press, 2010.

WONG, Alice. **Disability Visibility: first-person stories from the twenty-first century**. New York: Knopf Doubleday, 2020.

WRIGHT MILLS, Charles. **The Power Elite**. New Edition. Oxford/New York: Oxford University Press, 2000.

WRIGHT MILLS, Charles. **The sociological imagination**. 40th anniversary edition. Oxford: Oxford University Press, 2005.

YIN, Robert K. **Estudo de caso. Planejamento e métodos**. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZALD, Mayer N. ASH, Roberta. *Social movement organizations: growth, decay and change*. **Social forces**, vol. 44, n. 3, pp. 327-341, 1966. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2575833>.

ZEMANS, Frances Kahn. *Legal mobilization: the neglected role of the law in the political system*. **The American Political Science Review**, 77 (3), pp. 690-703, 1983.

ZERZAN, John. **Against civilization: readings and reflections**. Port Townsend: Feral House, 2005.

ŽIŽEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ŽIŽEK, Slavoj. **A visão em paralaxe**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ŽIŽEK, Slavoj. **Acontecimento: uma viagem filosófica através de um conceito**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

ŽIŽEK, Slavoj. **O ano em que sonhamos perigosamente**. São Paulo: Boitempo, 2012a.

ŽIŽEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.



Parva que sou
Deolinda
© 2011 WMG



ADBUSTERS AMERICA

JOURNAL OF THE MENTAL ENVIRONMENT - #97 - SEPT/OCT 2011 - VOL. 19 NO. 5



THE POLITICS OF
POST ANARCHISM
HOW TO LIVE WITHOUT DEAD TIME

DOUBLE ISSUE

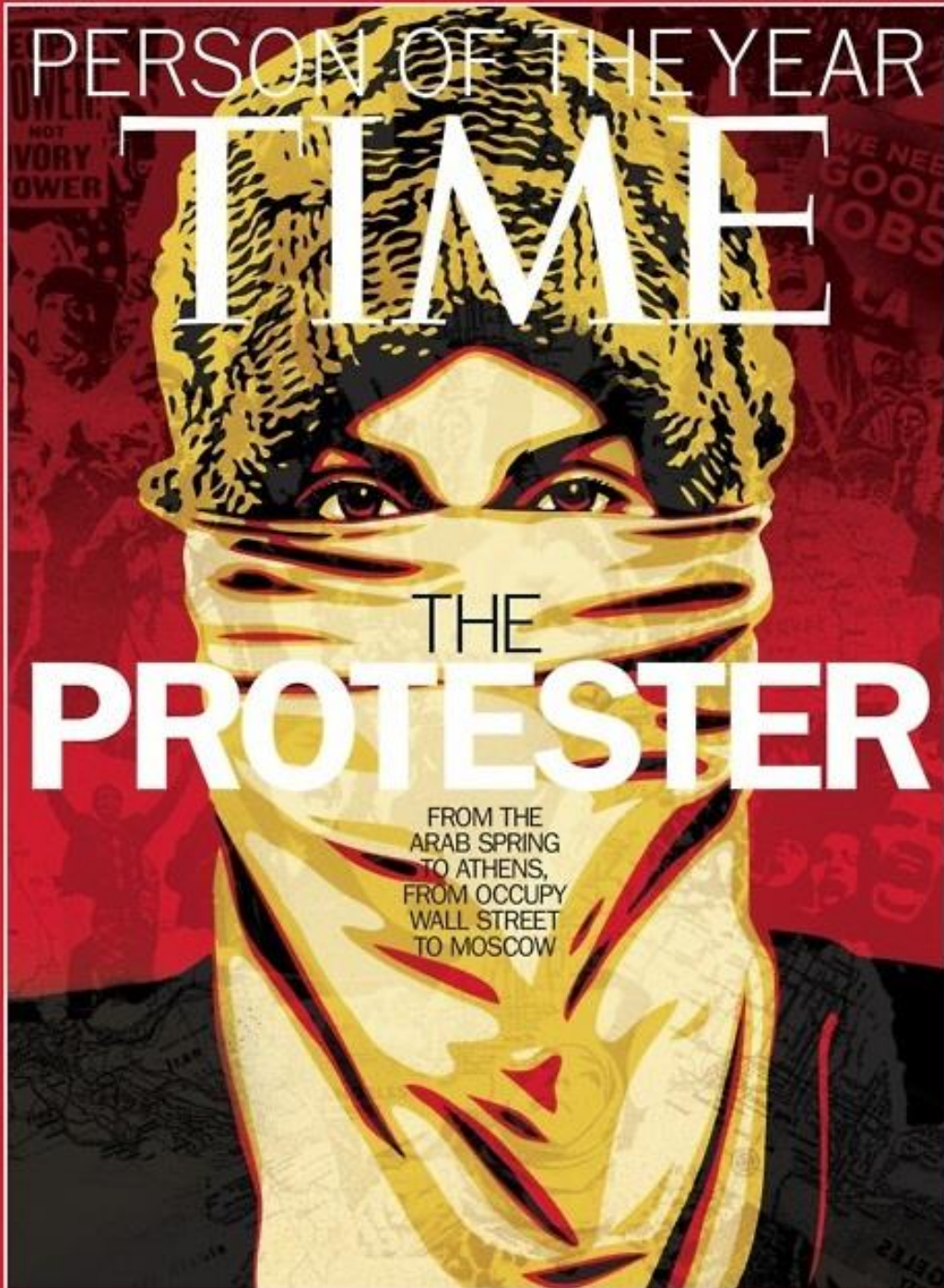
DECEMBER 29, 2011 / JANUARY 2, 2012

PERSON OF THE YEAR

TIME

THE
PROTESTER

FROM THE
ARAB SPRING
TO ATHENS,
FROM OCCUPY
WALL STREET
TO MOSCOW



www.time.com

TIME

OO

WHAT IS

CU

OCCUPY?

PY

Inside the Global Movement



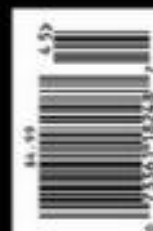
Bloomberg Businessweek

October 27 – November 6, 2011 | businessweek.com



Who's Behind the Mask

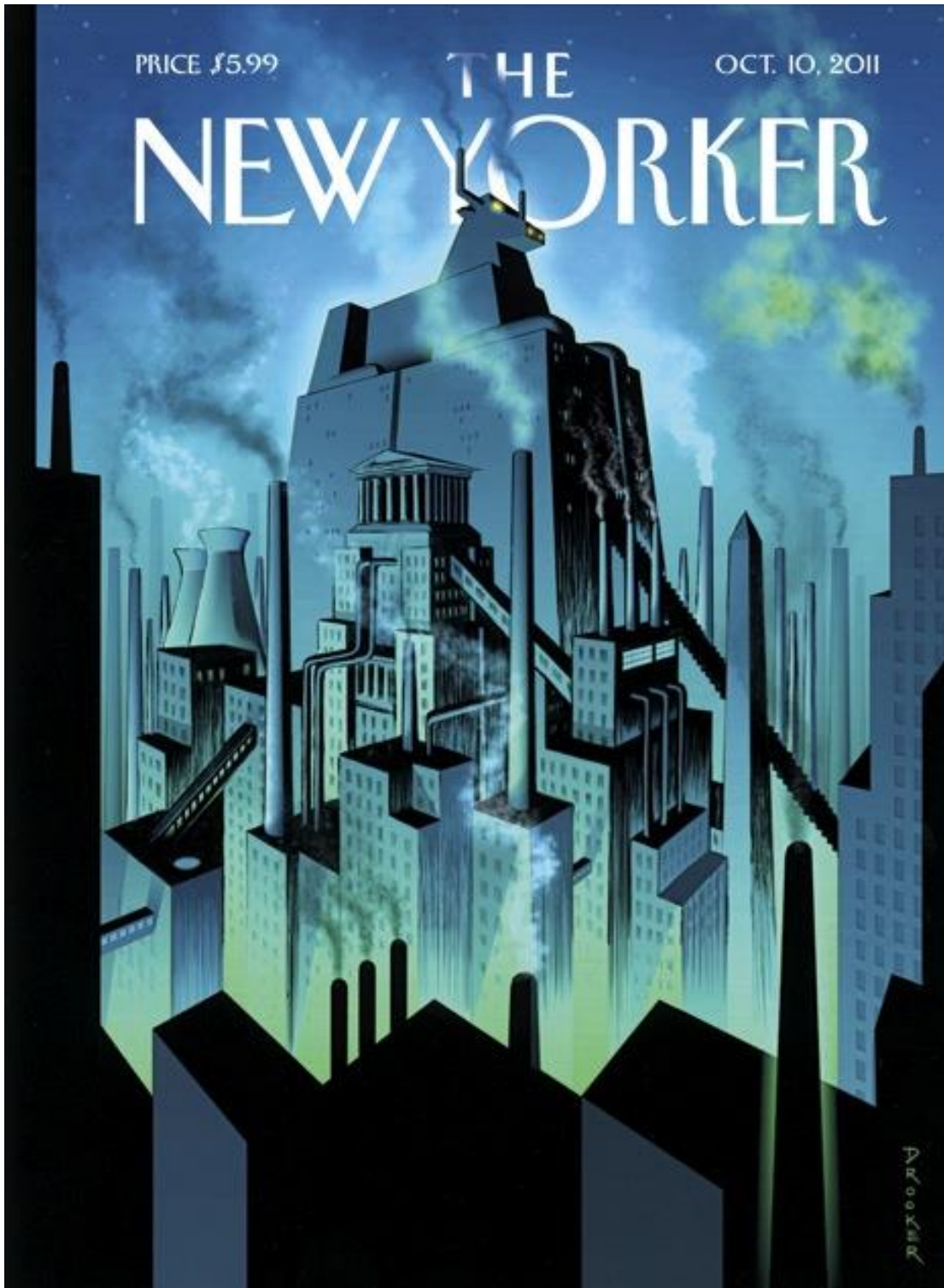
104



PRICE \$5.99

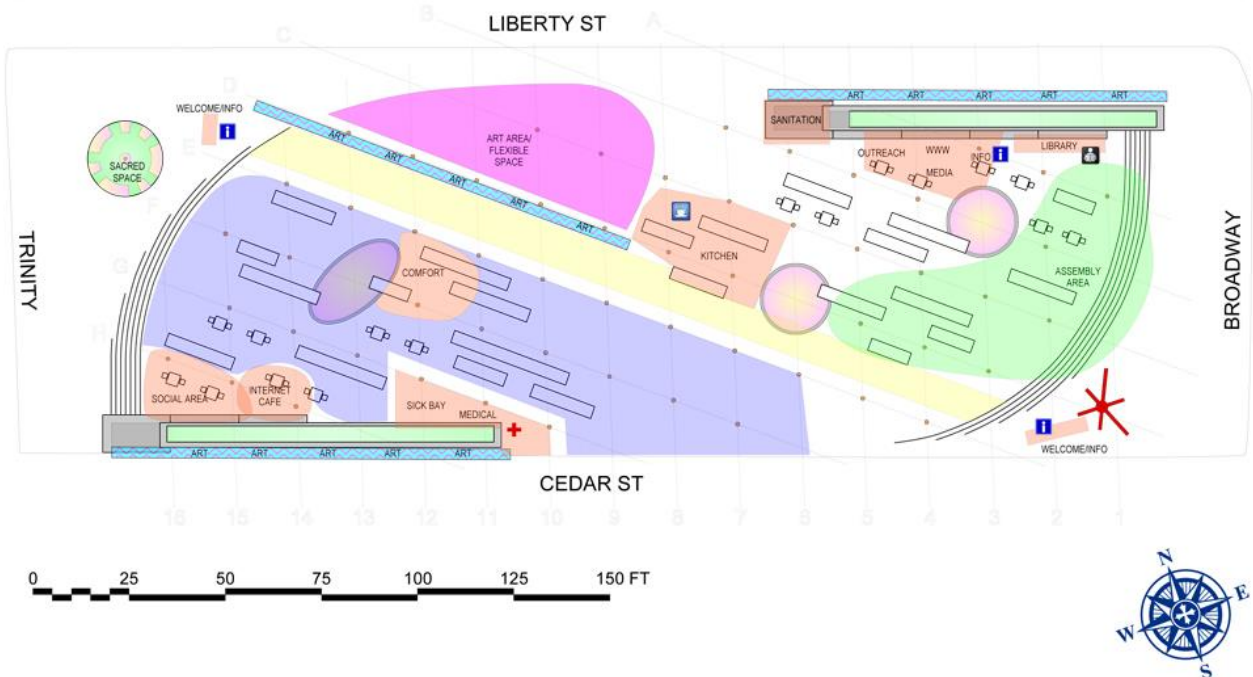
OCT. 10, 2011

THE NEW YORKER





General Assembly Meeting place of Occupy Wall Street's governing body. Current location is too small for the larger crowds, which overflow into flower bed and kitchen. New site uses the stairs as a natural amphitheater, which is key, since NYC doesn't allow bullhorns. Also allows photo ops of GA speakers against iconic Wall Street backdrop.





Occupy Wall Street Manifesto

November 17, 2011

Official Statement from Occupy Wall Street – this statement was voted on and approved by the general assembly of protesters at Liberty Square: Declaration of the Occupation of New York City.

As we gather together in solidarity to express a feeling of mass injustice, we must not lose sight of what brought us together. We write so that all people who feel wronged by the corporate forces of the world can know that we are your allies.

As one people, united, we acknowledge the reality: that the future of the human race requires the cooperation of its members; that our system must protect our rights, and upon corruption of that system, it is up to the individuals to protect their own rights, and those of their neighbors; that a democratic government derives its just power from the people, but corporations do not seek consent to extract wealth from the people and the Earth; and that no true democracy is attainable when the process is determined by economic power. We come to you at a time when corporations, which place profit over people, self-interest over justice, and oppression over equality, run our governments. We have peaceably assembled here, as is our right, to let these facts be known.

They have taken our houses through an illegal foreclosure process, despite not having the original mortgage.

They have taken bailouts from taxpayers with impunity, and continue to give Executives exorbitant bonuses.

They have perpetuated inequality and discrimination in the workplace based on age, the color of one's skin, sex, gender identity and sexual orientation.

They have poisoned the food supply through negligence, and undermined the farming system through monopolization.

They have profited off of the torture, confinement, and cruel treatment of countless nonhuman animals, and actively hide these practices.

They have continuously sought to strip employees of the right to negotiate for better pay and safer working conditions.

They have held students hostage with tens of thousands of dollars of debt on education, which is itself a human right.

They have consistently outsourced labor and used that outsourcing as leverage to cut workers' healthcare and pay. They have influenced the courts to achieve the same rights as people, with none of the culpability or responsibility.

They have spent millions of dollars on legal teams that look for ways to get them out of contracts in regards to health insurance.

They have sold our privacy as a commodity. They have used the military and police force to prevent freedom of the press.

They have deliberately declined to recall faulty products endangering lives in pursuit of profit.

They determine economic policy, despite the catastrophic failures their policies have produced and continue to produce.

They have donated large sums of money to politicians supposed to be regulating them.

They continue to block alternate forms of energy to keep us dependent on oil.

They continue to block generic forms of medicine that could save people's lives in order to protect investments that have already turned a substantive profit.

They have purposely covered up oil spills, accidents, faulty bookkeeping, and inactive ingredients in pursuit of profit.

They purposefully keep people misinformed and fearful through their control of the media.

They have accepted private contracts to murder prisoners even when presented with serious doubts about their guilt.

They have perpetuated colonialism at home and abroad. They have participated in the torture and murder of innocent civilians overseas.

They continue to create weapons of mass destruction in order to receive government contracts.*

To the people of the world,

We, the New York City General Assembly occupying Wall Street in Liberty Square, urge you to assert your power.

Exercise your right to peaceably assemble; occupy public space; create a process to address the problems we face, and generate solutions accessible to everyone.

To all communities that take action and form groups in the spirit of direct democracy, we offer support, documentation, and all of the resources at our disposal.

Join us and make your voices heard!

*These grievances are not all-inclusive. By: Erika Morningstar

Manifesto

October 12, 2011

What has happened to American companies?

What does it mean to be a company in today's modern world?

A company used to be an extension of ourselves – a way to make a living, feed our families, meet friends, and provide a service to our communities.

Does that sound like your job?

In reality, this idea of a company that not only employs people, but is a part of the community, a part of people's lives, a place where someone can stay and work for 60 years and then retire, seems like a dream of yesteryear. This idea is what all companies should be: miniature communities whose goal is to better the lives of everyone in them, and this goal is achieved by providing a service in such a way that it brings a profit to all involved.

Where did the simple, practical companies go?

The good ones got big, unfortunately. And when they got big, the people who built them often left their companies in the hands of people whose sole goal was to make money – not to improve their company or help those within it (the community of workers, which is, in reality, the company itself) only to make more money, by any means necessary. Companies transformed from small, localized communities that provided useful services into faceless, heartless, soulless money making machines – an entity entirely separated from the worker, which is illogical since the worker is the basic building block of a company.

Why do companies that achieve incredible success want more?

Why would a company like Coca Cola, which has saturated the world market with its product, buy other companies? Why not just make Coca Cola and make everyone who works for you rich? Why not do something for the people who have worked so hard and long for you? Why not give the money to the people who work for you and inject the economy with that hard earned cash which would benefit everyone in the country and eventually around the world? What is the point of exploiting the workers while making ever-increasing profits? Exploitation of company

resources only benefits the top 1%, the owners and top executives. The workers are making less and less while the owners and executives are making more and more. This cycle must end.

“The Company” is merely a lifeless facade – why does it matter if “The Company” has a lot of money or not?

The real question is: who profits by a system in which workers do not share in the ever-growing profits of the companies that they work for?

The answer: Investors.

But which investors? You and me and grandpa with his 401k? Sometimes, yes. Usually, small investors provide access to money for growing corporations in order for them to expand even further, and that money is returned with a healthy percentage. But this money is not lived off of for most ordinary people. We still go to work every day and do something productive with our lives.

Sometimes, however, we all succumb to greed, and we dream that our investment, our lifeless money, will somehow do all of the work (the real living) for us, and we will be able to sit back and simply enjoy the fruits of our money’s labor (which is really the labor of others).

Sinais com as mãos, durante as assembleias



AGREE



UNSURE



DISAGREE



BLOCK



POINT OF PROCESS



POINT OF INFORMATION



I HAVE A QUESTION



WRAP IT UP

SPEAKING



WANT TO TALK



DIRECT RESPONSE



CLARIFY



POINT OF ORDER

FEELING



AGREE



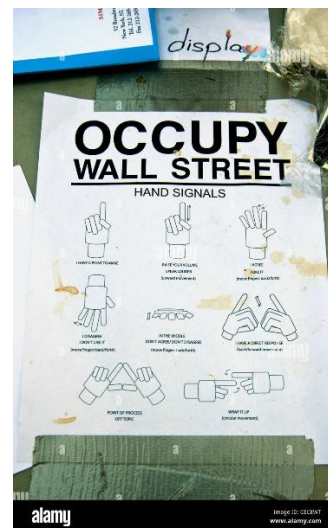
DONT AGREE



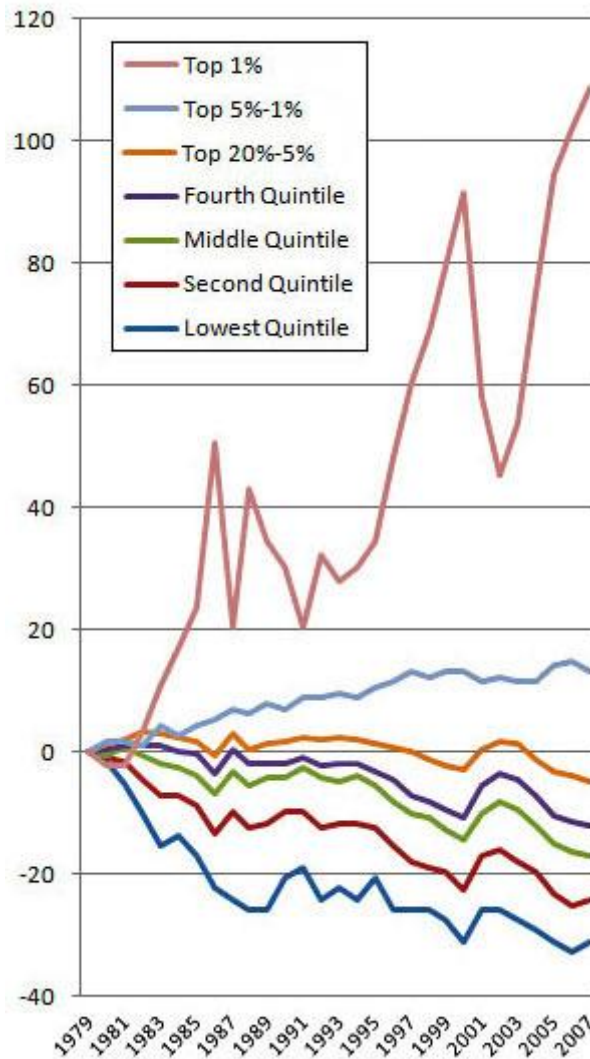
OPPOSE



BLOCK



Share of National Income, 1979-2008



Occupy Wall Street. Kevin Drum. Share of National Income 1979-2008.

Sound like anything familiar? Of course it does – it's called feudalism, serfdom, tyranny, slavery, and many other unpleasant synonyms.

Money for nothing, taxation without representation, exploitation, injustice, the bourgeoisie – there have been many names for this idea which people have fought against and died for throughout the centuries.

Then there are the big investors – the trust fund babies, the men and women who do practically no work at all (no physical or practical labor – they add nothing to the value of their communities), yet they receive the majority of the world's wealth.

And the sad thing is, you wish that you were one of them.

These are the people who have destroyed our economy. And we have let them do it.

Why do we let individuals get so rich? Does it make any sense? Does it make sense for a company to become so large that it can lose billions (and BILLIONS) of dollars, yet call itself successful? Whose money is that anyways? – Usually yours, the small investor with a real job.

Why are there super companies that own hundreds of other companies? What is the point of their existence? How can they exist at all?

Ironically, the largest source of funds for expanding companies has ended up costing our companies their innocence: the stock market.

The public trading of stocks has allowed for the over-expansion (hyper-expansion) of businesses. They have become too big for their own good and for the good of the human race. The purpose of a company is (ideally and logically) the betterment of mankind, or at the very least, the betterment of its employees (just as the purpose of the existence of a government is the betterment of its country's citizens, or at a primal level, the purpose of an organism is the survival of its cells, and DNA).

Today's mega-corporations have become so big that they can destroy the lives (or the productive equivalent – the value of what people can produce) of thousands or millions of people without being effected. This is illogical. It is a cycle of destruction and exploitation that will eventually eat itself from the inside out – as is happening right now.

Our system (which we consider capitalistic, but which has become a massive oligarchy) takes money from regular people (through taxes and the stock market) and gives it to the rich, making the rich richer, just like other archaic economic systems.

The only way out of this cycle that feeds the rich is to find a way to spread their wealth – to take the money from the super-rich and use it to benefit society – not just individuals, but society as a whole. Their money should be used to build something better than what exists – not to simply build another company which once again exploits workers for the benefit of the rich. This is logical, since the billionaire's money will improve society, which in turn improves his own life. Which is better: to be a billionaire in a ravaged society, or to be a millionaire in a healthy, happy society?

When a company is private, its only duty is to itself, to its employees, and to its customers.

When a company is publicly traded it is given a new duty – a duty to the invisible shareholders.

And what do the shareholders want? They want one thing and one thing only – money. They want the company to do whatever it can to increase the return on their investment. They want the company to do whatever it can to increase its profits and to increase its share price.

And then there are the members of the board – the real men behind the curtain – the men who control the business world. They hire the CEO's. They fire the CEO's.

Why do they hire a particular CEO? Because the CEO promises to raise the share price, which increases their profits – which gives them more money for nothing.

It doesn't matter what happens to the employees, or to the community, or to the quality of the products, or to the integrity of the organization, or to the environment. Those things don't matter to the members of the board – the men who vote the CEO out when he can't deliver exceptional numbers year after year.

This means the CEO's only focus is making the members of the board rich. But why? Why does he care if these fat old men get any richer?

Because they make him a promise – if he makes them rich, they'll make him rich. And they do. The CEO becomes incredibly rich. But not as rich as them, of course.

So the CEO who controls the company is hired (or fired) by a group of men who have no desire whatsoever except to make as much money as possible for nothing. They do not care at all about the overall social, economic, or environmental effects of their business on others.

The CEO directs the company in such a way that it will make a profit (real or not) which will in turn drive up its share prices (justifiably or not), which will enable him to become very very rich as well.

Thus, when all is said and done, this monstrosity of a company, which started out as a group of people, perhaps even friends and neighbors, which made a product and provided a necessary service for those in the community, in exchange for enough money to guarantee the personal well-being of each worker, is now being used to better the lives of the already-rich in order to make them much much richer, in exchange for nothing (no labor, no products), all at the expense

of the people who work at the company, who are exploited by the company, or who are foolish enough to invest their hard earned money into the company before the rich old men bleed it dry and the hard earned (actually worked for) money disappears before their eyes into the invisible abyss of rich men's pockets.

Thus 1% of the population of the world rape, pillage, and steal 99% of the value of production of the entire earth. And all of this is done (like the company exploiting those who make it run) at the expense of the earth itself. Humans destroying humanity. Earthlings destroying Earth.

Thus these men slowly destroy themselves as they destroy humanity. They will drink from the wine of the grapes of wrath grown in the soil of those they have exploited.

But remember... as the markets fall, the banks close, and the jobs are lost, remember as you and those you know and love are suffering, remember that during this time of hardship and pain – for them, it's like Christmas. Better than Christmas – for the whole world is on sale at a discount – and they've got enough to buy it all, and then some.

But the veil has been pulled back. We see who you are and what you are doing to our world.

Now is our time to make real change in the world.

Wall Street must be reformed.

The United States Government must be reformed.

The best and brightest ideas for progress must be shouted from the rooftops until the politicians are too embarrassed by the truth NOT to put the demands of the people into law.

Here those ideas will be presented and debated until the best are ready to change our world.

The next step is yours.

POSTED BY RCHANDLERBROWN · OCTOBER 12, 2011

Wsj+JPPS21



Michael Pellagatti, the Radical Tour Guide Photo: Hannah Awcock



Cassim Shepard, 8.5.2012, **Left: Original Rules of Conduct sign for Zuccotti Park | Right: Post-occupation rules for Zuccotti Park** disponível em https://urbanomnibus.net/2012/05/rules-of-conduct/zp_oldnew/. Acesso: 30.10.2021



New York Mayor Michael Bloomberg and “Gossip Girl” cast members

Rabble-rousing actor Penn Badgley wore an "Occupy Wall Street"-approved "We are the 99%" T-shirt to meet the mayor, who did not visibly react to the sartorial mini-protest.



Sanitation workers cleared out belongings and cleaned Zuccotti Park on Tuesday after a raid by the New York Police Department on what had been the Occupy Wall Street home base. ROB BENNETT FOR THE WALL STREET JOURNAL

New York Photos of the Week: Nov. 12-18

Occupy Wall Street protesters are removed from Zuccotti Park



YOU CAN'T EVICT AN IDEA



**THE OCCUPY
WALL STREET
COLLABORATIVE FILM**

PRODUCTION PARTNER: PEARL & HERB PICTURES. EXECUTIVE PRODUCERS: JIM W. HANCOCK, JEFFREY EMMETT, AND GREGORY HOLMES. "99%: THE OCCUPY WALL STREET COLLABORATIVE FILM" WAS PRODUCED BY PEARL & HERB PICTURES. EXECUTIVE PRODUCERS: JIM W. HANCOCK, JEFFREY EMMETT, AND GREGORY HOLMES. PRODUCED BY: JIM W. HANCOCK, JEFFREY EMMETT, AND GREGORY HOLMES. WRITTEN BY: JIM W. HANCOCK, JEFFREY EMMETT, AND GREGORY HOLMES. DIRECTED BY: JIM W. HANCOCK, JEFFREY EMMETT, AND GREGORY HOLMES. CAST: JIM W. HANCOCK, JEFFREY EMMETT, AND GREGORY HOLMES. MUSIC BY: JIM W. HANCOCK, JEFFREY EMMETT, AND GREGORY HOLMES.



participant

verismillitude

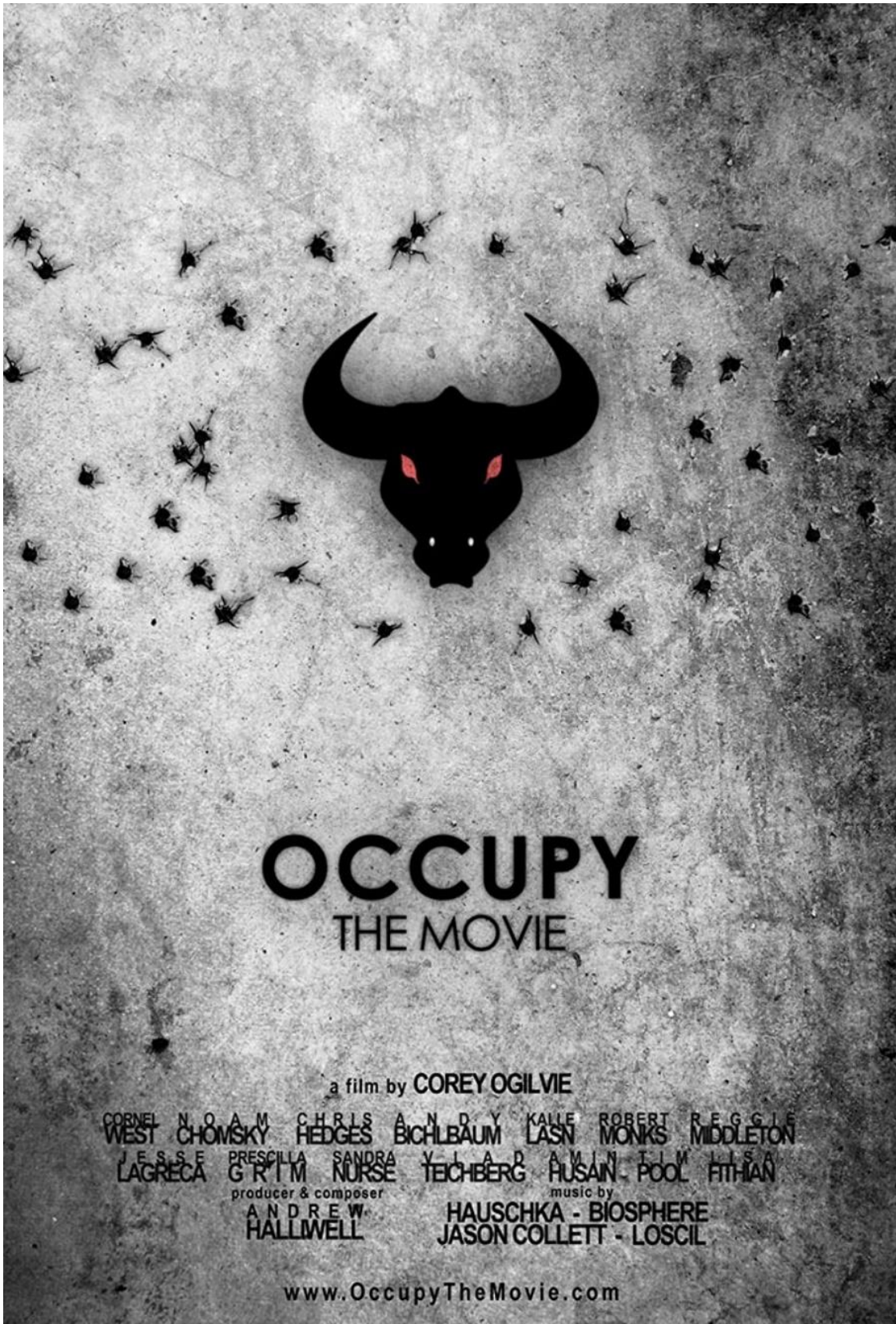


99percent

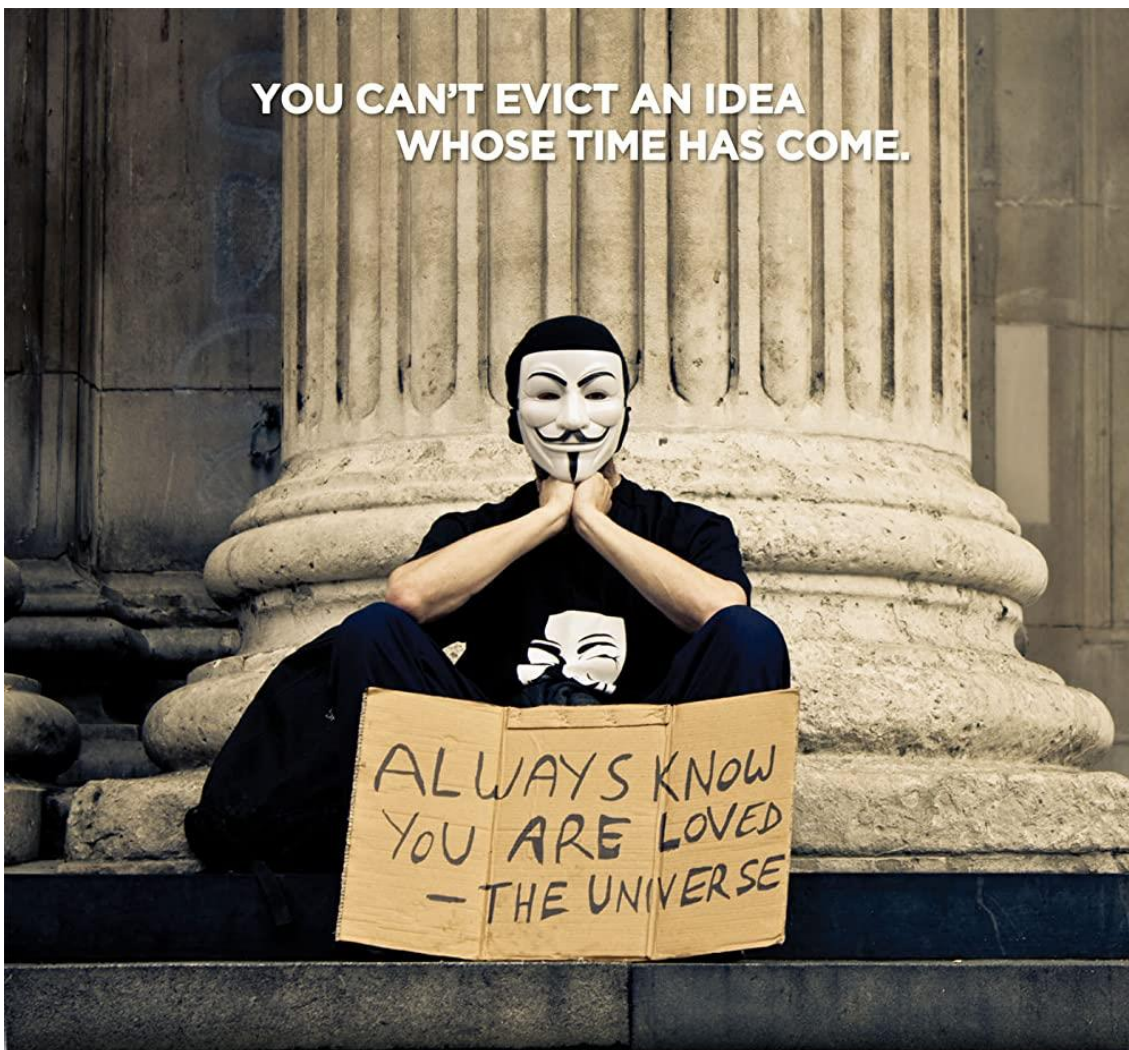
pivot

TakePart.com/99percent

Categoria de “evict”, “despejar”



YOU CAN'T EVICT AN IDEA
WHOSE TIME HAS COME.



OCCUPY LOVE

A FILM BY VELCROW RIPPER

A FIERCE LOVE FILM

Directed, Photographed & Edited by VELCROW RIPPER Produced by NOVA AMI, IAN MACKENZIE & VELCROW RIPPER
Executive Producers BETSY CARSON, GREGG HILL & CATHERINE TAIT Executives for Superchannel MARGUERITE PIGOTT & MAUREEN LEVITT
Supervising Sound Mixer DANIEL PELLERIN Re-recording Mixer MATTHEW CHAN Story Editor MANFRED BECKER
A COMMUNITY FUNDED FILM produced in association with SUPERCHANNEL with participation from the CANADA MEDIA FUND
80 minutes / HD / Colour / Dolby Digital / 2012

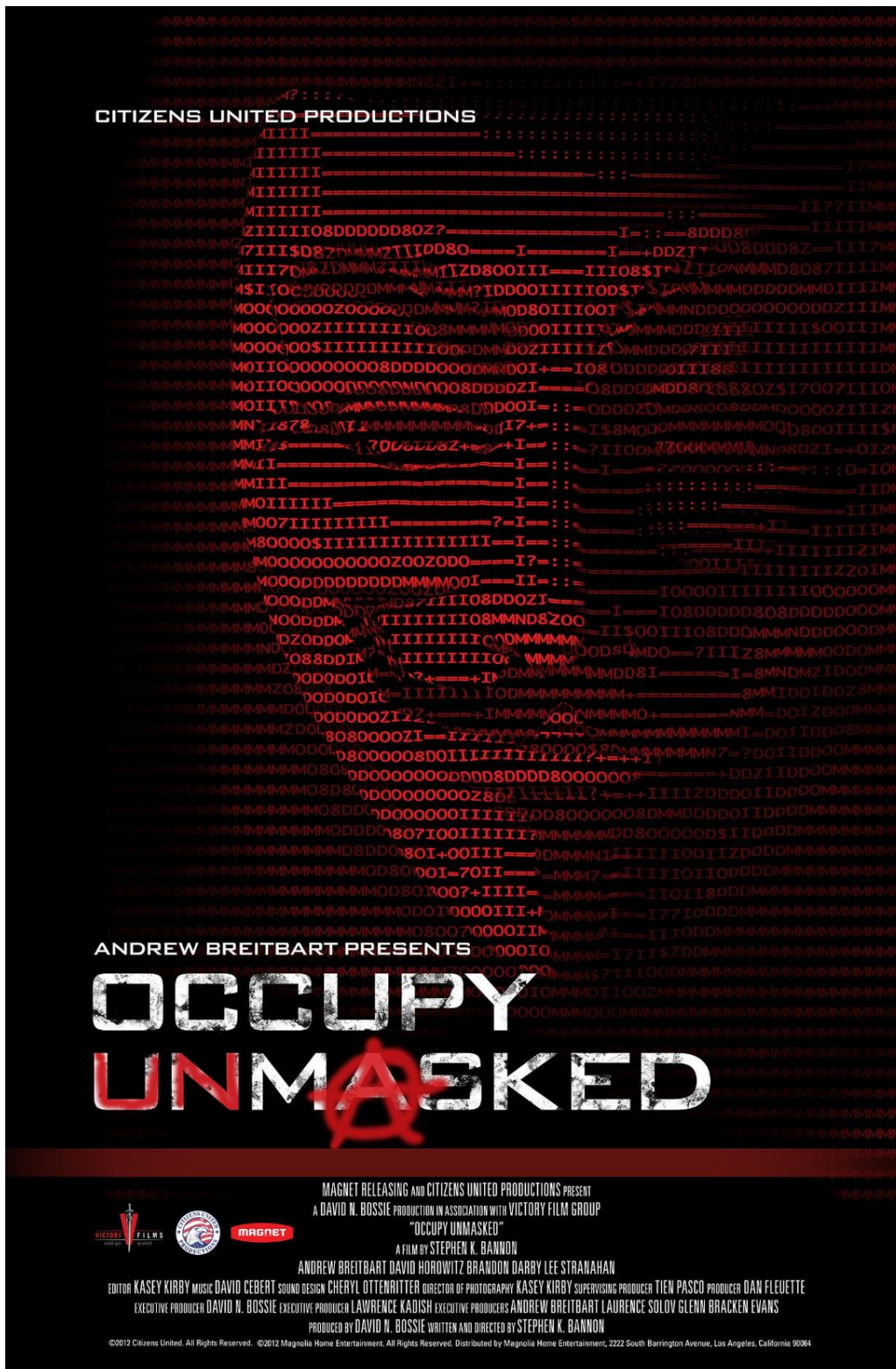
occupylove.com



FIERCE LOVE FILMS



Canada



Filme de Steve Bannon, em 2012, já anunciando o que viria com a Era Trump e as fake news.

A DOCUMENTARY FILM BY DENNIS TRAINOR, JR.

AMERI- CAN

AUTUMN



(AN OCCUDOC)

“...calm and smart, offsetting its stridency with discussion, music, even humor, while issuing a call to arms.”

- THE NEW YORK TIMES

“...impresses most where many docs disappoint, expanding its scope without short-changing the wider subjects it covers.”

- VARIETY



Ocupar a democracia: um conceito antigo – uma política nova.